

Para: BRASEMB ABIDJAN
CARAT=Reservado

Expedido em: 19/03/2010 19:30:48 N.º: 00078

Da SERE para
Brasemb Abidjã
Em 19/03/2010

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF I/ABC/DOC/DODC/DPG/DPB
DESCR=XPRO-E TEC-LIBE
RTM=USABREM,GHABREM
REF/ADIT=DET 73
CATEG=MG

//
Brasil-Libéria. Missão de
Prospecção. Dados da
delegação. Aditamento.
Complementação de dados.
//

Nr. 00078

Retransmissão automática para Brasemb Washington e
Brasemb Acra

Em aditamento ao despacho telegráfico de referência,
informo os dados referentes a participantes da missão
de prospecção à Libéria, cujos passaportes
encontrava-se em processo de renovação:

- Clayton Campanhola, da ABDI, passaporte de número SB
019394, válido até 18 de março de 2015;

- Gilvan Brogini, da APEX, passaporte de número SB
003251, válido até 17 de março de 2011;

2.Comunico, ademais, que a Sra. Maria Hortênsia da
Costa Telles viajará representando o Instituto
Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade
Industrial (INMETRO), tendo obtido o passaporte de
número SA 235142, válido até 18 de março de 2011.

3.Além disso, estão confirmadas as presenças de José
Luís Bellini Leite, do Escritório da EMBRAPA/África, e
de representantes das empresas Odebrecht e Vale, com

Para: BRASEMB ABIDJAN

Expedido em: 19/03/2010 19:30:48 N.º: 00078

CARAT=Reservado

nomes a serem fornecidos posteriormente.

EXTERIORES

GABR/APP

Para: BRASEMB ABU DHABI
CARAT=Reservado

Expedido em: 22/10/2009 16:16:21 N.º: 00429

Da SERE para
Brasemb Abu Dhabi
Em 22/10/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOM II/DREN/DCF/DPG/DOC/SPD/C
DESCR=PEXT-BRAS-EAU
REF/ADIT=TEL 527, DET 356
CATEG=MG

//
Emirados Árabes Unidos. Visita
do Chanceler Abdalla al Nahyan
ao Brasil. Relato.
//

Nr. 00429

RESUMO=

Relata encontro que manteve com o Chanceler dos EAU. Foram tratados assuntos relativos à promoção de investimentos emiráticos no Brasil, reativação da COMISTA, negociação de ADT e desenvolvimento de projetos conjuntos na área de energia, além de datas para a visita do PM dos Emirados ao Brasil, no primeiro quadrimestre de 2010.

Recebi, no último dia 19 de outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos EAU, Xequé Abdullah al Nahyan, em visita oficial ao Brasil. Nahyan se fez acompanhar dos Ministros Reem al Hashmi (gabinete do PM) e Khalid al Gaith (Assuntos Econômicos), pelos Embaixadores Abdulhameed Kazem (Diretor do Departamento da Europa e das Américas do MNE) e Youssif Alasimi (embaixador no Brasil) e pelo Senhor Ali Almarzooqi (Departamento Jurídico do MNE). Do lado brasileiro, o encontro, além da presença de Vossa Excelência, contou com a participação do Ministro das Minas e Energia, Édison Lobão, dos Senhores SGAP-III e SGEAT, e de colaboradores de meu gabinete e do DOMA.
2. Ao dar as boas vindas ao visitante, lembrei a viagem do Senhor Presidente da República aos Emirados em 2003, país que, juntamente com o Líbano e a Síria,

foram os primeiros Estados árabes a serem por ele visitados. Observei que, desde então, as relações Brasil-EAU têm crescido consideravelmente, não somente em termos comerciais, mas também na área de investimentos. Expressei a satisfação do Governo brasileiro com o êxito do voo da Emirates Airlines, entre São Paulo e Dubai, a primeira conexão direta entre a América do Sul e o Oriente Médio, com resultados significativos para a aproximação das duas regiões.

3. Nahyan iniciou sua interlocução cumprimentando-me pela eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e mencionou o quanto a seleção brasileira de futebol é apreciada nos EAU. Afirmou ser esta a sua primeira viagem ao Brasil, resultado da decisão de seu Governo de priorizar o relacionamento com nosso país, em termos políticos, econômicos e comerciais. Ao fazer referência a sua passagem por Manaus, parabenizou-me pelos esforços do Governo brasileiro na preservação da Amazônia e aludiu a projetos de controle de emissão de carbono que ora estão sendo desenvolvidos nos Emirados e que, em 2020, deverão levar a uma redução de 40% do gás. Transmitiu, a esse respeito, seu desejo de que os EAU pudessem desenvolver projeto na área com o Brasil, em território brasileiro ou em terceiros países (ver parágrafos 11 e 14). Informou que, no setor energético, os Emirados já contam com investimentos na Jamaica, na República Dominicana, em Trinidad e Tobago, no Canadá (este de grandes proporções) e, sobretudo, no Paquistão, onde estariam financiando, entre outros projetos, a construção de uma refinaria de grandes dimensões.

4. Sobre os investimentos emiráticos no Brasil, Nahyan informou-me que seriam, no presente, da ordem de US\$ 5 bilhões. Asseverou a intenção da Abu Dhabi Investment Authority (ADIA), que conta com recursos entre US\$ 600 e 800 bilhões, de aumentar e diversificar seu portfólio, em consonância com decisão de seu Governo, tomada há 5 anos atrás, de redirecionar investimentos de longo prazo para os BRICs.

5. O Ministro Lobão, ao afirmar ser a matriz energética brasileira a mais limpa do mundo, discorreu, então, sobre os investimentos que o Governo Federal realizará, nos próximos 4 anos, na área de energia (cerca de US\$ 80 bilhões pela Petrobrás e algo em torno de US\$ 10 bilhões na construção de hidrelétricas). Informou, ademais, que já havia sido procurado, anteriormente, por representantes da ADIA,

os quais foram encaminhados à Petrobrás.

6. Expressei nosso interesse em receber investimentos emiráticos e singularizei os petroquímicos como área na qual se poderiam realizar investimentos e também desenvolver projetos conjuntos, constituindo, eventualmente, uma "joint-venture", inspirada no sucesso obtido pela associação, na Embraport, da Odebrecht e da DP World. Aludi, a propósito, às negociações do ALC MERCOSUL-CCG, que têm esbarrado na dificuldade brasileira de liberalizar o setor de petroquímicos.

7. O Ministro Lobão aduziu, a continuação, que o Brasil está iniciando a construção de 5 refinarias, e que uma associação com os Emirados, nessa área, seria muito bem vinda. Em resposta à pergunta do Chanceler emirático, esclareceu que a Petrobrás não é uma empresa fechada e que a regulamentação brasileira para investimentos no setor de petróleo - tanto "downstream" quanto "upstream" - não difere das regras vigentes em outros países. Informou que no caso do Pré-Sal, por exemplo, a Petrobrás deverá ser a única operadora, com participação fixa de 30% no capital da nova empresa. Não obstante, a participação no comitê gestor do Pré-Sal estará aberta aos investidores estrangeiros.

8. Acrescentei que a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro criaria, igualmente, diversas oportunidades de investimento. Nahyan afirmou ter interesse no setor hoteleiro, área em que seu país conta com expertise. Comentou que, em 1983, quando os EAU começaram a desenvolver a indústria do turismo, o país recebia, anualmente, 15 mil visitantes, número que, atualmente, alcança os 8 milhões e que tem proporcionado aos hotéis locais taxa de ocupação de 52% a.a., malgrado a crise financeira internacional.

9. O Chanceler emirático discorreu, em seguida, sobre a necessidade de Brasil e EAU celebrarem acordo para evitar a bi-tributação (ADT), o qual atuaria como elemento catalisador na atração de investimentos para o Brasil. Nesse contexto, propôs que equipes técnicas dos dois países se reunissem logo que possível, com vistas a dar andamento ao assunto. Acolhi, com satisfação, sua proposta, mas sugeri que equipe de alto nível, composta por autoridades e empresários emiráticos, visitasse o Brasil, como forma de sensibilizar as autoridades brasileiras. Na ocasião, a delegação dos EAU poderia avistar-se com os chefes das pastas da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Receita Federal.

10. Perguntado sobre os efeitos da crise financeira global em Dubai, meu interlocutor afirmou que, no momento, não identificava problemas sérios. Asseverou que Abu Dhabi e o resto da federação haviam tido reação rápida e que a crise revelara o quão aberta era a economia emiratita. Em seu entendimento, o maior problema da economia de seu país residia, apenas, na atuação de especuladores que, nos últimos 5 anos, haviam dobrado os seus lucros. A propósito, discorri sobre o atual momento da economia brasileira e sobre as medidas que haviam sido tomadas pelo Governo federal para enfrentar os efeitos da crise.

11. Nahyan manifestou, em seguida, o desejo de que a Comissão Mista Brasil-EAU viesse a se reunir proximamente. Referiu-se à experiência emiratita de criação de Conselhos Empresariais bilaterais e sugeriu que, em paralelo à realização da COMISTA, fosse criado um conselho do gênero com o Brasil. Em alusão a sugestão minha anterior de criação de uma "joint-venture", expressou contentamento com os resultados obtidos na Embraport, mas fez referência a algumas más experiências em projetos conjuntos anteriores com outros países. Asseverou preferir que o assunto surgisse no âmbito do próprio Conselho Empresarial. Por meu turno, reiterei a ideia de que poderíamos desenvolver negócios conjuntos na área de petroquímicos, com a Petrobrás ou a Braskem, por exemplo.

12. Nesse contexto, mencionei que as pretendidas visitas do Primeiro-Ministro e do Príncipe-Herdeiro dos EAU no próximo ano ao Brasil poderiam atuar como elemento catalisador à promoção de investimentos e que constituíam excelente oportunidade para que delegação empresarial emiratita também estivesse presente. Nahyan esclareceu que a visita do Primeiro-Ministro daria ênfase ao tema dos investimentos e que sua realização deveria ser anterior àquela do Príncipe-Herdeiro. Concordamos que o Governo brasileiro faria, ao Primeiro-Ministro, oferta de datas para o primeiro quadrimestre de 2010.

13. Em seguida, ao comentar a eleição de Abu Dhabi como cidade sede da IRENA e o apoio dado pelo Brasil ao pleito emiratita, reiterei o quão importante e necessário seria dar, no âmbito da Agência, espaço proeminente aos biocombustíveis e à hidroeletricidade. Mencionei que o Brasil está pronto a mostrar os resultados alcançados no setor, o que tem despertado o interesse de diversos países, de organizações internacionais e também não governamentais. Nahyan

Para: BRASEMB ABU DHABI
CARAT=Reservado

Expedido em: 22/10/2009 16:16:21 N.º: 00429

tomou nota da preocupação brasileira e expressou o interesse de seu país no assunto. Referiu-se, em seguida, à realização, em Abu Dhabi, em janeiro próximo, do Fórum Mundial de Energia. Comuniquei-lhe que, muito provavelmente, o Presidente Lula não poderia comparecer ao evento, mas afirmei ser importante a participação do Ministro Lobão e do Senhor SGEAT.

14. Ainda sobre a IRENA, meu interlocutor informou que os EAU estão destinando cerca de US\$ 15 milhões adicionais para incentivar os países em desenvolvimento em estudos sobre energias renováveis. Discorri, então, sobre os projetos que o Governo brasileiro vem implementando no continente africano, em particular no Quênia, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Observei que dispomos de tecnologia e prestígio, mas que por vezes não contamos com capital suficiente para multiplicar esses projetos. Ao mostrar-se interessado, Nahyan aludiu às excelentes relações que seu país mantém com o Quênia e se dispôs a prestar qualquer ajuda que se faça necessária naquele país. Sugeri-lhe que Brasil e EAU trabalhassem juntos no setor. O Chanceler emirático reiterou-me, então, o forte interesse que seu Governo mantém no Paquistão, país onde está implantando uma série de projetos em energia. Propôs-me que o Brasil e os EAU desenvolvem-se projeto conjunto em energia no Paquistão. Ao acolher a sugestão, esclareci que há países com os quais trabalhamos desde o início da implantação de projetos dessa natureza, como o caso dos Estados africanos já mencionados, e que em outros poderíamos participar de projetos em estágio mais avançado, o que seria o caso no Paquistão.

15. Por fim, e a título de registro, informo que durante sua passagem pelo Brasil o Chanceler Abdullah al Nahyan visitou, em caráter privado, Manaus e o Rio de Janeiro, e que manteve encontros com os Governadores Sérgio Cabral e José Serra. No porto de Santos, participou, igualmente, de evento promovido pela Embraport.

EXTERIORES

RA/CLGO

Para: BRASEMB ACRA
CARAT=Reservado

Expedido em: 27/08/2009 20:00:01 N.º: 00223

Da SERE para
Brasemb Acra
Em 27/08/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF I/DOC/DPG/C
DESCR=GVIO
REF/ADIT=TEL 665, TEL 639, TEL 632
CATEG=MG

//
Brasil-Gana. Visita do
Vice-Presidente de Gana ao
Brasil. Reunião no DEAF.
//

Nr. 00223

Repetição para correção de texto

A seu pedido, o Embaixador Samuel Dadey reuniu-se, ontem, com o Diretor do DEAF.

2.Dadey quis tratar, em primeiro lugar, da projetada visita do Vice-Presidente John Mahama ao Brasil. Afirmou haver acordado - nas linhas do telegrama 665 - com o Vice-Presidente a conveniência de adiar a viagem; à vista das agendas carregadas, de ambos os lados, em setembro, e do lado brasileiro, em outubro e novembro, propugnou-se trabalhar pela realização da visita no mês de dezembro.

3.A agenda da visita seria mais ampla do que inicialmente contemplado e teria caráter oficial; a presença do VPR seria aproveitada para tratar de outros temas, além da entrega da carta do Presidente Atta-Mills e das tratativas relativas à venda do avião da Embraer.

4. Segundo o embaixador, solução alternativa foi encontrada para o problema da urgência ganense em

receber o avião: a Embraer teria se comprometido a entregar avião E-190 em "cerca de 6 a 9 meses". O avião, que já estaria em produção, teria inicialmente configuração interna diferente (classes executiva e convencional, simplesmente) da pretendida; a configuração final seria instalada gradualmente, em momento posterior ao da entrega.

5. No contexto dessa negociação, as autoridades ganenses solicitaram à Embraer fosse o PR Atta-Mills transportado a Nova York e de lá para Caracas, por ocasião da AGNU e da Cúpula ASA, respectivamente, e de volta a Acra, finda a reunião, em avião da empresa. A Embraer teria concordado em realizar o transporte, à exceção do trecho Caracas-Acra, previsto para data em que o avião a ser utilizado já estaria comprometido em outra missão.

6. Dadey comentou, por fim, a questão do projeto de Juale. Segundo ele, a decisão ganense é a de adjudicar a obra à empresa Andrade Gutierrez, nos termos da nota enviada a este Ministério. Fez comentários, no entanto, em linha com a preocupação relatada no parágrafo 4 do tel 664. Deu indicações, a respeito, de que seria possível uma composição de interesses entre a Andrade Gutierrez e a Odebrecht. O Diretor do DEAF ressaltou a importância de entendimentos que permitam o progresso desse primeiro grande projeto entre o Brasil e Gana sem novos percalços e sem atingir a credibilidade das partes envolvidas.

EXTERIORES

AAMC/AAMC

De: BRASEMB ACRA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/08/2009 06:29:15 N.º: 00664

De Brasemb Acra para Exteriores em 26/08/2009 (JMRMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DOC/DAF I
DESCR=XPRO-BRAS-GANA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 638, TEL 655, DET 213
CATEG=MG

//
Promoção Comercial. Brasil-
Gana. Investimentos. Represa
de Juale.
//

Nr. 00664

Visitaram-me ontem os diretores da Odebrecht, Miguel Pérez e Carlos Bueno, para relatar-me o encontro que Bueno manteve com o Vice-Presidente John Dramani Mahama, em 21 do corrente (vide tel 655). Segundo seu depoimento, a reunião, a que esteve presente Chuck Kofi Wayo, seu agente local, transcorreu em clima descontraído que deu ensejo a que fossem explicados alguns fatos relacionados com a atuação da Odebrecht no Equador e veiculados por e-mails recebidos diretamente pelo VPR.

2. Falaram-me, igualmente, de alguns outros projetos que interessariam àquela empreiteira, como o das plantas de etanol e o chamado "corredor oriental". Pérez, em mais de uma oportunidade, referiu-se à impressão extremamente positiva que lhe deixara o potencial de Gana.

3. À noite, em jantar que ofereci à Ministra do Comércio e Indústria, Hanna Tettey, indaguei do Assessor Especial da Vice-Presidência, Mike Obuobi, quais seriam, à luz da nota verbal passada pela Embaixada ganense em Brasília, os

De: BRASEMB ACRA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/08/2009 06:29:15 N.º: 00664

próximos passos a serem seguidos na indicação da construtora que deverá erguer a represa de Juale. Obuobi, a esse respeito, confidenciou-me que o VPR tinha decidido manter a apresentação das duas empreiteiras, Andrade Gutierrez e Odebrecht, à comissão ad hoc.

4. Assim, em data a ser anunciada proximamente e com a clara intenção de resguardar-se de críticas que a oposição parlamentar poderia eventualmente fazer, John Mahama convocará as duas empresas. Obuobi adiantou que a apresentação se prestará para expor as dúvidas que o Governo ganense tem em relação ao comportamento da Odebrecht no Equador e que, portanto, a comissão ad hoc referendará a informação circulada pela Nota da missão diplomática de Gana em Brasília, eximindo o VPR da responsabilidade de ter escolhido uma empresa sem ter ouvido a outra.

Luís Fernando Serra, Embaixador

LFS

Para: BRASEMB ACRA
CARAT=Reservado

Expedido em: 27/08/2009 19:40:03 N.º: 00222

Da SERE para
Brasemb Acra
Em 27/08/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF I/DOC/DPG/C
DESCR=GVIO
REF/ADIT=TEL 665, TEL 639, TEL 632
CATEG=MG

//
Brasil-Gana. Visita do
Vice-Presidente de Gana ao
Brasil. Reunião no DEAF.
//

Nr. 00222

A seu pedido, o Embaixador Samuel Dadey reuniu-se,
hoje, com o Diretor do DEAF.

2.Dadey quis tratar, em primeiro lugar, da projetada
visita do Vice-Presidente John Mahama ao Brasil.
Afirmou haver acordado - nas linhas do telegrama 665
- com o Vice-Presidente a conveniência de adiar a
viagem; à vista das agendas carregadas, de ambos os
lados, em setembro, e do lado brasileiro, em outubro e
novembro, propugnou-se trabalhar pela realização da
visita no mês de dezembro.

3.A agenda da visita seria mais ampla do que
inicialmente contemplado e teria caráter oficial; a
presença do VPR seria aproveitada para tratar de
outros temas, além da entrega da carta do Presidente
Atta-Mills e das tratativas relativas à venda do avião
da Embraer.

4. Segundo o embaixador, solução alternativa foi
encontrada para o problema da urgência ganense em
receber o avião: a Embraer teria se comprometido a
entregar avião E-190 em "cerca de 6 a 9 meses". O
avião, que já estaria em produção, teria inicialmente

configuração interna diferente (classes executiva e convencional, simplesmente) da pretendida; a configuração final seria instalada gradualmente, em momento posterior ao da entrega.

5. No contexto dessa negociação, as autoridades ganenses solicitaram à Embraer fosse o PR Atta-Mills transportado a Nova York e de lá para Caracas, por ocasião da AGNU e da Cúpula ASA, respectivamente, e de volta a Acra, finda a reunião, em avião da empresa. A Embraer teria concordado em realizar o transporte, à exceção do trecho Caracas-Acra, previsto para data em que o avião a ser utilizado já estaria comprometido em outra missão.

6. Dadey comentou, por fim, a questão do projeto de Juale. Segundo ele, a decisão ganense é a de adjudicar a obra à empresa Andrade Gutierrez, nos termos da nota enviada a este Ministério. Fez comentários, no entanto, em linha com a preocupação relatada no parágrafo 4 do tel 664. Deu indicações, a respeito, de que seria possível uma composição de interesses entre a Andrade Gutierrez e a Odebrecht. O Diretor do DEAF ressaltou a importância de entendimentos que permitam o progresso desse primeiro grande projeto entre o Brasil e Gana sem novos percalços e sem atingir a credibilidade das partes envolvidas.

EXTERIORES

AAMC/AAMC

De: BRASEMB ARGEL

Recebido em: 14/01/2008 14:14:27 N.º: 00032

CARAT=Reservado

De Brasemb Argel para Exteriores em 14/01/2008 (LFLR)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DAF III/DOC/COCIT

DESCR=PDEF-XPRO

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 018

CATEG=MG

//

Brasil-Argélia. Defesa e
promoção comercial. Visita ao
Brasil do Chefe do Estado-
Maior da ANP. Sugestão de
eixos da visita.

//

Nr. 00032

RESUMO=

Informo e rogo instruções. Ministério da Defesa argelino encarece resposta à proposta de visita do Chefe do Estado-Maior da ANP. Sugiro eixos de realização da visita em 4 cidades brasileiras.

Ligou-me hoje o Diretor de Relações Exteriores e da Cooperação do Ministério da Defesa, para, tendo em vista visita que o alto comando daquele Ministério realizará à China de 20 a 30 de janeiro corrente, encarecer uma rápida resposta à proposta de concretização da visita do Chefe do Estado-Maior da ANP ao Brasil, General Ahmed Gaïd Salah, na segunda semana de março próximo (9 a 14 de março), objeto do telegrama de referência e de comunicação do DEAF ao DAI/MD, cuja retransmissão muito agradeço.

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 14/01/2008 14:14:27 N.º: 00032

2. Para a parte argelina, seria fundamental, agora, a rápida confirmação do período e uma idéia geral de programa seguindo grandes eixos. O detalhamento seria feito posteriormente, uma vez confirmada a vista em suas grandes linhas.

3. O General Ammar Seffendji reiterou o desejo da parte argelina de realizar um programa de visita de 4 dias úteis, com chegada do Chefe do Estado-Maior à primeira cidade prevista no domingo 9 de março, com tempo para descanso, e a programação tendo início na segunda-feira, 10 de março, com partida na manhã da sexta-feira, dia 14 de março.

4. Do meu ponto de vista, a visita poderia contemplar, na ordem que for possível, visitas a Brasília, São Paulo, São José dos Campos e Rio de Janeiro, com os seguintes eixos:

- Brasília: encontros oficiais com o Ministro da Defesa, os Comandantes das três Forças Singulares e, idealmente, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com Vossa Excelência; briefings no Ministério da Defesa; visita ao CINDACTA; visita a um avião AEW da FAB na Base Aérea de Brasília;

- São Paulo: visitas ao Arsenal de Guerra de São Paulo, à IMBEL, à CBC, à ATECH e à Odebrecht;

- São José dos Campos: visitas ao CTA, à AVIBRÁS, à MECTRON e à EMBRAER;

- Rio de Janeiro: visitas ao Arsenal de Guerra, ao Arsenal da Marinha, à ENGEPRON e à Andrade Gutierrez; apresentação da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança; se possível, demonstração de avião de patrulha marítima da Marinha do Brasil (com vôo panorâmico sobre a região do Rio de Janeiro).

5. O recebimento em audiências pelo Senhor Presidente e por Vossa Excelência, além do Ministro da Defesa, constituiria importante elemento político da programação, essencial na promoção dos interesses brasileiros na área da defesa na Argélia. Nessa ocasião, poderia ser reafirmado o alto interesse do Governo brasileiro na cooperação e no intercâmbio bilaterais na área da defesa, enquanto o Chefe do Estado-Maior da ANP exporia o Governo argelino está disposto a fazer para avançar nos entendimentos presidenciais nesse domínio.

6. As empresas do setor privado engajadas na promoção comercial na área de defesa na Argélia (Embraer, Atech,

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 14/01/2008 14:14:27 N.º: 00032

Odebrecht, Andrade Gutierrez e as associadas da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança) manifestaram-me informalmente, em contatos que com elas tive nos últimos dias, plena disposição de contribuir para a concretização e o êxito da visita do General Gaïd Salah naquilo que estiver ao seu alcance.

7. Muito agradeceria a Vossa Excelência transmitir o que precede ao Ministério da Defesa e habilitar-me a responder à parte argelina, se possível antes do dia 20 de janeiro.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/01/2008 09:12:09 N.º: 00092

De Brasemb Argel para Exteriores em 30/01/2008 (LFLR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC/COCIT
DESCR=PDEF-XPRO-ARGL
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 018, TEL 032
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Defesa e
promoção comercial. Visita ao
Brasil do Chefe do Estado-
Maior da ANP. Providências.
Seguimento.
//

Nr. 00092

RESUMO=

Informo e rogo providências. Atualizo o quadro da
preparação da visita do Chefe do Estado-Maior da ANP.
Peço instruções para audiência que terei no dia 3 de
fevereiro no Ministério da Defesa Nacional argelino.

Gostaria de atualizar o quadro das providências tomadas
pela Embaixada com vistas a coadjuvar a organização da visita
do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argelinas ao
Brasil, na primeira quinzena de março. Em vista da urgência
que me encareceu a parte argelina na confirmação da visita e
na proposição de um esboço de programa em torno de alguns
eixos (fui convocado para audiência no Ministério da Defesa
no dia 3 de fevereiro próximo), contactei diretamente o
Departamento de Assuntos Internacionais do nosso Ministério
da Defesa, a Embraer, a Associação Brasileira de Indústrias

de Material de Defesa e as duas empresas construtoras brasileiras que atuam na Argélia e que têm interesse em licitações de infra-estrutura na área de defesa. Dessa forma, ficou assegurada a "prise en charge" da Delegação pela parte brasileira.

2. A ABIMDE e a Embraer imediatamente manifestaram-me o seu grande interesse na visita e a disposição de ajudar e transmitiram prontamente esse sentimento ao Ministério da Defesa, com o qual passaram a colaborar na elaboração de um esboço de programa. Este previa chegada a Brasília dia 9 de março, domingo, atividades em Brasília (Ministério da Defesa, CINDACTA, ATECH) no dia 10, partida à tarde para São José dos Campos, programa em São José na tarde do dia 10 (Embraer) e manhã do dia 11 (CTA, empresas de defesa), programa em Ribeirão Pires (CBC) na tarde do mesmo dia e partida para o Rio de Janeiro nessa noite, com estada de dois dias inteiros no Rio (12 e 13), para visitas ao AMRJ e empresas, e partida para a Argélia na manhã do dia 14 de março, sexta-feira.

3. Argumentei junto aos meus interlocutores que o programa ficava demasiado sobrecarregado com esse deslocamento a Ribeirão Pires para uma única visita e sugeri, com a concordância deles, que seria útil:

- a) estender o programa em Brasília no dia 10, para que o Chefe do Estado-Maior possa estar com seus contrapartes, os Comandantes das três forças singulares brasileiras, além do já previsto encontro com o Ministro da Defesa e reuniões no âmbito do Ministério da Defesa;
- b) suprimir a ida a Ribeirão Pires pela dificuldade logística, passando a apresentação da CBC para o Rio de Janeiro junto com a apresentação da ABIMDE;
- c) estender o programa em São José dos Campos de forma a permitir uma visita mais detalhada ao CTA, Embraer e demais empresas.

4. Acredito ainda que seria extremamente interessante se na programação do Rio de Janeiro, que comporta um tempo livre para atividade turística, fosse introduzida breve apresentação técnica da Andrade Gutierrez e da Odebrecht, que se localizam no mesmo edifício, facilitando a logística dos encontros, e que têm muito a mostrar na área de infra-estrutura aplicável à defesa (aeroportos, pistas de pouso, portos, etc.).

5. Também me permito sugerir que, caso seja possível, se contemple a possibilidade de um breve encontro do Chefe do Estado-Maior argelino com Vossa Excelência na tarde do dia 10 e uma rápida visita de cortesia ao Presidente da República no

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/01/2008 09:12:09 N.º: 00092

final dessa tarde.

6. Ao conversar sobre alguns desses pontos com o Ministério da Defesa, soube que existe ainda uma dúvida sobre se a proposta brasileira contemplará a segunda semana, como preferido pelos argelinos (9 a 14/03) ou a primeira (2 a 7/03), em função da agenda do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que indicou ter grande interesse em recepcionar o visitante. O programa não mudaria de forma, apenas seria antecipado de uma semana.

7. Na mesma linha de preocupação, Vossa Excelência muito me obsequiaria com eventual orientação sobre o assunto, tendo em vista os prazos exigidos, dos dois lados, para a preparação dessa visita que poderá cumprir o papel de vertebrar a cooperação Brasil-Argélia na área da Defesa, dando-lhe ao mesmo tempo um forte conteúdo comercial, conforme os entendimentos presidenciais de fevereiro de 2006. Seria por isso muito importante que eu possa comparecer à audiência que tenho no dia 3 de fevereiro próximo, domingo, munido de uma resposta firme brasileira sobre o período da visita e sobre o programa básico a ser cumprido pela alta autoridade militar argelina.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/02/2008 14:59:18 N.º: 00105

De Brasemb Argel para Exteriores em 03/02/2008 (LFLR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC/COCIT
DESCR=XPRO-PDEF
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 092, TEL 032, TEL 018
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Defesa e
promoção comercial. Visita ao
Brasil do Chefe do Estado-
Maior da ANP. Conversa no
Ministério da Defesa argelino.
//

Nr. 00105

RESUMO=

Informo e rogo providências. Parte argelina transmite algumas sugestões para o detalhamento do programa tentativo da visita do Chefe do Estado-Maior da ANP e insiste na importância da visita para vertebrar a cooperação e o intercâmbio bilaterais na área de defesa. Transmito por correio eletrônico sugestão de alterações tópicas no esboço de programa informalmente discutido com a parte argelina.

Conforme antecipado no telegrama 92, fui recebido hoje, por quase duas horas, na Diretoria de Relações Exteriores de Cooperação do Ministério da Defesa Nacional argelino. Embora eu tenha aproveitado para tratar dos demais assuntos da pauta bilateral como indicado no aide mémoire que transcrevo em telegrama a seguir, a preocupação central em torno da minha

convocação pelo General Seffendji era discutir o programa tentativo da visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argelinas (ANP), General Ahmed Gaïd Salah, preferentemente, como insiste a parte argelina, na semana de 9 a 14 de março próximo.

2. O General Seffendji indicou estar agora inteiramente voltado à preparação dessa visita, à qual a parte argelina atribui importância capital para avançar na ansiada cooperação e no intercâmbio bilateral com o Brasil na área de defesa. Reconheceu estar sob forte pressão do próprio Chefe do Estado-Maior para levar-lhe precisões e definições sobre a visita e lamentou a inexistência de adido de defesa brasileiro que pudesse servir de facilitador na sua preparação, a exemplo do que ocorre com outros países. Indicou-me, por fim, ter conhecimento, pela Embaixada da Argélia em Brasília, de esboço do programa proposto pela parte brasileira, o qual desejava comentar comigo. Indiquei-lhe então que tinha recebido informalmente versão já algo aperfeiçoada do programa (em relação à que havia transmitido a Embaixada da Argélia em Brasília) e passei a comentá-la com ele ponto por ponto.

3. Em resumo, o General Seffendji disse-me que o programa proposto pela parte brasileira correspondia basicamente às expectativas argelinas, mas solicitou-me dar maior destaque às conversações oficiais no primeiro dia, em Brasília. A preocupação argelina é que o Chefe do Estado-Maior seja primeiro recebido pelas autoridades de defesa e militares - o Ministro da Defesa, o Chefe do Estado-Maior da Defesa e os Comandantes ou Chefes de Estado-Maior das três forças singulares -, para reuniões expressivas de discussão das políticas de defesa e de equipamento militar dos dois países e discussão das solicitações e ofertas de cooperação e fornecimento de material de defesa.

4. Para o General Seffendji, em análise que compartilho, este é o momento central da visita, quando a parte brasileira terá a oportunidade de ouvir, pela voz do maior "decision maker" na área de planejamento e compras de defesa, quais são as necessidades e interesses da Argélia em matéria de equipamento e cooperação, e de indicar-lhe os seus pontos de interesse. A propósito, como comento em telegrama à parte, o Chefe do Estado-Maior argelino deverá mencionar em suas conversações oficiais o projeto de acordo de cooperação na área de defesa, cuja proposta brasileira se encontra ainda em exame pelo lado argelino e será retomada nesta fase final da preparação da visita.

5. Solicitou-me adicionalmente, e com a brevidade possível:

- definir os Hotéis de hospedagem, e os nomes do Oficial de Ligação que acompanhará a visita e do(s) intérprete(s) francês-português a ser(em) usado(s) nos diferentes encontros e visitas;
- definir os interlocutores brasileiros nas reuniões e visitas de caráter oficial, facilitando os seus currículos;
- definir os nomes dos dirigentes empresariais, de preferência no mais alto nível possível, que receberão o Chefe do Estado-Maior a cada visita empresarial;
- aligeirar um pouco o programa em alguns pontos, de forma a prever deslocamentos e pausas em alguns momentos e a distribuir as atividades ao longo de alguns dos dias;
- definir algumas informações sobre se e quando há troca de presentes ou assinatura de livros de visitantes, se há brindes nos almoços ou jantares, qual o formato de cerimônias oficiais de recebimento e despedida, etc.; e
- prever que os deslocamentos internos no Brasil (trechos aéreos Brasília-São José dos Campos e São José dos Campos-Rio de Janeiro) não poderão ser feitos com a aeronave militar argelina e que a parte argelina espera que possam ser feitos em aeronave militar brasileira, o que recomendo vivamente dado inclusive o interesse prático de uma demonstração em voo do Legacy VC-99 do GTE nos dois percursos.

6. O General Seffendji também mostrou interesse na inclusão, no programa, de uma visita às sedes das empresas construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht no Rio de Janeiro, por tratar-se de empresas que estão instaladas na Argélia e que vêm participando de licitações na área de infra-estruturas de defesa.

7. Com base nessas observações e pedidos de informação ou definição, e partindo do esboço de programa que informalmente me foi transmitido pelo Ministério da Defesa - do qual a Embaixada da Argélia tinha conhecimento em versão anterior -, elaborei uma revisão do programa para contemplar esses pontos, identificando a cada compromisso tentativo as informações e definições que cumpriria obter pelo nosso lado, a começar pela própria realização da visita na segunda semana de março, conforme prefere o lado argelino. Transmitirei essas sugestões, na forma de uma revisão do programa original, por correio eletrônico para a DAF-III e a DOC.

8. Muito agradeceria a Vossa Excelência transmitir essas informações e considerações ao Ministério da Defesa, à ABIMDE e às demais empresas interessadas na visita (EMBRAER, Andrade Gutierrez e Odebrecht) e habilitar-me oportunamente a responder aos pedidos de informação ou precisões feitos pelo Ministério argelino da Defesa.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/02/2008 15:58:20 N.º: 00118

De Brasemb Argel para Exteriores em 06/02/2008 (LFLR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/ABC/DOC/DIC/DPG/DFT
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Atividades
desenvolvidas em 2007.
Registro consolidado.
//

Nr. 00118

RESUMO=
Informo. Faço registro consolidado das atividades
substantivas desenvolvidas pelo posto em 2007.

Com o intuito de subsidiar as ações bilaterais ao longo de 2008 nos campos econômico-comercial e de cooperação, faço um registro sumário e consolidado das atividades substantivas do posto em 2007. Essas atividades foram voltadas para a concretização dos compromissos e entendimentos havidos por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (8 e 9 de fevereiro de 2006), da visita oficial do Chanceler argelino (17 a 19 de abril de 2006), da II Reunião da Comissão Mista (17 e 18 de abril de 2006) e do encontro presidencial de Abuja, em paralelo à Cúpula AFRAS (29 de novembro de 2006). Aqueles encontros haviam permitido avançar em vários pontos da agenda bilateral, gerando entendimentos e compromissos cujo cumprimento pelo lado brasileiro é essencial para promover interesses concretos do Brasil na Argélia, para consolidar uma imagem de credibilidade da

parceria e para melhor promover a imagem do potencial brasileiro como parceiro econômico-comercial, paralelamente à boa parceria política existente entre os dois países.

2. Após terem-se falado ao telefone em abril de 2007, quando se acertou a vinda de um enviado especial do Presidente brasileiro a Argel para tratar o tema energético e outros de interesse do Brasil ou da Argélia (ver mais abaixo), os dois Presidentes voltaram a encontrar-se em Berlim, em junho de 2007, à margem da Cúpula do G-8, quando novamente discutiram a relação bilateral e decidiram instruir seus respectivos Governos a trabalhar no seguimento dos compromissos bilaterais.

3. A invocação desses entendimentos presidenciais (em Argel e Abuja, em 2006, e em Berlim, em 2007) tem sido instrumental nas gestões realizadas junto ao Governo argelino para defender maior intercâmbio e cooperação entre os dois países, de forma a diminuir o desequilíbrio estrutural do comércio bilateral, que tem favorecido a Argélia sistematicamente (o déficit acumulado pelo Brasil ao longo do período Bouteflika - 1999 a 2007, inclusive - é de US\$ 12,614 bilhões, com uma média anual de US\$ 1,4 bilhão, cifras que constituem um argumento de peso em favor do pleito brasileiro de favorecimento aos seus interesses comerciais na Argélia).

3. No âmbito da Embaixada, foram realizadas em 2007 as seguintes ações principais no plano das relações bilaterais e da promoção comercial e da imagem do Brasil:

a) gestões em apoio aos interesses das empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht, Atech e Embraer em licitações de que tomavam parte ou para promover os seus interesses em outras oportunidades no âmbito do Governo argelino;

b) gestões e ações em apoio à consolidação da reabertura do mercado argelino para a carne bovina fresca congelada e a abertura de outros nichos do mercado argelino para produtos do agronegócio brasileiro (leite e produtos lácteos, carne de aves, carne fresca embalada a vácuo, ovos férteis e pintos de um dia, gado em pé, vacas leiteiras);

c) realização das seguintes missões brasileiras de cooperação técnica, sob a direção da ABC:

- cooperação nas áreas de tratamento de queimados (uma missão de negociação de projetos, em abril de 2007);
- cirurgia cardiovascular pediátrica (três missões do Instituto Nacional de Cardiologia, sendo uma de entendimentos

prévios, uma de avaliação e uma operatória, respectivamente em junho, novembro e dezembro de 2007);

- cooperação na área de recursos florestais e proteção de zonas úmidas (uma missão da Universidade de Viçosa para avaliação de projetos, em abril de 2007);
- cooperação em artesanato em pedras semi-preciosas (uma missão da ABRAGEM para avaliação de projeto, em junho de 2007);

d) realização das seguintes missões ou visitas de caráter técnico ou técnico-político:

- missão argelina do setor de minas, que visitou o Brasil para conhecer projetos brasileiros e discutir cooperação institucional (janeiro de 2007);
- missão técnica da Sonatrach ao Brasil, para conhecer as instalações e atividades da Petrobrás e discutir as perspectivas da parceria empresarial Sonatrach-Petrobrás (março de 2007);
- missão da Petrobrás, chefiada pelo Presidente da empresa, para lançar as bases para o desenvolvimento de parceria e cooperação entre a Petrobrás e a Sonatrach, com a assinatura de dois memoranda de entendimento (maio de 2007);
- visita de dois formadores de opinião argelinos ao Brasil (outubro de 2007);
- visita oficial ao Brasil (São Paulo, Lins, Uberaba, Brasília, Petrolina e Recife) do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Argélia (novembro de 2007);

e) expedição de convites oficiais para as visitas ao Brasil dos Ministros de Recursos Hídricos (visita realizada em janeiro de 2008) e de Obras Públicas (prevista para março de 2008) e reiteração do convite para a visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argelinas (prevista para março de 2008).

f) criação e colocação em funcionamento da "Home Page" da Embaixada no endereço www.ambresil.dz;

g) colocação em funcionamento da página consular da Embaixada no sítio consular do Itamaraty www.abe.mre.gov.br;

h) realização, em associação com a empresa Minerva, de um churrasco promocional da carne brasileira (junho de 2007);

i) participação ampliada do Brasil na Feira Internacional de Argel (junho de 2007);

j) realização de missão de esclarecimento e informação da

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/02/2008 15:58:20 N.º: 00118

ABIEC, para promover a carne brasileira na Argélia, seguida de missão de entidade especializada na certificação Halal (setembro de 2007);

l) realização de dois concertos de choro brasileiro, pelo grupo "Choro e Companhia" (outubro de 2007);

m) seguimento das ações visando a gerar uma cooperação e um intercâmbio bilaterais na área de defesa, com ênfase na visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argelinas, prevista para março de 2008;

4. Não pôde ser realizada a missão do então Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, à Argélia, como Enviado Extraordinário do Presidente Lula, em maio de 2007, conforme entendimento presidencial de abril de 2007. Parte importante da missão originalmente concebida foi cumprida, entretanto, pela missão da Petrobrás, chefiada pelo seu Presidente, deixando-se para mais adiante a vinda do Enviado Especial, possivelmente na figura do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge, que já manifestou sua disposição de visitar oficialmente a Argélia no primeiro semestre de 2008.

5. Vossa Excelência aceitou convite do Chanceler argelino para visitar a Argélia em data a ser ainda definida ao longo de 2008, possivelmente em vinculação com a III Reunião da Comissão Mista, que foi condicionada pelos dois lados a mais avanços na implementação dos compromissos da II Comista. Esses avanços dependem, em especial, mas não exclusivamente, da conclusão e posta em prática dos demais projetos de cooperação discutidos ao longo de 2007, além do projeto de cooperação na área de cirurgia cardiovascular pediátrica, já em andamento muito satisfatório.

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 07/04/2008 09:01:49 N.º: 00282

De Brasemb Argel para Exteriores em 07/04/2008 (ATFD)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF III/DOC/ABC
DESCR=PEXT-BRAS-ARGL
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 113, TEL 253, TEL 267
CATEG=MG

//
Brasil-Argélia. Relações
bilaterais e promoção comer-
cial. Visita do Ministro de
Obras Públicas. Contraproposta
de datas do MDIC. Aceitação.
//

Nr. 00282

RESUMO=

Informo e rogo providências. Secretário-Geral do Ministério de Obras Públicas confirma por escrito a aceitação da contraproposta de datas para a visita ao Brasil do Ministro Amar Ghoul (5 a 9 de maio de 2008).

Referência adicional ao telegrama 274. Por fax oficial datado de 6 de abril corrente, o Secretário-Geral do Ministério de Obras Públicas indicou a aceitação da contraproposta de datas para a visita ao Brasil do Ministro Amar Ghoul. Os vãos de chegada e partida e a composição da delegação serão informados oportunamente, segundo a mesma comunicação.

2.Muito agradeceria indicar-me, tão logo possível, a data e

De: BRASEMB ARGEL
CARAT=Reservado

Recebido em: 07/04/2008 09:01:49 N.º: 00282

o local em que o Ministro Ghoul se encontrará com o Ministro Miguel Jorge e bem assim outros elementos da programação oficial sugerida para o Ministro argelino.

3. Recordo que as empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez (ambas participantes da consulta restrita ao Brasil para a construção do viaduto de Constantine e a última já com dois contratos de obras em andamento junto ao Ministério de Obras Públicas) têm grande interesse direto na visita e se dispõem a colaborar amplamente na organização e realização do programa, em particular no que se refere à visita de grandes obras na área de competência do Ministro Ghoul (rodovias, pontes, portos, etc.).

Sérgio França Danese, Embaixador

SFD

De: BRASEMB ASSUNÇÃO
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/11/2009 18:19:42 N.º: 02370

De Brasemb Assunção para Exteriores em 12/11/2009 (GVMOTA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM II/DMC/DOC/DBR/DNI
DESCR=PEXT-PARG
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 2331
CATEG=MG

//

Paraguai. Política Externa.
Seminário "Políticas Externas
dos Governos do Cone Sul".
Relato.

//

Nr. 02370

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas
na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Relato as reflexões emanadas de seminário sobre as políticas externas dos governos do Cone Sul, realizado pela Chancelaria paraguaia. O Brasil e a política externa do Governo Lula, previsivelmente, foram objeto de várias menções e análises durante a jornada de debates.

Realizou-se em Assunção na data de ontem (11.11), por ocasião da comemoração do "Dia da Diplomacia Paraguaia", o seminário "As Políticas Externas do Cone Sul: a Visão da Inserção Paraguaia na Região e Como a Região Vê o Paraguai." Organizado pela Chancelaria em conjunto com a Fundação Friedrich Ebert, o evento contou com expositores de diversos países da região(ver tel.ref.) Estavam presentes também o Assessor Internacional da Presidência, Gustavo Codas, e

vários políticos locais, dentre os quais destaco o líder da UNACE, Lino Oviedo. Previsivelmente, o Brasil foi amplamente mencionado, em virtude de sua importância para a política externa paraguaia.

2. O uruguaio Gerardo Caetano, Diretor Acadêmico do CEFIR - Centro de Formação para a Integração Regional, foi o primeiro a tecer maiores considerações sobre a política externa brasileira. Alertou que "as deficiências da integração regional aumentam as tentações bilaterais e mencionou a possibilidade, "sempre negada pela Chancelaria brasileira", de que o Brasil venha a assinar acordo bilateral de comércio com a União Européia. Gerardo Caetano sublinhou, com grande ênfase, que "a eleição presidencial no Brasil no ano que vem poderá constituir o maior divisor de águas da história do processo de integração regional." Também deu voz às queixas contra um percebido "protecionismo" de Brasil e Argentina; embora concedendo que o Brasil tem avançado mais que a Argentina na definição de uma agenda externa regional comum, observou que, "a cada vez que um caminhão uruguaio é detido na fronteira brasileira, a batalha cultural pela integração junto à opinião pública sofre um duro revés."

3. O relançamento do URUPABOL, "uma associação estratégica de países pequenos e necessitados de desenvolvimento", foi objeto de comentários do Professor Caetano, segundo o qual o principal déficit de Uruguai e Paraguai consistiria na falta de desenvolvimento industrial. Para isso, "seria necessário que o Brasil pague o custo da liderança e do gigantismo, como fizeram Alemanha e França na União Européia." Adentrando na seara histórica, Caetano reclamou da falta de uma narrativa comum no continente, "onde até hoje se ensina História sem ensinar a verdade sobre a Guerra do Paraguai", e propôs que seja seguido o exemplo europeu, onde "tanto historiadores franceses como alemães são autores dos livros didáticos utilizados indistintamente no continente."

4. Deisy Ventura, Professora do Instituto de Relações Internacionais da USP, comentou a política externa do Governo Lula. Segundo esta, "até 2003, o Brasil adotava a postura de um país contente com a ordem internacional e percebia que nenhum ganho poderia advir do confronto com o dito mundo desenvolvido." A partir do Governo Lula, esta política teria mudado, tendo como seus pontos altos a rejeição da ALCA e o protagonismo assumido nas negociações da OMC. A política externa do governo Lula se caracterizaria pela ênfase Sul-Sul e pela busca de relações tranquilas com o mundo desenvolvido. Neste contexto, Deisy Ventura destacou várias prioridades, a primeira das quais seria a integração regional, seguida pelo

relacionamento com os BRICS, a África e a participação no esforço de pacificação e reconstrução do Haiti. No contexto regional, comentou uma percebida "política de não-confrontação com os vizinhos" e de valorização sobretudo do processo de integração. A manutenção da atitude pacificadora nas crises com Bolívia (Petrobrás) e Equador (Odebrecht) tiveram, segundo Ventura, alto custo político para o Governo Lula, "acusado pela oposição de colocar afinidades ideológicas acima do interesse nacional." A acadêmica da USP classificou a política externa do Governo Lula como "corajosa e heterodoxa, muitas vezes aparentemente contraditória, mas dotada de grande liberdade de opções e grande autonomia." Teceu críticas, todavia, à diversificação da política externa brasileira ("quem tem muitas prioridades acaba por não ter prioridade nenhuma") e à percebida falta de aprofundamento do MERCOSUL ("Presidente Lula promove um `MERCOSUL virtual`, muito presente no discurso mas muito distante das posições adotadas na mesa de negociações").

5. A Professora Ventura também teceu considerações sobre o possível impacto do resultado da eleição presidencial brasileira sobre o processo de integração. Citando como exemplo declarações do Senador Arthur Virgílio(PSDB) durante o debate sobre a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, comentou que "há forças internas no Brasil que propõem um retrocesso no Mercosul, uma volta ao `status` de zona de livre comércio" e elencou o Governador de São Paulo, José Serra, como um dos políticos a adotar a visão de que "o Brasil não deveria estar atrelado aos outros países do MERCOSUL."

6. A acadêmica da USP elogiou o papel desempenhado pelo FOCEM e observou que a visão que o Brasil tem das relações com o Paraguai é uma visão de esperança, de que os itens pendentes da agenda bilateral - reivindicações sobre Itaipu, brasiguaios, tríplice fronteira - poderão ser adequadamente solucionados. A percepção brasileira, segundo Ventura, é de que o Paraguai abandonou a diplomacia pendular entre Estados Unidos e Brasil e desenvolveu uma visão de autonomia em relação aos interesses norte-americanos.

7. O Vice-Chanceler Lara Castro apresentou a "recuperação da soberania energética", tema de campanha do Presidente Fernando Lugo, como a "prioridade número 1" da política externa paraguaia. Após descrever a negociação e as reivindicações paraguaias que culminaram no acordo de 25 de julho, declarou que a intenção do Paraguai é "redefinir as relações bilaterais com o Brasil" e usar nas negociações energéticas um enfoque "mais que bilateral, e sim de integração regional" - enfoque também adotado nas negociações

com a Argentina sobre Yaciretá. O Vice-Chanceler elencou também outras prioridades da atual política externa paraguaia: 1)recuperação da imagem externa do país; 2)abandono de uma política externa isolacionista e busca de novos parceiros; 3)retomada do URUPABOL, inclusive em sua vertente energética, com o projeto de construção do gasoduto URUPABOL; 4)diálogo com parceiros como o Chile e a Venezuela. Especificamente no que diz respeito à entrada da Venezuela no Mercosul, Lara Castro declarou-se a favor do alargamento do bloco, ponderando que "os personagens passam, mas os Estados permanecem".

8. O Assessor Internacional da Presidência da República, Gustavo Codas, declarou que, em sua visão, a prioridade da política externa paraguaia deve ser "rediscutir as relações Sul-Sul, as assimetrias e dinâmicas dentro do Sul, para que não se reproduza na relação Sul-Sul a dominação que se costumava criticar na relação Norte-Sul." Assinalou a mudança no panorama político paraguaio marcada pela ascensão de Lugo ao poder e minimizou a recente agitação interna, afirmando que "no Paraguai, ou há duas crises políticas por semana ou não se está dentro da normalidade." Os recentes sinais de instabilidade não passariam de "ruídos políticos", fruto de naturais "dores de parto democráticas". O Assessor Internacional da PR criticou duramente "os governos dos últimos 60 anos, que grudaram o Paraguai ao Brasil e fomentaram o nascimento de uma economia informal que em grande medida é vinculada ao crime organizado brasileiro." Segundo Codas, o grande problema do Paraguai é interno e consiste "nas elites que governaram 60 anos sem ter um projeto nacional, criando um país que não levava uma agenda de desenvolvimento nacional para a mesa de negociação." O esforço do Governo Lugo, afirma, será de "reconstruir o Estado paraguaio, recuperar sua soberania e redefinir as relações com os vizinhos, inserindo-as em um contexto de integração."

9. Codas elogiou ainda "o esforço da diplomacia brasileira que, em conjunto com o BNDES, durante o Governo Lula orientou o empresariado brasileiro para a América do Sul." As missões empresariais promovidas pelo Itamaraty e a cristalização da América do Sul como um parceiro importante, distinto de Estados Unidos e Europa, permitiram, segundo Codas, que o discurso de oposição à ALCA adquirisse consistência. O Assessor Presidencial elogiou a "estratégia do Governo Lula, que conseguiu incutir na elite empresarial brasileira a perspectiva Sul-Sul", mas advertiu que o lado negativo desta estratégia é que "a voracidade do capitalismo brasileiro se abate sobre a região." Por fim, Codas se referiu em termos

De: BRASEMB ASSUNÇÃO
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/11/2009 18:19:42 N.º: 02370

positivos aos acordos de 25 de julho, que segundo este "avançam em vários pontos no novo tipo de relação que Brasil e Paraguai querem criar" e reconheceu a estratégia paraguaia de, se necessário, buscar multilateralizar o tema de Itaipu, "apresentando as reivindicações paraguaias em todos os cenários internacionais."

EDUARDO DOS SANTOS, Embaixador

ABN

De: SÉRIE BAGDAD
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/04/2009 14:39:08 N.º: 00157

De Brasemb Bagdá para Exteriores em 04/04/2009 (ACMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOM II/DOC/DREN/CGFIN/COCIT/C
DESCR=PEXT-XPRO-GVIO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 044, TEL 154, TEL 156
CATEG=MG

//

Iraque. Visita ao
Brasil do Ministro do
Planejamento.

//

Nr. 00157

À ATENÇÃO DO EMBAIXADOR HENRIQUE SARDINHA PINTO (DPR)

Informo e rogo providências. Em comunicação telefônica recebida às 12:00 horas do dia 04/04/2009 do Chefe de Gabinete do Ministro do Planejamento do Iraque Ministro, senhor Ahmed Al-Yassery, fui informado de que, numa mudança de posição, o Dr. Ali Ghalib Baban teria de partir do Brasil, na sua vigem de regresso ao Iraque, no mais tardar na madrugada de domingo (12/04/2009) isto porque teria necessariamente de participar, em Bagdá, de reunião do Gabinete a ter lugar no dia 14. Nessas condições, as sugestões de programa para o dia 13/04/2009, que havia apresentado no tel 156 à luz das indicações recebidas do mencionado Chefe de Gabinete, ficam prejudicadas. Por outro lado, o senhor Ahmed Al-Yassery observou que, além de encontros com indústrias das áreas de veículos e de armamentos, e com instituições financeiras, o Dr. Ali Ghalib Baban (sempre por instruções do Primeiro-Ministro Maliki) desejava que contactos fossem feitos também no setor das empresas de construção. Foi-me explicado haver interesse muito especial em relação a tal setor.

De: SÉRIE BAGDAD
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/04/2009 14:39:08 N.º: 00157

2. Ponderou o meu interlocutor saber bem que, para que as preferências do Ministro do Planejamento do Iraque pudessem ser atendidas, a solução seria possivelmente a substituição de alguns dos itens já programados na forma das indicações que me foram transmitidas pelo desptel 044. Nessa linha de pensamento e apesar de ciente da dificuldade de efetuar a tempo tais ajustes, opinaria no sentido de que se tentasse: (a) em São Paulo, no dia 06/04/2009, concluir a programação da Câmara Brasil-Iraque de Comércio e Indústria às 14:00 horas no mais tardar, e substituir o encontro com representantes da DEDINI por visitas a uma ou duas empresas da área da construção, que poderiam ser a ODEBRECHT e a ANDRADE GUTIERREZ, com adiamento da hora de partida para Brasília; (b) em Brasília, no dia 07/04/2009, se o setor de construção não tiver ficado suficientemente coberto na véspera, substituir o encontro na INFRAERO, previsto para as 09:00 horas, por visita a empresa de construção; (c) no Rio de Janeiro, no dia 08/04/2009, acrescentar, após o encontro na ONIP, previsto para as 15:00 horas, uma visita ao BNDES, com adiamento se necessário da hora de partida para São Paulo; e (d) no dia 09/04/2009, após a visita à EMBRAER em São José dos Campos, acrescentar não apenas visita à AVIBRAS (proposta já no tel 156), mas também, na viagem de retorno a São Paulo, visita à VOLKSWAGEN DO BRASIL.

3. Bem compreendo as dificuldades envolvidas, mas estimaria ainda assim que fosse feito um esforço para atender o desejo manifestado pelo lado iraquiano.

BERNARDO DE AZEVEDO BRITO, Embaixador

BAB

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 07/03/2008 10:23:08 N.º: 00238

De Brasemb Berlim para Exteriores em 22/02/2008 (PADT)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPR/DPG/DE I
DESCR=XPRO-BRAS-RFA
RTM=FRABREM, ITABREM, CORBREM, JAPBREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1451 2007
CATEG=MG

//
Brasil-Alemanha. Promoção
comercial. Trem de Alta
Velocidade entre Rio e São
Paulo. Reunião no Minitério da
Economia. Relato
//

Nota da DCA: Redistribuído para DPG/DOC/DE I em 07/03/2008

Nr. 00238

Retransmissão automática para Brasemb Paris, Brasemb Roma,
Brasemb Seul e Brasemb Tóquio

RESUMO=
Informo. Relato reunião ocorrida no Ministério da
Economia referente ao projeto de construção do Trem
de Alta Velocidade entre Rio de Janeiro e São Paulo,
em eventual cooperação com grupo alemão.

Realizou-se esta semana encontro entre o empresário Ingo
Plöger, da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, e o
Subsecretário para Economia Internacional e Políticas de
Desenvolvimento, Michael Kruse, do Ministério da Economia da
Alemanha, relativo ao projeto de construção de corredor
ferroviário para trens de alta velocidade entre as cidades do

Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. A reunião foi agendada a pedido do empresário Ingo Plöger, em atendimento à solicitação a ele encaminhada pelo Ministério dos Transportes. O Dr. Plöger foi acompanhado pela Secretária Von der Weid.

2.O encontro teve por objetivo retomar os contatos com a parte alemã a respeito do projeto de Trem de Alta Velocidade (TAV). Conforme recordou o senhor Plöger, em meados dos anos 90, o Governo brasileiro decidiu desenvolver estudo para identificar oportunidades de investimentos na modernização do sistema de transporte entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Como consequência, foi assinado Memorando de Entendimento Brasil-Alemanha sobre Cooperação na Área de Transportes, em setembro de 1996, por meio do qual o Ministério dos Transportes e o Ministério da Cooperação da Alemanha, em associação ao banco estatal KfW ("Kredit für Wiederaufbau"), elaboraram estudo de viabilidade econômico-financeira para o projeto, concluído em 1999. Apesar da assinatura do Memorando e da conclusão do estudo, o projeto não se concretizou na ocasião.

3.Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como com a perspectiva de investimentos visando à Copa do Mundo de 2014, o projeto do TAV foi novamente retomado. Neste contexto, o senhor Plöger apresentou à parte alemã o que definiu como "status-quo" da iniciativa: até o momento, dois grupos financeiros teriam manifestado interesse, junto ao Governo federal, em participar do projeto: um italiano, ITALPLAN, cujo estudo de viabilidade econômico-financeira do TAV já fora entregue ao Governo, e outro de origem coreana. Em seguida, o empresário adiantou ao Subsecretário Kruse que o governo brasileiro decidira em favor da elaboração de estudo mais apurado com relação à viabilidade econômico-financeira do TAV, uma vez que os dados apresentados pelo grupo italiano pareceram imprecisos ao Grupo Interministerial formado para implementar o projeto em tela (composto pela Casa Civil, pelo Ministério dos Transportes, pela estatal Valec e pelo BNDES). Ademais, em razão da existência de cronograma limitado para a concretização do projeto em epígrafe (Copa do Mundo de 2014), pareceria mais prático e eficaz a atualização do estudo elaborado em 1999 pela cooperação teuto-brasileira - a esse respeito, vale enfatizar que o estudo de 1999 previa um período de sete anos para a construção do TAV.

4.Em linhas gerais, o objetivo do projeto em epígrafe seria criar linha ferroviária de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, atendendo à

demanda não apenas de passageiros, mas fundamentalmente de carga, ao proporcionar canal alternativo de escoamento da produção do interior do estado de São Paulo. Ademais, buscar-se-ia, com o TAV, desafogar a malha aérea do sudeste, por meio do estabelecimento de linha direta entre os aeroportos Tom Jobim (RJ), Guarulhos (SP) e Viracopos (Campinas).

5. Por fim, o Senhor Plöger sugeriu que eventual decisão da Alemanha em favor da atualização do estudo de 1999 poderia beneficiar-se de contexto econômico favorável vivenciado pelo Brasil, bem como da visita da Chanceler Federal, Ângela Merkel, ao Brasil, prevista para maio do corrente.

6. A parte alemã reagiu à exposição do senhor Plöger com interesse e demonstrou estar ciente do tema, tendo em vista sua inclusão na agenda da reunião que o governador Sérgio Cabral Filho manteve com o Vice-Ministro Pfaffenbach, em novembro de 2007. No entanto, adiantou de início que o Ministério da Economia não teria como financiar a atualização do estudo. Acrescentou ainda que dificilmente o Ministério da Cooperação, anteriormente envolvido no projeto, manteria o compromisso de 1999, uma vez que as prioridades daquele órgão estariam voltadas para grupo seleto de países, tendo como foco o combate à pobreza. No entanto, indicou interesse em contactar os participantes do projeto de 1999 (em especial o KfW, a DE-Consulting e a Lufthansa Consulting) no intuito de comunicar o ressurgimento do projeto. Neste sentido, sondou o senhor Plöger se contatos teriam sido mantidos com os parceiros mencionados. O empresário brasileiro indicou que fizera contato com o KfW previamente à sua chegada a esta capital, e que representante do KfW estaria ciente da realização do encontro no Ministério da Economia e acompanhando de perto o desenrolar das negociações do TAV.

7. Ainda no tocante ao financiamento, o lado alemão sugeriu retomar os contatos com a Siemens, que apresentara, em outubro de 2004, estudo de viabilidade do TAV, em associação à Interglobal e à Odebrecht. Neste contexto, aventou a possibilidade de o governo regional da Baviera, sede da Siemens, contribuir na atualização do estudo do TAV. A esse respeito, Kruse insistiu que o Ministério da Economia manteria sua neutralidade entre empresas e governos estaduais.

8. O Subsecretário Kruse também procurou informar-se sobre a possibilidade de participação do Governo brasileiro, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e mesmo do Banco Mundial, no financiamento do empreendimento em epígrafe. Com relação a esse último tema, foi relatada a

atual opção do País pelas parcerias público-privado em obras de infra-estrutura, bem como a decisão, anunciada recentemente pela imprensa, da participação do BID no projeto. Da mesma forma, a parte alemã indagou sobre demais interessados no projeto, em especial se haveria interesse de grupos franceses e japoneses em participar da licitação do TAV. Plöger esclareceu que teria conhecimento apenas de interesses italianos, coreanos e, inclusive, chineses, e que a imprensa no Brasil havia divulgado interesses franceses e japoneses, que ele, contudo, não poderia confirmar.

9.Em seguida, o Subsecretário Kruse insistiu na importância das gestões do Governador Sérgio Cabral Filho junto às partes interessadas (mencionou especialmente a DE-Consult - "Deutsche Eisenbahn Consulting"), bem como ao governo alemão, e demonstrou otimismo com a perspectiva do tema ser levado adiante durante a visita à Alemanha do Governador. Sugeriu, ainda, que seja incluído no itinerário do Governador, trecho a ser realizado de trem, como forma de apresentá-lo à tecnologia do ICE - trem de alta velocidade alemão. No tocante à visita da Chanceler Merkel ao Brasil, Kruse indagou a funcionários do Ministério da Economia presentes à reunião, se haveria delegação econômica acompanhando a Chanceler. A chefe do Departamento de América Latina daquele órgão, Hilde Welte, adiantou não estar informada a respeito.

10.Por fim, o lado alemão indagou sobre demais projetos de infraestrutura, em particular envolvendo ferrovias, atualmente em andamento no Brasil. Neste contexto, Plöger mencionou projetos de infra-estrutura, de âmbito sul-americano, como a ponte entre Brasil e Guiana Francesa, a rodovia ligando o Brasil ao Peru, além de projetos de gasodutos. No plano nacional, mencionaram-se os projetos do anel ferroviário em São Paulo, a ligação São Paulo-Guarulhos, além da Ferrovia Norte-Sul. À luz desses comentários, Kruse elogiou a política de integração implementada pelo Governo brasileiro e registrou que a Alemanha seria o parceiro ideal para projetos de infra-estrutura, sendo o GT de Infra-estrutura da Comissão Mista bilateral foro adequado para dar prosseguimento à cooperação nesta área.

11.Kruse se comprometeu a acompanhar o projeto do TAV e reafirmou que o Governo alemão está disposto a atuar como intermediador na empreitada - sempre sinalizando seu comprometimento com a neutralidade em relação às empresas contatadas, à tecnologia a ser escolhida, bem como a eventuais colaborações de estados alemães.

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 07/03/2008 10:23:08 N.º: 00238

SEIXAS CORRÊA, Embaixador

CHVDW

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/03/2008 18:26:24 N.º: 00345

De Brasemb Berlim para Exteriores em 14/03/2008 (MIO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DE I/DPG/DREN
DESCR=PEXT-RFA
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Alemanha. Política Externa.
Fundação Konrad Adenauer.
Conferência sobre Alemanha,
Europa e América Latina.
Berlim, 8 de maio de 2008.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DPG/DE I/DREN em 24/03/2008

Nr. 00345

RESUMO=

Informo e peço providências. Fundação Konrad Adenauer, vinculada ao partido da Chanceler Merkel, informa sobre realização de Conferência sobre a América Latina, em Berlim, em 8 de maio próximo, e pede os bons ofícios da Embaixada no sentido de assegurar a participação de empresário brasileiro de destaque no evento.

O Líder para Assuntos de Política Exterior da Bancada da CDU/CSU no Bundestag, Deputado Eckart von Klaeden, antecipou-me estar sendo preparada Conferência "Deutschland, Europa und Lateinamerika: Eine gemeinsame Zukunft partnerschaftlich gestalten" (Alemanha, Europa e América Latina: Desenhando em Conjunto um Futuro Comum), a ser realizada em Berlim, em 8 de

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/03/2008 18:26:24 N.º: 00345

maio de 2008. O evento é parte de uma série de iniciativas organizadas pela Fundação Konrad Adenauer, vinculada à CDU, para elevar o grau de interesse do governo e da classe política sobre a América Latina. A Chanceler Ângela Merkel confirmou participação no evento. Peter Mandelson e Benita Ferrero também foram convidados.

2. Posteriormente, fui procurado pelo Senhor Heirich Kreft, Assessor Sênior para Política Exterior da bancada da CSU/CDU no Bundestag, que solicitou os bons ofícios da Embaixada no sentido de assegurar a participação de um empresário brasileiro de renome no encontro, tendo indicado especial interesse na participação do Sr. José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobrás. O Sr. Gabrielli participaria do Painel "América Latina e Europa como Parceiros de Comércio e Investimentos", previsto para ocorrer no dia 8 de maio, das 16h às 17h30h.

3. De minha parte, considero o evento uma excelente oportunidade para apresentar ao público alemão a visão do empresariado brasileiro sobre as oportunidades de comércio e investimento no relacionamento bilateral, sobretudo no contexto da preparação para a visita da Chanceler Ângela Merkel ao Brasil, para a qual o evento poderá prestar importante contribuição.

4. Tendo em vista a natureza do painel, sugeriria, na eventual impossibilidade de participação do Sr. Gabrielli, avaliar-se ainda os nomes do ex-Ministro Luiz Fernando Furlan (sobretudo em função do painel e da participação de Mandelson), do Presidente da FIESP, ou ainda dos Presidentes da Embraer, da Brasken, da Odebrecht ou da Vale do Rio Doce.

5. Estou transmitindo por fax o programa provisório do evento.

SEIXAS CORRÊA, Embaixador

NAGC

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 20/04/2010 10:38:35 N.º: 00580

De Brasemb Berlim para Exteriores em 20/04/2010 (DAG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SG/DMAE/COCIT/DPG/DCTEC/DE I
DESCR=PEXT-PDEF-XPRO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1351 2009, TEL 1410 2009, TEL 1476 2009
CATEG=MG

//
Brasil-Alemanha. EADS.
PRONASCI. Encontro Econômico.
Diálogo com Vice-Presidente da
EADS França.
//

Nr. 00580

RESUMO=
Vice-Presidente da EADS para a América Latina
sublinha interesse do grupo franco-alemão em
intensificar cooperação com o Brasil no âmbito do
Acordo bilateral sobre Parceria e Cooperação em
Segurança Pública e em áreas de tecnologia avançada
como a aeroespacial.

À atenção do Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama

Mantive em 16 de abril, conversa telefônica com o Sr.
Christian Gras, Vice-Presidente no Grupo EADS na América
Latina, que se encontra na Alemanha. O Sr. Gras ligou-me para
ênfaticamente o interesse da EADS em intensificar, com a
corporação franco-alemã, a cooperação em defesa e segurança
pública no âmbito do Acordo bilateral sobre Parceria e
Cooperação em Segurança Pública (de novembro de 2008) e da

Declaração Conjunta bilateral de Intenções sobre Cooperação em Matéria de Segurança Pública (de dezembro último). O crescente interesse da EADS, principalmente de seu ramo alemão, é comprovado pela atuação do CEO da EADS alemã, Sr. Stefan Zoller, que preside grupo de empresários da Federação das Indústrias Alemãs responsável pelo Brasil (o "BDI Brazil Board", ver tels 285 e 476), e integrará a delegação empresarial que acompanhará o Ministro da Economia alemão, Rainer Brüderle, em sua visita ao Brasil (ver aditamento ao tel 551).

2.0 Sr. Gras relatou-me que a Odebrecht está ultimando providências para criar uma subsidiária na área de defesa. Essa nova empresa está sendo criada em virtude do programa de modernização do Exército brasileiro, que pretende intensificar o uso de novas tecnologias por aquela firma. Meu interlocutor disse-me estarem avançadas as tratativas para alguma cooperação entre a EADS e a Odebrecht, que atuará na área de defesa.

3.0 Sr. Gras disse-me, adicionalmente, que a Odebrecht deve ter participação no capital da Helibrás, assunto recentemente tratado pela alta direção das duas empresas. Sublinhou, ainda, que no segmento de segurança pública, a Helibrás examina a viabilidade de produzir no Brasil helicópteros com tecnologia alemã para uso policial, considerados os melhores do mundo em sua categoria. Sugeri-lhe que a EADS estimule a Odebrecht a participar do XXVIII Encontro Econômico Brasil-Alemanha (Munique, 31.05-01.06.2010), de modo a fortalecer os contatos da firma brasileira com empresários e fornecedores alemães.

4. Recordei a meu interlocutor que, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República a Berlim em dezembro último, ficara acertada uma viagem do Ministro da Defesa à Alemanha. Argumentei requerer essa viagem preparação não só junto ao Governo alemão, mas, também, junto a empresas que tenham interesse em cooperar com o Brasil em termos de investimentos e transferência de tecnologia.

5. Também falamos sobre a possibilidade de maior participação da EADS na cooperação bilateral em CT&I, por exemplo na área aeroespacial, particularmente na construção de satélites e de veículos lançadores. Há interesse no uso comercial desses equipamentos. Disse-me o Sr. Gras deter a EADS alemã importante tecnologia no setor de satélites. Já no ramo dos lançadores, o ramo francês seria o mais ativo.

6. Recordei-lhe ter o Brasil experiência significativa na

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 20/04/2010 10:38:35 N.º: 00580

área de satélites em virtude de nossa cooperação com a China. O INPE acumulou grande experiência, além de ter engajado número importante de empresas do setor aeroespacial, especialmente PMEs localizadas na região de São José dos Campos. Disse-lhe, adicionalmente, que no domínio dos lançadores se iniciara, há alguns anos, cooperação com a Rússia, país com o qual celebráramos, inclusive, um Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologias que serviria como marco jurídico para disciplinar as relações entre entidades russas e brasileiras. Recordei-lhe, igualmente, a cooperação com a Ucrânia, que levou à criação da empresa binacional Alcantara Cyclone Space (ACS). Por fim, assinalei ao Sr. Gras o significado do crescente interesse de sua empresa no Brasil justamente no momento em que se iniciam as atividades do Ano Brasil-Alemanha de Cooperação em CT&I. Sugeri a meu interlocutor, que regressará brevemente ao Brasil, manter contatos com o INPE e o CTA.

7.O interesse da EADS no setor aeroespacial é importante, especialmente ante as condições que tem o Brasil de se tornar pólo de produção e lançamento de engenhos espaciais. A propósito, muito me beneficiariam informações atualizadas sobre a reconstrução do Centro de Lançamentos de Alcântara, bem como sobre investimentos no programa espacial brasileiro.

8.Caso o Sr. Gras, ao voltar ao Brasil, manifeste interesse em encontro com o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, na condição de Presidente da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, peço considerar a possibilidade de recebê-lo, tendo em vista tratar-se de interlocutor importante para o Brasil num grupo empresarial cujo ramo alemão tem demonstrado crescente interesse em investimentos no Brasil. O Sr. Gras está deixando seu posto no Brasil e deverá assumir posição elevada na EADS. Sua capacidade de interlocução no Brasil e seu conhecimento do país, além dos vínculos pessoais (esposa e filho), certamente lhe reservam um papel estratégico nas decisões da EADS em relação ao país. (Luiz Eduardo Gonçalves)

EVERTON VIEIRA VARGAS, Embaixador

LEFCG

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 20/04/2010 14:43:21 N.º: 00586

De Brasemb Berlim para Exteriores em 20/04/2010 (DAG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SG/DMAE/COCIT/DPG/DCTEC/DE I
DESCR=PEXT-PDEF-XPRO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1351 2009, TEL 1410 2009, TEL 1476 2009
CATEG=MG

//

Brasil-Alemanha. Cooperação
nos setores de defesa e aero-
espacial. Encontro Econômico.
Diálogo com Vice-Presidente da
EADS América Latina.

//

Nr. 00586

RESUMO=

Vice-Presidente da EADS para a América Latina
sublinha interesse do grupo franco-alemão em
intensificar cooperação com o Brasil no âmbito do
Acordo bilateral sobre Parceria e Cooperação em
Segurança Pública e em áreas de tecnologia avançada
como a aeroespacial.

À atenção do Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama

REPETIÇÃO PARA CORREÇÃO DE TEXTO

Mantive em 16 de abril, conversa telefônica com o Sr.
Christian Gras, Vice-Presidente no Grupo EADS na América
Latina, que se encontra na Alemanha. O Sr. Gras ligou-me para
ênfatisar o interesse da corporação franco-alemã em

intensificar a cooperação em defesa e segurança pública no âmbito do Acordo bilateral sobre Parceria e Cooperação em Segurança Pública (de novembro de 2008) e da Declaração Conjunta bilateral de Intenções sobre Cooperação em Matéria de Segurança Pública (de dezembro último). O crescente interesse da EADS, principalmente de seu ramo alemão, é comprovado pela atuação do CEO da EADS alemã, Sr. Stefan Zoller, que preside grupo de empresários da Federação das Indústrias Alemãs responsável pelo Brasil (o "BDI Brazil Board", ver tels 285 e 476), e integrará a delegação empresarial que acompanhará o Ministro da Economia alemão, Rainer Brüderle, em sua visita ao Brasil (ver aditamento ao tel 551).

2.0 Sr. Gras relatou-me que a Odebrecht está ultimando providências para criar uma subsidiária na área de defesa. Essa nova empresa está sendo criada em virtude do programa de modernização do Exército brasileiro, que pretende intensificar o uso de novas tecnologias. Meu interlocutor disse-me estarem avançadas as tratativas para alguma cooperação entre a EADS e a Odebrecht, que atuará na área de defesa.

3.0 Sr. Gras disse-me, adicionalmente, que a Odebrecht deve ter participação no capital da Helibrás, assunto recentemente tratado pela alta direção das duas empresas. Sublinhou, ainda, que no segmento de segurança pública, a Helibrás examina a viabilidade de produzir no Brasil helicópteros com tecnologia alemã para uso policial, considerados os melhores do mundo em sua categoria. Sugeri-lhe que a EADS estimule a Odebrecht a participar do XXVIII Encontro Econômico Brasil-Alemanha (Munique, 31.05-01.06.2010), de modo a fortalecer os contatos da firma brasileira com empresários e fornecedores alemães.

4. Recordei a meu interlocutor que, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República a Berlim, em dezembro último, ficara acertada uma viagem do Ministro da Defesa à Alemanha. Argumentei requerer essa viagem preparação não só junto ao Governo alemão, mas, também, junto a empresas que tenham interesse em cooperar com o Brasil em termos de investimentos e transferência de tecnologia.

5. Também falamos sobre a possibilidade de maior participação da EADS na cooperação bilateral em CT&I, por exemplo na área aeroespacial, particularmente na construção de satélites e de veículos lançadores. Há interesse no uso comercial desses equipamentos. Disse-me o Sr. Gras deter a EADS alemã importante tecnologia no setor de satélites. Já no

segmento dos lançadores, o ramo francês seria o mais ativo.

6. Recordei-lhe ter o Brasil experiência significativa na área de satélites em virtude de nossa cooperação com a China. O INPE acumulou grande experiência, além de ter engajado número importante de empresas do setor aeroespacial, especialmente PMEs localizadas na região de São José dos Campos. Disse-lhe, adicionalmente, que no domínio dos lançadores se iniciara, há alguns anos, cooperação com a Rússia, país com o qual celebráramos, inclusive, um Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologias que serviria como marco jurídico para disciplinar as relações entre entidades russas e brasileiras. Recordei-lhe, igualmente, a cooperação com a Ucrânia, que levou à criação da empresa binacional Alcantara Cyclone Space (ACS). Por fim, assinalei ao Sr. Gras o significado do crescente interesse de sua empresa no Brasil justamente no momento em que se iniciam as atividades do Ano Brasil-Alemanha de Cooperação em CT&I. Sugeri a meu interlocutor, que regressará brevemente ao Brasil, manter contatos com o INPE e o CTA.

7. O interesse da EADS no setor aeroespacial é importante, especialmente ante as condições que tem o Brasil de se tornar pólo de produção e lançamento de engenhos espaciais. A propósito, muito me beneficiariam informações atualizadas sobre a reconstrução do Centro de Lançamentos de Alcântara, bem como sobre investimentos no programa espacial brasileiro.

8. Caso o Sr. Gras, ao voltar ao Brasil, manifeste interesse em se encontrar com o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Presidente da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, peço considerar a possibilidade de recebê-lo, visto tratar-se de interlocutor importante para o Brasil num grupo empresarial cujo ramo alemão tem demonstrado crescente interesse em investimentos no Brasil. O Sr. Gras está deixando seu posto no Brasil e deverá assumir posição elevada na EADS. Sua capacidade de interlocução no Brasil e seu conhecimento do país, além dos vínculos pessoais (esposa e filho), certamente lhe reservam um papel estratégico nas decisões da EADS em relação ao país.
(Luiz Eduardo Gonçalves)

EVERTON VIEIRA VARGAS, Embaixador

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 20/04/2010 14:43:21 N.º: 00586

LEFCG

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/04/2010 14:39:14 N.º: 00623

De Brasemb Berlim para Exteriores em 27/04/2010 (DAG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SG/DOC/DPG/DCTEC/DE I/DMAE/COCIT
DESCR=PEXT-PDEF-XPRO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 531, TEL 586
CATEG=MG

//

Brasil-Alemanha. Cooperação em
defesa. Acordo EADS-Odebrecht.
Formalização no Encontro
Econômico bilateral (Munique,
31.05-01.06.2010).

//

Nr. 00623

RESUMO=

Durante visita ao Brasil do Ministro da Economia
alemão, EADS e Odebrecht concluem acordo de parceria
na área de defesa. Formalização se dará por ocasião
do XXVIII Encontro Econômico Brasil-Alemanha (31.05-
01.06.2010).

À atenção do Senhor Secretário Geral e do Senhor SGEC

O CEO da EADS alemã, Stefan Zoller, entrou em contato comigo
ontem, 26 de abril, para informar-me de parceria recém-
concluída entre a EADS e a Odebrecht na área de defesa,
conforme adiantado no telegrama de referência, a ser
formalizada por ocasião do XXVIII Encontro Econômico Brasil-
Alemanha (Munique, 31.05-01.06.2010).

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/04/2010 14:39:14 N.º: 00623

2.0 Sr. Zoller, que se encontra no Brasil em virtude da visita do Ministro da Economia alemão, Rainer Brüderle, disse ter mantido encontro com o Sr. Marcelo Odebrecht, com quem teria acertado, diretamente, o referido acordo.

3.A Direção de Assuntos Institucionais da Odebrecht, consultada pela Embaixada, confirmou a conclusão de parceria com a EADS e afirmou que detalhes a respeito deverão ser disponibilizados brevemente.

4.0 fato de ambos os empresários terem acertado a formalização do acordo durante o Encontro Econômico de Munique corresponde à expectativa de celebração de parcerias empresariais bilaterais expressa pelo Governo alemão para justificar a presença da Chanceler Angela Merkel no evento (ver tel 531). (Luiz Eduardo Gonçalves)

EVERTON VIEIRA VARGAS, Embaixador

LEFCG

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 01/07/2009 15:17:46 N.º: 00877

De Brasemb Berlim para Exteriores em 01/07/2009 (DAG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DE I/DPG/DRN/CGCE/CGFIN
DESCR=GREU-BRAS-RFA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 227, TEL 660
CATEG=MG

//
Brasil-Alemanha. Encontro Econ
//

Nr. 00877

RESUMO=

Proximidade do Encontro Econômico bilateral (Vitória, 31.08-01.09) e iminência de visita a Berlim do Secre-tário-Executivo do MDIC (13-15.07) tornam necessária mobilização do setor privado. MRE e MDIC devem promover essa mobilização. Reestruturação dos Grupos de Trabalho e a concentração da Comissão Mista em temas estratégicos devem contribuir para atrair empresários.

À atenção da Senhora SGAP I e da Senhora Chefe de Gabinete do Senhor Secretário-Geral Tendo em vista a proximidade da realização do XXVII Encontro Econômico Brasil-Alemanha (Vitória, 31.08-01.09.2009) e a visita, a esta capital, do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho (13-15.07), creio ser útil que aquele Ministério, junto com o Itamaraty e demais órgãos competentes, organize reunião prévia que mobilize maior participação empresarial, assim como de instituições ainda não envolvidas, no Encontro Econômico.

2. Considero particularmente importante incluir, nesse esforço de mobilização, entidades como a CNI, a FIESP, a ABDIB, a AHK, o SEBRAE, institutos de pesquisa e centros de desenvolvimento tecnológico, bem como empresas brasileiras atuantes nas áreas de infraestrutura, energia, pesquisa e inovação, sejam de grande porte ou P&MEs, para as oportunidades de diálogo, no âmbito do Encontro Econômico, que possam levar ao estabelecimento, com eventual auxílio dos respectivos bancos de fomento (BNDES e KfW), de "joint-ventures". Como afirmei no tel 835, os grandes empresários brasileiros poderão dar-se conta, no Encontro Econômico de Vitória, que a crise econômica internacional, em vez de arrefecer o interesse alemão em investimentos em mercados emergentes como o Brasil, tem, ao contrário, levado os tomadores de decisão alemães a buscar desenvolver cooperação econômica mais próxima com países que contribuam para o desenvolvimento, na Alemanha, de uma nova estratégia de crescimento econômico sustentado. Exemplo disso é a

decisão da Bayer, publicada na edição de 30.06 do Valor Econômico, em que aquela empresa diz ver o Brasil novamente como grande oportunidade de investimento.

3.0 Brasil, como se sabe, tem 45% de energias renováveis em sua matriz energética, tecnologia desenvolvida em três décadas no campo dos biocombustíveis, interesse na expansão das energias solar e eólica (demonstrada, por exemplo, pelo Governo do Espírito Santo, que sediará o Encontro Econômico) e a melhor tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, ao lado de um grande e crescente mercado interno. O país oferece, assim, grande potencial aos alemães, não mais para uma relação unilateral entre país investidor e receptor (como nos anos 50 e 60), mas para uma relação entre iguais baseada na complementaridade. A reunião prévia Governo-empresariado que proponho faria ver aos empresários esse conjunto de fatores favorável aos investimentos bilaterais e a necessidade de traduzir isso numa participação mais ampla e em alto nível no Encontro Econômico.

4. Semelhante encontro prévio não se sobreporia à reunião de coordenação tradicionalmente realizada pelo Itamaraty com o objetivo de definir os pontos da agenda da Comissão Mista de Coordenação Econômica. Sobre esta, considero, porém, conforme acordado no encontro de 18 de junho último do Senhor Secretário-Geral com o Secretário de Estado do Ministério da Economia, Bernd Pfaffenbach (ver tel 823), que se deve concentrar em temas de caráter estratégico da relação bilateral (cujas referências são o Plano de Ação da Parceria Estratégica e os temas focais do Encontro Econômico). Em telegrama em separado, envio propostas de temas para discussão na Comissão Mista.

5. No que diz respeito aos Grupos de Trabalho bilaterais, cuja reestruturação deverá ser discutida durante a visita do Secretário-Executivo do MDIC a Berlim, considero estar obsoleta a estrutura corrente dos GTs, por não corresponder à ordem de prioridades atual das relações econômicas bilaterais tal como a ser discutida no Encontro Econômico de Vitória: a geração de renda e empregos por meio da intensificação de investimentos em infraestrutura, energia e inovação científica e tecnológica - neste último caso, com ênfase na cooperação entre P&MEs, tendo em vista serem estas, na Alemanha, o grande foco de inovações tecnológicas. Justamente o GT responsável por infraestrutura e energia não teve seu mandato renovado por ocasião do Encontro Econômico anterior, em Colônia (agosto de 2008).

6. Considero, por essas razões, oportuna a proposta do Secretário-Executivo do MDIC de fusão dos dois Grupos de Trabalho num único, que poderia ser denominado de Comércio e Investimentos (ver desptel 227, par. 7). Há resistências por parte do setor privado dos dois países sobre essa proposta de fusão. Alega-se que o Grupo de Trabalho único perderia o foco (ver tel 660, par. 7). Ademais, uma definição tão genérica ("comércio e investimentos") tenderia a desmobilizar os empresários, cuja participação é fundamental para a operacionalidade do GT. Esses argumentos, em que pese certa dose de conservadorismo e acomodação, deveriam ser discutidos pelo MDIC e pelo Itamaraty em reunião com o setor privado.

7. Uma forma de contornar o problema e assegurar a mobilização dos empresários seria criar uma instância de alto nível, de caráter estratégico, para discutir os grandes interesses bilaterais na área do comércio e do investimento. Essa instância, que poderia

De: BRASEMB BERLIM
CARAT=Reservado

Recebido em: 01/07/2009 15:17:46 N.º: 00877

ser denominada "Grupo Empresarial de Alto Nível", ou "Grupo de Comércio e Investimento", seria conduzida pelo Secretário-Executivo do MDIC, com a ajuda do MRE e ativa participação de empresários ou de um grande empresário como co-presidente.

8. Além do Grupo de Comércio e Investimento, duas outras instâncias (Grupos de Trabalho "ad hoc") seriam criadas: a primeira cuidaria de infraestrutura, inclusive PAC e Copa do Mundo de 2014. Nesse GT, a ABDIB teria papel preponderante, auxiliada por bancos de fomento e empresas dos setores industrial e de serviços de ambos os países como BNDES, KfW, Fraport, Odebrecht, Siemens, Camargo Corrêa e outras.

9. O segundo GT dedicar-se-ia a temas de inovação, principalmente nas áreas de energia e agronegócio. Nesse segundo Grupo, participariam os centros de pesquisa e cooperação como Fraunhofer, InWent, Max Planck, entre outros, assim como empresas e entidades atuantes em pesquisa nessas áreas, tais como BASF, Evonik, UNICA e Embrapa. Esse segundo GT aproveitaria a experiência bem sucedida do GT sobre Agronegócio, que já teria cumprido sua missão e lançaria bases para futuras parcerias na área de produção industrial e eficiência energética, sobretudo energias renováveis, produtos orgânicos e manufaturas "verdes". Esse Grupo trataria, por exemplo, de projetos concretos de parceria na área de "green recovery", de grande interesse para a Alemanha.

10. Embora o mandato do GT sobre Agronegócio tenha sido renovado por três anos no Encontro Econômico de Colônia, este novo segundo Grupo de Trabalho não o sepultaria. Antes, com base na experiência adquirida, buscar-se-ia ir além da discussão exclusiva (em certos momentos até pouco produtiva) sobre cooperação em energias renováveis, sobretudo etanol. Ante a situação política e econômica atual da Alemanha, não vejo como se poderia lograr qualquer avanço significativo no tratamento do tema que resulte em maior abertura do mercado alemão ao produto brasileiro. Por outro lado, esse segundo grupo poderia, também, envolver P&MEs de ambos os países, de modo a promover parcerias que possam impulsionar inovação em setores de interesse comum. (Luiz Eduardo Gonçalves)

EVERTON VIEIRA VARGAS, Embaixador

LEFCG

Para: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Expedido em: 27/11/2009 15:09:52 N.º: 00935

Da SERE para
Brasemb Bogotá
Em 27/11/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DPG/DOC/DIC/DAM IV
DESCR=XCOR-BRAS-COLO
REF/ADIT=TEL 1275, DET 837
CATEG=MG

//
Brasil-Colômbia. Financiamento
às exportações. COFIG. 64a
Reunião Ordinária. Ferrovia do
Carare.
//

Nr. 00935

Por ocasião da 64a Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), realizada no dia 23.11.09, foi informado que o consórcio formado pelas empresas Norberto Odebrecht e Camargo Correa para participar do Projeto da Ferrovia do Carare havia desistido do financiamento. A desistência se aplicava aos dois financiamentos do BNDES: (i) para exportação de bens, no valor de US\$ 150 milhões, com curso no CCR; e (ii) para exportação de serviços, no valor de US\$ 500 milhões, com garantia soberana.

2. A justificativa apresentada pelo exportador para a desistência foi o fato de o Governo colombiano ter alterado o escopo da arquitetura financeira da obra, buscando viabilizá-la por meio de concessão. Assim, as condições previamente aprovadas pelo COFIG não mais se aplicariam ao projeto.

EXTERIORES

Para: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Expedido em: 27/11/2009 15:09:52 N.º: 00935

LEAS/LEAS

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/01/2009 22:52:07 N.º: 00146

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 30/01/2009 (UFO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGFIN/DOC/CGDECAS/DIC/DPG/DAM IV
DESCR=ECON-XPRO
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=CIT 71129
CATEG=MG

//
Colômbia. Crise financeira.
Investimentos em
infraestrutura em 2009.
//

Nr. 00146

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

O Governo colombiano anuncia investimentos públicos e privados em infraestrutura da ordem de COL\$ 55 trilhões (US\$ 22,6 bilhões ou cerca de 10% do PIB do país) para 2009, em declarado esforço para contrarrestar os efeitos da crise financeira internacional. A apresentação dos números parece buscar causar impacto na opinião pública em ano eleitoral e suscita dúvidas sobre sua exeqüibilidade.

Informo. Com o declarado propósito de fazer frente à crise financeira internacional, o Governo colombiano anunciou, no último dia 21, que os investimentos em infraestrutura alcançarão o montante de 55 trilhões de pesos colombianos (US\$ 22,6 bilhões), possivelmente equivalentes a 10,7% do PIB do país, em 2009.

2. O valor compreende investimentos públicos de COL\$ 23 trilhões (US\$ 9,4 bilhões) e privados, calculados em COL\$ 32 trilhões (US\$ 13,1 bilhões) - estes últimos, estimados a partir de publicações diversas e informações de entidades empresariais e públicas. Foram incluídos tanto novos projetos, quanto investimentos anunciados em anos anteriores, porém ainda não executados. O valor divulgado já embute o corte de COL\$ 1,5 trilhão (US\$ 618 milhões) em gastos de investimentos no orçamento, decorrente da crise e divulgado pelo Governo no início deste mês.

3. Os setores beneficiados serão:

- minas e energia: COL\$ 27,3 tri (US\$ 11,24 bi)
- moradia: COL\$ 11,6 tri (US\$ 4,77 bi)
- transportes: COL\$ 8,3 tri (US\$ 3,41 bi) (dos quais COL\$ 5,5 tri, ou US\$ 2,26 bi, serão investidos em transporte não-urbano)
- telecomunicações: COL\$ 3,8 tri (US\$ 1,56 bi)
- água: COL\$ 3,3 tri (US\$ 1,36 bi)
- irrigação e adequação de terras: COL\$ 0,4 tri (US\$ 164 mi)
- educação: COL\$ 0,2 tri (US\$ 82 mi)

4. Como se vê, quase metade dos investimentos está concentrada no setor mineral e de energia que, aliás, é o maior atrativo para o IED recebido pela Colômbia. Apenas a ECOPETROL desembolsará cerca de 46% dos investimentos no setor (COL\$ 12,6 tri ou US\$ 5,2 bi). No que se refere especificamente à energia, merece destaque a previsão de conclusão das obras da hidrelétrica de Porce-III, de que participa a construtora Camargo Correa.

5. O anúncio do dia 21 pode ser avaliado sob diferentes perspectivas. Em primeiro lugar, o Governo colombiano estaria buscando sinalizar a investidores nacionais e estrangeiros que cumprirá a promessa de realização de investimentos em infraestrutura, como forma de contrarrestar os efeitos da crise internacional. Aqui, o Governo Uribe estaria sendo coerente com sua política de garantir segurança aos investidores estrangeiros, em clara contraposição - consciente - ao comportamento de alguns vizinhos andinos.

6. Em segundo lugar, a mensagem positiva não estaria apenas endereçada ao setor empresarial, temeroso dos efeitos que a crise já causa na Colômbia (aumento do desemprego, desaceleração da atividade industrial, fuga de capital estrangeiro, entre outros): o anúncio serviria igualmente ao propósito de causar impacto junto à opinião pública como um todo, em ano pré-eleitoral. O Presidente Uribe não deixou de

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/01/2009 22:52:07 N.º: 00146

notar que se trata de "investimentos de valor superior à média que se vem anunciando no mundo". De fato, os números apresentados são de grande monta para a economia local, e, vale enfatizar, reconhecidamente incluem projetos antigos. Vale registrar a avaliação de representante de construtora brasileira neste país, para quem o Governo colombiano apresenta, ano a ano, praticamente a mesma carteira de projetos em infraestrutura.

7. Ainda no que se refere à opinião pública, o Governo, ao prometer a criação de postos de trabalho por meio desses investimentos, em meio a notícias de que 600 mil colombianos teriam perdido seus empregos em 2008, estaria também empenhado em responder às críticas de que suas políticas concentram-se em segurança, sem maior atenção ao social, apontado como o "calcanhar de Aquiles" de sua gestão.

8. Alguns investimentos parecem se concretizar, haja vista o anúncio recente das licitações conduzidas pelo "Instituto Nacional de Vias" (INVIAS) para a execução do Programa "Corredores Arteriales Complementarios de Competitividad" (tel 112). Representantes de construtoras brasileiras vêm assinalando seu interesse na participação nestas e em outras licitações. Ao mesmo tempo, note-se que as negociações sobre a construção da Ferrovia do Carare, de que participam as construtoras Camargo Correa e Odebrecht, vêm enfrentando dificuldades advindas do real custo da obra e dos efeitos da crise (menor capacidade de desembolso do Governo, queda do preço do carvão - produto que seria transportado pela ferrovia, entre outros).

9. Caberá, portanto, acompanhar até que ponto o Governo colombiano poderá cumprir essa agenda de investimentos, frente à forte diminuição do crescimento econômico e da arrecadação tributária. Durante este mês, o Governo reduziu novamente sua previsão de crescimento do PIB em 2009 para 3%, cifra ainda superior aos 2% previstos pelo FMI e pela CEPAL (ainda em dezembro de 2008). Alguns analistas já advertem que os planos do setor privado em infraestrutura não deverão corresponder às cifras anunciadas pelo Governo, visto que representariam aumento significativo - e pouco provável - quando comparados aos investimentos efetivamente realizados em 2008.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO, Embaixador

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/01/2009 22:52:07 N.º: 00146

MAI

Para: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Expedido em: 20/10/2009 17:21:58 N.º: 00837

Da SERE para
Brasemb Bogotá
Em 20/10/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM IV/DRN/CGDECAS/ABC/DPG/DODC/DEMA
DESCR=PEXT-BRAS-COLO
REF/ADIT=DET 787
CATEG=MG

//
Brasil-Colômbia. Reunião de
Seguimento da Comissão
Bilateral. Proposta de Ata.
//

Nr. 00837

Com o objetivo de finalizar a negociação da Ata da Reunião de Seguimento da Comissão Bilateral - conforme acordado com a delegação colombiana em Brasília, no dia 2 de outubro - muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de transmitir ao Departamento de Américas da Chancelaria local a seguinte proposta de texto:

"Reunião de Seguimento da I Comissão Bilateral
Brasil-Colômbia Brasília, 2 de outubro de 2009

No dia 2 de outubro de 2009, realizou-se, em Brasília, Reunião de Seguimento da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia. O propósito da Reunião de Seguimento foi acompanhar o andamento das ações acordadas durante a Primeira Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, realizada em nível de Chanceleres, em Cartagena, no dia 08 de junho de 2009; além de propor novas ações, no marco das áreas estratégicas estipuladas no Memorando de Entendimento que criou a Comissão Bilateral em fevereiro de 2009.

A delegação brasileira, chefiada pelo Ministro João Luiz Pereira, Diretor do Departamento de América do

Para: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Expedido em: 20/10/2009 17:21:58 N.º: 00837

Sul I, foi integrada por: Robério Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA; Sra. Isabel Roxo da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA; Sr. Luís Carlos Job, Coordenador do Departamento de Cana de Açúcar e Agroenergia do MME; Sr. Ricardo Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do MME; Sr. Frederico Marchiori, Coordenador de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Conselheira Carla Barroso Carneiro, Chefe da Divisão de América Meridional IV; Conselheira Claudia Santos, Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis; Secretário Leandro Silva, da Coordenação-Geral Econômica da América do Sul; Secretário Iberê Barbosa, da Divisão de América Meridional IV; e Oficial de Chancelaria Carlos Considera, da Agência Brasileira de Cooperação.

A delegação colombiana, chefiada pelo Embaixador Miguel Camilo, Diretor de Américas da Chancelaria colombiana também foi integrada por: Embaixador Tony Jozame Amar, Embaixador da Colômbia no Brasil; Sr. Julio César Vera, Diretor de "Hidrocarburos" do MME da Colômbia; Sr. Carlos Rodriguez, Adido Comercial da Proexport; Ministro Sérgio Diaz, da Embaixada da Colômbia no Brasil e o Coronel Pablo Gómez, Adido da Polícia Nacional.

Transcrevo abaixo os principais resultados da Reunião de Seguimento:

I - ENERGIA - BIOCOMBUSTÍVEIS

Seguindo determinação emanada da Reunião de Cartagena entre os Chanceleres de criação de Grupo de Trabalho (GT) de Biocombustíveis, a parte brasileira aceitou a oferta da Colômbia para sediar a 1ª reunião do Grupo em Bogotá, em data a ser acertada por via diplomática na segunda metade de novembro próximo.

A Colômbia propôs que o Grupo de Trabalho se reunisse, a princípio, a cada 2 meses, incorporando, sempre que for possível, também representantes do setor privado. Em resposta, o Brasil afirmou que seria mais apropriado tomar decisão sobre esse assunto uma vez que o GT já estivesse em operação e adquirisse dinâmica própria.

No quadro de preparação da 1ª reunião do GT, as

delegações comprometeram-se a informar, com a brevidade possível, os nomes e cargos dos integrantes de lado a lado do GT. Ficou igualmente acertado que ambos os lados continuariam as tratativas para definir a data, bem como a agenda temática da Primeira Reunião de Grupo de Trabalho de Biocombustíveis.

Quanto aos compromissos na área de cooperação técnica para a produção de biocombustíveis, a delegação brasileira ressaltou que o projeto "Cooperação técnica para o incremento do conhecimento sobre a palma aceteira e da mamona como fonte de biomassa para a produção de biodiesel", elaborado durante a VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, realizada em junho de 2009, deverá ser firmado no mês de novembro do corrente, durante visita ao Brasil do Diretor de Cooperação Internacional e da Agência Presidencial para a Ação e a Cooperação Internacional (Ação Social).

II - INFRAESTRUTURA

Em seguimento às tratativas de Cartagena, no que se refere à Ferrovia do Carare, a delegação colombiana informou, a pedido da delegação brasileira, que aguarda a finalização de dois estudos para avaliar o formato e a conveniência de dar andamento ao projeto, o qual não deverá mais ser executado com recursos do governo, mas sim como concessão ao setor privado: inventário das reservas de carvão na região (a cargo da Votorantim); proposta de formato da concessão da Ferrovia (a cargo da Odebrecht).

No que se refere às obras da "Ruta Del Sol", cuja licitação encontra-se em aberto, com adjudicação prevista para novembro, a delegação brasileira reiterou a disposição do governo brasileiro em estudar concessão de financiamento à exportação de bens e serviços brasileiros, de conformidade com as normas aplicáveis.

Com o intuito de sistematizar o tratamento do tema "Infraestrutura", promovendo uma visão mais ampla do assunto no marco da Comissão Bilateral, a delegação colombiana concordou com proposta brasileira de que seja incorporada à agenda temática de cada reunião da referida Comissão, exposição, por parte de representantes dos órgãos competentes na matéria, a respeito da carteira nacional de projetos de

infra-estrutura nos próximos anos. A intenção seria que as exposições contem com a assistência do setor privado, de maneira a estimular a participação das empresas dos dois países nesses projetos.

III - INTEGRAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS

Com o objetivo de incorporar o tema - uma das áreas estratégicas do Memorando de Entendimento que criou a Comissão Bilateral - às ações tratadas na Comissão, a delegação brasileira o Brasil informou à Colômbia que existe Grupo de Trabalho na FIESP dedicado ao estudo da integração de cadeias produtivas. O referido GT já elaborou análises sobre o potencial nessa área com o Chile e o Paraguai.

A delegação brasileira propôs que fosse elaborado estudo semelhante - cujos responsáveis, no Brasil, seriam a FIESP e o MRE -, sobre o potencial de integração das cadeias produtivas do Brasil e da Colômbia. A parte brasileira solicitou receber indicação do órgão colombiano que serviria de contraparte à FIESP/MRE.

A Colômbia tomou nota do assunto e comprometeu-se a propor ocasião para discutir o tema.

IV - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

A agenda referente a desenvolvimento sustentável da Amazônia foi integrada pelos seguintes temas: cursos de capacitação para populações locais; turismo; e ilícitos ambientais.

No que se refere aos cursos de capacitação, as partes concordaram que a próxima visita ao Brasil do Diretor de Cooperação Internacional da Colômbia, Dr Henrique Maruri, constituirá oportunidade para discutir esse e outros temas. A ABC reiterou a orientação de conferir prioridade a projetos relacionados à área fronteira, como, por exemplo, aqueles elaborados durante a VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, nas áreas de desenvolvimento turístico do eixo Apaporis-Tabatinga, monitoramento hidrológico de bacias hidrográficas, formação profissional e reciclagem de resíduos sólidos na região de Letícia-Tabatinga.

No que se refere a ecoturismo, a delegação da Colômbia

Para: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Expedido em: 20/10/2009 17:21:58 N.º: 00837

relatou esforços de seu Vice-Ministro de Turismo no sentido de elaborar plano estratégico para desenvolver planejamento turístico em Letícia e Puerto Nariño.

Quanto a ilícitos ambientais Brasil e Colômbia concordaram sobre a importância de levar a cabo a IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Meio-Ambiente, foro mais apropriado para dar seguimento ao tema. Aguarda-se convite e definição de data pela parte colombiana.

V - AGROINDÚSTRIA

Com o objetivo de incorporar aos trabalhos da Comissão Bilateral o setor estratégico da agroindústria, o Chefe de Gabinete da Secretaria de Produção e Energia do MAPA, Sr Robério Silva, convidou o novo Gerente Geral da Federação dos Cafeicultores da Colômbia, Jean Lucas Restrepo, a visitar o Brasil. O objetivo da missão seria estudar programa de trabalho na área da promoção comercial conjunta do café.

A parte colombiana se dispôs a transmitir o convite.

VI - EDUCAÇÃO E CULTURA

A delegação do Brasil tomou nota da intenção colombiana de avançar em temas relacionados à cooperação educacional, já consignados na Ata da XII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia, tais como: homologação de títulos; mobilidade e fortalecimento de doutorados; programa binacional de centros associados de Pós-graduação; ensino do espanhol e do português na fronteira; e cooperação universitária.

Acordou-se realizar a II Reunião da Comissão Bilateral no primeiro semestre de 2010, em data e local a serem definidos pelas Chancelarias."

EXTERIORES

IUAB/CBC

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/02/2009 16:41:36 N.º: 00177

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 05/02/2009 (UFO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DIC/DPG/DOC/DAM IV/C
DESCR=GVIO-XPRO-COLO
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 174
CATEG=MG

//

Brasil-Colômbia. Visita de
Estado do Presidente Uribe.
Ferrovia do Carare. Rodada de
negócios.

//

Nota da DCA: Redistribuído para DPG/CGDECAS/DIC/DOC/DAM IV/C em 06/02/2009.

Nr. 00177

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Diplomata do Posto recebeu representantes das
construtoras Camargo Corrêa e Odebrecht, que
informaram sobre proposta de empresa carvoeira
colombiana de realização de rodada de negócios entre
fornecedores de carvão deste país e potenciais
compradores brasileiros.

Informo e rogo instruções. Diplomata do posto recebeu
representantes das construtoras Camargo Corrêa e Odebrecht,
que informaram que a empresa carvoeira colombiana MILPA S.A.
? a sexta maior do setor na Colômbia ? propôs hoje, dia 5, ao
Presidente Uribe a realização de rodada de negócios entre

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/02/2009 16:41:36 N.º: 00177

fornecedores de carvão deste país e potenciais compradores brasileiros, no marco de sua visita ao Brasil.

2.O evento ocorreria idealmente no dia 16/2, em São Paulo, logo após a mesa redonda com empresários brasileiros na FIESP. A rodada teria lugar na própria FIESP ou em hotel nas cercanias.

3.Para as construtoras, o evento seria extremamente positivo, ao demonstrar a importância da Ferrovia do Carare ? que foi planejada justamente para escoar a produção carvoeira colombiana para siderúrgicas instaladas no Brasil ? em momento em que a viabilidade do projeto poderia estar em dúvida (tel 174). Do ponto-de-vista das relações bilaterais, noto que a iniciativa vai ao encontro dos objetivos do Governo brasileiro no Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) e dá relevo a importante produto de exportação deste país.

4.Os representantes das construtoras estão empenhados na mobilização dos empresários brasileiros e colombianos que participariam da rodada e sondaram a Embaixada sobre a possibilidade de que o convite para o evento partisse do Governo brasileiro. Parece-me, s.m.j., adequado que a convocatória esteja precipuamente a cargo da Embaixada da Colômbia em Brasília ou da representação da Proexport em São Paulo, sem prejuízo de eventual apoio institucional ou envolvimento do Governo brasileiro na iniciativa.

5.Muito agradeceria receber orientação de Vossa Excelência.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO, Embaixador.

MAI

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/02/2009 22:34:32 N.º: 00174

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 04/02/2009 (UFO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DOC/DPG/DAM IV
DESCR=XPRO-GVIO
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1028
CATEG=MG

//
Brasil-Colômbia. Infra-
estrutura. Ferrovia do Carare.
Preocupação das construtoras
brasileiras.
//

Nr. 00174

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Representantes das empresas Camargo Correa e Odebrecht expressaram preocupações acerca do andamento do projeto da Ferrovia do Carare. A crise financeira internacional, a queda do preço do carvão e o aumento dos custos previstos de execução poderão atrasar o início das obras.

Informo. Recebi ontem, dia 3, representantes das construtoras Camargo Correa e Odebrecht, que expressaram preocupações em relação ao andamento do projeto da Ferrovia do Carare.

2.As empresas submeteram o projeto ao Ministério dos Transportes, em dezembro último, detalhando os custos das obras, atualmente orçadas em US\$ 1,2 bilhão. Os custos teriam subido em relação a previsões anteriores devido às novas

dimensões do projeto. O Ministério teria contratado, por sua vez, consultores independentes para examinar o documento. É possível que parecer sobre o projeto seja divulgado dentro de dez dias.

3. Análise do projeto à parte, os representantes das empresas brasileiras transmitiram sua impressão de que o Governo colombiano estaria se movendo de forma muito lenta nessa matéria, o que seria preocupante, dados os investimentos por elas já realizados em estudos e análises. Reconheceram que a crise financeira internacional e a queda brusca do preço do carvão não favorecem o comprometimento do Governo com obra de tal envergadura. O representante da Odebrecht lembrou, contudo, que o preço do carvão que serviu de base aos estudos de viabilidade do projeto já era próximo do atual.

4. Para as construtoras, a construção da ferrovia ainda seria vantajosa para o Governo. Prevê-se geração de quatro mil empregos diretos, bem como a arrecadação de US\$ 4 bilhões nos primeiros trinta anos de operação da ferrovia. Além do financiamento do BNDES da ordem de US\$ 650 milhões para a construção da ferrovia, assegurado por meio do Protocolo de Cooperação Econômica assinado durante a visita do Senhor Presidente da República em julho de 2008 (tel 1028), o Governo poderia captar os demais recursos necessários por meio da emissão de títulos da dívida pública interna (TES), conforme modelo financeiro desenhado pelas construtoras e proposto ao Governo.

5. Os representantes das construtoras, recordando o tratamento do tema do financiamento do BNDES por ocasião da última visita do Senhor Presidente, solicitaram à Embaixada fosse verificada a possibilidade de que o assunto figurasse na agenda da próxima visita do Presidente Uribe.

6. De minha parte, assegurei-lhes que a Embaixada prestará todo o apoio necessário para que o projeto transcorra de forma favorável. Comprometi-me a verificar, no contexto específico da visita, se o Ministro dos Transportes, Andrés Uriel Gallego, acompanhará o Presidente Uribe, sobretudo diante da perspectiva de realização de seminário para investidores brasileiros, em São Paulo, no dia 16/2, o que permitiria que o tema fosse tratado no nível ministerial.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO, Embaixador

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/02/2009 22:34:32 N.º: 00174

MAI

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/05/2009 21:55:48 N.º: 00681

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 15/05/2009 (UFO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM IV/DIC/DOC/DPG
DESCR=XPRO-BRAS-COLO
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=DET 372, TEL 174
CATEG=MG

//

Brasil-Colômbia.
Infraestrutura. Ferrovia do
Carare. Informações.

//

Nr. 00681

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Transmite informações sobre o andamento do projeto de
construção da Ferrovia do Carare.

Cumpro instruções e informo. Recebi, na semana passada, o
novo Diretor-Superintendente da Construtora Norberto
Odebrecht na Colômbia, Senhor Luiz Antonio Bueno.

2. Em tom otimista, o Senhor Bueno relatou que, na avaliação
da empresa, "a Colômbia deverá crescer muito" e oferecer
perspectivas de negócios interessantes na área de
infraestrutura. A construtora tencionaria "fortalecer suas
operações" neste país e já está formando consórcio para
participar de projetos, tais como o da construção da "Ruta
del Sol", a mais importante obra viária do país (orçada em
cerca de US\$ 2,5 bilhões).

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/05/2009 21:55:48 N.º: 00681

3. Sobre a construção da Ferrovia do Carare, o Senhor Bueno relatou-me que o Ministério dos Transportes colombiano designou ponto focal para tratar do projeto. Estudo de viabilidade conduzido por consultores independentes (tel 174) teria sido finalizado e, em relação ao projeto apresentado pela Odebrecht e pela Camargo Corrêa, teria sido detectada discrepância de valores relativamente baixa (cerca de US\$ 100 milhões) e claramente identificada com a diferença de material para os dormentes. A análise do projeto está sendo finalizada por aquele Ministério. O Senhor Bueno confirmou que os custos da obra girariam em torno de US\$ 1,2 bilhão. Confidenciou ainda que o Grupo Votorantim estaria estudando associar-se ao projeto.

4. Ao agradecer o relato do representante da empresa brasileira e ao reiterar o interesse do Governo brasileiro no bom andamento do projeto, assegurei a meu interlocutor que a Embaixada estará à disposição das empresas brasileiras para a organização de reuniões com o Ministério dos Transportes, caso seja necessário.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO, Embaixador

MAI

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/05/2009 20:51:11 N.º: 00720

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 22/05/2009 (UFO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM IV/DIC/DOC/DPG
DESCR=XPRO-BRAS-COLO
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 681, TEL 690
CATEG=MG

//
Brasil-Colômbia. Infra-
estrutura. Ferrovia do Carare.
Decisão do Ministro dos
Transportes.
//

Nr. 00720

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

O Ministro dos Transportes teria autorizado ontem,
dia 21/5, a elaboração de documento, a ser submetido
ao Conselho Nacional de Política Econômica e Social
(CONPES), com vistas a permitir sejam iniciados
entendimentos para a construção da Ferrovia do
Carare.

Informo. Representantes das construtoras Odebrecht e Camargo
Corrêa relataram à Embaixada que tomaram conhecimento de que
o Ministro dos Transportes, Andrés Uriel Gallego Henao, teria
decidido ontem, dia 21/5, autorizar a elaboração de documento
a ser submetido ao Conselho Nacional de Política Econômica e
Social (CONPES), órgão de caráter interministerial, com
vistas a permitir sejam iniciados entendimentos para a
construção da Ferrovia do Carare.

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/05/2009 20:51:11 N.º: 00720

2.Segundo representante da Camargo Corrêa, o documento deverá recomendar:

a)contatos do Ministério da Fazenda colombiano com o BNDES com o fim de estabelecer os termos do financiamento das exportações de bens e serviços brasileiros destinados à construção da ferrovia; e

b)que o Instituto Nacional de Vias negocie com as empresas brasileiras o respectivo contrato de construção.

3.O documento deverá adotar a cifra de US\$ 1,2 bilhão como valor de custo do projeto.

4.Ainda segundo o representante da Camargo Corrêa, em "projeção realista", é possível que o CONPES analise o documento até o final de julho próximo. Em caso de aprovação, portanto, os contatos entre Ministério da Fazenda colombiano e BNDES seriam iniciados em agosto. As empresas deverão, desde já, dedicar-se a sensibilizar os principais Ministérios envolvidos na análise do documento, no âmbito do CONPES, para garantir sua aprovação.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO, Embaixador

MAI

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/09/2009 11:40:16 N.º: 01275

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 11/09/2009 (EBM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM IV/DOC
DESCR=EFIN-BRAS-COLO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 698, TEL 720, TEL 1028 2008
CATEG=MG

//
Brasil-Colômbia. Financiamento
brasileiro. Ferrovia do Carare
e máquinas agrícolas. Missão
do BNDES (Bogotá, 2-3/9/09).
//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDECAS/DPG/DAM IV/DOC em 15/09/2009.

Nr. 01275

RESUMO=
Informo. Missão do BNDES visitou Bogotá para
entrevistar-se com técnicos e autoridades colombianas
e discutir a questão do financiamento da Ferrovia do
Carare. Os resultados não foram conclusivos, dada a
falta de coordenação interna do Governo colombiano
sobre o tema.

Realizou-se, nos dias 2 e 3 de setembro corrente, visita de
técnicos do BNDES a Bogotá para discutir, em nível técnico, a
operacionalização do financiamento da Ferrovia do Carare. Os
representantes do referido banco, acompanhados de
representantes das construtoras Camargo Corrêa e Norberto
Odebrecht, entrevistaram-se com o Diretor do Departamento

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/09/2009 11:40:16 N.º: 01275

Nacional de Planejamento (DNP), com a Vice-ministra Técnica do Ministério da Fazenda da Colômbia e com o Diretor de Câmbios Internacionais do Banco da República (BANREP).

2. Em reunião realizada no dia 2/9 com o Diretor de Câmbios Internacionais do BANREP, Francisco Guzmán, os representantes das construtoras Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht explicaram o esquema de financiamento do projeto da Ferrovia do Carare: do custo total estimado de US\$ 1,2 bilhão (tel 720), US\$ 650 milhões seriam financiados pelo BNDES (tel 1028/08); US\$ 340 milhões por bancos privados locais; e o restante, provavelmente, por meio de emissão de Títulos de Dívida Pública Doméstica (TES). O Sr. Guzmán explicou os procedimentos técnicos que permitiriam realizar a operação pelo Convênio de Pagos e Créditos Recíprocos da ALADI (CCR) e reiterou a posição colombiana de que não é possível incluir a exportação de serviços dentro do CCR. Nesse sentido, o BNDES explicou que a operação de financiamento de exportação de bens se realizaria por meio da modalidade de "supplier`s credit", com um prazo de 15 anos. No que se refere ao financiamento da banca privada local, o Diretor de Câmbios Internacionais do BANREP informou que uma entidade financeira colombiana autorizada não pode comprometer, em uma operação de CCR de longo prazo, mais do que a quarta parte de 35% de seu patrimônio técnico. Foi informado ainda que as construtoras brasileiras já estão em negociações com um dos principais bancos privados do país (BanColombia), para que este busque a captação de US\$ 340 milhões.

3. No dia 3/9, acompanhei a delegação do BNDES a almoço com o Diretor do Departamento Nacional de Planejamento (DNP), Esteban Piedrahita Uribe, do qual participaram também a Vice-Ministra Técnica do Ministério da Fazenda e Crédito Público, Natalia Salazar, o assessor do projeto da ferrovia do Carare e ex-Ministro da Fazenda e Crédito Público, Alberto Carrasquilla, além de representantes da CORPOCARARE e das construtoras Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa.

4. A reunião evidenciou o grau de descoordenação entre os vários órgãos do Governo colombiano que supostamente deveriam estar envolvidos com o exame da viabilidade da construção da ferrovia. O Diretor do DNP, por exemplo, que havia iniciado a reunião advertindo que a situação orçamentária do Governo impedia a emissão de Títulos do Tesouro (os chamados "TES") para o financiamento da obra, claramente não conhecia detalhes do projeto, alegando que o Ministério dos Transportes não havia repassado as informações pertinentes. Os técnicos do Ministério da Fazenda, a quem cabe importante papel na decisão sobre a emissão dos TES, igualmente

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/09/2009 11:40:16 N.º: 01275

desconheciam o projeto.

5. A falta de preparação prévia à reunião pode advir de mudança nas prioridades do Governo colombiano no que se refere à numerosa carteira de projetos de infra-estrutura a ser executada no último ano do atual mandato do Presidente Uribe. De forma um tanto contraditória, o Diretor do DNP buscou destacar a importância que o projeto do Carare tem para a Colômbia, ainda que, ao final da reunião, confessasse que, frente a determinadas obras rodoviárias (tais como a Autopista das Américas, que ligará Panamá, Colômbia e Venezuela pela costa caribenha), a ferrovia "havia passado para segundo plano". A autoridade colombiana chegou a propor que fossem estudados "esquemas privados" para o financiamento da ferrovia o que, segundo confidenciou representante da Camargo Corrêa, era um "total absurdo". Além desses obstáculos, a construção da ferrovia poderá ser adiada pela necessidade de observância da Lei de Garantias Eleitorais, que restringirá a faculdade do Governo de firmar contratos em 2010, em decorrência das eleições presidenciais e legislativas.

6. Em minhas intervenções durante a reunião, busquei, sempre em tom conciliatório e positivo, recordar a importância de que o Governo colombiano tome decisão sobre a arquitetura financeira do projeto, de forma a que não se pusessem em risco as linhas de financiamento do BNDES, que não poderão ser prorrogadas indefinidamente.

7. No que se refere ao financiamento de maquinaria agrícola por parte do BNDES (tel 1211, entre outros), observou-se que nem os técnicos do Ministério da Fazenda demonstraram conhecimento sobre o tema, ainda que a Embaixada ? e eu mesmo, pessoalmente ? tenha realizado repetidas gestões em diversas instâncias com o intuito de obter resposta à consulta do BNDES sobre a pretendida importação das máquinas. O Diretor do DNP comprometeu-se a consultar o Fundo para o Financiamento do Setor Agropecuário (FINAGRO) sobre seu interesse na operação.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO, Embaixador

MAI/DRGU/ami

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/10/2009 13:08:16 N.º: 01403

De Brasemb Bogotá para Exteriores em 07/10/2009 (EBM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/CGDECAS/DPG/DAM IV
DESCR=XPRO-BRAS-COLO
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Brasil-Colômbia. Promoção
comercial. Projeto da Ferrovia
do Carare.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DPG/DOC/CGDECAS/DAM IV em 16/10/2009.

Nr. 01403

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

Informo. Reuni-me com os senhores Sergio Delocco Coutinho e
Marcio Moreira, representantes, respectivamente, das
construtoras Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa, a fim de
trocar impressões sobre os últimos desenvolvimentos do
projeto da Ferrovia do Carare.

2. Delocco informou que, há aproximadamente duas semanas, o
Presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, esteve na
Colômbia e entrevistou-se com o Presidente Uribe. Na ocasião,
Uribe teria afirmado que, diante das dificuldades fiscais que
enfrenta a Colômbia, o Governo não teria condições de dar ao
projeto a garantia soberana. A Ferrovia do Carare foi
caracterizada por Uribe como não prioritária no momento.
Aduziu ainda que sempre concebera o projeto na modalidade
concessão (sic).

De: BRASEMB BOGOTÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/10/2009 13:08:16 N.º: 01403

3. A não concessão de garantia soberana inviabiliza não apenas o esquema de financiamento desenhado pelo Consórcio Odebrecht-Camargo Correa, mas a própria realização do empreendimento sob a modalidade de obra pública.

4. Marcio Moreira asseverou que tanto a Camargo Correa quanto a Odebrecht teriam interesse em trabalhar com a possibilidade de concessão pública para a Ferrovia do Carare, mas, nesse caso, um número muito maior de variáveis teria de ser equacionado a fim de viabilizar o financiamento da obra. As duas empresas estão realizando contatos para avaliar a situação. Registro que esse modelo jamais foi aventado em nenhuma das reuniões que mantive com autoridades colombianas e construtoras brasileiras. A proximidade das eleições e o aperto fiscal provavelmente explicam a prioridade de obras com maior visibilidade.

5. Fica pendente definição sobre o destino do crédito de US\$ 650 milhões oferecido pelo BNDES. Não vislumbro, a curto prazo, nenhuma mudança na nova posição colombiana.

VALDEMAR CARNEIRO LEÃO, Embaixador

MGM

Para: BRASEUROPA
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/03/2010 15:33:39 N.º: 00130

Da SERE para
BRASEUROPA
Em 29/03/2010

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DNI/DMSUL/DEIR/DEC/DFIN/DEU
DESCR=XCOI
RTM=SCABRAZ,ARTBREM,URUBREM,ALCBRMS,PARBREM
REF/ADIT=DET 503 2009
CATEG=MG

//
MERCOSUL-UE. Consultas
internas com o setor privado.
//

Nr. 00130

Retransmissão automática para DELBRASGEN, Brasemb Buenos Aires, Brasemb Montevideú, BRASALADI e Brasemb Assunção

Na sequência de reunião na FIERGS, em 12/11/2009, após o último encontro MERCOSUL-UE em Lisboa (4-6/11/2009), o D-DNI manteve, na FIESP, em 24/03/2010, nova reunião com a Coalizão Empresarial Brasileira, a fim de (a) repassar as últimas informações sobre o encontro MERCOSUL-UE em Buenos Aires, em 18-19/03/2010, e (b) avaliar em conjunto as perspectivas do processo. Recorde-se que o desptel 503/2009 consolidou informações a respeito do amplo processo de consultas internas sobre as negociações MERCOSUL-UE.

2. O encontro na FIESP foi co-presidido pelo presidente da CEB, Carlos Mariani, e pelo Embaixador Rubens Barbosa, do Conselho de Comércio Exterior da FIESP. Estavam presentes outros representantes da CEB e FIESP, bem como da CNI, FIERGS, ABINEE, ABIMAQ, SINDAG, ABIT, ABIQUIM, ABRAFAS, BRACELPA, ANFAVEA, GM, Volkswagen, MAM, SINDIPEÇAS, ABEF, ABIPECS, ABICS e ICONE, entre outras entidades e empresas.

3. Da mesma forma que nos encontros anteriores com a

CEB, o setor têxtil e os representantes da agricultura e agroindústria foram os únicos a manifestar interesses ofensivos em relação à negociação MERCOSUL-UE (no caso dos têxteis, sob a condição de negociação de regras de origem aceitáveis). Ao mesmo tempo, os representantes da ABEF e ABIPECS enfatizaram frustrações pelas perspectivas limitadas no que diz respeito ao volume de quotas de frango e carne de porco.

4. As demais manifestações de setores industriais foram no sentido de reafirmar preocupações defensivas (desptel 503/2009, parágrafo 12), em especial no que diz respeito ao relato de que, na reunião de Buenos Aires, a Comissão Europeia havia enfatizado seu interesse ofensivo em relação às linhas tarifárias excluídas da oferta do MERCOSUL de setembro de 2004 (com alusões à cobertura de 100% para produtos industriais nos seus ALCs com a Colômbia e o Peru).

5. Nesse particular, funcionária da CEB referiu-se à mais recente consulta interna a respeito da possibilidade de melhoras na oferta do MERCOSUL de setembro de 2004 (em NCM 2008, e na base de dados 2006-2008, o MERCOSUL excluiu da referida oferta 878 linhas tarifárias, que representam 11,1% das importações do bloco originárias da UE). Observou que, excetuado o setor têxtil, os demais segmentos industriais não haviam demonstrado qualquer disposição para melhorar a oferta - registraram-se, ao contrário, numerosos pedidos de piora da oferta de setembro de 2004. Representantes da FIESP solicitaram atenção dos negociadores brasileiros para as preocupações defensivas da indústria nacional.

6. Na linha do relato da reunião de Buenos Aires (cirtel 76745), o D-DNI relatou a avaliação consensual no MERCOSUL -- após os movimentos no setor automotivo e em compras governamentais -- de que (a) não há espaços de manobra para quaisquer indicações adicionais do bloco nesta etapa de pré-negociações e (b) o foco da atuação do MERCOSUL no próximo encontro com a Comissão Europeia (Bruxelas, 26-27 de abril) serão as suas demandas ofensivas.

7. No mesmo dia 24/03/2010, o D-DNI e o Secretário Felipe Hees mantiveram encontro com o "Diálogo de Serviços", na sede da FECOMÉRCIO, coordenado por Mario Marconini, com a presença, entre outros, de

Para: BRASEUROPA
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/03/2010 15:33:39 N.º: 00130

representantes da CNC, SINDARMA, FEBRABAN, ABES, ABAV, APEOP e Odebrecht. Além de relato sobre a situação das negociações sobre o capítulo de serviços, os referidos funcionários diplomáticos enfatizaram solicitação para que o setor privado identifique novas demandas de acesso ao mercado europeu.

EXTERIORES

ESD/ESD

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 12/01/2010

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPG/DOC/DIC/CGDECAS/DAM IV
DESCR=XPRO-ARGT
REF/ADIT=DET 1228
CATEG=MO

//
Promoção comercial.
Brasil-Argentina. COFIG.
Pedido de informação.
//

Nr. 00016

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser eventualmente apreciada no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre a seguinte exportação para a Argentina, que poderá ser resultado de concorrência da qual participarão as empresas Odebrecht e Techint Engenharia e Construção:

a) Importador/devedor: Servicio de Agua y Mantenimiento, Empresa del Estado Provincial (SAMEEP);
Natureza jurídica: Pública;
País: Argentina;
Setor: Administração Pública.

b) Características da operação
Escopo da exportação: bens e serviços brasileiros para as obras de construção do aqueduto do Chaco;
Objetivos do projeto: construção de uma planta de tratamento, aqueduto e cisternas;
Situação do projeto: em licitação ou concorrência.

c1) Exportador: Construtora Norberto Odebrecht S.A.;
Valor das exportações brasileiras: US\$ 200.000.000,00.

Para: BRASEMB BUENOS AIRES
CARAT=Reservado

Expedido em: 12/01/2010 16:20:21 N.º: 00016

Banco financiador: BNDES;
Valor do financiamento: US\$ 200.000.000,00 (100% das exportações brasileiras);
Prazo total: 12 anos;
Garantia: instrumentos de pagamento cursados no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI.

c2) Exportador: Techint Engenharia e Construção S/A;
Valor das exportações brasileiras: US\$ 180.000.000,00.

Banco financiador: BNDES;
Valor do financiamento: US\$ 180.000.000,00 (100% das exportações brasileiras);
Prazo total: 12 anos;
Garantia: instrumentos de pagamento cursados no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI.

2. O pedido de informação formulado pela SBCE refere-se, especificamente, aos seguintes pontos:

Aspectos políticos e legais

- * Breves considerações sobre os cenários econômico e político do país;
- * Nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto;
- * Medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto.

Aspectos gerais sobre o devedor e sobre o projeto.

Opinião sobre o mérito e os riscos do projeto.

3. Como o projeto em tela diz respeito a obra de Governo provincial, assim como em outros casos, rogo consultar o Governo Federal argentino sobre seu grau de comprometimento com o mesmo, sobretudo no que se refere às garantias (CCR) ao financiamento brasileiro, tendo em vista que a análise desse projeto por parte do COFIG está vinculada à resposta por parte das autoridades argentinas à consulta solicitada no desptel 1228.

4. Muito agradeceria o obséquio de enviar, com a possível brevidade, as informações solicitadas pela

Para: BRASEMB BUENOS AIRES
CARAT=Reservado

Expedido em: 12/01/2010 16:20:21 N.º: 00016

SBCE.

EXTERIORES

GB/GB

Para: BRASEMB BUENOS AIRES
CARAT=Reservado

Expedido em: 19/02/2010 15:49:06 N.º: 00120

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 19/02/2010

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPG/DOC/DIC/CGDECAS/DAM I
DESCR=XPRO-ARGT
REF/ADIT=TEL 106, DET 16
CATEG=MO

//
Brasil-Argentina. Promoção
comercial. COFIG. 66ª Reunião
Ordinária. Projeto de
Aqueduto no Chaco.
//

Nr. 00120

Informo que, na 66ª reunião ordinária do COFIG, realizada no dia 29 de janeiro último, a pedido do MRE foram incluídas, como itens extra-pauta, as operações dos exportadores brasileiros (Odebrecht, OAS e Techint) que estão participando da concorrência referente à construção de Aqueduto na Província do Chaco.

2. Tal iniciativa foi justificada pelo fato de que a licitação internacional deverá ocorrer em 25 de fevereiro corrente, antes, portanto, da próxima reunião do COFIG, prevista para o dia 04 de março.

3. Ademais, ficou demonstrada, com base no telegrama de referência e na Nota Aclaratória nº 1 da Província do Chaco sobre a referida licitação, a priorização da construção do aqueduto por parte das autoridades argentinas e a inclusão do referido projeto no orçamento nacional.

4. Nesse sentido, o COFIG tomou conhecimento das novas informações sobre o projeto e aprovou o pleito nas condições apresentadas pela SBCE, conforme o indicado

Para: BRASEMB BUENOS AIRES
CARAT=Reservado

Expedido em: 19/02/2010 15:49:06 N.º: 00120

no desptel de referência.

EXTERIORES

GB/GB

Para: BRASEMB BUENOS AIRES
CARAT=Reservado

Expedido em: 10/11/2009 15:54:59 N.º: 01228

Da SERE para
Brasemb Buenos Aires
Em 10/11/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DPG/DOC/DIC/DAM I
DESCR=XPRO-BRAS-ARGT
REF/ADIT=TEL 2139, TEL 1442, TEL 1498
CATEG=MG

//
Brasil-Argentina. COFIG. 63a
RO (28.10.09). Apreciação de
operações. Prioridades.
//

Nota da DCA: Substituição para alteração de caráter em 26/09/2012
de Ostensivo para Reservado

Nr. 01228

O COFIG, em sua 63ª Reunião Ordinária (28.10.09),
apreciou os pleitos relativos aos projetos de
construção da hidrelétrica Chihuido I (reftels 1442 e
1498) e de ampliação da capacidade de transporte de
gás no sistema sul da República Argentina, em operação
pela TGS (reftel 2139). O Comitê decidiu retirar de
pauta o pleito da hidrelétrica e aprovar pedido de
Seguro de Crédito à Exportação de financiamento a ser
concedido pelo BNDES à operação do gasoduto, nos
termos a seguir descritos:

- Objeto da Exportação: ampliação da capacidade de
transporte de gás no sistema sul da República
Argentina, em operação pela TGS;
- Exportador: Construtora Norberto Odebrecht;
- Importador: Fideicomisso Canmesa;
- Valor da Exportação: US\$ 227 milhões;
- Financiamento: 100% das exportações
- Condições financeiras: Libor (5 anos), acrescida de
spread de até 2,59% a.a., prazo de 10 anos, com início
de reembolso do crédito em 24 meses;

Para: BRASEMB BUENOS AIRES
CARAT=Reservado

Expedido em: 10/11/2009 15:54:59 N.º: 01228

- Garantia: curso no CCR.

2. Com a aprovação da operação da TGS, a exposição do Fundo de Garantia das Exportações (FGE) à Argentina ascendeu a cerca de US\$ 3,82 bilhões. Desse valor, entretanto, aproximadamente US\$ 1,80 bilhões referem-se a operações aprovadas, mas ainda não concretizadas. Tendo em vista o perfil atual da exposição, os membros do Comitê indicaram a necessidade de se averiguar a prioridade que o Governo argentino atribui aos projetos ainda não concretizados, bem como a perspectiva de apresentação de novos projetos ao COFIG nos próximos meses. Tal avaliação se justifica pela concentração da exposição do FGE à Argentina e pelas limitações atuariais à que o fundo está sujeito.

3. Nesse sentido, muito agradeceria fossem feitas as gestões pertinentes junto às autoridades argentinas, de modo a subsidiar a análise de futuros pleitos que possam ser submetidos ao COFIG. Poderá ser indicado à parte argentina que, em um segundo momento e com o intuito de se examinar detidamente a carteira de projetos, poderá ser estabelecida interlocução com grupo de técnico brasileiro designado pelo Comitê.

EXTERIORES

LEAS/JMP

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 29/01/2010 22:02:28 N.º: 00228

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 29/01/2010 (CMLA)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DAM I/DMC/CGDECAS

DESCR=ARGT-GREU

RTM/CLIC=

REF/ADIT=DET 1396 2009, TEL 66

CATEG=MG

//

Brasil-Argentina. Encontro do

Sr. ME com Ministro Jorge

Taiana (Buenos Aires, 4/2/10).

Subsídios e Pontos de

Conversação.

//

Nr. 00228

RESUMO=

Informe. Encaminhamento de comentários sobre temas econômicos e financeiros, a fim de subsidiar a preparação da próxima visita de Vossa Excelência a Buenos Aires, (4 e 5 de fevereiro de 2010).

Por ocasião da próxima visita de Vossa Excelência a Buenos Aires (4 e 5 de fevereiro do corrente), transmito os seguintes subsídios e propostas de pontos de conversação sobre temas econômicos e financeiros para o encontro com o Chanceler Jorge Taiana no dia 4 de fevereiro.

(I) Crise Internacional e recuperação da economia argentina

Contexto:

2. Após sofrer as repercussões internas da crise financeira internacional entre o final de 2008 e meados de 2009, a economia argentina retomou o caminho do crescimento. Apesar das divergências sobre o resultado da economia em 2009 (segundo o Governo, teria crescido 0,9%; para analistas, teria recuado 4%), há certo consenso de que se espera crescimento do PIB de não menos de 3% em 2010, com relevante papel atribuído ao setor externo.

3. Calcula-se que a Argentina poderá manter um elevado superávit comercial neste ano, próximo aos US\$ 15 bilhões (contra quase US\$ 17 bilhões em 2009), impulsionado pelas vendas externas à China (soja) e ao Brasil (setor automotivo), bem como pelas vendas associadas à recuperação do setor industrial e metalúrgico. Além disso, a expansão do gasto público, principalmente via subsídios e programas sociais, deverá ser responsável pelo aumento de pelo menos 1 ponto percentual do PIB.

4. No entanto, o país permanece com dificuldade para financiar suas despesas. O modelo de captação de recursos intragoverno (Banco Central, Banco de la Nación e ANSeS, principalmente) parece aproximar-se da saturação e serão necessárias novas fontes de financiamento. O Governo aposta no êxito da nova operação de troca de títulos públicos com os "hold-outs" (credores argentinos que não participaram do "canje" em 2005) no início de 2010 para poder retornar a captar recursos no mercado internacional a taxas inferiores a 10% ao ano. Analistas locais também alertam para o crescimento da inflação real, que teria sido de 15% em 2009 e poderia chegar a 18% em 2010. Os números do Governo mostram que a inflação do ano passado foi de 7,7%, e deverá ser de 6,1% em 2010.

Pontos de Conversação:

-A adoção de medidas econômicas contracíclicas contribuiu para a superação da crise e recuperação mais acelerada da economia no Brasil e na Argentina.

-Importância de manter estreita coordenação nos foros internacionais para o fortalecimento da arquitetura financeira mundial e regional (G-20F, MERCOSUL, UNASUL). Os países em desenvolvimento devem exercer maior protagonismo na discussão sobre mecanismos globais de supervisão e controle do sistema financeiro.

(II) Comércio Bilateral

Contexto:

5. Como consequência das medidas restritivas argentinas e dos efeitos da crise no comércio internacional, as exportações brasileiras para a Argentina foram sensivelmente afetadas e caíram 27,4% em 2009. No mesmo período, as importações brasileiras de produtos argentinos reduziram-se em 14,8%. A queda foi mais pronunciada até setembro, quando as exportações e importações Brasil-Argentina haviam caído cerca de 40% e 20% respectivamente.

6. Em meados de outubro de 2009, à luz das recorrentes queixas dos exportadores brasileiros, o Governo brasileiro passou a exigir LNA para determinadas importações provenientes da Argentina, em caráter de reciprocidade.

7. No encontro presidencial de 18/11/09, em Brasília, acordou-se que os Chanceleres e os Ministros de Fazenda e da Indústria e Comércio Exterior dos dois países manterão reuniões a cada 45 dias, com vistas a resolver as dificuldades pontuais da agenda comercial brasileiro-argentina.

8. A partir da reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, realizada em São Paulo, no dia 9/12/09, vem-se observando uma paulatina melhora na fluidez do comércio com a Argentina, apesar de ainda persistirem dificuldades pontuais em determinados setores (vide subsídios sobre comércio bilateral, em tel separado).

Pontos de Conversação:

-Brasil e Argentina vêm dando sinais concretos de recuperação da crise econômica que afetou os dois países em 2009.

-O Brasil favorece a promoção de um comércio bilateral equilibrado e compreende a sensibilidade de determinados setores produtivos, tanto argentinos, quanto brasileiros.

-A retomada do crescimento pós-crise constitui oportunidade para superar as dificuldades apresentadas no comércio bilateral no ano passado.

-É preciso reduzir os instrumentos de administração de comércio que dificultam as transações entre os dois países.

(III) Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

Contexto:

9.O Sistema de Pagamentos em Moeda Local está em vigor desde outubro de 2008 e, do ponto de vista técnico, funciona perfeitamente. A tendência de utilização do SML é crescente. Foram realizadas até dezembro/09 1.309 operações, que somaram mais de R\$ 470 milhões, das quais quase 99% referiram-se a exportações de empresas brasileiras à Argentina.

10.A utilização do SML nas operações de comércio exterior entre a Argentina e o Brasil revestiu-se de maior importância no contexto da recente crise internacional. Ao prescindir da moeda norte-americana para viabilizar as operações, o SML ajudou a aliviar eventuais pressões sobre o dólar no balanço de pagamentos dos dois países em um contexto de escassez de divisas. Superada a crise, a expansão do SML para outras atividades poderá contribuir para o fortalecimento de mercados cambiais em moedas locais e reduzir custos de transações em outros setores da economia.

11.Seria de grande valia para os mais de 1,5 milhão de turistas que anualmente visitam Brasil e Argentina poder contar com sistema de pagamentos em moedas locais, sem a necessidade de cursar divisas. Ademais, o envio de remessas seria facilitado, bem como haveria significativa diminuição, em prol do consumidor, das taxas de arbitragem cobradas por entidades financeiras devido à supressão da necessidade de converter reais e pesos argentinos em dólar estadunidense.

12.A adoção do uso do SML ao setor de serviços não parece apresentar grandes dificuldades técnicas e teria potencial de gerar considerável impacto positivo no curto prazo, pois, ao excluir as operações de câmbio, poderia reduzir os custos de transferências e pagamentos dos serviços prestados em ambos os países. Igualmente, já está sendo estudado o uso do SML na área de Previdência Social.

Pontos de Conversação:

-Necessidade de ação concertada dos diversos órgãos de Governo implicados, com vistas à divulgação e promoção do uso do SML pelo setor privado dos dois países.

-Consultar interesse da parte argentina na ampliação do SML para outros tipos de operação, tais como comércio de serviços (a começar pelo setor de turismo), remessas, além da previdência social.

(IV) Financiamentos Brasileiros na Argentina - COFIG

Contexto:

13.Tendo em vista as limitações que a Argentina ainda experimenta para a obtenção de créditos a médio e, especialmente, a longo prazo, revestem-se de especial relevância os financiamentos do BNDES, aprovados pelo Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações - COFIG - à consecução de obras de infra-estrutura neste país, distribuídas em setores diversos. O apoio a essa extensa gama de projetos representa a concretização da promessa de investimentos brasileiros em infra-estrutura de integração.

14.O Governo local tem, segundo a previsão orçamentária para 2010, a intenção de investir cerca de US\$ 7 bilhões em obras públicas, tendo como eixos principais a ampliação do acesso à água potável e ao saneamento básico, habitação, infra-estrutura viária e integração do Norte argentino. São projetos de grande visibilidade que, caso concretizados, poderão ter impacto direto na melhoria das condições de vida da parcela mais vulnerável da população.

15.As empreiteiras brasileiras presentes neste país - Andrade Gutierrez, Camargo Correa, OAS e Odebrecht - são unânimes em reconhecer a importância do financiamento do BNDES para o êxito nas licitações em que se envolvem, especialmente aquelas relacionadas com o Governo argentino.

16.Diante do elevado nível de exposição do Fundo de Garantia às Exportações (FGE) para a Argentina - cerca de US\$ 4 bilhões, dos quais aproximadamente US\$ 2 bilhões referem-se a financiamentos aprovados, mas não concretizados - o COFIG sinalizou a importância de uma definição acerca da perspectiva de utilização dos recursos comprometidos, mas ainda não utilizados.

17.Uma vez que é evidente o interesse argentino na continuidade dos financiamentos concedidos pelo BNDES, seria importante que o Governo local pudesse determinar a expectativa de concretização da extensa carteira de projetos pendentes, para que o COFIG possa dar seguimento à análise de novas operações. O COFIG indicou que, em um segundo momento, poderia ser estabelecida interlocução com grupo técnico brasileiro, para o exame detalhado dos projetos existentes.

18.O Secretário de Comércio e Relações Econômicas Internacionais, Alfredo Chiaradía, sinalizou predisposição em analisar o tema com vistas a responder à consulta do COFIG. Nesse sentido, foram-lhe enviadas informações a respeito dos financiamentos concedidos até o momento, para que seja

avaliada a ordem de prioridade a ser atribuída aos projetos pendentes.

19.O Vice-Presidente do BNDES, Dr. Armando Mariante, realizará visita de trabalho a Buenos Aires, nos dias 4 e 5 de fevereiro, ocasião na qual manterá contatos com autoridades argentinas.

Pontos de Conversação:

-Há disposição do BNDES em dar continuidade ao apoio à realização de obras prioritárias para o Governo argentino, com vistas à ampliação da integração e à promoção do desenvolvimento sustentável.

-Consultar sobre a previsão de concretização dos financiamentos ainda pendentes, com vistas a atender à solicitação do COFIG. Indicar a possibilidade de que os projetos sejam analisados bilateralmente no nível técnico.

(V) Investimentos Brasileiros na Argentina - Imposto sobre Bens Pessoais

Contexto:

20.Os investimentos privados brasileiros na Argentina somam aproximadamente US\$ 8 bilhões (computados como IED, US\$ 11 bilhões se for incluído o re-investimento), com grande concentração a partir de 2001. De acordo com estudo da Abeceb.com, há a previsão de investimentos adicionais, no período 2008-2010, de cerca de US\$ 2 bilhões.

21.O capital brasileiro segue investindo na Argentina, ainda que não mais com a intensidade verificada no período 2001-2005. As empresas têm alegado dificuldades para expandir suas operações em função das incertezas produzidas pela crise financeira internacional e pela falta de previsibilidade e transparência no relacionamento com o Governo local.

22.A decisão argentina de cobrar, inclusive de forma retroativa, o Imposto sobre Bens Pessoais - IBP - tem causado grande preocupação entre o empresariado brasileiro com atividades na Argentina.

23.A decisão, anunciada em 2006, contraria orientação anterior, que afirmava que empresas com capital oriundo de países da ALADI estariam isentos do referido tributo. Parte considerável dos investimentos privados recentes do Brasil na Argentina foi realizada no entendimento de que o IBP não se

aplicava.

24.O quadro é incongruente com o atual contexto de estímulo aos investimentos recíprocos nos dois países. A possibilidade de cobrança do imposto poderá desestimular novos investimentos brasileiros na Argentina, sobretudo os de grande porte.

25.Algumas empresas brasileiras aderiram ao programa de regularização de pagamentos 2006-2009 da AFIP (sem multa e em 120 prestações) para evitar inadimplência. Seguem, no entanto, interessadas em ajuste que permita a suspensão dos pagamentos de 2010 em diante.

26.Além disso, a isenção de cobrança do IBP para investimentos de países extra-Mercosul, como Espanha e Chile, gera no empresariado a expectativa legítima de um tratamento idêntico para o Brasil, sócio estratégico e principal investidor no país desde 2002.

27.O assunto já foi tratado por Vossa Excelência e em âmbito presidencial, em diversas ocasiões, inclusive em encontro bilateral dos Chefes de Estado, à margem da mais recente reunião de Cúpula do Mercosul, em Assunção.

28.O tema também foi objeto de gestão pessoal de meu predecessor junto a todos os Ministros da Economia argentinos desde 2006 (inclusive com o novo Ministro, Amado Boudou, a quem foram entregues aide-mémoire e cópia de proposta brasileira para protocolo adicional ao acordo sobre bitributação, de 1980).

29.Apesar das repetidas gestões brasileiras, a Argentina não aceitou empreender negociações formais sobre o tema. Autoridades do país alegam, entre outras dificuldades, a impossibilidade de promover acordos que resultem em renúncia fiscal para o país. No entanto, o Governo argentino aprovou recentemente um regime de incentivo para exportações e reconversão industrial, ao amparo da Lei de Promoção Industrial, com renúncia fiscal estimada em 3.6 bilhões de pesos (cerca de US\$ 950 milhões) até 2012. A renúncia fiscal para uma eventual isenção do IBP para empresas brasileiras, retroativa a 2006, foi estimada em cerca de US\$ 40 milhões pelo Grupo Brasil, entidade empresarial que reúne as principais firmas brasileiras atuantes na Argentina.

Pontos de Conversação:

-Importância de garantir tratamento no mínimo equânime

entre os capitais de países do Mercosul e de países extra-bloco.

-Importância de que Brasil e Argentina sinalizem medidas convergentes que evidenciem a solidez do contexto para investimentos intra-Mercosul.

-Sugestão de criar Grupo de Alto Nível para iniciar o quanto antes a renegociação do acordo sobre Dupla Tributação entre os dois países, de 1980.

(VI) MERCOSUL - Relacionamento Externo

Contexto:

30.Na reunião de Vice-Chanceleres do Brasil e da Argentina, realizada em Buenos Aires no último dia 22/1/10, o lado argentino deixou claro que a PPTA 2010 dará tratamento prioritário às negociações comerciais Mercosul-UE. Está prevista uma primeira reunião entre os representantes dos dois Blocos no final de fevereiro, em data ainda a definir.

31.A Argentina também tem demonstrado maior interesse em retomar as negociações com o CCG nesta PPTA. Haveria interesse de que o ALC com Israel não entre em vigor sem que haja um avanço significativo na negociação com os países árabes. A renovação do interesse por esse acordo pela PPTA reveste-se de particular importância em razão de a postura defensiva da Argentina ter sido um dos principais fatores que levaram à paralisação das negociações no início de 2007.

32.Prevê-se, ademais, na PPTA, a realização de reuniões negociadoras com a Índia (para a ampliação do ACP já em vigência) e o Egito.

Pontos de conversação:

-O Brasil acompanha os esforços da PPTA no sentido de retomar as negociações do Mercosul com a União Européia.

-A retomada das negociações com o CCG é igualmente bem-vinda, e o Brasil apoiará os esforços da PPTA nesse sentido. Esse tema é particularmente importante quando o ALC com Israel está mais perto de entrar em vigor.

-O Brasil continuará a apoiar a agenda de negociações com outros países em desenvolvimento, como a Índia e o Egito.

(VII) Incentivos a Terra do Fogo

Contexto:

33. Entraram em vigor, em 1º/12/2009, Lei e Decreto presidencial de apoio à produção de bens eletro-eletrônicos na zona franca da Terra do Fogo. O pacote inclui a redução de impostos pagos pelos produtores da zona franca e o aumento daqueles pagos por produtos importados ou fabricados nacionalmente fora de Tierra del Fuego (os eletro-eletrônicos de Tierra del Fuego pagariam um imposto de cerca de 7% e os demais pagariam um imposto de 17% e outro de 21%).

34. As medidas devem atingir cerca de 7% das exportações brasileiras para a Argentina (no valor de US\$ 1,238 bilhão, dos quais US\$ 254,7 milhões correspondem a exportações da Zona Franca de Manaus). Os principais bens afetados são telefones celulares (cerca de US\$ 900 milhões), seguidos de aparelhos de ar condicionado, rádios, televisores e monitores para computadores. Já se observa aumento importante no preço desses produtos desde a aprovação da Lei. Estão sendo realizados vários novos investimentos para aumentar a produção desses bens na Terra do Fogo, inclusive por fabricantes de telefones celulares.

35. Estima-se que o aumento dos preços e a substituição de importações prejudiquem fortemente as exportações da Zona Franca de Manaus para a Argentina. Importadores alegam que há discriminação, na prática, contra os produtos importados, pois a produção doméstica desses produtos fora de Terra do Fogo seria mínima. Declarações oficiais não ocultam que o alvo das restrições são justamente os importados. Há tentativas de acomodar os interesses de produtores domésticos eventualmente prejudicados.

Pontos de Conversação:

-O Brasil vem acompanhando atentamente as iniciativas de estímulo ao desenvolvimento da zona franca de Tierra del Fuego.

(VIII) Trigo

Contexto:

36. As perspectivas para a próxima safra de trigo (2010/11) na Argentina não são otimistas, apontando para uma ligeira redução em relação à safra passada (2009/10) que alcançou tão somente 7,5 milhões de toneladas (volume muito inferior as 16,3 milhões de toneladas do período 2007/08 e as 8,4 milhões de toneladas colhidas na safra 2008/09, marcada por forte

seca). Considerando-se o consumo interno do cereal situado na faixa de 6 milhões de toneladas e o "carry over" da safra passada, o saldo exportável da Argentina para este ano alcançaria entre 1,5 e 2,5 milhões de toneladas, volume inferior às necessidades de importação do Brasil (cerca de 5 milhões de toneladas).

Ponto de conversação:

-Indagar sobre as perspectivas para a próxima safra de trigo. Importância de o Brasil poder contar com informações atualizadas sobre o saldo exportável argentino. Tradicionalmente, o trigo constitui um dos principais produtos exportados pela Argentina, o que contribui para equilibrar a balança comercial.

(IX) Interconexão Elétrica

Contexto:

37.O mecanismo de intercâmbio de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina, criado a partir de 2007, quando a Argentina enfrentou crise de abastecimento durante o inverno, tem evoluído satisfatoriamente.

38.A partir de 2008, esse intercâmbio passou a incluir a modalidade de exportação de energia elétrica com devolução. Em março de 2009, foi assinado novo Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Planejamento, Investimento Público e Serviços da Argentina, relativo ao intercâmbio de energia elétrica durante aquele ano.

39.Por ocasião da V Reunião de Vice-Chanceleres com os gestores de projetos no âmbito do MICBA (Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina), ocorrida em outubro de 2009, ficou acordado que a Argentina poderá garantir ao Brasil um fluxo mínimo de gás natural de 1.200.000 m³/dia para abastecer a usina termelétrica de Uruguiana, nos meses fora de setembro a abril e na medida em que o gás não seja requerido pelo mercado doméstico argentino. Esse suprimento deverá ter como contrapartida o suprimento de energia elétrica equivalente e interruptível procedente do Brasil.

40.Atualmente os Ministérios de ambos os países encontram-se trabalhando na elaboração de uma proposta de Memorando de Entendimento para o ano de 2010, e que, em princípio, deverá repetir os mesmos termos do Memorando de 2009.

41. Ao mesmo tempo, continuam os estudos por parte dos organismos brasileiros sob coordenação do MME referentes à proposta da Argentina sobre "Energia de Acumulação".

42. A proposta argentina permitiria ao país vizinho exportar energia elétrica excedente em seu sistema para o Brasil, auferindo com isso créditos antecipados, a serem devolvidos posteriormente em forma de eletricidade. Na prática, a proposta permitiria à Argentina utilizar os reservatórios de água brasileiros para poupar energia.

Pontos de Conversação:

-Satisfação com os resultados alcançados até o presente.

-O estabelecimento futuro do mecanismo de intercâmbio de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina em caráter permanente - com a criação de regras específicas - consistirá em avanço significativo na integração dos sistemas elétricos dos dois países.

(X) Garabi

Contexto:

43. Durante a VI Reunião da CTM (Comissão Técnica Mista) em Buenos Aires, em 27/08/09, Brasil e Argentina acordaram realizar simultaneamente os estudos de viabilidade da UHE de Garabi e de um segundo aproveitamento hidrelétrico no trecho compartilhado do rio Uruguai. A UHE de Garabi estaria situada, no lado argentino, na província de Corrientes, ao passo que um segundo aproveitamento situar-se-ia na província de Misiones.

44. Na oportunidade, houve consenso sobre a necessidade de revisar o cronograma previamente definido para o lançamento de licitação das obras, em função dos atrasos verificados na contratação dos estudos de inventário, bem como na sua posterior elaboração e necessidade de cumprir com as exigências dispostas pela legislação ambiental aplicável em ambos países.

45. Por ocasião da visita da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner ao Brasil, em 18/11/09, houve Troca de Notas aprovando a assinatura do Segundo Convênio entre ELETROBRAS e EBISA para a realização do estudo de viabilidade do segundo aproveitamento. As duas empresas foram instruídas a levar adiante os processos de licitação dos estudos de viabilidade de Garabi e do segundo aproveitamento, que deverão ter início

no segundo trimestre de 2010.

46.Os Presidentes ressaltaram a necessidade de que ELETROBRAS e EBISA definam um esquema associativo para a etapa de construção, operação e manutenção dos aproveitamentos hidrelétricos ora em estudo.

47.Em 17/12/09, teve lugar videoconferência entre os integrantes brasileiros e argentinos da CTM. As delegações acordaram que a próxima reunião da CTM deverá deliberar sobre os seguintes temas: a) definição da localização e dos eixos (local) de Garabi e de um segundo aproveitamento; b) apreciação de minuta dos termos de referência ambiental para Garabi e para o segundo aproveitamento; c) apreciação de minuta dos termos de referência para a contratação dos estudos de viabilidade de Garabi e do segundo aproveitamento; d) elaboração e aprovação de um cronograma de execução tentativo, que contemple todas as ações necessárias para a realização de ambos aproveitamentos e estabeleça prazos de execução; e) aprofundamento da discussão da proposta de que ambos os governos possam dar início, com a brevidade possível, ao processo de articulação interna com os diversos órgãos federais, estaduais/provinciais e municipais competentes para a realização das obras de infra-estrutura que, direta ou indiretamente, estariam relacionadas ao entorno dos futuros aproveitamentos hidrelétricos; f) ELETROBRAS e EBISA deverão avançar na elaboração de proposta de modelo associativo para construir e operar as usinas; g) aprofundamento do exame dos potenciais benefícios a serem auferidos com realização antecipada de obras de infra-estrutura relacionadas com a realização das hidrelétricas.

48.A VII Reunião da CTM deverá ocorrer, em princípio, no primeiro trimestre de 2010, em Buenos Aires.

Ponto de Conversação:

-Satisfação com os avanços do projeto de construção de Garabi e de um segundo aproveitamento. Trata-se de obra emblemática da integração energética bilateral, posto não haver nenhuma usina hidrelétrica binacional brasileiro-argentina.

(XI) Projeto de Construção de Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu

Contexto:

49.O consórcio 'Neoenergia', formado pelo Banco do Brasil -

Investimentos, o Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e o Grupo espanhol Iberdrola, ganhou a licitação, realizada em setembro de 2008, para execução de uma usina hidrelétrica no Baixo Iguaçu. Neste mesmo mês, o Instituto 'Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade' - autarquia vinculada ao MMA - tornou nula a licença ambiental previamente concedida para a construção da obra e solicitou estudos adicionais para conceder novamente a autorização. O tema continua em discussão na justiça e, por esta razão, o projeto se encontra paralisado. Do lado do MME, existe a convicção de que os estudos realizados demonstram a inexistência de impacto ambiental sobre o Parque Nacional de Iguaçu.

50.Paralelamente, na Argentina, a Câmara de Representantes da Província de Misiones, aprovou resolução, em 11 de junho passado, pela qual expressa a rejeição ao projeto de construção da usina, em função dos alegados danos ambientais que causaria à região. O documento repudia a falta de consulta, por parte do Brasil, à Província de Misiones e ao Estado argentino e autoriza o Presidente da Câmara provincial a intervir na questão, mediante contatos com o Estado do Paraná e com o Governo brasileiro. A Chancelaria argentina fez eco desta preocupação, tendo enviado Nota com pedido de esclarecimentos.

Ponto de conversação:

-Caso levantado pelo lado argentino, lembrar que já foram enviadas informações sobre o projeto e salientar que diante da pendência judicial existente no Brasil, seria descabido promover discussões bilaterais sobre o assunto.

(XII) Biocombustíveis

Contexto:

51.A Argentina é atualmente um dos cinco maiores produtores mundiais de biodiesel (atrás do Brasil, França, EUA e Alemanha) e um dos três maiores exportadores do produto, juntamente com Alemanha e os EUA. O desenvolvimento da indústria de biodiesel argentina ocorreu de forma acelerada nos últimos 4 anos e beneficiou-se da existência de uma indústria altamente competitiva de óleo de soja, produto que é majoritariamente exportado pelo país.

52.No âmbito bilateral, o Governo argentino tem adotado posições ambíguas com relação à cooperação com o Brasil no setor de biocombustíveis. Em 2007, o Brasil apresentou à

Argentina proposta de Memorando de Entendimento que previa ampla gama de atividades de cooperação nessa área. A proposta, contudo, não avançou. Em 2008, apesar das reiteradas gestões junto à Chancelaria argentina, o governo argentino não enviou representante de alto nível para participar do Segmento de Alto Nível da Conferência de Biocombustíveis realizada em São Paulo, em novembro de 2008. Ademais, em diversos foros regionais e multilaterais (UNASUL, Cúpula das Américas), a Argentina tendeu a alinhar-se com países como a Venezuela na vinculação entre os biocombustíveis e a segurança alimentar, não obstante a grande sensibilidade do tema para o governo brasileiro.

53. Por outro lado, instituições, como o Instituto Nacional de Tecnológica Agropecuária (INTA), têm manifestado interesse em estreitar a cooperação técnica com congêneres brasileiras, como a EMBRAPA em projetos relacionados como a melhoria da produtividade dos biocombustíveis e em pesquisas relacionadas com os biocombustíveis de segunda geração (etanol celulósico, etc.).

54. No plano regional, a Argentina esteve ausente nas últimas três reuniões do Grupo de Trabalho Ad hoc sobre biocombustíveis do Mercosul. O GAHB tem realizado avanços importantes na harmonização de parâmetros de qualidade do etanol e do biodiesel, ademais de outras atividades voltadas para a promoção da produção e uso dos biocombustíveis na região.

Pontos de Conversação:

-Há interesse brasileiro em estreitar a cooperação e a coordenação nessa área, não somente no plano bilateral, mas também em foros regionais e multilaterais.

-A atuação coordenada do Brasil e da Argentina em foros onde a sustentabilidade dos biocombustíveis e a adoção de padrões internacionais para esses produtos vêm sendo discutidas é importante para evitar que barreiras protecionistas adotadas por terceiros países criem obstáculos a exportações dos biocombustíveis produzidos em nossos países.

-Os biocombustíveis não constituem ameaça para a segurança alimentar, podendo, ao contrário, tornar-se um importante fator de desenvolvimento e de geração de empregos em países em desenvolvimento.

-Importância da cooperação regional na área dos

biocombustíveis. Esperamos que a Presidência Pro Tempore Argentina dê continuidade aos trabalhos do GT Ad Hoc sobre Biocombustíveis.

(XIII) Transporte Aéreo

Contexto:

55.Desde a renacionalização das Aerolíneas Argentinas/Austral, em julho de 2008, tem-se notado recrudescimento de medidas restritivas, por parte da Secretaria de Transporte da Nação, em relação a companhias aéreas estrangeiras - entre elas, as brasileiras TAM e VRG Linhas Aéreas S.A (fusão da Varig e da Gol) - que operam na Argentina. A Secretaria de Transporte tem colocado entraves à obtenção das autorizações para operação de vôos regulares ou fretados, ou mesmo, no caso da VRG, à formalização interna da fusão que criou a empresa, já aprovada pela ANAC brasileira. A ANAC brasileira tem sinalizado seu interesse em estabelecer interlocução permanente com as autoridades argentinas, com vistas a que sejam analisadas, tanto no plano bilateral, como no regional - ao abrigo do Acordo de Fortaleza -, a ampliação do número de frequências e outras questões de interesse mútuo.

56.Mais recentemente, tem causado preocupação entre as empresas que operam rotas sul-americanas a autorização, concedida, até o momento somente às Aerolíneas Argentinas/Austral, para a realização de vôos regionais a partir do Aeroparque Jorge Newbery. Embora as autoridades argentinas venham anunciando que essa possibilidade está aberta a quaisquer linhas aéreas, o Secretário de Transporte deixou transparecer, em declarações à imprensa, que tratamento especial será conferido à empresa estatal.

57. A distinção entre nacionais e estrangeiros também é perceptível na cobrança de valores diferenciados, desde 2002, às tarifas aéreas domésticas para residentes e não-residentes. Cria-se situação distorciva, em que a diferença entre bilhete doméstico adquirido por residentes e não-residentes alcança cerca de 50%, com conseqüente desestímulo ao turismo de cabotagem. As Aerolíneas Argentinas/Austral anunciaram recentemente que unificariam as tarifas, independentemente da condição de residência do interessado, mas na prática seguem vigentes valores distintos para usuários estrangeiros.

58.Um tema que poderia ser explorado diz respeito à eventual disposição de criar taxas aeroportuárias diferenciadas. Tendo

em vista que, no que se refere a chegadas de vôos internacionais, os brasileiros representam o maior contingente na Argentina, enquanto os argentinos, no Brasil, ocupam o segundo lugar, a criação de taxa aeroportuária diferenciada para viajantes, seja no âmbito bilateral, seja intra-Mercosul, poderia gerar resultados significativos, com impacto direto na diversificação de destinos e segmentos turísticos a serem explorados.

Pontos de conversação:

- Interesse em fortalecer canal de diálogo entre as autoridades argentinas e brasileiras do setor aéreo, bem como estimular o engajamento da Argentina nas reuniões regionais de coordenação para a implementação do Acordo de Fortaleza.

- Estudo da possibilidade de eliminar a cobrança de tarifas diferenciadas entre residentes e não-residentes para os viajantes brasileiros, com vistas a estimular o turismo o interior da Argentina.

- Consultar interesse em estudar formas de estabelecer tarifa aeroportuária de menor valor de forma bilateral ou no âmbito do Mercosul.

(XIV) Transportes - Entre-Rios

Contexto:

59. Veículos de carga brasileiros estariam sofrendo ações arbitrárias na Província de Entre Rios. A polícia dessa Província estaria atuando de forma discricionária na fiscalização dos veículos brasileiros. As reclamações das empresas de transporte incluem as seguintes alegações:

- a polícia de Entre Rios atua em relação ao limite de altura dos caminhões, que é norma padronizada pela Decisão 65/08, internalizada no Brasil, mas não na Argentina;

- a polícia de Entre Rios atua em relação a sulco de pneus, quantidade de extintores e sinalização veicular, características cujos padrões não estão harmonizados;

- o pagamento das infrações em Entre Rios deve ser feito no momento da autuação como requisito à liberação do veículo, por força de lei provincial incompatível com o Acordo sobre Transporte Terrestre Internacional (ATIT) e que tolhe o direito de defesa das empresas, e

- os condutores brasileiros estariam sofrendo maus tratos.

60.As reclamações incluem, ainda, alegações de cobrança do Imposto de Importação sobre cargas roubadas em território argentino (ainda que originárias do Mercosul).

61.O tema foi objeto de gestões em 2009 junto ao Governador de Entre Rios, ao Secretário de Transportes Juan Pablo Schiavi e ao San Martín (Emb. Eduardo Sigal). Atualmente está em discussão a realização de uma reunião em nível técnico da qual participem representantes dos governos nacionais e da Província, de forma a buscar conciliar os diversos aspectos do problema (inclusive a internalização da Resolução 65/08 relativa à altura dos caminhões de carga e outras medidas de veículos de modo geral).

Pontos de conversação:

-Preocupação brasileira com as alegações de transportadores brasileiros relacionadas com abusos por parte das autoridades policiais rodoviárias da Província de Entre Rios.

-Necessidade de rápida solução para os problemas identificados, por meio de uma reunião técnica entre os governos nacional argentino e provincial entrerriano, e o Ministério de Transportes/ANTT do Brasil.

Enio Cordeiro, Embaixador.

AW/ALMM/ RPAG/ RAAS/ RMB

.

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 13/02/2008 17:52:15 N.º: 00252

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 13/02/2008 (/MTO-)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DAM I/AFEPA/DOC

DESCR=PEXT-BRAS-ARGT

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Brasil-Argentina. Visita de
Estado do Senhor PR. Pedido de
encontro. Governador de
Neuquen.

//

Nr. 00252

Transmite pedido de encontro do Governador de Neuquén, Jorge Sapag, com o Senhor Presidente da República por ocasião da próxima visita de Estado a este país. Na impossibilidade de a solicitação ser atendida, o Governador Sapag adianta convite para que o Senhor Presidente República inclua ida da Neuquén em futura visita à Argentina.

Reuni-me, na semana passada, com o Deputado Nacional José Brillo, de Neuquén, ocasião em que o parlamentar transmitiu-me o interesse do Governador Jorge Sapag em avistar-se com o Senhor Presidente da República por ocasião de sua próxima visita de Estado a este país, em 22 e 23 do corrente.

2. Antecipei ao Deputado Brillo que, em vista de seu

caráter, o programa da visita já estava quase totalmente coberto por eventos de natureza protocolar, ademais das reuniões de caráter substantivo no quadro do Mecanismo de Integração e Coordenação bilateral que também serão realizadas.

3.O Deputado Brillo agradeceu meus esclarecimentos e disse entender a situação. Propôs, no entanto, seja estudada a possibilidade de que, em futura visita a este país, o Senhor Presidente da República possa também deslocar-se à província de Neuquén.

4.Durante nosso encontro, o Deputado Brillo aludiu à importante presença de empresas brasileiras em Neuquén, que contribuem para gerar a riqueza e aprimorar a infra-estrutura da província. Referiu-se, em particular, aos casos da Construtora Norberto Odebrecht, que construiu a represa e a central hidrelétrica de Pichi Picún Leufú sobre o rio Limay, e da Petrobrás, que tem, em Neuquén, um de seus principais sítios de exploração de petróleo e gás no país. Lembrou, a propósito, que, em anos recentes, em associação com empresas norte-americana e argentina, a Petrobras investiu mais de 750 milhões de dólares no Projeto Mega, de processamento de gás natural. Salientou, também, que o Grupo Camargo Correa, por meio da empresa Ferrosur, opera o sistema ferroviário de carga que une a capital da província (Neuquén) a Zapala, bem como fábrica de cimento situada em Zapala. Recordou, ainda, a exploração de jazidas de potássio pela Vale.

5.O Governador Sapag é afiliado ao MPN (Movimento Popular Neuquino), fundado em 1961, de inspiração peronista. Embora tenha sido eleito como candidato da situação, herdeiro político, portanto, do ex-governador oposicionista e candidato presidencial Jorge Sobisch, Sapag vem tentando normalizar a relação entre a província e o Governo nacional, depois da tensão que marcou o governo de seu antecessor.

Mauro Vieira, Embaixador.

PRSP

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 29/01/2010 22:02:52 N.º: 00233

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 29/01/2010 (CMLA)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DREN/DAM I/CGDECAS/DOC

DESCR=ENER-BRAS-ARGT

RTM/CLIC=GRPAMSUL

CATEG=MG

//

Energia. Petróleo e gás.

Petrobrás Argentina. Conversa
com diretores da empresa.

//

Nr. 00233

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Diretores da Petrobras Argentina visitaram a
Embaixada para informar sobre a reestruturação
empreendida pela empresa e sua nova estratégia de
negócios, voltada para os setores de exploração e
produção de petróleo e gás, em detrimento de refino e
outras atividades.

Recebi, em ocasiões distintas, a visita do Assessor do
Presidente da Petrobras, André Ghirardi, e do atual Diretor
da Petrobras Argentina, Décio Oddone, e seu sucessor no
cargo, Carlos Alberto da Costa, que deverá assumir a função
no dia 1 de fevereiro. Os três funcionários discorreram sobre
a recém-concluída reestruturação da empresa na Argentina, que
implicou a venda de ativos menos rentáveis, como empresas do
setor de refino, petroquímica (fertilizantes) e energia
elétrica, e o enxugamento no quadro de funcionários. Segundo
os executivos, procedeu-se a uma reorganização do portfolio

da empresa, inclusive com a venda de ativos na Venezuela e no Peru, com o propósito de privilegiar a concentração em setores na Argentina - como a exploração e produção de petróleo e gás - considerados de maior rentabilidade. A idéia, conforme explicaram, consistiu em eliminar ativos pesados, de administração complexa, de modo a tornar a estrutura da empresa mais simples e ágil.

2. Ghirardi disse que a situação da Petrobras Argentina é hoje estável, para o quê contribuiu de certa forma uma recomposição gradual mas ainda insuficiente dos preços dos combustíveis. Ressaltou que a área de exploração e produção tem dado bons resultados, sendo que o gás industrial é atualmente mais rentável que o residencial (hoje na faixa de USD 1,30/MBTU, em contraste com o gás vendido em São Paulo a aproximadamente USD 39,00/MBTU). Frisou, no entanto, que as perspectivas futuras, em matéria de prospecção de petróleo e gás, não eram alentadoras, em virtude do gradativo declínio das atuais reservas. Projetou, como cenário provável para os próximos 2 anos, que, de exportador, a Argentina venha a se tornar importador líquido de petróleo e gás, situação que levará necessariamente o Governo local a promover mudanças no marco normativo para o setor.

3. Ghirardi citou, como exemplo de políticas negativas para o setor, o descompasso entre os preços praticados internamente para o petróleo e a cotação internacional. Como a empresa não produz todo o petróleo necessário para abastecer as refinarias e deve, por sua vez, prover as redes de distribuição de sua bandeira, se vê na contingência de ter que importar a um preço majorado e arcar, posteriormente, com esta diferença. Do lado da exportação, Ghirardi comentou os entraves interpostos pelo Governo para vender petróleo ou combustível ao exterior, mediante a cobrança progressiva de impostos ("retenções"), situação que acaba afetando a rentabilidade de empresa.

4. Observou, por fim, que duas questões estariam preocupando a direção da empresa: a) a estratégia do Governo de transferir empresas de capital estrangeiro para o controle de grupos nacionais, próximos do Governo (citou como exemplo a aquisição da Transener por grupo local, em que a proposta da Petrobrás foi rejeitada); e b) a questão societária da empresa em função da participação da ANSES (sistema de pensionistas da Argentina) nas ações da Petrobrás Argentina, com 11 por cento, o que lhe confere direito de assento no Conselho Administrativo e de nomear um de seus nove diretores. Conforme disse, desde o início das operações na Bolsa de Valores portenha (Merval) e de Nova York, cerca de

30% do capital da Petrobras Argentina ficou nas mãos de grupos investidores, aí incluída a ANSES, com 11%.

5.Reafirmando as considerações de Ghirardi, Décio Oddone assegurou que a situação da Petrobras Argentina melhorou, tendo a empresa recuperado certa rentabilidade, em parte graças à venda de ativos no Peru. Enfatizou que a empresa passou a adotar estratégia marcada por atitude mais conciliatória em relação ao Governo. O objetivo da Petrobras Argentina, ressaltou, seria o de investir no futuro, buscando garantir a rentabilidade necessária para seguir operando no país. Décio Oddone lembrou que, no início de suas operações de prospecção na Argentina, a empresa se dedicava à produção de petróleo e gás, em proporções de 40 e 60%, respectivamente, auferindo ganhos em partes iguais nos dois rubros. Hoje, sublinhou, a situação mudou, sendo que os ganhos com petróleo compensam a falta de rentabilidade com o gás.

6.Referindo-se à área de exploração, Oddone esclareceu que os campos nas províncias petrolíferas (Santa Cruz, Chubut, Neuquén, Río Negro, La Pampa e Mendoza) são maduros, o que torna a atividade mais onerosa, ao exigir maiores investimentos e recursos por parte da empresa. Observou que as perspectivas na área de prospecção em "off shore" não tem-se mostrado até o momento promissoras. Carlos Alberto da Costa, geólogo de formação, informou terem sido perfurados quatro poços, nas cercanias de Comodoro Rivadavia, a um custo de USD 30 milhões cada um, sem resultados por ora concretos. Assinalou que haveria indícios de boas possibilidades na área das Ilhas Malvinas, ainda não explorada pela empresa. Ambos executivos explicaram que, a despeito do forte interesse argentino, a descoberta de importantes reservas petrolíferas/gasíferas na camada de pré-sal no Brasil dificilmente se replicará na Argentina, dadas as características geológicas da bacia do país. O "tight gas", por sua vez, segundo eles, embora presente em algumas regiões, não se configura, no atual contexto de preços, em opção economicamente viável.

7.Décio Oddone referiu-se à construção, pela empresa Odebrecht, de um gasoduto submerso, ligando Ushuaia, na Terra do Fogo, às demais províncias argentinas, o qual contou com assessoria técnica da Petrobras Argentina. Tendo em vista sua inauguração no próximo dia 15 de março, antecipou que a Embaixada provavelmente será convidada para a inauguração.

8.Sobre o futuro da Petrobras Argentina, Décio Oddone frisou que: a) os próximos investimentos buscarão áreas de

rápido retorno, de forma a assegurar a rentabilidade mínima da empresa; b) se priorizará o "upstream" (exploração e produção), na medida em que neste setor o ambiente de negócios é considerado "menos hostil"; e c) no "downstream" (distribuição), se buscará manter clima de confiança e de bom entendimento com o Governo. Segundo o executivo, com 4 mil empregados e um patrimônio significativo, a Petrobras Argentina deverá investir cerca de USD 400 milhões em 2010.

Enio Cordeiro, Embaixador

AW

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 09/02/2010 15:06:17 N.º: 00284

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 09/02/2010 (CMLA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM I/CGDECAS/DDS/DREN/DPG
DESCR=BRAS-ARGT
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 230, DET 1228 2009
CATEG=MG

//
Brasil-Argentina.
Financiamentos. Visita do
Vice-Presidente do BNDES.
04/02/2010. Reuniões com
autoridades argentinas.
//

Nr. 00284

RESUMO=

Informo. Em visita a Buenos Aires, o Vice-Presidente do BNDES, Armando Mariante, encontrou-se no dia 04/02 com o Ministro de Planejamento, Obras Públicas e Investimento, Julio de Vido, e com o Subsecretário de Coordenação e Controle de Gestão, Roberto Baratta, entre outras autoridades locais, para avaliar o panorama dos financiamentos brasileiros na Argentina.

O Vice-Presidente do BNDES, Armando Mariante, e o Diretor do Escritório do BNDES em Montevidéu, Guillermo Graziani, acompanhados de diplomata da Embaixada, mantiveram, em 04 de fevereiro, encontros com o Ministro de Planejamento, Obras Públicas e Investimentos, Julio de Vido; e com o Subsecretário de Coordenação e Controle de Gestão, Roberto Baratta. Também estiveram presentes o Coordenador da Unidade

de Programas e Projetos com Financiamento Externo do Ministério, Pablo Abal Medina; o Gerente da Área Econômico-Financeira das Aerolíneas Argentinas, Axel Kicillof; e os assessores Damián Camacho - que também é um dos Vice-Presidentes do BICE - e Luis Vitulio.

2. Durante a primeira reunião, realizada no gabinete de Roberto Baratta, o Subsecretário reconheceu a importância do apoio do BNDES à realização de obras de infra-estrutura na Argentina e citou como marco dessa colaboração a ampliação do Gasoduto San Martín, no período de 2004 a 2005, em período no qual o país enfrentou sérias restrições à obtenção de créditos externos.

3. Baratta ressaltou a experiência positiva que vem sendo desenvolvida com as empresas brasileiras por intermédio do BNDES, bem como o crescente volume de projetos aprovados nos últimos anos. O Subsecretário informou que a parcela orçamentária reservada à infra-estrutura para 2010 teve um aumento significativo, dado que o Estado argentino teria obtido do Congresso autorização orçamentária para endividamento adicional de cerca de US\$2.5 bilhões, com respaldo soberano do Tesouro Nacional.

4. Tendo em vista o panorama atual de financiamentos aprovados e a perspectiva de operações futuras, o lado argentino sugeriu a criação de Grupo de Trabalho para acompanhar os projetos em andamento e estudar potenciais novos investimentos que poderiam se beneficiar da ampliação do crédito estatal. Nesse contexto, ao tecer elogios à atuação da Odebrecht e da Camargo Correa - ambas as empreiteiras têm obras em andamento na Argentina -, o Subsecretário ressaltou a importância do intercâmbio de informações, especialmente no caso de empresas brasileiras ainda pouco conhecidas do Governo argentino, como a OAS, envolvida na licitação da hidrelétrica de Chihuido I.

5. Ao ser consultado pelo Vice-presidente do BNDES a respeito das perspectivas de concretização dos financiamentos aprovados pelo COFIG nos últimos anos, Baratta colocou-se à disposição para identificar prioridades na atual carteira de projetos pendentes e informou que informações a esse respeito seriam diretamente transmitidas ao BNDES. Entre os projetos em pauta para o futuro próximo, os funcionários do Ministério de Planejamento informaram que a licitação da represa de Condor Cliff-La Barrancosa em Santa Cruz, na qual já foi sinalizado o interesse da Camargo Correa, será lançada brevemente. De acordo com documento circulado na reunião, espera-se financiamento brasileiro no valor de US\$ 750

milhões. Também recordaram a iminente conclusão do processo licitatório de Chihuido I, que poderá contar com US\$ 716 milhões em exportações brasileiras, caso se confirme o financiamento à OAS (reftel 118 e desptel 1228/2009).

6. Ao serem discutidos os financiamentos concretizados, o Subsecretário Baratta informou que, em 2010, estão previstos dois vencimentos de capital do Gasoduto San Martín, no valor de US\$ 55 milhões cada um, para os meses de maio e novembro. Baratta informou que a parte argentina tenciona solicitar ajuste na data de referência para a vigência do "período de graça" - a proposta é a de usar o início das obras (2008) e não a concretização do financiamento (2007) como base de cálculo. O Subsecretário acrescentou que estaria disposto a enviar funcionários ao Brasil para reunião com o BNDES.

7. A respeito do contrato entre as Aerolíneas Argentinas/Austral e a EMBRAER, a parte argentina informou que o contrato definitivo seria assinado nesta semana, o que permitiria a manutenção do cronograma inicialmente previsto, com a entrega de uma aeronave por mês a partir de julho, totalizando 6 até o final de 2010. Os funcionários argentinos reiteraram os termos do acordo obtido na reunião de 2 de setembro passado, na qual chegou-se a um percentual de 60% (12 aeronaves) cursado com as garantias do CCR-ALADI e os restantes 40% (6 aeronaves) respaldados por instituição financeira aprovada pelo BNDES. Aduziram que os recursos necessários para a operação também foram aprovados pelo Congresso.

8. O Coordenador da Unidade de Programas e Projetos com Financiamento Externo, Pablo Abal Medina, sublinhou a importância do BNDES, equiparado ao Banco Mundial como instituição internacional de fomento para projetos locais. Informou que a Argentina está buscando "aumentar sua capacidade de crédito", apesar das restrições externas, e mencionou, como exemplo, solicitação de financiamento encaminhada à CAF para projeto de repotenciamento da usina de Atucha, a ser realizado após a finalização das obras de Atucha II.

9. Em seguida à reunião com o Subsecretário, a delegação brasileira foi convidada para encontro de cortesia com o Ministro Julio de Vido. De Vido reiterou sua satisfação com a atuação das empreiteiras brasileiras neste país - citou nominalmente a Odebrecht, a Camargo Correa e a Andrade Gutierrez - e qualificou de "excelente" o relacionamento desenvolvido nos últimos anos. Recordou a importância dos financiamentos do BNDES para os gasodutos do Sul,

especialmente diante das restrições enfrentadas pelo país no período (2004-2005) em que esses créditos foram concedidos. A respeito da definição de uma ordem de prioridades para os financiamentos aprovados, comentou que discutiria o tema diretamente com a Presidenta Cristina Kirchner.

10.O Ministro teceu elogios à atuação do BNDES, e manifestou sua expectativa de que, a partir da designação dos fundos das AFJPs ao Estado, a Argentina pudesse dispor de recursos para implementar mecanismo semelhante. Nesse sentido, indicou interesse em que o BNDES - juntamente com o BICE - possa envolver-se em projetos como o da hidrelétrica de Garabí.

11.De Vido sublinhou, ainda, que a opção argentina pelo padrão de TV digital brasileiro representa nova oportunidade para a colaboração bilateral e destacou sua expectativa de que também nesse âmbito o BNDES possa ter papel protagônico na concessão de financiamentos.

12.Apesar da sensibilidade política que envolve a consulta ao Governo argentino acerca das expectativas de concretização de financiamentos anteriormente concedidos - já que alguns deles destinam-se a Províncias governadas pela oposição -, os encontros no Ministério do Planejamento realizaram-se em clima de absoluta cordialidade. Cabe destacar que a reunião havia sido inicialmente agendada somente com o Subsecretário Baratta, e partiu do lado argentino o oferecimento de que a delegação brasileira também fosse recebida pelo Ministro De Vido.

13.Por outro lado, apesar de declararem reconhecer os méritos do processo de avaliação do BNDES, baseado em critérios essencialmente técnicos, é improvável que perca espaço a utilização de parâmetros políticos para a alocação de recursos públicos, em especial à medida em que se aproxima a campanha eleitoral para as presidenciais de 2011. Dessa forma, é previsível que a avaliação da prioridade a ser conferida aos financiamentos pendentes continue a ser pautada pelo nível de proximidade ou distanciamento da Província em questão com o Governo Federal.

Julio Glinternick Bitelli, Encarregado de Negócios, a.i.

De: BRASEMB BUENOS AIRES
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/02/2010 15:06:17 N.º: 00284

ALMM

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 12/04/2010 12:25:27 N.º: 00759

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 12/04/2010 (SCDS)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAM I/DMC/DEIR/CGDECAS

DESCR=PEXT-BRAS-ARGT

RTM/CLIC=GRPAMSUL

REF/ADIT=CIT 76668

CATEG=MG

//

Brasil-Argentina.

Financiamentos BNDES.

//

Nr. 00759

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Transmito panorama dos financiamentos concedidos pelo BNDES a projetos de infra-estrutura na Argentina.

Com vistas a atualizar as informações de base sobre temas do relacionamento bilateral, comento a seguir o quadro geral dos financiamentos concedidos pelo BNDES à infra-estrutura na Argentina.

2.Tendo em vista as restrições atualmente enfrentadas pela Argentina na obtenção de crédito, ressalta a importância dos financiamentos que vêm sendo concedidos pelo BNDES para a aquisição de bens e serviços de alto valor agregado. A carteira de projetos de infra-estrutura, de aproximadamente US\$ 3.8 bilhões, cobre setores tão variados como o

energético, o de saneamento e o de transporte. Cerca da metade do valor total refere-se a operações aprovadas, mas ainda não concretizadas.

3. Em recente visita do Vice-Presidente do BNDES, Armando Mariante, a este país, foi-lhe reiterado, pelo Ministro do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, Julio de Vido, o interesse do Governo argentino em que seja dado seguimento ao apoio do BNDES no financiamento a projetos de infra-estrutura neste país. Para 2010, o Executivo argentino obteve do Congresso autorização orçamentária para endividamento adicional de cerca de US\$2.5 bilhões para operações de financiamento com o BNDES (artigo 57 da Lei de Orçamento 2010), a serem cursadas pelo Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI (CCR).

4. Embora coincidam na importância da tramitação das operações de crédito pelo CCR, os atores brasileiros envolvidos têm associado a demora na concretização dos financiamentos concedidos pelo BNDES na Argentina à dificuldade de obtenção - seja pelo Governo federal ou provincial -, junto ao Banco Central da República Argentina (BCRA), das garantias exigidas para o curso das operações pelo convênio da ALADI. Uma solução alternativa, ainda sob avaliação do BCRA, é a da utilização de recursos do Fundo de Co-Participação provincial como garantia perante o BCRA. O mecanismo está sendo estudado para eventual aplicação no projeto dos Gasodutos Centro-Sul e Norte-Leste, na Província de Córdoba.

5. As empreiteiras brasileiras presentes neste país - Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e, desde o início de 2010, Queiroz Galvão - são unânimes acerca da importância de contar com o respaldo do BNDES nas licitações em que se envolvem, especialmente aquelas relacionadas com o Governo argentino. Preocupam-se, no entanto, com o fato de que nem todos os processos licitatórios, passada a etapa de pré-qualificação, chegam a termo.

6. A Odebrecht tem dois empreendimentos importantes em andamento: os Gasodutos do Norte e do Sul, já com 60% da obra concluída, e a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Paraná de Las Palmas, na Província de Buenos Aires, com 20% executados. Entre os projetos em perspectiva, está o "Segundo Aqueduto do Chaco", cujo financiamento, da ordem de US\$ 200 milhões, foi aprovado pelo COFIG em janeiro. A Odebrecht, em consórcio com a Cartellone, foi um dos concorrentes identificados durante a abertura dos primeiros envelopes da licitação. Também participam OAS-Supercemento-Rovella

Carranza; ISOLUX-ESUCO; e Techint S.A. A previsão é de que até o final de abril seja divulgado o resultado da avaliação das ofertas técnicas e a abertura dos envelopes com a proposta econômica ocorra até o final de maio. A decisão definitiva a respeito caberá ao Ente Nacional de Obras Hídricas e Saneamento (ENOHSA).

7.A Camargo Corrêa tem uma única obra em andamento - a Estação de Tratamento de Água (ETA) em Berazategui, na Província de Buenos Aires, do qual também faz parte o projeto que está sendo realizado pela Odebrecht. A empresa, ademais, tem demonstrado interesse no projeto do túnel Água Negra, que integraria o Corredor Bioceânico entre Porto Alegre e Coquimbo, no Chile, passando pela Província de San Juan, na Argentina. O estudo de viabilidade da obra, a ser executado pela empresa brasileira Bureau de Projetos, conta com financiamento do BNDES de US\$ 20 milhões. O Governador da Província de San Juan, José Luis Gioja, tem tido grande protagonismo na defesa do empreendimento, e tem feito gestões nesse sentido junto a autoridades brasileiras - entre elas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

8.A Andrade Gutierrez tem adjudicadas duas licitações: a dos Gasodutos Norte-Leste em Córdoba e a da Drenagem dos Ribeirões Vega e Medrano, na Cidade de Buenos Aires. A empresa informou recentemente que estão em andamento negociações entre a Província de Córdoba e o Governo nacional, com vistas a que recursos do Fundo de Co-Participação que seriam destinados à Província sejam utilizados como garantias junto ao Banco Central argentino, na tramitação do financiamento pelo CCR/ALADI. Caso haja parecer positivo do BCRA, a empresa tentará aplicar o mesmo mecanismo de garantias no projeto de drenagem que pretende desenvolver na Cidade de Buenos Aires.

9.Com presença mais recente na Argentina - desde 2008 -, a OAS tem buscado participar em licitações governamentais, geralmente em parceria com outras empresas. Obteve, do COFIG, aprovação para financiamento de projeto de Aqueduto em La Pampa, cuja licitação ainda está em andamento. Ademais, o consórcio integrado pela OAS foi o melhor qualificado na concorrência para a construção da Hidrelétrica de Chihuido I, em Neuquén.

10.Além dos financiamentos concedidos a projetos de infraestrutura, destaca-se, no âmbito do esforço do Governo argentino em reestruturar as Aerolíneas Argentinas/Austral Linhas Aéreas S.A, renacionalizadas em 2008, a venda de 20 aeronaves EMBRAER E-190 à Austral. Está em andamento a

produção das 3 primeiras unidades, com cronograma de entrega previsto para os meses de junho a setembro de 2010. É esperada para meados de abril a efetivação da aquisição das 17 restantes.

11. Segue, abaixo, atualização da tabela elaborada pela CGDECAS com o detalhamento dos financiamentos concedidos pelo BNDES à Argentina, até abril de 2010, a partir de informações obtidas pela Embaixada:

GASODUTOS

A) Gasoduto do Sul - Ampliação do Gasoduto San Martín (1ª etapa)

- Exportadores: Construtora Norberto Odebrecht (serviços); CONFAB (bens)
- Importador: Fideicomisso de Gás - Ampliação Gasoducto Sur
- Financiamento: US\$ 170 milhões (serviços) e US\$ 30 milhões (bens)
- Fonte de financiamento: BNDES / inscrito no (CCR) da ALADI
- Estado atual: Financiamento concretizado e obras concluídas.

B) Ampliação do Gasoduto do Sul - Exportação de Tubos

Fornecimento de 39.000 mts de tubo de aço, com costura e revestidos com concreto, para construção de um novo terminal no Estreito de Magalhães.

- Exportador: Confab
- Importador: Fideicomiso Financiero de Obra Gasoducto Sur 2006-2008
- Valor do Financiamento: US\$ 46 milhões (100% das exportações).
- Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR (Supplier's Credit)
- Estado Atual: Aprovado na 51ª R.O. do Cofig, em 29.10.08. Financiamento concretizado.

C) Ampliação do Gasoduto do Norte

Ampliou a capacidade do gasoduto que vai da refinaria de Campo Durán (Província de Salta) e percorre 1.454 km até a planta compressora em San Jerónimo (Santa Fé).

- Exportador: CONFAB
- Importador: Fideicomisso de Gás - Ampliação Gasoducto Norte
- Valor estimado do Projeto: US\$ 178,56 milhões

-Fonte de Financiamento: BNDES / garantia CCR
-Valor do Financiamento: US\$ 37 milhões, para tubos da CONFAB
-Estado atual: Financiamento concretizado e obras concluídas.

D) Ampliação da rede de gasodutos troncais de TGN e TGS (Ampliação Albanesi)

O projeto compreende a construção de novos "loops" (novos trechos de dutos paralelos aos dutos já existentes) aos gasodutos San Martín e Neuba II, operados pela TGS - Transportadora de Gas del Sur, e aos gasodutos Norte e Centro-Oeste, operados pela TGN - Transportadora de Gas del Norte. Os dutos, com extensão total de 550 km, terão capacidade para transportar 5 milhões m³ de gás por dia.

-Exportador: Norberto Odebrecht S.A.
-Importador: Fideicomiso Financeiro Albanesi
-Financiamento: US\$ 438 milhões (100% das exportações brasileiras).
-Fonte de Financiamento: BNDES / garantia CCR
-Estado atual: Seguro de crédito aprovado pelo Cofig em maio/2006. Valor revisto em março de 2007. Revisto novamente (+ US\$ 98 milhões) na 55ª RO do Cofig (18.02.09).
Financiamento concretizado. Obras em andamento.

E) Ampliação da rede de gasodutos trocais de TGN e TGS (Ampliação CAMMESA)

O projeto compreende a construção de novos "loops" (novos trechos de dutos paralelos aos dutos já existentes) aos gasodutos San Martín e Neuba II, operados pela TGS - Transportadora de Gas del Sur, e aos gasodutos Norte e Centro-Oeste, operados pela TGN - Transportadora de Gas del Norte. Os dutos, com extensão total de 1.180 km, terão capacidade para transportar 8 milhões m³ de gás por dia.

-Exportador: Norberto Odebrecht S.A.
-Importador: Fideicomiso Financeiro Cammesa
-Valor do Financiamento: US\$ 640,6 milhões (100% das exportações brasileiras).
-Fonte de Financiamento: BNDES / garantia: CCR
-Estado atual: Seguro de crédito aprovado pelo Cofig em maio/2006. Valor revisto em março de 2007 e novamente em junho de 2008. Financiamento concretizado. Obras em andamento.

F) Programa de Gaseificação na Província de Córdoba - Sistemas Regionais "Centro", "Sul" e "Rota 2"

O projeto compreende a construção da infraestrutura que permitirá, em etapa futura, a prestação do serviço de gás natural por redes de distribuição às diversas localidades compreendidas nos Sistemas Regionais Centro, Sul e Rota 2.

-Exportador: Andrade Gutierrez

-Importador: Governo da Província de Córdoba

-Valor do Financiamento: US\$ 115 milhões (AG) (100% das exportações)

-Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR

-Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 55ª RO do Cofig, em 18.02.2009. Contrato de obra assinado em 14.12.2009 (em conjunto com o dos Sistemas "Norte" e "Leste").

G) Programa de Gaseificação na Província de Córdoba -
Sistemas Regionais "Norte" e "Leste"

O projeto compreende a construção da infraestrutura que permitirá, em etapa futura, a prestação do serviço de gás natural por redes de distribuição às diversas localidades compreendidas nos Sistemas Regionais Leste e Norte, para usuários residenciais, comerciais e industriais.

-Exportador: Andrade Gutierrez

-Importador: Governo da Província de Córdoba

-Valor do Financiamento: US\$ 181,3 milhões (100% das exportações)

-Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR

-Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 55ª RO do Cofig, em 18.02.2009. Contrato assinado em 14.12.2009 (em conjunto com o do Sistema "Centro", "Sul" e "Rota 2").

H) Ampliação da capacidade do Gasoduto San Martín - TGS
(loops paralelos)

Ampliação da capacidade de transporte de gás no sistema sul da República Argentina, em operação pela concessionária Transportadora de Gás Sur (TGS).

-Exportador: Norberto Odebrecht S.A.

-Importador: Fideicomiso Cammesa

-Valor do Financiamento: US\$ 227 milhões

-Fonte de Financiamento: BNDES / garantia: CRR

-Estado atual: Seguro de crédito aprovado pelo Cofig em outubro de 2009.

ENERGIA ELÉTRICA

A) Subestação 25 de Mayo, Província de Buenos Aires

Construção da Subestação 25 de maio "ET 25 de Mayo" 500/132 kV, com capacidade de 300 MVA, que será localizada próximo à cidade de 25 de Mayo, na Província de Buenos Aires.

- Exportador: Alusa Engenharia (Cofig 417)
- Importador: Dirección Provincial de Energía.
- Valor do Financiamento: US\$ 60,5 milhões (100% das exportações)
- Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR
- Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 55ª RO do Cofig, em 18.02.2009.

B) Estação de Energia da Papel Misionero (OPERAÇÃO COMERCIAL)

- Empresa: Diversas
- Valor do Financiamento: US\$ 29,9 milhões (85% das exportações).
- Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR (Supplier's Credit)
- Estado Atual: Aprovado na 55ª R.O. do Cofig, em 18.02.09.

PETROQUÍMICA

Nova unidade de reforma catalítica contínua na Província de Buenos Aires (engenharia de obra, construção e montagem)

A operação consiste na engenharia de obra, construção e montagem e fornecimento de materiais e equipamentos para a Nova Unidade de Reforma Catalítica Contínua (CCR) no Complexo Industrial Ensenada, da YPF S.A. na Província de Buenos Aires. A nova unidade vai expandir a capacidade da Petroquímica La Ensenada e da refinaria de La Plata permitindo o aumento da produção anual de combustível Premium de 6 milhões de m³ para 8 milhões de m³. A planta também produzirá 200 mil toneladas de compostos aromáticos e 15 mil toneladas de hidrogênio por ano.

- Exportador: Construtora Norberto Odebrecht
- Importador: YPF
- Valor do Financiamento: US\$ 210 milhões (100% das exportações)
- Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia FGE / Sem curso no CCR
- Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 58ª RO do Cofig, em 27.05.2009. Contrato assinado em outubro de 2009. Obras em fase inicial. Possível não utilização do financiamento do BNDES.

SANEAMENTO

A) Aqueduto Santa Fé

Abastecerá 142 localidades da Província de Santa Fé com água do Rio Paraná, beneficiando mais de 750 mil habitantes.

-Fontes de financiamento: BNDES / garantia CCR
-Valor do Financiamento: Odebrecht - US\$ 200 milhões;
Camargo Correa - USS 215,8 milhões
-Estado Atual: Financiamento aprovado. Licitação suspensa. Desistência das empresas concorrentes. A ser retirada da pauta.

B) Projeto de Saneamento de Paraná de las Palmas, Tigre (Província de Buenos Aires)

Construção de um sistema de tratamento de água composto de estação e rede de distribuição que farão interligação com as redes de distribuição das municipalidades de Tigre, Pilar e Escobar, situadas na grande Buenos Aires.

-Exportador: Norberto Odebrecht S.A.
-Importador: Agua y Saneamientos Argentinos S.A. (AySA).
-Valor do Financiamento: US\$ 320 milhões
-Fonte de financiamento: BNDES/garantia CCR
-Estado atual: Operação reapresentada ao Cofig na 47ª RO, em 25.06.08. Financiamento concretizado. 20% da obra executados.

C) Construção da Planta de Berazategui e emissário - 1ª etapa do Programa de Saneamento Integral (PSI)

Primeira etapa do Programa de Saneamento Integral, um projeto para a construção de um sistema de tratamento de esgoto in natura, localizado nas cidades de Avellaneda, e Berazategui, na Província de Buenos Aires.

-Exportador: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
-Agua y Saneamientos Argentinos S.A. - AySA
-Valor do Financiamento: US\$ 82,6 milhões
-Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR
-Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 30ª RO do Cofig, em 31.01.2007, e renovado na 34ª RO do Cofig, em 06.06.2007. Financiamento concretizado. Obras em andamento.

D) Projeto Arroyos Medrano e Vega, Buenos Aires

O projeto tem como objetivo implantar medidas estruturais para minimizar o impacto que inundações freqüentes causam à população nas áreas vizinhas aos ribeirões Medrano e Vega, na região metropolitana de Buenos Aires.

-Exportador: Construtora Andrade Gutierrez S.A.
-Importador: Governo da Cidade de Buenos Aires.
-Valor do Financiamento: US\$ 98,2 milhões (100% das

exportações).

-Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR (Supplier's Credit)

-Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 51ª R.O. do Cofig, em 29.10.08. Licitação adjudicada em abril de 2009.

E) Aqueduto Rio Colorado (Província de La Pampa)

Fornecimento de materiais e execução das obras da 2ª etapa do Aqueduto Rio Colorado e obras complementares ao Norte da cidade de Santa Rosa (localizada a 607 km da cidade de Buenos Aires), Província de La Pampa.

-Exportador: OAS / Techint - concorrem em licitação

-Valor do Financiamento: US\$ 56,5 milhões

-Fonte de Financiamento: BNDES / Curso no CCR

-Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 60ª RO do Cofig, em 29.07.2009.

F) Segundo Aqueduto do Chaco (Província do Chaco)

A obra compreende a repotencialização de aqueduto existente, ligando Barranqueras - Saenz Pena - Villa Ángela, bem como a construção de nova planta potabilizadora em Saenz Pena, além de melhorias na rede de abastecimento residencial de cerca de 26 municípios.

-Exportador: Odebrecht/Techint/OAS - concorrem em licitação

-Fonte de financiamento: BNDES / Curso no CCR

-Valor do Financiamento: Odebrecht - US\$ 200 milhões;
Techint - US\$ 180 milhões

-Estado Atual: Financiamento aprovado. Em licitação.

Abertura dos envelopes em 10/03/2010. Quatro consórcios concorrentes: Odebrecht-Cartellone (financiamento aprovado pelo COFIG em janeiro); Techint S.A (financiamento aprovado pelo COFIG em janeiro); OAS-Supercemento-Rovella Carranza; ISOLUX-ESUCO.

ENGENHARIA

Projeto Básico do Túnel Água Negra (San Juan, Argentina)

O projeto compreende o fornecimento de serviços para execução do projeto básico e investigações geotécnicas do Túnel Água Negra, situado na Província de San Juan/ Argentina. O túnel viabilizará a conexão entre Chile, capital da Região de Coquimbo-La Serena, com a Província, o que permitirá maior integração física econômica e social entre as províncias de San Juan e Córdoba, Santa Fé e Entre Rios, vinculando todas

ao Chile, além de aumentar os fluxos comerciais entre Brasil-Chile-Argentina-Paraguai-Bolívia.

- Exportador: Bureau Projetos e Consultoria LTDA
- Importador: Gobierno de San Juan.
- Valor do Financiamento: US\$ 20,5 milhões (100% das exportações).
- Fonte de Financiamento: BNDES / Garantia CCR (Supplier's Credit)
- Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 55ª R.O. do Cofig, em 18.02.09.

TRANSPORTE AÉREO

Exportação de 20 aeronaves da EMBRAER EMB 190 AR

As aeronaves destinam-se à empresa Austral Líneas Aéreas, subsidiária da Aerolíneas Argentinas.

- Exportador: EMBRAER
- Importador: Austral / Aerolíneas
- Valor do Financiamento: US\$ 646 milhões (85% das exportações brasileiras, de US\$ 760 milhões) + Prêmio do Seguro de Crédito à Exportação, de US\$ 70 milhões. Total: US\$ 716 milhões
- Fonte de Financiamento: BNDES / garantia CCR
- Estado Atual: Seguro de Crédito à Exportação aprovado na 55ª R.O. do Cofig (18.02.09) e condições alteradas na 58ª R.O, em 27.05.09. As primeiras 3 aeronaves deverão ser entregues nos meses de julho a setembro de 2010. O restante está como opção de compra, a ser oportunamente convertido em "pedidos firmes".

Enio Cordeiro, Embaixador.

ALMM

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 30/04/2009 19:56:06 N.º: 00826

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 30/04/2009 (-RSB-)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAM I/DOC/DMC/CGDECAS

DESCR=ECON-ARGT

RTM/CLIC=GRPAMSUL

CATEG=MG

//

Argentina. 45a edição anual do Colóquio IDEA. Participação de personalidades brasileiras. Sondagem dos organizadores.

//

Nr. 00826

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informe. O presidente da 45a sessão anual do Colóquio IDEA (Mar del Plata, 28-30/10/09), principal encontro empresarial da Argentina, informou-me sobre as personalidades brasileiras que serão convidadas para o evento e sondou-me sobre a viabilidade da participação do Senhor Presidente da República e de Vossa Excelência.

Recebi, no dia 28 de abril corrente, a visita do empresário Alberto Schuster, que está a cargo de presidir a 45ª edição anual do Colóquio Idea (Mar del Plata, 28 a 30 de outubro), o mais prestigioso encontro empresarial do país, que costuma congrega as principais lideranças privadas do país, além de economistas e figuras de prestígio internacional, e que tem contado anualmente com a participação de personalidades

políticas e empresariais brasileiras.

2. Schuster sublinhou a importância crescente que o Colóquio Idea atribuía ao vínculo com o Brasil, referiu-se à sua presença pessoal na última edição regional do Foro Econômico Mundial no Rio de Janeiro e apresentou a expectativa dos dirigentes do Idea de poder contar neste ano com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na qualidade de convidado de honra.

3. Comprometi-me a fazer as consultas necessárias e, com transparência, ressalvei que o convite revestia-se de complexidades. Do ponto de vista da agenda, era difícil garantir com tanta antecedência a presença do Presidente da República no evento e, pelo prisma político, por tratar-se da visita de mandatário ao país, a questão deveria ser objeto de consulta ao Governo argentino. O tema reveste-se de ainda maior sensibilidade em face dos desdobramentos incertos das eleições legislativas de junho e à luz do momento por que passam as relações do Governo com os setores empresariais.

4. Schuster disse entender perfeitamente a necessidade das consultas a que me referi, afirmou que ficaria à espera para ver o encaminhamento a ser dado ao assunto e ficou de manter-me informado da definição dos temas centrais e dos painéis que comporão o evento. Comentou, em seguida, que o Colóquio consideraria uma grande honra poder contar a presença de Vossa Excelência. Com a ressalva da pesada carga de reuniões internacionais que se concentram na agenda de Vossa Excelência nos meses de setembro e outubro, fiquei de transmitir a consulta.

5. O titular do Idea explicou que este ano o encontro será precedido de dois pré-Colóquios: a tradicional reunião preparatória em Rosário, que terá lugar entre finais de julho e princípios de agosto, e um segundo evento em Salta, a realizar-se em setembro. Para o pré-Colóquio de Rosário, estão sendo convidados o Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, e o ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

6. Para o Colóquio principal em Mar del Plata, caso não possam contar com a participação de Vossa Excelência, os organizadores contam ainda convidar o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; o Presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli; o Presidente da Embraer, Federico Fleury Curado; e o Presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht. Registrou, a propósito, estarem praticamente confirmadas as presenças dos ex-Presidentes do Peru, Alejandro Toledo, e da Colômbia,

César Gaviria. Acrescentou também que havia feito consulta à Embaixada da Colômbia, na mesma linha da que me formulara, sobre possível participação do Presidente Álvaro Uribe.

7. Por GMD, encaminho original da carta de convite ao Ministro Mangabeira Unger, que Schuster pediu-me fazer chegar ao destinatário.

Mauro Vieira, Embaixador.

CV

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 17/07/2009 18:23:42 N.º: 01442

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 14/07/2009 (-RSB-)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DPG/DOC/CGDECAS/DMAC

DESCR=XPRO

RTM/CLIC=

REF/ADIT=DET 670, TEL 1420

CATEG=MG

//

Promoção comercial. Brasil-
Argentina. COFIG. Solicitação
de informação. Construção da
hidrelétrica Chihuido I, na
Província de Neuquén.

//

Nota da DCA: Redistribuído para DPG/DOC/CGDECAS/DAM I em 17/07/2009.

Nr. 01442

RESUMO=

Transmito informações que poderão subsidiar decisão
do COFIG, a respeito do financiamento das obras da
hidrelétrica de Chihuido I, Província de Neuquén.

Refdesptel 670. Transmito, abaixo, as informações solicitadas
para subsidiar a análise de risco de operação de
financiamento a ser eventualmente apreciada pelo Comitê de
Financiamento e Garantia das Exportações, referente às obras
da hidrelétrica de Chihuido I, na Província de Neuquén.

Cenário Econômico:

2. A exemplo do que se observa em todo o mundo, os efeitos
da crise financeira internacional ainda se fazem sentir na

economia argentina. O primeiro semestre de 2009 foi marcado pela desaceleração da atividade econômica, interrompendo o ciclo de alto crescimento que o país manteve no período 2003-2008.

3. Os números indicam redução na atividade industrial (de 1,8% nos primeiros cinco meses de 2009, de acordo com dados oficiais, e de 13%, segundo analistas privados) e diminuição do fluxo de comércio (queda de 21% das exportações e de 40% das importações no mesmo período). O setor agropecuário continua em um momento delicado, em função de acúmulo de fatores adversos: prolongamento da situação de conflito com o Governo em torno dos impostos às exportações e da orientação das políticas setoriais, recuperação parcial dos preços internacionais das "commodities" e queda significativa da safra, que diminuiu 30% com relação ao ano passado, em razão de uma das piores secas das últimas décadas.

4. A derrota do governo nas eleições legislativas no mês de junho contribuiu para a troca do gabinete do Ministério de Economia. Contudo, especula-se essa mudança não deverá alterar significativamente as políticas econômicas adotadas no país. À frente da ANSES (Administración Nacional de la Seguridad Social), o novo Ministro da Economia conduziu o processo de estatização dos fundos privados de aposentadoria, tema sensível para o equilíbrio das contas públicas da Argentina.

5. No terreno fiscal, verifica-se deterioração dos ingressos. Apesar de a arrecadação no primeiro semestre de 2009 ter sido de \$ 145,742 bilhões, resultado 14,6% superior ao mesmo período de 2008, os valores ajustados pela inflação "real" indicam queda nas receitas tributárias. A constante dependência do fisco em relação às contribuições previdenciárias faz crescer as preocupações sobre a sustentabilidade das contas públicas nacionais. As contas públicas provinciais também sofrem crescente deterioração. Analistas privados estimam que o déficit fiscal consolidado das províncias passe dos 0,6%/PIB, registrados em 2008, para 1,1%/PIB em 2009.

6. No plano monetário e cambial, o BCRA tem perseverado em sua política de câmbio administrado e permitiu a valorização controlada do dólar no acumulado do ano de \$ 3,45 para o patamar atual dos \$ 3,83. Os setores privados, em particular a indústria, alertam que o país corre o risco de reduzir sua competitividade internacional caso a taxa de câmbio não se aproxime dos \$ 4,20 por dólar.

7. Para aliviar o front cambial, o Governo espera que, no segundo trimestre, os exportadores de grãos liquidem o que resta da safra, descomprimindo a demanda por dólares. Adicionalmente, os recentes acordos de "swap" em moedas locais firmados com a China (\$ 70 bilhões de yuans, equivalentes a US\$ 10,2 bilhões) e com o Brasil (R\$ 3,5 bilhões) contribuem para incrementar a capacidade potencial do Banco Central para fazer frente a cenário de volatilidade financeira.

8. Com todo este panorama de fundo, ampliam-se as especulações sobre as medidas econômicas que poderiam ser tomadas no segundo semestre. De um lado, adverte-se para a possibilidade de que o Governo venha a tomar iniciativas de impacto: i) ajuste fiscal mais profundo, com contenção dos gastos públicos; ii) desvalorização mais acentuada do peso; e iii) recurso ao FMI. De outro, alinham-se os que apostam em um aprofundamento do modelo, em um arriscado ambiente de deterioração de expectativas e no recrudescimento de conflitos setoriais. Os mais críticos têm chamado a atenção para a escassa margem de manobra de que dispõe o Governo para implementar políticas de estímulo à produção e ao consumo. Censuram-no também por não haver aproveitado o período de bonança para constituir fundo anticíclico e para dismantelar custosa teia de subsídios setoriais.

9. Apesar da conjuntura difícil, há relativo consenso de que a Argentina encontra-se melhor preparada para fazer frente à crise do que esteve em todo o passado recente. O colapso internacional encontrou o país em situação macroeconômica equilibrada e menos exposto ao canal financeiro de transmissão da crise, com menor dependência da poupança externa e baixa incidência de investimentos especulativos de curto prazo. Analistas privados estimam que a economia argentina voltará a crescer já a partir do terceiro bimestre deste ano. Por sua vez, o Governo tem insistido em que, dado o contexto global, o país terminará o ano em terreno positivo, com superávit fiscal, saldo na balança comercial e externo, com crescimento do PIB próximo a 1%. As estimativas privadas são mais pessimistas e projetam contração do produto na faixa de 1% a 4%.

Cenário Político:

10. Após um primeiro ano de gestão marcado por severo desgaste, decorrente de um intenso e longo conflito com o setor agropecuário, o Governo da Presidenta Cristina Fernández Kirchner experimenta, neste segundo semestre de 2009, o duplo de desafio de lidar com os efeitos da crise

financeira internacional sobre a economia argentina e com os resultados adversos das eleições legislativas nacionais ocorridas em 28 de junho, que implicaram a perda da maioria parlamentar do Governo.

11. As eleições legislativas nacionais renovaram a metade dos membros do Câmara dos Deputados (com eleições proporcionais em todos as 23 províncias e na Capital Federal) e um terço do Senado (com eleições majoritárias em 8 províncias). Na eleição para Deputado Nacional, os partidos de oposição venceram em 10 províncias, entre as quais as 5 maiores, responsáveis por mais de 2/3 dos votos do país (província de Buenos Aires, com 37,18% do eleitorado; Capital Federal, 9,02%; Córdoba, 8,78%; Santa Fé, 8,54%; e Mendoza, 4,25%). Na eleição para Senador, o Governo venceu em 3 províncias e foi derrotado em 5.

12. A derrota do Governo na província de Buenos Aires, onde o próprio ex-Presidente da Nação e então Presidente do Partido Justicialista, Néstor Kirchner, encabeçava a lista para Deputado Nacional, foi um forte golpe para o Governo. O ex-Presidente, adiantando-se a um previsível questionamento de sua condução do PJ, renunciou no dia seguinte ao cargo, abrindo complexo processo de rediscussão da liderança do partido.

13. O quadro parlamentar resultante das eleições será desfavorável ao Governo, com distanciamento ainda maior da maioria na Câmara (129 cadeiras) e perda da maioria no Senado (37), levando a uma maior dependência de pequenos partidos aliados e, sobretudo à necessidade de negociação com setores dissidentes do peronismo e com os Governadores peronistas que, nos últimos meses, vêm-se distanciando do Governo. Os números das bancas mudarão até dezembro, quando assumem os novos parlamentares, mas a maioria dos cálculos estima que o Governo contará com 97 assentos de deputados do peronismo (uma perda de 18 cadeiras, superior às previsões) e 36 senadores.

14. Em termos nacionais, o Governo foi a força política mais votada individualmente, mas isso se deveu em grande parte à fragmentação das forças opositoras (já que quase 70% dos eleitores votou contra o Governo) e ao fato de estas não terem presença nacional. A votação do Governo, na casa de 30%, representou importante queda em relação aos 45% obtidos em 2007 pela Presidenta Cristina Kirchner ou aos 38% obtidos nas eleições legislativas de 2005. Nacionalmente, a segunda força mais votada, pouco abaixo do Governo, foi o chamado Acuerdo Cívico y Social, resultado da coligação entre a

histórica União Cívica Radical, a Coalizão Cívica e o Partido Socialista.

15. As perspectivas que se abrem têm como elemento central um Governo enfraquecido. A derrota do Governo abre um período de reafirmação do poder dos governadores peronistas e de forte reacomodação do PJ. Para o Governo, o desafio, a fim de garantir a governabilidade, será conciliar a maior dependência de negociações com as bancadas provinciais comandadas pelos governadores com as crescentes demandas de províncias cada mais fragilizadas financeiramente.

16. No curto prazo, surgem duas questões importantes. A primeira diz respeito a possíveis mudanças nas orientações do Governo. As principais mudanças ministeriais feitas após a derrota eleitoral (Chefia de Gabinete, equivalente à Casa Civil brasileira, e as pastas da Economia e da Justiça) significaram uma troca de cadeiras mais do que uma renovação do Gabinete, e foram recebidas com ceticismo. Por outro lado, a Presidenta convocou as forças políticas de oposição e os principais setores econômicos e sociais para um amplo diálogo sobre políticas públicas, mas há dúvidas, à luz de convocações anteriores feitas pelo Governo, sobre a real disposição de mudanças de orientação por parte do Governo. Nas entrelinhas, os principais comentaristas identificam no Governo a intenção de reafirmar as principais linhas de gestão.

17. A segunda questão diz respeito à dinâmica parlamentar até dezembro, quando assumem os novos legisladores eleitos. O adiantamento das eleições sem o adiantamento da posse deixa em exercício, durante quase seis meses, um Congresso que poderá ser objeto de severos questionamentos de sua legitimidade. A principal preocupação do Governo é tentar garantir que seus Deputados, muitos dos quais não foram reeleitos, continuem efetivamente apoiando-o. No atual cenário, há inúmeros incentivos para defecções da bancada do Governo, e não está claro se o Governo será capaz de manter até dezembro uma maioria de fato e, no caso de sê-lo, se pretende fazer uso de sua maioria para discutir projetos polêmicos, ou se tencionaria restringir-se a uma agenda modesta. Os partidos de oposição, por sua vez, vêm adiantando sua intenção de colocar em pauta bandeiras que lhes são caras - no que, eventualmente, poderão obter o apoio de diversos Governadores peronistas -, como a diminuição das retenções sobre as exportações de grãos, a revogação dos chamados "superpoderes" de gestão orçamentária, uma maior co-participação do imposto sobre o cheque e a reforma do Conselho da Magistratura.

18. A perda das maiorias parlamentares impõe ao Governo a negociação com os mandatários provinciais, crescentemente distanciados do kirchnerismo, e com setores dissidentes do peronismo. Um dos elementos essenciais dessa barganha política é a garantia, para os Governadores, de que o peronismo, ao mesmo tempo em que assegure condições de governabilidade para a Presidenta Cristina Kirchner, possa recompor-se em termos "pós-kirchneristas", a tempo de gerar uma candidatura competitiva em 2011. Um ruído que poderá surgir na relação entre o Governo e o peronismo diz respeito aos rumores sobre uma suposta intenção do casal Kirchner de ressuscitar a "transversalidade", a idéia de um movimento suprapartidário de centro-esquerda que possa dar sustentação ao Governo. O êxito da recomposição do PJ que ora começa e a orientação que o Governo venha a adotar sobre como relacionar-se com o partido serão variáveis fundamentais da vida política argentina nos próximos dois anos e meio.

Medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto:

19. O Poder Executivo da Província de Neuquén estabeleceu, por meio do Decreto Nº 1627/2008, a estrutura funcional da "Unidad de Gestión Chihuido I y II", encarregada de coordenar e executar todos os processos e ações necessários para concretizar os projetos para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Neuquén ? Sistema Chihuido. O artigo 4º do Decreto determina que a Unidade poderá financiar operações com recursos provenientes de fundos de financiamento externo, público ou privado.

20. O Decreto faculta o Coordenador Geral da "Unidad de Gestión Chihuido I y II", Elías Sapag ((irmão de Jorge Sapag, governador da Província), a adequar os instrumentos administrativos, técnicos e legais, para o cumprimento do chamado público de investidores para a construção de Chihuido I.

21. Também estão envolvidos no projeto, no nível nacional, a Secretaria de Energia e o Ministério de Planejamento Federal, Obras Públicas e Serviços, por meio das Subsecretarias de Energia e de Recursos Hídricos. Nesse sentido, foi constituída Comissão Permanente de Trabalho, com representantes dos Governos nacional e provincial, para acompanhar e orientar o processo licitatório e a construção da obra.

22. Em junho último, a "Unidad de Gestión" lançou convite a empresas interessadas em registrar-se para a prestação de serviços de inspeção das obras do Aproveitamento

Multipropósito Chihuido I, nas áreas de Engenharia Civil, Engenharia Eletromecânica e Hidrelétrica; Engenharia Viária e Meio Ambiente-Engenharia Ambiental.

23. Em entrevista ao programa "Bien Temprano", produzido pela RTN, Rede de TV da Província de Neuquén, o governador Sapag informou que Chihuido I teria sido declarada, pela Secretaria de Energia da Nação, "obra de infraestrutura crítica" e "projeto crítico", do "Regime de Promoção de Investimentos em Bens de Capital e Obras de Infraestrutura".

Aspectos gerais sobre o devedor e sobre o projeto:

24. Em 17 de junho de 2008, foi lançada a licitação para a construção de represa e central hidrelétrica, em empreendimento denominado "Aproveitamento Multipropósito Chihuido I", que funcionará sobre o Rio Neuquén, na Província de mesmo nome, a 5,5 km a jusante de sua confluência com o Rio Agrio, a 155 km da cidade de Neuquén. A obra deverá estender-se por um período de 4 a 5 anos. Até o momento, estão concorrendo no processo licitatório a empresa argentina Indústrias Metalúrgicas Pescarmona (IMPISA), bem como três consórcios em UTE/União Transitória de Empresas: a) Benito Roggio e Hijos, Corsan Corviam, Esuco e Supercimento; b) Electroingeniería, Construtora OAS e Hidrocuyo; e c) José Cartellone Construcciones Civiles e Construtora Norberto Odebrecht.

25. A obra consiste na regulação do Rio Neuquén para controlar as enchentes; assegurar a provisão de água para consumo humano; irrigação; uso industrial e geração de energética elétrica. O projeto tem como objetivo incrementar a segurança a jusante, frente às enchentes do Rio Neuquén, melhorar a provisão de água nos períodos secos e contribuir à produção de energia elétrica ao Sistema Argentino de Interconexão (SADI).

26. Documentação ("Memoria Descriptiva") enviada à Embaixada por Daniel Accattatis, um dos técnicos da "Unidade de Gestión Chihuido I y II", informa que o "Aproveitamento Multipropósito" é composto por uma represa com tela de concreto, com volume de terraplenagem de cerca de 6.2 mm³, com uma altura de 105 metros desde o leito, e cota de coroamento a 630 msnm. O espelho d'água terá uma superfície de 186 km² no nível máximo normal. A central hidrelétrica será equipada com quatro turbinas "Francis" de 159.25 MW, com potência instalada de 637 MW cada uma. O caudal turbinado máximo será de 197 m³/s por máquina, para um salto nominal de 89,5 m. O módulo do Rio Neuquén no local da instalação é de

cerca de 300m³/s e a energia anual média que deve ser gerada é de 1750 GWh. A vinculação da central ao SADI se realizará mediante uma linha de Extra Alta Tensão de 500kv que a unirá à EAT "Agua del Cajón".

27. Ainda segundo a "Memoria Descriptiva", o empreendimento contará, também, com um vertedreiro do tipo gravidade com uma capacidade de 25000m³/s controlado com 6 comportas tipo setor para uma largura total de 100,7 metros. O descarregador de fundo, de 310 m³/s de capacidade, se estruturará sobre um dos dois túneis previstos para o desvio do rio.

28. A construtora que resulte adjudicatária terá a concessão da hidrelétrica por um período de 15 a 20 anos, durante os quais poderia recuperar o investimento realizado. Posteriormente, o empreendimento será gerido pela Província. Por outro lado, de acordo com matéria publicada no "Diário Patagonia", em 19/06, o Coordenador da Unidade de Gestão de Chihuido I e II, Elías Sapag, o prazo da concessão para a operação da central seria avaliado "segundo as necessidades das empresas no momento do financiamento da obra".

29. Em princípio, a empresa vencedora da licitação deveria aportar 100% do valor da obra. No entanto, devido ao contexto gerado pela crise financeira internacional, essa exigência foi flexibilizada para um mínimo de 30% de financiamento próprio. O restante poderia ser completado pelo Governo nacional. Em declarações a esse respeito, feitas ao jornal "La Mañana de Neuquén", em 11/06/2009, o então Diretor Executivo da "Administración Nacional de la Seguridad Social" - ANSES (recentemente nomeado Ministro de Fazenda ? ver telegrama 1420), Amado Boudou, anunciou que esse organismo poderia financiar, uma vez conhecida a oferta do setor privado, o saldo do valor da construção da represa "Chihuido I", cujo total estimado seria superior a 1 bilhão de dólares.

30. Segundo a matéria, o ex-titular da ANSES salientou que a obra é uma das prioridades do Governo Argentino e encontra-se incluída no programa de investimentos que a Secretaria de Energia e o Ministério de Planificação Federal vêm realizando junto à ANSES.

Nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto ? Opinião sobre os méritos e os riscos do projeto:

31. A questão energética é, hoje, um dos grandes gargalos da infra-estrutura argentina. Conforme refletido nas medidas tomadas até o momento, tanto no nível nacional como no nível

provincial, há um grande empenho em concretizar o projeto de Chihuido I. Além de atender à crescente demanda por energia elétrica, a obra beneficiaria a população da província, com um potencial multiplicador de empregos de atração de investimentos na região.

32. A viabilidade do "Aproveitamento Multipropósito Chihuido I" dependerá, em grande medida, da capacidade de articulação das autoridades da Província de Neuquén junto ao Ministério de Planejamento, Obras Públicas e Investimentos ? especialmente da Subsecretaria de Energia Elétrica -, uma vez que eventuais garantias a serem apresentadas no processo de obtenção de crédito muito provavelmente ficarão a cargo do Governo nacional. Ademais, a administração e regulação do setor estão concentradas no Governo nacional. Nesse contexto, fatores políticos e econômicos podem influenciar o processo decisório dos atores envolvidos no processo de captação dos investimentos necessários, bem como a própria implementação do projeto.

33. Mostra-se apropriado, portanto, que o projeto preveja garantias reais, bem com as garantias do CCR, como forma de resguardar os interesses brasileiros na operação.

Mauro Vieira, Embaixador.

ALMM

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 05/10/2009 19:32:58 N.º: 02139

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 05/10/2009 (-RSB-)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DPG/DOC/DIC/CGDECAS/DAM I

DESCR=XPRO-BRAS-ARGT

RTM/CLIC=

REF/ADIT=DET 999, TEL 2053

CATEG=MG

//

Promoção comercial. Brasil-
Argentina. COFIG. Subsídios.

//

Nr. 02139

RESUMO=

Informo. Encaminho subsídios solicitados pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), a respeito da ampliação da capacidade de transporte de gás no sistema operado pela concessionária Transportadora de Gás Sur (TGS), para avaliação pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

Transmito, a seguir, as informações solicitadas para subsidiar a análise de risco de operação de financiamento a ser eventualmente apreciada pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a respeito da construção de trechos paralelos ("loops") ao Gasoduto San Martín, localizado no Sul da Argentina.

-CENÁRIO ECONÔMICO

2. Após a queda na atividade econômica provocada pelo agravamento da crise financeira internacional, vários indicadores econômicos da Argentina vêm mostrando que o país está se recuperando. Segundo cálculos privados, a economia

encontrou seu ponto mais baixo no 2º trimestre do ano (após cair cerca de 5% na comparação com o mesmo período de 2008) e, desde então, há sinais de retomada do crescimento, como o aumento da produção e das vendas de bens de consumo nas últimas semanas. Contudo, ainda é cedo para avaliar em que ritmo se dará a recuperação econômica argentina.

3. O novo Ministro de Economia e Finanças Públicas, Amado Boudou, que assumiu o cargo no início de julho após as eleições legislativas, encontrou a agenda econômica marcada por pontos sensíveis e urgentes:

(a) a sustentabilidade das finanças públicas. O aumento dos gastos públicos, impulsionado para contrarrestar os efeitos da crise internacional e pelas eleições legislativas, deu-se em velocidade muito mais elevada que o crescimento da arrecadação, o que poderá gerar o primeiro déficit em 6 anos;

(b) a necessidade de retomar o diálogo com o mercado voluntário de financiamento internacional em um contexto de continuada fuga de capitais;

(c) encontrar uma solução para recuperar a credibilidade do INDEC.

4. Em que pese a saída de capitais e o limitado acesso do país a financiamento externo, o Banco Central tem conseguido manter estabilizado o nível das reservas internacionais da Argentina em cerca de US\$ 45 bilhões. O superávit comercial tem ajudado a amortizar o impacto da saída de capitais, que no primeiro semestre do ano ultrapassou os US\$ 11 bilhões, e a adoção da política de câmbio administrado tem mantido a cotação do dólar próxima a 3,85 pesos.

5. No âmbito interno, tem ganhado força a pressão das províncias em relação à parcela dos impostos federais que lhes é destinada, em particular no que se refere à distribuição de parte do imposto sobre as exportações ("retenções"). Entre as 23 províncias argentinas, calcula-se que somente 4 delas apresentarão superávit nas contas públicas em 2009.

6. Contra este pano de fundo - e apesar da melhoria relativa da conjuntura econômica - as relações do Governo com os setores empresariais passam pelo seu pior momento nas duas administrações kirchneristas. Ao clima de conflito permanente com os produtores agropecuários, vieram a somar-se setores

industriais que tradicionalmente emprestaram apoio ao Governo, como é o caso da União Industrial Argentina, descontentes com o que consideram um avanço crescente do Governo na esfera privada.

- CENÁRIO POLÍTICO

7. Após um primeiro ano de gestão marcado por severo desgaste, decorrente de um intenso e longo conflito com o setor agropecuário, o Governo da Presidenta Cristina Fernández Kirchner experimenta, neste segundo semestre de 2009, o duplo desafio de lidar com os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia argentina e de buscar recuperar-se dos resultados adversos das eleições legislativas nacionais ocorridas em 28 de junho, que implicarão a perda da maioria parlamentar do Governo a partir de dezembro próximo, quando assumem os novos legisladores.

8. As eleições legislativas nacionais renovaram a metade dos membros do Câmara dos Deputados (com eleições proporcionais em todas as 23 províncias e na Capital Federal) e um terço do Senado (com eleições majoritárias em 8 províncias). Na eleição para Deputado Nacional, os partidos de oposição venceram em 10 províncias, entre as quais as 5 maiores, responsáveis por mais de 2/3 dos votos do país (província de Buenos Aires, com 37,18% do eleitorado; Capital Federal, 9,02%; Córdoba, 8,78%; Santa Fé, 8,54%; e Mendoza, 4,25%). Na eleição para Senador, o Governo venceu em 3 províncias e foi derrotado em 5.

9. A derrota do Governo para a Unión-PRO (aliança entre o peronismo dissidente bonaerense e o macrismo) na província de Buenos Aires, onde o próprio ex-Presidente da Nação e então Presidente do Partido Justicialista, Néstor Kirchner, encabeçava a lista para Deputado Nacional, foi um forte golpe para o Governo. O ex-Presidente, adiantando-se a um previsível questionamento de sua condução do PJ, renunciou no dia seguinte ao cargo, abrindo delicado e ainda inconcluso processo de rediscussão da liderança do partido.

10. O quadro parlamentar resultante das eleições será desfavorável ao Governo, com distanciamento ainda maior da maioria na Câmara (a maioria é de 129 cadeiras) e perda da maioria automática no Senado (maioria de 37 cadeiras), levando à necessidade de garantir a lealdade de setores do peronismo que, no contexto eleitoral, vinham-se distanciando do Governo, e aumentando a dependência do Governo em relação a seus aliados, em especial os aliados "eventuais"

provenientes de diversos pequenos partidos de esquerda. Os números das bancadas mudarão até dezembro, mas estima-se que o Governo contará com 97 assentos de deputados do peronismo (uma perda de 20 cadeiras, superior às previsões) e 33 senadores. Com aliados, o Governo pode alcançar entre 111 e 128 votos na Câmara e entre 36 e 39 votos no Senado.

11. Em termos nacionais, o Governo foi a força política mais votada individualmente, mas isso se deveu em grande parte à fragmentação das forças opositoras (já que quase 70% dos eleitores votaram contra o Governo) e ao fato de estas não terem presença nacional. A votação do Governo, na casa de 30%, representou importante queda em relação aos 45% obtidos em 2007 pela Presidenta Cristina Kirchner ou aos 38% obtidos nas eleições legislativas de 2005. Nacionalmente, a segunda força mais votada, pouco abaixo do Governo, foi o chamado Acuerdo Cívico y Social, resultado da coligação entre a histórica União Cívica Radical, a Coalizão Cívica (de Elisa Carrió), o Consenso Federal (do Vice-Presidente Julio Cobos) e o Partido Socialista (do Governador santafesino Hermes Binner).

12. As perspectivas que se abrem no cenário pós-eleitoral são especialmente complexas, com um Governo enfraquecido mas claramente disposto a recuperar a iniciativa política a fim de (a) limitar o fortalecimento da oposição e do chamado "peronismo dissidente" e (b) controlar, em alguma medida, o processo de reacomodação do PJ.

13. Não há grandes expectativas quanto a mudanças relevantes nas orientações do Governo. As principais mudanças ministeriais feitas após a derrota eleitoral (Chefia de Gabinete, equivalente à Casa Civil brasileira, e as pastas da Economia e da Justiça) significaram uma troca de cadeiras mais do que uma renovação do Gabinete, e foram recebidas com ceticismo. Vale mencionar que a Presidenta provocou uma expectativa moderadamente positiva ao convocar Governadores, forças de oposição e os principais setores econômicos e sociais para um amplo diálogo político. Dois meses e meio depois desse chamado, no entanto, já se consolidou a percepção de que o Governo buscou apenas "ganhar tempo" para disciplinar sua base parlamentar e o diálogo já foi dado por encerrado pelos principais partidos de oposição.

14. Nas primeiras votações parlamentares importantes após as eleições, o Governo vem adotando a estratégia de evitar negociações com os principais partidos de oposição, valendo-se, para alcançar maioria, de concessões pontuais a um pequeno grupo de partidos de esquerda. A estratégia adotada

pelo Governo pode ser bem-sucedida no curto prazo, mas tende a mostrar-se inviável depois de dezembro, quando assumem os novos legisladores eleitos em junho. Nesse sentido, muitos observadores advertem que a estratégia atual do Governo poderá inviabilizar uma aproximação com a oposição ou com as dissidências peronistas depois de dezembro, com riscos para a governabilidade nos últimos dois anos do mandato da Presidenta Cristina Kirchner. Atualmente, discute-se no Senado o projeto de lei de serviços audiovisuais, cuja aprovação - que obrigaria os principais grupos de comunicação social do país a se desmembrarem - é considerada crucial pelo Governo. O projeto foi aprovado na Câmara, mas não ainda não é certa sua aprovação no Senado.

15. Um dos elementos centrais no panorama de médio prazo diz respeito à relação entre o Governo e o Partido Justicialista, principal base de apoio do Governo. A renúncia do ex-Presidente Kirchner à presidência do partido abriu um período de reacomodação cuja conclusão é incerta. Por um lado, diversas lideranças peronistas (algumas dentro do partido, como é caso de diversos Governadores, outras fora, formando diferentes "dissidências") têm interesse em liderar a agremiação e gerar uma candidatura "pós-kirchnerista" competitiva para 2011. Por outro, cada vez mais observadores acreditam que o ex-Presidente Néstor Kirchner trabalha no sentido de lançar-se candidato ou, ao menos, de garantir peso decisivo na escolha de um candidato peronista. As principais lideranças peronistas, seja em função da forte dependência financeira das províncias em relação ao Governo nacional, seja por levarem em conta o fato de ainda restarem mais de dois anos de mandato presidencial, parecem evitar uma aceleração do processo de reacomodação do partido.

- ASPECTOS GERAIS SOBRE O PROJETO

16. O projeto diz respeito à construção de cerca de 150 km de trechos paralelos ("loops") ao Gasoduto San Martín, que ligará a Terra do Fogo (Estreito de Magalhães) a Buenos Aires. A obra complementa a expansão das linhas de transporte de gás em construção no sul da Argentina. A concessionária do gasoduto é a TGS (Transportadora de Gás del Sur), controlada pela empresa privada Ciesa ("Compañía de Inversiones y Energía S.A."), cujo acionista principal é a Petrobras. A TGS atuará como gerente técnico do projeto, mas não participará da negociação do contrato.

17. Uma vez concluído, o empreendimento permitirá uma ampliação de 2.400.000 m³/dia na capacidade atual de transporte do gasoduto, atualmente de 23.000.000 m³/dia.

Ademais da construção dos "loops", o incremento será possibilitado mediante o aumento na potência (em HP) em quatro plantas de compressão (Pico Truncado, Manantiales Behr, San Antonio Oeste e Río Colorado) localizadas ao longo do percurso percorrido pelo gasoduto. As obras permitirão, ainda, a manutenção das condições de pressão e de poder calorífico do gás transportado.

- ASPECTOS GERAIS SOBRE O DEVEDOR

18. Em consulta à Odebrecht, a Embaixada apurou que o ENARGAS ("Ente Nacional Regulador del Gas") transferiu à CAMMESA ("Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico Sociedad Anónima") e à Albanesi a gestão do projeto em tela, originalmente assignado à CEMSA (Comercializadora de Energía del Mercosul S.A).

19. A CAMMESA responde pela regulação da produção da energia elétrica na Argentina. Suas atividades são consideradas de interesse nacional, indispensáveis para a livre circulação de energia elétrica e se encontram compreendidas nos termos do artigo 12º da Lei 15.336 (Lei de Energia Elétrica). A Albanesi, totalmente privada, atua na área de geração de energia e comercialização de gás.

20. O fundo "Nación Fideicomisos S.A", associado ao Banco de La Nación, foi constituído em 2001 e vem operando no mercado como sociedade fiduciária desde 2003. No âmbito do "projeto de ampliação para a capacidade firme de gás", foi criado, dentro do "Nación Fideicomisos", fundo específico denominado "Fideicomisos Financieros Privados para la Ampliación de los Gasoductos Norte y Sur", financiado principalmente por arrecadações públicas (tarifas impostas a usuários regulados, conforme previsto no Decreto 180/2004) e créditos acordados com instituições nacionais e internacionais.

21. O fundo "Fideicomisos Financieros Privados para la Ampliación de los Gasoductos Norte y Sur", administra, entre outros, os contratos firmados pela CAMMESA e pela Albanesi com a Odebrecht, para a primeira fase da construção do Gasoduto do Sul, já em construção. A expectativa é que esse mesmo fundo também seja utilizado na gestão dos recursos destinados ao projeto em tela.

- NÍVEL DE COMPROMETIMENTO E GRAU DE PRIORIDADE PARA O GOVERNO LOCAL EM RELAÇÃO AO PROJETO / MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO LOCAL EM BENEFÍCIO DO PROJETO

22. O projeto inscreve-se no âmbito do "Programa Geral de

Ampliação da Capacidade de Transporte Firme de Gás", promovido pelo Ministério de Planificación, por meio da Secretaria de Energia na Argentina.

23. Assim como as demais obras destinadas a ampliar a infraestrutura de transporte de gás - e em conseqüência, a oferta de gás natural - ao mercado argentino, o projeto em tela é de alta prioridade para o Governo local. Dentre as medidas tomadas para favorecer o projeto, vale citar a edição do Decreto 180/2004, que prevê a criação de fundo fiduciário (que poderá ser único ou dividido em tantos fundos quanto forem necessários) destinado a financiar a realização de investimentos em transporte e distribuição de gás.

- OPINIÃO SOBRE O MÉRITO E OS RISCOS DO PROJETO

24. A questão energética é, hoje, um dos grandes gargalos da infraestrutura argentina. Dessa forma, o Governo local tem reiterado a importância da ampliação da rede de transporte e distribuição de gás pelo território nacional. A expectativa é a de que as obras hoje em andamento, assim como os projetos complementares previstos, a exemplo do projeto em tela, contribuam para minorar os problemas de abastecimento de gás no país.

25. No entanto, apesar de tratar-se de operação em princípio privada, conforme informado no desptel 999, cabe recordar que a administração e regulação do setor estão concentradas no governo. Nesse contexto, fatores políticos e econômicos podem influenciar o processo decisório dos atores envolvidos no processo de captação dos investimentos necessários, bem como a própria implementação do projeto.

26. Mostra-se apropriado, portanto, que o projeto preveja garantias reais, assim como as do CCR, como forma de resguardar os interesses brasileiros na operação.

Mauro Vieira, Embaixador.

VLS/CFGC/ALMM/RAAS/OCD

.

De: BRASEMB BUENOS AIRES

Recebido em: 03/12/2008 21:17:31 N.º: 02663

CARAT=Reservado

De Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 03/12/2008 (-RSB-)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=CGDECAS/DOC/DIC/DAM I/DAM II/DAM III/DAM IV

DESCR=EIND-AMSU

RTM/CLIC=GRPAMSUL

REF/ADIT=CIT 70469, TEL 1452

CATEG=MO

//

AMÉRICA DO SUL. EMPRESAS
BRASILEIRAS NA ARGENTINA.
INVESTIMENTOS.

//

Nr. 02663

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Transmite perfil das empresas brasileiras na
Argentina.

Refcircrtel 70469 e aditel 1452. Transmito, a seguir,
informações sobre os principais investimentos de empresas
brasileiras na Argentina, bem como sua participação relativa
na economia local, quando disponível:

Financeiro-bancário

2. No setor bancário, destaca-se o Banco Itaú Argentina
S.A., que surgiu em 1999 com a compra de 99,99% das ações do
Banco del Buen Ayre, pelo brasileiro Grupo Itaúsa, através do
Banco Itaú, e hoje ocupa o 20º lugar no setor bancário, com

1,22% do mercado na Argentina. O valor deste investimento foi de US\$ 213 milhões e estima-se que o investimento no período 2002-2007 foi de US\$ 29,54 milhões. O faturamento no período 2006/2007 foi de US\$ 112 milhões, sendo que, em comércio exterior, importou US\$ 181,5 milhões e exportou US\$ 39,25 milhões.

3. Quanto aos futuros investimentos, as perspectivas do banco na Argentina para o período 2008-2010 são de US\$ 5,8 milhões.

Construção - Empreiteiras

4. No setor da construção, distingue-se a Constructora Norberto Odebrecht Argentina S.A.. Na Argentina desde 1985, a Odebrecht hoje ocupa o 8º lugar no ranking da construção no país e possui 2,88% do mercado.

5. O faturamento no período 2006/2007 foi de US\$ 103 milhões, aumentando em 37% com respeito ao faturamento de 2006. Quanto aos futuros investimentos, a empresa não tem perspectivas divulgadas para o período 2008-2010.

6. Destaca-se também o início das atividades da Camargo Corrêa como construtora na Argentina, através da sua unidade de negócios para infra-estrutura internacional, que venceu uma licitação em 2007 para construir uma usina de tratamento de esgoto em Berazategui, Província de Buenos Aires. Considerada uma das maiores obras de saneamento do mundo, custará US\$ 148 milhões.

Construção civil - cimento

7. A Loma Negra, pertencente ao Grupo brasileiro Camargo Corrêa, ocupa o 1º lugar na fabricação de cimento na Argentina, com mais de 40% do mercado. Hoje, a empresa está composta por 98% de capital de origem brasileiro e 2% de origem argentino. O investimento do grupo brasileiro para aquisição foi de US\$ 1.025 milhões. A Loma Negra tem participação nas seguintes empresas: Lomas (100%), Recycomb (100%) e Ferrosur Roca (60%).

8. Em 2008, o Grupo Camargo Corrêa anunciou a construção de uma nova fábrica de cimentos, da Loma Negra, apta para produzir 800 mil toneladas ao ano. A unidade começará a operar em 2011 para abastecer tanto Chile como Argentina. O local está por ser escolhido entre as províncias de Mendoza e San Juan, onde estão sendo desenvolvidos dois grandes projetos de infra-estrutura ferroviária. Um deles é a

Transandina, ferrovia que vai ligar Buenos Aires a Santiago através de um túnel sob os Andes. A obra conta com a aprovação dos governos, e está orçada em US\$ 2,8 bilhões. A Camargo Corrêa faz parte do consórcio que vai construir a ferrovia, liderado pelo grupo Corporación America S/A (CASA).

9. A Camargo Corrêa tem um programa de investimentos global para a Loma Negra de US\$ 643 milhões no período 2005-2012. Desse total, US\$ 144 milhões já foram realizados até julho de 2008. Para 2009, estão programados US\$ 118 milhões, dos quais US\$ 59 milhões em aumento de capacidade de produção, US\$ 22 milhões em programas ambientais, US\$ 26 milhões na ferrovia Ferrosur (na província de Buenos Aires) e o restante em outros projetos. Para 2010 serão US\$ 43 milhões; para 2011 US\$ 44 milhões e os US\$ 42 milhões restantes para 2012. Os US\$ 200 milhões para a quarta fábrica na fronteira com o Chile estão incluídos no programa global.

Calçados/Têxtil

10. Também pertencente ao Grupo Camargo Corrêa, a Alpargatas Calzados S.A. ocupa o 1º lugar no setor calçadista argentino, com 45,57% do mercado.

11. A Alpargatas Calzados S.A. detém várias marcas, inclusive no setor têxtil. A Alpargatas Textil ocupa o 2º lugar no mercado argentino de têxteis, e a Santista Textil Argentina, também do Grupo CC, o 4º lugar. Somadas, ambas empresas representam 26,47% do mercado têxtil argentino. O investimento estimado da Alpargatas é de US\$ 84.1 milhões, e da Santista de US\$ 14,2 milhões. O principal ano de investimento foi 2007, representando 26% do total investido durante o período mencionado. As perspectivas de investimento para o período 2008-2010 ainda não foram anunciados.

12. Ainda no ramo têxtil, a Coteminas Argentina S.A., fundada em 1998, responde por investimentos totais de US\$ 30 milhões. Toda sua produção é exportada para o Brasil, onde é confeccionada e exportada para os EUA. Sua participação no mercado argentino se dá como importadora e revendedora de produtos provenientes da matriz no Brasil.

13. Ao longo do período 2002-2007, a Coteminas investiu principalmente na compra de máquinas, em instalações e na ampliação da sua capacidade produtiva. O maior investimento foi realizado em 2004 (US\$ 10,3 milhões). Em 2006, a empresa faturou um montante superior a 30% do arrecadado entre 2004 e 2005, e em 2007 o valor faturado foi 76% maior que em 2006. A

empresa tem planos de investir novos US\$ 30 milhões na expansão de suas atividades nos próximos anos.

14. Outra firma de capital brasileiro no ramo têxtil é a Santana Têxtil, que instalou na Argentina a fábrica de tecidos para jeans Santana Textil Chaco, na Província de Chaco, inaugurada pela Presidenta Cristina Fernández de Kirchner. Com um desembolso de US\$ 32,7 milhões, a instalação da planta representa o maior investimento feito na Província de Chaco, e é considerado o maior parque fabril em indigo da América Latina. A Santana é atualmente o primeiro provedor do mercado de denim na Argentina.

Bebidas

15. No setor de bebidas, sobressaem-se as seguintes empresas, todas pertencentes à AMBEV, com 38,13% do mercado: Cervecería y Maltería Quilmes, 1º lugar no ranking setorial; Maltería Pampa, em 6º lugar, e; Cervecera Brahma, em 7º lugar.

16. Em 2002, o Grupo InBev-Ambev comprou ações da Quinsa / Quilmes Industrial S.A. (controladora da Cervecería y Maltería Quilmes S.A. e da CCBA), com uma participação econômica de 99,26% e participação votante de 99,56%. A principal atividade da empresa é a produção de bebidas e malte, localizada na Capital Federal e nas Províncias de Buenos Aires, Mendoza, Tucumán e Corrientes. Para o período 2002-2005, a empresa realizou investimentos de US\$ 444 milhões, entre ampliações e fusões. O mais importante registrou-se em 2003, com a aquisição de 37,5% do capital da empresa Quinsa. Entre 2006 e 2007, foram investidos US\$ 1.511 milhões para a aquisição total de Quinsa. Em 2007, foram investidos US\$ 35 milhões na ampliação da fábrica em Acherai (Província de Tucumán).

Energia

17. No setor de extração de petróleo e gás natural, assim como refinação de petróleo, a principal empresa brasileira atuante no país é a Petrobrás Argentina, que controla 18,09% do mercado. A Petrobrás Argentina está composta pela PETROBRAS ENERGÍA (PESA - 2º lugar no ranking setorial) e PETROLERA ENTRE LOMAS (PELSA - 16º lugar no ranking setorial). Os ativos produtivos da Petrobrás se concentram em duas das principais bacias argentinas onde se operam elementos chave de infra-estrutura, estando suas principais jazidas localizadas na Bacia Austral (Santa Cruz I e Santa Cruz II, Província de Santa Cruz); e na Bacia Neuquina. Outras empresas com participação da Petrobrás na Argentina:

Transportadora Gas del Sur - TGS (transporte de gás), MEGA S.A. ("joint venture" formado por Repsol-YPF (38%), Petrobras (34%) e Dow Chemical (28%) para processar gás natural) e Transporte de Energía Eléctrica en Alta Tensión - TRANSENER S.A. (esta última até junho de 2007, quando vendeu sua parte das ações na empresa para ENARSA e Electroingeniería).

18. A PETROBRAS Petróleo do Brasil investiu na Petrobrás Argentina US\$ 1,813 milhão no período 2002-2005. Já o Grupo de empresas da PETROBRAS Argentina investiu US\$ 377 milhões no período 2004-2005, os quais foram destinados principalmente ao segmento de gás e energia e à construção de novas estruturas corporativas.

19. Dando continuidade ao seu projeto de investimentos no país, a PETROBRAS, em 2007, comprou 9,2% de Hidroneuquén, que controla uma das maiores geradoras de energia hidrelétrica da Argentina. O valor do investimento foi de US\$ 15 milhões, realizado na Província de Neuquén.

20. A petroleira brasileira anunciou este ano investimentos de US\$ 500 milhões para o período 2009-2013 na Província de Santa Cruz, para desenvolvimento de vários projetos de exploração e produção de gás e petróleo. Na mesma ocasião, Petrobras informou que os investimentos totais no país para o mesmo período seriam de US\$ 1.300 milhões.

21. Ainda no setor energético, cite-se o investimento inicialmente realizado pela Ipiranga S.A., como empresa de venda atacadista. Em função da aquisição do Grupo Ipiranga pelo Grupo Braskem no Brasil, os ativos da empresa Ipiranga na Argentina estão em processo de transferência para o controle da Braskem Argentina, processo que deve ser formalmente concluído até o início de 2009. A empresa ocupa hoje o 25º lugar no ranking setorial de distribuição na Argentina, com 1,16% do mercado, com investimentos equivalentes a US\$ 5 milhões.

Petroquímica/Química/Plásticos

22. Dixie Toga, empresa do setor plástico, está na Argentina desde 1995, com a aquisição de "American Plast" (10º lugar no ranking setorial, com 9,98% do mercado). Em 2001 foi concretada a fusão com "Clave Plast", criando assim, a "American Clave", com investimento inicial de US\$ 22,7 milhões. A Clave Plast dedicava-se especialmente ao "packaging" alimentício, para laboratórios e indústrias em geral, e era uma das maiores produtoras argentinas de embalagens rígidas, juntamente com a American Plast. Em 2003,

a Dixie Toga inaugura a "American Packaging", fábrica de embalagens flexíveis e semi-rígidas. O investimento realizado para este empreendimento foi de US\$ 2,44 milhões.

23. O conglomerado brasileiro Grupo Tigre anunciou, em 2008, que instalará em Puerto Tirol, na Província de Chaco, uma fábrica de tubos de PVC, com um investimento de US\$ 10 milhões.

24. Em 2008, o Grupo Gafor instalou uma fábrica de solventes na cidade de Campana (Prov. de Buenos Aires), com investimento de US\$ 5,016 milhões.

Alimentos

25. Os principais investimentos brasileiros no setor de processamento de carnes (com 27,89% do mercado local) são os frigoríficos Swift Armour (3º lugar no mercado argentino), Quickfood S.A. (titular da marca "Paty" e em 2º lugar no ranking setorial) e Argentine Breeders & Packers S.A. - AB&P (8º lugar), sendo as duas últimas pertencentes ao Grupo Marfrig (Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos).

26. Com investimento de US\$ 140,875 milhões em 2007, o Grupo Marfrig adquiriu, através de sua subsidiária na Argentina (AB&P), 70,51% do capital acionário do frigorífico Quickfood S.A., que possui estabelecimentos nas Províncias de Santa Fe, San Luis e Buenos Aires. Em 2008, comprou 100% das ações do Frigorífico Mirab, localizado em Pilar (Província de Buenos Aires), com investimento de US\$ 36 milhões.

27. A Mirab é a maior empresa processadora de snacks de carne de charque da Argentina, bem como a maior do mundo na produção de charque para marcas de terceiros, tanto em volume como em participação de mercado. A empresa vende a totalidade de sua produção ao exterior. Com esta compra, Marfrig passa a ser o maior produtor de carne de charque da América do Sul.

28. Também em 2008, o Grupo anunciou a construção de uma fábrica de processamento de carne na cidade santafecina San Jorge, com investimento de US\$ 22 milhões.

29. O frigorífico Swift Armour, dono da marca Cabaña Las Lilas, realizou investimento de US\$ 120 milhões, pelo brasileiro Grupo Friboi. O BNDES financiou a compra com um crédito de US\$ 80 milhões, através do programa de internacionalização de empresas Brasileiras do Banco. O faturamento da empresa em 2007 foi de \$ 839,37 milhões de pesos (equivalente a US\$ 271 milhões), sendo que exportou US\$

148,394 milhões e importou US\$ 2,432 milhões. Os investimentos realizados no período 2005-2007 foram de US\$ 76,081 milhões.

30. Em 1990, a Perdigão comprou a processadora de laticínios "Establecimiento Levino Zaccardi y Cia. S.A.", localizada em Carlos Casares. A empresa argentina exporta a totalidade da sua produção de queijo duro para o Brasil. Não foi divulgado o montante da operação.

Cosméticos

31. A Natura Cosméticos S.A. Argentina, atua no país desde 1995, com um investimento de US\$ 15 milhões. A empresa atua como importadora e revendedora.

Automotivo

32. No país desde o ano 2000, a Marcopolo instalou na cidade de Río Cuarto (Província de Córdoba) uma fábrica de carrocerias para caminhões, ônibus e mini-ônibus, fundando assim a filial Marcopolo Latinoamerica S.A., com US\$ 33 milhões investidos. Até 2002 a empresa manteve a fábrica, hoje fechada, que se dedicava à construção de ônibus urbanos. A partir de 2008, a Marcopolo comprou 32,65% das ações da Metalpar Argentina, filial da chilena Metalpar, também fabricante de carrocerias. Localizada em Loma Hermosa (Província de Buenos Aires), esta empresa dedica-se à fabricação de mini-ônibus.

Siderurgia

33. Nesse setor, cabe destacar a Gerdau S.A, que adquiriu a Sipar Aceros e passou a chamar-se Sipar Gerdau. O valor do investimento total foi de US\$ 60,5 milhões, sendo US\$ 20 milhões de investimento inicial e os US\$ 40,5 milhões restantes concretizados em 2005. A empresa realizou, em setembro deste ano, anúncio de investimento, até 2016, de US\$ 524 milhões na fábrica em Pérez (Prov. de Santa Fé) com o objetivo de não mais importar aço para a sua planta industrial. A imprensa argentina noticiou recentemente que a Gerdau estaria reconsiderando o cronograma de investimento à luz da crise financeira internacional da retração da demanda no setor.

34. A Vale (antiga CVRD) instalou, em 2005, uma filial na Argentina, a Rio Doce Argentina, inicialmente para exploração de potássio, na Província de Neuquén. O total do investimento anunciado foi de US\$ 14 milhões, sendo que, até o momento,

investiu US\$ 3,7 milhões deste valor no país. A Vale tem participação acionária na Siderar (empresa do Grupo Techint), com 4,85% das ações.

35. Em 2006, o Grupo Docenave (Navegação Vale do Rio Doce S.A.) instalou um escritório comercial na Capital Federal, denominado Log-In Mercosur SRL, para operar com logística. O Grupo Docenave detém 22% do volume anual do transporte marítimo entre Brasil e Argentina, sendo o principal operador marítimo neste trajeto.

36. O Grupo Votorantim (Votorantim Metais) comprou, em 2008, participação de 27% na "Aceros Bragado" (AcerBrag), localizada na Província de Buenos Aires. Acerbrag é a segunda maior produtora de aços longos da Argentina. Tem participação de 25% no mercado argentino com a produção anual de 250.000 ton de aço. O Grupo Votorantim pretende investir US\$ 16 bilhões em expansão das suas operações no Brasil e no exterior, incluindo Argentina, entre 2008 e 2012.

Informática

37. A empresa Datasul inaugurou sua filial no país em 1998, na Capital Federal, com investimento inicial de US\$ 700 mil. Em 2007, com investimento de US\$ 3 milhões, abriu uma nova sede na cidade de Córdoba, destinada ao desenvolvimento de softwares para clientes da América Latina.

38. Ainda neste setor, a Bematech, especializada em software, instalou em 2008, sua filial "Gemco" na cidade de Córdoba, com o objetivo de desenhar soluções administrativas para grandes cadeias comerciais.

Publicidade

39. O Grupo Totalcom, especializado em publicidade, adquiriu 60% do capital da maior agência independente argentina de marketing direto, a Smash BTL, que atua nos segmentos de promoção, "advertainment" (publicidade e entretenimento), "branding" e "design", e é a única, na Argentina, a ter uma divisão voltada exclusivamente para a área de marketing esportivo. O montante da operação não foi informado. De acordo com a imprensa local, a Totalcom teria investido cerca de US\$ 2 milhões.

Agronegócios

40. Em 2008, a Pactual Capital Partners (PCP) realizou investimento no Grupo Los Grobo, como parte de uma estratégia

comercial conjunta para investir na produção de soja no Brasil. Assim, passa a ter participação de cerca de 25% do capital da empresa argentina. O Grupo Los Grobo (empresa familiar) é uma das maiores empresas do agronegócio argentino, ocupando o primeiro lugar no ranking setorial, de propriedade de Gustavo Grobocopatel. É considerado o maior grupo dedicado ao complexo soja, com investimentos no Uruguai e na Venezuela.

Biocombustível

41. O grupo brasileiro Integrated Biodiesel Industries (IBI) instalou, em 2007, uma fábrica de biodiesel no Terminal Puerto Rosarino (TPR), Província de Santa Fé. Em 2008, comprou um terreno na cidade santafecina Alvear para construir uma fábrica de biocombustíveis com capacidade para produzir 50.000 ton/ano e que trabalhará com azeite de soja. O investimento estimado é de US\$ 2,5 milhões. A empresa projeta destinar a maior parte de sua produção às exportações.

Mauro Vieira, Embaixador.

CFF

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/02/2009 12:51:42 N.º: 00137

De Brasemb Caracas para Exteriores em 12/02/2009 (JTB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM IV/CGDECAS/CGFIN/DOC
DESCR=ECON-VENE
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 00112
CATEG=MG

//
Venezuela. Proposta de
Mecanismo de Investimentos
Recíprocos. Convite ao BNDES.
//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDECAS/DAM IV/CGFIN/DOC em 16/02/2009.

Nr. 00137

RESUMO=

O Presidente Hugo Chávez reiterou interesse em estabelecer um mecanismo de investimentos recíprocos entre o Brasil e a Venezuela, conforme proposto durante a última visita presidencial em 16 de janeiro. O Presidente do BNDES manifestou disponibilidade para realizar visita ao país dentro de um mês para tratar do tema.

À ATENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO

Durante a última visita presidencial, em 16 de janeiro, em Maracaibo, o Presidente Chávez manifestou interesse em estabelecer com o Brasil um "Fundo Binacional para Investimentos", nos moldes do existente entre a Venezuela e a

China.

2. Naquela ocasião, o Assessor Especial da Presidência da Republica, Professor Marco Aurélio Garcia, apontou a dificuldade de aprovação de mecanismo nesse formato dentro do marco jurídico brasileiro. Sugeriu, alternativamente, que se poderia estudar a aprovação de um "Acordo de Investimentos Recíprocos" para o que propôs fosse realizada visita do Presidente do BNDES ao país.

3. O Presidente Chávez, com quem estive ontem na inauguração da represa El Guapo, obra da construtora Camargo Correa, indagou sobre qual seria a perspectiva da vinda de Luciano Coutinho. Mencionou já haver dado instruções a sua equipe para que, uma vez confirmada a visita, fosse oferecida uma data para receber o Presidente do BNDES.

4. Em contato telefônico com Luciano Coutinho, recordei a ampliação dos interesses brasileiros no país como destino de produtos e serviços, de que são sinais tanto a elevação do comércio bilateral ? hoje responsável pelo maior superávit brasileiro com um só país - quanto os grandes contratos de empresas brasileiras do porte das construtoras Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Correa. Apontei a conveniência de lograr um mecanismo entre o BNDES e o banco de desenvolvimento venezuelano, BANDES, que ajudasse o BNDES a apoiar a implementação dos projetos. Lembrei, por fim, o histórico venezuelano de bom pagador internacional e o quadro estável da dívida pública total do país, que corresponde hoje a apenas 14,3% do PIB.

5. O Presidente do BNDES disse ter presente a crescente importância da relação bilateral e manifestou interesse em realizar visita à Venezuela para tratar do tema. No entanto, considerou que a situação interna gerada pela crise econômica internacional somente permitiria sua vinda dentro de, aproximadamente, um mês. Afirmou também preferir realizar a visita já com uma proposta concreta de mecanismo de financiamento dos projetos implementados pelas empresas brasileiras na Venezuela, cujo formato encomendaria a sua equipe prontamente. O Presidente do BNDES disse-me que contataria Vossa Excelência sobre o assunto.

6. Agradei e disse que aguardava notícias sobre a data agendada para a visita. Lembrei a realização do próximo encontro presidencial, em maio, no Brasil, ocasião oportuna para eventual anúncio dessa iniciativa.

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/02/2009 12:51:42 N.º: 00137

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

CDN

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 17/02/2010 15:44:32 N.º: 00176

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 17/02/2010 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DPG/DOC/DFT/DIC/DAM IV

DESCR=AEFI-KDAC

RTM/CLIC=GRPAMSUL

CATEG=MG

//

Embaixador Antonio Simões.

Relatório de gestão. Parte II.

Promoção comercial.

//

Nr. 00176

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Transmito a segunda parte do relatório de gestão, referente às atividades de promoção comercial entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2010.

Durante minha gestão à frente da Embaixada, procurei trabalhar pelo sustentado crescimento das exportações do Brasil para a Venezuela, que, entre 2003 e 2008, passaram de US\$ 608 milhões para 5,15 bilhões, com crescimento de 758%. Em 2008, tive a satisfação de ver a Venezuela se transformar no maior saldo da balança comercial brasileira. Atualmente, a Venezuela é o segundo maior comprador de mercadorias brasileiras na América do Sul e figura como o sexto destino das exportações brasileiras para o mundo, além de responder pelo segundo maior superávit nas trocas comerciais do Brasil com o exterior. Em termos qualitativos, trata-se de comércio em que cerca de 70% das exportações brasileiras foram de produtos industrializados, com elevado valor agregado e alto

potencial de geração de empregos.

2. A Venezuela tem contribuído sobremaneira para o saldo superavitário da balança comercial brasileira. De fato, o comércio bilateral apresenta forte desequilíbrio, sendo que 90% dele corresponde a exportações brasileiras e 10% a exportações venezuelanas. Em 2008, a Venezuela representou o maior saldo comercial acumulado pelo Brasil (US\$ 4,6 bilhões dólares, 2,5 vezes superior ao obtido com os EUA - US\$ 1,8 bilhão). Em 2009, ano marcado pela crise financeira mundial, o superávit comercial situou-se em cerca de US\$ 3,3 bilhões, posicionando a Venezuela possivelmente na 2ª posição, depois da China, no tocante à geração de superávits comerciais para o Brasil.

3. De 2007 para 2008, o intercâmbio bilateral apresentou crescimento de 12,2%, passando de US\$ 5 bilhões para US\$ 5,6 bilhões. Em 2009, no âmbito da crise financeira internacional, o intercâmbio bilateral foi da ordem de US\$ 4,1 bilhões, o que representou queda de 26% em relação ao ano de 2008, frente à queda geral do comércio total do Brasil de 25%. Não obstante a pronunciada queda, o percentual de participação do comércio Brasil-Venezuela no total das trocas comerciais do Brasil manteve-se o mesmo no período em tela, isto é, da ordem de 1,5%.

4. No que se refere à análise das exportações brasileiras, estas passaram de US\$ 4,7 bilhões, em 2007, para US\$ 5,1 bilhões em 2008, o que representou crescimento de 9% no período. Em 2009, por sua vez, caíram para US\$ 3,6 bilhões, ou seja -29,7%. Os principais produtos exportados em 2007, em ordem de grandeza, foram: automóveis (13%), terminais portáteis de telefonia celular (8%), frango congelado em pedaços (4%) e bovinos vivos (4%). Em 2009, foram: bovinos vivos (9%), frango congelado em pedaços (8%), açúcar de cana bruto (5%), carnes de bovino desossadas congeladas (4%) e terminais portáteis de telefonia celular (3%). Em termos de valor agregado, observa-se que os produtos industrializados representavam 85% das exportações brasileiras para a Venezuela em 2007. Em 2009, esta porcentagem baixou para 73%.

5. Nesse contexto claramente favorável ao Brasil, a carteira de contratos de serviços de empresas brasileiras na Venezuela subiu de US\$ 9 bilhões, quando cheguei em fevereiro de 2008, para US\$ 20 bilhões, no final de 2009. O perfil da economia venezuelana - país em desenvolvimento, com reduzido desenvolvimento agrícola e industrial, porém com elevada renda - torna-a campo propício a uma inserção competitiva das empresas nacionais. Estão presentes no país grandes empresas

brasileiras, como a Odebrecht (contratos de mais de 12-13 bilhões de dólares, que incluem obras de construção de 80 km do metrô de Caracas, da ponte sobre o Orinoco, projetos agropecuários); Camargo Corrêa (contratos de US\$ 1 bilhão), Andrade Gutierrez (contratos de US\$ 4 bilhões), Construtora OAS (US\$ 2 bilhões), entre outros. Além disso, várias outras empresas têm investimentos, como a Gerdau (92 milhões de dólares e a Braskem (1,5 bilhões de dólares). Há projetos bilaterais de enorme vulto em execução, como o da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e o da ampliação do metrô de Caracas, que poderão ser significativamente robustecidos.

6. Por sua vez, as importações brasileiras da Venezuela cresceram de US\$ 345 milhões, em 2007, para US\$ 538 milhões em 2008, o que representou crescimento de 55% no período. Em 2009, mantiveram-se em US\$ 581 milhões, com um crescimento de cerca de 8%. Os principais produtos importados em 2007 foram: hulhas (11%), energia elétrica (8%), coque de petróleo (8%), enxofre a grane (7%) e uréia (7%). Em 2009, foram naftas para petroquímica (37%), coque de petróleo (8%), hulhas (6%), outras naftas (5%), energia elétrica (5%). Nesse contexto, percebe-se que, embora as importações brasileiras tenham aumentado significativamente no período em questão, o que ajuda a matizar o impacto do expressivo superávit comercial brasileiro com a Venezuela, objeto de críticas constantes da oposição local, tem-se mostrado bastante difícil para este país diversificar os produtos de sua pauta de exportação para o Brasil. Com efeito, as importações brasileiras da Venezuela concentram-se, ao longo dos últimos dois anos, em elementos da cadeia petroleira-energética, em porcentagem média de 50% do total das importações do Brasil.

7. No que diz respeito às principais atividades do SECOM deste Posto, cumpre ressaltar o substantivo aumento das atividades e dos recursos solicitados pela POP de 2009, que passaram de US\$ 27.130 a US\$ 144.000, com vistas a acompanhar o crescimento expressivo do comércio bilateral dos anos mais recentes e a grande expectativa em torno do país. Do total dos valores solicitados para 2009, foram recebidos e executados cerca de US\$ 43.000, ou seja, 30% do valor proposto para as ações do SECOM. As principais despesas executadas com os recursos aprovados por Vossa Excelência, que muito agradeço, incluem curso de capacitação para funcionários brasileiros, anúncios de publicidade da BrazilTradeNet em meios especializados e por mala direta, pesquisas de mercado, renovação das assinaturas especializadas com foco no comércio e economia da Venezuela, participação em feiras comerciais e de turismo. Além das despesas previstas na POP, o SECOM também contou com o apoio

da SERE para executar ações no âmbito da visita do Ministro Miguel Jorge, da feira de turismo FITVEN 2009 e do lançamento do Grupo Brasil, que serão comentados mais adianta.

8. De maneira a aprimorar a atuação do SECOM, procurei reforçar a estrutura administrativa do Setor, por meio sobretudo de contratação de dois assistentes técnicos, preenchendo, assim, as duas vagas ainda não preenchidas. Nesse contexto, permito-me chamar a atenção de Vossa Excelência para a necessidade de se contratar mais um funcionário local para o SECOM deste Posto, sobretudo à luz da eminente entrada da Venezuela no Mercosul, fato que seguramente será refletido no incremento do intercâmbio bilateral. Permito-me recordar, ainda, que, por meio do telegrama 822, de 12.08.2009, foi solicitada a contratação de dois assistentes técnicos, sendo uma contratação já autorizada por Vossa Excelência e a qual muito tem contribuído para a reestruturação desde SECOM.

9. Tendo presente a limitada estrutura do SECOM em 2008, as principais atividades durante aquele ano, além da tradicional assessoria às consultas comerciais por parte de empresas brasileiras, sejam por correio eletrônico ou "in loco" nesta Embaixada, foram visitas a feiras comerciais de setores promissores para o comércio bilateral como a Feira de Importadores de Calçados, a Expomuebles e a ConstruExpo, ademais da promoção e divulgação do calendário brasileiro de feiras. Além disso, o SECOM acompanhou, em conjunto com outros setores do Posto, o processo de instalação dos escritórios da EMBRAPA e da ABDI em Caracas. No tocante ao tema de turismo, sobretudo no que se refere à organização e ao apoio de eventos, o SECOM promoveu o coquetel de lançamento da Guia Turística Binacional "Do Amazonas ao Caribe", um FAMPRESS de três jornalistas venezuelanos para o carnaval de Salvador, cujo resultado foi a divulgação daquele evento em meios de prensa especializados. Finalmente, cabe ressaltar as gestões, a pedido da SERE ou por demanda local, realizadas junto à Comissão de Administração de Divisas (CADIVI) para a liquidação de divisas em favor de exportadores brasileiros.

10. Em 2009, por sua vez, deu-se início a uma série de novas atividades dentro do SECOM, como, por exemplo, a mala direta com informativo sobre a BrazilTradeNet (BTN) às principais entidades de classe da Venezuela e a diversas empresas, além de publicidade em revista especializada. Com base nos recursos aprovados pela POP 2009, foram substituídos os equipamentos de informática do SECOM, bem como realizado curso de treinamento em comércio exterior da Venezuela para

os funcionários do SECOM (envolvendo temas como operações financeiras e comerciais internacionais, sistema CADIVI, ALADI). Além disso, foi criado o boletim Newsletter eletrônico do SECOM, com periodicidade bimestral.

11. O ano de 2009 foi marcado pela missão empresarial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em agosto, a qual contou com a presença de seis Ministros de Estado venezolanos, além do próprio presidente Chávez e de mais de 350 empresas venezuelanas inscritas para as rodadas de negócio. A missão empresarial, chefiada pelo Senhor MDIC, e composta por cerca de 80 empresários, logrou êxitos inquestionáveis tanto na área política quanto na econômico-comercial. Em síntese, os principais frutos da missão empresarial foram o fechamento de negócios concretos nos setores energético (empresas brasileiras POIT, WEG, Clamper Indústria de Comércio, Sotreq Caterpillar, Treetech Sistemas Digitais LTDA) e de alimentos, sobretudo açúcar e leite (em especial a empresa Tangara Foods). No caso da empresa WEG, esta informou recentemente à Embaixada já haver firmado contrato de US\$ 8 milhões para o fornecimento de geradores de energia à empresa estatal Corpoelec. Os equipamentos em apreço já se encontram em produção e deverão ser entregues no início de 2010. Com relação às vendas de açúcar, as vendas passaram de de US\$ 62 milhões em 2008 para US\$ 154 em 2009. Outras missões comerciais que contaram com o apoio do SECOM em 2009 foram a da Governadora do Estado do Pará, que esteve acompanhada de empresários daquele Estado, e da EMBRAER, cujos relatos seguiram, respectivamente, pelos telegramas 1232 e 1225.

12. Ainda em 2009, foi lançado o Grupo Brasil na Venezuela. A iniciativa, amplamente apreciada pela empresas presentes, decorreu de antiga reivindicação do setor empresarial brasileiro de dispor de espaço próprio e institucionalizado de convívio e diálogo com a Embaixada e o Consulado-Geral. O objetivo central do Grupo Brasil é buscar trocar idéias e discutir eventuais dificuldades e possíveis soluções para problemas comuns ou particulares dos integrantes.

13. No tocante ao tema de turismo, a Embaixada apoiou a participação da EMBRATUR nas mostras AVAVIT e FITVEN. Adicionalmente, lançou, em conjunto com a EMBRATUR, o Comitê Descubra Brasil na Venezuela, com o desafio de incrementar o fluxo de turistas venezolanos para o Brasil, que hoje se encontra concentrado sobretudo em turismo de negócios. Os principais destinos buscado pelos venezuelanos continuam sendo os Estados Unidos, dada à proximidade de Miami e as ilhas do Caribe. Importante mencionar que em menos de seis

meses de existência, Comitê Descubra Brasil nesta capital logrou negociar com os operadores locais e com as linhas aéreas brasileiras um pacote comum a todos os integrantes da associação, com uma tarifa especial para a promoção dos destinos turísticos dos Estados de São Paulo e Bahia. A escolha daqueles destinos deu-se em função do potencial do Estado de São Paulo para, eventualmente, competir com Miami como destino de compras para os venezuelanos e da coerência em promover o Estado da Bahia em seguimento às atividades de promoção cultural da semana do Brasil na Venezuela, em setembro, que tiveram como foco a cultura baiana. Além disso, ainda em 2009, foi encomendada a criação da página web do Comitê Descubra Brasil, organizado um FUNTOUR de operadores de turismo do Comitê à Feira Internacional de Gramado e lançada ampla campanha publicitária de turismo nos principais centros comerciais da cidade, no aeroporto internacional, em "outdoors" móveis, nos cadernos de turismo dos dois principais jornais nacionais, cujas fotos serão enviadas oportunamente à DFT por GMD. Para 2010, já se está programando a realização de FUNTOURS para o carnaval de Salvador e para os Estados de São Paulo e de Alagoas, por meio de contatos diretos com as Secretárias de Turismo daqueles Estados.

14. Com respeito às atividades tradicionais do SECOM, em 2009 foram visitadas as feiras EXPO China, Feira de Importadores de Calçados, Feira de Fabricantes de Calçados, Graphtec, Femho (móveis), Salón del Empaque e Tecnoplast. Além das feiras de turismo, a Embaixada também participou da feira EXPOINDUSTRIA 2009 com um estande institucional do SECOM. Outras três feiras cuja participação já estava autorizada na POP 2008 foram canceladas por seus organizadores. Em atenção às instruções da SERE, foram divulgados pelo SECOM o Encomex Mercosul 2009 e a FIAM 2009, esta última com participação venezuelana. Adicionalmente, foram contratadas duas pesquisas de mercado e intensificados os processos de validação de empresas cadastradas na BTN e de atualização e publicação de feiras naquele site. Com relação ao atendimento de consultas comerciais, passou-se a realizar registro de todas as demandas recebidas a partir de junho de 2009, sendo o total de correio eletrônico respondidos desde então igual a 81; de atendimento ao público, 73, de reuniões comerciais na Embaixada, 61; e de visitas de promoção comercial (com o intuito de auxiliar empresas brasileiras em alavancar negócios com o governo local), 03.

15. Em 2009, também foram intensificadas as gestões junto à CADIVI em favor de exportadores brasileiros. Além disso, desde junho de 2009, a SERE passou a ser informada

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 17/02/2010 15:44:32 N.º: 00176

mensalmente a respeito das ações deste Posto por meio de informações sobre as empresas e os valores envolvidos. Nesse sentido, a partir daquela data foram feitas gestões para um total de 96 solicitações encaminhadas a esta Embaixada por empresas brasileiros e importadores venezuelanos, compreendendo um valor total de aproximadamente USD 490 milhões.

16. Finalmente, permito-me chamar a atenção para o fato de a Venezuela ser um país em que boa parte do trabalho de promoção comercial também deve ser executado por meio de gestões de alto nível. Tal ocorre, em parte, pelo elevado grau de centralização das decisões políticas na figura do mandatário venezuelano, e, em parte, pelo mecanismo de visitas presidenciais a cada três meses, momentos em que a demanda do SECOM intensifica-se sobremaneira, por tratar-se de oportunidade para os empresários brasileiros alavacarem negócios junto ao Estado venezuelano.

17. Aproveito a oportunidade para congratular-me com Vossa Excelência pelo apoio recebido durante os dois últimos anos no sentido de modernizar o SECOM Caracas, colocando-o, assim, à altura da importância que este mercado representa para as exportações brasileiras. Não poderia deixar de registrar, ainda, o inestimável apoio que brindou o Senhor SGEC, Embaixador Ruy Nogueira, que contribuiu de maneira decisiva para o fortalecimento do setor comercial.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

CSAN

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 17/02/2010 15:44:28 N.º: 00177

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 17/02/2010 (JTB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM IV/ABC/CGEUC
DESCR=PEXT-BRAS- VENE
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Embaixador Antonio Simões.
Relatório de gestão. Parte
III. Cooperação para o
desenvolvimento.

//

Nr. 00177

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Transmito a terceira parte do relatório de gestão,
relativo ao tema da cooperação para o desenvolvimento
com a Venezuela entre fevereiro de 2008 e fevereiro
de 2010.

Um dos aspectos mais importantes da política exterior do
Brasil com a Venezuela foi a consolidação de nova modalidade
de cooperação na área de desenvolvimento. O Brasil, sob a
orientação do Presidente Lula e de Vossa Excelência, soube
reconhecer as premissas que orientam as prioridades
domésticas e externas da Venezuela em relação ao
desenvolvimento. Cabe, para se entender melhor como se operou
o avanço para essa nova modalidade, breve observação sobre a
conjuntura em que se insere a economia da Venezuela.

2. Em termos genéricos, a economia venezuelana concentrou-

se tradicionalmente na extração e exportação de petróleo e importação de bens de consumo. O modo de produção rentista gerado pelas grandes reservas de petróleo provocou efeitos colaterais de grande impacto na economia, sociedade e processo político venezuelanos: altos índices de corrupção, pobreza endêmica, grande disparidades na distribuição de renda, baixo índices de industrialização e estímulo à produção, pouca criação de empregos produtivos, baixa transparência na gestão pública. A Venezuela não conseguiu escapar da dependência do petróleo, ou do "paradoxo da abundância", característica de países com enormes riquezas advindas do comércio petrolífero, que, de maneira paradoxal, não conseguem alcançar um desenvolvimento sustentável.

3. Na última década, uma das prioridades do Presidente Chávez foi romper com o modelo rentista, que ao final da década de 90 alcançara o esgotamento, e implementar políticas consistentes capazes de reverter a histórica dependência do petróleo por meio da diversificação da economia e a promoção de desenvolvimento econômico endógeno, com distribuição de renda. É nesse contexto que se explica, em boa parte, a retórica anti-americana de Chávez, uma vez que o modelo anterior era identificado com a associação entre as elites venezuelanas e o "establishment" norte-americano, que pouco beneficiou a população venezuelana.

4. O novo paradigma da diplomacia brasileira no relacionamento com os países em desenvolvimento, sobretudo na América do Sul, busca um equilíbrio entre o interesse nacional imediato e a contribuição ao desenvolvimento. Encontrou condições favoráveis na Venezuela ao apresentar-se como uma alternativa ao modelo que se pretende substituir. Estou convencido de que, ao longo desse dois últimos anos, o Brasil consolidou-se como um país que, embora continue a buscar mercados para seus produtos e promova investimentos de empresas brasileiras, procurou intensificar a criação de mecanismos criativos de cooperação voltados para a promoção do desenvolvimento endógeno da Venezuela. Antes, a percepção predominante era a de que ao Brasil interessava somente o comércio. Hoje, nossos esforços permitiram que o Brasil rompesse com essa visão e consolidasse a imagem de parceiro da Venezuela na implementação do modelo de desenvolvimento endógeno.

5. A consolidação desse novo modelo de relacionamento foi favorecido pelas circunstâncias políticas extremamente favoráveis, sobretudo as afinidades pessoais entre os Presidentes Lula e Chávez e a qualidade da interlocução que manteve, nos mais altos níveis, com autoridades locais

durante todo o período de minha gestão. A intensidade da agenda de visitas bilaterais, tanto presidencial como de autoridades ministeriais, produziu cerca de 70 acordos nos últimos dois anos. Muitos desses acordos foram pautados pela prestação de cooperação do Brasil para o desenvolvimento de setores produtivos e sociais da Venezuela e acordos de aprofundamento do comércio e investimentos, em particular do Brasil para a Venezuela.

6. No marco dos diversos acordos celebrados, o Brasil está realizando um amplo programa de cooperação e transferência de tecnologia e de conhecimento nas áreas industrial, agropecuária e financeira, com vista a apoiar os projetos desenvolvimentistas da Venezuela. No período, abriram escritório de representação em Caracas: a EMBRAPA, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a Caixa Econômica Federal, estando também prevista a próxima abertura de escritório do IPEA.

7. Na área agrícola, os projetos de cooperação prestados pela EMBRAPA avançaram consideravelmente. Estão em execução sete projetos com o "Instituto Nacional de Investigación Agrícola", em áreas como sementes, tecnologias reprodutivas de bovinos e aves, e boas práticas sanitárias na produção pecuária, entre outros. A cooperação agrícola tem gerado oportunidades de negócios para fornecedores brasileiros. Em parceria com empresas como a Odebrecht, a Embrapa tem atuado em projetos que envolvem uso de sementes, mão de obra e equipamentos brasileiros, gerando "royalties" para a agência brasileira. Na visita presidencial a El Tigre, os Presidentes Lula e Chávez realizaram, simbolicamente, a primeira colheita de soja na Venezuela. Para a Embrapa, a abertura do escritório na Venezuela foi uma excelente oportunidade de expansão de sua presença internacional e aquisição de experiência de cooperação externa.

8. Na área industrial, foram assinados seis acordos entre a ABDI e a Venezuela. A principal atividade tem sido a elaboração de projetos industriais, da concepção à construção, de sete grandes fábricas na Venezuela nas áreas de: processamento de alimentos, refrigeração industrial, embalagens de vidro e metal, fundições e mini-aciarias, tubos de PVC, válvulas e cartões de circuitos impressos. Contando com a participação de empresas brasileiras selecionadas em licitação pública pela ABDI, os projetos criarão, para o lado brasileiro, uma demanda pelos bens de capitais necessários. Nesse contexto, a ABIMAQ também decidiu abrir escritório em Caracas. Em 2009, a cooperação da ABDI foi expandida para abranger também a troca de experiências no desenho de

políticas públicas de desenvolvimento industrial.

9. Na área habitacional e bancária, os seis acordos assinados pela Venezuela com a Caixa Econômica Federal, cujo primeiro escritório no exterior foi inaugurado pelo Presidente Lula em outubro de 2009, concentram-se na urbanização de favelas e no fortalecimento de bancos públicos. A Caixa hoje presta cooperação aos Ministérios de Obras Públicas e Habitação, das Finanças e dos Bancos Públicos. Na vertente urbanística, a Caixa trabalha o projeto de recuperação das favelas de San Agustín del Sur, na área metropolitana de Caracas. Na vertente bancária, está em estreito diálogo com o Banco de Venezuela, recém comprado pela Venezuela para seguir o exemplo da Caixa como banco popular.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

AHAK

De Brasemb Caracas para Exteriores em 18/02/2010 (CCM)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAM IV/DREN/DRN

DESCR=BRAS-VENE-ENER

RTM/CLIC=

CATEG=MO

//

Brasil-Venezuela. Braskem-

Pequiven. Propilamérica e

Propilsur

//

Nr. 00186

O Chefe do Setor de Energia desta Embaixada reuniu-se em 5 de fevereiro com o Diretor da Braskem na Venezuela, Senhor Sérgio Thiesen, para conhecer a situação atual dos empreendimentos do grupo brasileiro neste país: a Prolipropileno del Sur (Propilsur) e a Polietilenos de América (Poliamérica), ambas previstas em contratos entre a Braskem e a estatal Petroquímica de Venezuela (Pequiven) firmados em 2007 e que envolveriam investimentos hoje estimados em US\$ 5 bilhões.

2. O Senhor Thiesen fez breve descrição dos projetos e dos diversos documentos firmados entre Braskem, Pequiven e demais autoridades venezuelanas. Relatou que a concretização da Propilsur e da Poliamérica dependia do cumprimento de condições pelo Estado venezuelano e pela PDVSA. O Estado deveria elaborar marco normativo em discussão conjunta com a empresa brasileira e deveria fornecer a infra-estrutura dentro do Pólo Industrial de José, no Estado Anzoátegui, como

construção de vias de acesso a terrenos e prestação de serviços públicos de energia e água. A PDVSA, por sua vez, deveria garantir o suprimento de matérias primas necessárias à operação das novas fábricas.

3. As condições, entretanto, não se cumpriram de acordo com o Diretor da Braskem. O Estado venezuelano aprovou normas legais divergentes às esperadas pela Braskem e não instalou a infra-estrutura requerida, por conta de problemas administrativos e financeiros. O Ministério do Poder Popular para Energia e Petróleo (MENPET) e a PDVSA, além disso, não têm condições de garantir o suprimento necessário de insumos para a produção.

4. Devem ser consideradas, também, as dificuldades financeiras enfrentadas desde 2008 pela Pequiven, cuja capacidade de desembolsar os capitais necessários à Propilsur e à Poliamérica pode ser agravada pela atual crise de energia elétrica, que impôs redução nos horários de funcionamento de suas unidades, com conseqüente queda de faturamento.

5. O Governo venezuelano apresentou ao Diretor da Braskem alternativa aos empreendimentos inicialmente contratados, a qual consistiria em implementar projetos de menor escala na Península de Paraguaná, região norte do Estado Falcón, onde se situa grande complexo de refino da PDVSA. A oferta do Governo venezuelano, ainda sob exame, tem diversas implicações para a empresa brasileira. Em primeiro lugar, a proposição é considerada frustrante, pois a Braskem tinha expectativas de grande crescimento por meio das duas fábricas na Venezuela, o que não ocorrerá. A Braskem, ademais, terá de considerar como custos perdidos todos os gastos feitos até o momento em função da Propilamérica e da Propilsur, estimados em US\$ 100 milhões.

6. A Braskem julga que, diante do comprometimento de seus planos, restam poucas opções. A primeira seria pleitear perante cortes arbitrais internacionais o pagamento de todas as indenizações devidas por inadimplemento de obrigações contratuais do Estado venezuelano e da PDVSA e respectivas controladas. Essa ação, contudo, tende a ser evitada pela empresa neste momento, na medida em que pode expor a embaraços seu sócio majoritário, o grupo Odebrecht, que possui diversos contratos em execução na Venezuela. Outra possibilidade seria estudar as novas propostas venezuelanas e contingenciar seus planos no aguardo de que as condições econômicas deste país se alterem gerando oportunidades de consecução dos projetos.

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 18/02/2010 14:45:58 N.º: 00186

CARAT=Reservado

7. Diante da relevância do tema, sobretudo em época de reestruturação societária do setor petroquímico no Brasil, entendo que o tema deva constar dos pontos de conversação do próximo encontro entre os Presidentes Lula e Chávez, a realizar em Brasília em abril.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

FASD

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 16/03/2009 18:42:15 N.º: 00252

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 16/03/2009 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAM IV/DOC/CGEUC/DEA

DESCR=PEXT-BRAS-VENE

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Dez Anos do Governo Chávez.

Relações Brasil-Venezuela.

Avaliação geral.

//

Nr. 00252

RESUMO=

Avalio o sentido geral das relações Brasil-Venezuela ao longo dos dez anos do Governo Chávez. Hoje, como indicou o Presidente Lula no Fórum Social Mundial, em Belém, as relações bilaterais encontram-se no seu melhor nível histórico.

As relações entre o Brasil e a Venezuela alcançam, hoje, seu melhor nível histórico, de que são provas a existência de um mecanismo, sem antecedentes com qualquer país, de encontros presidenciais bilaterais em bases trimestrais, e os intensos e crescentes fluxos comerciais, que superam hoje os US\$ 6 bilhões e tornam a Venezuela o país com o qual o Brasil registrou, em 2008, seu maior superávit comercial, bem como nível elevado de investimentos brasileiros, superiores de US\$ 3 bilhões desde 2007.

2. A situação atual é resultado, em primeiro lugar, de um elevado grau de convergência de objetivos externos dos dois

países. No contexto da prioridade crescente atribuída à América do Sul pela política externa brasileira, a Venezuela de Chávez passou a ver no Brasil não mais um distante vizinho, mas um parceiro capaz de auxiliar o país a alcançar seus três grandes objetivos de ação internacional: (a) deslocar o eixo das prioridades externas do Norte (EUA, em especial) para os países do Sul, e reunir apoios políticos internacionais para resistir às reações derivadas dessa política; (b) apoiar os objetivos de desenvolvimento endógeno, destinados a modificar o modelo econômico monoexportador de petróleo; e (c) trabalhar pela união prioritária dos países latino-americanos, em contraposição subordinação ao "Império".

3. O processo de cooperação do Brasil com a Venezuela nessas áreas, contudo, não foi automático e requereu esforço para superar momentos de desencontros. Tanto a Venezuela quanto o Brasil mostraram-se conscientes das potencialidades de suas relações bilaterais e executaram ações políticas destinadas a aproveitá-las.

4. Desde o início, Chávez escolheu o Brasil como um dos seus parceiros prioritários. A primeira viagem que realizou após ser eleito foi ao Brasil, tendo levado consigo diversos livros de autoria do ex-Presidente Cardoso, repletos de anotações pessoais, chegando a pedir autógrafos e dedicatórias. Em seus discursos, Chávez sublinhou que encontrava nos textos do Presidente e na história do desenvolvimento brasileiro inspiração para suas ações na Venezuela (desenvolvimento agrícola, industrial, científico-tecnológico, políticas sociais, integração sul-americana, etc).

5. Internamente, Chávez viveu crises políticas periódicas, derivadas de um esforço persistente de seus opositores de retirá-lo do poder (entre 1998 e 2004, Chávez enfrentou uma greve petroleira, um golpe de Estado e um referendun revocatório) e de uma evidente disposição negativa dos EUA com relação a suas políticas, em especial aquelas relacionadas à área petroleira. O Brasil, nesse período, tomou iniciativas que contribuíram para aproximar decisivamente os dois países. A sugestão de meu antecessor, Embaixador Ruy Nogueira, que resultou na decisão do Governo brasileiro, a pedido do Presidente-eleito Lula ao Presidente Cardoso, de fornecer um navio petroleiro carregado de gasolina não apenas permitiu ao Governo Chávez enfrentar a crise de desabastecimento de gasolina durante a greve de 2002-2003, mas também representou uma vitória moral para o Presidente venezuelano. Esse terá sido o momento mais frágil

dos dez anos de Chávez - o que dá ao gesto brasileiro importância crucial para sua permanência na Presidência. O Brasil também teve papel crucial, por meio do Grupo de Amigos da Venezuela, para canalizar por vias pacíficas tensões que voltaram a surgir no relacionamento entre o Governo e oposição entre 2003 e 2004.

6. A partir de 2003, com o fortalecimento progressivo de Chávez à frente do Estado venezuelano e o início do Governo Lula, as relações bilaterais iniciam uma segunda fase, que poderíamos qualificar como de "aproveitamento das potencialidades". O comércio bilateral e os investimentos alcançam níveis sem precedentes, passando a Venezuela a representar uma plataforma central para o processo de internacionalização das empresas brasileiras. Em particular, empresas brasileiras ganharam projeção nos setores de obras públicas, fornecimento de equipamentos industriais e agrícolas, petroquímica e bens de consumo (Odebrecht, Cotia Trading, Volvo do Brasil, Avibrás, Braskem, Brahma, Sadia, Natura, entre outras). Com nível de crescimento médio próximo a 10% ao ano a desde 2003, o comércio bilateral passou de US\$ 880 milhões para mais de US\$ 6 bilhões hoje, fortemente favorável ao Brasil. No contexto da mudança de eixo das relações econômicas, determinado por Chávez, o Brasil passou a substituir parceiros tradicionais da Venezuela, como os EUA e o México. Em 2005, em visita do Presidente Lula à Venezuela, foi anunciada a decisão de celebrar uma aliança estratégica entre os dois países. Tão logo foi eleito para um terceiro mandato, em 2006, o Presidente Chávez escolheu o Brasil como destino de sua primeira viagem.

6. O impulso positivo de 2005 foi contido em 2007, quando, no contexto das declarações do Presidente Chávez sobre o Congresso Nacional brasileiro, os dois presidentes ficaram sem encontrar-se ou falar por telefone durante sete meses. Em Manaus, em setembro de 2007, esse hiato foi superado. O Presidente Chávez e o Presidente Lula decidiram criar o mecanismo de encontros trimestrais. Rigorosamente segundo o cronograma, realizaram-se visitas do Presidente Lula à Venezuela (dezembro de 2007; junho de 2008, janeiro de 2009) e do Presidente Chávez ao Brasil (março de 2008 e setembro de 2008), com ampla participação de ministros de Estados e altas autoridades de ambos os países. O resultado desse exercício inovador de ação diplomática é altamente satisfatório: não apenas tem permitido estreitar o diálogo político entre os Presidentes, mas também feito avançar uma agenda qualitativa de cooperação bilateral, com resultados palpáveis. O Brasil passou, em pouco tempo, a ser possivelmente o principal parceiro para os objetivos de desenvolvimento nacional da

Venezuela - com atuação sem precedentes, inclusive por meio da abertura de escritórios de instituições como a Embrapa e a ADBI, no desenvolvimento agrícola, industrial, bancário e habitacional da Venezuela.

7. De um modo geral, os dez anos da gestão Chávez abriram condições sem precedentes históricos para a presença - política, comercial, econômica, industrial, agrícola, tecnológica, social e cultural - do Brasil na Venezuela, de forma mutuamente proveitosa. O desafio à frente é manter o momentum dessa aproximação bilateral. Para tanto, muito contribui a manutenção de encontros presidenciais regulares e a atenção prioritária para a implementação dos acordos bilaterais de desenvolvimento.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador.

IAHN

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 25/08/2009 19:56:29 N.º: 00870

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 25/08/2009 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAM IV/CGDECAS/DIR I/DOC/DCT/DMC/DEA

DESCR=PEXT-BRAS-VENE

RTM=USABREM,OEABRMS,HAVBREM

RTM/CLIC=GRPAMSUL

CATEG=MG

//

Brasil-Venezuela.

Aprofundamento das relações.

Audiência do Ministro Miguel

Jorge com o PR Chávez.

Relato e Avaliação.

//

Nr. 00870

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Retransmissão automática para Brasemb Washington, DELBRASUPA e Brasemb Havana

RESUMO=

Visita do Min. Miguel Jorge reforça, pelo diálogo político, visão de associação estratégica bilateral. Condições são favoráveis para projeção econômico-comercial do Brasil. Dos países relevantes no mundo, Brasil é aquele em que Venezuela mais deposita expectativas e confiança. Observam-se limites ao que Cuba e outros podem aportar para desenvolvimento industrial e agrícola buscado por Chávez.

No contexto da Missão Empresarial à Venezuela, que relato em tel à parte, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, foi recebido pelo Presidente Hugo Chávez em 19 de agosto. Além de mim,

participaram da reunião o Presidente da ABDI, Reginaldo Arcuri, a Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso, a Diretora do BNDES, Helena Teixeira Soares e Assessor Especial da Casa Civil, André Barbosa.

2. O Ministro Miguel Jorge traçou um panorama da trajetória das relações econômico-comerciais entre os dois países nos últimos anos - como o crescimento de quase 900% das exportações brasileiras para a Venezuela e o notável portfólio de investimentos brasileiros. Ressaltou o desejo brasileiro de contínuo aprofundamento desse processo, a partir de uma nova abordagem que explore as sinergias mútuas, seja benéfica para ambos os lados e corrija dificuldades pontuais.

3. Em particular, o Ministro Miguel Jorge informou o Presidente Chávez sobre o andamento dos financiamentos a empresas brasileiras por parte do BNDES para estimular os negócios na Venezuela, conforme o acordo celebrado na visita presidencial de junho de 2009, em Salvador. Comentou sobre a aprovação do financiamento da construção da Linha 5 do Metrô de Caracas e da Linha 2 do Metrô Los Teques - Caracas, ambas a carga da construtora Norberto Odebrecht. Expôs as oportunidades que se abrem em função da flexibilização pelo Governo dos EUA de regulamento sobre exportações de tecnologias avançadas, o que dispensará de autorização prévia de Washington a venda de aviões comerciais da Embraer (que contêm tecnologias norte-americana) para a Venezuela. Em matéria agrícola, Miguel Jorge sugeriu que a Venezuela adquirisse uma fábrica de leite, no município de Pompeu, em Minas Gerais, o que lhe permitiria garantir o suprimento de 800 t de leite em pó por dia a um custo de US\$ 40 milhões.

4. Chávez expressou seu entusiasmo com o contínuo aprofundamento das relações econômico-comerciais com o Brasil. Voltou a mencionar a idéia, discutida anteriormente com o Professor Marco Aurélio Garcia, de celebração de um Acordo de Investimentos Recíprocos para estabelecer um quadro que regule e também estimule essas relações. Sublinhou que sua prioridade é contar com apoio brasileiro para fortalecer a estrutura produtiva da Venezuela. Referindo-se à proposta da fábrica de leite em Minas Gerais, concebeu-a como uma possibilidade oportuna, diante das preocupações com o desabastecimento do produto. Disse ter também muito interesse em obter assistência externa para fortalecer as plantas locais de produção de lácteos, que constituem o rol prioritário de medidas para combater o desabastecimento. Sem prejuízo da importância que atribui à obtenção de bens de capital e absorção de tecnologia, o Presidente declarou

buscar aumentar as importações oriundas do Brasil em todas as áreas. Emitiu sinais auspiciosos sobre a possibilidade de encomendar aeronaves da EMBRAER no processo, a ser iniciado, de ampliação da frota da linha aérea estatal CONVIASA.

5. O Ministro brasileiro reiterou que o Brasil está às ordens para aprofundar sua assistência no desenvolvimento de uma política industrial na Venezuela. Observou que, pelo conhecimento que tem do cenário venezuelano, seriam promissoras iniciativas de cooperação em matéria automobilística - que poderia ser a área-piloto -, metal-mecânica e agroindustrial. Foi também ressaltado que o Brasil está em condições de fornecer praticamente todos os bens de capital para a produção local venezuelana. Agreguei que teríamos interesse tanto em obter uma quota para a exportação de veículos brasileiros para a Venezuela, inclusive com motores a gás, quanto em trazer a indústria automobilística brasileira para articular uma integração com as montadoras aqui instaladas ou, até mesmo, produzir em território venezuelano.

6. O Presidente Chávez demonstrou grande satisfação com essas idéias. Ressaltou, em particular, estarem em coerência com um programa venezuelano, ainda em fase de desenvolvimento, destinado a substituir a grande frota de carros velhos em circulação por pequenos carros movidos a gás. Tratar-se-ia de um "negócio redondo", explicou, pois isso retiraria do mercado os "grandes beberrões" e permitiria desviar progressivamente para a exportação, com a correspondente geração de receitas, os 500.000 barris de petróleo hoje consumidos internamente, a preço simbólico. Chávez pediu que fosse organizada nova reunião com o Brasil para iniciar a elaboração do projeto-piloto na área automobilística. Ficou acordado que o Ministro Miguel Jorge virá a Caracas em 24 e 25 de novembro para discutir o andamento dos projetos, em particular, o da renovação da frota de veículos.

7. O Presidente Chávez registrou, ademais, interesse em desenvolver projetos de cooperação bilateral nas áreas da indústria pesada, material de construção, medicamentos, têxteis, equipamentos de TV digital e defesa. Em particular, destacou: (i) o desejo de obter bens de capital e tecnologia para pequenas siderúrgicas; (ii) interesse em que a Venezuela seja sócia da siderúrgica que a Cia Vale do Rio Doce planeja construir no Pará; (iii) disposição a iniciar, de imediato, estudos técnicos e projetos para a integração das cadeias produtivas entre a Venezuela e a Zona Franca de Manaus. Ficou acordado que os Ministros Jesse Chacón (C&T e

Indústrias Intermediárias) e Rodolfo Sanz (Indústria Pesada), realizarão viagem a Manaus para manter encontros com a SUFRAMA, entre outros.

8. Sobre TV digital, o Presidente venezuelano explicou que já assinara uma Carta de Intenção para a adoção do sistema chinês, mas decidiu voltar a trás depois de conversar com o Sr. PR e ter ouvido as avaliações de seu Ministro da Ciência e Tecnologia (recordo que foi feita uma apresentação técnica extensiva a Chacón às margens da visita presidencial de junho de 2009, em Salvador). Para a satisfação do lado brasileiro, Chávez informou que a Venezuela já decidiu adotar o sistema nipo-brasileiro. No entanto, pediu a compreensão brasileira para, antes do anúncio oficial, aguardar a conclusão do diálogo da Venezuela com a China sobre esse e outros temas, para não ferir suscetibilidades de Pequim.

9. No final da audiência, o Ministro Miguel Jorge comentou que estava circulando na imprensa a informação de que ele era portador de uma carta enviada a Chávez pelo Sr. PR sobre a questão dos atrasos nos pagamentos venezuelanos, centralizados pela Comissão de Administração de Divisas (CADIVI), a exportadores brasileiros. Observou que existe, no empresariado brasileiro, a percepção de que existem dificuldades na operação dos pagamentos e pediu, assim, a compreensão do Presidente venezuelano. Em resposta, Chávez prometeu verificar a situação dos pagamentos. Na sessão pública que se seguiu, Chávez fez referências diretas à CADIVI e a seu Presidente Manuel Barroso, presente na platéia, sinalizando que o aprofundamento das relações com o Brasil contará com a "ajuda da CADIVI".

10. Após a audiência, o Presidente Chávez e o Ministro Miguel Jorge passaram à sala de conferência do Palácio de Miraflores, onde os aguardavam os cerca de 90 empresários brasileiros, além de Ministros de Estado venezuelanos e outras autoridades. O evento foi transmitido em cadeia nacional de televisão. Em sua intervenção, Chávez situou a decisão de aproximar-se cada vez mais do Brasil, inclusive no plano econômico-comercial, dentro de uma visão estratégica sobre a inserção internacional da Venezuela. Lamentou a posição de subordinação que seu país adotou perante os EUA, desde a descoberta de petróleo no início do século 20, com a perda de autonomia das políticas públicas, notadamente em matéria petroleira. No processo em curso de construção de sua emancipação, a Venezuela vê no Brasil um contrapeso decisivo, afirmou Chávez. Lembrou que o primeiro país que visitou, depois de ter sido eleito em 1998, foi o Brasil e ressaltou a grande proximidade que manteve com o ex-Presidente Fernando

Henrique Cardoso e que continua a ter com o Presidente Lula. Destacou sua satisfação em ver o Brasil se erigindo como potência de nível mundial, com uma história de êxito em sua industrialização e sua transformação agrícola. Em meio a manifestações de apreço pelo Brasil, Chávez emitiu críticas à iniciativa dos EUA de instalar bases na Colômbia.

11. No plano mais executivo do aprofundamento das relações econômico-comerciais bilaterais, Chávez deu destaque ao programa de substituição da frota de veículos velhos por carros brasileiros movidos a gás, indicando que a primeira etapa se iniciaria com 10.000 carros ao ano. Além de celebrar os resultados da Missão Empresarial, que considerou "muito além do esperado", Chávez manifestou interesse em elaborar um cronograma para receber, uma vez por semana em Caracas, missões individuais de empresas brasileiras de forma a identificar, com cada uma, as possibilidades comerciais bilaterais. Segundo o Presidente, a visita do Ministro Miguel Jorge deve ser vista como um primeiro passo no fortalecimento das relações econômico-comerciais.

12. A avaliação da visita do Ministro Miguel Jorge é a mais positiva possível. Não apenas permitiu fazer avançar interesses comerciais concretos das empresas brasileiras, o Ministro brasileiro e sua delegação reforçaram, pelo diálogo político com o Presidente Chávez, a visão de associação estratégica entre os dois países. Talvez como nunca antes, ficou-me a percepção de que, entre os países relevantes do mundo, o Brasil é hoje aquele em que a Venezuela mais deposita expectativas e confiança. Enquanto buscar marcar distância e diminuir sua dependência econômico-comercial dos EUA e da Colômbia, Caracas parece contar cada vez mais com o apoio político, econômico-comercial e científico-tecnológico do Brasil, sem ter grandes ilusões - e aí está o elemento que me parece novo - sobre as possibilidades oferecidas por outros países.

13. Não quero com isso dizer que as relações da Venezuela com outros países não sejam intensas. Não há dúvida de que, desde que Chávez assumiu o poder, pôde contar com grande apoio de Cuba para pôr em prática programas nas áreas de saúde, educação e defesa. No entanto, parece hoje cada vez mais claro de que há limites ao que Havana - e o modelo cubano, de um modo geral - pode fazer em apoio ao projeto de Chávez, notadamente em matéria de desenvolvimento industrial e agrícola. Parecem também crescer as decepções locais quanto às relações com outros grandes países, como se deduz de comentário que fez o Ministro Jesse Chacón em encontro com o Presidente da ABDI: ao fazer um balanço sobre a cooperação

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 25/08/2009 19:56:29 N.º: 00870

recebida, Chácon afirmou que "com o Irã, ela é difícil; com a China, o que é acordado por escrito não corresponde ao que acaba sendo executado; com a Rússia, os resultados são insatisfatórios; é apenas com Belarus (distante e pouco relevante) que estamos obtendo alguns resultados". Como verifiquei durante a visita da Presidente Kirchner (tel 825), há também dúvidas, na Venezuela, se a Argentina, diante de suas fragilidades internas no campo, é capaz de atender integralmente aos acordos celebrados. Quer-me parecer existir aqui a percepção de que o Brasil não apenas tem as condições técnicas e tecnológicas para assistir a Venezuela em seus projetos de desenvolvimento, mas tem também o peso político para cumprir os projetos de cooperação.

14. O que precede deixa claras as condições francamente favoráveis para que o Brasil continue a ampliar sua projeção econômico-comercial num país, como a Venezuela, que tem o 3º maior PIB da região e um papel político incontornável, inclusive pela sua própria projeção política regional, no processo de integração da América do Sul.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador.

IAHN

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 16/03/2009 20:00:25 N.º: 00253

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 16/03/2009 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAM IV/DOC/CGEUC/DEA

DESCR=PEXT-BRAS-VENE

RTM/CLIC=GRPENERG

CATEG=MG

//

Dez Anos do Governo Chávez.

Relações Brasil-Venezuela.

Avaliação geral.

//

Nr. 00253

Rogo retransmissão via CLIC para os Postos com Setor de Energia

RESUMO=

Avalio o sentido geral das relações Brasil-Venezuela ao longo dos dez anos do Governo Chávez. Hoje, como indicou o Presidente Lula no Fórum Social Mundial, em Belém, as relações bilaterais encontram-se no seu melhor nível histórico.

NOTA: REPETIÇÃO PARA RETRANSMISSÃO AOS POSTOS COM SETOR DE ENERGIA

As relações entre o Brasil e a Venezuela alcançam, hoje, seu melhor nível histórico, de que são provas a existência de um mecanismo, sem antecedentes com qualquer país, de encontros presidenciais bilaterais em bases trimestrais, e os intensos e crescentes fluxos comerciais, que superam hoje os US\$ 6 bilhões e tornam a Venezuela o país com o qual o Brasil registrou, em 2008, seu maior superávit comercial, bem como nível elevado de investimentos brasileiros, superiores de US\$

3 bilhões desde 2007.

2. A situação atual é resultado, em primeiro lugar, de um elevado grau de convergência de objetivos externos dos dois países. No contexto da prioridade crescente atribuída à América do Sul pela política externa brasileira, a Venezuela de Chávez passou a ver no Brasil não mais um distante vizinho, mas um parceiro capaz de auxiliar o país a alcançar seus três grandes objetivos de ação internacional: (a) deslocar o eixo das prioridades externas do Norte (EUA, em especial) para os países do Sul, e reunir apoios políticos internacionais para resistir às reações derivadas dessa política; (b) apoiar os objetivos de desenvolvimento endógeno, destinados a modificar o modelo econômico monoexportador de petróleo; e (c) trabalhar pela união prioritária dos países latino-americanos, em contraposição subordinação ao "Império".

3. O processo de cooperação do Brasil com a Venezuela nessas áreas, contudo, não foi automático e requereu esforço para superar momentos de desencontros. Tanto a Venezuela quanto o Brasil mostraram-se conscientes das potencialidades de suas relações bilaterais e executaram ações políticas destinadas a aproveitá-las.

4. Desde o início, Chávez escolheu o Brasil como um dos seus parceiros prioritários. A primeira viagem que realizou após ser eleito foi ao Brasil, tendo levado consigo diversos livros de autoria do ex-Presidente Cardoso, repletos de anotações pessoais, chegando a pedir autógrafos e dedicatórias. Em seus discursos, Chávez sublinhou que encontrava nos textos do Presidente e na história do desenvolvimento brasileiro inspiração para suas ações na Venezuela (desenvolvimento agrícola, industrial, científico-tecnológico, políticas sociais, integração sul-americana, etc).

5. Internamente, Chávez viveu crises políticas periódicas, derivadas de um esforço persistente de seus opositores de retirá-lo do poder (entre 1998 e 2004, Chávez enfrentou uma greve petroleira, um golpe de Estado e um referendun revocatório) e de uma evidente disposição negativa dos EUA com relação a suas políticas, em especial aquelas relacionadas à área petroleira. O Brasil, nesse período, tomou iniciativas que contribuíram para aproximar decisivamente os dois países. A sugestão de meu antecessor, Embaixador Ruy Nogueira, que resultou na decisão do Governo brasileiro, a pedido do Presidente-eleito Lula ao Presidente Cardoso, de fornecer um navio petroleiro carregado de

gasolina não apenas permitiu ao Governo Chávez enfrentar a crise de desabastecimento de gasolina durante a greve de 2002-2003, mas também representou uma vitória moral para o Presidente venezuelano. Esse terá sido o momento mais frágil dos dez anos de Chávez - o que dá ao gesto brasileiro importância crucial para sua permanência na Presidência. O Brasil também teve papel crucial, por meio do Grupo de Amigos da Venezuela, para canalizar por vias pacíficas tensões que voltaram a surgir no relacionamento entre o Governo e oposição entre 2003 e 2004.

6. A partir de 2003, com o fortalecimento progressivo de Chávez à frente do Estado venezuelano e o início do Governo Lula, as relações bilaterais iniciam uma segunda fase, que poderíamos qualificar como de "aproveitamento das potencialidades". O comércio bilateral e os investimentos alcançam níveis sem precedentes, passando a Venezuela a representar uma plataforma central para o processo de internacionalização das empresas brasileiras. Em particular, empresas brasileiras ganharam projeção nos setores de obras públicas, fornecimento de equipamentos industriais e agrícolas, petroquímica e bens de consumo (Odebrecht, Cotia Trading, Volvo do Brasil, Avibrás, Braskem, Brahma, Sadia, Natura, entre outras). Com nível de crescimento médio próximo a 10% ao ano a desde 2003, o comércio bilateral passou de US\$ 880 milhões para mais de US\$ 6 bilhões hoje, fortemente favorável ao Brasil. No contexto da mudança de eixo das relações econômicas, determinado por Chávez, o Brasil passou a substituir parceiros tradicionais da Venezuela, como os EUA e o México. Em 2005, em visita do Presidente Lula à Venezuela, foi anunciada a decisão de celebrar uma aliança estratégica entre os dois países. Tão logo foi eleito para um terceiro mandato, em 2006, o Presidente Chávez escolheu o Brasil como destino de sua primeira viagem.

6. O impulso positivo de 2005 foi contido em 2007, quando, no contexto das declarações do Presidente Chávez sobre o Congresso Nacional brasileiro, os dois presidentes ficaram sem encontrar-se ou falar por telefone durante sete meses. Em Manaus, em setembro de 2007, esse hiato foi superado. O Presidente Chávez e o Presidente Lula decidiram criar o mecanismo de encontros trimestrais. Rigorosamente segundo o cronograma, realizaram-se visitas do Presidente Lula à Venezuela (dezembro de 2007; junho de 2008, janeiro de 2009) e do Presidente Chávez ao Brasil (março de 2008 e setembro de 2008), com ampla participação de ministros de Estados e altas autoridades de ambos os países. O resultado desse exercício inovador de ação diplomática é altamente satisfatório: não apenas tem permitido estreitar o diálogo político entre os

Presidentes, mas também feito avançar uma agenda qualitativa de cooperação bilateral, com resultados palpáveis. O Brasil passou, em pouco tempo, a ser possivelmente o principal parceiro para os objetivos de desenvolvimento nacional da Venezuela - com atuação sem precedentes, inclusive por meio da abertura de escritórios de instituições como a Embrapa e a ADBI, no desenvolvimento agrícola, industrial, bancário e habitacional da Venezuela.

7. De um modo geral, os dez anos da gestão Chávez abriram condições sem precedentes históricos para a presença - política, comercial, econômica, industrial, agrícola, tecnológica, social e cultural - do Brasil na Venezuela, de forma mutuamente proveitosa. O desafio à frente é manter o momentum dessa aproximação bilateral. Para tanto, muito contribui a manutenção de encontros presidenciais regulares e a atenção prioritária para a implementação dos acordos bilaterais de desenvolvimento.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador.

IAHN

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/03/2009 13:21:45 N.º: 00288

De Brasemb Caracas para Exteriores em 26/03/2009 (JTB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DPG/DAM IV/DOC
DESCR=ECON-VENE
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 00226, TEL 00270, DET 00104
CATEG=MG

//

Venezuela. BNDES. Proposta de
Mecanismo de Investimentos
Recíprocos. Reunião
Preparatória. Resultados.

//

Nr. 00288

RESUMO=

Com vistas a subsidiar o tratamento do tema no COFIG, relato resultados da visita do BNDES ao país, sobre a concessão de linhas de crédito à exportação para investimentos brasileiros no país. Estão pendentes a viabilização do curso no CCR e a identificação de todos os projetos prioritários pela parte venezuelana, bem como a definição dos limites de endividamento para a Venezuela pelo Brasil.

REFTEL 137. Informo. Conforme previsto, o Embaixador Antônio Simões, acompanhado da Chefe do Setor Econômico, Secretária Clarissa Della Nina, participou da reunião do Superintendente de Comércio Exterior do BNDES, Dr. Luiz Antônio Dantas e da Chefe do Departamento da Área de Exportação, Dra. Luciene Ferreira Machado, com o Ministro de Economia e Finanças da Venezuela, Alí Rodríguez Araque, no dia 18 de março, na sede

daquele Ministério.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a reunião tinha por objetivo preparar a visita do Presidente do BNDES, Professor Luciano Coutinho, e identificar mecanismos para promover a ampliação do apoio do BNDES aos investimentos brasileiros na Venezuela. Nesse sentido, o Superintendente de Comércio Exterior esclareceu à parte venezuelana que não seria necessária criação de mecanismo bilateral específico, uma vez que o BNDES já conta com linha de crédito que permitiria o financiamento da parcela de exportações em bens e serviços brasileiros nos investimentos de empresas brasileiras no país.

3. Informou que, de modo a diminuir o risco e custos da operação, o BNDES opera sempre com lastro no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI (CCR), sendo, portanto, fundamental para a concessão do crédito o curso no CCR para projetos de infra-estrutura e outros sujeitos ao risco-país. Além disso, seria necessário definir, dentro do governo brasileiro, mais especificamente dentro do órgão competente na matéria, o COFIG, os limites de crédito a serem aprovados para os projetos na Venezuela. Comentou que a exposição do BNDES à Venezuela é muito reduzida. Existem apenas dois projetos ativos, relativos às linhas 3 e 4 do metrô de Caracas, no valor de aproximadamente, US\$ 200 milhões, e cujos desembolsos já foram concluídos. Citou o caso da Argentina, maior destino das exportações brasileiras na América Latina, cujo limite de endividamento atual seria de aproximadamente US\$ 2,3 bilhões. O Embaixador Simões lembrou, a respeito, que a Venezuela é o segundo principal destino das exportações brasileiras na região e que respondeu pelo maior superávit comercial do Brasil com um só país, que correspondeu, em 2008, a US\$ 4,6 bilhões, quase 20% do superávit total.

4. O Dr. Luis Antonio Dantas confirmou ao Ministro Rodriguez ser "prioridade do governo brasileiro apoiar os projetos na Venezuela". No entanto, dado o elevado montante dos projetos apresentados, preliminarmente, pelas empresas brasileiras ao BNDES (cerca de US\$10 bilhões em exportações), seria necessário que o governo venezuelano indicasse quais seriam as suas prioridades para apreciação pelo governo brasileiro.

5. O Ministro da Economia organizou, em seguida, encontro com a Diretora Geral da Oficina de Crédito Público, Ana Consuelo Barrios, e outros funcionários da área de modo a aprofundar o tema. O Superintendente do BNDES reproduziu sua explicação anterior, enfatizando dois aspectos: a) necessidade de se

contar com o lastro no CCR, salvo para projetos relacionados ao setor produtivo, cuja garantia seria a produção futura (caso das unidades da BRASKEM em joint venture com a Pequiven no Complexo Petroquímico de Jose - vide tel 275); b) necessidade de o governo venezuelano definir os projetos prioritários que poderiam ser contemplados com financiamento do BNDES.

6. Com relação ao primeiro ponto, a DG da Oficina de Crédito Público comentou que o principal problema seria definir o agente financeiro interno para garantir a operação junto ao CCR, uma vez que a instituição venezuelana credenciada, o BANDES, já teria alcançado seu limite de endividamento autorizado (de 3 vezes o capital subscrito). Após consultar brevemente o Ministro Alí Rodriguez, a DG tornou-se muito mais assertiva com relação ao interesse em viabilizar os projetos. Afirmou que a Venezuela tentará, de qualquer modo, obter o lastro no CCR. Apontou algumas alternativas possíveis que deverão ser estudadas internamente: a) ampliação do capital do BANDES; b) criação de um fideicomisso nos moldes do Fideicomisso do Banco de la Nación da Argentina; c) formação de um pool de bancos nacionais; ou d) uso dos recursos do Fondo de Desarrollo Nacional (FONDEN).

7. No que respeita à definição de projetos prioritários, a DG apontou que todos os investimentos venezuelanos têm que ser aprovados pela lei de endividamento público anual, aprovada sempre em outubro no ano anterior. Informou, inicialmente, que da lei aprovada em 2008 constariam apenas dois projetos na área de infra-estrutura com participação de empresas brasileiras, as linhas 5 e 2 do metrô de Caracas, que implicariam exportações no valor US\$ 220 milhões e US\$ 527 milhões, respectivamente.

8. O Embaixador Simões comentou que, em reunião no dia anterior com o Ministro da Infra-Estrutura venezuelano, havia recebido sinalização positiva sobre a possibilidade de ser aprovada modificação à lei de endividamento e inclusão de outros projetos prioritários com participação brasileira. Mais uma vez após a consulta com o MEF, a DG confirmou que o governo venezuelano estaria muito comprometido em aproveitar a oportunidade de contar com financiamento do BNDES e que seria feita modificação da lei de endividamento para a inclusão de novos projetos, cuja aprovação poderia levar entre "uma semana e um mês". Observo que, conforme informei no telegrama 270, as medidas de ajuste anunciadas pelo Presidente Chávez no último dia 22 de março, contemplam o incremento no endividamento público - que passará dos Bs.F 12 bilhões atuais (US\$ 5.58 bilhões) para Bs.F. 34 bilhões (US\$

15,81 bilhões) de modo a possibilitar o aumento dos investimentos no país e a atenuar os efeitos da crise econômica internacional.

9. Adicionalmente, comento que foi entregue, durante a reunião, carta da DG da Oficina de Crédito Público apresentando os dois projetos da expansão do metrô de Caracas como os primeiros projetos prioritários para o governo venezuelano, conforme solicitado pelo Dr. Luiz Dantas.

10. Dada a existência ainda de alguns temas pendentes para a concessão de linha de crédito aos investimentos brasileiros na Venezuela - a viabilização do curso no CCR e a identificação dos demais projetos prioritários pela parte venezuelana, bem como a definição dos limites de endividamento para a Venezuela pelo Brasil - foi combinado que as partes tentariam agilizar, na medida do possível, a obtenção das definições necessárias tendo em conta a visita do Presidente do BNDES em abril próximo e, especialmente, a visita do Presidente Hugo Chávez ao Brasil em 26 de maio.

11. O Superintendente de Comércio Exterior do BNDES comprometeu-se a levar os resultados da visita à reunião do COFIG do próximo dia 28 de março, que deverá iniciar a análise do limite de crédito a ser concedido às operações na Venezuela. Observo que os dois projetos apresentados importam já em um financiamento às exportações brasileiras de US\$ 747 milhões. Para citar apenas alguns números, recordo que a Odebrecht constrói os 80 km de extensão do metrô de Caracas, quase o dobro do metrô de São Paulo. A carteira da Odebrecht chega a US\$ 10 bilhões, sendo que a operação da empresa baiana na Venezuela já supera a no Brasil. A Andrade Gutierrez tem carteira de US\$ 4 bilhões e a Camargo Correa de US\$ 1 bilhão.

12. Creio que a crescente relevância dos investimentos brasileiros na Venezuela justifica a concessão de um limite de crédito no mais alto patamar possível, tendo em conta, inclusive o alto grau de mobilização do governo venezuelano para atender aos requisitos exigidos pelo BNDES para mitigação do risco e ampliar o número de projetos prioritários. No contexto atual de restrições ao crédito internacional, diminuição do demanda externa e elevação das taxas de desemprego, a adoção de políticas de estímulo aos investimentos produtivos e de infra-estrutura no âmbito regional, com as esperadas externalidades positivas para o Brasil e países parceiros, configura-se especialmente importante.

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 27/03/2009 13:21:45 N.º: 00288

CARAT=Reservado

13. Serão informados, em telegrama à parte, os resultados do encontro do Superintendente do BNDES com o Presidente da Pequiven e executivos de empresas brasileiras.

RAFAEL VIDAL, Encarregado de Negócios, a.i.

CDN

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 18/09/2009 21:00:33 N.º: 00980

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 18/09/2009 (CCM)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DAM IV/DIR I/DOC/ABC/DCE/DCT/DMC

DESCR=PEXT-BRAS-VENE

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Brasil-Venezuela. Encontro dos
Presidentes. 27/09/09.

Margarita.

Projeto de Comunicado

Conjunto.

//

Nr. 00980

Submeto à apreciação de Vossa Excelência projeto de Comunicado Conjunto a ser assinado entre os Presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, ao término do próximo encontro bilateral, previsto para o dia 27 de setembro, em Islã Margarita, a ser submetido às autoridades venezuelanas:

"Em 27 de setembro de 2009, os Presidentes Hugo Chávez Frías e Luiz Inácio Lula da Silva mantiveram encontro de trabalho, em Isla Margarita, Venezuela, no marco do mecanismo de reuniões presidenciais regulares, inaugurado em 2007, com vistas a repassar a agenda de cooperação bilateral, aprovar atos de execução da cooperação em diferentes campos e examinar a implementação do plano de ação bilateral definido em Maracaibo, em janeiro de 2009.

Abertura de Escritório do IPEA

2.Os Presidentes anunciaram, inicialmente, a intenção de

abrir escritório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em Caracas, o primeiro daquele Instituto no exterior, que buscará viabilizar intercâmbio de informações e experiências adquiridas no Brasil na área de pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento, com ênfase no seu aproveitamento para as políticas públicas nacionais.

3. Recordaram que a abertura de escritório do IPEA se insere no conjunto de medidas de cooperação que se implementam de forma concreta entre o Brasil e a Venezuela e que levaram à abertura também de escritório da ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial), da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da CEF (Caixa Econômica Federal).

Cooperação na Área Habitacional e Inclusão Bancária

4. Tomamos conhecimento com satisfação da conclusão da primeira etapa da cooperação em matéria habitacional sendo empreendida pela Caixa e pelo Ministério das Obras Públicas e Moradia venezuelano. Estamos particularmente satisfeitos com a assinatura do Projeto "Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas em Caracs. A elaboração do Plano de Transformação Integral da favela de San Augustín do Sul é um exemplo de como a experiência histórica e as práticas urbanísticas brasileiras e venezuelanas podem ser integradas para transformar a qualidade de vida dos habitantes de menor renda e eliminar a segregação espacial que separa as favelas dos demais bairros das grandes cidades sul-americanas.

5. A universalização de serviços bancários é um instrumento fundamental de fortalecimento da inclusão social. Tomamos nota dos avanços logrados entre a Caixa e o Ministério de Economia e Finanças com relação ao estabelecimento de pontos de atendimento não-tradicionais em bairros pobres venezuelanos, mediante a assinatura de convênio entre a Caixa e o Banfoandes para a criação de projeto piloto de co-responsáveis na Venezuela. Consideramos importante, ademais, que prossigam os entendimentos entre a Caixa e o Banco da Venezuela, pois consideramos que a plataforma tecnológica desenvolvida pela Caixa pode ser um instrumento útil para o fortalecimento do Banco da Venezuela como banco público.

Integração fronteiriça

6. Os Presidentes sublinharam seu compromisso em seguir trabalhando para harmonizar as práticas e regulamentos na zona fronteiriça que envolvem os controles aduaneiros, sanitários e policiais fronteiriços, em benefício da integração e das populações locais.

7. Saudaram a realização da II Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira

Brasil-Venezuela do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço -GTDF realizada em Boa Vista, Roraima, de 09 a 11 de setembro, quando foi elaborado Plano de Trabalho bilateral

para o período 2009/2012. Entre as ações previstas, ressaltam-se as que objetivarão erradicar a incidência da oncocercose (infecção causadora de cegueira) na fronteira, controlar surtos de malária e aumentar a aplicação de vacinas na região de fronteira brasileiro-venezuelana.

8. Ressaltaram, igualmente, o esforço que se empreenderá no sentido do fortalecimento da atenção à saúde, particularmente na área de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén (Venezuela), bem como da melhora nos fluxos de vigilância epidemiológica na região de fronteira.

9. Congratularam-se pela assinatura dos Acordos para o Estabelecimento de Depósito Franco de Mercadorias, para Permissão de Estudo, Trabalho e Residência em Pacaraima e Santa Elena do Uairén, e para o Estabelecimento de Regime Especial de Comércio e Transporte entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén, os quais representam avanços concretos para a região de fronteira nas áreas de educação, trabalho, transportes, circulação de pessoas e mercadorias.

10. Sublinharam que os trabalhos do GT de Desenvolvimento Fronteiriço envolvem também novos projetos em infraestrutura econômica e física, para melhorar as condições de vida das cidades de Pacaraima e Santa Elena do Uairén.

11. Solicitaram ao Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço seguir seus labores nas áreas de saúde, educação, transporte e comércio.

Interconexão por Fibra Ótica

12. Os Presidentes anunciaram com muita satisfação a conclusão dos trabalhos técnicos para o estabelecimento de uma interconexão de fibra ótica na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. A parceria estabelecida entre as empresas Cantv, da Venezuela, e a "Oi", do Brasil, demonstra o interesse do setor privado brasileiro em cooperar com as instituições públicas venezuelanas no fortalecimento da integração regional e na melhoria da qualidade de vida na região da fronteira bilateral.

13. Registraram as primeiras transferências de dados na conexão entre Santa Elena de Uairén e Boa Vista na primeira semana de setembro e felicitaram os Governadores de Bolívar, na Venezuela, e de Roraima, no Brasil, por essa importante iniciativa que trará, com a tecnologia binacional, comunicação em banda larga mais veloz para as cidades do sul da Venezuela e do Norte do Brasil.

14. Anunciaram os planos binacionais para estender o sistema de fibra ótica CANTV-OI até a cidade de Manaus em 2010.]
Cooperação Industrial

15. Os Mandatários tomaram conhecimento, com satisfação, da

negociação de um Memorando de Entendimento entre a ABDI e o Ministério do Poder Popular (a definir contraparte venezuelana) para a renovação da frota venezuelana de veículos.

16. Igualmente, consideraram importante a contratação da fundação CERTI para a elaboração de sete projetos detalhados para a construção das fábricas de processamento de alimentos, equipamento de refrigeração industrial, latas e tampas metálicas, embalagens de vidro, tubos e conexões de PVC, fundição e válvulas e placas eletrônicas. Com esse passo, encerra-se a segunda fase da cooperação da ABDI com o MPP para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias.

17. Saudaram os avanços logrados em matéria de cooperação para o desenvolvimento de políticas industriais. Com o apoio de diversas instituições governamentais brasileiras, a ABDI está reunindo dados que possam auxiliar a Venezuela no desenho de políticas de industrialização, que contribuirão para a diversificação do parque produtivo local.

Cooperação agrícola e alimentar

18. Saudamos o resultado da parceria entre a Embrapa, a Odebrecht e o Inder. A transferência de tecnologia da Embrapa dará sustentabilidade ao projeto nas vertentes de desenvolvimento e inovação tecnológica. A capacitação técnica dos técnicos venezuelanos é componente prioritário nessa parceria. A cooperação já resultou no plantio de dois mil hectares de soja, que chegarão a sete mil hectares até o final de 2009. Esperamos que o aprofundamento da cooperação agrícola permita à Venezuela melhorar sua capacidade de produção de leite e carne de soja e fortalecer seu parque produtivo agro-industrial.

19. [Adicionar parágrafo sobre assinatura de ato referente à cooperação inspirada no Programa Mais Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Informações complementares estão sendo solicitadas ao MDA]

Integração Energética

20. Os Presidentes sublinharam seu compromisso em seguir trabalhando para harmonizar as práticas e regulamentos na zona fronteiriça que envolvem os controles aduaneiros, sanitários e policiais fronteiriços, em benefício da integração e das populações locais.

21. Saudaram a realização da II Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira Brasil-Venezuela do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço - GTDF realizada em Boa Vista, Roraima, de 09 a 11 de setembro, quando foi elaborado Plano de Trabalho bilateral para o período 2009/2012. Entre as ações previstas, ressaltam-se as que objetivarão erradicar a incidência da oncocercose (infecção causadora de cegueira) na fronteira, controlar surtos de malária e aumentar a aplicação de

vacinas na região de fronteira brasileiro-venezuelana.

22. Ressaltaram, igualmente, o esforço que se empreenderá no sentido do fortalecimento da atenção à saúde, particularmente na área de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén (Venezuela), bem como da melhora nos fluxos de vigilância epidemiológica na região de fronteira.

23. Congratularam-se pela assinatura dos Acordos para o Estabelecimento de Depósito Franco de Mercadorias, para Permissão de Estudo, Trabalho e Residência em Pacaraima e Santa Elena do Uairén, e para o Estabelecimento de Regime Especial de Comércio e Transporte entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén, os quais representam avanços concretos para a região de fronteira nas áreas de educação, trabalho, transportes, circulação de pessoas e mercadorias.

Cooperação em saúde pública

24. Felicitaram-se pela conclusão das negociações do Termo de Cooperação entre o Instituto do Coração de São Paulo (INCOR) e o Hospital Cardiológico Infantil Latino-Americano.

Cooperação em matéria de Esportes

25. Celebraram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, que procurará fomentar iniciativas bilaterais de promoção do esporte como instrumento de integração social.

Cooperação em matéria de vigilância da Amazônia

26. Os Presidentes acordaram iniciar entendimentos para a cooperação a ser prestada pelo Brasil no que diz respeito à implementação do programa SIVAM de vigilância e monitoramento da Amazônia. Nesse sentido, decidiram instruir seus órgãos competentes a realizar um primeiro encontro na Venezuela ainda no segundo semestre de 2009.

Missão Empresarial

27. Os Presidentes viram com satisfação os resultados da visita do Ministro Miguel Jorge a Caracas acompanhado de missão empresarial brasileira, sobretudo as iniciativas comerciais e de cooperação que ocorrerão em seguimento ao referido encontro com o objetivo de aumentar o fluxo comercial entre Brasil e Venezuela nos dois sentidos.

TV Digital

28. Os Presidentes saudaram a possível adoção do sistema de TV digital nipo-brasileiro para a Venezuela. Foram ressaltadas as vantagens, em especial, no que concerne ao acesso das populações de baixa renda a serviços de telecomunicações, inclusive em telefonia celular, eficientes e de baixo custo.

29. Os Presidentes lembraram a importância de se criar um "Eixo de Integração em Telecomunicações" na América do Sul, em que o mesmo sistema usado por todos os países possa reduzir o ônus e o transtorno da incompatibilidade de sistemas operacionais.

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 18/09/2009 21:00:33 N.º: 00980

CARAT=Reservado

30. Os Presidentes concordaram em realizar o próximo encontro bilateral no Brasil, em XX, de 2009".

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador.

RMV

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/04/2009 21:03:23 N.º: 00335

De Brasemb Caracas para Exteriores em 06/04/2009 (CCM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DAM IV/DMC/DIR I/CGFIN
DESCR=AMSU
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 71608
CATEG=MG

//
América do Sul. Crise
econômica internacional.
Análise e sugestões.
//

Nr. 00335

Cumpro instruções. Os primeiros efeitos da crise econômica mundial se fizeram sentir na Venezuela em fins de 2008, com uma desaceleração do PIB, que registrou um crescimento de 4,8%, bem abaixo do índice de 2007 (8.4%). A principal vulnerabilidade da economia venezuelana está na grande dependência com relação ao petróleo, principal fonte de renda do país, que responde por 95% das divisas de exportações e cerca da metade dos ingressos do Estado. Com a queda da demanda mundial e dos preços do petróleo, foi necessário rever a previsão das receitas do governo venezuelano para 2009 e o orçamento anual.

2. É importante diferenciar as expectativas de curto e longo prazo com relação aos impactos da crise financeira mundial sobre a economia venezuelana. Em um cenário de curto prazo, a situação da Venezuela é relativamente confortável, uma vez

que o país conta com reservas suficientes para enfrentar uma queda moderada ou provisória do preço do petróleo durante este ano. Além disso, as primeiras medidas de ajuste adotadas tem caráter contra-cíclico, cortando apenas despesas de manutenção da máquina pública e elevando a alíquota do imposto sobre valor agregado e o patamar de endividamento interno de modo a ampliar os investimentos e manter intactos os programas de transferência de renda. Em resumo, as medidas seguem com o modelo de promoção do crescimento pelo Estado, buscando manter os avanços sociais e estimular o aquecimento econômico.

3. Caso o cenário de depressão do preço do petróleo se prolongue além deste ano, no entanto, a crise poderá obrigar a adoção de medidas de ajuste mais drásticas para corrigir a pressão sobre o balanço de pagamentos. Entre essas medidas, seria provável haver uma desvalorização do bolívar, com prováveis efeitos inflacionários e impacto mais amplo sobre a economia. Dificilmente seria possível seguir com as políticas públicas de transferência de renda e investimentos fora do país. Nesse cenário, as medidas de ajuste tomadas este ano, como o aumento do endividamento interno, justificáveis como instrumentos provisórios de estímulo econômico, poderiam representar um custo demasiado elevado no futuro.

4. Qualquer que seja o cenário, no entanto, é possível concluir que a situação econômica excepcional da Venezuela propiciada pelo aumento do preço do petróleo entre meados de 2007 e de 2008, com grande liquidez e excedente de divisas para a implementação de políticas de transferência de renda e investimentos externos, dificilmente se repetirá no curto e médio prazo. Neste contexto, a aliança com o Brasil poderá adquirir uma dimensão ainda mais relevante para a Venezuela.

5. Apresento a seguir sugestões em âmbito bilateral e regional de seguimento e ampliação de iniciativas com relação a Venezuela, de modo a propiciar o aprofundamento da integração dos países da América do Sul.

6. O grande desafio, no entanto, dentro do quadro de incerteza que caracteriza a economia mundial no momento, seria contrabalançar os custos e benefícios dessas diversas iniciativas. Nesse sentido, a maioria das sugestões apresentadas exigiriam um monitoramento constante da evolução econômica tanto no Brasil quanto na Venezuela, de modo a atenuar os riscos e maximizar seus benefícios.

ÂMBITO BILATERAL

a)Relações comerciais, investimentos e cooperação. A Venezuela responde atualmente pelo maior superávit brasileiro com um só país (US\$ 4,6 bilhões, correspondendo a quase 20% do superávit total). Entre 2002 e 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela aumentaram 544%, fechando 2008 em US\$5,1 bilhões. Tal crescimento foi o 4o maior em termos relativos e o 6o maior em termos absolutos.

O crescimento das importações venezuelanas foi impulsionado pela grande liquidez proporcionada pela renda do petróleo que pressionou o aumento da demanda agregada interna, em especial pela via do consumo.

No cenário atual, de menor liquidez e restrição prudencial do crédito, espera-se uma redução da demanda venezuelana. No entanto, seria muito difícil para a Venezuela diminuir drasticamente as importações tanto de bens finais para atender ao mercado interno, quanto de bens de capital e insumos, para o fomento da produção nacional. A Venezuela importa atualmente 75% de tudo o que consome.

O incremento dos fluxos de comércio e serviços em âmbito regional deve continuar sendo uma das linhas mestras da atuação brasileira, agora também como uma das medidas para atenuar os efeitos da crise e a queda da demanda dos países desenvolvidos, buscando garantir ao menos a manutenção dos níveis atuais de renda e emprego.

Um dos objetivos do Posto tem sido procurar identificar oportunidades para ampliar a corrente de comércio e promover um maior equilíbrio da balança comercial. Tal linha de ação justifica-se pelo interesse brasileiro em consolidar uma situação privilegiada no mercado venezuelano e promover maior segurança das operações de financiamento às exportações no âmbito do CCR.

Nesse sentido, estão em curso uma série de iniciativas de cooperação, investimento e promoção comercial que visam a ampliar tanto as exportações quanto importações entre o Brasil e a Venezuela.

No caso da cooperação, os principais projetos, nas áreas habitacional e bancária, de cooperação agrícola e de cooperação industrial buscam promover iniciativas importantes para o desenvolvimento econômico e com potencial de negócios entre os dois países. Seria importante levar a frente tais projetos que dependem de

investimentos brasileiros e venezuelanos.

No caso de investimentos, houve grande incremento da presença de empresas brasileiras na Venezuela nos últimos anos. A maior parte dos investimentos está vinculada a obras de infra-estrutura. Buscar seguir com obras de infra-estrutura em âmbito nacional e regional deve ser uma das prioridades para os países da região no atual contexto de crise, uma vez que tais projetos não só estimulam a economia, como também tem efeitos consideráveis sobre o crescimento futuro.

Encontram-se em diferentes fases de implementação diversos projetos, tais como as obras de extensão do metrô de Caracas pela Odebrecht, e construção de duas usinas petroquímicas a serem operadas em joint venture pela Braskem e a Pequiven. A Andrade Gutierrez construirá siderúrgica e participará da construção do estaleiro Nororiental. Diversas outras empresas têm projetos de investimentos no país.

Em um contexto de crise financeira mundial, mercado sobretudo pela escassez de créditos em dólar, a utilização de moeda local nas trocas comerciais poderia se converter em elemento essencial para a manutenção e ampliação dos fluxos de comércio bilateral.

ÂMBITO REGIONAL

a) Mercosul. A aprovação da adesão da Venezuela ao Mercosul é a principal iniciativa no âmbito regional para a ampliação da integração no atual contexto de crise. O aprofundamento de esquemas regionais de integração reveste-se de especial importância, não apenas como sinalização positiva de compromisso com a liberalização comercial, mas também por configurar ferramenta importante para o combate a pobreza.

Em um cenário de restrições de financiamento externo e queda de demanda, a mobilização dos fatores produtivos em projetos comuns e os ganhos de escala proporcionados pela integração tornam-se ainda mais importantes para atenuar os impactos da negativos da crise e buscar promover o crescimento econômico de maneira endógena.

No caso específico, com a entrada da Venezuela, 3o maior PIB da região e 4o país mais populoso, o bloco ganharia maior peso político e econômico. A adesão deverá

consolidar as correntes de investimento e comércio com os demais Estados Partes, em especial o Brasil, mesmo em um cenário de alternância de poder.

Do ponto de vista dos interesses brasileiros, a Venezuela contribuiria para ampliar o dinamismo econômico em áreas mais pobres, reforçando a participação dos estados das regiões norte e nordeste no Mercosul. Além disso, recursos venezuelanos poderiam reforçar o FOCEM e projetos de cooperação no bloco.

b) Bancos Regionais. Um dos desafios apresentados pela atual crise econômico-financeira é o futuro financiamento a países em desenvolvimento. É provável que, além de ter que competir com os países desenvolvidos pelo crédito existente, os países em desenvolvimento necessitem de créditos adicionais para contrabalançar os efeitos das políticas de subsídio, resgate financeiro e de estímulo econômico adotadas nas principais economias mundiais.

Nesse sentido, é importante mobilizar esforços para atenuar tal cenário, como tem sido feito no âmbito do G-20 e outros foros internacionais, e, ao mesmo tempo, buscar fortalecer mecanismos de financiamento com menores condicionalidades no âmbito regional, como o Banco do Sul.

O estabelecimento de um banco regional com função análoga ao FMI e ao Banco Mundial, proposto pelo governo venezuelano, reveste-se de grande importância no contexto atual. Em termos de ação concreta, seria oportuno procurar avançar com a aprovação do Convenio Constitutivo e iniciar as operações do banco o mais rápido possível.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

CDN

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 18/09/2009 21:00:29 N.º: 00981

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 18/09/2009 (CCM)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DAM IV/DIR I/DOC/ABC/DCE/DCT/DMC

DESCR=PEXT-BRAS-VENE

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Brasil-Venezuela. Encontro dos

Presidentes. 27 de Setembro.

Pontos de conversação.

//

Nr. 00981

Apresento a Vossa Excelência a seguinte sugestão de pontos de conversação para a agenda do próximo Encontro Presidencial Lula-Chávez, a realizar-se em Isla Margarita no dia 27 de janeiro:

Abertura do Escritório do IPEA em Caracas

- Considero que a abertura de um escritório do IPEA em Caracas é uma contribuição importante para estimular visão comum dos nossos países sobre a integração e o desenvolvimento sócio-econômico na América do Sul.

Subsídios

Em reuniões realizadas entre o Presidente do IPEA e o Ministro de Economia e Finanças e o Ministro de Planejamento e Desenvolvimento venezuelanos, ficou acordado que o IPEA

deverá abrir um escritório de representação em Caracas ainda este ano. Ademais, o IPEA assinará um Memorando de Entendimento com o Ministério do Planejamento e Desenvolvimento durante o encontro presidencial de agosto corrente. A presença do IPEA na Venezuela tem como objetivo iniciar a estratégia de internacionalização do instituto brasileiro, que poderia tornar-se uma referência sul-americana na área de estudos sobre desenvolvimento e integração. O interesse do IPEA em aumentar sua presença internacional não se restringe à Venezuela: o órgão criou recentemente uma Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento e tem firmado acordos com o Paraguai, Moçambique e Angola para realizar seminários e troca de experiências sobre planejamento a longo prazo e desenvolvimento sócio-econômico. O escritório em Caracas, contudo, seria o primeiro do IPEA fora do Brasil e, dada a posição geográfica da Venezuela e o perfil da representação diplomática em Caracas, facilitaria sua inserção nos meios públicos e acadêmicos do Caribe e da América Latina.

Adesão da Venezuela ao Mercosul

- Os debates públicos encerrados no Senado Federal em julho fazem parte do processo normal de ratificação da adesão da Venezuela ao Mercosul. O assunto agora aguarda parecer do relator.
- Meu governo atuou com grande entusiasmo para informar adequadamente os senadores brasileiros sobre as vantagens da adesão da Venezuela, tanto políticas quanto econômicas, para ambos países e para o Mercosul.
- O Ministro Amorim esteve pessoalmente à frente desse processo, bem como nosso Embaixador em Caracas.
- Tenho a percepção de que os debates foram produtivos e que o Senado deverá aprovar a adesão. O tema não deixa de se inserir na agenda entre Governo e Oposição, mas tenho informações que indicam que, apesar de não ser unânime, a adesão tampouco deverá ser bloqueada pelo Senado.

Subsídios

A percepção dos representantes do Governo e parlamentares da base governista no Senado indica que os debates nas audiências públicas, embora vezes acalorados, não deverão impedir a aprovação da adesão da Venezuela. A oposição aproveitou os debates públicos para apresentar sua visão em

relação ao Governo Chávez, no âmbito das diferenças normais entre Governo e oposição, e talvez já no cenário pré-eleitoral, mas não teria no tema da adesão uma causa inegociável.

CADIVI

- Seria importante, no âmbito do MERCOSUL, contar com uma sinalização favorável ao Brasil em relação ao tema da CADIVI. Isto tem criado muita insegurança na relação comercial. Queremos abastecer tudo o que a Venezuela precisa, e os exportadores têm feito isto muitas vezes esperando meses para receber os pagamentos.

- Entendo que os problemas da CADIVI estiveram vinculados aos preços do petróleo, mas a situação promete melhorar no mercado internacional.

- Talvez uma idéia seria criar um canal rápido para o Brasil e demais países do MERCOSUL na CADIVI

Subsídios

Em relação ao tema CADIVI, existe um passivo de pagamentos em atraso a provedores brasileiros, que se aplica de maneira geral a todos as operações comerciais venezuelanas, não apenas com o Brasil. Os importadores venezuelanos não têm tido acesso rápido à compra de dólares ao câmbio oficial, o que inflaciona o mercado paralelo de divisas. Autorizações de compras de divisas no câmbio oficial podem tardar mais de 3 meses para depósito. Até mesmo em importações de alimentos existem problemas relatados à Embaixada, que atua caso a caso fazendo gestões junto à presidência da CADIVI. O ideal seria normalizar essas operações ao menos para países do MERCOSUL.

Cooperação Habitacional

- Fiquei satisfeito com a conclusão da primeira etapa da cooperação em matéria habitacional sendo empreendida pela Caixa e pelo Ministério das Obras Públicas e Moradia venezuelano. A elaboração do Plano de Transformação Integral da favela de San Agustín do Sul é um exemplo de como a experiência histórica e as práticas urbanísticas brasileiras e venezuelanas podem ser integradas para transformar a qualidade de vida dos habitantes de menor renda e eliminar a segregação espacial que separa as favelas dos demais bairros

das grandes cidades sul-americanas.

Subsídios

Após um mês de trabalhos, os técnicos da Caixa e do governo venezuelano produziram dois documentos: a) um diagnóstico físico, urbanístico e social da favela de San Augustín do Sul e b) propostas urbanísticas e sócio-econômicos para San Augustín do Sul. Os dois documentos integram o Plano de Desenvolvimento Sustentável de San Augustín, que norteará as obras físicas de reurbanização que serão implementadas na favela.

O próximo passo na cooperação habitacional será submeter as propostas elaboradas pela Caixa e pelos técnicos venezuelanos à aprovação do Ministro de Obras Públicas e Moradia, Diosdado Cabello, e da população local, por meio do Conselho Comunal de San Augustín. Uma vez aprovadas as propostas, seria possível contratar empreiteiras para realizar as obras físicas necessárias.

Universalização dos Serviços Bancários (CAIXA-MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS)

- A universalização de serviços bancários é um instrumento fundamental de fortalecimento da inclusão social.

- Precisamos acelerar os entendimentos entre a Caixa e o Ministério de Economia e Finanças com relação ao estabelecimento de pontos de atendimento não-tradicionais em bairros pobres venezuelanos

- Espero que seja logo assinado convênio entre a Caixa e o Banfoandes para a criação de uma rede de co-responsáveis na Venezuela.

Subsídios

Os bancos públicos venezuelanos carecem de experiência com pontos de atendimento não-tradicionais, nos moldes do sistema de "co-responsáveis" da Caixa, no qual loterias ou pequenos negócios recebem autorização para tornarem-se pontos de pagamentos de contas de serviços públicos (água, luz, telefone) ou de recebimento de benefícios sociais. Entre os bancos públicos venezuelanos, o que mais se assemelha à Caixa em termos de objetivos e estrutura é o Banfoandes, que dispõe de 255 agências atualmente. Durante o encontro presidencial, a Caixa deve assinar um convênio com o Banfoandes para transferência de tecnologia e treinamento de pessoal,

viabilizando a abertura de um ponto experimental de atendimento não-tradicional em San Augustín.

Integração fronteiriça

- Reitero meu compromisso em seguir trabalhando para harmonizar as práticas e regulamentos na zona fronteiriça que envolvem os controles aduaneiros, sanitários e policiais fronteiriços, em benefício da integração e das populações locais.
- Os 3 Acordos assinados hoje podem ser anunciados como passo importante nessa direção.
- Estou muito satisfeito com a criação do Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira binacional -, o qual engloba Comissões de Assistência à Saúde, de HIV/AIDS, de Saúde Ambiental, de Vigilância Sanitária e de Saúde Indígena -, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Venezuela, em um esforço conjunto para promover a melhoria das condições de saúde na região fronteiriça.
- Também me alegra a elaboração do Plano de Trabalho de saúde para a região fronteiriça, que ampliará as ações de atenção à saúde das populações da região.

Subsídios

Os trabalhos do GT de Desenvolvimento Fronteiriço envolvem novos projetos em infra-estrutura econômica e física, para melhorar as condições de vida das cidades de Pacaraima e Santa Elena do Uairen, além de iniciativas para eliminar barreiras à livre circulação de pessoas e mercadorias na fronteira binacional.

Encontram-se pendentes do lado venezuelano as assinaturas dos Acordos para o estabelecimento de Depósito Franco de Mercadorias, para Permissão de Estudo, Trabalho e Residência em Pacaraima e Santa Elena do Uairén (comunidades fronteiriças vinculadas), e para o Estabelecimento de Regime Especial de Comércio e Transporte entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén.

O Subgrupo de Saúde na Fronteira já realizou duas reuniões. A última aconteceu em Boa Vista, no período de 8 a 11 de setembro de 2009, quando foi elaborado o Plano de Trabalho para o período 2009 - 2012. Entre as ações previstas, caberia realçar as que objetivarão erradicar a incidência da oncocercose (infecção causadora de cegueira) na fronteira, controlar surtos de malária e aumentar a aplicação de vacinas na região de fronteira brasileiro-venezuelana. Valeria destacar, igualmente, o

esforço que se empreenderá no sentido do fortalecimento da atenção à saúde, particularmente na área de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén (Venezuela), bem como da melhora nos fluxos de vigilância epidemiológica na região de fronteira.

Cooperação Industrial

- Vejo com satisfação a negociação de um Memorando de Entendimento entre a ABDI e o governo venezuelano para a renovação da frota venezuelana de veículos, com ênfase nos veículos a gás. Temos experiência vasta nesse ramo para compartilhar com a Venezuela.
- Considero importante a contratação da fundação CERTI para a elaboração de sete projetos detalhados para a construção das fábricas no marco do programa "200 fábricas socialistas".
- Temos dado largos passos em pouco tempo na cooperação para o desenvolvimento de políticas industriais. Queremos contribuir para a diversificação do parque produtivo local.

Subsídios

As 7 fábricas em desenvolvimento com a ABDI e a Fundação CERTI envolvem processamento de alimentos, equipamento de refrigeração industrial, latas e tampas metálicas, embalagens de vidro, tubos e conexões de PVC, fundição e válvulas e placas eletrônicas.

Com a participação da Fundação CERTI, encerra-se a segunda fase da cooperação da ABDI com o MPP para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias.

Em relação à venda de carros a gás, a proposta foi apresentada pelo Presidente Chávez durante o encontro empresarial de agosto passado, encabeçado pelo Ministro Miguel Jorge. A proposta tem por objetivo transferir tecnologias limpas, além de renovar a antiga frota de veículos da Venezuela.

Acordo de Associação Petrobrás-PDVSA para a Refinaria Abreu e Lima (investimentos, distribuição dos produtos e preço do petróleo)

- Soube com muita alegria que os pontos que houve acordo de associação da Petrobrás com a PDVSA para a construção da Refinaria Abreu e Lima foram resolvidos na visita do

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/09/2009 21:00:29 N.º: 00981

Presidente Gabrielli a Caracas.

- Poderemos anunciar nesta visita o acordo alcançado, que é resultado de nossa determinação de aprimorar a aliança energética entre ambos países.

- Estamos dando um grande passo para reduzir a dependência energética da América do Sul. Essa é a verdadeira integração.

- Entendo que as conversas em Caracas também conduziram a novas formas de associação (joint-ventures) entre ambas empresas no futuro, que permitirão atuação conjunta de forma mais equilibrada em iniciativas na Venezuela e no Brasil.

- Também delinearam novos projetos, como fornecimento de aço produzido pela siderúrgica da Andrade Gutierrez na Venezuela para a construção de novos navios da Petrobrás. Isso vai requerer ampliação da siderúrgica, o que é bom para a Venezuela também.

Subsídios

Visita do Presidente Gabrielli a Caracas em 27 de julho eliminou pendências que impediam a assinatura do acordo de associação Petrobras-PDVSA para a Refinaria Abreu e Lima.

As pendências eram relativas a definição dos preços do petróleo venezuelano fornecidos à refinaria, do volume de produção anual (ficado em 230 mil barris/dia, e da distribuição pela PDVSA dos combustíveis da refinaria no Brasil, o que será definido pela ANP do Brasil.

A ampliação das parcerias Petrobras-PDVSA poderá permitir que a empresa brasileira comece a atuar também na operação de empresas mistas, algo que até hoje não foi possível na Venezuela.

Comércio. Quota de automóveis.

- Soube do seu interesse em obter novas fontes de importação de veículos com motores a gás. O Brasil está pronto a fornecer 25 mil carros à Venezuela.

- Quero que essa abertura para o Brasil ocorra com projetos binacionais de desenvolvimento da indústria automobilística. Não quero apenas vender carros. Quero que possamos trazer tecnologias e uma política industrial que permita montar fábricas na Venezuela.

Subsídios

A atual produção interna de carros na Venezuela não atende à demanda do país. Com efeito, em 2009, a venda de veículos novos caiu em 47,5% no primeiro semestre em comparação com o mesmo período de 2008. Isso tem criado especulações e distorções no preço dos automóveis novos e usados.

Além disso, com o intuito de fortalecer a indústria nacional, e no contexto da crise financeira internacional, desde de 2008 não são concedidas novas licenças de importação para veículos. Nesse contexto, as exportações de automóveis do Brasil para Venezuela caíram mais de 75% em 2009, comparado com 2008.

Atualmente, a concessão de licenças de importação de automóveis tem sido decidida pessoalmente pelo Presidente Chávez. Em 2009, foram prometidas licenças de importação de 10.000 veículos para o Equador e 10.000 para a Argentina, está anunciada durante a última visita da Presidente Kirchner em agosto. Além disso, foi suspensa a quota de 10.000 veículos anteriormente concedida à Colômbia.

TV Digital

- Fico muito feliz com a possível adoção do padrão nipo-brasileiro na Venezuela.

- Ao optar pelo sistema nipo-brasileiro ISDBT, Brasil e Venezuela, além de outros países latino-americanos que optarem pelo mesmo sistema, estarão dando passo fundamental para o projeto maior de integração da América Latina e do Caribe na área de telecomunicações.

- O sistema japonês parece ter mostrado suas vantagens para nossos países, em termos de acessibilidade, custos e desenvolvimento tecnológico.

Subsídios

No passado dia 21 de agosto, delegação de alto nível brasileira foi recebida em Caracas pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermédias da Venezuela, Jesse Chacon, acompanhado do Diretor do Centro Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa em Tecnologias da Informação, Senhor Fred Brito. Na ocasião, ficou acordada uma nova reunião no próximo dia 18, para se discutir documento de cooperação bilateral na área de Televisão Digital. Ademais, o Ministro Chacon afirmou estar praticamente decidida a opção

venezuelana pelo sistema ISDBT, que, entretanto, só poderá ser oficialmente anunciada em outubro.

Projeto Soja (Cooperação EMBRAPA-INIA)

- Considero muito importante a parceria entre a Embrapa, a Odebrecht e o Inder. A transferência de tecnologia da Embrapa dará sustentabilidade ao projeto nas vertentes de desenvolvimento e inovação tecnológica. A capacitação técnica dos técnicos venezuelanos é componente prioritário nessa parceria. A cooperação já resultou no plantio de dois mil hectares de soja, que chegarão a sete mil hectares até o final de 2009.

Subsídios

A cooperação no Projeto Soja abrange o plantio de 35 mil hectares de soja no estado de Anzoategui. Além da plantação em si, o projeto prevê investimentos em infra-estrutura viária, moradia e instalações de beneficiamento e armazenamento. A Embrapa assinou recentemente um acordo com a Construtora Norberto Odebrecht para viabilizar esse projeto, como parte de uma estratégia da Embrapa de estabelecer parcerias com empresas que usam sementes, mão de obra e equipamentos brasileiros.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

RMV

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 22/09/2009 22:16:25 N.º: 01003

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 22/09/2009 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DAM IV/DIR I/DOC/ABC/DCE/DCT/DMC

DESCR=PEXT-BRAS-VENE

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Brasil-Venezuela. Encontro dos

Presidentes. 27/09/09.

Margarita. Projeto de

Comunicado Conjunto.

//

Nr. 01003

RETRANSMISSÃO PARA CORREÇÃO DE TEXTO NO PARÁGRAFOS 20 A 23.

Submeto à apreciação de Vossa Excelência projeto de Comunicado Conjunto a ser assinado entre os Presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, ao término do próximo encontro bilateral, previsto para o dia 27 de setembro, em Islã Margarita, a ser submetido às autoridades venezuelanas:

"Em 27 de setembro de 2009, os Presidentes Hugo Chávez Frías e Luiz Inácio Lula da Silva mantiveram encontro de trabalho, em Isla Margarita, Venezuela, no marco do mecanismo de reuniões presidenciais regulares, inaugurado em 2007, com vistas a repassar a agenda de cooperação bilateral, aprovar atos de execução da cooperação em diferentes campos e examinar a implementação do plano de ação bilateral definido em Maracaibo, em janeiro de 2009.

Abertura de Escritório do IPEA

2. Os Presidentes anunciaram, inicialmente, a intenção de abrir escritório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em Caracas, o primeiro daquele Instituto no exterior, que buscará viabilizar intercâmbio de informações e experiências adquiridas no Brasil na área de pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento, com ênfase no seu aproveitamento para as políticas públicas nacionais.

3. Recordaram que a abertura de escritório do IPEA se insere no conjunto de medidas de cooperação que se implementam de forma concreta entre o Brasil e a Venezuela e que levaram à abertura também de escritório da ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial), da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da CEF (Caixa Econômica Federal).

Cooperação na Área Habitacional e Inclusão Bancária

4. Tomamos conhecimento com satisfação da conclusão da primeira etapa da cooperação em matéria habitacional sendo empreendida pela Caixa e pelo Ministério das Obras Públicas e Moradia venezuelano. Estamos particularmente satisfeitos com a assinatura do Projeto "Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas em Caracs. A elaboração do Plano de Transformação Integral da favela de San Augustín do Sul é um exemplo de como a experiência histórica e as práticas urbanísticas brasileiras e venezuelanas podem ser integradas para transformar a qualidade de vida dos habitantes de menor renda e eliminar a segregação espacial que separa as favelas dos demais bairros das grandes cidades sul-americanas.

5. A universalização de serviços bancários é um instrumento fundamental de fortalecimento da inclusão social. Tomamos nota dos avanços logrados entre a Caixa e o Ministério de Economia e Finanças com relação ao estabelecimento de pontos de atendimento não-tradicionais em bairros pobres venezuelanos, mediante a assinatura de convênio entre a Caixa e o Banfoandes para a criação de projeto piloto de co-responsáveis na Venezuela. Consideramos importante, ademais, que prossigam os entendimentos entre a Caixa e o Banco da Venezuela, pois consideramos que a plataforma tecnológica desenvolvida pela Caixa pode ser um instrumento útil para o fortalecimento do Banco da Venezuela como banco público.

Integração fronteiriça

6. Os Presidentes sublinharam seu compromisso em seguir

trabalhando para harmonizar as práticas e regulamentos na zona fronteiriça que envolvem os controles aduaneiros, sanitários e policiais fronteiriços, em benefício da integração e das populações locais.

7. Saudaram a realização da II Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira Brasil-Venezuela do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço -GTDF realizada em Boa Vista, Roraima, de 09 a 11 de setembro, quando foi elaborado Plano de Trabalho bilateral para o período 2009/2012. Entre as ações previstas, ressaltam-se as que objetivarão erradicar a incidência da oncocercose (infecção causadora de cegueira) na fronteira, controlar surtos de malária e aumentar a aplicação de vacinas na região de fronteira brasileiro-venezuelana.

8. Ressaltaram, igualmente, o esforço que se empreenderá no sentido do fortalecimento da atenção à saúde, particularmente na área de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén (Venezuela), bem como da melhora nos fluxos de vigilância epidemiológica na região de fronteira.

9. Congratularam-se pela assinatura dos Acordos para o Estabelecimento de Depósito Franco de Mercadorias, para Permissão de Estudo, Trabalho e Residência em Pacaraima e Santa Elena do Uairén, e para o Estabelecimento de Regime Especial de Comércio e Transporte entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén, os quais representam avanços concretos para a região de fronteira nas áreas de educação, trabalho, transportes, circulação de pessoas e mercadorias.

10. Sublinharam que os trabalhos do GT de Desenvolvimento Fronteiriço envolvem também novos projetos em infraestrutura econômica e física, para melhorar as condições de vida das cidades de Pacaraima e Santa Elena do Uairén.

11. Solicitaram ao Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço seguir seus labores nas áreas de saúde, educação, transporte e comércio.

Interconexão por Fibra Ótica

12. Os Presidentes anunciaram com muita satisfação a conclusão dos trabalhos técnicos para o estabelecimento de uma interconexão de fibra ótica na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. A parceria estabelecida entre as empresas Cantv, da Venezuela, e a "Oi", do Brasil, demonstra o interesse do setor privado brasileiro em cooperar com as instituições públicas venezuelanas no fortalecimento da integração

regional e na melhoria da qualidade de vida na região da fronteira bilateral.

13. Registraram as primeiras transferências de dados na conexão entre Santa Elena de Uairen e Boa Vista na primeira semana de setembro e felicitaram os Governadores de Bolívar, na Venezuela, e de Roraima, no Brasil, por essa importante iniciativa que trará, com a tecnologia binacional, comunicação em banda larga mais veloz para as cidades do sul da Venezuela e do Norte do Brasil.

14. Anunciaram os planos binacionais para estender o sistema de fibra ótica CANTV-OI até a cidade de Manaus em 2010.

Cooperação Industrial

15. Os Mandatários tomaram conhecimento, com satisfação, da negociação de um Memorando de Entendimento entre a ABDI e o Ministério do Poder Popular (a definir contraparte venezuelana) para a renovação da frota venezuelana de veículos.

16. Igualmente, consideraram importante a contratação da fundação CERTI para a elaboração de sete projetos detalhados para a construção das fábricas de processamento de alimentos, equipamento de refrigeração industrial, latas e tampas metálicas, embalagens de vidro, tubos e conexões de PVC, fundição e válvulas e placas eletrônicas. Com esse passo, encerra-se a segunda fase da cooperação da ABDI com o MPP para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias.

17. Saudaram os avanços logrados em matéria de cooperação para o desenvolvimento de políticas industriais. Com o apoio de diversas instituições governamentais brasileiras, a ABDI está reunindo dados que possam auxiliar a Venezuela no desenho de políticas de industrialização, que contribuirão para a diversificação do parque produtivo local.

Cooperação agrícola e alimentar

18. Saudaram o resultado da parceria entre a Embrapa, a Odebrecht e o Inder. A transferência de tecnologia da Embrapa dará sustentabilidade ao projeto nas vertentes de desenvolvimento e inovação tecnológica. A capacitação técnica dos técnicos venezuelanos é componente prioritário nessa parceria. A cooperação já resultou no plantio de dois mil hectares de soja, que chegarão a sete mil hectares até o final de 2009. Esperamos que o aprofundamento da cooperação agrícola permita à Venezuela melhorar sua capacidade de

produção de leite e carne de soja e fortalecer seu parque produtivo agro-industrial.

19. [Adicionar parágrafo sobre assinatura de ato referente à cooperação inspirada no Programa Mais Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Informações complementares estão sendo solicitadas ao MDA]

Integração Energética

20. Os Presidentes registraram seu contentamento com os avanços obtidos na cooperação entre os dois países no setor de energia, com o final das negociações entre Petrobras e PDVSA dos estatutos da companhia que operará a Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, no Brasil. Os Presidentes esperam presenciar a assinatura de todos os acordos em seu próximo encontro no Brasil.

21. Consideram a associação Petrobras-PDVSA, concretizada com a Refinaria Abreu e Lima, estratégica para seus países, para o objetivo de aumentar sua autonomia no setor de geração de energia e produção de combustíveis, bem como para desenvolver a indústria petroquímica.

22. Esperam que a Refinaria Abreu e Lima seja mais um fator de incentivo a operações conjuntas entre as empresas do setor de petróleo e combustíveis de Brasil e Venezuela e registram sua expectativa de que o empreendimento continue a fomentar novas associações também entre empresas privadas brasileiras e venezuelanas, a fim de acelerar a integração econômica entre ambos os países, com o aproveitamento de sua complementaridade produtiva.

23. Nesse sentido, saudaram a possibilidade de fornecimento de equipamentos da Fábrica Carioca de Catalisadores para refinarias na Venezuela, e a atividade conjunta crescente na exploração de campos petrolíferos venezuelanos, por meio de empresas mistas entre Petrobras e PDVSA.

Cooperação em saúde pública

24. Felicitaram-se pela conclusão das negociações do Termo de Cooperação entre o Instituto do Coração de São Paulo (INCOR) e o Hospital Cardiológico Infantil Latino-Americano.

Cooperação em matéria de Esportes

25. Celebraram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, que procurará fomentar

iniciativas bilaterais de promoção do esporte como instrumento de integração social.

Cooperação em matéria de vigilância da Amazônia

26. Os Presidentes acordaram iniciar entendimentos para a cooperação a ser prestada pelo Brasil no que diz respeito à implementação do programa SIVAM de vigilância e monitoramento da Amazônia. Nesse sentido, decidiram instruir seus órgãos competentes a realizar um primeiro encontro na Venezuela ainda no segundo semestre de 2009.

Missão Empresarial

27. Os Presidentes viram com satisfação os resultados da visita do Ministro Miguel Jorge a Caracas acompanhado de missão empresarial brasileira, sobretudo as iniciativas comerciais e de cooperação que ocorrerão em seguimento ao referido encontro com o objetivo de aumentar o fluxo comercial entre Brasil e Venezuela nos dois sentidos.

TV Digital

28. Os Presidentes saudaram a possível adoção do sistema de TV digital nipo-brasileiro para a Venezuela. Foram ressaltadas as vantagens, em especial, no que concerne ao acesso das populações de baixa renda a serviços de telecomunicações, inclusive em telefonia celular, eficientes e de baixo custo.

29. Os Presidentes lembraram a importância de se criar um "Eixo de Integração em Telecomunicações" na América do Sul, em que o mesmo sistema usado por todos os países possa reduzir o ônus e o transtorno da incompatibilidade de sistemas operacionais.

30. Os Presidentes concordaram em realizar o próximo encontro bilateral no Brasil, em XX, de 2009".

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador.

RMV

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 25/09/2008 16:00:42 N.º: 01011

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 19/09/2008 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DAM IV/DIR I/DRN/DAI

DESCR=BRAS-VENE

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 991

CATEG=MG

//

Brasil-Venezuela. Visita
Presidencial. Manaus, 30 de
setembro. Relação de Acordos
Passíveis de Assinatura.

//

Nota da DCA: Redistribuído para DAM IV/DIR I/CGDECAS/DRN/DOC/DAI em 25/09/2008

Nr. 01011

Reftel 991. Transmito, a seguir, lista provisória dos acordos passíveis de assinatura por ocasião da visita do Presidente Hugo Chávez ao Brasil, em 29 e 30 de setembro:

I - Acordos em fase de conclusão, com elevadas possibilidades de assinatura:

1 - Memorando de Entendimento Caixa Econômica Federal - Banco Nacional de Vivienda e Habitación.

2 - Acordo Venezuela-Empresa CAMPO sobre projetos de produção de soja na Venezuela.

3 - Aprovação da nova ata no quadro do Acordo Aéreo Brasil-

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 25/09/2008 16:00:42 N.º: 01011

Venezuela.

4 - Instrumento (nome a ser definido) resultante da reunião do Grupo de Trabalho de Fronteiras (aguarda-se resultado da reunião de 23/9 em Brasília).

5 - Plano Operacional de Implementação da Segunda Fase do Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Industrial Brasil-Venezuela.

II - Acordos em fase de negociação, com menores possibilidades de estarem prontos para assinatura em tempo hábil:

6 - Acordo Venezuela - ABIMAQ sobre Abertura de Escritórios da ABIMAQ na sede da PDVSA e da PDVSA na sede da ABIMAQ.

7 - Acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Governo da Venezuela sobre Cooperação em matéria de Agricultura Familiar (Programa Mais Alimentos).

8 - Acordo entre a Rede de Mercados Públicos "Mercal" e a CONAB.

9 - Acordo sobre Compra de Petróleo da Venezuela pela Odebrecht Oil and Gas.

10 - Acordos para o fornecimento de máquinas e equipamentos por empresas brasileiras à Venezuela.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador.

IAHN

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 24/10/2009 21:54:56 N.º: 01139

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 23/10/2009 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DAM IV/DIR I/DOC/ABC/DCE/DCT/DMC

DESCR=PEXT-BRAS-VENE

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Brasil-Venezuela. Encontro dos
Presidentes. 29 e 30 de
outubro. Caracas e El Tigre.
Projeto de Comunicado
Conjunto.

//

Nr. 01139

Submeto à apreciação de Vossa Excelência novo projeto de Comunicado Conjunto a ser assinado entre os Presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, ao término do próximo encontro bilateral, previsto agora para os dias 29 e 30 de outubro, em Caracas e El Tigre, a ser submetido às autoridades venezuelanas:

"Em 29 e 30 de outubro de 2009, os Presidentes Hugo Chávez Frías e Luiz Inácio Lula da Silva mantiveram encontro de trabalho, nas cidades de Caracas e El Tigre, Venezuela, no marco do mecanismo de reuniões presidenciais regulares, inaugurado em 2007, com vistas a repassar a agenda de cooperação bilateral, aprovar atos de execução da cooperação em diferentes campos e examinar a implementação do plano de ação bilateral definido em Maracaibo, em janeiro de 2009.

Abertura de Escritório do IPEA

2. Os Presidentes anunciaram, inicialmente, a intenção de abrir escritório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em Caracas, o primeiro daquele Instituto no exterior, que buscará viabilizar intercâmbio de informações e experiências adquiridas no Brasil na área de pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento, com ênfase no seu aproveitamento para as políticas públicas nacionais.

3. Recordaram que a abertura de escritório do IPEA se insere no conjunto de medidas de cooperação que se implementam de forma concreta entre o Brasil e a Venezuela e que levaram à abertura também de escritório da ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial), da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da CEF (Caixa Econômica Federal).

Cooperação na Área Habitacional e Inclusão Bancária

4. Tomaram conhecimento com satisfação da conclusão da primeira etapa da cooperação em matéria habitacional sendo empreendida pela Caixa e pelo Ministério das Obras Públicas e Moradia venezuelano. Estamos particularmente satisfeitos com a assinatura do Projeto "Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas em Caracas. A elaboração do Plano de Transformação Integral da favela de San Agustín do Sul é um exemplo de como a experiência histórica e as práticas urbanísticas brasileiras e venezuelanas podem ser integradas para transformar a qualidade de vida dos habitantes de menor renda e eliminar a segregação espacial que separa as favelas dos demais bairros das grandes cidades sul-americanas.

5. Lembraram que a universalização de serviços bancários é um instrumento fundamental de fortalecimento da inclusão social. Tomamos nota dos avanços logrados entre a Caixa e o Ministério de Economia e Finanças com relação ao estabelecimento de pontos de atendimento não-tradicionais em bairros pobres venezuelanos, mediante a assinatura de convênio entre a Caixa e a Corporação Bancária Pública da Venezuela para a criação de projeto piloto de co-responsáveis na Venezuela. Consideramos importante, ademais, que prossigam os entendimentos entre a Caixa e a Corporação Bancária Pública da Venezuela, pois consideramos que a plataforma tecnológica desenvolvida pela Caixa pode ser um instrumento útil para o fortalecimento da Corporação Bancária Pública da Venezuela como banco público.

Integração fronteiriça

6. Os Presidentes sublinharam seu compromisso em seguir

trabalhando para harmonizar as práticas e regulamentos na zona fronteiriça que envolvem os controles aduaneiros, sanitários e policiais fronteiriços, em benefício da integração e das populações locais.

7. Saudaram a realização da II Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira Brasil-Venezuela do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço -GTDF realizada em Boa Vista, Roraima, de 09 a 11 de setembro, quando foi elaborado Plano de Trabalho bilateral para o período 2009/2012. Entre as ações previstas, ressaltam-se as que objetivarão erradicar a incidência da oncocercose (infecção causadora de cegueira) na fronteira, controlar surtos de malária e aumentar a aplicação de vacinas na região de fronteira brasileiro-venezuelana.

8. Ressaltaram, igualmente, o esforço que se empreenderá no sentido do fortalecimento da atenção à saúde, particularmente na área de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén (Venezuela), bem como da melhora nos fluxos de vigilância epidemiológica na região de fronteira.

9. Congratularam-se pela assinatura dos Acordos para o Estabelecimento de Depósito Franco de Mercadorias, [para Permissão de Estudo, Trabalho e Residência em Pacaraima e Santa Elena do Uairén, e para o Estabelecimento de Regime Especial de Comércio e Transporte entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén], os quais representam avanços concretos para a região de fronteira nas áreas de educação, trabalho, transportes, circulação de pessoas e mercadorias.

10. Sublinharam que os trabalhos do GT de Desenvolvimento Fronteiriço envolvem também novos projetos em infraestrutura econômica e física, para melhorar as condições de vida das cidades de Pacaraima e Santa Elena do Uairén.

11. Solicitaram ao Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço seguir seus labores nas áreas de saúde, educação, transporte e comércio.

Interconexão por Fibra Ótica

12. Os Presidentes anunciaram com muita satisfação a conclusão dos trabalhos técnicos para o estabelecimento de uma interconexão de fibra ótica na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. A parceria estabelecida entre as empresas Cantv, da Venezuela, e a "Oi", do Brasil, demonstra o interesse do setor privado brasileiro em cooperar com as instituições públicas venezuelanas no fortalecimento da integração

regional e na melhoria da qualidade de vida na região da fronteira bilateral.

13. Registraram as primeiras transferências de dados na conexão entre Santa Elena de Uairen e Boa Vista na primeira semana de setembro. Felicitaram os Governadores de Bolívar, na Venezuela, e de Roraima, no Brasil, por haverem apoiado essa importante iniciativa que trará, com a tecnologia binacional, comunicação em banda larga mais veloz para as cidades do sul da Venezuela e do Norte do Brasil.

14. Anunciaram os planos binacionais para estender o sistema de fibra ótica CANTV-OI até a cidade de Manaus em 2010.

Cooperação Industrial

15. Os Mandatários tomaram conhecimento, com satisfação, da negociação de um Memorando de Entendimento entre a ABDI e o Ministério do Poder Popular (a definir contraparte venezuelana) para a renovação da frota venezuelana de veículos.

16. Igualmente, consideraram importante a contratação da fundação CERTI para a elaboração de sete projetos detalhados para a construção das fábricas de processamento de alimentos, equipamento de refrigeração industrial, latas e tampas metálicas, embalagens de vidro, tubos e conexões de PVC, fundição e válvulas e placas eletrônicas. Com esse passo, encerra-se a segunda fase da cooperação da ABDI com o MPP para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias.

17. Saudaram os avanços logrados em matéria de cooperação para o desenvolvimento de políticas industriais. Com o apoio de diversas instituições governamentais brasileiras, a ABDI está reunindo dados que possam auxiliar a Venezuela no desenho de políticas de industrialização, que contribuirão para a diversificação do parque produtivo local.

18. Receberam com satisfação os resultados da visita do Ministro de Ciência e Tecnologia e Indústrias Intermediárias da Venezuela (MPPCIT), Jesse Chacon, a Manaus, em 13 de outubro, acompanhado do Ministro de Indústrias Básicas, Rodolfo Sanz, ocasião em que se encontraram com o Presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Arcuri, e com a Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso.

19. [Felicitaram-se pela assinatura de Termo de Cooperação entre a ABDI e o MPPCIT que dá seguimento à agenda de

trabalho acordada em Manaus, com ênfase em ações de estreitamento da cooperação bilateral nos campos de infraestrutura, comunicações, interligação fluvial e terrestre, biotecnologia, turismo e produção industrial de alumínio e aço.]

Cooperação agrícola e alimentar

20. Saudaram o resultado da parceria entre a Embrapa, a Odebrecht e o Inder. A transferência de tecnologia da Embrapa dará sustentabilidade ao projeto nas vertentes de desenvolvimento e inovação tecnológica. A capacitação técnica dos técnicos venezuelanos é componente prioritário nessa parceria. A cooperação já resultou no plantio de dois mil hectares de soja, que chegarão a sete mil hectares até o final de 2009. Esperam que o aprofundamento da cooperação agrícola permita à Venezuela melhorar sua capacidade de produção de leite e carne de soja e fortalecer seu parque produtivo agro-industrial.

21. Ao término de visita à área de plantio de soja em El Tigre, manifestaram sua grande satisfação com os resultados práticos que estão sendo alcançados pela cooperação entre a EMBRAPA e o Ministério de Agricultura da Venezuela, com vistas a colaborar para a auto-suficiência agrária da Venezuela e para a sua segurança alimentar.

22. Felicitaram-se pela assinatura da Ata de Início do Projeto de Construção do Frigorífico de San Francisco (Apure), entre a Corporación Venezolana de Alimentos CVA e o Grupo Colorado do Brasil, bem como da Ata de Início do Projeto de Construção do Frigorífico de El Sombrero (Guarico), entre a CVA e o Grupo Colorado. Ambos projetos, que serão iniciados a partir do presente encontro entre os Presidentes, permitirão a construção de frigoríficos de alta capacidade de processamento e a transferência de tecnologias de produção desenvolvidas no Brasil. O Brasil passa não somente a vender carne à Venezuela, mas também a montar fábricas para o processamento de carnes.

23. Os Presidentes também se felicitaram pela assinatura do Memorando de Entendimento entre a CONAB do Brasil e o grupo MERCAL da Venezuela, que procura transferir conhecimentos em matéria de armazenamento de recursos alimentares.

Integração Energética

[A CONFIRMAR]

[24. Os Presidentes registraram seu contentamento com os avanços obtidos na cooperação entre os dois países no setor de energia, com o final das negociações entre Petrobras e PDVSA dos estatutos da companhia que operará a Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, no Brasil. Os Presidentes esperam presenciar a assinatura de todos os acordos em seu próximo encontro no Brasil.

25. Consideram a associação Petrobras-PDVSA, concretizada com a Refinaria Abreu e Lima, estratégica para seus países, para o objetivo de aumentar sua autonomia no setor de geração de energia e produção de combustíveis, bem como para desenvolver a indústria petroquímica.]

26. Esperam que a Refinaria Abreu e Lima seja mais um fator de incentivo a operações conjuntas entre as empresas do setor de petróleo e combustíveis de Brasil e Venezuela e registram sua expectativa de que o empreendimento continue a fomentar novas associações também entre empresas privadas brasileiras e venezuelanas, a fim de acelerar a integração econômica entre ambos os países, com o aproveitamento de sua complementaridade produtiva.

27. Nesse sentido, saudaram a possibilidade de fornecimento de equipamentos da Fábrica Carioca de Catalisadores para refinarias na Venezuela, e a atividade conjunta crescente na exploração de campos petrolíferos venezuelanos, por meio de empresas mistas entre Petrobras e PDVSA.

28. Saudaram, também, a assinatura de Adendo ao Memorando de Entendimento entre a PETROQUÍMICA DE VENEZUELA (PEQUIVEN) e a BRASKEM do Brasil para a Implementação de Instalações Petroquímicas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Bahia.

Biotecnologia

29. Os Presidentes saudaram a conclusão da Carta de Intenções na Área de Biotecnologia, entre o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e o Ministério do Poder Popular para Ciência e Tecnologia e Indústrias Leves da Venezuela, que procurará aproveitar os conhecimentos do Centro de Biotecnologia de Manaus para o aproveitamento sustentável dos recursos da Amazônia comum aos dois países.

Cooperação em saúde pública

30. Felicitaram-se pela conclusão das negociações do Termo de Cooperação entre o Instituto do Coração de São Paulo (INCOR) e o Hospital Cardiológico Infantil Latino-Americano.

Cooperação em matéria de Esportes

31. Celebraram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, que procurará fomentar iniciativas bilaterais de promoção do esporte como instrumento de integração social entre os dois países.

Cooperação em matéria de vigilância da Amazônia

32. Os Presidentes acordaram iniciar entendimentos para a cooperação a ser prestada pelo Brasil no que diz respeito à implementação do programa SIVAM de vigilância e monitoramento da Amazônia. Nesse sentido, decidiram instruir seus órgãos competentes a realizar um primeiro encontro na Venezuela ainda no segundo semestre de 2009.

Cooperação na Área Mineral

33. Os Presidentes anunciaram a intenção de iniciar cooperação para aperfeiçoar os padrões de certificação de diamantes, no âmbito dos esforços internacionais para combater os chamados "diamantes de guerra", que financiam organizações criminosas e atividades terroristas. O Presidente Lula indicou que deixará especialistas brasileiros à disposição do Governo venezuelano para treinamento nessa área, por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O Presidente Hugo Chávez dispôs-se a enviar seu Ministro de Indústrias Básicas e Mineração, Rodolfo Sanz, ao Brasil para conversas adicionais.

Coordenação na área social

34. Os Presidentes decidiram introduzir, na agenda de integração bilateral, novos meios de cooperação na área social, a fim de aproveitar em ambos países as ações que têm dado certo internamente para reduzir a desigualdade social.

35. Decidiram instruir seus Ministros da área social a desenvolver essa iniciativa e apresentar propostas para a próxima reunião presidencial no Brasil.

Missão Empresarial

36. Os Presidentes viram com satisfação os resultados da visita do Ministro Miguel Jorge a Caracas acompanhado de missão empresarial brasileira, sobretudo as iniciativas comerciais e de cooperação que ocorrerão em seguimento ao

De: BRASEMB CARACAS
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/10/2009 21:54:56 N.º: 01139

referido encontro com o objetivo de aumentar o fluxo comercial entre Brasil e Venezuela nos dois sentidos. Foi recebida com satisfação a confirmação da data de 24 de novembro para nova visita do Ministro a Caracas para aprofundar a discussão de projetos comuns, como o apoio brasileiro à renovação da frota de veículos da Venezuela.

TV Digital

37. Os Presidentes saudaram a adoção do sistema de TV digital nipo-brasileiro pela Venezuela. Foram ressaltadas as vantagens, em especial, no que concerne ao acesso das populações de baixa renda a serviços de telecomunicações eficientes e de baixo custo.

38. Os Presidentes lembraram a importância de se criar um "Eixo de Integração em Telecomunicações" na América do Sul, e que o mesmo sistema usado por todos os países possa reduzir o ônus e o transtorno da incompatibilidade de sistemas operacionais.

39. Os Presidentes concordaram em realizar o próximo encontro bilateral em Roraima, em janeiro de 2010".

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador.

RMV

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 21/11/2008 20:48:32 N.º: 01282

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 21/11/2008 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DC/DAEX

DESCR=KDAC

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 989, DET 471

CATEG=MG

//

Brasil-Venezuela. Promoção cultural. Proposta de contratação de consultor.

//

Nr. 01282

RESUMO=

Em razão da necessidade de impulsionar o setor cultural da Embaixada, à luz da demanda local, recomendo a contratação de consultor.

À ATENÇÃO DA SENHORA DIRETORA DO DC

No decorrer dos últimos anos, a política bilateral com a Venezuela foi impulsionada a níveis inéditos. O adensamento tem sido percebido, de maneira mais visível, na expansão dos investimentos de empresas brasileiras em solo venezuelano, como é o caso da Odebrecht, Petrobras, Abimaq, Camargo Correa e Andrade Gutierrez. O nível de cooperação técnica com a Venezuela, em áreas tão distintas como a social, agrícola e bancária, igualmente tem-se projetado na sociedade local (vide a atuação da Embrapa e da Caixa Econômica Federal). Reflete esse particular momento as visitas trimestrais acordadas entre os Presidentes Lula e Chávez, fato político

que igualmente transformou-se em importante instrumento de aproximação entre os dois países e de expansão, tanto quantitativa como qualitativa, da agenda bilateral.

2. A expansão da agenda bilateral tem sido elemento central na projeção do Brasil na sociedade local. Para ilustrar o interesse dos venezuelanos no País, basta sublinhar o aumento significativo do número de alunos matriculados nas classes de língua portuguesa oferecidas pelo Instituto Cultural Brasil Venezuela (ICBV), que, em cinco anos, passou de pouco mais de 200 para 1442 inscritos em 2007, sendo 954 matrículas nos cursos regulares e 488 específicos para empresas. A presença brasileira se faz sentir, ainda, pelo conhecimento, ainda que genérico, de cidadãos comuns acerca de assuntos brasileiros em diversas áreas.

3. O adensamento da agenda bilateral na área econômica, comercial e tecnológica requer atenção especial às atividades de divulgação e promoção da cultura e da realidade brasileira. Embora o ICBV tenha se consolidado como referência no cenário cultural local, a demanda por atividades culturais brasileiras apresenta forte crescimento e dificilmente poderá, no médio prazo, ser atendida apenas pelas atividades do Instituto. Ressalto, por oportuno, as dificuldades de ordem financeira do ICBV, conforme venho relatando (vide tels 1019 e 989, em particular).

4. Diante desse quadro, entendo ser fundamental o fortalecimento do setor cultural da Embaixada, de maneira a desenvolver atividades que correspondam ao papel proeminente que o Brasil desempenha na Venezuela e às expectativas crescentes da população local em relação do País.

5. Nesse contexto, elevo à consideração de Vossa Excelência proposta de contratação de consultor para assistir o setor cultural na organização e execução de atividades culturais. À luz da necessidade de maximizar os impactos de tais atividades vis-à-vis eventuais restrições orçamentárias, entendo que tal funcionário deveria cumprir certos requisitos, como ter experiência na área cultural venezuelana, conhecimento aguçado da realidade cultural brasileira e local e boa rede de contatos. De maneira a atrair candidatos de qualidade para a função, entendo que remuneração razoável seria de US\$ 3 mil.

6. Entendo que o funcionário poderia, ainda, acumular a função de Diretor do Instituto Cultural Brasil Venezuela, o que traria benefícios concretos de diversas ordens: maior coordenação das atividades culturais da Embaixada com o ICBV;

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 21/11/2008 20:48:32 N.º: 01282

CARAT=Reservado

diminuição significativa dos atuais encargos em dólares do ICBV, o que facilitaria a administração de recursos à luz da Portaria Interministerial MPOG/MP/CGU 127/08; transição para a futura liquidação do Instituto e criação de Centro de Estudos Brasileiros (vide tel 1019).

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

GBM

De: BRASEMB CARACAS

Recebido em: 13/11/2008 15:08:08 N.º: 01206

CARAT=Reservado

De Brasemb Caracas para Exteriores em 06/11/2008 (JTB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DOC/DAM IV/DIR I/DMC

DESCR=XPRO

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Venezuela. Braskem.

Investimentos na Venezuela.

//

Nota da DCA: Redistribuído para DPG/DOC/DAM IV/DIR I/DMC em 13/11/2008

Nr. 01206

RESUMO=

Informe. Comenta repercussão de supostas declarações de adiamento de investimentos da Braskem na Venezuela, assim como as reações da empresa ao episódio.

À ATENÇÃO DO SENHOR SGEN

Informe. Foram publicadas, nos dias de ontem e hoje, nos principais jornais daqui, matérias sobre as perspectivas de investimento da Braskem no país. Segundo o "El Universal", a "Braskem aplaza proyecto en Venezuela debido a la crisis internacional". Para "El Nacional", a "Petroquímica Braskem aplaza proyectos con Venezuela por crisis financiera mundial". A imprensa teria repercutido supostas declarações do Diretor Presidente da Braskem, Bernardo Gradin, de adiamento de investimentos da empresa, em razão da retração da oferta de crédito internacional.

2. Telefonou-me, ontem, 5/11, o Diretor-Geral da Braskem na Venezuela, Sergio Thyssen, para desmentir a notícia e confirmar não ter havido decisão de adiar investimentos na Venezuela. Enviou-me Ata da referida reunião, que ratifica a manutenção do cronograma de investimentos no país, com um desembolso adicional, em 2009, de US\$ 30 milhões para os projetos da empresa.

3. Thyssen comentou que a versão equivocada teria partido do jornalista que interpretou erradamente declarações do Diretor Presidente da Braskem. Confidenciou-me que a repercussão na imprensa local tivera efeito imediato. O Presidente da Pequiven, o sócio venezuelano, telefonou-lhe para perguntar sobre a "decisão" de adiar investimentos na Venezuela sem consultar a Pequiven. Thyssen disse-lhe que informação era falsa, afirmando que não passava de um mal-entendido, e ratificou os investimentos da Braskem na Venezuela. O Presidente da Braskem enviou email ao Presidente da Pequiven confirmando esse posicionamento.

4. Thyssen informou-me que estaria sendo publicando nos jornais daqui comunicado de imprensa, que reproduzo, a seguir, confirmando a disposição da Braskem de manter os investimentos na Venezuela:

"Braskem MANTIENE el cronograma de inversiones en Venezuela

Braskem y Pequiven trabajan conjuntamente desde 2006 para implantar dos importantes proyectos petroquímicos en el Complejo de Jose, una unidad para producción de polipropileno, con capacidad para 450 mil toneladas por año e inicio de operaciones previsto para finales de 2011; y una unidad de polietileno integrada a la producción de eteno a partir de gas natural, con capacidad para 1,3 millones de toneladas por año para operar a partir de 2013. Fueron constituidos para este fin dos empresas mixtas, Propilsur y Polimérica que deberán invertir US\$ 3,5 millones en los dos proyectos.

A pesar de la escasez momentánea de las líneas internacionales de crédito, por la crisis financiera global, el desarrollo del proyecto sigue su curso normalmente en el sentido de asegurar su conclusión en los plazos previamente establecidos.

En este contexto el Consejo de Administración de Braskem aprobó el pasado Martes 4 de Noviembre, un desembolso adicional por US\$ 30 millones para garantizar la reserva técnica de los equipos y la ejecución de los servicios de

ingeniería, críticos para el proyecto, tratando de asegurar el cumplimiento de los cronogramas.

Braskem reafirma su compromiso en estrechar cada vez más los lazos con su socio Pequiven, de manera tal para contribuir al desarrollo social y económico del pueblo venezolano.

Manifiesta también su creencia de que los proyectos que unen a las dos empresas representan un gran impulso para la integración regional entre Venezuela y Brasil, países que guardan una identidad cultural histórica."

5. Pareceu muita coincidência que, na mesma semana, tenham havido dois episódios relacionados, um diretamente com a empresa Odebrecht, e outro, com sua controlada, a Braskem, no qual as informações foram veiculadas com destaque jornalístico, parcialidade e imprecisão. Caso tais "ruídos" não fossem tratados de forma rápida, poderiam causar sérios transtornos às operações das duas empresa na Venezuela, que hoje é o mais importante mercado internacional da Odebrecht.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Embaixador

LZE

De: EMBAIXADA EM CONACRI
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/11/2009 13:53:44 N.º: 00296

De Brasemb Conacri para Exteriores em 03/11/2009 (MCS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF I/DOC/DRN/DREN/ABC/CGPI/AIG
DESCR=GVIO-BRAS-LEOA
RTM=USABREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 274, TEL 110
CATEG=MG

//
Brasil-Serra Leoa
(cumulatividade). Missão
multisetorial a Freetown.
Segunda parte. Relato.
//

Nr. 00296

Retransmissão automática para Brasemb Washington

RESUMO=
Informa sobre resultados da missão multissetorial do
Brasil a Serra Leoa.

Conforme previsto, delegação multissetorial
brasileira chefiada pelo Secretário Executivo do MDIC, Senhor
Ivan Ramalho, esteve em Freetown, de 14 a 16 de outubro
último, no segundo segmento da missão acordada entre os
Presidentes Lula e Ernest Koroma quando da visita deste a
Brasília, em agosto último.

2. Além do Secretário-Executivo do MDIC e de mim, a
missão brasileira teve os seguintes componentes
governamentais: Embaixador Fernando Simas Magalhães, Diretor
do DEAF; Peter Ivan Stossel, da Assessoria Internacional do
MDIC; Luiz Miguel Baturia Falcão, Analista de Comércio
Exterior da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC);

Lucia Helena Monteiro, Diretora de Programa da SECEX/MDIC; Sheila Ribeiro Ferreira, Assessora da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil-PR; Tiago Nunes Mello, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do MDIC; Carlos Manuel Pedroso Neves Cristo, da Secretaria de Tecnologia Industrial do MDIC; Ricardo França Laquintinie, da SECEX/MDIC; Franz Hadmann Jasper, Coordenador da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Thaíse Pereira Pessoa Dutra, da Secretaria de Comércio e Serviços do MDIC; Guilherme Pfisterer, Gerente do BNDES; Araken Alves de Lima, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial; Luiz Eduardo Fonseca, Assessor do Centro de Relações Internacionais da Fundação Oswaldo Cruz; e o Secretário Marcus Vinicius Moreira Marinho, da DAF-I.

3. Como representantes do setor privado, integraram a delegação os senhores Carlos Federico Spago, da Exeter - Consórcio de Construções Ltda; Silvio Ricardo Valente Taboas, Presidente da TabVlae Investments & Management; Paulo Farkas Bitelman, Diretor de Novos Negócios da Comexport - Cia. de Comércio Exterior / Comexport China Ltd.; Caio Magno Castro de Paula, Assessor da Diretoria Executiva Internacional da Fidens Engenharia S/A; Julio Brant, da Odebrecht; Flavio Henrique Drummond Mattos, da Andrade Gutierrez; e Paulino Raphael, da PRN Projetos, Participação e Investimentos.

4. No dia 14, à noite, a delegação foi recebida em jantar oferecido pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Zainab Hawa Bangura, com a presença dos Ministros das Finanças, Samura Kamara, da Vice-Ministra do Comércio e Indústria, Mabinty Daramy, e dos Assessores Especiais da Presidência de Serra Leoa, Brian Gilpin e Oluniyi Robbin-Coker.

5. Na manhã seguinte, a delegação participou, na sede da Presidência de Serra Leoa, de reunião ampliada comandada pela Chanceler do país africano, contando também com a presença dos titulares das seguintes pastas: Finanças; Agricultura; Transporte; Energia; Saúde; Comércio e Indústria; Pesca; Recursos Minerais; Terras e Meio Ambiente; Assuntos Públicos e Presidenciais; Informação e Telecomunicações; e Obras e Infra-estrutura.

6. A Ministra Bangura deu as boas-vindas à delegação, frisando que a reunião era a materialização da vontade dos Presidentes dos dois países. Lembrou, ainda, que houve acordo com relação às Embaixadas residentes em Brasília e Freetown, e adicionou que Embaixador serra-leonês será enviado ao Brasil já no fim deste ano ou no início de 2010. Afirmou que a presença de grande parte de seu Governo na reunião devia-se à seriedade com que a instrução do Presidente Lula havia sido cumprida, apenas três meses depois de acertada entre os dois mandatários, em Brasília. Disse

ainda que seu país esperava receber o Presidente Lula, em visita oficial, no decorrer de 2010.

7. O Secretário-Executivo Ivan Ramalho agradeceu a acolhida dizendo que a abrangente missão brasileira tinha por objetivo identificar as oportunidades de cooperação técnica, promoção de comércio bilateral e investimento, de maneira a reduzir distâncias entre os setores produtivos dos dois países. Ao apresentar a delegação brasileira, fez notar o foco da missão em comércio e investimentos em infraestrutura, e propôs uma agenda de trabalho de quatro pontos: promoção do comércio, tema segundo o qual poderiam ser identificados novos produtos para o incremento das trocas bilaterais; promoção de investimentos, com o estudo de oportunidades para a internacionalização de empresas brasileiras em Serra Leoa; serviços e financiamento de serviços, aproveitando a presença de construtoras brasileiras na delegação, que poderiam participar de projetos em Serra Leoa; e patentes, metrologia e informação tecnológica, inclusive com relação a biocombustíveis.

8. Ao dizer que a cooperação bilateral não podia resumir-se a essa visita, o Secretário-Executivo do MIDIC estendeu convite à Senhora Mabinty Daramy, sua homóloga local, para que realizasse visita ao Brasil, comprometendo-se, em nome do MDIC, a organizar, no início de 2010, em São Paulo, reunião brasileira de comércio e investimentos específica para Serra Leoa. Acrescentou que seria importante contar, nessa ocasião, com visita de autoridade serra-leonesa de alto nível.

9. O Ministro da Economia serra-leonês, Samura Kamara, afirmou que seu país, por estar em momento pós-conflito, esforça-se por criar atmosfera favorável de investimentos, mas que "bons investidores, como os brasileiros, são difíceis de atrair". Explicou as vantagens da localização estratégica de Serra Leoa na África Ocidental e da proximidade geográfica do Brasil. Expressou desejo de seu país de reduzir a dependência das doações internacionais, com foco no setor privado.

10. O Assessor para o Setor Privado da Presidência de Serra Leoa, Oluniyi Robbin-Coker, fez apresentação centrada nas vantagens comparativas do país africano para atração de investimentos, em sua opinião, "difíceis de igualar". Entre as vantagens, enumerou o segundo maior volume de chuvas do mundo; a subutilização de seu potencial agrícola; o terceiro maior porto natural do mundo; grande quantidade de recursos minerais (minério de ferro, diamante, ouro e bauxita); estoque de peixes; variadas oportunidades no campo do turismo; ambiente favorável aos negócios, além de acesso privilegiado aos mercados da União Européia, EUA, União do Rio Mano e CEDEAO.

11. O Senhor Carlos Cristo, da Secretaria de Tecnologia Industrial do MDIC, fez uma breve apresentação sobre o setor de biocombustíveis no Brasil e explicou que, apesar dos grandes avanços nas últimas décadas, o Brasil não tem capacidade de suprir todas as necessidades de biocombustíveis do mercado europeu no longo prazo, caso se confirme a expansão do consumo desse continente. Cristo estendeu convite, em nome de seu Ministério, para que delegação serra-leonesa visite o sistema de biocombustíveis brasileiro, compreendidas visitas a usinas, às agências reguladoras do setor e à Embrapa.

12. Nesse ponto, a reunião foi interrompida com a chegada do Presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, que ouviu de sua Chanceler breve relato da reunião. Koroma agradeceu ao Presidente Lula (a quem chamou de "grande parceiro da cooperação sul-sul") por cumprir sua promessa de enviar missão multiministerial em menos de dois meses. Destacou os setores de agricultura, mineração, turismo e infra-estrutura como os pontos centrais de sua "Agenda para a Mudança". Como prioridade para parceria com empresas brasileiras, destacou a construção de estradas, a expansão do porto de Freetown, a reestruturação do aeroporto de Lungi e/ou a construção de um aeroporto mais próximo à capital serra-leonesa.

13. O Presidente Koroma estendeu convite, dirigido ao Ministro Miguel Jorge, como já havia feito em sua visita a Brasília, para que o Governo brasileiro participe de conferência sobre comércio e investimento em Serra Leoa, prevista para ocorrer nos dias 18 e 19 de novembro de 2009, em Londres. Ao tomar conhecimento da intenção do Secretário Ivan Ramalho de realizar reunião nos mesmos moldes específica para o Brasil, colocou-se à disposição para enviar autoridade de alto nível para fazer apresentação na ocasião.

14. Na tarde do dia 15, a delegação participou de reunião no Ministério das Finanças, coordenada pelo Ministro das Finanças, pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e pelo Assessor para Setor Privado da Presidência de Serra Leoa. Foram realizadas apresentações que mostraram oportunidades, inclusive com exposição de empresários já estabelecidos no país, nos seguintes setores: agronegócio (arroz, palma africana, borracha, cacau, pinhão-manso, café, açúcar e etanol), mineração, infra-estrutura, pesca e turismo. Em paralelo, o Senhor Luiz Eduardo Fonseca, assessor da Fiocruz, realizou visita, em companhia do Ministro serra-leonês da Saúde, Dr. Sheku Tejan Koroma, ao Hospital Connaught e à Maternidade Princess, ambos localizados em Freetown.

15. No que se refere às oportunidades no setor da mineração, o Ministro de Recursos Minerais, Alhaji Alpha

De: EMBAIXADA EM CONACRI
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/11/2009 13:53:44 N.º: 00296

Saahid Bakarr Kanu, afirmou que a Vale havia realizado, no início de outubro, visita de prospecção ao país africano. De acordo com Kanu, o principal interesse da multinacional brasileira residia na utilização do porto de Freetown para futuro escoamento da produção da companhia na República da Guiné. Além disso, a Vale teria consultado a respeito de novas oportunidades na área de mineração em Serra Leoa, ao que o Ministro Kanu teria respondido que o país estava revendo os contratos de mineração com companhias estrangeiras, e que "o que hoje não está disponível poderá em seis meses estar à disposição da Vale".

16. Em termos de oportunidades no setor da construção civil e infra-estrutura, as autoridades serra-leonesas afirmaram que duas alternativas estavam sendo consideradas no setor aeroportuário: a reforma do aeroporto de Lungi e a construção de uma ponte que ligue as duas extremidades do estuário do rio Rokel; ou a construção de um novo aeroporto, desta vez do lado do estuário em que se encontra a capital de Serra Leoa. A revitalização do porto também seria obra prioritária. Após esclarecimentos sobre o mecanismo de financiamento de serviços brasileiros no exterior, acordou-se que a parte africana manteria contato com as companhias brasileiras do setor presentes na delegação (Odebrecht, Andrade Gutierrez e Fidens), havendo o Ministro de Obras e Infra-estrutura transmitido às companhias brasileiras os projetos referentes à revitalização do porto e às duas alternativas atinentes ao aeroporto.

17. Após a reunião, o chefe da delegação brasileira e os Ministros da Informação, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças participaram de conferência de imprensa com cerca de quinze representantes dos jornais e televisões de Freetown. Após recepção noturna oferecida pela Chanceler serra-leonesa, a delegação regressou ao Brasil na madrugada do dia 16.

José Fiuza Neto, Embaixador

MVMM

Para: BRASEMB COPENHAGUE

Expedido em: 18/02/2009 13:34:00 N.º: 00064

CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Copenhague
Em 18/02/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=G/DOM II/AFEPA/DPG/DOM I/CGEUC
DESCR=GVIO
CATEG=MO

//
Retransmissão de telegrama.
//

Nr. 00064

Retransmito, a seguir, Desptel 381 expedido para
Brasemb Teerã em 26/12/2008:

"
//
Brasil-Irã. Visita do Senhor
ME. Requerimento de
Informações da Câmara dos
Deputados.
//

Nr. 00381

Retransmissão automática para Brasemb Tel Aviv,
Brasemb
Washington, Brasemb Buenos Aires, DELBRASGEN e
DELBRASONU

Transmito a seguir, para conhecimento de Vossa
Excelência, teor de resposta a Requerimento de
Informação sobre minha visita ao Irã, encaminhada à
Câmara dos Deputados em 19 de dezembro corrente.

"Com referência ao Ofício nº 3003/08, que remete o Requerimento de Informação nº 3466/2008, de autoria do Deputado Raul Jungmann, que solicita dados e esclarecimentos sobre a viagem oficial que realizei ao Irã, em novembro último, comunico:

1."Composição da delegação empresarial que acompanhou a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores brasileiro ao Irã."

- Sr. Alcantaro Correa, Vice-Presidente da CNI e Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC);
- Sr. José Meireles Junqueira, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG);
- Sr. Tácito de Avelar e Silva, Gerente de Ações Comerciais, FIEMG;
- Sr. Newton de Mello, Diretor-Titular Adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- Sr. Mauro Carneiro, Chefe da Unidade de Genética e Biotecnologia da EMBRAPA;
- Sr. Bruno Ribeiro Musso, Superintendente da Organização Nacional das Indústrias do Petróleo (ONIP);
- Sra. Irene Naomi, Gerente de Marketing Internacional da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO);
- Sr. Rúbio Fernal, Diretor, Grupo Odebrecht;
- Sr. Estevão Popovics, Presidente da SJP Consultoria (construção civil e transporte rodoviário);
- Sr. Farrokh Faradji Chadan, Vice-Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Irã;
- Sr. Nicolas Godel, Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Irã;
- Sr. Darcy Villela Itiberê Neto, Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Irã;
- Sr. Vancley Carlos Magalhães, Coordenador de Exportação, Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas;
- Sr. Wagner Mazolli, Diretor, Baumer S.A (produtos médicos, hospitalares e odontológicos);
- Sr. Emiliano Botelho, Grupo CAMPO (investimentos imobiliários rurais);

2."Autoridades iranianas com as quais foram

estabelecidos encontros e pauta geral dos temas debatidos com cada uma delas."

Mantive encontro com o Presidente da República, Mahmoud Ahmadinejad; o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manouchehr Mottaki; e o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, Said Jalili. Além disso, co-presidi a abertura do Seminário Empresarial Brasil-Irã, que teve lugar na Câmara de Comércio daquele país. Em todos os encontros, frisei a importância do diálogo e da tolerância para que se possa atingir a desejada estabilidade no Oriente Médio e sublinhei a conveniência de um ambiente de paz e diálogo na região para o encaminhamento positivo do dossiê nuclear iraniano.

Na audiência com o presidente Ahmadinejad, fiz-lhe entrega de mensagem do Presidente Lula, que recordava ser aquela a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Irã desde 1991, expressava o interesse brasileiro de aprofundar as relações bilaterais, particularmente na vertente econômico-comercial, e mencionava a possibilidade de troca de visitas presidenciais no futuro. Dentre outros temas abordados na conversa, destacam-se a crise econômica e a necessidade de reforma do sistema financeiro internacional; a política brasileira de valorizar os vínculos com os países do Oriente Médio; e o processo de integração na América do Sul.

O Secretário do Conselho de Segurança Nacional expôs a perspectiva de Teerã quanto ao tratamento internacional da questão nuclear iraniana.

Reiterei-lhe o apego brasileiro aos compromissos internacionais na área de desarmamento e não-proliferação e nosso intransigente cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a questão nuclear iraniana. Indiquei também estar o Brasil disposto a ajudar a encontrar solução pacífica aceitável a todos os envolvidos.

Na reunião de trabalho com o MNE Mottaki, discutimos sua futura visita ao Brasil; a possibilidade de reativação da Comissão Mista bilateral; o potencial de estreitamento de vínculos comerciais e culturais entre os dois países; e temas variados da agenda internacional.

3."Acordos bilaterais eventualmente assinados ou discutidos durante a visita oficial."

Não foi negociado ou assinado qualquer tipo de acordo

bilateral.

4."Eventuais discussões sobre a utilização de energia nuclear para fins pacíficos de modo conjunto e, em caso afirmativo, os limites e contornos dessa cooperação."

Na viagem a Teerã não foram abordados temas relacionados à cooperação técnica bilateral em matéria nuclear ou de uso conjunto de energia nuclear.

5."Previsão de visita oficial do presidente iraniano ao Brasil ou do presidente brasileiro ao Irã."

Não há previsão de data para visitas presidenciais. Durante minha viagem a Teerã, e conforme a disposição estampada na carta do Senhor Presidente da República, foi aberta a possibilidade de atender a demanda iraniana de visita ao Brasil. Ficou estabelecido que eventuais visitas presidenciais devem ser precedidas de cuidadosa preparação, com a realização prévia de missões ministeriais.

6."Temas gerais debatidos durante o Encontro Empresarial Brasil-Irã; mecanismos previstos com o objetivo de adensar o intercâmbio comercial entre os dois países; áreas do comércio bilateral que deverão ser priorizadas nos próximos anos; perspectivas sobre o desempenho do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã para o futuro."

No seminário "Brasil-Irã: Novas Oportunidades de Negócios", foram realizadas exposições do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Irã, Mohammad Nahavandian, e do Vice-Presidente da CNI e Presidente da FIESC, Sr. Alcantaro Correa, que discorreu sobre as potencialidades da indústria brasileira. Foram também debatidos temas como a economia e a cultura de negócios do país persa, coletados dados atualizados sobre o comércio exterior iraniano e a legislação para investimentos estrangeiros, e exploradas oportunidades específicas de negócios.

A missão comercial teve caráter prospectivo, com o objetivo de avaliar o potencial do mercado interno e identificar oportunidades concretas de negócios. Foram ventilados como mecanismos para o seguimento dos contatos um possível memorando de entendimento entre a Embrapa e instituição de pesquisa agrícola persa; e novos encontros empresariais e missões recíprocas.

As áreas de comércio que deverão ser priorizadas nos próximos anos são: "commodities" agrícolas, bens de capital (como máquinas e equipamentos para a indústria de petróleo e gás), autopeças, vagões e equipamentos e materiais médico-hospitalares. Foi ainda detectado potencial para parcerias nos setores agrícola, de infra-estrutura e logística, tecnologia da informação, saúde, têxtil, mineração e petróleo e gás.

A perspectiva para o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã é positiva. O Irã tem mercado consumidor de cerca de 70 milhões de pessoas, com alta demanda de produtos da pauta exportadora brasileira, e declarado interesse em comprar mais do Brasil.

Recorde-se que o Irã foi, em 2007, o principal mercado para as exportações brasileiras no Oriente Médio, com compras superiores a US\$ 1,8 bilhão.

7."Possíveis impactos nas relações Brasil-Estados Unidos da América devido a uma aproximação comercial/política com o Irã."

Não se vislumbram impactos nas relações Brasil-EUA. O diálogo político entre o Brasil e os Estados Unidos sobre o Irã é maduro, franco e transparente. O Governo norte-americano sabe que a política externa brasileira é independente e pautada pela moderação, a conciliação e o diálogo com todos os países. Tem também consciência de que nada nas relações bilaterais do Brasil com o Irã infringe as sanções das Nações Unidas ou contribui para a instabilidade internacional.

8."Possíveis impactos nas relações entre o Brasil e Israel devido à visita oficial ao Irã; razões que motivaram, logo após a visita oficial, a convocação do titular da Embaixada israelense em Brasília para prestar esclarecimentos ao Ministério das Relações Exteriores; posição do Brasil diante do conflito entre palestinos e israelenses."

O Governo brasileiro não vê motivos para impactos negativos nas relações com Israel. O fato de o Brasil manter relações e dialogar com determinado país não significa não ter diferenças com esse país na área internacional.

Em diversas ocasiões e nos mais diferentes níveis de diálogo, inclusive após minha visita a Teerã, representantes do Governo brasileiro reiteraram não poder haver dúvida quanto ao compromisso brasileiro com o inequívoco direito do Estado de Israel à existência pacífica e segura. O Brasil condenou de

forma veemente, em 2006, as afirmações iranianas quanto ao extermínio de Israel e de negação do Holocausto. Mais tarde, co-patrocinou a resolução das Nações Unidas que estabeleceu o dia 27 de janeiro como "Dia Internacional das Vítimas do Holocausto".

Em minha mais recente visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dessa Casa, em 3 de dezembro, fiz questão de reiterar, em resposta a indagação do Deputado Marcelo Itagiba, a posição do Governo brasileiro a respeito dessas matérias.

A diplomacia brasileira entende que o isolamento nunca é mais eficaz que o engajamento construtivo. A convivência harmônica das comunidades árabe e judaica no Brasil constitui exemplo de como a experiência brasileira pode contribuir para a paz e o entendimento.

Destaque-se também que o relacionamento político e comercial entre Brasil e Israel encontra-se em níveis inéditos - como exemplificado pelo alto número de visitas brasileiras a Israel (já visitei o país em duas ocasiões nos últimos quatro anos e planejo ir novamente no início de 2009); e pelo Acordo de Livre Comércio Mercosul - Israel, o primeiro do gênero firmado pelo Mercosul com um país extra-regional.

Por considerar inadequados e não-condizentes com o excelente nível do diálogo bilateral respeitoso e transparente entre os Governos de Brasil e Israel, o Itamaraty convocou o Encarregado de Negócios da Embaixada de Israel em Brasília e manifestou desagrado com suas declarações à imprensa sobre a visita.

Quanto à questão israelo-palestina, o Brasil apóia a "solução de dois Estados" -- defende a criação de um Estado palestino independente, democrático, geograficamente coeso e economicamente viável nos territórios ocupados por Israel desde 1967, ao lado do Estado de Israel, cuja existência segura e pacífica, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, deve ser garantida. Por acreditar que uma solução definitiva para o conflito somente poderá ser alcançada mediante o diálogo, o Brasil mantém firme apoio a todas as iniciativas de paz, em particular as que apontem para um envolvimento mais abrangente da comunidade internacional. O País tem procurado contribuir para os esforços de paz, tanto por meio de renovada interlocução política com as partes envolvidas, como por contribuições concretas para a melhoria das condições de vida nos territórios palestinos.

Atenciosamente,

Para: BRASEMB COPENHAGUE
CARAT=Reservado

Expedido em: 18/02/2009 13:34:00 N.º: 00064

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores"
EXTERIORES"

EXTERIORES

MADG/MADG

De: BRASEMB DACAR
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/06/2009 09:55:04 N.º: 00446

De Brasemb Dacar para Exteriores em 16/06/2009 (MY)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPG/ DAF I / DOC / ABC
DESCR=XPRO-BRAS-SENE
REF/ADIT=TEL 444, TEL 445
CATEG=MG

//
Brasil-Senegal. Forum de
Empreendedorismo para o
Desenvolvimento. Encontro
entre o Sr MDIC e o Ministro
Ousmane Ngom.
//

Nr. 00446

RESUMO=
Relato principais pontos tratados em reunião de
trabalho restrita entre os Ministros Miguel Jorge e
Ousmane Ngom, das Minas, da Indústria, da
Transformação Alimentar dos Produtos Agrícolas e das
Pequenas e Médias Indústrias.

. Informo. À margem do Forum Brasil-África Subsaariana de
Empreendedorismo para o Desenvolvimento, realizou-se, na
manhã do dia 9 do corrente, reunião de trabalho restrita
entre os Ministros Miguel Jorge, que se fez acompanhar de
representantes da FIESP, do BNDES, da Companhia Siderúrgica
Nacional, de empreiteiras (Queiroz Galvão e Odebrecht) e
companhias de eletricidade (CEMIG e Eletrobras) que
integraram sua comitiva, e o Ministro Ousmane Ngom,
responsável pelos setores de Minas, Indústria, Transformação
Alimentar dos Produtos Agrícolas e Pequenas e Médias
Indústrias.

2. O objetivo da reunião foi o de discutir possíveis eixos de
uma vertente de cooperação industrial a ser desenvolvida
entre o Brasil e o Senegal, com participação governamental e
privada. Nessa linha, o Ministro Ngom apresentou alguns
projetos já definidos e algumas áreas de interesse
prioritário de sua pasta, a saber:

(a) desenvolvimento de unidade de produção de carvão de turfa

(52 mil toneladas/ano) para sustentar o consumo doméstico de energia nos fornos utilizados no país, em substituição ao gás de cozinha - o projeto, que já foi objeto de reunião que manteve com o Ministro Ngom em abril último (vide faxes oficiais 13 e 14, de 30/04/09 e demais comunicações sobre o assunto), foi também focalizado no encontro privado entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Abdoulaye Wade realizado em Salvador em 25 de maio passado (cópia do projeto foi entregue, na oportunidade, ao Professor Marco Aurélio Garcia pelo Ministro Ngom). Para a implementação desse projeto, a "joint venture" senegalo-brasileira ENERMAX, que já vem operando no mercado senegalês por meio da introdução de caldeiras que funcionam à base de biocombustível e da instalação em Kaolack de unidade de produção de briquetes de casca de amendoim, identificou parceira no Brasil que deteria a tecnologia adequada e busca o financiamento de sua participação com créditos do BNDES. A implantação do projeto é prioritária para o governo senegalês, pressionado para eliminar, até dezembro próximo, os subsídios que mantém sobre o gás de cozinha, medida que se tomada sem outras alternativas viáveis para a diminuição dos gastos com os fornos domésticos acarretará grande impacto social. A instalação da unidade de produção de carvão de turfa estaria associada à fabricação, com tecnologia brasileira, de 500 mil fornos domésticos, em um primeiro momento;

(b) vulgarização da utilização, em padarias no Senegal, de fornos à base de briquetes de casca de amendoim. Em caráter experimental, o Instituto de Tecnologias de Alimentos (ITA) senegalês já vem utilizando esses fornos, introduzidos no mercado senegalês pela ENERMAX. Esse projeto se articularia com o projeto de produção de carvão de turfa, tendo como núcleo os mesmos parceiros. Estudo de viabilidade já efetuado sobre as duas iniciativas contempla custos da ordem de US\$ 55 milhões de dólares para o desenvolvimento conjunto dos dois projetos (US\$ 30 milhões para a introdução dos fornos de padaria; US\$ 20 milhões para a implantação da primeira unidade de produção do carvão de turfa e US\$ 5 milhões para a compactação dos briquetes de casca de amendoim);

(c) projeto para a incineração de dejetos, eventualmente acoplado à produção de asfalto - como alternativa à incineração de dejetos, o Ministro Miguel Jorge mencionou projeto já desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, e para o qual está disponível tecnologia brasileira, de aterros sanitários associados à geração de energia. O Ministro Ngom se disse aberto a avaliar a melhor tecnologia aplicável no Senegal, com o menor custo financeiro e o menor impacto ecológico.

3. Ainda não articuladas em um projeto propriamente dito, o Ministro Ngom mencionou ainda como áreas de interesse de seu Ministério para a cooperação com o Brasil as de (i) transformação da produção agrícola, em especial frutas e legumes, em alimentos; (ii) produção de leite, leite em pó e derivados do leite (inclusive iogurtes e queijos); (iii) aplicações industriais do algodão; (iv) fabricação de vasilhames em vidro para a comercialização de alimentos.

4. O Ministro Ousmane Ngom indicou sua intenção de visitar o Brasil, possivelmente já a partir de 26 de junho corrente, para aprofundar a discussão com autoridades e empresários brasileiros sobre as reais perspectivas de cooperação nesses campos. O Ministro Miguel Jorge indicou que o MDIC, em coordenação com o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, buscaria organizar um programa de contatos para o Ministro Ngom, que atenda aos interesses mencionados na reunião de trabalho.

Katia Gilaberte, Embaixadora

KGG

Para: DELBRASCPLP
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/06/2009 11:44:29 N.º: 00253

Da SERE para
DELBRASCPLP
Em 29/06/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DEAF/DAF II/DOC
DESCR=PEXT-CPLP
CATEG=MG

//
Reunião do Conselho
Empresarial da CPLP. Lisboa,
17/06/09. Relato.
//

Nr. 00253

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, foi realizada nessa capital, em 17 de junho corrente, reunião do Conselho Empresarial da CPLP. Presente ao evento como representante da FIESP, o Embaixador Rubens Barbosa produziu relato do encontro, reproduzido abaixo.

"Realizou-se no dia 17 de junho de 2009, na sede da Associação Industrial de Portugal (AIP), a 12ª reunião do Conselho Empresarial da CPLP. Do lado brasileiro, compareceram também os senhores Eng. Miguel Peres, Diretor Superintendente para África da Odebrecht e o Presidente do Conselho das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil, Rômulo Alexandre Soares.

Os itens 5 a 9 e 11 da agenda foram adiados em consequência das decisões adotadas quando da discussão sobre os itens 3 e 4.

Na linha das sugestões que havia feito anteriormente, manifestei cautela em relação à assinatura de um acordo parassocial com a criação de uma Confederação de entidades empresariais dos países de língua portuguesa, bem assim como a criação de uma estrutura que implicasse a necessidade de um orçamento difícil

de ser mantido pelo setor privado.

Conforme se pode constatar do documento enviado à direção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a implementação do processo de transformação do Conselho Empresarial ficou subordinado à:

- a) o processo de implementação será gradual em função da obtenção dos recursos financeiros
- b) se e quando as associações fundadoras (Fiesp) considerarem relevantes e os orçamentos puderem ser financiados
- c) ao apoio financeiro dos governos dos Estados Membros da CPLP

O Comitê de Concertação Permanente (CCP) da CPLP deverá examinar até o dia 3 de julho a sugestão do Conselho Empresarial e submetê-la a apreciação do Conselho de Ministros a realizar-se em meados de julho próximo.

Caso os governos dos países membros decidam apoiar financeiramente a reestruturação do Conselho Empresarial, o processo será implementado de forma gradual a partir de 2010 e na medida em que os recursos financeiros forem sendo disponibilizados tanto pela contribuição dos governos, quanto do setor privado.

Ficou aprovado o seguinte calendário de reuniões:

- 1) reunião extraordinária do Conselho Empresarial de 28 de setembro em Fortaleza, Ceará, quando, dependendo da evolução da matéria junto aos governos, serão examinados os itens 5 à 9 e 11 que ficaram pendentes.
- 2) reunião ordinária do Conselho Empresarial no dia 12 de dezembro em Guine-Bissau
- 3) reunião ordinária do Conselho Empresarial em 2010 no começo de março em Moçambique.

Como eu não poderei comparecer à reunião de Fortaleza, deixarei preparadas as instruções da FIESP para quem for designado para representar a Federação.

Todos os documentos referentes aos itens da agenda foram por mim encaminhados ao gerente do DEREEX.

Por email em separado, enviei a correspondência enviada no dia 17 de junho pela Presidência do Conselho Empresarial ao CCP da CPLP.

Para: DELBRASCPLP
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/06/2009 11:44:29 N.º: 00253

No dia 18, participei de seminário organizado pelo Conselho Empresarial sobre a Cooperação num Quadro Internacional de Desafio Energético e Alimentar, cujo material encontra-se em anexo ao presente relatório.

Com relação ao pagamento da parcela da Fiesp para a contribuição do lado brasileiro ao Conselho Empresarial, os US15.000,00 deverão ser depositados na Conta Elo/Conselho Empresarial da CPLP, n. 6-0189176-000-001 no Banco BPI, Cascais, Portugal (IBAN PT50 0010 0000 01891760001 80).

Rubens Barbosa
Presidente do Coscex e representante da Fiesp na reunião."

EXTERIORES

CJCR/CJCR

Para: DELBRASGEN
CARAT=Reservado

Expedido em: 09/11/2009 11:41:26 N.º: 00649

Da SERE para
DELBRASGEN
Em 09/11/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DDH
DESCR=SHUM-HRC-BRAS
CATEG=MG

//

Direitos Humanos. CDH. Visita
da Alta Comissária de Direitos
Humanos. Navenethem Pillay. 7
a 13 de novembro.

//

Nr. 00649

RESUMO=
Informa roteiro da visita da Alta Comissária de
Direitos Humanos ao Brasil.

Com referência às comunicações anteriores sobre o
assunto, segue a programação tentativa que a Alta
Comissária de Direitos Humanos, Navi Pillay, fará ao
Brasil durante os dias 07 a 13 de novembro:

1ª etapa: Bahia
Hotel Pestana

Transporte: SEPPIR consegui com governo do Estado 1
carro + van + conseguir mais um carro (SEDH)

Segurança: SEDH

7/11 - Noite - chegada ao aeroporto de Salvador (BA)
em voo TAP procedente de Lisboa -

Estarão no aeroporto: Ministro Parola, Mariana, Maria,
Maitê, Kevin - encontro às 20h no Pestana.

Número e horário do voo: TAP 157 chegada 22h15

8/11 - Manhã - repouso

8/11 - 14h30-16h30 - visita a Pelourinho, Elevador
Lacerda e Mercado Modelo acompanhada pelo Ministro
Edson Santos.

Moises Ribeiro Pinheiro - guia

Para: DELBRASGEN
CARAT=Reservado

Expedido em: 09/11/2009 11:41:26 N.º: 00649

Phone: (71) 8139-3532
Wison - Bahia Tour (71) 3117-3077
8/11 - 17h - Mostra "Olhares sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente" (SEDH mandará programa em inglês)

9/11 - Manhã - visita à comunidade quilombola Jatimane. Trajeto deverá ser feito de helicóptero. Helicóptero para 6 pessoas (oferecido pela Odebrecht): Helicóptero para 3 pessoas (oferecido pelo Governo da Bahia): Avião para 6 pessoas (oferecido pela Odebrecht): Avião para 6 pessoas (oferecido pela Odebrecht):
Check out
9/11 - 13/14h30 - Almoço oferecido pelo Vice-Governador (governador estará fora do Brasil - em El Salvador e República Dominicana)
Local/ Horário: Hotel Pestana
9/11 - 15h-16h30 - encontro com ONGs no hotel Pestana
9/11 - 18h10 - Partida para o Rio de Janeiro
Número e horário do voo: JJ3197 SSA GIG 1810
2135

2ª etapa: Rio de Janeiro
Hotel Sol Ipanema - vai mudar
Transporte: SEDH
Segurança: SEDH

10/11 - 8h30 - saída do hotel
10/11 - 9h-10h - Café da manhã com Governador no Palácio Laranjeiras.
Autoridades convidadas pelo governador: Secretário de Segurança Pública, José Beltrame; Secretária de Direitos Humanos, Benedita da Silva; Procurador Geral do Estado, Cesar Rubens de Carvalho; Juíza responsável pelo I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Dra. Adriana Ramos.
Demais convidados: lista abaixo
10/11 - Manhã - visita à comunidade/projeto social com presença do Ministro Edson Santos e Secretário de Segurança Pública do Rio, José Beltrame - Morro Dona Marta
10/11 - Tarde - encontros com autoridades
15h - reunião com o PGJ - Claudio Lopes
16h - Assembléia Legislativa - Jorge Picciani/ Marcelo Freixo
17h - TJ - Luis Zveiter
10/11 -18h- encontro com ONGs na sede do Unic-Rio (localizado no Palácio do Itamaraty do Rio)

Para: DELBRASGEN
CARAT=Reservado

Expedido em: 09/11/2009 11:41:26 N.º: 00649

11/11 - 12h43 - partida para Brasília
Número e horário do voo: JJ3026 GIG BSB 1243
1428

3ª etapa: Brasília
Hotel Tryp Brasil 21
Transporte: 2 carros pelo MRE + van e carro do PNUD
(pode ser cancelado o carro) - 3244-0069
Segurança: SEDH
11/11 - 17 horas - Visita à delegacia da mulher
acompanhada da Min Nilcéia
11/11 - 18 horas - Reunião com Ministro Paulo Vannuchi
na Secretaria Especial de Direitos Humanos
11/11 - 19 horas - participação na abertura do
Seminário Nacional sobre Defensores de Direitos
Humanos no Palácio Itamaraty seguido de coquetel.
Local: Auditório Vladimir Murtinho

12/11 - 9h - café da manhã com os coordenadores das
Nações Unidas no Escritório do PNUD
12/11 - manhã (SEDH vai confirmar horários)
10h30 - Câmara (20 min) - Michel Temer + Dep Luis
Couto
11h - Senado (20 min) - Sarney + Cristóvão
11h30 - MP- PGR
12/11 - 12h - encontro com o Senhor Ministro de Estado
das Relações Exteriores/ assinatura do Memorando de
Entendimento
12/11- 13h - almoço oferecido pelo Senhor Ministro de
Estado na sala Rio de Janeiro.
Participantes: 22 (lista anexa)
12/11 - Tarde - encontros com autoridades do Executivo
e Judiciário
14h30 - acompanhar reunião do CDDPH com Min Vannuchi -
Sala de Retratos do MJ (4º andar)
15h - MJ - Min Tarso Genro
16h - STF - Min Gilmar Mendes
17h30 - MDS - Secretária Executiva Arlete Sampaio

13/11 - 9h - Manhã - encontro com representantes da
sociedade civil no Hotel Brasil 21 - Setor Hoteleiro
Sul
Local: Sala VIP
13/11 - 11h - coletiva de imprensa no Hotel Brasil 21

Local: Sala VIP - confirmado? (PNUD organizará)
13/11 - 13h-14h30 - almoço com Marie-Pierre Poirier e
Eduardo Gutierrez no Hotel Brasil 21 (PNUD organizará)

Para: DELBRASGEN
CARAT=Reservado

Expedido em: 09/11/2009 11:41:26 N.º: 00649

13/11 - possibilidade de agendamento de encontros com
Gilson Dipp (corregedor) e TSE. Ou MP (SEDH
confirmará)

13/11 - final da tarde - partida em voo TAP para
Lisboa.

Número e horário do voo: TAP 170 19h00

EXTERIORES

WALS/MMACR

De: DELBRASOMC
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/12/2009 11:04:48 N.º: 01967

De DELBRASOMC para Exteriores em 11/12/2009 (/-MTO-/)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CORG/DACCESS/DPB/DOC/DCAR
DESCR=XCOI-OMC
RTM=HAVBREM,USABREM
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
OMC. VII Conferência
Ministerial. Encontros
bilaterais. Cuba. Relato.
//

Nr. 01967

Retransmissão automática para Brasemb Havana e Brasemb
Washington

RESUMO=
Informo. Relato encontro bilateral com o Ministro do
Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba,
Rodrigo Malmierca. Além de temas relativos à Rodada
Doha, foram discutidos pontos referentes ao
relacionamento bilateral, tanto na área comercial,
quanto de investimentos. Foi também abordado o
relacionamento de Cuba com os Estados Unidos.

No contexto dos contatos bilaterais realizados à margem
da VII Conferência Ministerial da OMC, em Genebra, Vossa
Excelência manteve, em 30/11, na Residência, reunião com o
Ministro do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de
Cuba, Rodrigo Malmierca. A reunião contou com minha presença,
além do Sr. D-DEC, Ministro Carlos Marcio Cozendey, do
Conselheiro Sérgio Rodrigues dos Santos, do Gabinete, e dos
Secretários Thais Valério de Mesquita e Frank Almeida de

Sousa, de DELBRASOMC. Na ocasião, foram tratados temas referentes à Rodada Doha, à agenda bilateral e ao relacionamento entre Cuba e os Estados Unidos.

2. No âmbito do relacionamento bilateral, o Ministro Malmierca expressou, de início, a expectativa do Governo cubano de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa visitar novamente Cuba antes do fim de seu mandato. Recordou que a visita presidencial de janeiro de 2008 gerou resultados significativos em termos de intensificação da cooperação entre os dois países e de investimentos brasileiros em Cuba. Aludiu, em especial, ao projeto de infra-estrutura viária que está sendo executado em parceria com a empreiteira Norberto Odebrecht e que conta com financiamento brasileiro em montante superior a US\$ 600 milhões. Malmierca consultou Vossa Excelência sobre a possibilidade de que os fluxos financeiros previstos para o ano de 2011 pudessem ser antecipados para 2010, a fim de afastar eventuais riscos para o bom andamento do projeto em apreço ou até mesmo para acelerar sua execução.

3. Vossa Excelência destacou a alta relevância e o crescente aprofundamento do relacionamento bilateral. Na área de saúde, por exemplo, recordou que os dois países vêm realizando importante cooperação voltada à produção de vacinas contra a meningite C, o que reduz consideravelmente o custo. A respeito do projeto de infra-estrutura viária, Vossa Excelência ponderou que o tema precisaria ser analisado levando em conta os limites orçamentários para aquele tipo de financiamento e a competência do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). O Ministro Malmierca mencionou haver abordado o assunto em conversa recente com o Ministro Miguel Jorge, com quem, a propósito, viria mantendo diálogo construtivo e que teria feito observações em sintonia com as de Vossa Excelência.

4. Vossa Excelência sublinhou, ademais, o desejo do Governo brasileiro de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países, de maneira que o Brasil se torne um dos principais parceiros de Cuba. O Ministro Malmierca reconheceu os esforços brasileiros nesse sentido, que se têm materializado, por exemplo, mediante ampliação de linhas de crédito a Cuba para compra de alimentos. Malmierca mencionou que Cuba, por sua vez, tem procurado vender mais para o Brasil, a fim de corrigir o desequilíbrio do relacionamento comercial. Nos últimos anos, Cuba não teria logrado superar a cifra anual de US\$ 90 milhões em exportações para o Brasil.

5. Tendo em conta a abertura para exploração de petróleo no Golfo do México, Rodrigo Malmierca aludiu também ao interesse cubano, já manifestado em outras ocasiões, de que a PETROBRAS possa realizar perfurações na região. Apesar da presença de companhias petrolíferas estrangeiras, como a PDVSA, a Repsol, além de companhias chinesa e vietnamita, a PETROBRAS teria muito a oferecer, sobretudo, no que se refere à tecnologia de perfuração no oceano. Vossa Excelência reconheceu a importância de maior participação brasileira no esforço cubano de exploração de petróleo. A abertura do escritório da PETROBRAS em Cuba se inseria na estratégia brasileira de incrementar a cooperação naquela área. Recordou, no entanto, que tem havido crescimento expressivo da demanda sobre a PETROBRAS para novas perfurações, o que poderia ocasionar algum atraso no atendimento de todas as solicitações.

6. Indagado por Vossa Excelência sobre o estágio das conversações com os Estados Unidos, Malmierca afirmou que não se tem verificado progresso substantivo. Reconheceu que a atual Administração lograra reestabelecer o padrão de relacionamento existente durante o Governo Clinton, que fora prejudicado pelo Governo Bush. Considerou que Obama poderia ser mais ambicioso e, em um primeiro momento, autorizar cidadãos americanos a fazer turismo em Cuba.

7. Passando ao tema da Rodada Doha, Vossa Excelência destacou a falta de capacidade dos Estados Unidos de expressar com clareza suas demandas, o que poderia ser visto, em grande medida, como decorrência do alto grau de dependência do Executivo daquele país em relação ao Congresso, mais preocupado, atualmente, com assuntos internos. Vossa Excelência recordou, contudo, que o cenário pode mudar rapidamente e de maneira radical, sobretudo se forem resolvidas as questões ligadas a "health care" e Afeganistão/Paquistão, e a política comercial ganhar novamente foco. Entretanto, seria mais realista, no atual contexto, vislumbrar a conclusão da Rodada em 2011. A manutenção dos pacotes postos sobre a mesa em 2008 seria de fundamental importância para a conclusão exitosa das negociações.

ROBERTO AZEVEDO, Embaixador

FAS

De: DELBRASONU
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/04/2010 22:36:51 N.º: 01462

De DELBRASONU para Exteriores em 28/04/2010 (NCV)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DDH/ DRN/ DTS/ AIG
DESCR=SHUM-ONU
RTM=PERBREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1445
CATEG=MG

//
Nações Unidas. Direitos
Humanos. Fórum Permanente
sobre Questões Indígenas. Belo
Monte. Passeata em frente à
Missão.
//

Nr. 01462

Retransmissão automática para Brasemb Lima

RESUMO=
Colaborador meu recebeu na Missão delegação dos
manifestantes da passeata contra Belo Monte.

Conforme previsto, realizou-se passeata, com cerca de 50
manifestantes (indígenas e membros de ONGs que assistem ao
FPQI 2010), que terminou, por volta das 15h, em frente a esta
Missão. Embora integrada por poucos manifestantes, a passeata
atraiu a atenção da imprensa sobretudo pela participação da
atriz Sigourney Weaver.

2. Em razão de compromissos de trabalho, incumbi
colaborador de ficar de prontidão para atender a eventual
contato dos manifestantes. Subiram à Missão oito
representantes do grupo -sublinho que não havia na ocasião

nenhuma liderança indígena brasileira-, prontamente conduzidos à sala de reuniões. Acompanhado do Ouvidor da Fundação Nacional do Índio, Dr. Paulo Celso Oliveira (Paulo Pankararu), e de Diplomata responsável pelo setor de imprensa desta Missão, meu colaborador deu as boas-vindas ao grupo e convidou a que externassem suas reivindicações. O Senhor Christian Poirier, "Brazil Program Coordinator" da ONG "Amazon Watch", que falou em português, disse que o grupo trazia carta endereçada ao Senhor Presidente da República, com assinaturas de 150 organizações indígenas e ONGs em geral protestando contra "violações de direitos indígenas" no contexto do projeto da hidrelétrica de Belo Monte.

3. Meu colaborador sublinhou a importância atribuída pelo Governo brasileiro ao diálogo construtivo com a sociedade civil e, municiado dos subsídios encaminhados pela FUNAI a esta Missão sobre o tema de Belo Monte, discorreu sobre as balizas de respeito ambiental e social que pautam o projeto, enfatizando o elemento central da argumentação brasileira, o fato de que nenhuma terra indígena será atingida pela represa.

4. Foi dada a palavra a todos os presentes, que repetiam argumentos em forma de perguntas, contra o projeto e a alegada "ausência de processo de consulta aos povos indígenas atingidos", sendo-lhes sempre brindada a resposta de que o processo, em pleno curso, estava amplamente documentado, inclusive com filmagens das reuniões de representantes da FUNAI e demais órgãos do Governo com as comunidades indígenas, todas realizadas com a participação de tradutores indígenas pertencentes às mesmas tribos.

5. A Senhora Ruth Buendia Mestoquiari, presidente da ONG peruana "CARE - Central Ashaninca del Rio Ene", usou da palavra para apresentar queixa contra "empresas brasileiras" (e citou Petrobrás, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Eletrobrás, sic) que estariam construindo barragens nas terras dos ashanincas peruanos "sem o consentimento prévio, livre e informado" daqueles indígenas. Meu colaborador informou a Senhora Buendia de que não cabe ao Governo brasileiro emitir qualquer juízo sobre questões internas do Estado e do povo peruanos. Este foi um ponto repetido com insistência pelos presentes, assim como a resposta por meu colaborador. A Senhora Buendia havia participado no dia anterior do evento relatado no tel 1445. Naquela ocasião, exortara o Foro Indígena a adotar recomendação ao Peru e ao Brasil no sentido de que não levassem a cabo os projetos de construção de hidrelétricas.

De: DELBRASONU
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/04/2010 22:36:51 N.º: 01462

6. Já durante o encontro, deu-se a chegada da atriz Sigourney Weaver, acompanhada de jornalistas (Fox News, Globo e O Estado de São Paulo). Cordialmente cumprimentada, a atriz repetiu os argumentos travestidos de perguntas já antes formulados, o que deu ocasião a que as respostas fossem, igualmente, repetidas à exaustão.

7. Fica a impressão de que boa parte da opinião pública ignora fatos básicos acerca do projeto de Belo Monte e das ações governamentais voltadas para os indígenas. Na ocasião, foi distribuído texto em inglês, com as informações trazidas pela FUNAI. Pretendo, caso Vossa Excelência esteja de acordo, dar ampla divulgação à resposta que está sendo preparada pelo Brasil às solicitações de informação sobre o tema do Relator Especial sobre Povos Indígenas, James Anaya.

Maria Luiza Ribeiro Viotti
Embaixadora
Representante Permanente junto à ONU

ACDS

De: EMBAIXADA EM GABORONE

Recebido em: 10/08/2009 06:46:33 N.º: 00276

CARAT=Reservado

De Brasemb Gaborone para Exteriores em 10/08/2009 (EGM)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DPG/DAF II/DRN

DESCR=XPRO-BRAS-BOTS

RTM/CLIC=

REF/ADIT=DET 19

CATEG=MG

//

Promoção comercial. Brasil-
Botsuana. Projeto de
biocombustíveis. CONSTAN e
Odebrecht.

//

Nr. 00276

RESUMO=

Informa e pede instrução. CONSTAN S.A. pretende
envolver a construtora Norberto Odebrecht em projetos
de construção de usina-piloto de etanol e de adutora
para irrigação de área de cultivo de cana-de-açúcar
em Botsuana.

PARA CONHECIMENTO DO SENHOR DIRETOR DO DPR

Recebi telefonema, na última sexta-feira, do empresário Fábio
Pavan, representante da empresa CONSTAN S.A., a propósito
dos entendimentos por ele iniciados com autoridades de
Botsuana no último mês de março, com vista à construção de
uma usina-piloto para produção de etanol e de uma adutora
para a irrigação de área de cultivo de cana-de-açúcar. Para
um relato da visita do Senhor Pavan a Gaborone, v. telegrama
93.

2.Em seu telefonema, o Senhor Pavan reconheceu que a CONSTRAN não tem condições de envolver-se diretamente na construção da usina-piloto e da adutora. Informou, entretanto, que estaria disposto a retornar a Botsuana na companhia de executivo da construtora Norberto Odebrecht, empresa que, segundo ele, estaria interessada em assumir os encargos relacionados aos referidos projetos.

3.O Senhor Pavan solicitou, para tanto, os bons ofícios da Embaixada com vista à obtenção de informações adicionais (estudos técnicos, definição de contrapartidas locais, etc.) que possam ser de interesse da Odebrecht.

4.Muito agradeceria a gentileza de mandar contactar a Odebrecht com vista à confirmação da informação contida no parágrafo 2 acima. Caso confirmado o interesse da referida empresa nos assuntos tratados pelo telegrama 93, rogo autorização para prestar-lhe o apoio solicitado por intermédio da CONSTRAN, nos termos do parágrafo 3 acima.

João Inácio Oswald Padilha, Embaixador

JIOP

De: BRASEMB GEORGETOWN
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/04/2008 09:24:50 N.º: 00313

De Brasemb Georgetown para Exteriores em 21/04/2008 (ZMG)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DRN/CGDECAS/DOC/DAM IV/DCAR
DESCR=ENER-GUIA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 42
CATEG=MG

//
GUIANA. APROVEITAMENTO DO
POTENCIAL DE ENERGIA HIDRO-
ELÉTRICA. PROJETO DA USINA DE
TURTRUBA.
//

Nr. 00313

ROGO RETRANSMISSÃO VIA CLIC PARA AS DEMAIS EMBAIXADAS NA
AMÉRICA DO SUL E BRASALADI

Reftel 042. Além do projeto da usina hidro-elétrica de
Amaila Falls neste país, encontram-se também em andamento
(em estágio mais preliminar) estudos visando a outro projeto
de maior envergadura. Trata-se do projeto da usina hidro-
elétrica de Turtruba, no Rio Mazaruni, relativamente próxima
ao porto de Bartica, no Rio Essequibo.

2. A referida usina hidro-elétrica (UHE) de Turtruba teria
capacidade instalada de 1100MW (ou seja, 11 vezes maior do
que a de Amaila Falls, em sua primeira fase). O custo total
do projeto, englobando a construção da barragem, montagem da
usina e instalação das linhas de transmissão, ascenderia a,
pelo menos, USD 3 bilhões.

3. O Grupo ENMAN (de projetos de engenharia), baseado em
Trinidad e Tobago, vem realizando os estudos preliminares
sobre a UHE de Turtruba. O Sr. Donald Baldeosingh, Diretor-

De: BRASEMB GEORGETOWN
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/04/2008 09:24:50 N.º: 00313

Executivo do Grupo ENMAN, em visita a esta Embaixada há poucos dias, apresentou e explicou as linhas gerais do projeto, para cujo desenvolvimento as empreiteiras brasileiras Odebrecht e Andrade Gutierrez poderiam estar interessadas.

4. Segundo o Sr. Baldeosingh, a energia gerada pela futura UHE de Turtruba poderia ser transportada por cabo submarino a Trinidad e Tobago, cobrindo uma distância relativamente pequena (cerca de 250 Km) e a baixa profundidade de água. Alternativamente poderia ser viável o fornecimento de parte da energia gerada à região norte do Brasil, especialmente o Estado de Roraima. O Sr. Baldeosingh se comprometeu a me enviar em breve documentos que aprofundariam essas idéias.

ARTHUR V. C. MEYER, Embaixador

AVCM

Para: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Expedido em: 27/11/2009 15:03:15 N.º: 00558

Da SERE para
Brasemb Havana
Em 27/11/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DPG/DOC/DIC/DCAR
DESCR=EFIN-BRAS-CUBA
REF/ADIT=TEL 776
CATEG=MG

//
Brasil-Cuba. Financiamento de
exportações. 64 RO do COFIG
(23.11.09). Deliberações sobre
operações com Cuba.
//

Nota da DCA: Substituição para alteração de caráter em 26/09/2012
de Ostensivo para Reservado

Nr. 00558

Por ocasião da 64ª Reunião Ordinária do Comitê de
Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG),
realizada no dia 23.11.09, foram apreciados pleitos
cubanos relativos ao projeto do Porto de Mariel e ao
setor de turismo. Foram também apresentados ao Comitê
os resultados da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho
Brasil-Cuba para Assuntos Econômicos e Comerciais
(Havana, 04.11.09)

2. O pleito relativo à implementação de uma zona de
desenvolvimento integral no atual Porto de Mariel
(Projeto ZDIM) foi apresentado ao Comitê, que
deliberou pela sua elevação à CAMEX, em função de suas
características, com parecer favorável. Os recursos
para o financiamento desse projeto, no valor de US\$
108,7 milhões, fazem parte da parcela de US\$ 150
milhões que o Governo brasileiro acordou com Cuba para
o ano de 2009, com base no Protocolo de Entendimento
sobre Cooperação Econômica e Comercial Brasil-Cuba, de
15.01.2008. Como se recorda, o Protocolo prevê crédito

brasileiro no montante de US\$ 600 milhões em quatro anos, entre 2008 e 2011, em quatro parcelas anuais de US\$ 150 milhões.

Os dados principais da operação são:

- Objeto: Implantação de uma zona de desenvolvimento integral no atual Porto de Mariel.
 - Exportador: Companhia de Obras e Infraestrutura S.A. (Empresa controlada pela Construtora Norberto Odebrecht S.A.).
 - Importador: ZDIM / Almacenes universales S.A. - AUSA.
 - Devedor: República de Cuba, através do Banco Nacional de Cuba.
 - Valor da exportação: US\$ 127,9 milhões.
 - Financiamento: 85% das exportações (US\$ 108,7 milhões) + 100% do prêmio de seguro.
- Banco financiador: BNDES.

3. Foi também aprovado o enquadramento de exportação de bens para nova operação no projeto de Turismo, dentro da parcela de crédito de 2008. Seguem os dados da operação:

- Objeto: Sistema de fabricação e acondicionamento de comprimidos.
 - Exportador: Fabrima Máquinas Automáticas.
 - Importador: Farmacuba.
 - Devedor: República de Cuba, através do Banco Nacional de Cuba.
 - Valor da exportação: US\$ 4,5 milhões.
 - Financiamento: 85% das exportações + 100% do prêmio.
- Banco financiador: BNDES.

4. O COFIG também aprovou alteração de condições para a operação de exportação, pela empresa F. M. Coempar Comercial Ltda, de equipamentos agrícolas a serem utilizados no cultivo e colheita de arroz. A operação é no valor de US\$ 1,2 milhão e já tinha sido aprovada anteriormente no âmbito do COFIG e da CAMEX. Foi aprovada, ainda, na 64º RO do Comitê, modificação no cronograma de embarque, com respectiva alteração no dispêndio previsto com a equalização, por solicitação do exportador.

5. Os membros do COFIG tomaram conhecimento da Ata da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Cuba para Assuntos Econômicos e Comerciais (Havana, 04.11.09) - telegrama 776. O Comitê segue aguardando decisão final

Para: BRASEMB HAVANA

Expedido em: 27/11/2009 15:03:15 N.º: 00558

CARAT=Reservado

do Governo cubano no sentido de não cancelar pedidos no setor de Turismo que já tenham sido formalizados aos exportadores brasileiros.

EXTERIORES

LEAS/LEAS

De: BRASEMB HAVANA

Recebido em: 15/07/2009 13:45:08 N.º: 00457

CARAT=Reservado

De Brasemb Havana para Exteriores em 15/07/2009 (NML)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DCAR/DPG/DOC/CGDECAS/DREN/DRN

DESCR=PEXT-BRAS-CUBA

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 454

CATEG=MG

//

Brasil-Cuba. Cooperação

Econômica. Visita do Sr. MDIC

a Cuba. Encontro com o Vice-

Presidente Ricardo Cabrisas. 8

de julho. Relato.

//

Nr. 00457

RESUMO=

O ministro Miguel Jorge entrevistou-se com o Vice-Presidente do Conselho de Ministros de Cuba, Ricardo Cabrisas, cujo quase onipresença durante a missão do titular do MDIC reflete a importância atribuída pelo Governo do país à visita e ao relacionamento econômico com o Brasil. Decidiu-se pela criação de grupo intergovernamental para o acompanhamento dos projetos de cooperação econômica.

PARA CONHECIMENTO DOS SENHORES SGEN E SGAS E SENHORAS CHEFES DE GABINETE DOS SENHORES MINISTRO DE ESTADO E SECRETÁRIO-GERAL.

No contexto de sua visita oficial a Cuba, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil

(MDIC), Miguel Jorge, foi recebido, na manhã de 8 de julho último, pelo Vice-Presidente do Conselho de Ministros Ricardo Cabrisas Ruiz, na sede do Comitê Executivo daquele Conselho, em Havana. Acompanhei o encontro, juntamente com o Presidente da Agência Brasileira de Cooperação Industrial (ABDI), Reginaldo Arcuri, o Vice-Presidente e Diretor de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), Maurício Borges, o Assessor Especial do MDIC, Ministro Mauro Couto, e a Chefe da Assessoria Internacional do MDIC, Marcela Carvalho, além do Ministro Vilmar Coutinho e do Secretário Luiz Marfil, da Embaixada.

2. O Vice-Presidente Cabrisas - que recorde ter sido Ministro de Comércio Exterior de Cuba durante décadas e antes da reforma ministerial deste ano atuava como Ministro de Governo, sem pasta - afirmou que o Governo cubano trabalha atualmente sob parâmetros e restrições impostos pela crise econômica mundial e pelos efeitos dos furacões da última temporada ciclônica. Disse que "Cuba está muito contente, mas não plenamente satisfeita com o relacionamento com o Brasil", exemplificando com referências à queda no movimento comercial o primeiro semestre do ano. Expressou, nesse sentido, a necessidade de dar-se maior dinâmica às relações econômicas entre os países, para além da balança comercial, com aprofundamento nas áreas onde a cooperação industrial é possível e onde há espaço para complementaridade e afinidade entre os setores empresariais dos dois países. Nesse sentido, para Cabrisas, o projeto de desenvolvimento integrado do Porto de Mariel, "ambicioso e bem concebido", "se converterá no símbolo da potencialidade concreta dos vínculos econômicos entre Brasil e Cuba".

3. O dirigente cubano mostrou-se preocupado com a necessidade de buscar-se maior agilidade nos trâmites correspondentes aos créditos governamentais brasileiros para os projetos de investimentos de Cuba. A propósito, indicando não se tratar o que precede de uma crítica à burocracia brasileira ("não estamos a favor de que se quebre ou viole nada"), comentou que Cuba está processando ajustes institucionais de modo a garantir a eficiência da gestão governamental e atribuiu ao Período Especial a prevalência de "procedimentos não adequados, que com o tempo tornaram-se negativos". Noto, por oportuno, que o Presidente do Banco Central cubano anunciaria na tarde do mesmo dia a realização do aporte dos 15%, de competência do Governo de Cuba, do valor correspondente à parcela de 2008 do crédito do BNDES para o projeto do Porto de Mariel, para o que concorreu, certamente, gestão direta do Vice-Presidente cubano.

4. Cabrisas sublinhou que, apesar da crise global e do golpe de Estado em Honduras, e citando o Grupo do Rio, vive-se um contexto positivo na América Latina e Caribe, em que se vislumbra uma aliança entre os países da região, "para além da ideologia". Aproveitou a questão ideológica para qualificar a gestão Barack Obama, dizendo que a prometida flexibilização das relações não foi ainda instrumentada, e para ecoar o mote do gradualismo e do "phasing out" cubano quanto ao tema do bloqueio norte-americano: "se esperamos 50 anos, podemos esperar mais 50 anos".

5. O Ministro Miguel Jorge, ao agradecer a recepção à delegação brasileira, comentou a natureza de cooperação industrial da missão ("não gostaríamos de somente exportar para Cuba"). Nesse sentido, informou sobre projetos em etapa avançada de negociação envolvendo empresas com representação na comitiva, como FANAVID (vidros planos), Tangará Foods (processamento de leite) e Globoaves (criação e processamento de frangos) e elogiou, especialmente, a mudança de escopo do projeto da Odebrecht junto ao Porto de Mariel. Disse que sua missão representava o interesse do Governo brasileiro em iniciativas conjuntas de desenvolvimento industrial e integração produtiva com Cuba.

6. O Sr. MDIC propôs, em linha com o que precede, a criação de um grupo de trabalho intergovernamental Brasil-Cuba para acompanhamento de todos os projetos empresariais em desenvolvimento, comerciais e de investimento, "de maneira que os Governos estivessem informados para agir". Segundo Miguel Jorge, o grupo de trabalho seria composto, pela parte brasileira, em princípio, por MDIC, ABDI, APEX e Embaixada (e também empresas, na medida das necessidades). Cabrisas saudou a proposta ("excelente decisão") e defendeu que o grupo seja operacional, bem organizado e com agenda de trabalho definida ("que não seja algo como as comissões que temos, que só assinam papéis").

7. O Ministro Miguel Jorge aludiu ao passado operário do Senhor Presidente da República e à consequente compreensão do ciclo econômico para explicar as medidas que o Brasil vem tomando para mitigação dos efeitos da crise global no país e as decisões de incrementar a integração produtiva na América Latina, sob os auspícios da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada pelo Governo Federal no ano passado e pormenorizada pelo Presidente da ABDI durante o encontro.

8. Os interlocutores trocaram ademais impressões específicas sobre o tema energético, com Cabrisas interessado nos novos projetos da Petrobrás, dentro ("pré-sal") e fora ("drill

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/07/2009 13:45:08 N.º: 00457

pool") do Brasil e nos avanços brasileiros no campo da energia renovável e Miguel Jorge perguntando detalhes sobre as medidas adotadas no âmbito da "revolução energética" cubana.

9. A presença quase permanente de Ricardo Cabrisas ao longo da missão do Ministro Miguel Jorge em Cuba foi sintomática da importância atribuída pelo Governo do país à visita do titular do MDIC e ao relacionamento econômico com o Brasil como um todo. O encontro proporcionado pelo Vice-Presidente do Conselho de Ministros, tido como um dos homens mais poderosos da Ilha e condutor primaz da política econômica cubana, foi somente a antessala de uma série de manifestações e mensagens do referido dirigente, transmitidas ao participar das entrevistas do Sr. MDIC com o Presidente Raúl Castro e com o Ministro Ramiro Valdés, ao comandar a comitiva cubana quando da visita ao Porto de Mariel e ao prestigiar a delegação brasileira quando do coquetel na Residência da Embaixada.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

LAM

De: BRASEMB HAVANA

Recebido em: 26/06/2009 18:17:01 N.º: 00424

CARAT=Reservado

De Brasemb Havana para Exteriores em 26/06/2009 (LMS)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DPG/DOC/DIC/DPF/CGDECAS/CGFIN/DCAR

DESCR=XPRO-EFIN-CUBA

RTM/CLIC=

REF/ADIT=DET 246, TEL 407 2008

CATEG=MG

//

Promocão comercial e de
investimentos. Brasil-Cuba.
Memorando de Cooperação
Econômica. COFIG. Odebrecht.
Visita ao Porto de Mariel.

//

Nr. 00424

RESUMO=

Visitei o Porto de Mariel, em 22 de junho, ocasião em que me foi apresentado projeto de ampliação e modernização, cuja primeira etapa deverá ser realizada pelo Odebrecht, com recursos decorrentes do Memorando de Cooperação Econômica Brasil-Cuba, assinado em janeiro de 2008.

À ATENÇÃO DOS SENHORES SGEN E SGAS E DAS SENHORAS CHEFES DE GABINETE DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO E DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL.

Realizei no último dia 22 visita ao Porto de Mariel (distante 45 km do centro de Havana), convidado pelo Vice-Almirante Pedro Perera Ruiz, Presidente da holding cubana Almacenes Universales S.A (AUSA), pertencente ao Grupo de Apoio

Empresarial das Forças Armadas de Cuba (GAE/MINFAR) e controladora da empresa Zona de Desarrollo Integrado de Mariel (ZDIM), responsável pelos projetos de desenvolvimento econômico da região, incluindo a administração do referido porto. Acompanharam-me o Ministro Vilmar Coutinho e o Secretário Luiz Marfil, além do Diretor de Contratos da COI/Odebrecht para Cuba, Júlio Lopes Ramos, e de técnicos da empresa brasileira.

2. Conhecido na história política pelo "Êxodo de Mariel", em que há quase 30 anos milhares de nacionais deixaram a Ilha, o Porto de Mariel alberga relevante parcela das mercadorias containerizadas que entram e saem do país. O Vice-Almirante Perera informou que é estratégia do Governo cubano, no âmbito de um projeto de longo prazo, transformar o Porto de Mariel num porto multipropósito, aglutinador de atividades econômicas, com a ampliação do terminal de contêineres, o desenvolvimento de dependências de carga e descarga a granel líquido e sólido e a criação de uma zona econômica vinculada ao Porto.

3. O objetivo do projeto é criar um complexo logístico moderno de alta escala, composto de um porto de águas profundas e um centro regional de distribuição de bens e serviços, articulado com as principais vias de acesso ao interior do país e garantidor do desenvolvimento sustentável daquela região-chave, levando-se à criação de uma zona econômica em Mariel e, se encontrado petróleo no litoral cubano no futuro, de uma plataforma logística petrolífera (sobre o que já há contatos das autoridades cubanas com o Synergy Group, grupo econômico brasileiro controlador do Estaleiro Mauá, no Rio de Janeiro).

4. Mais que a remoção de gargalos estruturais para o crescimento futuro (que implicam, por exemplo, custos adicionais de US\$500 por contêiner, segundo a autoridade cubana), o investimento aponta para uma visão de Cuba como um grande entreposto comercial e uma base privilegiada de comércio interoceânico. Nesse sentido, o Vice-Almirante comentou que o transporte no contexto caribenho tem crescido 20% ao ano nas últimas duas décadas. Sublinhou, ademais, a construção do terceiro via do Canal do Panamá, prevista finalizar-se por ocasião das celebrações do centenário do Canal e que deverá aumentar o fluxo de carga que transita nessa área.

5. O projeto reflete, igualmente, o reconhecimento de que não é somente o bloqueio econômico norte-americano o que limita o crescimento da Ilha, mas que há restrições internas

na base produtiva e logística do país. Nesse sentido, mencionou-se como exemplo o porto de Havana, principal do país, mas com limitações quanto à capacidade de receber grandes embarcações e às perspectivas de expansão.

6.0 Presidente da AUSA comentou ademais da perspectiva de especialização dos portos da região: Havana, de menor calado, seria voltado ao turismo; Mariel, de calado superior, para o escoamento da produção exportável e recepção das importações. Há também um forte componente de desenvolvimento regional, uma vez que a alavancagem do eixo econômico Havana-Mariel aliviaria as pressões sócio-econômico-demográficas sobre Havana.

7.A presença da COI/Odebrecht na visita se deve a que a empresa brasileira foi convidada a realizar a primeira etapa do projeto, que corresponde basicamente à dragagem do Porto, à construção/recuperação da malha viária adjacente ao Porto (51,3km de rodovias e 75,9 km de ferrovias) e à construção de um pier. Os recursos proviriam do crédito do BNDES contemplado no Memorando de Cooperação Econômica celebrado em janeiro de 2008 entre o MDIC e o Ministério do Comércio Exterior de Cuba, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República. Recorde-se que as rubricas previstas pelo Memorando para projetos de infra-estrutura montam a US\$289,9 milhões, ou 85% de US\$341 milhões, posto que se supõe aporte de 15% pela parte cubana. Segundo estimativa do executivo da Odebrecht, o projeto total, com prazo de aproximadamente 10 anos, deverá mobilizar US\$2 bilhões.

8.Recordo, por oportuno, que o crédito do BNDES se destinava originalmente à construção da Autopista Nacional (tel em referência). Depois de avaliação dos efeitos deletérios dos furacões da temporada ciclônica de 2008 para a infraestrutura viária do oriente de Cuba, cogitou-se por algum tempo utilizar aqueles recursos para recuperação do respectivo sistema de estradas. Ao final, ofereceu-se a primeira etapa do Projeto Mariel, que, segundo consta, estava originalmente em discussão com empresários de Dubai, para ser financiado pelo crédito brasileiro. Executivos da Odebrecht comentaram ser o contrato flexível o suficiente para acomodar mudanças de escopo dessa magnitude.

9.0 Vice-Almeirante Perera argumentou da oportunidade de se aproveitar a visita do Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Miguel Jorge, em 8 e 9 de julho, como um marco para o início das obras. Mencionou, a propósito, que a ideia de se convidar o titular do MDIC para visitar Mariel havia partido do próprio Vice-Presidente do

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/06/2009 18:17:01 N.º: 00424

Conselho de Ministros Ricardo Cabrisas, o nome forte da economia do país atualmente. Consultei o Ministro Miguel Jorge a respeito, que aceitou o convite para conhecer "in loco" o projeto da ZDIM. Para o efetivo começo do trabalho da Odebrecht, faltaria, contudo, a liberação da primeira parcela dos recursos do BNDES, relativa a 2008. A referida liberação estaria condicionada, por sua vez, ao aporte por Cuba dos 15% correspondentes (US\$7,7 milhões). Quanto a esse aspecto, o Presidente da AUSA garantiu haverem sido removidos os últimos entraves em reunião realizada em 20 de junho e estarem os recursos em vias de liberação.

10. Penso que, independentemente do atual contexto de crise mundial, que afeta Cuba em particular, o projeto de Mariel é mais justificável estrutural e economicamente do que os anteriores, com efeitos sinérgicos e capacidade de geração de renda. Isto posto, contribui o crédito brasileiro de maneira mais positiva para a parceria estratégica entre os dois países - financiando um projeto que se pagará mais rapidamente e que gerará divisas internacionais em maior montante - na direção do que defendeu Vossa Excelência em Havana em maio de 2008 sobre a intenção do Brasil de ser o sócio número um no esforço de modernização da economia cubana.

11. Sugiro dar ciência do teor deste telegrama ao titular do MDIC.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

LAM

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 14/07/2009 14:39:46 N.º: 00454

De Brasemb Havana para Exteriores em 14/07/2009 (NML)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DOC/DIC/CGDECAS/DPF/DCAR
DESCR=XPRO-EFIN-CUBA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 246, TEL 430, TEL 452
CATEG=MG

//

Brasil-Cuba. Promoção de
investimentos. Visita do Sr.
MDIC a Cuba (8 e 9 de julho de
2009). Relato.

//

Nr. 00454

RESUMO=

O Ministro Miguel Jorge realizou exitosa visita a Cuba em 8 a 9 de julho corrente, acompanhado de autoridades da ABDI e da APEX, além de expresiva comitiva empresarial. Entrevistou-se com o Presidente Raúl Castro e com o primeiro escalão do executivo cubano. Deu impulso a projetos de cooperação industrial entre os dois países, para o que criou grupo de seguimento intergovernamental.

PARA CONHECIMENTO DOS SENHORES SGEC E SGAS E DAS SENHORAS
CHEFES DE GABINETE DOS SENHORES MINISTRO DE ESTADO E
SECRETÁRIO-GERAL.

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), Miguel Jorge, realizou visita oficial a Cuba, nos passados dias 8 e 9 de julho, chefiando missão

organizada pelo MDIC e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com o objetivo precípua de verificar possibilidades e oportunidades de incrementar os investimentos brasileiros no país em projetos de integração produtiva. Acompanhei o Sr. MDIC em todos os contatos com as autoridades cubanas.

2. Participaram da comitiva do Ministro Miguel Jorge, como representantes governamentais, o Presidente da ABDI, Reginaldo Arcuri, o Vice-Presidente e Diretor de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Maurício Borges, o Assessor Especial do MDIC, Ministro Mauro Couto, a Chefe da Assessoria Internacional do MDIC, Marcela Santos de Carvalho, o Especialista em Cooperação Industrial Internacional da ABDI, Joselito Pizzetti, o Assessor da Presidência da ABDI, Osvaldo Pizzá, a Chefe de Gabinete da Presidência da ABDI, Simone Zerbinato, e o analista de comércio exterior do MDIC, Leonardo Arruda. Incorporaram-se à delegação oficial o Ministro Vilmar Coutinho e o Secretário Luiz Marfil, da Embaixada.

3. A missão contou com representantes de 15 empresas de diversificada gama de setores: a) energia: CEMIG - Companhia de Energia de Minas Gerais; Eletrobrás, VSE - Vale Soluções em Energia e Concert Technologies; b) construção: Odebrecht; c) alimentação e bebidas: Schincariol, Tangará Foods e Globoaves; d) móveis e petroquímica: WCM; e) minerais não-metálicos: FANAVID - Fábrica Nacional de Vidros; f) medicamentos: EMS; g) autopeças: Randon; h) turismo e empreendimentos imobiliários: WTC - World Trade Center; i) fumo: BRASCUBA; e j) trading: FM Coempar.

4. Segundo o MDIC, a missão se realizou no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada pelo Governo Federal no ano passado, a qual trata, entre outros temas, da questão de integração produtiva com a América Latina e Caribe. A esse respeito, às vésperas da visita do Sr. MDIC, no dias 6 e 7 de julho, o Presidente da ABDI realizou encontros prévios com os representantes das empresas brasileiras e as empresas cubanas afins, para discutir interesses de parcerias e potenciais trabalhos conjuntos, sob a modalidade de investimento, cooperação, troca de tecnologia e de conhecimento, no sentido de fomentar a integração produtiva entre os dois países.

5. O Ministro Miguel Jorge foi recebido na madrugada do dia 8 de julho, no Aeroporto Internacional José Martí, de Havana, por mim e pelo Vice-Ministro de Política Comercial do Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de

Cuba (MINCEX), Orlando Hernández Guillén. Em seguida, ainda antes da agenda oficial com as autoridades cubanas, manteve reunião de trabalho com os empresários e executivos brasileiros componentes da missão. Na ocasião, ao dar as boas-vindas ao Ministro e sua delegação, asseverei ser a presença do titular do MDIC demonstração cabal da importância dada pelo Governo brasileiro ao mercado cubano. O titular do MDIC, por sua vez, enfatizou ser de interesse estratégico para o Brasil aprofundamento do relacionamento econômico com Cuba, garantiu o apoio do Governo à empresas que queiram estabelecer parcerias com empresas cubanas e exortou o empresariado presente ao protagonismo nesse empreendimento.

6. A programação do Sr. MDIC iniciou-se no salão de protocolo do MINCEX com encontro com o titular daquele Ministério, Rodrigo Malmierca, primeiramente no contexto de solenidade em que se fizeram as apresentações entre os representantes das instituições brasileiras e cubanas presentes, além da Câmara de Comércio do país. Posteriormente, em caráter reservado, o Ministro Miguel Jorge entrevistou-se com o Ministro Malmierca, acompanhado da delegação governamental e de empresas selecionadas a partir do interesse específico com interlocutores cubanos do referido Ministério cubano, em desenho de encontros que se manteve ao longo da visita, com algumas exceções. No encontro, o Ministro Malmierca informou estar o Governo cubano priorizando projetos de investimento de rápido retorno, que melhorem o balanço de pagamentos cubano no curto prazo.

7. O Sr. MDIC foi recebido, em seguida, pelo Vice-Presidente do Conselho de Ministros Ricardo Cabrisas Ruiz, na sede do Comitê Executivo daquele Conselho. Na ocasião, o Ministro Miguel Jorge se fez acompanhar somente da delegação governamental. O Vice-Presidente, ao sinalizar estar o Governo cubano trabalhando nos limites impostos pela crise econômica global e pelos efeitos dos furacões, expressou a necessidade de dar-se maior dinâmica às relações econômicas entre os países, para além da balança comercial, com aprofundamento nas áreas onde a cooperação industrial é possível e com devida agilidade nos trâmites correspondentes aos créditos governamentais brasileiros aos projetos de investimentos de Cuba. O titular do MDIC lembrou, por sua vez, o passado operário do Senhor Presidente da República e sua decorrente compreensão do ciclo econômico para explicar as medidas que o Brasil vem tomando para mitigação dos efeitos da crise global no país e as decisões de incrementar a integração produtiva na América Latina. Por fim, as respectivas autoridades decidiram pela criação de um grupo de

trabalho intergovernamental para o acompanhamento dos projetos de cooperação econômica entre os países. Dada a importância do interlocutor e dos conteúdos discutidos na reunião, tecerei comentários adicionais em expediente à parte.

8. Manteve o Ministro Miguel Jorge, a seguir, ainda na manhã de 8 de julho, encontro com o Vice-Ministro Primeiro da Indústria Básica de Cuba (MINBAS), Tomás Benítez Hernández, na sede daquele Ministério. Comentaram-se as negociações em curso entre as empresas brasileiras participantes da missão e aquelas cubanas vinculadas ao referido Ministério, principalmente as iniciativas nos setores de energia (CEMIG, Eletrobrás e VSE), vidros (FANAVID), níquel (Odebrecht), química (WMC) e farmácia (EMS). Também se recordou a instalação do escritório da Petrobrás em Havana, cuja inauguração está marcada para 14 de julho.

9. Ao titular do MDIC foi oferecido almoço pelo Ministro Malmierca, com a participação do Ministro do Turismo de Cuba (MINTUR), Manuel Marrero. Na ocasião, conversou-se sobre as perspectivas econômicas mundial e de Cuba e aproveitou-se a participação do titular do MINTUR para discutir oportunidades de cooperação no setor hoteleiro do país. As autoridades cubanas manifestaram o interesse de incrementar o fluxo turístico para a Ilha e comentaram, a esse respeito, da possibilidade de voos diretos entre Brasil e Cuba, de modo a aumentar o número de brasileiros que visitam a nação caribenha.

10. À tarde, o Ministro Miguel Jorge entrevistou-se na sede do Banco Central de Cuba (BCC) com o Presidente daquela instituição, Ernesto Medina (que tem status de Ministro) e com a Presidenta do Banco Nacional de Cuba (BNC), Irma Martínez. O Ministro Medina anunciou a realização do aporte dos 15%, de competência do Governo de Cuba, do valor correspondente à parcela de 2008 do crédito do BNDES para o projeto do Porto de Mariel (ver meu tel 424). A Presidenta do BNC, por sua vez, mencionou que os problemas financeiros, advindos da crise global e dos prejuízos com os furacões, têm levado o país a priorizar as suas transferências de recursos monetários "a países que nos têm dado prioridade correspondente" e recordou os pagamentos aos créditos oficiais reportados periodicamente às autoridades do Comitê de Financiamentos de Garantias da Câmara de Comércio do Brasil (COFIG/CAMEX).

11. Em seguida, o Ministro da Indústria Sidero-Mecânica de Cuba (SIME), Salvador Pardo Cruz, recebeu a autoridade

brasileira na sede daquele Ministério. Após apresentação sobre as unidades produtivas e dos grupos empresariais vinculados àquele Ministério, passaram-se em revista as negociações em curso nos setores de autopeças, cabos de cobre e vergalhões/laminados de aço. O Ministro Pardo reconheceu o atraso do parque industrial cubano e, a esse respeito, indicou estar o SIME em busca de alianças industriais estratégicas para aproveitar o capital humano e a posição geográfica de Cuba, entendidos como vantagens competitivas do país.

12. Na noite de 8 de julho, ofereci coquetel na Residência da Embaixada, ao qual afluíram importantes autoridades cubanas envolvidas com a visita do Ministro Miguel Jorge, tanto no programa oficial, quanto nos encontros empresariais, com destaque para o Vice-Presidente Cabrisas e o Ministro Malmierca. Na ocasião, o contato entre os empresários de ambos países foi aprofundado, com manifestações recíprocas de entusiasmo e interesse, conforme relatos que recebi ao longo da atividade.

13. Na manhã de 9 de julho, o Ministro brasileiro realizou visita ao Porto de Mariel, ocasião em que co-presidiu, juntamente com o Vice-Presidente Cabrisas, cerimônia que marcou o início da execução do projeto de revitalização e expansão daquele complexo portuário, que será realizado, em sua primeira etapa, pela empresa Odebrecht com financiamento do Governo brasileiro, ao amparo do Protocolo de Entendimento sobre a Cooperação Econômica e Comercial Brasil-Cuba, assinado em janeiro de 2008, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República. Participaram da atividade ainda pela parte cubana o Vice-Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Transportes, Jorge Luiz Sierra Cruz; o Ministro Rodrigo Malmierca; o Presidente Executivo do Grupo de Apoio Empresarial do Ministério das Forças Armadas (GAESA/MINFAR), Luiz Alberto Rodríguez López-Calleja; e o Presidente da holding cubana Almacenes Universales S.A (AUSA), pertencente ao GAESA e controladora da empresa Zona de Desarrollo Integrado de Mariel (ZDIM), Vice-Almirante Pedro Perera Ruiz. Comento a visita do Ministro Miguel Jorge ao Porto de Mariel em comunicação específica.

14. A seguir, o titular do MDIC realizou conferência de imprensa, organizada pelo Conselheiro Albino Poli, da Embaixada, à qual concorreram órgãos mediáticos cubanos e correspondentes de agências internacionais acreditados em Havana. O Ministro Miguel Jorge sublinhou que a queda do comércio entre Brasil e Cuba no primeiro semestre de 2009 não se deve a um esfriamento nas relações econômicas bilaterais,

mas repercute um efeito generalizado do comércio exterior do país. Fez um inventário positivo das perspectivas de cooperação industrial advindas dos resultados da missão e comentou a criação do grupo de acompanhamento intergovernamental.

15. Após almoço privado, o Ministro Miguel Jorge manteve encontro com o Ministro da Informática e das Comunicações de Cuba (MIC), Comandante da Revolução Ramiro Valdés Menéndez, na sede do MIC, acompanhado exclusivamente da delegação governamental. O titular do MIC, que também supervisiona as ações do MINBAS e do SIME, e por conseguinte da política industrial do país, comentou a importância dos projetos conjuntos de desenvolvimento produtivo, com destaque para a expansão do Porto de Mariel, a cooperação com a Petrobrás, os projetos na área energética, as perspectivas de complementaridade na indústria farmacêutica e as discussões sobre a adoção do padrão de TV Digital por Cuba. A variedade dos temas tratados e a firmeza das posições de Ramiro Valdés as comentarei em expediente próprio.

16. Em seguida, o Sr. MDIC foi recebido pelo Presidente da República de Cuba, Raúl Castro Ruz, na sede do MINFAR, em entrevista que não constava do programa original (mas que fora sinalizada durante o coquetel na Residência da Embaixada) e cuja transcendência registrei com detalhes em meu tel 452.

17. A programação oficial do Ministro Miguel Jorge em Cuba se encerrou com reunião com o Ministro de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (CITMA), José Miyar Barruecos, na sede do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB), instituição-símbolo do Pólo Científico de Havana, complexo de excelência tecnológica subordinado ao CITMA. Acompanhado dos diretores do CIGB, do Centro de Imunologia Molecular (CIM) e do Laboratório Finley, instituições do Pólo co-partícipes, com o Laboratório Bio-Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), de projetos de transferência de tecnologia na área de fármacos de alto custo e de desenvolvimento conjunto de vacinas, o titular do CITMA aludiu às possibilidades de cooperação industrial no ramo biotecnológico. Defendeu que Cuba tem reconhecidamente condições de aportar capital tecnológico acumulado e o Brasil a escala industrial, a logística de distribuição e o mercado dinâmico necessários para uma associação estratégica de alto nível no setor. Recordo que das importações brasileiras provenientes de Cuba, aproximadamente 90% compõem-se de produtos biotecnológicos. Como reflexo dessa potencialidade, o Ministro testemunhou a assinatura de memorando de entendimento entre o CIGB e a

empresa farmacêutica EMS sobre cooperação no desenvolvimento e comercialização de medicamentos sofisticados de alto valor agragado.

18. Em paralelo com a missão oficial do Sr. MDIC, as empresas participantes da visita mantiverem, ao longo dos dois dias da presença do Ministro, contatos com contrapartes cubanas, em várias reuniões agendadas pelo MINCEX, pela Câmara de Comércio de Cuba e pela Embaixada, a partir de manifestações de interesse e perfis empresariais fornecidos pelo MDIC, pela ABDI e pela APEX.

19. Como medida do êxito das negociações empresariais mantidas nesta semana, ressaltem-se, por exemplo, os avanços nas tratativas de construção de uma fábrica de vidros planos em Cuba FANAVID/CEMVID-MINBAS; nas perspectivas de cooperação no setor energético: CEMIG/Concert/Eletróbrás/VSE/MINBAS; nas discussões de projetos específicos nos setor alimentício: Globoaves/Ministério da Indústria Alimentícia (MINAL), Tangará Foods/MINAL e Schincariol/MINAL; nas possibilidades de associação na indústria de autopeças: Randon/SIME; nas oportunidades no mercado de móveis: WCM/Ministério da Indústria Ligeira (MINIL); nos empreendimentos hoteleiros conjuntos: WTC/MINTUR; e no referido memorando de entendimento em fármacos de alto valor agragado EMS/CIGB-CITMA. Igualmente, as empresas componentes da comitiva já radicadas em Cuba - Odebrecht, BRASCUBA e FM Coemparr, fizeram um balanço positivo da missão do Sr. MDIC.

20. Ao sublinhar o êxito da visita do Ministro Miguel Jorge a Cuba, permito-me salientar os resultados da presente missão como importante continuidade dos esforços de aproximação empreendidos pelo Senhor Presidente da República e por Vossa Excelência em 2008, saudados pelas autoridades cubanas como marco no relacionamento entre os países. Quando no ano passado, os países, em geral, restringiam seus créditos e seus negócios com Cuba, preocupados com o endividamento externo do país e descrentes de seu potencial de recuperação e crescimento, o Brasil aportou recursos e confiança na economia cubana, a partir de um projeto visionário de adensamento das relações político-econômicas e tornou-se uma referência nas relações econômicas internacionais. Neste ano, em que novamente se disseminam temores de que a economia cubana poderá colapsar, tragada por impasses de liquidez e de solvência e repercutindo a crise financeira global, o Brasil reforça sua estratégia de acercamento e demonstra ímpeto de aprofundamento, alavancado por projetos concretos de desenvolvimento industrial e integração produtiva, com a assunção dos riscos inerentes e a percepção dos sólidos

De: BRASEMB HAVANA

Recebido em: 14/07/2009 14:39:46 N.º: 00454

CARAT=Reservado

dividendos para o relacionamento bilateral.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

LAM

De: BRASEMB HAVANA

Recebido em: 17/02/2010 22:13:23 N.º: 00136

CARAT=Reservado

De Brasemb Havana para Exteriores em 17/02/2010 (LMS)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=SGAS/DCAR/DPG/DOC

DESCR=CUBA-POIN-PEXT

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Cuba. Panorama em 2009. Visita
do Senhor Presidente da
República.

//

Nr. 00136

RESUMO=

Apresenta um panorama de Cuba em 2009, com vistas à
próxima visita do Sr. Presidente da República.

Na data da visita do Presidente Lula a Cuba, o próximo dia 24
de fevereiro, cumprem-se dois anos da eleição do General-de-
Exército Raúl Castro para os cargos de Presidente dos
Conselhos de Estado e de Ministros de Cuba.

2. Durante 2009, Presidente Raúl Castro continuou impondo
sua marca pessoal na gestão do Estado cubano, apesar de a
aparente melhoria do estado de saúde de Fidel o ter levado,
ao que parece, a uma presença mais atuante na vida cubana,
seja por intermédio de suas Reflexões, seja pelos contatos
diretos com diferentes Ministros e outras autoridades do

Governo, além do irmão Raúl.

3. Estes foram alguns dos principais traços da evolução de Cuba durante o ano de 2009:

a) Política Interna-

O ano se iniciou marcado pela austeridade que caracterizou a comemoração dos 50 anos da Revolução cubana. A sobriedade da comemoração, que envolveu inclusive o desencorajamento explícito de certos aliados que se propunham a deslocar-se a Havana, como Evo Morales e Hugo Chávez, foi impressionante. Foi, inclusive, cancelada reunião com partidos políticos estrangeiros afins, que havia sido prevista pelo PCC para meados de janeiro.

Sem dúvida a medida mais importante em termos de política interna foi a reestruturação ministerial, ocorrida em março, acompanhada da defenestração de, entre outros, Carlos Lage, Felipe Pérez Roque e Fernando Ramírez de Estenóz, figuras de projeção na nova geração de líderes cubanos e considerados quase universalmente como os delfins do Governo.

Além de reorganizar o Governo com vistas a melhorar sua eficiência, a reestruturação de março representou também um fortalecimento da velha guarda de Sierra Maestra e um aumento da presença de militares em postos-chave, confirmando que Raúl Castro, com seus quase cinquenta anos como Ministro das Forças Armadas, confia, sobretudo, em seus companheiros de farda para a direção de órgãos com funções estratégicas na economia cubana.

Dentre a velha guarda, o mais notável é a ascensão do Comandante Ramiro Valdés (segundo do Che e de Camilo Cienfuegos em diferentes momentos da Revolução), que hoje é Vice-Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, além de manter as responsabilidades de Ministro da Informática e das Comunicações, cargo que mantém. Destaca-se também a figura de Gladys Maria Bejerano Portela, Vice-Presidente do Conselho de Estado e Ministra de Auditoria e Controle. Na geração "intermediária" destaca-se a figura de Ricardo Cabrisas, designado Vice-Presidente do Conselho de Ministros, com extensas responsabilidades na área econômica.

Dentre os mais jovens aparecem especialmente o Vice-Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Transportes, Jorge Luís Sierra, Marino Murillo Jorge, Vice-Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Economia e Planejamento, e Maria Del Carmen Concepción González, Ministra da Indústria Alimentícia e Indústria Pesqueira.

Outro ponto saliente foi a não realização do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, inicialmente previsto para fins de 2009. O Congresso, que não se realiza desde 1997, talvez se reúna ainda em 2010, mas nenhuma data foi indicada. As possíveis razões para o adiamento incluem, sobretudo, a necessidade de melhor equacionar a solução dos problemas econômicos, mas não é de se descartar que debates sobre a sucessão (ou não) do Primeiro Secretário (licenciado) do partido também tenham influenciado na postergação do Congresso. Foi anunciada, contudo, para o corrente ano, a convocação, pela primeira vez, da Conferência Nacional do PCC, que poderá discutir a renovação do Comitê Central, do Birô Político e do Secretariado do Partido.

b) Economia

Cuba continua a viver as conseqüências dos três furacões que atingiram a ilha durante 2008. Se em 2009 não houve fenômenos desse tipo, Cuba ingressou em 2010 sofrendo recentemente as conseqüências de uma importante seca, que vem causando sérios prejuízos, especialmente para a agricultura do país, e representa, nas palavras de Ricardo Cabrisas, um "furacão silencioso".

O PIB cubano registrou um crescimento de apenas 1,4% (ou 1% segundo a CEPAL), ainda assim um desempenho melhor do que metade dos países da América Latina.

As dificuldades criadas pelos furacões de 2008 impediram o Governo de cubano de melhor controlar o ritmo das reformas econômicas que pretende executar, forçando a adoção de medidas de contenção de despesas acima de quaisquer outras considerações.

Assim, foi iniciado um programa de extinção dos restaurantes comunitários nos locais de trabalho, reduzidos os produtos incluídos na "libreta" de alimentos subsidiados, diminuído o número de ônibus em circulação, adotadas medidas de controle de gastos de energia, suprimidos internatos de alunos, reduzidas as vagas para bolsistas estrangeiros nas universidades cubanas, cortadas viagens ao exterior, ofertadas em aluguel algumas "casas de Protocolo", enfim, todo um leque de ações destinadas a reduzir os gastos do Estado.

Isso não impediu que fossem anunciadas algumas medidas destinadas a melhorar o desempenho da economia, embora algumas delas ainda não tenham sido postas em execução.

Em particular, foram adotadas medidas de estímulo salarial (que vem encontrando grande dificuldade em sua implementação), com vistas a aumentar a produtividade. Melhores resultados parecem ter sido alcançados com a efetiva aplicação de medidas de liberalização na área agricultura, seja pela distribuição em usufruto de terras ociosas, seja pela concessão de créditos e autorizações para a compra de máquinas agrícolas, bem como pela reestruturação do sistema de organização da agricultura. Isso permitiu que o setor agrícola, definido como prioritário para a própria segurança nacional, apresentasse resultados positivos durante 2009, com um crescimento de 4,5%.

Como resultado da crise e das medidas de contenção adotadas, as importações cubanas de bens e serviços diminuíram em 37,4% (total de US\$ 9.285 milhões), enquanto as exportações caíram 22,9% (para um total de US\$ 10.434 milhões), o que resultou num saldo comercial de US 1.149 milhões.

A Venezuela continua ser o maior parceiro comercial de Cuba. Entre os principais, destacam-se China, Espanha, Estados Unidos, Brasil, Canadá, Rússia, Itália, Vietnã, Coreia do Sul e Alemanha (ainda não há dados oficiais para 2009).

Segundo estatísticas oficiais cubanas, a dívida externa é de US\$ 8.700 milhões (2007) aos quais se devem somar US\$ 7.591 milhões da chamada "dívida imobilizada" (não objeto de reestruturação desde 1986). Os dados de 2009 deverão indicar um aumento significativo da dívida externa cubana. O principal credor é a Venezuela, seguindo-se Espanha, Japão, Argentina e França.

O turismo continua a ser um dos principais setores da economia cubana. Em 2009, ingressaram no país 2.425.000 turistas estrangeiros, o que representou um aumento de 3,3% em relação a 2008. O retorno financeiro, entrando, diminuiu, indicando uma queda de preços nos "pacotes" vendidos no exterior. O Canadá continuou a ser o principal emissor (932.800 turistas, + 14%), seguindo-se o Reino Unido (171.824, - 11,4%) Espanha (129.042, + 6,5%), Itália (117.219, -7%), Alemanha (92.281, -8,6%) e França (83.473, - 8%). O Brasil tem pequena participação no movimento turístico de Cuba, tendo-se permanecido em torno de 10.000 o número de brasileiros que visitam a ilha anualmente.

c) Política Externa

Durante o ano de 2009, Cuba manteve uma política externa extremamente ativa. A queda do Ministro das Relações Exteriores, Felipe Pérez Roque, e sua substituição pelo

Primeiro Vice-Ministro, Bruno Rodríguez, não afetou a continuidade dessa política. Com uma escala em Caracas, o Presidente Raúl Castro, fizera sua primeira viagem ao exterior nessa qualidade ao Brasil, em dezembro de 2008, que marcou o ingresso de Cuba no G-Rio e na fundação da CALC. Durante 2009, visitou Angola e Argélia, por duas vezes, Rússia, Egito (Não-alinhados), Namíbia, Venezuela (ALBA), Nicarágua (G-Rio) Equador (posse de Correa) e fez escala em Salvador, Bahia, de regresso da África.

As visitas a Cuba de Chefes de Estado e de Governo, bem como de Chanceleres e outras altas autoridades se multiplicaram em 2009. Onze mandatários latino-americanos vieram a Cuba: Manuel Torrijos, Panamá, Rafael Correa, Equador, Cristina de Kirchner, Argentina, Michelle Bachelet, Chile, Álvaro Colóm, Guatemala, Leonel Fernandez, República Dominicana, Manuel Zelaya, Honduras, Daniel Ortega, Nicarágua, Fernando Lugo, Paraguai, Evo Morales, Bolívia e Hugo Chávez, Venezuela, este último cinco vezes. Em total, 41 Chefes de Estado ou de Governo e 78 Ministros de Relações Exteriores visitaram Havana durante 2009.

Cuba apóia decididamente a criação de um organismo multilateral latino-americano e caribenho e cultiva os laços desenvolvidos a partir da CALC e de seu ingresso no G-Rio. A revogação da resolução que suspendera Cuba da OEA foi aqui recebida com satisfação discreta, acompanhada de duras críticas ao organismo interamericano e da reafirmação de que Cuba não voltará a participar da OEA em hipótese alguma.

É claro o adensamento das relações de Cuba com os países latino-americanos e o especial interesse que a diplomacia cubana vem dedicando à região, onde se encontram dois de seus principais parceiros econômicos: Brasil e Venezuela.

O México foi exceção nesse panorama, que incluiu o restabelecimento de relações diplomáticas com Costa Rica e El Salvador. Como consequência da suspensão por Cuba dos vôos entre a ilha e o México, em razão da gripe porcina, paralizou-se um processo de aproximação entre os dois países, cujas relações se haviam deteriorado seriamente durante o governo de Vicente Fox. Entretanto, o episódio parece em vias de ser superado, como indicam a recente visita da Chanceler mexicana a Cuba e os rumores de uma possível visita do Presidente Calderón ainda no corrente semestre.

Nunca foram melhores as relações de Cuba com o Brasil. No campo político isso é claramente indicado pelo fato de que o Presidente Lula estará realizando sua terceira visita à ilha

em 25 meses. O Presidente Raúl Castro escolheu o Brasil como destino de sua primeira viagem ao exterior como Presidente efetivo dos Conselhos de Estado e de Ministros (embora tenha feito uma escala na Venezuela). O diálogo é em geral franco e fluído. Nos últimos anos, numerosas visitas de altas autoridades brasileiras a Cuba marcaram a relação. O Senhor Ministro de Estado aqui esteve em visita em 2008. Diversos outros Ministros também aqui estiveram em missão oficial, entre eles os do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (duas vezes em 2009), do Trabalho, da Cultura, e da Justiça, sem contar os Ministros que acompanharam o Senhor Presidente da República em suas visitas. A presença brasileira aumentou com o regresso da Petrobrás, a contratação da Odebrecht para o projeto Porto de Mariel, a inauguração de um escritório da APEX, e os contatos freqüentes de agências brasileiras com agências cubanas e o interesse demonstrado por empresas brasileiras em projetos conjuntos com empresas cubanas. Um importante contingente de estudantes brasileiros em Universidade cubanas (cerca de 800) é também um dos pontos salientes do relacionamento.

Continuam a desenvolver-se aceleradamente as relações de Cuba com a China, tanto no campo político quanto no campo econômico e comercial. Em 2009 a China concedeu créditos e fez doações a Cuba num montante de US\$ 600 milhões e mantém aqui diversas empresas mistas.

Particularmente notável é o "regresso" da Rússia a Cuba. Depois de um longo período de afastamento, a partir do governo Putin e mais notavelmente nos últimos dois anos a Rússia vem marcando uma presença ativa em Cuba, tanto em termos políticos, quanto em termos econômicos e culturais. É o país homenageado na Feira do Livro de Havana e preparam-se grandes comemorações para os 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2010. O presidente Medvedev visitou Cuba e recebeu a visita de Raúl Castro. Não é de estranhar que esse movimento de reaproximação entre os dois países tenha se intensificado desde que Raúl Castro foi eleito para a Presidência dos Conselhos de Estado e de Ministros, pois é conhecida sua simpatia pela Rússia, onde viveu durante algum tempo.

Com a Espanha as relações melhoraram consideravelmente nos últimos tempos, a partir dos esforços que o governo espanhol tem feito junto a seus parceiros da União Européia em favor de uma atitude mais flexível com relação a Cuba.

Com os Estados Unidos, não obstante as expectativas criadas com a eleição do Presidente Obama, o relacionamento não

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 17/02/2010 22:13:23 N.º: 00136

parece haver avançado muito. A par do cumprimento de algumas promessas de campanha, como a liberação das viagens a Cuba dos chamados cubano-americanos e das remessas de dinheiro (afetadas, de qualquer modo pela crise econômica nos EUA), foram poucas as novidades. As principais talvez sejam uma mudança de tom no discurso da administração estadunidense e a abertura de conversações com Cuba sobre temas migratórios. O Governo cubano tem clara noção de que Cuba não é tema prioritário para o Presidente Obama e que a melhoria nas relações enfrentará muitos obstáculos. Não obstante, permanece a esperança, se não a expectativa, de que pelo menos as viagens de cidadãos americanos a Cuba sejam submetidas a regras mais flexíveis. Registre-se, nesse capítulo, que, a julgar pela experiência da Embaixada do Brasil em Havana e de seus funcionários, a dificuldade em efetuar transferências financeiras dos Estados Unidos para Cuba aumentou consideravelmente a partir da posse de Obama, ao contrário do que seria de esperar.

4. Não desejo estender-me abordando em detalhe outros temas como as relações com a Igreja (que tem melhorado sensivelmente), os direitos humanos (área onde também houve progressos, inclusive na colaboração de Cuba com o Conselho de Direitos Humanos da ONU), e a cultura (setor em que Cuba continua a mostrar importantes áreas de excelência).

5. Este panorama pretende apenas apresentar, de forma esquemática, o pano de fundo frente ao qual se desenvolverá a próxima visita do Senhor Presidente da República, que coincidirá, como dito, com o segundo aniversário da assunção de Raúl Castro à Presidência e com a comemoração do "Grito de Baire" (1895), que marca o início da Segunda Guerra da Independência (a "Guerra Chiquita"), sob o lema "Independência o Muerte".

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador

XXX

De: BRASEMB HAVANA

Recebido em: 17/07/2009 19:08:48 N.º: 00473

CARAT=Reservado

De Brasemb Havana para Exteriores em 17/07/2009 (LMS)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DPG/DCT/DSI/DREN/DRN/CGDECAS/DCAR

DESCR=XPRO-ETEC-ENER

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 454, DET 281

CATEG=MG

//

Brasil-Cuba. Indústria e Alta
Tecnologia. Visita Sr. MDIC a
Cuba. Encontro com o Ministro
de Informática e Comunicações.
09/07/09. Relato.

//

Nr. 00473

RESUMO=

O Ministro Miguel Jorge avistou-se com o Ministro de
Informática e Comunicações de Cuba, Ramiro Valdés,
ocasião em que se repassaram iniciativas de
desenvolvimento e integração produtiva: ampliação e
expansão do Porto de Mariel, cooperação petrolífera,
projetos em energia renovável, perspectivas nas
indústrias vidreira e farmacêutica e discussões sobre
a adoção do padrão de TV Digital em Cuba.

PARA CONHECIMENTO DOS SENHORES SGEC, SGEAT E SGAS E DAS
SENHORAS CHEFES DE GABINETE DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO E DO
SENHOR SECRETÁRIO-GERAL.

No contexto de sua visita oficial a Cuba, o Ministro do
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 17/07/2009 19:08:48 N.º: 00473

(MDIC), Miguel Jorge, entrevistou-se, na tarde de 9 de julho último, com o Ministro de Informática e Comunicações de Cuba (MIC), Comandante da Revolução Ramiro Valdés Menéndez, na sede daquele Ministério. Acompanhei o titular do MDIC, juntamente com o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Arcuri, o Vice-Presidente e Diretor de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Maurício Borges, o Assessor Especial do MDIC, Ministro Mauro Couto, a Chefe da Assessoria Internacional do MDIC, Marcela Santos de Carvalho, além do Ministro Vilmar Coutinho e do Secretário Luiz Marfil, da Embaixada.

2. O Ministro Valdés - que, além de suas funções de formulação da política de informática e comunicações de Cuba, supervisiona as ações do Ministério da Indústria Básica (MINBAS) e do Ministério da Indústria Sidero-Mecânica (SIME), e por conseguinte de toda a política industrial do país - fez-se acompanhar do Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Ricardo Cabrisas Ruiz; do Vice-Ministro do MIC, Alberto Rodríguez Arufe; do Diretor Geral da Agência de Consultoria e Negócios "Avante", ligada ao MIC, Jorge Luis Oliva Martín; do Diretor de Relações Internacionais do MINBAS, Eloy León Gomez, e de representantes do SIME e dos Correios de Cuba.

3. O titular do MIC, desculpando-se antecipadamente pela curta duração do encontro, porque o Presidente Raúl Castro receberia o Ministro Miguel Jorge (tel 452), concentrou seus comentários na importância para Cuba dos projetos conjuntos de desenvolvimento produtivo com o Brasil, com destaque para: a expansão do Porto de Mariel; as perspectivas da cooperação com a Petrobrás; os projetos na área energética; as perspectivas de complementaridade na indústria farmacêutica; as possibilidades de cooperação industrial no ramo metal-mecânico; e as atuais discussões sobre a adoção do padrão de TV Digital por Cuba.

4. Quanto ao projeto da Zona de Desenvolvimento Integrado de Mariel - visitado pelo Sr. MDIC na manhã do mesmo dia (tel 468) e relativo à ampliação e modernização do Porto de Mariel, executadas em sua primeira etapa pelo grupo brasileiro Odebrecht, com recursos do BNDES ao amparo do Protocolo de Entendimento sobre Cooperação Econômica Brasil-Cuba, assinado em janeiro de 2008, no âmbito da visita do Senhor Presidente da República ao país - o Ministro Ramiro Valdés o saudou como exemplo de efetiva participação do Brasil nos esforços de modernização e desenvolvimento da economia cubana.

5. A autoridade cubana mostrou-se muito interessada com o andamento da cooperação com a Petrobrás, perguntou se a empresa brasileira seria proprietária de plataformas e barcos de perfuração que utiliza e, ao mencionar a Lei Helms-Burton, que normatiza o bloqueio norte-americano à Ilha, indicou que "Cuba tem que procurar alianças com os amigos para compensar essas restrições". Em resposta, o titular do MDIC comentou sobre a decisão do Senhor Presidente da República de há 4 anos de que a Petrobrás passasse a construir suas plataformas, disse que obteria maiores detalhes junto ao Presidente da empresa e as transmitiria a seu interlocutor, e aproveitou para saudar a abertura de escritório da empresa em Cuba (tel 467).

6. Ainda sobre as oportunidades de cooperação industrial na área energética, especificamente na esfera das energias renováveis, o Comandante da Revolução pareceu devidamente brifado pelo Diretor do MINBAS, que discorreu sobre as conversas realizadas entre os representantes do referido ministério e as empresas do setor participantes da comitiva do Sr. MDIC (CEMIG, Eletrobrás, Concert Technologies e VSE), nos segmentos específicos de hidroacumuladores (segurança energética), biomassa canavieira e florestal, aproveitamento de resíduos urbanos e sistemas de controle a distância.

7. O Dr. Eloy Gomez, comentando outros contatos havidos no âmbito do MINBAS, sublinhou as negociações em andamento com a FANAVID a respeito da instalação de uma fábrica de vidros planos no país e a possibilidade de associação estratégica com a empresa farmacêutica EMS para a produção conjunta de medicamentos e transferência de tecnologia. Representantes do SIME completaram a rodada de "follow-up" para mencionar os contatos entre o referido ministério e as empresas Randon e WCM.

8. O Ministro Ramiro Valdés dedicou especial atenção aos temas mais importantes ligados diretamente à sua Pasta: as negociações em andamento para um acordo estratégico com o Brasil em comunicações, informática e tecnologia e a participação brasileira na escolha do padrão de TV Digital a ser adotado por Cuba. Quanto ao primeiro assunto, Ramiro Valdés enfatizou que "devemos nos permitir condições vantajosas para o desenvolvimento nessa área, que impliquem crescimento dos mercados nacionais e complementaridade entre as respectivas indústrias". No que tange à TV Digital, expressou que há uma confluência de interesses entre os dois países, no sentido de que a decisão sobre a norma a ser adotada deve ser política, latinoamericana. Sinalizou que o tema deveria ser aprofundado à luz das restrições da Lei

Helms-Burton (quanto à questão, por exemplo, da procedência dos equipamentos e das peças de reposição) e que esperava receber uma oferta da parte brasileira que permita a Cuba eleger o padrão ISDB-TB de TV Digital (em relação à possibilidade, por exemplo, de que se possa produzir em Cuba algum dos equipamentos).

9. A propósito do que precede, o titular do MIC solicitou a seu Vice-Ministro que relatasse os resultados da missão que visitou o Brasil no final de junho passado. O Dr. Rodríguez Arufe fez um balanço muito positivo da missão do MIC ao Brasil, nos termos do desptel de referência, e celebrou os avanços nos componentes institucional, tecnológico e comercial da referida visita. Particularmente na dimensão institucional, elogiou o Itamaraty pelo "gesto eficiente" e pelo "trabalho de deixar um texto pronto para aprovação por ambos os Governos". Comentou, ademais, o entusiasmo da missão pelas perspectivas de cooperação tecnológica vislumbradas quando da visita ao polo em tecnologia de ponta de Campinas e pelas possibilidades de negócios no setor advindas da experiência em São Paulo. Sugeriu, por fim, que o Brasil possa participar nos investimentos em tecnologia da informação, especialmente em relação à transferência de conhecimento.

10. Especialmente quanto aos contatos realizados pela missão com a Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil (ECT), o titular do MIC manifestou o interesse de que a empresa brasileira possa colaborar na recuperação dos Correios de Cuba, "deteriorados durante os anos do Período Especial, que ainda não acabou".

11. Atualmente o nome mais importante da Geração de Sierra Maestra depois dos irmãos Castro, mentor da estratégia industrial e tecnológica cubana e dono de posições firmes em defesa da Revolução, o Comandante Ramiro Valdés deu uma nova demonstração de que o Governo de Cuba vê o Brasil como um aliado privilegiado em seus esforços para a superação do atraso de sua matriz tecnológica e da fragilidade de sua base produtiva. Ademais, o fato de o titular do MIC fazer-se acompanhar pelo Vice-Presidente do Conselho de Ministros Ricardo Cabrisas em seu encontro com o Ministro Miguel Jorge é um indicativo adicional de que o alto comando da economia cubana nutre grandes expectativas em relação a uma parceria estratégica entre os dois países.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 17/07/2009 19:08:48 N.º: 00473

LAM

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 02/03/2009 17:10:45 N.º: 00120

De Brasemb Havana para Exteriores em 02/03/2009 (NML)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DCAR/DOC/ABC/DCTEC/DIVULG/DCE/DAC
DESCR=PEXT-BRAS-CUBA
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Cuba. Avaliação do
relacionamento bilateral em
2008.
//

Nr. 00120

RESUMO=

Transmite avaliação sobre o relacionamento bilateral em 2008. Três visitas presidenciais encabeçam multiplicidade de eventos que evidenciam adensamento histórico das relações entre Brasil e Cuba em 2008, nas esferas da política, economia e comércio, cooperação técnica, educação e cultura e relações consulares.

O ano de 2008, simbolicamente iniciado com a visita do Senhor Presidente da República a Cuba (15/01) e terminado com a visita do Presidente Raúl Castro ao Brasil (18/12), testemunhou a elevação do contato bilateral a um patamar de qualidade sem precedentes na história das relações entre Brasil e Cuba. Somada a segunda visita do Senhor Presidente da República ao país (31/10), foram três visitas presidenciais que encimam uma multiplicidade de eventos emblemáticos, nas esferas da política, economia e comércio, cooperação técnica, cultura, educação e cultura e relações

consulares.

2. No tocante aos temas políticos, além das mencionadas visitas do Senhor Presidente da República a Cuba, acompanhadas em ambas ocasiões de autoridades ministeriais - a primeira, de Vossa Excelência, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e, em ambas, do Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia -, e da visita do Presidente Raúl Castro ao Brasil, incluindo sua participação na Cúpula dos Países da América Latina e do Caribe (CALC) em Salvador, destacaram-se ao longo do ano a segunda visita oficial de Vossa Excelência, acompanhado de expressiva delegação empresarial, e visitas oficiais do Ministro de Estado do Trabalho, Carlos Lupi; do Governador do Estado do Maranhão, Jackson Lago; do Senhor Secretário Geral, que chefiou a delegação do Brasil na VII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cuba; de delegação do Partido dos Trabalhadores (PT); além da visita ao Brasil do Presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular, Ricardo Alarcón. As referidas visitas promoveram e refletiram os ganhos de substância e fluidez do diálogo político entre dois países ao longo do ano.

3. O aprofundamento da relação com o Brasil se deu no contexto de intensificação da exposição externa do Cuba, tanto bilateralmente, com seus principais parceiros (Venezuela, China, Rússia, Espanha, União Europeia, Vietnam e México), como multilateralmente, com sua participação nos principais foros e organizações regionais e internacionais (ONU, G-RIO, ALADI, CARICOM, ALBA, FOCALAL, etc) e seu exercício da Presidência do Movimento dos Não Alinhados (NOAL). A controversa "não-relação" com os Estados Unidos também pautou a política externa do país, com importantes desdobramentos às vésperas da conclusão do processo eleitoral norte-americano e a eleição de Barack Obama.

4. Particularmente no seguimento da evolução política interna de Cuba, merece menção o anúncio do então Presidente Fidel Castro, em fevereiro, de que não buscaria sua reeleição a cargos no Governo e que participaria da vida política do país a partir de artigos ("Reflexões"), divulgadas periodicamente pela imprensa cubana, e percebidas como chamados de consciência. Seguiu-se a eleição pela Assembléia Nacional do Poder Popular (Parlamento cubano) do General de Exército Raúl Castro para ocupar a Presidência dos Conselhos de Estado e de Ministros, cargos que incorporam a posição de Presidente da República (Chefe de Estado e de Governo). Observaram-se na gestão do Presidente Raúl Castro medidas econômicas que ampliaram o acesso da população cubana a

determinados bens e serviços de consumo; decisão de distribuir, na forma de títulos de usufruto, terras ociosas do Estado a particulares, com vistas ao aumento da produção de alimentos; iii) medidas, ainda não implementadas, para extinguir tetos salariais e introduzir no sistema econômico a remuneração por ganhos de produtividade; iv) a reunião do Pleno do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, em abril, que convocou o VI Congresso do Partido para o segundo semestre de 2009 (13 anos após a realização do V Congresso), comutou a pena de morte em perpétua para alguns condenados e confirmou a continuidade da moratória na aplicação da pena capital; v) e três substituições ministeriais.

5. Com relação a temas econômico-comerciais, no ano em que o intercâmbio comercial com o Brasil atingiu o recorde histórico de US\$ 572 milhões, adensou-se o diálogo com o empresariado, a academia e a burocracia de ambos os países para benefício da parceria econômica bilateral, especialmente com o Ministério do Comércio Exterior (MINCEX); Ministério do Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica (MINVEC), Ministério da Indústria Básica (MINBAS), Ministério da Construção (MICONS), Ministério da Indústria Sidero-Mecânica (SIME), Banco Nacional de Cuba (BNC), Banco Central de Cuba (BCC), Câmara de Comércio de Cuba, Escritório de Informações Estatísticas (ONE) e Associação Nacional dos Economistas e Contadores de Cuba (ANEC); grandes corporações (Cimex, Cubalse, União Agropecuária Militar), grupos compradores ministeriais e empresas importadoras cubanas. Pelo Brasil, cabe destacar as missões especiais de natureza governamental e empresarial ao longo do ano do Ministério da Indústria e Comércio (MDIC), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil, com instalação de Centro de Negócios em Havana) e da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

6. Muito contribuiu para o aprofundamento das relações econômicas entre os dois países a assinatura de 10 instrumentos de cooperação bilateral durante a primeira visita presidencial a Cuba, especialmente o Protocolo de Entendimento Brasil-Cuba sobre Cooperação Econômica e Comercial e os acordos assinados pela Petrobrás. Os acordos firmados, e os créditos aprovados para as exportações brasileiras a Cuba deles decorrentes, envolveram a interlocução com outras importantes entidades cubanas, além das já mencionadas, o Ministério das Forças Armadas Revolucionárias (MINFAR), Ministério do Açúcar (MINAZ), Ministério da Agricultura (MINAGRI), Ministério do Turismo (MINTUR), CubaPetroleo (Cupet) etc.

7. Vossa Excelência se recordará, também, por ocasião de sua segunda visita a Cuba, da reunião interministerial convocada pelo pelo Vice-Presidente do Conselho de Estado, Carlos Lage Dávila, cujo formato inédito foi aventado pelas autoridades cubanas como medida da importância conferida ao relacionamento com o Brasil e da qual participaram os titulares do MINREX, MINCEX, MINBAS e MICONS, além das mais altas autoridades do Pólo Científico de Havana, para avaliação e seguimento conjunto com Vossa Excelência dos acordos assinados em janeiro. Ademais, as tratativas junto ao Banco Nacional de Cuba (BNC), o envio de subsídios para decisões de operações de crédito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e análises econômicas, comerciais e financeiras específicas sobre Cuba para a Sociedade Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) pautaram o acompanhamento desses temas pelo Posto.

8. A missão empresarial liderada por Vossa Excelência compôs-se de 40 pessoas e foi recepcionada por uma centena de homens e mulheres de negócios de Cuba. Na mesma linha, a delegação de 30 empresários encabeçada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) manteve contatos com outra centena de executivos cubanos. Grandes empresas brasileiras realizaram missões específicas, acompanhadas pela Embaixada, de prospecção de negócios e avaliação de perspectivas de investimento, com destaque para aquelas da Petrobrás (prospecção de petróleo, produção de lubrificantes e cooperação empresarial), Odebrecht (infra-estrutura viária, com instalação de escritório em Havana), Vale (mineração), Camargo Correia (mineração e infra-estrutura viária), Votorantim (mineração), Case-New Holland (máquinas e equipamentos), Bioamazonas (controle de epidemias) e Pipeway (suporte à indústria petrolífera). A interlocução com a comunidade empresarial brasileira em Cuba, destacadamente as empresas BRASCUBA, Supply in Bond, FM Coempar, Green Belt e BGM, foi potencializada.

9. A participação do Brasil na XXVI Feira Internacional de Havana (XXVI FIHAV) foi sintomática do mútuo interesse do exportador brasileiro e do importador cubano em incrementar os negócios. Maior edição da Feira nos cinco últimos anos, apesar dos efeitos negativos dos furacões no segundo semestre, a XXVI FIHAV galardoou a presença brasileira com prêmios de melhor pavilhão e comunicação integrada (APEX), além de ter propiciado negócios imediatos e identificado oportunidades futuras, contribuindo também para uma projeção positiva do Brasil. Em outra linha de negócios, os contatos realizados durante o ano para a divulgação em Cuba do padrão

de TV Digital adotado pelo Brasil servem de exemplo de outras frentes do incremento da parceria econômica.

10. No que tange aspectos de cooperação técnica, ressalte-se a realização da VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Cuba e da II Reunião do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia Brasil-Cuba compostas de representantes dos seguintes organismos brasileiros: Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e Banco Central do Brasil.

11. Missões especializadas também se verificaram nesse setor, como a do Presidente e respectiva delegação do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), seguida de visita do Diretor de Cooperação Internacional do referido órgão; a missão do Presidente e respectiva delegação da Agência Nacional de Águas (ANA) para avaliação da cooperação com o Instituto Nacional de Recursos Hídricos de Cuba (INRH); diversas missões da EMBRAPA, ao longo do ano, para a consecução de acordos de cooperação em matéria de pesquisa agrícola, com destaque do cultivo da soja em Cuba. Manteve-se igualmente em nível elevado o fluxo de pesquisadores cubanos e brasileiros no âmbito dos acordos de cooperação vigentes, especialmente as missões da ANVISA, da FIOCRUZ e do Ministério da Saúde, para seguimento da cooperação com importantes instituições cubanas (transferência de tecnologia e cooperação na produção de medicamentos de alto custo e produção conjunta da vacina antimeningocócica para a Organização Mundial da Saúde (OMS)), além daqueles projetos assinados por conta da primeira visita presidencial a Cuba.

12. O intercâmbio Brasil-Cuba ensejou diversificada interlocução com as principais entidades em cooperação técnica, científica e tecnológica de Cuba, notadamente, o Ministério de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (CITMA), o Ministério de Educação Superior (MES), o Ministério de Saúde Pública (MINSAP), o Centro de Controle Estatal de Medicamentos (CECMED) e o Pólo Científico de Havana (especialmente o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB), Instituto Finlay, Centro de Imunologia Molecular (CIM) e Centro de Biopreparados (BIOCEN)).

13. Outros eventos que motivaram o estreitamento da cooperação entre os dois países foi a participação brasileira no congresso internacional "Biotecnologia Havana 2008", organizado pelo CIGB, sob o tema "Agrobiotecnología - nuevos enfoques ante grandes retos", a participação cubana no Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico - CONSEGI, a assinatura do acordo de cooperação entre os institutos de ciência e tecnologia de Cuba (Instituto de Informação Científica e Tecnológica - IDICT/CITMA) e Brasil (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT/MCT) e os contatos realizados com o Instituto Cubano de investigação sobre os Derivados da Cana de Açúcar (ICIDCA) e com a empresa Labiofam, centro de excelência do MINAGRI.

14. Particularmente quanto a divulgação do CONSEGI-2008, realizou missão a Cuba a Coordenadora Estratégica de Relações Institucionais e Cooperação do SERPRO (CERIN/SERPRO), Dra Ana Maria Amorim, junto a autoridades e técnicos cubanos, com o objetivo adicional de avaliar o funcionamento dos telecentros doados, em 2006, pelo SERPRO à Biblioteca Nacional José Martí e à Faculdade de Línguas Estrangeiras da Universidade de Havana.

15. Os furacões que assolaram Cuba no segundo semestre de 2008 (Faye, Gustav, Hanna, Ike e Paloma) inspiraram, pela sua magnitude e pelos danos causados, a realização de duas missões de ajuda humanitária brasileira por via aérea (30 toneladas de alimentos) e uma outra missão por via marítima (500 toneladas de alimentos - NDCC Mattoso Maia), além de um adensamento no diálogo com o Sistema Nações Unidas em Cuba, particularmente os escritórios da FAO, do PNUD e do PMA em Havana.

16. O cooperação educacional pautou-se principalmente pela assistência aos estudantes brasileiros selecionados pelo Governo cubano para a participação em cursos de graduação ministrados no país, em particular na área de Medicina, que é a maior comunidade de brasileiros residentes em Cuba (aproximadamente 850 estudantes). Nesse contexto, continuou a priorizar-se o acompanhamento do reconhecimento dos títulos no Brasil, destacando-se o encaminhamento favorável dado a essa questão, sobretudo após a primeira visita presidencial a Cuba. O Grupo de Trabalho Interministerial sobre a matéria elaborou projeto piloto, que começará a ser aplicado aos Médicos graduados em Cuba, a partir de março de 2009. Foi dado seguimento à prática de visitas às Escolas de Medicina e de encontros periódicos dos estudantes comigo, na Embaixada. Por conta dos efeitos devastadores do furacão Gustav, os alunos do Novo Programa de Medicina foram trasladados

definitivamente da Ilha da Juventude para Havana (Faculdade Salvador Allende).

17. O Brasil enviou importante delegação de reitores para o "VI Congresso Internacional de Educação Superior - Universidade 2008", encabeçada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, para a discussão com autoridades cubanas e estudantes brasileiros dos encaminhamentos para a questão do reconhecimento dos diplomas de Medicina expedidos por Cuba.

18. Manteve-se a participação de estudantes cubanos nos Programas de Graduação e de Pós-Graduação oferecidos pelo Governo brasileiro (PEC-G e PEC-PG do CAPES-MRE). Foi dada continuidade ao Programa de Leitorado Brasileiro (Programa CAPES-SESU/MEC) na Faculdade de Letras e Línguas Estrangeiras (FLEX) e obtidos, por intermédio da Embaixada em Buenos Aires e da FUNCEB, métodos para a divulgação e ensino da língua portuguesa (em áudio e brochuras) solicitados pela FLEX. Além disso, conseguiu-se o endosso do Ministério da Educação para projeto de intercâmbio e treinamento de professores de português, a ser examinado proximamente pela CAPES. Ainda no mesmo capítulo, realizaram-se as "III Jornadas da Língua Portuguesa", na sede da União Latina em Havana.

19. No âmbito cultural, destacou-se a mostra de cinema "O Brasil Recupera a sua Memória: Homenagem ao Diretor Brasileiro Joaquim Pedro de Andrade", na qual foi exibida a obra completa, restaurada, do cineasta. Registrou-se expressiva participação brasileira no "XXX Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano", em que, além da delegação numerosa de diretores, atores e produtores de cinema brasileiros, a convite do Senhor Secretário-Geral, o Presidente da ANCINE realizou visita de trabalho de três dias, no âmbito do Festival, para discutir a realização de homenagens eventuais no Brasil pelo transcurso, em 2009, do 50º aniversário do ICAIC.

20. O Brasil esteve presente também no "Festival Internacional Jazz Plaza", em que atuaram o músico João Donato e Trio; no "IX Festival Internacional de Documentários Santiago Álvarez in memoriam" (Santiago de Cuba), no qual foram premiados os filmes "Milton Santos", de Silvio Tandler, e "Cartola", de Lyrio Ferreira; no "VI Festival Internacional do Cinema Pobre", em que saiu premiada a cineasta Mari Correa; e na "XII Feira Internacional de Música, Imagem e Som - CUBADISCO", dedicada a "A África e a sua Diáspora", que contou, entre outros, com a presença do compositor Luís Carlos Vilas e do musicólogo e Maestro

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 02/03/2009 17:10:45 N.º: 00120

Haroldo Costa. Por outro lado, no âmbito do Programa de Divulgação da Realidade Brasileira (PDRB-2008) participaram cinco músicos cubanos no "XIV Festival Internacional de Violoncelos", no Rio de Janeiro.

21. No contexto deditorial, foi publicada a obra "Globalização da Natureza e Natureza da Globalização", do geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Conçalves, vencedora do "Prêmio Brasil", edição 2008, da Casa das Américas, e contratada a publicação do primeiro volume de a "Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque", do Prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, em colaboração com o Fundo Editorial da Casa das Américas.

22. As relações consulares repercutiram a tendência positiva do relacionamento bilateral. Concederam-se quase 3.000 vistos em 2008, ou quase 250 por mês. Dos 1.342 vistos de turista concedidos, 700 o foram para cidadãos com objetivos de lazer, sendo que os demais representaram viagens para seminários, congressos e reuniões. Foram concedidos, ademais, 731 vistos de negócios e 269 vistos para pesquisadores e/ou estudantes. A renda consular beirou US\$100.000,00. Além de intensificar o atendimento à crescente comunidade brasileira em Cuba, o trabalho consular operou como importante instrumento de ação diplomática, pela sinergia demonstrada com os demais vetores de ação da Embaixada (político, comercial, de cooperação e cultural) no fornecimento de informações (inteligência comercial, pólos de cooperação etc) e na facilitação de contatos com as interfaces cubanas.

23. Ao sublinhar que todos os eventos acima mencionados tiveram o envolvimento direto do Posto, ressaltou que o desafio que se apresenta para 2009 é a manutenção e a expansão de um relacionamento forjado em bases elevadas e sólidas no ano passado, para o que estou seguro continuar a receber o apoio do Senhor Presidente da República, de Vossa Excelência e do Senhor Secretário-Geral, expressa e sobejamente manifestado em 2008.

ERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

LAM

De: BRASEMB HAVANA

Recebido em: 16/07/2009 17:22:45 N.º: 00468

CARAT=Reservado

De Brasemb Havana para Exteriores em 16/07/2009 (LMS)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DPG/DOC/DIC/DPF/CGDECAS/CGFIN/DCAR

DESCR=XPRO-EFIN-CUBA

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 424, TEL 454

CATEG=MG

//

Brasil-Cuba. Memorando de
Cooperação Econômica. Missão
do Sr. MDIC em Cuba. Visita ao
Porto de Mariel. 09/07/09.

Relato.

//

Nr. 00468

RESUMO=

O Sr. MDIC visitou o Porto de Mariel, em 9 de julho, no contexto de sua missão oficial a Cuba, ocasião em que formalizou, juntamente com o Vice-Presidente Ricardo Cabrisas, o início da execução do projeto de ampliação e modernização daquele complexo logístico, cuja primeira etapa será realizada pela Odebrecht, com recursos decorrentes do Memorando de Cooperação Econômica Brasil-Cuba assinado em janeiro de 2008.

À ATENÇÃO DOS SENHORES SGEN E SGAS E DAS SENHORAS CHEFES DE GABINETE DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO E DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL.

No contexto de sua visita oficial a Cuba, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil

(MDIC), Miguel Jorge, visitou, em 9 de julho último, o Porto de Mariel, importante complexo logístico da macro-região de Havana, cujo projeto de ampliação e modernização terá sua primeira etapa executada pelo grupo brasileiro Odebrecht, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao amparo do Protocolo de Entendimento sobre a Cooperação Econômica e Comercial entre Brasil e Cuba, assinado em janeiro de 2008, no âmbito da visita do Senhor Presidente da República ao país.

2. Acompanhei o titular do MDIC em sua visita a Mariel - que constou de apresentação do projeto e recorrido aéreo e terrestre pelas instalações do Porto -, da qual também participaram o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Arcuri, o Vice-Presidente e Diretor de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), Maurício Borges, o Assessor Especial do MDIC, Ministro Mauro Couto, a Chefe da Assessoria Internacional do MDIC, Marcela Carvalho, além do Ministro Vilmar Coutinho e do Secretário Luiz Marfil, da Embaixada. A Odebrecht esteve representada pelo Diretor Superintendente para o Caribe, Marco Cruz, pelo Diretor de Negócios para Cuba, Ricardo Boleira, e pelo Diretor de Contratos da COI/Odebrecht (empresa criada especialmente para a execução do projeto cubano), Júlio Lopes Ramos.

3. O Governo de Cuba fez-se representar no evento por membros da primeira ordem do executivo: o Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Ricardo Cabrisas Ruiz; o também Vice-Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Transportes (MITRANS), Jorge Luiz Sierra Cruz; o Ministro do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (MINCEX), Rodrigo Malmierca Díaz; a Presidenta do Banco Nacional de Cuba (BNC), Irma Martínez Castellón; o Presidente Executivo do Grupo de Apoio Empresarial do Ministério das Forças Armadas (GAESA/MINFAR), Luiz Alberto Rodríguez López-Calleja; e o Presidente da holding cubana Almacenes Universales S.A (AUSA), pertencente ao GAESA/MINFAR e controladora da empresa Zona de Desarrollo Integrado de Mariel (ZDIM), responsável pelos projetos de desenvolvimento econômico da região, incluindo a administração do complexo portuário de Mariel e do respectivo projeto de ampliação e modernização, Vice-Almirante Pedro Perera Ruiz.

4. Como se sabe (tel 424), o objetivo do projeto ZDIM é criar um complexo logístico moderno de alta escala, composto de um porto de águas profundas e um centro regional de distribuição de bens e serviços, articulado com as principais vias de acesso ao interior do país e garantidor do desenvolvimento

sustentável daquela região-chave, levando-se à criação de uma zona econômica em Mariel, articulada como eixo econômico da região metropolitana de Havana, no âmbito de um projeto nacional que antevê Cuba como um grande entreposto comercial no Caribe e uma base privilegiada do fluxo interoceânico de mercadorias.

5. O projeto foi estimado em US\$ 2 bilhões como um todo e em US\$600 milhões para a primeira fase, dividida, por sua vez, em duas etapas, sendo que a primeira delas - dragagem do Porto, construção/recuperação da malha viária adjacente ao Porto (51,3km de rodovias e 75,9 km de ferrovias) e construção de um pier - é a que mobilizará os US\$341 milhões decorrentes do Memorando de Entendimento para utilização pela Odebrecht em obras de infraestrutura e importação de produtos e serviços brasileiros (US\$289,9 milhões com recursos BNDES (85%) e os restantes US\$51,1 milhões (15%) com aportes do Governo Cubano). Recordo que no dia anterior, o Presidente do Banco Central de Cuba, Ministro Eduardo Medina, ao receber o Ministro Miguel Jorge na sede daquela instituição, anunciara a realização do aporte dos 15% (US\$7,7 milhões), de competência do Governo de Cuba, do valor correspondente à parcela de 2008 (US\$51,1 milhões) do crédito do BNDES para o projeto, o que viabilizaria o início das obras (tel 454). Para registro, as parcelas correspondentes aos demais anos são US\$62,5 milhões (2009) US\$135 milhões (2010) e US\$92,4 milhões (2011).

6. Durante a apresentação do projeto, o Vice-Almirante Perera, ao celebrar a cooperação brasileira em Mariel como um "exemplo de colaboração regional materializada", solicitou os bons ofícios do Sr. MDIC para avançar temas no desenvolvimento do projeto:

- i) "Atualizar a documentação no Brasil e em Cuba, dadas as mudanças das obras objeto do crédito brasileiro";
- ii) "ZDIM deve substituir a Transpoy como empresa ordenadora das despesas e investidora principal do projeto a partir da segunda parcela do crédito [2009]".
- iii) "Constituir a União Temporária Empresarial (UTE) entre COI e Quality [Ministério da Construção - MICONS]".
- iv) "Ajudar a garantir as três parcelas restantes do Crédito Brasil, no interesse do desenvolvimento de Mariel, em especial a correspondente a 2009";
- v) "Contribuir para que as obras sejam concluídas em 34

meses, uma vez que a partir de 2011 se dará o gradativo encerramento das atividades portuárias do Porto de Havana";

vi) "Analisar a possibilidade de incrementar o volume de recursos previstos no Crédito Brasil para as obras de infraestrutura".

7. De fato, (em referência a "i" e "ii") requerer-se-ão modificações nos contratos, e por conseguinte, na documentação submetida ao BNDES e no contrato interbancário BNDES-BNC, uma vez que à empresa contraparte cubana Transpoy (MITRANS) sucederá a ZDIM (GAESA/MINFAR), pela mudança da natureza do projeto. Lembro também (em referência a "iii") que a lei de investimento estrangeiro de Cuba (Lei 77/1995), que prevê os contratos de associação econômica internacional, normatizará o relacionamento econômico derivado do projeto. Outrossim, (em referência a "v") o plano estratégico do país para o eixo econômico Havana-Mariel prevê a especialização dos portos: Havana, de menor calado, seria voltado ao turismo; Mariel, de calado superior, para o escoamento da produção exportável e recepção das importações.

8. Recordo, (em referência a "vi") que durante a reunião interministerial realizada por ocasião da missão de Vossa Excelência a Cuba, em maio de 2008 (tel 393/2008), foram apresentados os projetos priorizados pelo Governo de Cuba, com os recursos distribuídos setorialmente: infraestrutura, US\$341 milhões; indústria farmacêutica, US\$140,6 milhões; turismo, US\$87,2 milhões; mecanização agrícola, US\$47,1 milhões. Parece-me que o Governo cubano não descartaria "canibalizar" os demais projetos em benefício do empreendimento de Mariel.

9. Friso, ademais, (em referência a "iv") que os US\$600 milhões de "crédito Brasil", solicitados por Cuba quando da Cúpula Iberoamericana de Santiago, no final de 2007, e concedidos quando da visita do Senhor Presidente da República e assinatura do Memorando de Cooperação Econômica, em janeiro de 2008, com parcelamento pelo COFIG em "tranches" de US\$150 milhões em 4 anos, ao mesmo tempo que não são uma linha de crédito, no sentido de que os recursos estariam disponíveis para uso à discricionariedade do Governo de Cuba, mas um limite pensado para análise da concessão de novos financiamentos a projetos de investimento priorizados pelo país, no sistema de "supplier's credit", tampouco representam a exposição de Cuba, uma vez que significam mais propriamente o valor dos produtos e serviços brasileiros envolvidos nos projetos de investimento, que serão financiados à razão de 85% pelo BNDES. Nesse sentido, a exposição não seria US\$616

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/07/2009 17:22:45 N.º: 00468

milhões, ou o somatório dos projetos, mas de US\$523,6 milhões, posto que os restantes US\$92,4 milhões (15%) seriam antecipados ("down payment") por Cuba no mencionado regime do crédito do BNDES.

10. Na cerimônia de que marcou o início das obras do Porto de Mariel, o Ministro Malmierca comemorou o "dia importante do relacionamento bilateral". Segundo o titular do MINCEX, a colaboração do Brasil para a realização de um projeto estratégico de tal magnitude para Cuba é a demonstração do nível que atingiram as relações econômicas entre os dois países. Ao sublinhar que o evento se deu na presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, afirmou que a visita do Sr. MDIC não seria a última, uma vez que a própria dinâmica e profundidade do relacionamento bilateral demandariam novas visitas.

11. O Ministro Miguel Jorge, por sua vez, manifestou-se honrado por participar de um projeto tão importante para Cuba e para o Caribe. Considerou, ademais, o projeto de Mariel como símbolo do estreitamento entre Cuba e Brasil, uma "cola", um "pegamento" que ele deseja ver solidificado. Afirmou ser igualmente uma alegria saber que o Brasil está participando não somente do presente de Cuba, mas também do futuro do país. Asseverou dizê-lo em seu nome e em nome do Presidente Lula, "que, todos sabem, tem um afeto e um carinho especial por Cuba e sua gente".

12. Segue para o Senhor SGEN, por mala diplomática, cópia da apresentação sobre o Projeto da Zona de Desenvolvimento Integrado de Mariel.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

LAM

De: BRASEMB HAVANA

Recebido em: 16/10/2008 15:06:08 N.º: 00691

CARAT=Reservado

De Brasemb Havana para Exteriores em 16/10/2008 (NML)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DCAR/DOC/DPG/CGDECAS/CGFIN/ABC/DCTEC

DESCR=XPRO-ETEC-CUBA

CATEG=MG

//

Brasil-Cuba. Comércio,
investimentos e cooperação
técnica. Visitas a empresas
cubanas com vínculos com o
Brasil.

//

Nr. 00691

RESUMO=

Recentes visitas a empresas cubanas com
relacionamento com o Brasil - Labiofam, Brascuba e
Biocen - ilustram positivamente a situação atual e as
perspectivas de comércio, investimentos e cooperação
técnica entre os dois países.

Realizei na semana passada visitas a empresas cubanas com
vínculos com o Brasil - Labiofam, Brascuba e Biocen -, as
quais permitem elementos para uma avaliação positiva da
situação atual e as perspectivas de comércio, investimentos e
cooperação técnica entre Brasil e Cuba.

2.Em 7 de outubro, fui recebido pelo Presidente da
Labiofam, José Antonio Fraga Castro (sobrinho de Fidel e Raúl
Castro). A Labiofam é empresa subordinada ao Ministério da
Agricultura de Cuba e comercializa e exporta medicamentos
destinados à saúde animal e ao controle de vetores. Segundo
informam funcionários da empresa, a Labiofam já participou de
projetos de combate à malária junto ao Governo do Estado do
Amazonas e de controle da dengue com a Secretaria Municipal
do Rio de Janeiro. Atualmente, 42 técnicos cubanos realizam
trabalho de combate da malária em diversos municípios do
Estado do Amazonas a partir de processos de controle
biológico, ou "bioprospecção", com a utilização de
biolarvicida produzido pela empresa cubana, que tem acordo
com a empresa Bioamazonas, cujo presidente afirmou estar em
negociação a constituição naquele Estado de uma joint-venture

entre as duas empresas para a fabricação de larvicidas. A Labiofam estaria igualmente em tratativas com o Governo do Estado do Acre para a construção de uma fábrica de medicamentos também naquela unidade da Federação (tel 511).

3. Em 8 de outubro, fui recebido pelo corpo diretivo da empresa mista Brasil-Cuba, Brascuba: Co-presidentes Guillermo Hepburn Bou (Souza Cruz - hondurenho) e Adolfo Díaz Suárez (Tabacuba - foi Ministro da Agricultura de Fidel Castro). Participaram também os executivos brasileiros Cláudio Wulf (operações) e Fernando São Tiago (marketing). A Brascuba é fabricante de cigarros para o mercado de divisas e única joint-venture entre o Brasil e Cuba em operação no país. Controlada por gestão compartilhada entre a empresa cubana Tabacuba e a brasileira Souza Cruz (do Grupo BAT), a empresa tem sido referência para empresas brasileiras com prospecção de oportunidades em Cuba, no sentido de fornecer informações sobre o mercado, a legislação empresarial, as práticas corporativas e o ambiente de negócios de Cuba. A esse respeito, a empresa já recebeu visitas e consultas de importantes instituições e empresas brasileiras como a Petrobrás, a APEX, a Odebrecht e a FIEMG (tels 49, 199, 267 e 479, respectivamente), bem como do Ministro do Trabalho (tel 293).

4. Em 9 de outubro, fui recebido pelo Diretor Geral do Centro Nacional de Biopreparados - Biocen, Alberto Agraz Fierro. A empresa pertence ao Pólo Científico de Havana, complexo tecnológico de mais de 53 instituições de investigação e produção de bens intensivos em tecnologia. É a empresa que produz em escala industrial medicamentos com princípios ativos elaborados em outras instituições do Pólo, como o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB) e o Centro de Imunologia Molecular (CIM), instituições que mantêm importante cooperação com a FIOCRUZ no campo da transferência de tecnologia da produção de fármacos. A Biocen participa de projeto de cooperação com o MAPA e a ANVISA sobre intercâmbio de experiências em bio-fármacos e incorporação de laboratórios cubanos numa rede bilateral de validação de métodos, por conta do que esteve na recente VIII Reunião do GT de Cooperação Técnica Brasil-Cuba (tel 645). Participa de uma joint-venture no Brasil para o desenvolvimento de produtos de base biotecnológica (Biocen do Brasil, localizada em Campinas).

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/10/2008 15:06:08 N.º: 00691

LAM

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2008 13:38:20 N.º: 00766

De Brasemb Havana para Exteriores em 26/11/2008 (NML)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DIC/DOC/DPG/CGDECAS/CGFIN/DIR II/DCAR
DESCR=XPRO-EFIN-CUBA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 685
CATEG=MG

//
Brasil-Cuba. Comércio e
investimentos. Situação e
oportunidades. Apresentações
de autoridades do MINCEX e do
MINVEC. Relato.
//

Nr. 00766

RESUMO=

Exposições de autoridades do MINCEX e do MINVEC contribuem para análise e compreensão das especificidades, da situação atual e das perspectivas do comércio exterior e do investimento estrangeiro em cuba.

Exposições de autoridades cubanas de nível de direção, nos vetores de comércio exterior e investimentos, por ocasião de missão empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG, realizada em Havana, em outubro último (tel 685), aportam elementos para análise do comércio exterior e do investimento estrangeiro em Cuba.

2.Na componente comercial, A Sra. Edilia Prince Ledesma, Diretora para América Latina e Caribe do Ministério do

Comércio Exterior de Cuba (MINCEX), fez palestra sobre o estado atual do relacionamento comercial entre Brasil e Cuba. Em sua exposição, a funcionária do MINCEX recordou que Cuba pertence à OMC e é membro fundador do GATT. O mercado cubano é de 11,2 milhões de habitantes, além de 2 milhões de turistas estrangeiros e há dois mercados domésticos, com decorrente dupla circulação monetária, em moeda nacional e em peso cubano conversível.

3. Edilia Prince esclareceu que as operações de comércio exterior são negociadas, contratadas e executadas por empresas cubanas de importação e/ou exportação, cabendo às empresas "trading" estrangeiras facilitar os contatos, mas não assinar contratos. Informou que as tradings cubanas realizam as operações comerciais segundo listas específicas de produtos autorizadas pelo MINCEX. Enfatizou que as chances penetrar no mercado cubano serão proporcionais à capacidade das empresas em atender planos e prioridades governamentais, bem definidos, nos diferentes setores da economia.

4. A Diretora do MINCEX prosseguiu explicando a estrutura empresarial do país e instou os empresários brasileiros a conhecerem as modalidades de crédito e seguro à exportação disponíveis no Brasil para Cuba (Banco do Brasil, BNDES, SBCE), a correspondência de bancos brasileiros e cubanos, os serviços e empresas de transporte marítimo à disposição do tráfego entre os dois países e as vantagens tarifárias elencadas pelo ACE-62.

5. Quanto a este último, particularmente, Edilia Prince comentou ter sido o primeiro acordo tipo 4 + 1 assinado por Cuba, mediante o qual se multilateralizam as preferências tarifárias outorgadas pelos acordos bilaterais com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Segundo a expositora, por meio do ACE-62 Cuba outorga preferências para 2.720 posições tarifárias e recebe para 1.242, o que se estabelece a partir de um cronograma de desgravação em um período máximo de 5 anos.

6. Elencou, ademais, as oportunidades de negócios e as empresas importadoras dos setores prioritários para economia cubana, assim definidos: alimentos, bebidas; produtos agrícolas; construção civil; calçados e vestuário; saúde; máquinas e equipamentos.

7. Em relação a dados de comércio exterior, que contemplam números de 2007, houve uma reorientação dos fluxos comerciais, em termos continentais. Em 1990, 85% do intercâmbio comercial cubano se limitava à Europa, contra 7% de América e Ásia,

cada um. No ano passado, o comércio com a América foi o mais relevante, 45%, contra 26% de Ásia e Europa, cada um. Nota-se, contudo, que permanecem quase nulos os intercâmbios com África e Oceania.

8.Em relação a outro "driver" comercial, Edilia Prince comentou que a economia cubana está em processo de transição de uma estrutura exportadora de bens tradicionais, como a cana-de-açúcar, para uma economia de venda de serviços. Ilustrou essa afirmativa com dados da balança de contas-correntes cubana, segundo os quais, Cuba exportou 90% em bens contra 10% em serviços em 1989, ao passo que essa relação se inverteu em 2007, sendo que os serviços reponderam por 64% dos ingressos em contas-correntes, contra 36% dos bens.

9.Os dados de 2007 apontam para uma pauta exportadora de bens extremamente dependente das vendas de níquel: 56% do total de produtos exportados, contra 9% de medicamentos genéricos e biotecnológicos, 6% de tabaco, 5% de açúcar e derivados, 4% de combustíveis, óleos e outros minerais; 4% de equipamentos médicos e 2% de produtos pesqueiros. Sem contar o petróleo, as importações cubanas se concentraram nos produtos alimentícios, com 17% do valor importado no ano passado, além de 6% em metais, vidros e veículos cada um, 5% em têxteis e 4% em plástico e borracha.

10.Na relação comercial com o Brasil, notou-se grande incremento da corrente bilateral de comércio entre 2003 e 2007, explicada pelo significativo aumento das exportações brasileiras, comparado aos modestos valores das respectivas importações. A funcionária do MINCEX enfatizou, ademais, que essa tendência se intensificou no primeiro semestre de 2008. Sempre a partir de cifras do MINCEX, o comércio bilateral teria ultrapassado US\$ 300 milhões nos primeiros seis meses deste ano, ao passo que no mesmo período de 2007 o respectivo montante não alcançou US\$200 milhões.

11.A pauta comercial entre os dois países também se mostra concentrada. Segundo os dados do MINCEX, dos valores exportados pelo Brasil a Cuba em 2007, 52% foram alimentos; 16% máquinas e equipamentos; e 7% madeira, papel e cartão. No mesmo sentido, houve expressiva concentração das compras brasileiras provenientes de Cuba em medicamentos genéricos e biotecnológicos - 83%.

12.Em termos de relevância do mercado de destino, destacou a palestrante a importância relativa do Brasil nos dois fluxos comerciais em 2007: Cuba orientou ao Brasil 17% do valor de suas exportações de medicamentos e 7% das vendas cimento,

enquanto comprou do Brasil 15% de todo o valor importado de madeira, papel e papelão e 11% da importação de alimentos.

13.Em relação à dimensão dos investimentos diretos, a Sra. Anaiza Rodríguez Rodríguez, Diretora de Avaliação e Gestão de Projetos de Investimento do Ministério para o Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica de Cuba (MINVEC), realizou exposição sobre a situação atual e as perspectivas do investimento estrangeiro direto (IED) no país. Recordo, por oportuno, que os dados foram posteriormente reapresentados na conferência "Oportunidades de Negócios e Panorama Geral do Investimento Estrangeiro em Cuba", organizada pelo MINVEC no contexto da XXVI Feira Internacional de Havana (tel 753).

14.Segundo a autoridade do MINVEC, o investimento estrangeiro na Ilha visa a complementar os esforços nacionais empreendidos para alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico nos setores e regimes que o país tem priorizado. Os projetos que se promovem são aqueles que contribuam ao Plano Nacional de Substituição de Importações, no sentido de fomento à produção nacional, desenvolvimento da atividade industrial e incentivo às exportações. Busca especialmente novos mercados para a exportação, tecnologias competitivas e financiamento de longo prazo e se ajusta às condições do entorno geográfico e às necessidades concretas do país em cada momento de seu desenvolvimento.

15.Rodríguez discorreu sobre as formas que o IED pode adotar no país: empresa mista, contrato de associação econômica internacional ou empresa de capital totalmente estrangeiro, assim definidos pela Lei No. 77, de 1995, ou ainda contrato de produção cooperada ou contrato de administração, modalidades previstas no Acordo No. 5.290 dos Conselhos de Estado e de Ministros.

16.As garantias que Cuba concede ao capital estrangeiro estão, segundo a palestrante, no reconhecimento na Constituição do país, a partir de 1992, da propriedade das empresas mistas, sociedades e associações econômicas. Igualmente, a lei cubana permite a livre transferência ao exterior dos dividendos do sócio estrangeiro. Os investimentos não podem ser expropriados, salvo por utilidade pública e interesse social, mediante prévia indenização.

17.A Diretora do MINVEC mencionou ter Cuba subscrito 62 Acordos de Proteção Recíproca de Investimentos (APPIs) e 11 Acordos contra a dupla tributação. Com incentivos ao investimento internacional, relacionou a remessa de

dividendos livre de impostos, a previsão de um regime especial de obrigações fiscais (imposto de renda em 30%, imposto sobre a utilização da força de trabalho em 11%, contribuição à seguridade social de 14%) e isenção do pagamento de impostos sobre os ganhos pessoais a partir dos dividendos. Outras vantagens fiscais podem ser avaliadas caso a caso, acrescentou.

18. Rodríguez elencou como vantagens comparativas de Cuba como destinatária de IED o clima de segurança oferecido para os executivos estrangeiros, a força de trabalho altamente qualificada e a estabilidade política e social. Mencionou ainda a integração econômica de Cuba à América Latina e Caribe por conta da participação do país junto a ALADI, CARICOM e ALBA; a localização geográfica no centro de um mercado em expansão e de importantes rotas comerciais; e a alta performance e fomento governamental da atividade de pesquisa e desenvolvimento e da inovação tecnológica e suas aplicações.

19. A funcionária do MINVEC apresentou dados estatísticos sobre os negócios estrangeiros no país. Das atuais 314 iniciativas empresariais com capital externo, 229 (73%) são associações econômicas internacionais (empresas mistas ou "joint ventures"), 63 (20%) são contratos de administração hoteleira, 14 (4,5%) são contratos de produção cooperada e 8 (2,5%) são contratos de administração produtiva.

20. Os resultados econômicos das joint ventures alcançaram o patamar de US\$3 bilhões em vendas e US\$ 2 bilhões em exportações durante 2007. Ao longo do período 2001-2007, aquelas empresas tiveram crescimentos médios anuais de 14% nas vendas, 20% nas exportações, 32% no lucro líquido e nos dividendos.

21. As associações econômicas estão bem distribuídas pelos setores da economia cubana, pois nenhum setor abarca mais de 20% das referidas iniciativas empresariais. Das 229 empresas mistas em operação no país, 39 (17%) operam setor de turismo, 26 (11%) no setor petrolífero e petroquímico e 22 (10%) no setor agro-alimentar. A distribuição por países de origem é um pouco mais concentrada: 63 (27%) negócios têm participação espanhola, 33 (14%) têm participação canadense e 31 (13%) têm participação venezuelana.

22. Em relação ao Brasil, a executiva do MINVEC comentou a assinatura de um APPI em 1997 (não ratificado ainda pelo Governo brasileiro). Comentou a existência de duas empresas mistas com o Brasil (uma é a produtora de cigarros BRASCUBA,

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2008 13:38:20 N.º: 00766

associação entre a Tabacuba e a Souza Cruz (BAT) e a outra, em processo de liquidação e não operativa, é a associação com a BUSSCAR no segmento de produção de ônibus). Informou que se encontram em negociação a criação de nova empresa para a produção de lubrificantes (Petrobrás) e construção de infraestrutura viária (Odebrecht). Também fez referência à assinatura, então eventual, do contrato de risco para a prospecção e exploração de petróleo em águas profundas (também Petrobrás), que se efetivou durante a recente visita do Senhor Presidente da República (tel 718).

23.Por fim, Rodríguez discorreu sobre os setores priorizados pelo Governo cubano para o desenvolvimento de novos negócios: turismo (construção de novas capacidades de alojamento nos diferentes pólos turísticos do país), mineração e petróleo (projetos associados à exploração de petróleo, serviços associados à melhora da qualidade dos poços petrolíferos e desenvolvimento da indústria do níquel e de outros metais), infraestrutura (infraestrutura produtiva, hoteleira, viária e de moradia), agricultura e embalagens.

24.Observe que o Brasil tem presença muito expressiva em todos os setores acima elencados, pela participação direta em projetos concretos (Petrobrás e Odebrecht), pelo financiamento das exportações brasileiras que amparam projetos cubanos de segurança alimentar e investimentos (BB, BNDES e SBCE), pela cooperação técnica e transferência de tecnologia (EMBRAPA) e pelos contatos com empresas brasileiras (Vale, Votorantim, Camargo Correia e recentes missões empresariais como as coordenadas por Vossa Excelência, em maio, e pela FIEMG, em outubro).

25.Transmito à DIC, por meio eletrônico, as mencionadas apresentações das autoridades do MINCEX e do MINVEC.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador.

LAM

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/11/2009 22:01:43 N.º: 00776

De Brasemb Havana para Exteriores em 11/11/2009 (LMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/ CGDECAS/ DOC/ DIC/ DCAR
DESCR=XPRO-EFIN-CUBA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 525, DET 504
CATEG=MG

//
Brasil-Cuba. Promoção de
Investimentos. Visita do Sr.
MDIC a Cuba (4 de novembro de
2009). Encontro com o
Presidente Raúl Castro.
//

Nr. 00776

RESUMO=

O Ministro Miguel Jorge efetuou visita de um dia a Havana e cumpriu extenso programa, que incluiu a I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Cuba de Assuntos Econômicos e Comerciais, a inauguração do pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Havana e encontros com altas autoridades cubanas, incluindo o Presidente Raúl Castro. Avançam os entendimentos para investimentos brasileiros em Cuba.

À ATENÇÃO DOS SENHORES SGEN E SGAS E DOS CHEFES DE GABINETE
DOS SENHORES MINISTRO DE ESTADO E SECRETÁRIO GERAL

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,
Miguel Jorge, efetuou, no último dia 4 do corrente, visita de

um dia a Havana para dar continuidade aos entendimentos já iniciados, com vistas à efetivação de possíveis investimentos brasileiros em Cuba. A extensa programação incluiu a primeira reunião do Grupo de Trabalho Cuba-Brasil para Assuntos Econômicos e Comerciais, cuja constituição havia sido decidida na ocasião da visita anterior do Ministro Miguel Jorge a Cuba em julho último (Tel 454, parágrafo 7), além de encontros com altas autoridades do país, incluindo o Presidente Raúl Castro.

2. Juntamente com o Ministro Vilmar Coutinho, acompanhei a programação do Ministro Miguel Jorge. Compuseram ainda a delegação o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Arcuri; o Assessor Especial do MDIC, Ministro Mauro Couto; o Sr. Diretor do DPR, Ministro Norton Rapesta; o Vice-Presidente e Diretor de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), Maurício Borges; a Secretária do Comitê de Financiamentos e Garantias (COFIG), Lúcia Helena Monteiro; a Chefe da Assessoria Internacional do MDIC, Marcela Santos Carvalho; o Assessor de Imprensa do MDIC, Jocimar Nastari; a Gerente de Exportações do BNDES, Raquel Duarte; os assessores da ABDI Leonardo Santana, Ricardo Martins e Simone Zerbinato; e o Diretor Executivo da EMBRAPA, José Geraldo Eugênio França.

3. Além da delegação oficial, acompanharam a visita do Ministro Miguel Jorge representantes das empresas Tangará Foods, Globoaves, EMS, FANAVID e WCM, que já haviam estado representadas na missão anterior do Ministro a Cuba em julho último, quando iniciaram contatos com as respectivas contrapartes cubanas. Além dessas, também acompanhou a visita representante da empresa CSEM Brasil, que iniciou contatos nas áreas de biotecnologia e nanotecnologia. Em reunião mantida com esses representantes logo no início da manhã do dia 4, o Ministro Miguel Jorge teve a oportunidade de inteirar-se a respeito dos contatos por eles desenvolvidos no dia anterior.

4. Participaram também do encontro o Co-Presidente da BRASCUBA, Antonio Nascimento, e o Gerente Geral da Companhia de Obras e Ingeniería - COI, Ricardo Boleira, brasileiros radicados em Havana. A BRASCUBA é a única empresa mista brasileiro-cubana em operação atualmente em Cuba, tendo surgido de investimento da Souza Cruz no início dos anos 90. A COI é a filial cubana estabelecida pela Construtora Norberto Odebrecht para a execução das obras do porto de Mariel (Tel 468) e possíveis outros contratos, alguns já em negociação. Ambos tiveram a oportunidade de narrar suas

experiências e intercambiar impressões com os representantes das empresas brasileiras que estão negociando projetos com Cuba.

5. A reunião do Grupo de Trabalho foi presidida em conjunto pelo Ministro Miguel Jorge e pelo Ministro cubano do Comércio Exterior e Cooperação Internacional, Rodrigo Malmierca, e dividiu-se em duas partes, a primeira reservada a funcionários dos governos e a segunda com a participação dos representantes das empresas brasileiras e suas respectivas contrapartes cubanas, na qual se passou em revista o estado das negociações em curso entre elas. Os resultados da reunião foram registrados em Ata assinada pelos dois Ministros.

6. Na primeira parte da reunião foram discutidos basicamente três pontos: a) a questão da distribuição das parcelas anuais de 2008 e 2009, no valor de USD 150 milhões cada, dos financiamentos outorgados pelo Brasil a Cuba; b) a solicitação de Cuba de crédito adicional no valor de USD 230 milhões para o projeto do porto de Mariel; e c) a solicitação de Cuba de elevação em USD 150 milhões do crédito rotativo destinado à compra de alimentos do Brasil.

7. Sobre o ponto a), conforme havia sido adiantado pela missão chefiada pelo Vice-Ministro Orlando Hernández Guillén a Brasília em setembro último (Desptel 422), a parte cubana insistiu em seu pleito de remanejar recursos originalmente destinados a projetos na área do Turismo em favor do projeto de Mariel (Tel 468, parágrafo 8). O Ministro Miguel Jorge deixou claro, entretanto, não ser possível contemplar o pedido, uma vez que, tendo sido assinados os contratos que concedem o financiamento entre o BNDES e as empresas brasileiras beneficiadas, estas já teriam iniciado a produção do material encomendado, não tendo como absorver o provável prejuízo de uma interrupção, visto serem empresas de porte médio ou pequeno. Ademais, estaria em jogo a própria credibilidade dos contratos de financiamento firmados pelo BNDES.

8. Diante da insistência da parte cubana sobre a necessidade urgente de recursos adicionais para permitir o início das obras do projeto de Mariel no curto prazo, chegou-se a acordo, refletido na Ata, pelo qual Cuba reconsiderará a questão dos projetos da área do Turismo incluídos na parcela de 2008 e a parte brasileira se compromete a incluir na parcela 2009, em caso de necessidade (ou seja, mediante pedido específico da parte cubana), recursos no valor de USD 38,7 milhões, como adiantamento da parcela correspondente a 2010. A parte cubana fez constar na Ata sua intenção de

apresentar proximamente a solicitação desse montante de crédito. A distribuição entre os projetos incluídos na parcela de USD 150 milhões de 2009 foi também acordada, com o projeto de Mariel (USD 108,7 milhões) ficando com a maior parte (72,5%).

9. Quanto ao ponto b), o Ministro Miguel Jorge mostrou-se aberto a considerar a concessão de crédito adicional para o projeto de Mariel. A parte cubana insistiu em obter essa concessão o mais breve possível, alegando a preocupação de garantir os recursos necessários para a consecução do projeto. O assunto foi objeto da conversa mantida pelo Ministro Miguel Jorge com o Vice-Presidente do Conselho de Ministros Ricardo Cabrisas, como narro abaixo.

10. Finalmente quanto ao ponto c), o Ministro Rodrigo Malmierca apresentou quadro de previsão de importações cubanas de alimentos do Brasil em 2010 no valor de USD 240 milhões. O quadro, reproduzido na Ata, indica as quantidades e os valores estimados para produtos de soja, milho, carne de frango, carne de porco e leite em pó. Referindo-se ao fato de que, ao longo desse ano, Cuba tem programado pagamentos dentro do esquema de crédito rotativo outorgado pelo Brasil ao amparo do PROEX da ordem de USD 91 milhões, o Ministro Malmierca solicitou incremento de USD 150 milhões na linha de crédito para amparar a totalidade das compras planejadas para esse ano.

11. O Ministro Miguel Jorge reagiu positivamente à solicitação e disse que o assunto será considerado, mas indagou sobre a ausência da carne bovina no quadro apresentado e solicitou que a parte cubana revisasse situação no que respeita a regulamentos e controles sanitários de maneira a destravar as importações desse produto a partir do Brasil por parte de Cuba. Esses entendimentos ficaram registrados na Ata, assim como a sugestão cubana de que fossem avaliados projetos conjuntos para incentivar a produção cubana de carne bovina. O Ministro Malmierca informou que o Governo cubano está empenhado em programa de apoio a cerca de 11.000 pequenos produtores de carne bovina, os quais poderiam beneficiar-se da cooperação nessa área. O Diretor Executivo da EMBRAPA disse que sua instituição examinará o assunto.

12. Cabe assinalar que a pedido da Secretária do COFIG, Lúcia Helena Monteiro, e da representante do BNDES, Raquel Duarte, foi incluída na Ata menção à solicitação do Brasil de que, para a concessão dos novos créditos solicitados, a parte cubana analise a possibilidade de uso de nova estrutura de

garantias baseadas em fluxos monetários depositados em conta no Exterior em divisas, em substituição à atual estrutura baseada em "escrow accounts" em pesos cubanos conversíveis em Cuba.

13. Na segunda parte da reunião foram ouvidos os relatos das empresas brasileiras e cubanas envolvidas nas negociações de diversos projetos, ficando o atual estágio destas registrado na Ata. Em linhas gerais, as empresas brasileiras participantes da missão lograram os seguintes avanços:

- Tangará Foods: avançou nos entendimentos para a implantação em Cuba de unidade de secagem de leite para a fabricação de leite em pó com capacidade de processamento de 250 mil litros por dia;

- Globoaves: avançou nas negociações para o estabelecimento de empresa mista para a produção de ovos e pintos de corte; também conversou sobre a possibilidade de implantação de fazenda modelo para a produção hortigranjeira, projeto que desenvolveria em parceria com a COI (Norberto Odebrecht), replicando iniciativa do gênero levada a cabo em Angola

- EMS: dando cumprimento ao memorando de entendimento firmado em julho entre a EMS e o Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología - CIGB (Tel 454, parágrafo 17), foram assinadas cartas de intenção para a fabricação conjunta de dois medicamentos (interferon em gel e supositório de estreptoquinasa) e examinou-se a possibilidade de estabelecimento de uma empresa mista para ampliar o escopo da cooperação entre a EMS e o CIGB; em negociação separada com a empresa Quimefa (ligada ao Ministério da Indústria Básica), a EMS analisou proposta de associação para a produção de produto cubano (Salbutamol Spray) no Brasil;

- FANAVID: avançou nas negociações para o estabelecimento de uma fábrica de vidros planos, cujo investimento está avaliado em torno de USD 150 milhões, em parceria (empresa mista) com sua contraparte cubana, a empresa CEMVID (ligada ao Ministério da Indústria Básica); nos próximos quinze dias a FANAVID deverá apresentar proposta de memorando de entendimento para a elaboração de estudo de viabilidade do projeto; a assinatura do memorando deverá ocorrer ainda este ano.

- WCM: avançou nas negociações para o estabelecimento de uma empresa mista para a fabricação em Cuba de móveis de aço; a contraparte cubana, a empresa ICEM (ligada ao Ministério das Indústrias Sidero-Mecânicas - SIME), apresentará proposta de

contrato ainda este ano; a WCM também manteve negociações com a empresa ENVAL (ligada ao SIME) para uma parceria para a produção de latas de alumínio; nesse contexto, os representantes da empresa brasileira mantiveram contato com a empresa Bucanero (empresa mista cujo sócio estrangeiro é a IMBEV/AMBEV), principal comprador do produto em Cuba, o qual foi agendado pela Embaixada; os entendimentos avançaram rapidamente, estando prevista a assinatura de memorando de entendimento ainda este ano.

14. A parte cubana solicitou a inclusão na Ata de outros negócios que estariam em andamento com empresas brasileiras que não estavam representadas na missão, citando conversações entre as empresa cubana Geominera e a brasileira Celta Brasil, na área de produção e comercialização do mineral zeolita, os entendimentos entre a Randon-Fras Le e a empresa cubana Autopartes (ligada ao SIME), sobre a fabricação de autopeças, e os entendimentos entre o Grupo Industrial de la Maquinaria Agrícola y la Construcción (ligada ao SIME) e a empresa Case-New Holland Brasil (CNH) em torno de um projeto de cooperação para a fabricação de partes e peças para tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas.

15. A Ata não fez menção a contatos mantidos pela empresa CSEM Brasil, mas por outro lado incluiu a pedido da parte cubana, sob o item da agenda Outros Assuntos, um resumo informativo sobre o estágio de execução dos diversos acordos assinados por ocasião da visita do Senhor PR a Cuba em janeiro de 2008. Ficou decidido celebrar a próxima reunião do Grupo de Trabalho em março de 2010 no Brasil.

16. Na parte da tarde a programação do Ministro Miguel Jorge iniciou-se com a cerimônia de inauguração do pavilhão brasileiro na XXVI Feira Internacional de Havana (FIHAV), que contou com a presença do Ministro Rodrigo Malmierca e grande afluência de público e de imprensa. Na ocasião, os dois Ministros presenciaram a assinatura das cartas de intenção entre a empresa EMS e o CIGB acima mencionadas, assinando-as como testemunhas. Em seguida, o Ministro Miguel Jorge concedeu entrevista coletiva organizada em salão executivo no próprio recinto da FIHAV, à qual compareceram jornalistas cubanos e correspondentes de órgãos de imprensa estrangeiros.

17. Posteriormente, em reunião em que esteve acompanhado por mim, o Ministro Miguel Jorge e o Vice-Presidente do Conselho de Ministros Ricardo Cabrisas passaram em revista a Ata da reunião do Grupo de Trabalho. Cabrisas insistiu em que se desse destaque à importância do projeto do porto de Mariel como símbolo da cooperação Brasil-Cuba. Insistiu também em

que o projeto tinha que ser considerado em seu conjunto e, portanto, deveria haver previsão de financiamento para sua totalidade (na verdade, a totalidade da primeira fase do projeto, conforme mencionado no parágrafo 5 do Tel 468). Assim, foi incluída na Ata frase pela qual a parte brasileira se comprometeu a examinar, no âmbito do COFIG e da CAMEX, todas as solicitações de financiamento que se requeiram para a consecução desse projeto, até um valor total estimado de USD 675 milhões, aí compreendidos os créditos já outorgados. Foi também reforçado o parágrafo que se refere à revisão da questão das importações de carne bovina brasileira para Cuba, à luz dos regulamentos sanitários locais.

18. Após a reunião com Cabrisas, o Ministro Miguel Jorge, acompanhado por mim, reuniu-se com o Presidente Raúl Castro. A reunião teve lugar na própria casa de protocolo em que se hospedava o Ministro, de vez que o Presidente se havia atrasado em contato que havia mantido com o Comissário da União Européia para a Cooperação e Assistência Humanitária. Durante essa reunião, a que assistiram também Cabrisas, o Chanceler Bruno Rodrigues e o Ministro do Comércio Exterior Rodrigo Malmierca, foi feito relato pormenorizado ao Presidente sobre as conversações havidas ao longo do dia. O Ministro Miguel Jorge informou ao Presidente sobre os avanços conseguidos na economia brasileira em decorrência das medidas oportunas tomadas para enfrentar a crise. Destacou, i.a., a importância da agricultura familiar no quadro da produção agrícola brasileira, as conquistas da Petrobrás na prospecção de petróleo e a recuperação da indústria naval. Raúl Castro, por sua parte, pôs especial ênfase na importância que Cuba atribui ao projeto de desenvolvimento do porto de Mariel.

19. Dessa reunião seguimos juntos para a Residência onde foi oferecido um churrasco ao Presidente Raúl Castro. A razão do jantar ter sido um churrasco deveu-se a que o Presidente cubano desejava que cozinheiros seus aprendessem a prepará-lo à moda brasileira, pois tenciona oferecer um churrasco ao Presidente Lula quando este vier a Havana no ano próximo. Raúl Castro se fez acompanhar de dez altas autoridades do Governo cubano, inclusive o Vice-Presidente do Conselho de Estado, Esteban Lazo; três Vice-Presidentes do Conselho de Ministros (Comandante Ramiro Valdés, também Ministro da Informática e Comunicações; Ricardo Cabrisas; e Jorge Luis Sierra, também Ministro dos Transportes); o Chanceler Bruno Rodrigues; o Ministro do Comércio Exterior e Cooperação Estrangeira, Rodrigo Malmierca; o Embaixador designado de Cuba no Brasil, Carlos Rafael Zamora; o Coronel Luis Alberto Rodriguez López-Callejas, Presidente Executivo do GAE (Grupo de Administração Empresarial das Forças Armadas) e genro do

De: BRASEMB HAVANA
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/11/2009 22:01:43 N.º: 00776

Presidente; o General Pedro Astraín Rodriguez e o Almirante Pedro Perera Ruíz, ambos diretamente ligados à execução do projeto Mariel. O Ministro Miguel Jorge estava acompanhado de parte dos membros governamentais de sua delegação. O jantar, que transcorreu em clima ameno e descontraído, estendeu-se até às 23:30 horas, quando, após a partida dos convidados cubanos, o Ministro Miguel Jorge dirigiu-se para o aeroporto para regressar ao Brasil.

20. O fato de o Presidente Raúl Castro haver aceitado o convite para jantar na Residência do Brasil e de se ter feito acompanhar de um grupo tão representativo de integrantes de seu Governo, além da hora de conversação que dedicou ao Ministro Miguel Jorge imediatamente antes, são clara evidência da alta prioridade que o Governo cubano atribui ao relacionamento com o Brasil e da grande expectativa que existe com relação ao crescente papel que esperam que o Brasil desempenhe no esforço de Cuba em modernizar e desenvolver sua economia. O gesto para com o Brasil é ainda mais significativo pelo fato de ser sabido que Raúl Castro (ao contrário do que ocorria com o irmão Fidel) não costuma freqüentar as sedes das Missões diplomáticas.

BERNARDO PERICÁS NETO, Embaixador

VRCJ

De: BRASEMB KIEV
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/11/2009 16:11:46 N.º: 00618

De Brasemb Kiev para Exteriores em 27/11/2009 (ENILDO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DE II/DOC/DIC
DESCR=GVIO-XPRO
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil - Ucrânia. Encontro com
o Ministro da Política
Industrial. Visita
Presidencial.
//

Nr. 00618

Encontrei esta semana o Ministro da Política Industrial da Ucrânia (MPI), Sr. Volodymyr Novystky. Tratou-se de visita de cortesia mas que também teve o objetivo de examinar assuntos relevantes para a relação bilateral como a próxima visita do Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a programação para o Ministro da Defesa Nelson Jobim, e o Comandante da Aeronáutica Brigadeiro Junichi Saito a este país, bem como a realização do Fórum Empresarial, além de outros temas de interesse mútuo.

2. Ressaltei as oportunidades que deverão surgir por ocasião da visita Presidencial e da realização, em paralelo, do Fórum Empresarial. Dentre os diferentes pontos de nossa conversa, mencionei o interesse brasileiro no mercado de fertilizantes, tendo em vista o grande consumo nacional desse produto. Disse, assim, que seria essencial a presença de representantes ucranianos no Fórum, tanto para discutir a criação de oportunidades para a compra de fertilizantes como

também para eventuais investimentos conjuntos visando a produção no Brasil. Enquanto o Brasil produz apenas uma pequena parcela de suas necessidades, a Ucrânia produz bem mais do que a sua demanda interna, e exporta, segundo o Ministro, cerca de 70% de sua produção.

3. Comentei que o Fórum deveria ter uma abrangência ampla de modo a gerar frutos não apenas momentâneos mas também futuros. Discorri sobre minhas recentes viagens às diferentes Províncias da Ucrânia com o objetivo de dinamizar as relações comerciais bilaterais, que apresentam hoje inexpressivo volume frente à potencialidade existente. Citei que, em Poltava, visitei uma empresa que pretende se instalar na América do Sul para a fabricação de equipamentos para a indústria de biocombustível.

4. A esse respeito, lembrei ao Ministro que o Governador do Goiás fará parte da delegação brasileira, e seu Estado teria eventual interesse em incentivar associações de empresários nessa área. Aproveitei também para salientar a força do agronegócio em outros estados no Brasil e citei o exemplo do Paraná e a presença de ucranianos naquela região, o que poderia ser também um incentivo para o estabelecimento de empreendimentos conjuntos. Meu interlocutor qualificou o Fórum Empresarial como um evento de relevância para a cooperação bilateral, e anunciou que estaria contatando empresários de diversos ramos de atividade para participarem do evento.

5. O Ministro ressaltou a experiência ucraniana na construção de equipamentos e máquinas para o setor energético e a eventual cooperação com o Brasil nessa área. Citou a empresa Turboatom, sediada na cidade de Kharkov, que produz turbinas para usinas hidrelétricas. De minha parte disse que o Brasil possui grande potencial nessa área, sobretudo com os planos de expansão da infraestrutura energética do Brasil. Nesse sentido, citei que representantes de duas grandes empresas brasileiras (Odebrecht e Andrade Gutierrez), que teriam interesse na área de turbinas, estariam presentes no Fórum Empresarial.

6. Novystky acenou com as possibilidades na área de construção aeronáutica, especialmente no projeto de construção do avião de transportes An-70 e uma possível parceria com a Embraer (ou outros grupos) nesse empreendimento. Além disso, enfatizou a abrangente diversidade tecnológica de que dispõe a Ucrânia na área de defesa, como tanques de guerra, veículos blindados de transporte, apenas para citar alguns, e a disposição da

De: BRASEMB KIEV
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/11/2009 16:11:46 N.º: 00618

Ucrânia em efetuar acordos de cooperação e produção conjunta.

7. Como não poderia deixar de ser, meu interlocutor discorreu sobre a indústria siderúrgica local, destacando a capacitação na construção de trens, vagões, trilhos, bem como a tecnologia existente na siderurgia voltada para a construção naval. Sobre esse último, disse que a Ucrânia não tem tido encomendas suficientes diante de sua capacidade instalada de suas indústrias, sobretudo agora neste momento de crise.

8. Quanto ao material de defesa, Novystky disse que, apesar de alguns segmentos estarem ligados ao seu Ministério, a maior parte se encontra subordinada ao Ministério da Defesa. Anunciei que me estaria encontrando com seu homólogo do Ministério da Defesa, e antecipei ao meu interlocutor o interesse na preparação de um programa de trabalho, juntamente com o Ministro da Defesa da Ucrânia, para a visita do Ministro Nelson Jobim. O titular do MPI assinalou a importância dos centros de Dnipropetrovsk e a Kharkov nesse segmento industrial e tecnológico, bem como de algumas fábricas em Kiev, como a Antonov. Disse-me que coordenaria essas visitas com o Ministério da Defesa ucraniano.

Antonio Fernando Cruz de Mello - Embaixador

AFCM

De: BRASEMB LA PAZ

Recebido em: 27/04/2010 13:08:38 N.º: 00506

CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 27/04/2010 (MLM)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DAM II/DREN/DIR I

DESCR=EREM-BOLI

RTM=INABREM,MINBRCG

RTM/CLIC=GRPAMSUL

REF/ADIT=TEL 487

CATEG=MG

//

Bolívia. Empresa Siderúrgica
de Mutún. Disputa com a Jindal
Protestos. Repercussão
negativa sobre investimentos.

//

Nr. 00506

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

Retransmissão automática para Brasemb Nova Delhi e Consbras
Mumbai

RESUMO=

Governo boliviano pune empresa indiana Jindal com
execução de fianças bancárias, sob alegação de
descumprimento do contrato para projeto siderúrgico
nas jazidas de Mutún. Movimento popular "cívico" de
Puerto Suárez, próximo à fronteira com Brasil, ameaça
radicalizar protestos e chegou a considerar ação de
fechamento do gasoduto. Impacto adverso sobre
investimentos é provável.

Informe. Cívicos da região fronteira com o Brasil, em
Puerto Suárez, anunciaram que, a partir das 00:00 hs da
quarta-feira, 28 de abril, poderão realizar tentativa de
"fechar as válvulas do gasoduto" para o Brasil, em protesto

pelo impasse que, há meses, impede a implementação do projeto de construção da Empresa Siderúrgica del Mutún (ESM), naquela região. O líder do movimento cívico de Puerto Suárez, José Santander, declarou à imprensa que "há pedido das bases para que se fechem as válvulas" em ação de radicalização dos protestos. De acordo com a Petrobras, entretanto, o eventual fechamento da via de transporte do gás é operação complexa e de realização extremamente técnica, envolvendo diversos mecanismos de segurança. Tal ação estaria, portanto, além da capacidade dos manifestantes. Contudo, a mera menção de que poderiam fazê-lo sublinha o estado de tensão que envolve a região e as dificuldades, de distinta natureza, que efetivamente teriam inviabilizado o projeto siderúrgico de Mutún.

2. Como se sabe, a ESM é empresa controlada pelo Estado boliviano, em sociedade com a Jindal Steel Bolivia (JSB), filial da siderúrgica indiana Jindal Steel Corporation (JSC), e responsável pelo desenvolvimento de projeto para exploração das jazidas da reserva de Mutún, bem como sua industrialização na região de Puerto Suárez. O projeto, inicialmente considerado como o maior em termos de mineração no país, foi lançado com a conformação da ESM em meados de 2007, e previa investimentos totais da ordem de US\$ 2,1 bilhões. Entretanto, passados quase três anos, não apresenta qualquer evolução, em decorrência de problemas de distinta ordem e acusações entre o Governo e seu sócio privado.

3. O Governo boliviano alega que a Jindal Steel Bolivia vem, desde a assinatura de convênio em 2007, descumprindo o cronograma anunciado de investimentos na Empresa Siderúrgica del Mutún, que deveria, até o momento, ter abarcado US\$ 600 milhões. Segundo o Presidente da empresa estatal, Sergio Alandia, cujo nomeamento para o cargo coube ao Governo, o sócio privado indiano investiu apenas 3% do prometido (US\$ 12 milhões). Ainda segundo Alandia, o baixo investimento da Jindal na ESM, além de violar as normas do convênio, também teria sido razão suficiente para punir o sócio privado por meio da execução de duas garantias bancárias no total de US\$ 18 milhões, no último dia 18 de março. Alandia, respaldado pelo Ministro de Mineração, José Pimentel, disse que a execução das garantias bancárias era imperativo legal, visando ressarcir a Bolívia, e que não via razão para que as negociações com a Jindal fossem afetadas. Isso não impediu que a relação Governo-Jindal se deteriorasse, transformando a dinâmica de aparente cooperação em situação de crise, que ora compromete o conjunto do projeto.

4. A execução das garantias repercutiu negativamente na

relação com a Jindal, que já havia negociado com autoridades bolivianas a viabilização do cronograma de investimentos. Para a Jindal, o cronograma de investimentos não pôde ser realizado, desde 2007, em razão do descumprimento, pelo Governo, de diversas condições para a efetivação do projeto, como entrega de terras para a construção de infraestrutura (reservatório de água, planta produtora de energia) e obras em vias de escoamento para a produção, entre outros. Embora o Governo alegue ter entregue todos os terrenos para construção do projeto, o próprio INRA - Instituto Nacional de Reforma Agraria - atestou que não houve entrega da área total e que, adicionalmente, haveria pendências judiciais sobre parte do terreno. Para a empresa indiana, além de não cumprir com sua parte, o Governo também teria descumprido acordo anterior que estipulava o início da contagem de tempo para investimentos a partir de julho de 2009 (quando foi entregue parte das terras), e não em meados de 2007.

5. Em resposta à ação do Governo, de executar garantias de modo simultâneo praticamente às negociações, a Jindal optou pela via judicial, tendo conseguido, junto a juiz da cidade de Santa Cruz, a sustação de título US\$ 9 milhões, em mãos do Governo. O título, entretanto, foi executado ontem, 26/04. Para a Jindal, a cobrança do título seria "ilegal", e a atitude das autoridades bolivianas coloca em risco a realização do projeto.

6. O Governo, por seu lado, tem mantido tom duro nas declarações sobre a Jindal. Sergio Alandia, respaldado por declarações do Ministro José Pimentel, afirma que a Jindal continua a manter obrigações com a ESM, e que poderá ser multada e novamente punida. Para o Presidente da ESM, a empresa indiana deveria admitir seus erros, pagar as garantias bancárias, e voltar à mesa de negociações, sob pena de que o convênio seja automaticamente cancelado.

7. Analistas avaliam que o Governo, que de fato tardou a cumprir com sua parte e, aparentemente, o fez de modo parcial, fez das garantias bancárias instrumento de pressão para obter melhores condições da Jindal. Não esperava, contudo, que execução de garantias de US\$ 18 milhões pudesse por em cheque projeto da ordem de US\$ 2,1 bilhões. A sinalização da Jindal, por meio de contestar juridicamente as ações do Governo, indica que a empresa indiana não está, a princípio, disposta a acatar solução de compromisso que, tal como visto com outros investidores estrangeiros, amenize o nível de tensão com o Governo e permita retomada do projeto. O Presidente da Jindal boliviana, René Soria Galvarro, afirmou que a empresa poderá deixar a Bolívia e abandonar o

projeto.

8. A possibilidade de colapso do projeto de exploração e industrialização do Mutún, além de atrasar em vários anos uma das principais promessas de desenvolvimento feitas pelo Governo de Evo Morales, afetaria de modo decisivo a atividade econômica da província de Germán Busch, onde se encontra a jazida, no Departamento de Santa Cruz. Os protestos do movimento cívico local, que cobra mediação direta de Evo Morales, e endossa boa parte das reivindicações da Jindal, podem assumir formas mais radicais de ação, e afetar a atividade de comércio e transporte com a zona de fronteira com o Brasil. Assessor próximo ao Ministro de Mineração, entretanto, confidenciou-me dias atrás, que o Presidente Evo Morales se encontra muito "decepcionado" com a Jindal, que teria colocado o Governo em situação difícil ante a opinião pública. Nesse sentido, a falta de flexibilidade dos negociadores do Governo seria efeito direto da visão do Palácio Quemado sobre o assunto.

9. Em meio às dificuldades com a Jindal, o Governo boliviano anunciou, recentemente, que passaria a executar projeto próprio para exploração de 50% das reservas do Mutún, sobre as quais tem direito exclusivo, sem relação com as atividades da parceria entre ESM e a empresa indiana. José Pimentel disse que, para desenvolver projeto estatal, seria necessário recorrer a empréstimo externo, ou utilizar pouco mais de US\$ 1 bilhão das reservas internacionais que hoje totalizam cerca de US\$ 9 bilhões. Declarou, adicionalmente, que o Governo mantém contatos com empresas estrangeiras e Embaixadas, em La Paz, que teriam manifestado interesse em realizar exploração conjunta das jazidas do Mutún. Por determinação do Presidente Evo Morales, Pimentel viajou ontem, 26/04, para Moscou, com o objetivo de sondar parceria russa em substituição à Jindal. Da mesma forma, Alandia viajará hoje para Caracas, a fim de buscar apoio venezuelano.

10. Em que pese o aparente otimismo do Governo sobre parcerias alternativas, o histórico sobre Mutún não permite ver fácil desenlace por meio da entrada de novos sócios. A licitação para o projeto de Mutún foi realizada em 2007 e obteve apenas duas propostas: além da Jindal, atual sócia do Governo, apenas Metal Steel também apresentou proposta, na ocasião considerada insuficiente. Não fossem concessões especiais feitas a Jindal, em termos de exigências documentais e no caráter dos investimentos, o processo teria sido anulado. Mutún, ademais, acumula problemas que reúnem tanto a conhecida incapacidade de gestão do Estado como, também, acusações de malversação de recursos públicos. O

De: BRASEMB LA PAZ
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/04/2010 13:08:38 N.º: 00506

antecessor de Alandia, Guillermo Dalence, sindicalista ligado ao MAS, foi forçado a renunciar, em 2008, depois de acusações de haver superfaturado o preço de aquisição dos terrenos a serem repassados para a Jindal.

11. Relembro, por fim, que empresas brasileiras como a VALE e Grupo Odebrecht, antes da licitação de 2007, realizaram avaliação sobre o potencial do projeto de Mutún, tendo descartado interesse em razão da baixa qualidade do minério (há cerca de 30% de impurezas, por meio de concentração de fósforo), e dificuldades para transporte e comercialização do produto, que reduzem significativamente a atratividade econômica de Mutún.

12. Seja como for, o Governo Morales, ao tentar resgatar o projeto mediante hipotético auxílio dos Governos russo e venezuelano, efetivamente assinalaria o fim de sua relação com o sócio indiano, e a interrupção do projeto de Mutún por tempo indeterminado. Tal situação terá inevitáveis efeitos adversos sobre as perspectivas de investimentos estrangeiros no setor de mineração, já abaladas pelos conflitos que obscurecem o futuro do projeto mineiro de San Cristóbal (vide tel 487).

Frederico Cezar de Araujo, Embaixador.

JRAF

De: BRASEMB LA PAZ
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/04/2010 19:56:31 N.º: 00536

De Brasemb La Paz para Exteriores em 30/04/2010 (MLM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=G/SG/DAM II
DESCR=BOLI-POIN-PEXT
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=CIT 76164
CATEG=MG

//
Bolívia. Resenha semanal, 24-
30.4.2010.
//

Nr. 00536

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo sobre principais eventos políticos,
econômicos e sociais na Bolívia, no período de 24 a
30 de abril de 2010.

POLÍTICA INTERNA. ÓRGÃO ELEITORAL PLURINACIONAL. CRÍTICAS DO
GOVERNO E OPOSIÇÃO.

Após críticas do governo ao Órgão Eleitoral Plurinacional
sobre supostas fraudes nas eleições de 4 de abril, oposição
passou a condenar duramente o Órgão por decisões
administrativas que favoreceram o oficialismo na distribuição
de assentos em Assembleias de Departamentos altiplânicos.
Disputa de poder em torno do OEP, quarto Poder
constitucional, não apenas ressalta dinâmica cambiante da
política local, mas também possíveis danos ao processo
democrático do país, uma vez que OEP é instituição
independente e tem sido, ao menos em parte, infensa a

ingerências, sobretudo do Executivo.

POLÍTICA INTERNA. FRANCISCO "PACHO" CORTÉZ. REVISÃO DE REFÚGIO.

Governo boliviano revê "status" de refugiado do colombiano Francisco "Pacho" Cortéz, detido provisoriamente em Cochabamba, em 19 de abril, acusado de formação de quadrilha, espionagem, tráfico de influência, e por haver passado por assessor do Presidente Evo Morales. O colombiano já havia sido preso na Bolívia, em 2003, por terrorismo e ligação com o "Ejército de Libertación Nacional - ELN". Episódio gerou desconforto no governo, que avaliará, em 3 de maio próximo, se confirma refúgio ou encaminha "Pacho" a outro país.

POLÍTICA INTERNA. PRESIDENTE EVO MORALES. PRÊMIO NOBEL DA PAZ.

Câmara dos Deputados, controlada pelo MAS, indicou Presidente Evo Morales ao Prêmio Nobel da Paz por "protagonismo ambiental", após realização da I Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança do Clima e Direitos da Mãe Terra. Oposição criticou indicação, à luz de declarações do mandatário boliviano na Conferência de que "homens que comem frangos com hormônios têm desvios em seu ser como homem". Analistas apontaram ainda fragilidade na proposição da Câmara, por haver acusações de "perseguição política" à oposição, como a detenção sem julgamento do ex-Prefecto pandino Leopoldo Fernández e ameaça pública de prisão de ex-Presidentes.

MEIO AMBIENTE. I CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA E DIREITOS DA MÃE TERRA.

Governo boliviano promoveu a I Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança do Clima e Direitos da Mãe Terra (Cochabamba, 20-22.4), de que participaram cerca de 35 mil pessoas. Decidiu-se, na ocasião, apresentar à SGNU o "Acordo dos Povos", que prevê cumprimento do Protocolo de Quioto; limitação do aquecimento global a no máximo 1,5 C°; redução por países desenvolvidos de emissões de gases de efeito estufa em 50% até 2030; e pagamento por esses países de 6% de seus PIBs para atenuar efeitos do aquecimento global. Paineis do encontro tiveram acentuado conteúdo étnico-religioso. Discursos vincularam problemas ambientais a padrões de produção e consumo capitalistas. Presidente Hugo Chávez foi único Chefe de Estado presente ao evento. Chefiou Delegação brasileira o Embaixador Extraordinário para Mudança do Clima Sergio Serra, que elogiou participação da sociedade civil em

De: BRASEMB LA PAZ
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/04/2010 19:56:31 N.º: 00536

tema central da agenda internacional, e assinalou que "Acordo de Copenhague" deve ser examinado no processo negociador da UNFCCC, de forma inclusiva e transparente. Presidente Morales defendeu criação de tribunal ambiental internacional; adoção de declaração sobre "direitos da mãe terra"; pagamento da "dívida climática" pelas nações ricas; "referendo mundial" sobre mudança do clima; e criação do organismo internacional "Movimiento Mundial por la Madre Tierra".

BOLÍVIA. EMPRESA SIDERÚRGICA DE MUTÚN. DISPUTA COM JINDAL.

Governo boliviano executou fianças bancárias contra empresa indiana Jindal, por suposta quebra contratual em projeto siderúrgico das jazidas de Mutún. Ante incertezas do projeto, grupos cívicos de Puerto Suárez, próximo à fronteira com Brasil, ameaçaram fechar gasoduto que abastece mercado brasileiro. Petrobras ressaltou que interrupção do fluxo gasífero é ação complexa, que estaria além da capacidade dos manifestantes. Mutún foi considerado o maior projeto minerador boliviano, com investimentos previstos de US\$ 2,1 bilhões. Não evoluiu até agora, sobretudo por desacordo entre governo e Jindal, cujo Presidente anunciou que poderia abandonar o projeto. Bolívia indicou que exploraria, de qualquer forma, 50% das jazidas, sobre as quais tem direito exclusivo. Para tanto, buscaria créditos externos ou usaria US\$ 1 bilhão das reservas internacionais (total de US\$ 9 bilhões). Membros do governo têm contatado empresas estrangeiras e Embaixadas para propor participação no projeto. Teriam inclusive ido a Moscou e Caracas para tratar do tema. VALE e Odebrecht realizaram anterior avaliação sobre o projeto e descartaram interesse, em razão da baixa qualidade do minério e dificuldades logísticas.

BRASIL-BOLÍVIA. SENADOR FIDEL SURCO. VISITA AO BRASIL.
CANCELAMENTO.

Presidente da Comissão Internacional do Senado boliviano, Senador Fidel Surco, cancelou visita ao Brasil, prevista para maio próximo, em razão de protestos que promovem federações camponesas pacenhas de Caranavi - reduto eleitoral de Surco - contra decisão governista de não mais construir naquela área planta processadora de cítricos.

FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, Embaixador

LCBF

De: BRASEMB LA PAZ

Recebido em: 17/12/2008 10:27:20 N.º: 01496

CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 12/12/2008 (LPM)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=CGDECAS/DOC/DIC/DAM II

DESCR=EIND-AMSU-BOLI

RTM=SCSBRCG

RTM/CLIC=GRPAMSUL

REF/ADIT=CIT 70469

CATEG=MG

//

América do Sul. Empresas
brasileiras. Investimentos.
Consulta. Bolívia.

//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDECAS/DOC/DIC/DAM II/DPG em 17/12/2008.

Nr. 01496

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

Retransmissão automática para Consbras Santa Cruz

RESUMO=

Cumpro instrução. Apresento dados sobre investimentos
e participação de empresas brasileiras na Bolívia.

Informo. De acordo com dados obtidos junto ao INE
(Instituto Nacional de Estatística), o BCB (Banco Central da
Bolívia) e a CAMBOBRA (Câmara Nacional de Comércio Bolívia-
Brasil), as principais empresas de capital brasileiro que
operam neste país são as seguintes:

a) A.R.G. Bolívia S.R.L.

Construtora estabelecida em Santa Cruz de la
Sierra, não efetuou investimentos de longo prazo,

apenas os dispêndios necessários à construção do trecho San José ? Roboré (concluído em novembro de 2008) do corredor interoceânico, no Departamento de Santa Cruz, próximo à fronteira com Puerto Suárez/Corumbá.

b) BANCO DO BRASIL S.A.

Instituição financeira estabelecida na Bolívia desde agosto de 1960, mantém agências em La Paz e Santa Cruz de la Sierra, esta última inaugurada pelo Presidente Lula da Silva em julho de 2004, durante visita de trabalho a este país. Gerencia recursos destinados pelo PROEX ao financiamento de bens e serviços, mas não prevê a realização de investimento direto neste país.

c) CAMARGO CORREA S.A. ? Sucursal Bolívia

Construtora sediada em La Paz, realizou apenas investimentos necessários ao estabelecimento de canteiros de obras e aquisição de veículos para uso nos trabalhos de construção do trecho El Tinto-San José (obra concluída em novembro de 2008), do corredor interoceânico, no Departamento de Santa Cruz, próximo à fronteira com Puerto Suárez/Corumbá.

d) CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.

Construtora sediada em La Paz, realizou apenas investimentos necessários ao estabelecimento de canteiros de obras e aquisição de veículos para uso nos trabalhos de construção da rodovia Tarija-Potosí, ainda inconclusa: a execução dos 240 Km restantes é objeto de negociação com o governo boliviano, e poderá ser transferida aos cuidados de outra empresa construtora.

e) CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.

Construtora sediada em La Paz, realizou apenas investimentos necessários ao estabelecimento de canteiros de obras e aquisição de veículos para uso nos trabalhos de construção do trecho El Carmen-Puerto Suárez (obra concluída em novembro de 2008), do corredor interoceânico, no Departamento de Santa Cruz.

f) CONSTRUTORA OAS

Construtora sediada em La Paz, realizou apenas investimentos necessários ao estabelecimento de canteiros de obras e aquisição de veículos para uso nos trabalhos de construção da rodovia Potosí-Uyuni, no Departamento de Potosí (200 Km), ora em curso. A

empresa é também vencedora da recente licitação para a construção da rodovia San Ignacio de Mojos ? Villa Tunari (320 Km), no trópico cochabambino, que aguarda financiamento externo para sua homologação definitiva.

g) GAS TRANSBOLIVIANO S.A

Empresa que é, ao mesmo tempo, proprietária operadora do duto de 557 Km de extensão que liga a planta separadora de Rio Grande à localidade de Mutun, por meio do qual é transportado e comercializado todo o gás natural boliviano exportado ao Brasil, e cuja composição acionária é a seguinte: YPFB (85%), Petrobras (11%), British Gas (2%) e El Paso Energy (2%). Em 2006, último dado disponível, a Petrobras Gás investiu na empresa a soma de B\$ 76.850.172, valor equivalente a US\$ 9,546,605.00 (nove milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e seiscentos e cinco dólares norte-americanos).

h) PETROBRAS BOLÍVIA

Empresa criada em 1995, iniciou suas operações neste país em 1996 e, no período de 10 anos, converteu-se na maior empresa boliviana. No período de 1996 a 2006, os investimentos superaram a marca de US\$ 1,6 bilhão. Atualmente, a empresa é responsável por 18% do PIB boliviano, e por 26% da arrecadação total de impostos, porcentagem que deve elevar-se em 2008, em razão da arrecadação do IDH (imposto direto aos hidrocarbonetos). Em dezembro de 2007, na cidade de La Paz, o Presidente Lula da Silva anunciou a disposição de a empresa investir o montante de US\$ 1 bilhão neste país, no ano de 2008-2009. Até dezembro deste ano, porém, os investimentos não se concretizaram, pois o plano de trabalho da companhia brasileira ainda não foi aprovado pela estatal YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos).

i) VOTORANTIM METAIS BOLÍVIA S.A.

Empresa que detém concessões para exploração mineral que totalizam 102.649 ha, sendo 70.850 ha para níquel e 31.799 para zinco. No setor de níquel, a empresa opera as concessões da Província Ángel Sandoval, denominadas Tigre IV,VI, VIII, IX, XII e XIV, no Departamento de Santa Cruz, próximo à fronteira com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Não há dados disponíveis, até o momento, dos investimentos realizados pela empresa no período 2006-2008.

2. Os últimos dados divulgados pelo INE/BCB, referentes ao primeiro semestre de 2007, registram investimento externo direto (IED) de apenas 25,2 milhões de dólares (US\$ 17,2 procedentes do Brasil), assim distribuídos por setor, em milhões de dólares:

- a) Agricultura, Pecuária, Caça e Silvicultura: US\$ 1,6;
- b) Prospecção/Exploração de petróleo e gás natural: US\$ 25,5;
- c) Prospecção/Extração de minas: US\$ 121,2;
- d) Indústria de Manufaturas: US\$ 29,3;
- e) Produção/Distribuição de Eletricidade, gás e água: US\$-2,5;
- f) Construção Civil: US\$ 8,3;
- g) Comércio Atacadista e Varejista: US\$ 37,2;
- h) Hotéis e Restaurantes: US\$ 0,1;
- i) Transporte, Armazenamento e Comunicações: US\$ 43,0;
- j) Serviços Financeiros: US\$ -2,4;
- k) Outros Serviços: US\$ 6,7.

3. Estimativa realizada pela CAINCO (Câmara da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz), com base nos mesmos dados do INE/BCB, indica que o IED 2007 foi de US\$ 204,2 milhões, e representou 29,5% de todo o investimento realizado na Bolívia, do qual o setor privado nacional foi responsável por 31,3% e o setor público por 39,2% daquele total.

4. A evolução do IED na última década, na Bolívia, em milhões de dólares, é a seguinte:

- a) 2006 ? US\$ 280,9 (US\$ 9,3 procedente do Brasil);
- b) 2005 ? US\$ 287,8 (US\$ 10,6 procedente do Brasil);
- c) 2004 - US\$ 85,5 (US\$ 18,6 procedente do Brasil);
- d) 2003 ? US\$ 197,4 (US\$ 61,1 procedente do Brasil);
- e) 2002 ? US\$ 676,6 (US\$ 181,9 procedente do Brasil);

- f) 2001 ? US\$ 705,8 (US\$ 72,0 procedente do Brasil);
- g) 2000 ? US\$ 736,4 (US\$ 40,4 procedente do Brasil);
- h) 1999 ? US\$ 1.010,5 (US\$ 139,0 procedente do Brasil);
- i) 1998 ? US\$ 1.026,1 (US\$ 35,1 procedente do Brasil);
- j) 1997 ? US\$ 854,0 (US\$ 68,2 procedente do Brasil);
- k) 1996 ? US\$ 427,2 (US\$ 38,1 procedente do Brasil).

FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, Embaixador.

CAFF

De: BRASEMB LA PAZ

Recebido em: 30/12/2008 14:59:44 N.º: 01542

CARAT=Reservado

De Brasemb La Paz para Exteriores em 30/12/2008 (LPM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=G/C/DAM II/CGDECAS
DESCR=PEXT-BRAS-BOLI
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 753
CATEG=MG

//
Brasil-Bolívia. Visita
Presidencial a Puerto
Suárez. Conversa na
Chancelaria. Programa
Preliminar
//

Nr. 01542

Em conversa na Chancelaria com o Chanceler interino,
Embaixador Jean Paul Guevara, Diretor Geral de Relações
Bilaterais, este assinalou as principais expectativas
bolivianas com respeito ao encontro presidencial do próximo
dia 15 e forneceu um primeiro esboço do programa.

Entrevistei-me, há pouco, com o Embaixador Jean Paul Guevara,
Diretor Geral de Relações Bilaterais, que está como Chanceler
interino até a próxima sexta-feira, 02 de janeiro. Guevara
comentou que o Presidente Evo Morales desejaria que o
encontro presidencial de Puerto Suárez fosse caracterizado, à
semelhança da reunião presidencial anterior, em Riberalta, em
julho passado, pelo anúncio de avanços concretos na pauta
bilateral.

2. Especificamente, o Governo boliviano gostaria que fosse subscrito na ocasião o convênio relativo ao financiamento para construção da estrada Vila Tunari-San Ignacio de Moxos. Adicionalmente, no âmbito da cooperação bilateral para o combate ao narcotráfico, o Governo boliviano desejaria que fosse firmado documento, ao qual meu interlocutor se referiu como "Memorando Executivo", pelos Ministros da Defesa dos dois países, com vistas a materializar a cessão ao Governo boliviano de quatro helicópteros para o emprego em atividades de luta contra o narcotráfico neste país. Guevara salientou que ambos os temas já haviam sido acertados, em suas linhas gerais, durante encontro bilateral entre os dois presidentes, à margem da Cúpula da CALC, na Costa do Sauípe.

3. Para o Governo boliviano, a visita poderia, assim, apresentar o seguinte formato:

- a) Chegada do Presidente da República a Puerto Suárez, durante a manhã do dia 15, em horário a definir;
- b) Deslocamento para a localidade de Arroyo Concepción, próxima a Puerto Suárez, para cerimônia de entrega das ligações rodoviárias "Arroyo Concepción - El Carmen" e "El Carmen-Roboré", concluídas respectivamente pelas empresas Odebrecht e Camargo Correa;
- c) Cerimônia pública de entrega dos trechos rodoviários acima mencionados, com a participação de representantes das duas empresas brasileiras;
- d) Discursos dos dois Presidentes, seguidos da assinatura de atos (convênio de financiamento da estrada Vila Tunari - San Ignacio de Moxos e Memorando Executivo para cessão de helicópteros);
- e) Deslocamento para o Complexo hoteleiro Pantanal, próximo a Puerto Suarez, onde o Governo boliviano oferece almoço ao PR e à delegação brasileira;
- f) Divulgação de Comunicado Conjunto e entrevistas à imprensa brasileira e boliviana por parte dos dois Mandatários;
- g) Partida do Presidente da República do Complexo Hoteleiro Pantanal para Corumbá, de onde segue para Caracas.

4. As autoridades bolivianas calculam que o programa acima sugerido poderia ser cumprido pelos dois Presidentes em aproximadamente quatro horas e que a partida do Presidente Lula para Corumbá se poderia dar por volta das 15 horas, horário local.

5. O deslocamento da comitiva brasileira de Puerto Suárez a Arroyo Concepción pode ser efetuado em veículos em cerca de dez minutos. Para o deslocamento entre Arroyo

De: BRASEMB LA PAZ

Recebido em: 30/12/2008 14:59:44 N.º: 01542

CARAT=Reservado

Concepción e o Complexo Hoteleiro Pantanal (cerca de 15 minutos), as autoridade bolivianas prevêem, igualmente, o uso de carros e ônibus.

Alfredo Camargo, Encarregado de Negócios, a.i.

AC

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/01/2010 15:18:59 N.º: 00120

De Brasemb Lima para Exteriores em 21/01/2010 (WBR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM III/AIG/CGSUL/SPD
DESCR=PDEF-BRAS-PERU
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 71
CATEG=MG

//
Defesa. Processo de aquisição
de caças da FAB. Carta ao "La
Republica". Publicação e
tréplica. Telefonema do vice-
Diretor do jornal.
//

Nr. 00120

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. O "La Republica" publicou carta por mim
enviada, na qual contendo afirmações do editor de
internacional do diário, Roberto Ochoa, sobre o
processo de aquisição de cartas para a FAB. Minha
resposta teve áspera tréplica de Ochoa, veiculada no
mesmo dia. Entretanto, em contato com esta Embaixada,
o vice-Diretor do jornal desautorizou o tom e
argumentos utilizados por Roberto Ochoa.

Aditel 71. O diário "La Republica" publicou, no último
dia 14 do corrente, a carta que lhe encaminhei em resposta a
artigo do editor de internacional do jornal, Roberto Ochoa,
no qual este afirmava que o processo de compra dos caças para
a FAB iniciava uma "absurda corrida armamentista na região".

2.0 texto que elaborei foi publicado quase na íntegra, com pequenas omissões. A seu lado, entretanto, incluíu-se a seguinte tréplica, assinada pelo próprio editor da área internacional, Roberto Ochoa:

"En Internacionales del 6 del pte. reproduje un cable de la agencia AP (EFE, AFP, Reuter también lo difundieron) referido a un informe publicado por un diario brasileño donde se revela que el avión sueco fue elegido como el mejor aparato por los propios técnicos de la FAB. La administración Lula sintió la pegada y tardó en responder, aduciendo que faltaba el informe del M. de Defensa y que Lula tiene la última palabra que... ya había empeñado durante la visita de Nicolas Sarkozy. Mi análisis indicó que las FFAA le habían agitado la fiesta a Lula.

Lo de la carrera armamentista no es invento mío, se trata de una verdad compartida en la región.

Y el Embajador se equivoca cuando dice que las relaciones bilaterales pasan por buen momento. "Buen momento" es el de las transnacionales brasileñas amparadas en el faetón (trambique) de algunos funcionarios peruanos. Los proyectos de Petrobrás en la Amazonía prometen otro "baguazo" por el atropello contra las comunidades nativas, mientras que la Odebrecht ya fue denunciada por fallas en la carretera Interoceánica. Sin contar el faenón de la hidroeléctrica de Inambari."

3. Apesar do tom áspero e considerando a pouquíssima força (e veracidade) dos argumentos utilizados por Ochoa nesse texto, julguei desnecessário treplicar. Logo no dia seguinte (16/02), o Vice-Diretor do diário, Carlos Castro Cruzado, contatou o setor de imprensa da Embaixada para transmitir uma mensagem do Diretor do "La Republica", Gustavo Mohme.

4. Segundo Castro, a resposta de Roberto Ochoa não havia sido sancionada pela Direção do jornal (Mohme e ele estavam fora, no dia 13/02), de modo que não refletia a opinião oficial do "La Republica". Ainda segundo o Vice-Diretor, alguns dos adjetivos utilizados por Ochoa haviam "molestado" profundamente o Diretor do jornal. Gustavo Mohme cultivaria grande apreço pelo Brasil, de modo que não gostaria que o relacionamento com esta Embaixada fosse de alguma forma afetado pelo ocorrido.

5. Carlos Castro convidou-me, então a escrever um artigo sobre tema concernente às relações Brasil-Peru. Pretendo elaborar um breve sumário da evolução dos entendimentos

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/01/2010 15:18:59 N.º: 00120

bilaterais nos últimos anos, os quais, como é do conhecimento de Vossa Excelência, se encontram em excelente momento. Assim que a minuta do referido artigo estiver finalizada, encaminharei para a aprovação de Vossa Excelência.

6.Cabe indicar, por fim, que o episódio é revelador da boa imagem que o Brasil mantém no seio da sociedade peruana, em particular na imprensa. Ainda que existam elementos isolados que apresentam algum tipo de prevenção, a maior parte dos órgãos de comunicação dá mostras de nutrir saudável simpatia pelo Brasil.

Jorge Taunay, Embaixador.

HFN

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/03/2010 15:48:55 N.º: 00344

De Brasemb Lima para Exteriores em 03/03/2010 (WBR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DCT/DSI/DAM III
DESCR=ETEC-BRAS-PERU
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 250, TEL 317
CATEG=MG

//
TV Digital. Cooperação Brasil-
Peru.
//

Nr. 00344

Em conversa mantida com o Chefe do Secom desta Embaixada, Secretário Cesar Bonamigo, o Senhor Jorge Barata, Diretor da empresa Odebrecht no Peru e Presidente do Grupo Brasil, informou que, em evento realizado em Lima, ouviu do Presidente Alan Garcia comentário sobre a cooperação entre Brasil e Peru no setor de TV Digital.

2. De acordo com Barata, o Presidente Alan Garcia teria manifestado desapontamento em especial com a inexistência de investimentos de empresas brasileiras no Peru, com vistas à implementação do sistema ISDB-T, ao passo que se intensificam a cooperação com o Japão e o comprometimento de empresas japonesas e coreanas com a fabricação de equipamentos neste mercado. Alan Garcia teria recordado a promessa feita pelo Ministro Helio Costa de recursos financeiros do Governo brasileiro e de investimentos de pelo menos duas empresas nossos fabricantes de decodificadores.

Jorge Taunay, Embaixador

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/03/2010 15:48:55 N.º: 00344

PMOL

De: BRASEMB LIMA

Recebido em: 29/04/2010 17:15:16 N.º: 00704

CARAT=Reservado

De Brasemb Lima para Exteriores em 29/04/2010 (WBR)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DREN/CGDECAS/DIR I/DAM III/DIC

DESCR=EREM

RTM/CLIC=GRPAMSUL

CATEG=MG

//

Peru. Gasoduto do Sul. Pólo

Petroquímico. Petrobrás.

Braskem.

//

Nr. 00704

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Deverá ser anunciado, em breve, empreendimento conjunto da Petrobrás e da Braskem, para construção do Gasoduto do Sul e de pólo petroquímico, no sul do Peru. O projeto, avaliado em US\$15 bilhões, deverá representar marco no relacionamento econômico bilateral e no desenvolvimento da indústria do Peru.

Deverá ser anunciada, em breve, a construção do "Gasoduto do Sul", bem como de importante pólo petroquímico no sul do Peru, por empresa brasileira a ser constituída pela Petrobrás e pela Braskem, braço petroquímico do Grupo Odebrecht. O gasoduto deverá transportar o gás da região de Camisea, onde a Petrobrás explora os lotes 57 e 58, até o porto de Ilo, no Sul do Peru, onde será estabelecido o novo pólo petroquímico. O projeto está formalmente sujeito a confidencialidade, por parte das empresas participantes, mas é amplamente conhecido no meio empresarial local.

2. Em conversa mantida pelo Chefe do SECOM, César Bonamigo, com o Diretor Superintendente da Odebrecht Peru, Jorge Barata, este informou que memorando de entendimento entre os sócios da nova empresa já teria sido firmado e que o anúncio do empreendimento deverá ser feito "em algumas semanas ou em poucos meses". Disse que, além da Petrobrás e da Braskem, a PetroPerú poderia participar do projeto "apenas para mostrar a cara", de forma a emprestar ao projeto faceta de cooperação entre as duas estatais. Não confirmou, no entanto, se a estatal peruana chegaria a ter participação efetiva no capital da nova empresa. Barata informou que a Odebrecht já adquiriu 51% da empresa detentora da concessão do Gasoduto do Sul, até então controlada pela empresa norte-americana Kuntur. Assinalou, também, que o novo pólo petroquímico será um dos maiores do mundo, com investimento total estimado em US\$15 bilhões. Vale notar que, a confirmar-se esse valor, este seria um dos maiores investimentos do Brasil no exterior e, grosso modo, quintuplicaria o estoque de investimentos brasileiros no Peru.

3. Em 27/4 último, recebi visita do Gerente Geral da Petrobrás no Peru, Pedro Grijalba, que me confirmou que a decisão de construir o gasoduto e o pólo petroquímico já estaria tomada. Corroborou, também, que o anúncio do empreendimento estaria próximo, embora possa levar, ainda, alguns meses. Sublinhou que a Petrobrás não pode confirmar, ainda, o volume de gás encontrado no lote 58, mas, apesar disso, as empresas envolvidas estão assumindo riscos, pois "se fossemos fazer todos os testes para ter certeza absoluta do volume, isso levaria anos". Assinalou que, se o lote tiver pelo menos cinco trilhões de pés cúbicos (TCF) de gás, a construção do gasoduto já estaria justificada. Caso esse volume chegue a 9 TCF, o projeto adquiriria "outra dimensão". De todas formas, o projeto deverá transformar o cenário econômico do sul do Peru, afirmou.

4. Grijalba explicou que, para viabilizar o pólo petroquímico, é preciso exportar o gás, pois a indústria petroquímica necessita de etano em grandes volumes. Indicou que o gás peruano poderá ser exportado para o mercado asiático, Estados Unidos e México, entre outros. Para o Brasil, o gás não seria exportado diretamente, mas por meio de "swaps", operações comerciais em que o País compraria gás da empresa, mas receberia produto de outra origem. Indagado sobre críticas veiculadas na imprensa de que o gás de Camisea não deveria ser exportado, mas sim utilizado para abastecer o mercado interno peruano, Grijalba afirmou que Camisea possui gás mais que suficiente para atender tanto ao mercado interno quanto às exportações. A esse respeito, vale notar que o

Presidente Alan García deu declarações recentemente em que defendeu a exportação do gás de Camisea e assegurou que não faltaria gás para o mercado interno do Peru.

5. Com respeito a eventuais impactos ambientais do projeto, Grijalba assinalou que o gasoduto não cruzará nenhuma região de floresta e que a empresa sempre segue os padrões internacionais da indústria. Indicou que, embora críticas sejam inevitáveis, a empresa não espera maiores problemas nesse sentido. Nesse contexto, informou que a Petrobrás estaria desistindo de explorar os lotes 110 e 117, no norte do Peru, próximo à tríplice fronteira com o Brasil e a Colômbia. Entre os motivos da desistência, apontou a incerteza quanto aos volumes de gás lá existentes e dificuldades impostas por organizações não-governamentais (ONG) e grupos indígenas. Cautelosamente, indicou que inclusive a FUNAI, que atuaria em coordenação com associações de indígenas peruanas, teria acusado a empresa de "duplo padrão", pois não teria no Peru os mesmos cuidados que tem no Brasil, no tratamento das comunidades indígenas, acusação que refutou veementemente.

6. A construção do complexo gasoduto-pólo petroquímico deverá representar um marco no relacionamento econômico-comercial bilateral. Não apenas Brasil mudará de patamar no "ranking" dos principais investidores no país, mas deverá tornar-se o maior propulsor da indústria peruana. Em uma economia que conta, basicamente, com indústrias tradicionais como a mineração, têxtil, calçados e de beneficiamento de produtos agrícolas e de pesca, a única empresa siderúrgica do país (SiderPerú, do Grupo Gerdau) e o pólo petroquímico serão controlados por empresas brasileiras. Ademais, caberia avaliar o provável efeito multiplicador que o pólo petroquímico deverá ter no desenvolvimento das indústrias química e metal-mecânica do Peru.

7. Vale notar, ainda, que o empreendimento deverá ser emblemático de um modelo que parte do empresariado peruano tem tentado promover, qual prevê a atração de empresas brasileiras para o Peru não apenas para explorar o mercado interno ou para exportar ao Brasil, mas também para agregar valor a insumos nacionais ou importados e exportá-los para terceiros mercados, especialmente para o asiático. Para isso, serviria de atrativo o crescente leque de acordos de livre-comércio que o Peru tem negociado com os principais atores econômicos do mundo, incluindo os Estados Unidos, a União Européia, China, Japão e o Mercosul, entre outros.

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/04/2010 17:15:16 N.º: 00704

Jorge Taunay, Embaixador

CB

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/10/2008 21:13:01 N.º: 01504

De Brasemb Lima para Exteriores em 22/10/2008 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DFT/DAM III/DAEX/DNS
DESCR=XFEI-BRAS-PERU
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 740
CATEG=MG

//

Promoção Comercial. Visita do
Ministro do Turismo a Lima.
Lançamento do programa "Brasil
Sensacional". Relato.

//

Nr. 01504

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

O Ministro do Turismo, Luiz Barretto, visitou Lima em
20/10/2008, oportunidade na qual manteve encontro com
a Ministra do Comércio Exterior e Turismo, Mercedes
Arãoz, e lançou o programa "Brasil Sensacional",
destinado à promoção do Brasil como destino
turístico.

O Ministro do Turismo, Luiz Barretto, realizou visita a
Lima nos dias 20 e 21 de outubro último, com vistas a lançar
no Peru a nova estratégia brasileira de promoção do Turismo,
intitulada "Brasil Sensacional". Em evento realizado na
Embaixada, o Ministro Barretto apresentou o programa, os
principais projetos nacionais e concedeu entrevista coletiva.
Conforme ressaltou, o Peru, em conjunto com Argentina e
Chile, foi escolhido como um dos 12 países para o lançamento
do projeto, tendo em vista a prioridade conferida pelo
Ministério do Turismo ao mercado peruano. Ofereceu, em
seguida, coquetel aos principais jornalistas especializados e
operadores de turismo locais.

2.Preliminarmente ao evento, o Ministro Barretto realizou

encontro de trabalho com a Ministra do Comércio Exterior e Turismo, Mercedes Araújo, com o Vice-Ministro do Turismo, Pablo López de Romaña Cácers, e demais autoridades peruanas afetas à matéria. Acompanhei a reunião, que também contou com a participação do Secretário da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, do Secretário de Turismo do Acre, Dr. Cassiano Marques de Oliveira, da Diretora de Relações Internacionais do MTur, Ministra Glaucia Gauch, da Presidente da Embratur, Jeanine Pires, da Ministra Ana Maria Pinto Morales, do Diretor de Marketing da Embratur, Walter Vasconcelos, do Diretor de Turismo do MTur, José Luiz Viana da Cunha, da Gerente de Relações Públicas da Embratur, Mariana Szauter, e do Secretário Hélio Franchini.

3.O encontro permitiu excelente intercâmbio de idéias sobre projetos, especialmente no que diz respeito à prioridade conferida à ampliação do intercâmbio bilateral de turistas e às possibilidades de promoção comercial conjunta. Ambos Ministros coincidiram na avaliação de que a EXPOPERU 2008 realizada em São Paulo, em setembro último, trouxe importantes frutos em termos da cooperação bilateral e de oportunidades de negócios. Destacaram, ademais, os eixos de conexão física entre os dois países, os quais serão fundamentais para a ampliação do turismo regional e da integração.

4.Houve consenso, especialmente, quanto à relevância de se aprofundar a "interoceânica aérea", sobretudo por meio de vôos regionais, de forma a diversificar tanto as rotas aéreas quanto a origem dos turistas para além dos eixos Rio-São Paulo e Lima-Cusco. Conforme pontuou o Ministro Barretto, a promoção do turismo sul-americano poderá contribuir, ademais, para minimizar os efeitos da crise financeira internacional, tendo em vista o estímulo aos mercados interno e regional.

5.A presença de representante do Ministério da Cultura permitiu, adicionalmente, que se tratasse da inclusão de programas culturais nos projetos comuns, uma vez que o tema representa elemento fundamental para o "adensamento" das relações turísticas. Nesse particular, a Ministra Ana Maria Morales recordou que já se encontra em desenvolvimento projeto de uma Semana do Brasil no Peru, possivelmente em maio de 2009, nos moldes da EXPOPERU 2008, destinado à promoção comercial, cultural e turística do País.

6.Um dos pontos que também mereceu destaque no encontro foram os preparativos para eventos esportivos na América do Sul, na próxima década, especialmente a Copa do Mundo de 2014 e a candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de

2016. Conforme ressaltou o Ministro Barretto, o Brasil pretende que esses projetos não sejam apenas brasileiros, mas sul-americanos. Ofereceu, assim, a possibilidade de uma atuação conjunta, de forma a que o turismo regional como um todo logre bons resultados. Essa possibilidade de atuação coordenada, bem como os demais entendimentos alcançados no encontro, serão descritos pormenorizadamente em ata, a ser preparada pelo lado peruano e assinada posteriormente. Assim que concluído, enviarei o documento final por comunicação à parte.

7. Os principais temas discutidos no encontro com a Ministra Aráoz foram também destacados por Luiz Barretto no evento de lançamento do projeto "Brasil Sensacional". Em seu discurso, o Ministro do Turismo afirmou que o principal objetivo consiste em consolidar o País como um dos principais destinos turísticos do mundo, oferecendo uma ampla gama de programas e modalidades, como, entre outros, turismo de negócios, lazer no Nordeste, ecoturismo na Amazônia, esportes de aventura. Reiterou a importância do mercado peruano para o Brasil e frisou a determinação do Governo brasileiro de que a cooperação regional em todas suas dimensões se dê "em mão dupla".

8. No dia 21/10, a Construtora Norberto Odebrecht ofereceu café-da-manhã à comitiva do Ministro Barretto, com a presença da Ministra Mercedes Aráoz, no qual foram realizadas apresentações sobre os eixos interoceânicos Norte e sul. Conforme apontado, os dois projetos são essenciais ao desenvolvimento regional peruano e apresentam grande potencial para a promoção do turismo pelos dois países, tendo em vista o grande número de atrações que as vias deverão atravessar.

9. Seja pelos frutíferos entendimentos com as autoridades peruanas, seja pela qualidade do evento realizado e pela a grande receptividade do público peruano, parece-me que a visita do Ministro do Turismo confirma os bons prognósticos existentes para o atual intercâmbio comercial Brasil-Peru. O excelente momento de nossas relações bilaterais continua a gerar, assim, ações e projetos concretos, que muito poderão contribuir para a integração sul-americana.

Jorge d'Escragnolle Taunay Filho, Embaixador.

HFN

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/04/2010 17:45:10 N.º: 00533

De Brasemb Lima para Exteriores em 06/04/2010 (WBR)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM III/DOM I/DOM II/SPD
DESCR=PEXT-PERU
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Política Externa. Peru-Países
Árabes. Visita do Chanceler
García Belaunde. Aproximação.
Comentários.
//

Nr. 00533

O Chanceler Antônio García Belaunde iniciou, no último dia 02, périplo de seis dias por países do Golfo, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein e Catar. A visita teve por objetivo adensar as relações com aquela região, em esforço diplomático peruano de se fazer, ademais, presente por meio da abertura de Embaixadas, Consulados e Escritórios Comerciais. O périplo, ao mesmo tempo em que é uma resposta a convite daqueles países, revela o interesse do Peru em aumentar seus contatos políticos e especialmente econômicos em área até então de pequena expressão para sua diplomacia.

2. A visita tem ainda grande caráter simbólico, na medida em que é a primeira feita por um Chanceler peruano à região. Nesse sentido, uma das primeiras medidas anunciadas por Belaunde para expressar a importância conferida pelo Governo peruano a esse gesto de aproximação foi o anúncio da abertura imediata de Embaixadas na Arábia Saudita, Catar e Kuwait,

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/04/2010 17:45:10 N.º: 00533

além de um Consulado-Geral em Dubai, onde haverá também um Escritório-Comercial.

3. O Governo peruano tem destacado que as atuais relações com os países árabes ainda não refletem de maneira apropriada a importância que estes têm no concerto internacional. Ademais, tem sido amplamente ressaltado que a visita poderá concorrer para o aumento dos investimentos daquelas países no Peru, assim como a diversificação das exportações peruanas. Atualmente, os investimentos são ainda tímidos se comparados ao potencial bilateral. O maior projeto em andamento é a construção de um terminal no Porto de Callao, financiado por Dubai e executado pela brasileira Odebrecht, investimento que soma cerca de USD 600 milhões.

4. O sentido dessa visita, para além da inegável busca pelos tão esperados investimentos árabes, pode ser melhor compreendido no contexto da estratégia peruana de reafirmar o compromisso do Peru com os países árabes, em vista da III Cúpula ASPA que, como é do conhecimento de Vossa Excelência, terá Lima como sede, em fevereiro de 2011. Talvez não seja exagero afirmar que a iniciativa brasileira de construção desse importante foro que é a ASPA mostre resultados concretos com essa aproximação entre o Peru e os países árabes, prova inequívoca de que o potencial entre as duas regiões é amplo e ainda está por ser aproveitado.

Jorge Taunay, Embaixador.

TCC

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

De Brasemb Lima para Exteriores em 25/11/2009 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/ABC/DOC/CGDECAS/DRN/DREN/DC
DESCR=PEXT-PERU-GVIO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 975
CATEG=MG

//
Brasil-Peru. Visita do PR.
Lima, 11 de dezembro de 2009.
Pontos de conversação.
//

Nr. 01810

Cumpro instruções. Sugiro os seguintes pontos de conversação para os encontros a serem mantidos pelo Senhor Presidente da República na visita a Lima, no próximo dia 11 de dezembro:

(i) Aspectos gerais

- Observo com muita satisfação o atual estágio dos entendimentos entre Brasil e Peru;

- No ano em que se completam cem anos da assinatura do tratado que estabeleceu definitivamente as fronteiras entre nossos dois países, acredito que a relação bilateral atinge seu melhor momento, com amplas perspectivas de aprofundamento do processo de integração, especialmente na área de fronteira;

- Gostaria de reiterar, a propósito, a prioridade conferida pela Política Externa Brasileira à América do Sul,

especialmente nos processos de integração física, comercial, social e econômica da região. A cooperação com o Peru é fundamental nesse contexto, com vistas à construção de uma sólida União Sul-Americana de Nações.

(ii) Cooperação fronteiriça

- Vejo com satisfação os avanços realizados em matéria de cooperação fronteiriça, desde nosso encontro em Rio Branco (28 de abril de 2009);

- os entendimentos em curso apontam para o estabelecimento de uma área privilegiada em nossa cooperação bilateral, transformando uma linha que nos separava em uma zona que nos integra;

- cabe destacar, especialmente, a conclusão e assinatura dos acordos sobre questões fronteiriças.

[No encontro em Lima, poderá ocorrer a assinatura de três instrumentos de cooperação: (i) Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas; (ii) Acordo para a Criação de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru; e (iii) Acordo de Controle Integrado de Fronteiras. As negociações relativas aos três instrumentos têm avançado positivamente, com poucas questões remanescentes. O tratado sobre Controle Integrado apresenta maiores dificuldades, relacionadas à determinação da jurisdição penal na área e ao porte de armas para os servidores. Representantes dos dois países deverão reunir-se em 7 de dezembro, com vistas à conclusão dos textos dos acordos.

Desde abril último, foram realizados avanços significativos no que diz respeito ao cumprimento do "Compromisso de Rio Branco". Ocorreram encontros, como o do Grupo de Cooperação Fronteiriça, entre as autoridades competentes para tratar de temas relacionados ao trânsito fronteiriço - dentre eles o Grupo de Cooperação Fronteiriça -, incluindo constantes visitas às cidades daquela região.

Também foram organizadas visitas de comitivas empresariais e de representantes governamentais, com destaque para a realização, entre 24 e 28 de maio, em Cusco, da "Semana da Amazônia Brasileira", evento que contou com a participação do Governador do Estado do Acre, cinco deputados federais, oito deputados estaduais e secretários estaduais. Adicionalmente, entre 23 e 25 de junho último, autoridades do Acre e empresários visitaram Pucallpa, com vistas a ampliar os contatos e realizar negócios. Por fim, delegação peruana

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

viajou a Cruzeiro do Sul, entre 27 e 30 de agosto, a fim de participar da "Expo Juruá".]

(iii) Transportes regionais

- Gostaria de reiterar meu desejo de que sejam estabelecidos, com a brevidade possível, vôos regionais entre os dois países. Entendo que já existem empresas interessadas, de modo que serão adotadas, do lado brasileiro, as medidas necessárias para a facilitação dessas operações;

[O estabelecimento de vôos transfronteiriços obteve destaque nos últimos encontros presidenciais, tendo sido incluído no "Compromisso de Rio Branco".

A empresa Star Perú já manifestou interesse no estabelecimento de rotas regionais, possivelmente Lima-Cusco-Rio Branco e Lima-Pucallpa-Cruzeiro do Sul. No momento, os custos de operação dos aeroportos brasileiros são, segundo representante da empresa, impeditivos. Haveria, ademais, restrições na operação de vôos internacionais no aeroporto de Rio Branco.

Com vistas a verificar as medidas necessárias por parte do Governo brasileiro, foi criado grupo de trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Aviação Civil (CONAC). Houve grande avanço no tratamento do tema, com reuniões em nível técnico e político entre as autoridades responsáveis. Verificou-se, por outro lado, a necessidade de modificação da Lei 9825/99, de modo a se criar uma tarifa específica para vôos transfronteiriços na região amazônica.

Cabe ressaltar, por outro lado, que vôos de transporte de carga a Cruzeiro do Sul já vêm sendo realizados com certa regularidade.]

- vejo com satisfação a consolidação da linha terrestre entre Puerto Maldonado e Rio Branco, a qual, espero, possa ser ampliada, de modo a oferecer maiores opções aos passageiros dos dois países.

[A empresa MovilTur inaugurou, em 17 de maio último, a primeira linha de ônibus entre Puerto Maldonado e Rio Branco. A operação é diária (salvo sábados), com ônibus de 44 passageiros. Nas primeiras semanas, houve uma ocupação média de quatro passageiros, que se ampliou para 17 em meados de julho, podendo chegar a 25 no fim de 2009. Com a conclusão da Interoceânica, a MovilTur pretende substituir os ônibus atualmente utilizados por veículos "double deck", com

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

capacidade para até 60 passageiros.]

(iv) Defesa - Proposta peruana de Protocolo de Paz e Segurança no âmbito da UNASUL

- Gostaria de tratar da proposta de um Protocolo de Paz e Segurança no âmbito da UNASUL. A idéia me parece interessante e poderia de fato contribuir para o fortalecimento da confiança entre os Estados sul-americanos, inclusive no que diz respeito à questão da presença de membros de FFAA de outros países na região;

[Desde o encontro presidencial da UNASUL que discutiu a questão da utilização de bases militares colombianas pelas FFAA dos EUA, o Presidente Alan García vem impulsionando campanha contra o suposto "armamentismo" que estaria em curso na América do Sul (conforme registrado nos tels 1591 e 1614). Alan García propôs a celebração de um "pacto de não-agressão", ademais de uma redução nos gastos militares. A primeira sugestão evoluiu, num segundo momento, para a proposta de "Protocolo de Paz e Segurança".

Com vistas a alavancar essa campanha, o Presidente Alan García determinou a realização de um "périplo" ministerial por países da América do Sul. Até 23/11, os Ministros peruanos já haviam se encontrado com mandatários de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Equador e Bolívia. Estão planejadas visitas aos demais países da região. A exceção - no momento - é o Chile, pois a viagem da Ministra Mercedes Aráoz foi cancelada por motivo do escândalo relacionado ao Caso Ariza, denúncia de que suboficial peruano teria espionado para as FFAA chilenas.

Cabe ressaltar que, independentemente de seus méritos, a proposta peruana com relação à UNASUL poderia ser vista como positiva, pois representa uma valorização do foro sul-americano pela política externa do Peru, país que, até então, se mantinha relativamente distante da organização.]

- a propósito da questão da alegada "corrida armamentista" regional, devo salientar que, de parte do Brasil, as anunciadas aquisições de equipamentos militares não correspondem a preocupações com os vizinhos, mas sim à necessidade de rearmar as Forças Armadas nacionais, às quais cabe a vigilância sobre um vasto território, em especial na Amazônia e no mar territorial.

[A agenda peruana de "denúncia" do suposto armamentismo na América do Sul possui origem e objetivos muito claros:

pressionar ou "constranger" o Chile a diminuir o ritmo de suas recentes aquisições de material bélico.

Não se trata, portanto, de medidas diretamente voltadas contra o processo de reequipamento das FFAA brasileiras ou de quaisquer outras (salvo talvez o alegado armamentismo venezuelano, que também preocupa). Ainda assim, a proposta acabou adquirindo uma dimensão regional, definida pelo próprio Governo como uma "cruzada" contra o armamentismo. A posição adotada abre, portanto, espaço para eventual confusão entre um "armamentismo" - algo que nenhum Estado sul-americano manifesta-se a favor - e processos de modernização que as FFAA demandam, com vistas à manutenção de capacidade operacional mínima para a defesa nacional.]

(v) Temas de energia

- Gostaria de reiterar o compromisso do Governo brasileiro em aprofundar os entendimentos em matéria energética entre Brasil e Peru. Em conjunto com os eixos rodoviários, a integração energética deve ser um dos pilares do processo de aproximação bilateral e regional.

Hidreletricidade

- Para que possamos avançar no processo de integração energética, é essencial que os respectivos marcos regulatórios nacionais sejam adaptados de forma a refletir essa nova realidade. Nesse sentido, reitero o compromisso do Governo brasileiro em concluir Acordo bilateral sobre os aspectos regulatórios da integração bilateral no setor elétrico;

[O Acordo bilateral vem sendo negociado no âmbito do Subgrupo "B" do Grupo "Ad Hoc" Brasil-Peru sobre Integração Energética].

- existe um potencial muito grande para cooperação entre o Brasil e o Peru no setor elétrico. A Eletrobrás e as construtoras brasileiras têm muita experiência e o porte necessário para fazer investimentos no setor elétrico peruano. Os estudos para construção de usinas hidrelétricas têm avançado e acredito que poderemos viabilizar projetos que aumentem significativamente a segurança energética tanto do Peru quanto do Brasil;

[A imprensa peruana tem levantado questionamentos sobre a conveniência de que o Brasil venha a construir hidrelétricas em território peruano, cuja energia seria parcialmente

exportada para o Brasil. Alega que a energia destinada a atender a demanda local seria insuficiente e que o projeto, portanto, não contribuiria para segurança energética do Peru, motivação central dessa integração, do ponto de vista peruano. Ainda que tais argumentos careçam de embasamento sólido, a ação da imprensa tem alimentado o sentimento de alguns setores da sociedade de que o atual governo estaria "entregando" recursos do país a interesses externos, em detrimento do atendimento às necessidades da população peruana, especialmente das comunidades indígenas.

Problema que vem sendo igualmente chamando a atenção dos críticos da integração bilateral no campo elétrico, neste caso relacionado ao projeto de Iñambari, se refere à conseqüente inundação de 50 Km da Interoceânica Sul. A Eletrobrás, por sua vez, indicou comprometimento com a construção do necessário desvio da estrada, com vistas a viabilizar o projeto.]

- saúdo o fato de os estudos para a construção de hidrelétricas, por consórcios liderados pela Eletrobrás, virem avançando;

[Dos seis projetos em análise, o mais avançado é o da usina de Iñambari (2.000 MW), cujo estudo de viabilidade já estaria sendo finalizado (até o momento, trata-se do único projeto, em consideração pela Eletrobrás, que obteve concessão temporária para tais estudos). Estão igualmente avançados os estudos para a hidrelétrica de Mainique, cujo projeto já conta com autorização para levantar o potencial hídrico. Esse projeto substituiu o originalmente previsto para o Rio Urubamba, cancelado por encontrar-se em sítio arqueológico. Os projetos situados nos rios Eñe e Tambo (Paquitzapango, Tambo 40 e Tambo 60), no entanto, foram objeto de protestos não-violentos de comunidades indígenas Ashaninka. Também com respeito a Iñambari, verifica-se o crescimento da mobilização de Governos regionais, comunidades locais e ONGs, preocupadas com os impactos sociais e ambientais.

Há, ainda, a possibilidade de conexão das linhas de transmissão entre os sistemas peruano e brasileiro, antes mesmo da eventual construção das usinas. A obra, que percorreria quase dois mil quilômetros, poderia estar pronta em dois anos. A proposta interessou particularmente ao Presidente Alan García, tendo presente as dificuldades no fornecimento de energia, previstas para os próximos anos.]

Petróleo e gás

[A Petrobrás atua no Peru por meio da Petrobras Energia Peru, que detém direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em diversas regiões. A empresa brasileira é a segunda maior produtora de petróleo do Peru, com cerca de 14,5 mil barris de óleo equivalente por dia.

Os ativos da empresa no Peru concentram-se na região de Talara (lote 10), na costa norte do Peru; na região de Marañón (lote 117), junto à fronteira com a Colômbia; e na região de Camisea, no Departamento de Cusco (lotes 57, 58 e 110).

Em janeiro de 2008, anunciou-se descoberta de nova jazida de gás natural, com reservas de aproximadamente 2 trilhões de pés cúbicos, no lote 57. A companhia brasileira prevê, em seu planejamento plurianual, investimentos de mais de US\$ 2 bilhões no país até 2011.

No início deste mês, o Presidente Alan García anunciou à imprensa peruana a descoberta, pela Petrobras, de gás no lote 58. A empresa brasileira confirmou a descoberta, mas não anunciou números referentes ao tamanho das reservas.]

- Ainda no que se refere à integração energética entre o Brasil e o Peru, gostaria de assinalar minha satisfação pela participação da Petrobras na prospecção de gás natural em alguns dos blocos autorizados pelo Governo peruano. A Petrobras tem capacidade para fazer os investimentos necessários e conta com o total apoio do Governo brasileiro;

- as análises técnicas feitas até o momento indicam que o bloco 58, que está sendo prospectado pela Petrobras, possui volumes promissores de gás natural. Os valores exatos, porém, só poderão ser divulgados após o término das etapas técnicas necessárias para se confirmar o volume de gás existente. Um anúncio antecipado do volume de gás do bloco 58 poderia ensejar especulações e resultar em multas para a Petrobras, que tem suas ações negociadas na Bovespa e na Bolsa de Valores de Nova York.

[É possível que o Presidente Alan García se queixe ao Presidente Lula de suposta "demora" da Petrobras em anunciar oficialmente o volume de gás descoberto no lote 58. Em 5 de novembro último, García anunciou, em evento público, que o bloco conteria "muito mais que um trilhão de pés cúbicos de gás". Naturalmente, ele gostaria que a Petrobras tivesse confirmado os valores logo após seu anúncio. Naquele momento, no entanto, a Petrobras não podia confirmar oficialmente o volume de gás disponível porque, em primeiro lugar,

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

necessitava - o que ainda ocorre - concluir análises técnicas que confirmem o volume de gás estimado e, em segundo, porque está sujeita a normas rigorosas no que se refere a esse tipo de anúncio, pelo fato de ter ações comercializadas na Bovespa e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

Em 13 de novembro último, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou carta ao Presidente Alan García, na qual sublinhou que "em aproximadamente 60 dias", ou seja, até o dia 13 de dezembro aproximadamente, "a Petrobras estará apta a divulgar os resultados sobre o volume de gás existente naquele bloco" e que estava "solicitando que a Petrobras atue com celeridade no processo de verificação do volume de gás existente". O Brasil, portanto, fez tudo o que estava a seu alcance. A divulgação do volume de gás do bloco 58 depende apenas de procedimentos técnicos, não de vontade política.

Cabe assinalar que, com os dados técnicos disponíveis até o momento, a Petrobras está otimista com respeito às estimativas do volume de gás do bloco 58.]

Biocombustíveis

- Hoje em dia, os debates sobre energia e sustentabilidade estão interrelacionados. Daí a grande importância dos biocombustíveis. A esse respeito, saúdo a inauguração, em setembro último, da usina de etanol "Agrícola Del Chira", a primeira planta de etanol no Peru, construída com o apoio de empresas brasileiras e com financiamento do PROEX.

[A montagem da usina de etanol "Agrícola Del Chira", no Departamento de Piúra, e sua contribuição para a formação dos recursos humanos necessários resultaram de projeto de cooperação direta entre a empresa peruana Caña Brava, do Grupo Romero, e a brasileira UNI-SYSTEMS. A conclusão da última etapa de montagem da usina contou com linha de crédito do PROEX no valor de US\$ 30 milhões. A planta produzirá 9 milhões de litros de etanol por ano e criará 2.900 empregos (dois mil diretos e 900 indiretos). O projeto de irrigação ampliou a área agrícola da zona desértica do Norte do Peru em mais de 40 mil hectares. Os investimentos iniciais, da ordem de US\$ 500 milhões, podem chegar a US\$ 2 bilhões.

Nos últimos anos, o Governo peruano vem adotando uma série de incentivos tributários para aumentar a participação dos biocombustíveis na matriz energética do país, tendo em vista a aceleração dos preços do barril de petróleo, em 2007 e 2008, e seu impacto na economia peruana, extremamente dependente das importações de combustíveis fósseis.]

(vi) Economia peruana e política comercial bilateral

- Parabênizo Vossa Excelência pelo notável vigor da economia peruana, que nos últimos anos tem crescido de forma consistente, a taxas extraordinárias. A robustez da economia permitiu que o Peru, assim como o Brasil, sofresse os efeitos da crise econômica e financeira global de forma menos acentuada que a maioria dos países;

- o comércio é um fator importantíssimo para a integração regional. Ele estimula o desenvolvimento econômico e social dos nossos países, induz integração física, energética e cultural e, sobretudo, contribui para o fortalecimento da democracia;

- o Brasil deseja aprofundar a integração comercial com o Peru. Precisamos superar as barreiras ainda existentes e levar o comércio bilateral a um novo patamar. Para isso, seria da maior importância convocar, o quanto antes, a segunda reunião da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Peru (ACE-58) para aprofundar o instrumento hoje em vigor;

- com o Tratado de Livre-Comércio (TLC) Peru-Estados Unidos já em vigor, é necessário que o Brasil e o Mercosul obtenham o mesmo acesso ao mercado peruano, conforme previsto no ACE Mercosul-Peru. Não faz sentido que os Estados Unidos tenham acesso maior aos nossos mercados que os nossos vizinhos sul-americanos. Não é razoável que um produto de uma zona franca dos Estados Unidos esteja sujeito a uma tarifa menor que um produto do Pólo Industrial de Manaus;

- o acordo Mercosul-Peru poderia ser ampliado, de forma a incluir o comércio de serviços, que é um importante setor das economias dos nossos países;

[Entre os tópicos de interesses do Mercosul, destacam-se: (i) a obtenção de compensações pela assinatura do TLC Peru-EUA; (ii) a extensão do tratamento preferencial concedido aos produtos originários de zonas francas norte-americanas aos produtos oriundos do Pólo Industrial de Manaus, conforme previsto no ACE-58; e (iii) incorporação do comércio de serviços ao Acordo.

O Governo peruano, por seu lado, tem condicionado a convocação de nova reunião da Comissão Administradora do ACE-58 à solução, a seu contento, de vários pontos pendentes do comércio bilateral, tais como a questão da anchoveta peruana e alegadas barreiras sanitárias e fitossanitárias a diversos

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

produtos agrícolas (amaranto, cebola, couve-flor, kiwicha, quínua e pêssego).

A parte peruana poderá levantar questionamentos a respeito do pleito de comercializar a anchoveta no mercado brasileiro como "sardinha peruana". Em reunião técnica da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, realizada em 16 de novembro corrente, o MAPA fez exposição pormenorizada sobre os motivos técnicos pelos quais o Brasil não aceita o enquadramento da anchoveta como "sardinha peruana". Na ocasião, salientou não haver atualmente nenhuma restrição à importação ou à comercialização do produto peruano no País, desde que sob o nome de "anchoveta".

A II Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral realizou-se em 8 de outubro, em São Paulo, e tratou de várias pendências pontuais no comércio Brasil-Peru. A III Reunião da Comissão está prevista para março de 2010, em Lima.]

- apesar da pendente questão do aperfeiçoamento do ACE 58, as condições para avançarmos em direção a uma maior liberalização do comércio bilateral já estão dadas. Os temas pendentes apontados pelo lado peruano têm sido tratados na Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Peru-Brasil e no Grupo Executivo de Trabalho-GET (o V GET ter-se-á reunido no dia 9/12, em Lima). Ajustes estão sendo feitos dos dois lados para tornar o comércio transfronteiriço mais fluido. É importante que fortaleçamos a fiscalização na região e também que os exportadores peruanos conheçam melhor a legislação brasileira, sobretudo os requerimentos sanitários, para evitar que produtos fiquem parados na fronteira, em especial os perecíveis;

- no que se refere à questão da defesa comercial aplicada no Peru, o Brasil toma nota com satisfação da recente retirada dos direitos antidumping contra o denim brasileiro, por determinação da Corte Superior de Lima, e permanece no aguardo do julgamento dos recursos impetrados. O Brasil lamenta que os fabricantes nacionais de denim tenham sido excluídos do mercado peruano durante três anos por causa do referido processo e está confiante em que esse caso poderá ser decidido em breve e de forma definitiva.

(vii) Comércio bilateral

- Recordo que o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Peru aumentou significativamente nos últimos anos, passando de US\$ 724 milhões, em 2003, para US\$ 3,3 bilhões, em 2008. Neste

ano, a participação brasileira no comércio global do Peru foi da ordem de 5,42% (4º lugar entre os sócios comerciais peruanos). No primeiro semestre de 2009, o Brasil foi o quinto sócio comercial do Peru, com uma corrente de comércio que totaliza US\$ 663 milhões, cifra 29,7% inferior à registrada no mesmo período de 2008. O déficit da balança comercial registrado pelo Peru com o Brasil, no mesmo período, foi de US\$ 595,7 milhões, cifra superior apenas em 2,29% com relação ao déficit do primeiro semestre de 2008;

- tenho satisfação igualmente de registrar que a proporção da exportação de produtos peruanos processados vem aumentando;

- saliento o compromisso brasileiro com maior participação dos produtores peruanos no mercado nacional. Nesse sentido, têm-se realizado seminários no Peru sobre oportunidades comerciais no mercado brasileiro, divulgando o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). A realização de tais seminários deverá ser intensificada, em estreita cooperação com as entidades peruanas responsáveis pela promoção comercial, privilegiando-se os centros produtores do interior do país;

- ainda no contexto do compromisso brasileiro com o apoio aos exportadores peruanos interessados em participar do amplo mercado de consumo brasileiro, ressalto ainda o interesse manifestado pela FIESP e a CNI em incluir o Peru nos programas prospectivos empresariais e relativos ao desenvolvimento de cultura exportadora, respectivamente, com ênfase nas pequenas e médias empresas;

- desejo saudar a recente constituição do Conselho Empresarial Brasil-Peru, que congrega os mais representativos empresários de ambos países e que certamente trará contribuição valiosa para a intensificação do intercâmbio comercial e promoção de novos investimentos;

- no tocante a investimentos, saúdo a presença das maiores empreiteiras brasileiras no Peru, com ênfase no projeto Alto Piúra. Ressalto, com satisfação, a presença de grandes firmas brasileiras nas áreas de siderurgia, energia e serviços públicos, entre outros, com IED's em torno de US\$ 1,3 bilhão em 2008, bem como o crescimento do aproveitamento, por parte de empresas do Norte brasileiro, de oportunidades em matéria de "joint venture" com parceiros da Macro-região Sul peruana, sobretudo no setor moveleiro.

(VIII) Infra-estrutura

- Sinto especial satisfação ao saudar a realização do seminário empresarial que se realiza hoje em Lima, evento que tem como tema "Interoceânica: uma nova ligação entre Brasil e Peru", com o objetivo de celebrar as perspectivas que já se abrem para o aprofundamento da integração bilateral com a construção dos dois eixos interoceânicos (Eixo Multimodal Paita-Manaus-IIRSA Norte e rodovia Interoceânica Sul, ligando o Acre aos portos do Sul do Peru, Ilo e Matarani);

- saliento a importância da construção dos dois eixos de ligação para o desenvolvimento de comunidades localizadas em regiões historicamente desfavorecidas. Apontar que, com a sua conclusão, as obras ensejarão novas oportunidades de comércio, serviços e investimentos, com conseqüente geração de emprego e bem-estar para as populações envolvidas;

- regozijo-me com a previsão de que a Rodovia Interoceânica Sul, a mais importante das duas conexões, uma vez concluída, poderá ampliar o PIB peruano em até 2%, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região Sul do país.

[O Consórcio CONIRSA (integrado pelas empresas Odebrecht, Graña y Montero, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão) é responsável pela construção dos trechos 2 e 3. O Consórcio INTERSUR (Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão, Upac, Super Concreto e Málaga) venceu as licitações para o trecho 4.

O trecho terrestre da IIRSA Norte, que liga os portos de Paita (marítimo) e Yurimaguas (fluvial), deverá ser completado até março de 2010. As obras estão sendo executadas por Consórcio formado pelas empresas brasileiras Odebrecht e Andrade Gutierrez e pela peruana Graña y Montero. A construção do porto de Yurimaguas, cujo processo de licitação está para ser programado, deverá atrair grandes empreiteiras brasileiras, sobre tudo as que já atuam no Peru. Outro trabalho a ser completado se refere à navegabilidade do Rio Amazonas, no lado peruano, que deverá viabilizar importante via de saída de exportações brasileiras para o Pacífico.

Aguarda-se o processo de concessão da estrada que une Lima a Pucallpa. Caberá às concessionárias melhorias e reabilitação de 867 quilômetros de rodovias. As empresas brasileiras Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht e Queiroz Galvão já demonstraram interesse na apresentação de propostas para a licitação.]

(ix) Cooperação técnica

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

- Felicito Vossa Excelência pelo êxito do Programa JUNTOS (Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres), que tem beneficiado milhares de famílias no Peru. A experiência brasileira com o programa Bolsa Família tem demonstrado a eficiência do sistema de transferência de renda condicionada. O Bolsa Família tem proporcionado alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias; rompimento do ciclo da pobreza via ações que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação; e induzido outros benefícios, por meio de programas complementares coordenados pelos governos e pela sociedade para a geração de trabalho, renda e alfabetização. Estou muito satisfeito com o fato de o Brasil, graças à cooperação técnica bilateral, vir compartilhando essa experiência com o Governo do Peru, com vistas a fortalecer o Programa JUNTOS;

- estou especialmente satisfeito, ainda, com os demais projetos de cooperação técnica que assina(re)mos hoje: i) o da escola pública brasileiro-peruana, ii) os projetos para produção de cacau e de café na região do VRAE e iii) a implementação do Banco de Leite Materno [lista a ser completada pela ABE]. É importante que nós cooperemos não apenas na área econômica e comercial, mas também na área social, em temas como saúde, educação, cultura, agricultura familiar e, de forma geral, desenvolvimento social.

(x) Cooperação cultural e educacional

- Escola Pública Brasil-Peru (Liceu Binacional): Fico extremamente feliz em ver hoje concretizada a oportuna idéia de Vossa Excelência, manifestada ao Chanceler Celso Amorim em circunstâncias tão adversas [encontro em Pisco em 19 de agosto de 2007, quatro dias após o forte terremoto que afetou a região do "Sur chico" peruano], de estabelecer uma escola de ensino fundamental que poderá ser o embrião de uma cooperação educacional ainda mais significativa entre nossos países;

[A partir de 2010 deverá ter início a implementação do projeto de cooperação, que criará a primeira escola pública brasileiro-peruana, na atual Instituição Educativa 1032 "República do Brasil", cujas aulas em português deverão começar a ser ministradas em 2011.]

- é com especial satisfação que ressalto a promoção, pelo Governo brasileiro, em Lima, no contexto de minha visita, de eventos culturais da mais alta qualidade, como a Exposição Oscar Niemeyer, Festivais de Cinema e Gastronomia e o show musical de Jorge Aragão (noite de 11/12);

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

[Promoção cultural: A Embaixada do Brasil em Lima tem intensificado significativamente a promoção cultural do Brasil no país nos últimos anos. O próximo desafio é descentralizar essas atividades de promoção cultural, levando às províncias peruanas um pouco mais das manifestações culturais brasileiras. Pretende-se, por exemplo, replicar em Piura os êxitos da Semana do Brasil em Lima, levando àquela cidade uma série de eventos artísticos brasileiros.]

- o Brasil é candidato ao Conselho Executivo da UNESCO, nas eleições que ocorrerão à margem da 36ª Sessão da Conferência Geral da Organização, a ser realizada em 2011. Apoiamos a inclusão do sítio arqueológico peruano de Caral-Supe na Lista do Patrimônio Mundial;

- a pedido do Governo peruano, o Brasil oferecerá todo o apoio necessário para a realização da mostra fotográfica AMRIK - Presença árabe na América do Sul, por ocasião da realização da III Cúpula ASPA (Lima, 2011).

[Academia Diplomática: A Embaixada contratou professora de língua portuguesa para lecionar na academia diplomática peruana, com vistas a fortalecer a cooperação entre as instituições congêneres dos dois países.]

(xi) TV digital

- A adoção do sistema ISDB-T pelo Governo peruano espelhou o fortalecimento dos laços de cooperação com o Brasil, que ganha espaço também na área tecnológica. Saliento que a implementação do novo sistema de geração e transmissão de sinal televisivo trará oportunidades de negócios tanto para empresas brasileiras que desenvolvem a tecnologia digital, como para o Peru, tendo em vista os inúmeros investimentos que terão de ser feitos, inclusive com a possibilidade de instalação de fábricas (nas quais indústrias brasileiras poderão ter participação) para a produção de equipamentos;

- saúdo a assinatura do Memorando de Entendimento a ser implementado pelos Ministérios de Comunicações dos dois países, na área de cooperação, englobando não só a capacitação de técnicos e profissionais, mas também a promoção de cursos e seminários de formação e aperfeiçoamento, em centros acadêmicos peruanos, por especialistas brasileiros;

- parabeno a iniciativa do Governo do Peru de promover, em setembro último, o I Foro Internacional do Sistema ISDB-T, que reuniu em Lima representantes de Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Paraguai e Uruguai, além de Brasil e Peru, em

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2009 12:08:24 N.º: 01810

discussões sobre funcionamento e implementação da TV digital.

Jorge Taunay, Embaixador

HFN/CB/BMZ/RESTR/AMM/EM/PMOL/JMAT

VV

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/11/2009 16:13:16 N.º: 01829

De Brasemb Lima para Exteriores em 27/11/2009 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DOC/DAM III
DESCR=XPRO-BRAS-PERU
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Visita Sr Presidente da
República. Ponto de
conversação adicional:
concorrência pública/Projeto
Alto Piura (irrigação).
//

Nr. 01829

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

Recebi novamente, no dia 26 do corrente, o Gerente-Geral da
Camargo Correia, Senhor José Alves Pereira Neto, e o Diretor-
Geral da Andrade Gutierrez, Senhor Breno Saldanha, que me
relataram a situação da licitação em que as duas empresas
participam, para a implementação do Projeto Especial de
Irrigação e Hidroenergia do Alto Piura. A empresa estatal
chinesa concorrente estaria atuando de forma desleal, uma vez
que, além de praticar "dumping" no processo licitatório,
estaria buscando utilizar a influência da Embaixada da China
em Lima para ganhar a competição e desenvolvendo campanha
difamatória contra as empresas brasileiras, por meio de
mensagens na internet dirigidas ao mercado, acusando-as de
apresentarem propostas muito caras e serem tradicionalmente
incapazes de entregar as obras que lhes teriam cabido em
outras licitações.

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/11/2009 16:13:16 N.º: 01829

2.Dado o êxito das referidas empresas em projetos desenvolvidos no Peru, como o da construção da planta de tratamento de águas em Huachipa (beneficiando o norte da cidade de lima), bem como da Rodovia Interoceânica Sul, sugiro a inclusão do assunto nos pontos de conversação do Presidente Lula com o Presidente Alan Garcia, no dia 11 de dezembro. Considero oportuno que se aproveite o encontro para salientar a enorme e exitosa experiência das empresas brasileiras em projetos da envergadura do de Alto Piura, nos moldes do Projeto Olmos (transposição das águas mediante construção de túnel transandino), a cargo da Odebrecht.

Jorge Taunay, Embaixador

AMM

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/12/2008 16:29:47 N.º: 01830

De Brasemb Lima para Exteriores em 15/12/2008 (JMHN)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DOC/DIC/DAM III
DESCR=EIND-AMSU
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=CIT 70469
CATEG=MG

//
Peru. Empresas brasileiras.
Investimentos. Consulta.
//

Nr. 01830

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

Cumpro instruções. Informo. O estoque de IED brasileiro no Peru vem se ampliando fortemente nos últimos anos. No final de 2008, o valor desses investimentos deve chegar a US\$ 1,5 bilhão, refletindo crescimento importante desde o estoque acumulado entre 2001 a 2004, que era de US\$ 425 milhões. Como a Agência de Peruana de Promoção do Investimento Privado (PROINVERSIÓN) não incorpora investimentos consolidados em períodos recentes, seus dados continuam defasados (estoque de US\$ 337,4 milhões ao final de 2007). Assim sendo, em decorrência de decisões operacionais adotadas por empresas brasileiras no Peru, em período recente, ainda não refletidas nos dados oficiais, o estoque acumulado de investimentos brasileiros deverá se elevar acentuadamente no futuro próximo.

2.Com a possibilidade de formação do pólo petroquímico do Sul, que poderia ter investimentos da Petrobrás, estima-se que o estoque brasileiro poderia lograr incremento de até US\$ 800 milhões, com a implantação de unidade de produção de amoníaco e uréia. Este montante poderá ainda ser acrescido de mais US\$ 1,5 bilhão para uma futura fábrica de polietileno. Além deste valor, sobressaem os investimentos adicionais de US\$ 100 milhões da Praxair/White Martins na fábrica de GNLP, em Pisco, e os US\$ 1,3 bilhão, que o Grupo Gerdau anunciou no presente semestre para o período de 2009 a 2013. Com esses

projetos, o estoque de IED brasileiro no Peru poderá se aproximar dos US\$ 5,3 bilhões nesse período.

3. A seguir, transmito as principais informações relativas à presença de empresas brasileiras na economia peruana:

ENERGIA

4. O setor vem sendo incentivado pela política governamental que visa à promoção da mudança da matriz energética, cujas fontes hoje se dividem em 56% de petróleo, 27% de fontes renováveis e 17% de gás natural. Busca-se dar maior ênfase à produção e utilização do gás natural produzido na região de Camisea e da energia hidroelétrica, com a finalidade de reduzir a dependência da importação de petróleo e derivados (diesel). Em linhas gerais, o país produz hoje 115 mil barris diários de petróleo, 150 milhões de pés cúbicos/dia de gás natural e 3900 MW de energia hidrelétrica.

- PETROBRÁS: Com base no memorando de entendimento para a cooperação técnica e projetos de investimentos, assinado em setembro de 2006 pela Petrobrás com a Petroperú (estatal peruana) e a Perupetro (agência reguladora peruana), pretende-se que seja realizada a modernização da refinaria de Talara, com a meta de redução dos níveis de enxofre nos combustíveis produzidos, e posteriormente de Iquitos e Conchán, o que deve representar aporte da ordem de US\$ 350 milhões. A modernização da Refinaria de Talara, a principal do país (75% do refino total peruano) poderá implicar investimentos brasileiros da ordem de US\$ 700 a 800 milhões de dólares. No Lote X, a empresa já produz 15 mil barris/dia de petróleo, ou seja, 13% do total de 115 mil/dia produzidos pelo país (2007). A Petrobrás já se encontra igualmente perfurando poços na região em torno de Camisea. Com a consecução plena desses projetos, o Peru seria o país onde a Petrobrás exploraria a mais extensa área depois do próprio território nacional (cerca de 50% da área explorada pela Petrobrás fora do Brasil). Encontra-se em fase de definição a questão dos marcos jurídico e técnico para a formação de pólo petroquímico no Sul do país, envolvendo o aproveitamento do gás de Camisea, que será destinado à produção de amoníaco e uréia, com vistas ao abastecimento do mercado interno peruano e de países sul-americanos da Costa do Pacífico. A Petrobrás, em consórcio com a Petroperu, tenciona participar do pólo. A estimativa de investimento no projeto poderia atingir montante de até US\$ 800 milhões para a produção de amoníaco e uréia e de US\$ 1,5 bilhão para uma futura fábrica de polietileno. De acordo com a Direção da Petrobrás, o investimento no pólo petroquímico seria, contudo, mais

factível após 2012, em função da complexidade e escala do projeto, que não forma parte do plano de investimentos da empresa para o período 2008-2012.

OAS

Em fins de outubro de 2008, foi publicada a concessão temporária à OAS para que desenvolva estudos de viabilidade para a construção da Hidrelétrica Inambari, localizada na província de Madre de Dios, a 300 Km da fronteira com o Brasil. O projeto deverá ser executado por consórcio integrado por Furnas/Eletróbrás e pela Construtora OAS. De acordo com a direção da empresa brasileira, a obra deverá ser iniciada em meados de 2009 e a expectativa é de que a hidrelétrica desenvolva um potencial máximo de geração da ordem de 2500 MW, embora a estimativa seja de que trabalhe com uma potência inicial de 1400 MW. A empresa espera poder concluir os estudos de viabilidade técnica e econômica nos próximos meses, a fim de apresentar ao Ministério das Minas e Energia o pedido de concessão definitiva.

MINERAÇÃO

9. A mineração representa um dos principais setores econômicos do país, concentrando cerca de 70% do total das exportações. No plano mundial, o Peru é o primeiro produtor de prata, o terceiro de zinco e estanho, o quarto de cobre e chumbo e o quinto de ouro. Na América Latina, o país ocupa a primeira posição em ouro, prata, zinco, estanho e chumbo e a segunda em cobre e molibdênio. A mineração é, tradicionalmente, a principal fonte de renda nas exportações e superou os US\$ 15 bilhões em 2007 (dados da PROINVERSION). O Peru tem 15% das reservas de cobre do mundo e a produção tem aumentado desde a década de 90, quando forte investimento foi realizado no setor. Reúne ainda alto potencial no campo da mineração não- metálica: fosfatos, diatomitas, piritas, caulim, pirofilita e sal. As principais operações de mineração no país são feitas por empresas estrangeiras, algumas com capitais peruanos. Cite-se que o Peru possui compromissos de investimentos, neste setor, da ordem de US\$ 10 bilhões para o quinquênio 2007-2011.

- VALE DO RIO DOCE (CVRD): a empresa venceu, em março de 2005, a licitação para a exploração das minas de fosfatos de Bayóvar (norte do Peru). A CVRD está também prospectando terrenos em Cajamarca e Arequipa em busca de cobre e ouro, em associação com a chilena Antofagasta. O "Projeto Bayóvar", no norte do país, consiste em exploração de jazidas de fosfato, de alta qualidade, com a finalidade principal de produção de

concentrados e fertilizantes para o abastecimento interno do mercado peruano e exportação a terceiros mercados. O estudo de viabilidade sobre o Projeto foi recentemente concluído, já tendo sido tomada a decisão de se investir cifra em torno de US\$ 300 a 400 milhões de dólares. Assim, nos próximos 6 anos, estima-se aumento da produção para cerca de 1 milhão de toneladas/ano em Bayóvar, podendo o resultado chegar a 3,3 milhões de toneladas/ano. Com a consecução do projeto, o Peru se tornará auto-suficiente na produção de fosfatos.

- VOTORANTIM: a empresa, a maior produtora de concentrados de zinco na América Latina, ocupando a quarta posição em escala global, opera a refinaria de produção de concentrados de zinco de Cajamarquilla (refinaria construída em 1981 pelo Governo peruano e privatizada em 1995) e vem expandindo suas atividades no Peru. E empresa investiu US\$ 300 milhões na estrutura produtiva de Cajamarquilla, em um período de um ano e meio, bem como ampliou a capacidade produtiva da refinaria em 25 mil toneladas/ano. Em agosto de 2006, a Votorantim iniciou a expansão das operações da fábrica de zinco de Cajamarquilla para 170 mil toneladas/ano. O investimento financeiro na expansão poderá alcançar até US\$ 100 milhões, em projeto recentemente concluído. A planta possui capacidade atual para produzir 135 mil toneladas anuais de zinco metálico, 230 mil toneladas de ácido sulfúrico, 2 mil toneladas de prata residual, 2,5 mil toneladas de cobre em pó e 335 toneladas de cádmio, operando com um dos menores custos industriais do mundo, segundo especialistas. A refinaria de Cajamarquilla exporta a produção para Chile, Colômbia, Venezuela e países da América Central. O zinco metálico é exportado também para os EUA e Japão. Mais recentemente, foi anunciada, pela Direção da empresa, a expansão do investimento para US\$ 500 milhões até o primeiro semestre de 2009, visando à duplicação da produção da fábrica de Cajamarquilla. A projetada expansão significará uma produção de 320 mil toneladas de zinco ao ano na unidade, o que permitirá a produção de índio metálico, metal de alto valor agregado, de utilização na confecção de monitores e telas de televisão. O processo de ampliação da capacidade de produção da fábrica de Cajamarquilla compreende duas etapas. A primeira já foi concluída e a atual representa investimento da ordem de US\$ 400 milhões. Será executada até o primeiro semestre de 2009. Com a duplicação da planta, a unidade de Cajamarquilla será responsável por mais de 50% da produção de processados de zinco da Votorantim Metais. A expansão das atividades da empresa resultará na geração de cerca de 2 mil empregos indiretos e 200 empregos qualificados na nova usina, adicionais aos 600 que lá já trabalham. A Votorantim é responsável pela quase totalidade do refino de zinco peruano

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/12/2008 16:29:47 N.º: 01830

(135.000 das 162.375 toneladas, produzidas pelo país em 2007).

CONSTRUÇÃO CIVIL - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

11. Não é possível quantificar a participação percentual de empresas brasileiras no total instalado da rede viária peruana, o que demandaria estudo técnico sobre o tema. A contribuição das empresas brasileiras, desde os anos 90, é reconhecida, no quadro do cumprimento das leis trabalhistas e ambientais, além das modernizações e tecnologias introduzidas. A rede viária total peruana é de 78.687 mil km. As empresas brasileiras participam, entre outros, nos dois principais projetos do setor:

- PROJETO IIRSA NORTE: compreende a construção de rodovia entre o porto marítimo de Paita e o porto fluvial de Yurimaguas (960 km). O consórcio responsável é formado pelas brasileiras Odebrecht e Andrade Gutierrez e a peruana Graña y Montero. O início da construção deu-se em março de 2006, com conclusão prevista para março de 2010. Em Yurimaguas, deverá ser preparado o porto, tendo em vista o incremento do tráfego fluvial do eixo multimodal, que ligará o Peru ao Brasil. O objetivo da cooperação bilateral será o de viabilizar as condições de navegabilidade do rio Huallaga e o aperfeiçoamento do Porto de Yurimáguas. O DNIT encontra-se apoiando a contraparte peruana.

- PROJETO IIRSA SUL: as obras da rodovia Interoceânica Sul, iniciadas em julho de 2006, visam à ligação dos oceanos Atlântico ao Pacífico, facilitando o escoamento da produção do Brasil e do Peru, reduzindo os custos de transporte de mercadorias, algumas provenientes de regiões de difícil acesso. A rodovia situa-se entre as maiores obras de infraestrutura no âmbito do programa IIRSA - Iniciativa de Integração da Infra-estrutura da América do Sul . A estrada, pelo lado peruano, terá 1.009 km entre a cidade de Iñapari no Peru (cidade fronteira com o Brasil pelo estado do Acre) e os portos marítimos de Ilo, Matarani e San Juan de Marcona no Peru. Quando concluída, a Interocênica terá extensão total de 2.600 km, sendo os demais 1.591 km já finalizados no território brasileiro nos estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso. Em janeiro de 2006, foi inaugurada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo então Presidente Alejandro Toledo a ponte Iñapari-Assis Brasil, sobre o rio Madre de Diós, ultimando a conexão terrestre pelo lado brasileiro.

A obra está sob a responsabilidade de dois consórcios integrados por empresas brasileiras e peruanas. Nos trechos 2

e 3, as obras foram adjudicadas ao consórcio, chamado IIRSA Sul, formado pelas empresas Odebrecht Peru Engenharia e Construções, Graña y Montero e J.J.Camet Ingenieros Civiles y Contratistas Generales. O trecho 4 foi adjudicado ao Consórcio Intersur, integrado pelas empresas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Upac, Super Concreto e Málaga y Hermanos. As ligações Acre-Pacífico estão previstas para três portos de destino - San Juan de Marcona, Matarani e Ilo. A arquitetura do financiamento da obra é bastante complexa, por ter envolvido custos estimados inicialmente em US\$ 810 milhões. Esses custos atualmente chegam a US\$ 1,3 bilhão. As exportações de bens e serviços brasileiros, utilizados nas obras, seriam apoiadas pelo PROEX/BB no valor de US\$ 350 milhões, com prazo de 20 anos de pagamento e 6 anos de carência, a 3% de taxa de juros. Posteriormente, em vista do vulto das obras, foi cogitado reforço adicional de US\$ 416 milhões. Os consórcios optaram pelo acesso a recursos disponíveis no mercado financeiro internacional, em razão do reduzido risco de crédito do Peru, que proporciona juros mais baixos. A outra parte da equação financeira está sendo resolvida com recursos provenientes de investimentos externos via Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 310 milhões. Estima-se que a obra irá gerar cerca de 10 mil empregos diretos em quatro anos e beneficiará indiretamente o grande contingente populacional habitante das regiões pelas quais passará. Em algumas áreas, o valor das propriedades adjacentes à estrada já triplicou, devendo aumentar ainda mais até a data prevista para a conclusão das obras, estimada para julho de 2010.

- OUTROS PROJETOS:

(a) ODEBRECHT PERU: a empresa é a principal construtora do Projeto Chavimochic, mega-empreendimento multimodal de irrigação, abastecimento de água potável e geração de energia elétrica localizado na região de Trujillo, capital do Departamento de La Libertad, no norte do país. Para a consecução das fases I e II, executadas no período de 1987 a 2005, foram investidos cerca de US\$ 852 milhões de dólares. O projeto, que utiliza o sistema hídrico do Rio Santa, o mais caudaloso da costa peruana, abastece de água potável a mais de 700 mil habitantes da região. Outra das obras do projeto consistiu na construção da Central Hidroelétrica de Viru, com capacidade de geração de 7,5 MW. Nas etapas I e II de Chavimochic, o projeto incorporou o total de mais de 43 mil hectares de áreas agrícolas, dedicadas ao cultivo de aspargos e alcachofras, que converteram o Peru em um dos maiores exportadores mundiais desses produtos. Presentemente, a empresa realiza estudos, a pedido do Governo peruano, para a realização da etapa III.

Em julho de 2004, a construtora ganhou a concessão para construir, operar e manter as obras de fornecimento de água para a região de Lambayeque (Projeto Olmos), igualmente no norte peruano. A empresa iniciou as obras em 2006, com investimentos de US\$ 250 milhões (financiamento parcial da CAF). A empresa espera completar em menos de 4 anos a primeira fase do projeto, que compreende a transposição das águas do rio Huancabamba mediante construção de túnel transandino de 19,3 km de extensão. As obras permitirão a irrigação de 150 mil hectares na zona árida de Lambayeque e a geração de 4 mil gwh/ano de energia. Segundo estimativas do Governo peruano, o projeto Olmos deverá gerar 50 mil novos empregos. A Odebrecht pretende contratar localmente 95% da mão de obra necessária às obras. O projeto prevê a geração de 2 mil e quinhentos empregos diretos e 5 mil indiretos. Ao final da obra, o Departamento de Lambayeque se converterá em importante pólo agroexportador. Estima-se a geração de 45 mil empregos diretos e 90 mil empregos indiretos com a incorporação de 38 mil hectares de terra para a agricultura.

(b) ANDRADE GUTIERREZ: a empresa ingressou no mercado peruano em 1992. Sua primeira obra foi a construção de cais para cargas líquidas (refinados de petróleo e derivados) no Porto de Talara, no norte do país, em contrato executado para a PETROPERU. Entre outros projetos com o concurso de suas obras e serviços, desde então, podem ser apontados: a) reabilitação da Rodovia Pan-Americana Sul (1992 -1995), em trechos totalizando 235 km; b) reabilitação da Rodovia Tarma-La Merced, (1996-1998), em trecho de 71 km (único acesso da selva central de Junín com a Rodovia Central e Lima); c) construção de túnel (7270 m) de adução e obras conexas da Central Hidroelétrica de San Gabán (1996-1999), perto de Puno, geradora de 110 MW para as Regiões de Puno, Madre de Diós e Cusco; d) reabilitação da Rodovia Cusco-Combapata (2000-2001), em trechos cobrindo 97 km, em região de altitude média de 3200 m. Presentemente, a Andrade Gutierrez participa nas duas importantes concessões no âmbito dos projetos IIRSA, acima descritos.

(c) CAMARGO CORRÊA: concluiu, em 2004, as obras de reabilitação e melhoria da estrada Chiclayo-Chongoyape (60 km), na região de Lambayeque, Norte do Peru, no valor de US\$ 18 milhões (financiamento da CAF). No mesmo ano, a construtora brasileira concluiu as obras da estrada Puente Matachico-Huancayo (56 km, na região de Junín) no valor de US\$ 25 milhões. Além desses empreendimentos, como descrito acima, a empresa participa atualmente em consórcio nas obras de construção da rodovia Interoceânica Sul (Trecho 4) e está engajada na construção da rodovia Paita-Yurimaguas, a cargo

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/12/2008 16:29:47 N.º: 01830

de consórcio formado com a Odebrecht e com a peruana Graña y Montero, no valor de US\$ 220 milhões.

PROCESSAMENTO DE GASES

- WHITE MARTINS: a empresa brasileira instalou a Praxair há cinco décadas no Peru, onde produz hoje cerca de 425 toneladas diárias de oxigênio, nitrogênio, argônio (em forma líquida ou gasosa), CO2 e gases especiais, o que corresponde a 60% do mercado desses produtos. A estimativa de produção total para janeiro de 2010 é de 1.425 toneladas diárias. A Praxair tem instalações em Callao, Cuaiones, Pisco e Lima. A empresa acaba de iniciar projeto de produção de GNLP (gás natural liquefeito de petróleo), em Pisco, ao sul de Lima, com investimentos, na fase I, de cerca de US\$ 100 milhões.

SETOR VAREJISTA

- AMBEV: em 2003, a AmBev comprou os ativos da empresa Embotelladora Rivera, ingressando no mercado peruano. O balanço das atividades da empresa revela-se positivo, apesar das dificuldades inerentes ao estabelecimento de competição em mercado tradicionalmente monopolista no setor de bebidas. Segundo a Direção da AMBEV, o balanço até o momento é favorável tanto em termos de participação no mercado local de cervejas, com 12,5% do total do país, como em volume de vendas, com 32,6% alcançados em redes varejistas. Subsistiria, contudo, o desafio de crescer no setor de distribuição, enfrentando a empresa quantidade de denúncias e obstáculos surgidos contra a marca Brahma, mais especificamente no tocante à impossibilidade de o consumidor trocar garrafas de concorrentes pelas da Brahma, por problemas levantados quando da entrada da AMBEV no mercado local. As dificuldades de distribuição vêm, contudo, sendo superadas, esperando-se aumento da penetração nos mercados de Cusco, Arequipa e Puno, no Sul, com a integração de novos canais de comercialização. Encontra-se também pronto o cronograma de investimentos proveniente da fusão da AMBEV com a Interbrew (belga), que possibilitou o lançamento das marcas "Stella Artois" e "Beck's". Nesse aspecto, a Direção da empresa vem sublinhando que o mercado peruano é importante e que se achava sub-avaliado em função do monopólio existente. A Ambev inaugurou em 2005 sua fábrica de cerveja em Huachipa, na região da Grande Lima, com investimento estimado em US\$ 100 milhões, sendo planejada a inversão de outros US\$ 100 milhões para a expansão das atividades. Em 2006, ademais das marcas Brahma (2ª mais comercializada em Lima) e Quilmes (argentina), a AmBev Peru lançou os produtos Beck's (alemã) e Stella Artois (belga) sob o regime inicial de importação, os

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/12/2008 16:29:47 N.º: 01830

quais se cogita, no entanto, sejam fabricados localmente, uma vez aprovados pelo consumidor peruano.

TIGRE: a catarinense Tigre adquiriu, em 2008, a empresa Plástica SA, sediada em Lima, a terceira maior fabricante de PVC do Peru. Com essa aquisição, a Tigre marca presença em 10 países, com 18 fábricas. A Tigre está investindo, este ano, US\$ 70 milhões fora as aquisições.

SIDERURGIA

- GERDAU: em julho de 2006, o Grupo Gerdau ingressou no mercado peruano, com a aquisição de 92% do capital da estatal Siderperu, que se deu com a compra de 51% das ações da empresa privatizada por US\$ 61 milhões. A essas ações se somaram 41% das negociadas com o Banco Wiese Sudameris, adquirido pelo Grupo Scotiabank (canadense). A capacidade atual de produção da Siderperu é de cerca de 500 mil toneladas de aço anuais (metade da produção total do país), com vendas que giram em torno de US\$ 225 milhões. No presente semestre, o Grupo Gerdau iniciou plano de expansão dos investimentos no Peru, no valor de US\$ 1,3 bilhão, para o período de 2009 a 2013. O aumento dessa produção fará com que o Peru passe de país importador a exportados de aço.

Ana Maria morales, Encarregada de negócios a.i.

AMM

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2009 21:07:41 N.º: 01902

De Brasemb Lima para Exteriores em 04/12/2009 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/C/AIG/DOC/CGDECAS
DESCR=GVIO-BRAS-PERU
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Política externa. Visita do
Sr. Presidente a Lima (em
11/12). Versão atualizada da
sugestão de programa,
encaminhada pelo Torre Tagle.
//

Nr. 01902

Transmito, a seguir, versão atualizada e pormenorizada do
programa da visita do Sr. Presidente da República a Lima, em
10-11/12, encaminhada pelo Torre Tagle, na tarde de 4/12:

"PROPUESTA PERUANA DE PROGRAMA TENTATIVO
(SUJETA A CONFIRMACIÓN POR LA PARTE BRASILEÑA)

Jueves 10 de Diciembre

18:21 horasArribo del Excelentísimo Presidente de la
República Federativa del Brasil, Sr. Luiz
Inácio Lula daSilva (por confirmar)

Lugar: Base Aérea del Grupo Aéreo No 8 -
Callao.

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2009 21:07:41 N.º: 01902

Acompañado por:

Los Ministros de Relaciones Exteriores, Desarrollo, Industria y Comercio Exterior, Defensa, Transportes, Educación y Energía, así como del Presidente de la Asamblea Legislativa del Acre y una comitiva oficial y de empresarios de aproximadamente 100 personas.

Recibe: El señor Ministro de Relaciones Exteriores, Embajador José Antonio García Belaunde; acompañado del Director Nacional de Protocolo y Ceremonial del Estado, Embajador César Castillo, del Subsecretario para Asuntos de América, Embajador Javier León, del Embajador de la República Federativa del Brasil en el Perú, Sr. Jorge d`Escragnolle Taunay Filho, del Embajador del Perú en la República Federativa del Brasil y, del Jefe del Ala Aérea N° 2, Mayor General FAP Julio Valdez Pomareda

Protocolo: Columna de honor, pabellones izados.

Pendiente:

Determinación de la composición exacta de la Delegación Oficial, remisión de fichas médicas y restricciones alimenticias.

Tipo de aeronave, permiso de sobrevuelo, ingreso de armas y equipos de radio comunicación.

Cobertura e ingreso de la prensa al Grupo 8 ¿?

Facilidades a proporcionar por la parte peruana :

Equipo de Seguridad del Estado

01 auto blindado para el Presidente Lula;

01 auto para el Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil

04 autos más para el servicio compartido por los demás Ministros de Estado.

Facilidades de ingreso para el Presidente Lula y su Comitiva (Migraciones, Aduana, Discamec

Traslado al Hotel "Swissôtel"

Lugar: Vía Central 150 Centro Empresarial Real, San Isidro.

Facilidades a proporcionar por la parte

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2009 21:07:41 N.º: 01902

peruana:

01 Suite Presidencial para el Jefe del Estado
brasileño
01 Suite Ejecutiva para el Ministro de
Relaciones Exteriores del Brasil
04 Suites Junior para los demás Ministros
visitantes.

19:00 horas Participación del Excelentísimo Presidente de
la República Federativa del Brasil, Sr. Luiz
Inácio Lula da Silva en los actos
conmemorativos de los 30 años de actividades de
la empresa Odebrecht en el Perú.

Lugar: Hotel "Swissôtel"
Vía Central 150 Centro Empresarial Real, San
Isidro.

Viernes 11 de Diciembre

07:45 horas Desayuno del Excelentísimo Presidente de la
República Federativa del Brasil, Sr. Luiz
Inácio Lula da Silva con líderes políticos
peruanos.

Lugar: Hotel "Swissôtel"

Invitados: Sra. Lourdes Flores, Sra. Keiko
Fujimori, Sr. Luis Castañeda, Sr. Yehude Simon
y Sr. Mauricio Mulder.

08:50 horas Partida del Excelentísimo Presidente de
la República Federativa del Brasil, Sr. Luiz
Inácio Lula da Silva hacia el Liceo Peruano-
Brasileño

09:00 horas Inauguración del Liceo Peruano-Brasileño
(Colegio N° 1032 "República del Brasil")

Lugar: Jirón Cangallo N° 731, Barrios Altos,
Cercado de Lima.

Palabras de ambos mandatarios

09:50 horas Partida del Excelentísimo Presidente de la
República Federativa del Brasil, Sr. Luiz
Inácio Lula da Silva hacia el Centro Cultural

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2009 21:07:41 N.º: 01902

de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

10:00 horas Inauguración de la Exposición "Oscar Niemeyer"

Lugar: Centro Cultural de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
Av. Nicolás de Piérola 1222 - Parque Universitario

Palabras de ambos mandatarios (por confirmar).

10:25 horas Partida del Excelentísimo Presidente de la República Federativa del Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva hacia el Palacio de Gobierno

10:30 horas Llegada al Palacio de Gobierno.

Lugar: Plaza Mayor s/n

Ceremonia oficial de bienvenida

Lugar: Palacio de Gobierno - Patio de Honor

Protocolo: Honores Militares, revista de tropas e Himnos nacionales

Recibe: El señor Presidente de la República, Dr. Alan García Pérez, acompañado por el Ministro de Relaciones Exteriores, Embajador José Antonio García Belaunde, el Director Nacional de Protocolo y Ceremonial del Estado, Embajador César Castillo Ramírez y Jefe de la Casa Militar, General de Brigada EP Ricardo Urcariegui Reyes

10:40 horas Reunión privada con el señor Presidente de la República, Dr. Alan García Pérez.

Lugar: Salón de Embajadores - Palacio de Gobierno.

Pendiente: Determinación del número de participantes (formato 1 +).

Reunión con los Directivos del Consejo Empresarial Peruano-Brasileño

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2009 21:07:41 N.º: 01902

Lugar: por determinar

Reunión ampliada entre las delegaciones del
Perú y Brasil

Lugar: Salón Túpac Amaru - Palacio de Gobierno.

12:00 horas Suscripción de Convenios y del Comunicado
Conjunto.

Lugar: Salón Dorado - Palacio de Gobierno.

Pendiente: Determinar el número de instrumentos
a suscribir

Contacto con la Prensa

Lugar: Salón Dorado - Palacio de Gobierno.

Pendiente: Determinar si habrán preguntas de la
prensa o sólo declaraciones a la prensa.

13:00 horas Almuerzo ofrecido por el señor Presidente Alan
García Pérez en honor del Excelentísimo
Presidente de la República Federativa del
Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Lugar: Gran Comedor - Palacio de Gobierno.

14:55 horas Partida del Excelentísimo Presidente de la
República Federativa del Brasil, Sr. Luiz
Inácio Lula da Silva hacia el Congreso de la
Reública.

15:00 horas Llegada al Congreso de la República

Lugar: Plaza Bolívar s/n

Recibe: el Presidente del Congreso de la
República, Dr. Luis Alva Castro.
Honores de estilo

15:05 horas Sesión solemne en el Congreso de la
República

15:50 horas Partida del Excelentísimo Presidente de la
República Federativa del Brasil, Sr. Luiz
Inácio Lula da Silva hacia el hotel "Swissôtel"

De: BRASEMB LIMA
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2009 21:07:41 N.º: 01902

16:00 horas Clausura del Seminario Empresarial Perú-
Brasil

Lugar: Swissôtel
Vía Central 150 Centro Empresarial Real, San
Isidro.

17:30 horas (aprox.) Partida del Presidente Lula y su
Comitiva hacia la Base Aérea del Grupo Aéreo
Nº 8 - Callao.

18:00 horas (aprox.) Retorno del Presidente Lula y su
Comitiva al Brasil."

Jorge Taunay, Embaixador.

HFN

De: BRASEMB LOMÉ
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/02/2008 11:42:03 N.º: 00041

De Brasemb Lomé para Exteriores em 04/02/2008 (ACO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF I/C
DESCR=PEXT-GVIO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 28
CATEG=MO

//

Brasil-Togo. Visita oficial do
Presidente Faure Gnassingbé ao
Brasil. Missão precursora.
esboço de agenda.

//

Nr. 00041

RESUMO=

Informa sobre ida de missão precursora togolesa para
auxiliar na preparação da visita oficial do
Presidente Faure Gnassingbé ao Brasil e apresenta
esboço de visita a Estados brasileiros.

Aditel Nº 28 e demais comunicações sobre o assunto. O
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional
comunica por Nota, datada de 1º/02, que acabo de receber, que
missão precursora estará no Brasil, no período de 18 a 22 de
fevereiro corrente, a fim de preparar a visita oficial do
Presidente Faure Gnassingbé, programada para 27/02.

2.Segundo a Nota, a missão será composta pelos Senhores
Roland Y. Kpotrsa, Embaixador, Representante Permanente do
Togo nas Nações Unidas, e Senhor Komi Bayèdzè Dagoh,
Conselheiro Técnico do Ministro da Cooperação, do
Desenvolvimento e da Administração Territorial.

3.A Chancelaria solicita às autoridades brasileiras o
recebimento da referida missão.

De: BRASEMB LOMÉ
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/02/2008 11:42:03 N.º: 00041

4. Informo que, até o presente momento, o governo togolês não se definiu sobre eventuais viagens do Presidente Faure e delegação a outras capitais brasileiras, além da visita oficial a Brasília. Em contatos com o Consultor do Presidente para Relações Internacionais, Professor Robert Dussey, ou com o Chefe de Gabinete do Presidente, General Ayeva, estes têm sugerido visitas ao Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Isto tudo em um período que vai da tarde de 27 de fevereiro, término da visita oficial a Brasília, à manhã de 5 de março. Na última reunião com o General Ayeva, e com base em suas manifestações de interesse, elaborei com ele, tentativamente, o seguinte esboço de agenda complementar à agenda oficial de Brasília, cujos dados básicos, recebidos do Cerimonial, muito agradeço.

26/02, terça-feira:

Chegada do avião presidencial, pela tarde, à Base Aérea de Brasília. Recepção.
Instalação no hotel.

27/02, quarta-feira:

10:45 h. Solenidade oficial no Palácio do Planalto. Recepção. Encontro com Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; possíveis encontros paralelos entre autoridades brasileiras e seus homólogos togoleses; eventual assinatura de atos.

13:00 h: almoço no Itamaraty;

15:00 h: Visita ao Presidente do Senado;

15:30 h: Visita ao Presidente da Câmara de Deputados;

16:00 h: Visita ao Presidente do Superior Tribunal Federal;

16:30: Visita à sede da EMBRAPA ou, se possível, a estação experimental da empresa próxima a Brasília.

18:30 h: Embarque na Base Aérea de Brasília com destino ao Rio de Janeiro.

19:45 h: Chegada à Base Aérea do Galeão.

Instalação no hotel.

Dia 28/02, quinta-feira

8:30 h: Visita ao Corcovado;

11:30 h: Visita à Companhia Siderúrgica Nacional, CVRD, Volta Redonda;

Almoço;

14/30 h: Saída.

14:00 h: Visita ao Instituto Oswaldo Cruz, Manguinhos.

Eventual assinatura de protocolo de cooperação;

17:30 h: Retorno ao hotel.

Dia 29/02, sexta-feira

De: BRASEMB LOMÉ
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/02/2008 11:42:03 N.º: 00041

9:00 h: Partida da Base Aérea do Galeão com destino a São José dos Campos.
10:00 h: Visita à EMBRAER;
Almoço;
14:00 h: Partida com destino a Salvador.
15:30 h: Chegada à Base Aérea do Aeroporto Internacional de Salvador.
Instalação no hotel

Dia 01/03

Programa a organizar, com o apoio do Governo do Estado da Bahia.

Eventual visita à Construtora Odebrecht;
Almoço.

Dia 02/03

Eventual passeio de barco pela Baía de Todos os Santos e almoço na Ilha de Itaparica, ou, manha livre.
Tarde: retorno a Lomé.

4.Reitero que este projeto de agenda foi esboçado com base nos interesses manifestados pelos assessores do Presidente Faure, sobretudo pelo General Ayeva, que sugeriu uma visita de caráter prático, que possibilite ao Presidente da Republica obter uma visão, ainda que parcial, da alta capacidade produtiva do Brasil e lhe sugira áreas onde o Togo possa encontrar oportunidades para o estabelecimento de negócios, parcerias e projetos de cooperação.

ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Embaixador

ACO

De: BRASEMB LOMÉ
CARAT=Reservado

Recebido em: 14/02/2008 10:16:55 N.º: 00040

De Brasemb Lomé para Exteriores em 14/02/2008 (ACO)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF I/C
DESCR=PEXT-GVIO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 28
CATEG=MO

//

Brasil-Togo. Visita oficial do
Presidente Faure Gnassingbé ao
Brasil. Agenda tentativa.

//

Nr. 00040

RESUMO=

Informa sobre missao precursora à visita oficial do
Presidente Faure Gnassingbé ao Brasil e sugere esboço
de agenda.

Aditel N° 28 e demais comunicações sobre o assunto. O
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional
comunica por Nota, datada de 1º/02, que acabo de receber, que
missão precursora estará no Brasil, no período de 18 a 22 de
fevereiro corrente, a fim de preparar a visita oficial do
Presidente Faure Gnassingbé, programada para 27/02.

2.Segundo a Nota, a missão será composta pelos Senhores
Roland Y. Kpotrsa, Embaixador, Representante Permanente do
Togo nas Nações Unidas, e Senhor Komi Bayèdzè Dagoh,
Conselheiro Técnico do Ministro da Cooperação, do
Desenvolvimento e da Administração Territorial.

3.A Chancelaria solicita às autoridades brasileiras o
recebimento da referida missão.

4.Informo que, até o presente momento, o governo togolês
não se definiu sobre eventuais viagens do Presidente Faure e

De: BRASEMB LOMÉ
CARAT=Reservado

Recebido em: 14/02/2008 10:16:55 N.º: 00040

delegação a outras capitais brasileiras, além da visita oficial a Brasília. Em contatos com o Consultor do Presidente para Relações Internacionais, Professor Robert Dussey, ou com o Chefe de Gabinete do Presidente, General Ayeva, estes têm sugerido visitas ao Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Isto tudo em um período que vai da tarde de 27 de fevereiro, término da visita oficial a Brasília, à manhã de 5 de março. Na última reunião com o General Ayeva, e com base em suas manifestações de interesse, elaborei com ele, tentativamente, o seguinte esboço de agenda, em complementação à agenda oficial, cujos dados, básicos, enviados pelo Cerimonial, muito agradeço.

26/02, terça-feira:

Chegada do avião presidencial, pela tarde, à Base Aérea de Brasília. Recepção.
Instalação no hotel.

27/02, quarta-feira:

10:45 h. Solenidade oficial no Palácio do Planalto. Recepção. Encontro com Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; possíveis encontros paralelos entre autoridades brasileiras e seus homólogos togoleses; eventual assinatura de atos.

13:00 h: almoço no Itamaraty;

15:00 h: Visita ao Presidente do Senado;

15:30 h: Visita ao Presidente da Câmara de Deputados;

16:00 h: Visita ao Presidente do Superior Tribunal Federal;

16:30: Visita à sede da EMBRAPA ou, se possível, a estação experimental da empresa próxima a Brasília.

18:30 h: Embarque na Base Aérea de Brasília com destino ao Rio de Janeiro.

19:45 h: Chegada à Base Aérea do Galeão.

Instalação no hotel.

Dia 28/02, quinta-feira

8:30 h: Visita ao Corcovado;

11:30 h: Visita à Companhia Siderúrgica Nacional, CVRD, Volta Redonda;

Almoço;

14:00 h: Visita ao Instituto Oswaldo Cruz, Manguinhos.

Eventual assinatura de protocolo de cooperação;

17:30 h: Retorno ao hotel.

Dia 29/02, sexta-feira

9:00 h: Partida da Base Aérea do Galeão com destino a São José dos Campos.

10:00 h: Visita à EMBRAER;

Almoço;

De: BRASEMB LOMÉ
CARAT=Reservado

Recebido em: 14/02/2008 10:16:55 N.º: 00040

14:00 h: Partida com destino a Salvador.
15:30 h: Chegada à Base Aérea do Aeroporto Internacional de Salvador.
Instalação no hotel.

Dia 01/03

Programa a organizar, com o apoio do Governo do Estado da Bahia.

Eventual visita à Construtora Odebrecht;

Almoço.

Dia 02/03

Eventual passeio de barco pela Baía de Todos os Santos e almoço na Ilha de Itaparica, ou, manha livre.

Tarde: retorno a Lomé.

4.Reitero que este projeto de agenda foi esboçado com base nos interesses manifestados pelos assessores do Presidente Faure, sobretudo pelo General Ayeva, que sugeriu uma visita de caráter prático, que possibilite ao Presidente da Republica obter uma visão, ainda que parcial, da alta capacidade produtiva do Brasil e lhe sugira áreas onde o Togo possa encontrar oportunidades para o estabelecimento de negócios, parcerias e projetos de cooperação.

ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Embaixador

AQCO

Para: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Expedido em: 30/01/2009 17:45:31 N.º: 00108

Da SERE para
Brasemb Luanda
Em 30/01/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/CGPI/DC
DESCR=ANGO-JURI-KDAC
REF/ADIT=TEL 1649 2008, DET 1031 2008
CATEG=MG

//
Angola. Casa de Cultura.
Memorando de Entendimento para
a cessão de imóveis.
//

Nr. 00108

A proposta de Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e a FESA para restauração do imóvel do Grande Hotel Luanda foi submetida à Consultoria Jurídica que, em seu parecer (transmitido a Luanda por correio eletrônico) sugeriu (par.11) que o tema seja tratado no próprio instrumento internacional de cessão mútua a ser celebrado entre os Estados.

2. Desta forma, deverá ser buscado texto que acolha essa preocupação e indique a responsabilidade angolana de entregar o imóvel em perfeitas condições de uso.

3. O texto poderá eventualmente explicitar que a Parte angolana assumirá a responsabilidade pela execução das obras devidas, seja por conta própria ou de terceiros. Mas se essa menção criar algum tipo de desequilíbrio de obrigações, pode-se apenas buscar forma de acomodar expressão quanto à necessidade de que os imóveis sejam entregues em perfeitas condições de uso. Do lado brasileiro, a exigência já estaria plenamente atendida, uma vez que as obras de restauração foram realizadas pela Construtora Odebrecht (sem qualquer participação governamental).

EXTERIORES

Para: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Expedido em: 30/01/2009 17:45:31 N.º: 00108

LHM/LHM

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/01/2009 08:21:48 N.º: 00152

De Brasemb Luanda para Exteriores em 28/01/2009 (MDX)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/SGEX/CGPI/DAMC/DAI/CJ
DESCR=APAT-ANGO-BRAS
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1649 2008, DET 1031 2008
CATEG=MG

//
Angola. Concessão Recíproca
das Casas da Cultura.
//

Nr. 00152

Tendo presente o Parecer CONJUR/CGDI nº 6/2009 que considera revelar-se "de certa forma, arriscada para os fins que se presta" a proposta de protocolo/contrato da Parte brasileira com a FESA para a formalização do compromisso dessa última de assumir a restauração do Grande Hotel Luanda, retomei as conversações com o Ministério das Relações Exteriores.

2. Meus interlocutores na Chancelaria não anteciparam dificuldades para (a) a manutenção da referência ao Acordo de Cooperação Cultural e Científica no preâmbulo do Memorando de Entendimento e (b) a manutenção das referências expressas à obrigatoriedade de pagamento de impostos federais, estaduais e municipais que não venham a ser isentados, conforme dispõe o texto da minuta. Resultariam assim atendidas duas das três preocupações expressas no desptel 1031/2008.

3. Indicaram, no entanto, os funcionários da Chancelaria que não poderiam aceitar a referência, ainda que no preâmbulo, ao compromisso da FESA. Reiteraram a argumentação de que não

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/01/2009 08:21:48 N.º: 00152

caberia no texto do Memorando alusão a uma entidade não governamental como a FESA.

4. A falta da menção proposta pelo Brasil poderia ainda implicar dificuldade adicional no Artigo 5º (a) em que se estabelece o compromisso das Partes de manter em bom estado de conservação os imóveis recebidos. Para elidir esse ponto, aventei a possibilidade de se incluir no texto "e restaurados", passando o (a) a ler: "As Partes comprometem-se a manter em bom estado de conservação os imóveis cedidos nos termos do presente Memorando e restaurados para uso das respectivas Casas da Cultura."

5. Meus interlocutores sinalizaram a possibilidade de aceitar o acréscimo que, para eles, deveria se complementar com o protocolo/contrato a ser firmado simultaneamente entre o Brasil e a FESA. Expus, na linha do Parecer citado, os impedimentos à adoção dessa alternativa pelo lado brasileiro.

6. Para sanar o impasse que paralisa os entendimentos para a contratação do Memorando, voltei a sugerir que consultassem a FESA sobre a alternativa de aquela Fundação formalizar junto à Chancelaria o compromisso de restaurar o prédio, patrimônio histórico angolano, a exemplo da Fundação Odebrecht que avocara (entendo que unilateralmente) a responsabilidade de restaurar o Solar Gravatá. Quando da assinatura do Memorando entre os dois Governos, poder-se-ia, adicionalmente, registrar em nota à imprensa os agradecimentos das duas Partes às Fundações Odebrecht e Eduardo dos Santos por suas valiosas contribuições à recuperação do patrimônio histórico do Brasil e o de Angola.

7. A Chancelaria prometeu consultar a Fundação Eduardo dos Santos.

Afonso Cardoso, Embaixador

AC

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/04/2008 03:00:15 N.º: 00457

De Brasemb Luanda para Exteriores em 03/04/2008 (CLBS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAF II/DEMA/ABC
DESCR=GREM-CPLP-ANGO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 295, TEL 495 2007, TEL 456
CATEG=MG

//
CPLP. Meio Ambiente. IV
Conferência dos Ministros do
Ambiente. Composição das
delegações e questões
logísticas.
//

Nr. 00457

RESUMO=

Informo e peço instruções. IV Conferência dos Ministros do Ambiente da CPLP deverá ser realizada no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda Sul, de 22 a 24 de abril corrente. Ministro angolano gostaria que Ministra Marina Silva permanecesse em visita bilateral nos dias 25 e 26. Peço confirmação junto ao MMA de participação brasileira em reuniões paralelas e de detalhes logísticos.

Na visita de cortesia que lhe fiz ontem, o Ministro do Urbanismo e Ambiente de Angola, Diekumpuna Sita José, informou-me sobre os preparativos para a IV Conferência dos Ministros do Ambiente da CPLP, que deverá ter lugar, nesta cidade, de 22 a 24 de abril corrente.

-
2. O encontro será realizado no Centro de Convenções de Talatona (CCTA), em Luanda Sul. Nos dias 22 e 23, reunir-se-ão os técnicos e, no dia 24, os ministros. O Ministro manifestou expectativa de que a Ministra Marina Silva chegue no dia 23 para participar da reunião ministerial e aproveite a vinda a Angola para, nos dias 25 e 26, reciprocamente visitar a bilateral. Caso possa prolongar sua estada, a Ministra seria convidada a visitar a Hidrelétrica de Capanda e o complexo agro-industrial de Pungo Andongo - recordo que ambas iniciativas contam com participação da Odebrecht.
 3. Segundo Sita José, haverá três reuniões paralelas à Conferência: dos Diretores Gerais (autoridades de alto nível) das Águas, dos Pontos Focais para o Combate à Desertificação e de organizações não-governamentais ambientalistas.
 4. O Ministro disse-me, por fim, que técnicos angolanos estariam, no momento, trabalhando com suas contrapartes brasileiras, em Brasília, a fim de ultimar a passagem de coordenação para Angola.
 5. Também ontem, compareceu à Embaixada o Diretor do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA), Arsénio Machado, a fim de prestar esclarecimentos sobre o evento.
 6. Com relação ao alojamento dos participantes, informou que aos ministros serão oferecidas, às custas do Governo angolano, as casas de hóspedes do CCTA. Descrição detalhada do Centro de Convenções e das casas foi feita no telegrama 495/2007. Como as casas têm três quartos, Machado esclareceu que ficará a critério de cada ministro a utilização dos demais cômodos por seus assessores. O Governo angolano oferecerá também hospedagem gratuita para dois técnicos de cada delegação em hotel próximo ao CCTA.
 7. Aos ministros, o Governo angolano disponibilizará transporte individual. Haverá serviço de microônibus entre o CCTA e os hotéis em que ficarem hospedados delegados.
 8. Machado disse não ter informações sobre as condições logísticas para a realização das reuniões paralelas, devido ao fato de estarem sendo organizadas por outros órgãos - Ministério da Energia e Águas, no caso do encontro das autoridades de alto nível, e FAO, no dos pontos focais.
 9. Segundo Diretor, o MMA brasileiro ter-se-ia comprometido a enviar técnicos seus a Angola para ajudar na organização da Conferência ministerial. Não soube, no

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/04/2008 03:00:15 N.º: 00457

entanto, informar quem seriam esses técnicos nem quando chegariam a Luanda.

10. Em vista do que precede, muito agradeceria:

- a) transmitir ao MMA as informações logísticas;
- b) confirmar junto ao MMA as datas de chegada e partida da delegação brasileira;
- c) consultar o MMA quanto à possibilidade de a Ministra Marina Silva permanecer em Angola nos dias 25 e 26;
- d) confirmar junto ao MMA a participação brasileira nas reuniões paralelas;
- e) consultar o MMA quanto à ocupação da casa em que ficará hospedada a Ministra Marina Silva; e
- f) confirmar junto ao MMA a vinda dos técnicos brasileiros de que trata o parágrafo 9 acima.

Afonso Cardoso, Embaixador

DNL

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 08/07/2009 06:32:34 N.º: 01220

De Brasemb Luanda para Exteriores em 08/07/2009 (MDX)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=ABC/DAF II/DEU/DCAR/CGFOME
DESCR=ETEC-ANGO-SADC
RTM/CLIC=GRPAFRAUS
REF/ADIT=CIT 72719
CATEG=MG

//
Cooperação técnica triangular.
Cooperação técnica Brasil-
SADC. Cooperação técnica
Brasil-UA.
//

Nr. 01220

Rogo retransmissão via CLIC para as Embaixadas nos países do
GA-1

Muito agradeço a retransmissão do tel 236 de Brasemb Gaborone e dos expedientes sobre as perspectivas de cooperação triangular com parceiros como a CE, a Noruega, o Japão, ou os EUA, ademais das iniciativas em favor da cooperação do Brasil com a UA.

2. A experiência, limitada mas nem por isso necessariamente menos exemplificativa, da cooperação Brasil-Japão-Angola na formação e aperfeiçoamento de pessoal na área da saúde, no Hospital Josina Machel, sugere algumas reflexões sobre pontos por sinal não esquecidos no Simpósio de Brasília, sobre os riscos de um certo grau de "especialização" e de "hierarquização" entre os parceiros cooperantes, aos olhos da opinião pública no país recipiendário.

3. As dificuldades encontradas para iniciar efetivamente a

cooperação trilateral Brasil-Noruega-Angola, na capacitação de recursos para a administração pública, revelarão por sua vez limites impostos pelo montante dos recursos acordados, como também diferenças culturais e de perspectiva que, se por um lado podem enriquecer um projeto, podem, do outro, inviabilizá-lo.

4. Da perspectiva do posto, afigura-se, assim, por essas e outras razões, igualmente levantadas no encontro celebrado no Brasil, essencial que se tenham, no caso da cooperação trilateral, as iniciativas acordadas com o recipiendário e com os cooperantes claramente centradas em objetivos como as Metas do Milênio, universalmente pactuadas e que têm no Brasil promotor reconhecido e respeitado.

5. Temo, por outro lado mas ainda da ótica específica do posto, que, diferentemente do ocorrido com as iniciativas de cooperação brasileiras com a UA, no campo tanto da agricultura quanto do desenvolvimento rural, eventual cooperação do Brasil no âmbito dos grupos temáticos da SADC, coordenados por países europeus ou representações de organismos internacionais, possa implicar desvantagens significativas.

6. A primeira dessas desvantagens seria a de contribuir para uma concorrência, indesejada mas de claro potencial problemático, entre o aporte ao regional e o desenvolvimento de programas bilaterais efetivos e prioritários em países como Angola. No plano bilateral, a cooperação stricto-sensu, entre os Governos do Brasil e de Angola, começam a conformar as bases para uma cooperação mais ampla e mais profunda seja no desenvolvimento do agronegócio, com o Ministério da Agricultura, seja no Desenvolvimento Rural, com a Secretaria específica angolana. Paralelamente, a cooperação lato-sensu ganha, a cada dia, mais alento com os contratos de serviço firmados pela EMBRAPA com o Ministério da Agricultura local e empresas estatais angolanas, e complementa-se com iniciativas como a criação da BIOCOM, empreendimento de mais de US\$200 milhões para produção de açúcar e de etanol, que reúne a Odebrecht, a Sonangol e uma terceira empresa angolana, e que conta também com a consultoria da EMBRAPA.

7. A segunda dessas desvantagens seria a de que o aporte brasileiro, em recursos humanos, técnicos e de conhecimento, possa ter "diluída" sua autoria pela coordenação de terceiros e, ainda em função dessa "intermediação", ter dificultadas a identificação da demanda e a melhor sintonia das soluções. Temo, por fim, que possa resultar, por isso mesmo, menos eficaz e não garantir uma contribuição de valor do Brasil à

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 08/07/2009 06:32:34 N.º: 01220

SADC e ao desenvolvimento africano.

8. Não parece certo, por último, da perspectiva do posto, que o destino do projeto de integração da SADC possa ser concretamente impulsionado desde fora e com o empuxe de uma cooperação coordenada por visões e conceitos de desenvolvimento que não serão, necessariamente, os mais ajustados às demandas, deficiências e insuficiências dos países-membros.

Afonso Cardoso, Embaixador.

AC

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/11/2008 11:48:47 N.º: 01393

De Brasemb Luanda para Exteriores em 05/11/2008 (UB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF II/DOC/DIC/ABC/AFEPA
DESCR=GREA-ANGO-BRAS
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1129
CATEG=MG

//

Angola. Fundação Eduardo dos Santos. Jornadas Técnico-Científicas 2008. Convite ao Ministro das Cidades.

//

Nr. 01393

RESUMO=

Informo e peço providências. Ministro do Urbanismo e Habitação de Angola convida Ministro das Cidades para participar de evento da FESA, em Luanda, de 18 a 21/11. Eventual aceitação poderia impulsionar relações bilaterais em questão estratégica para Angola e contribuir para o fortalecimento posição de construtoras brasileiras no mercado angolano. Agradeceria transmitir o convite ao Ministério das Cidades.

A Embaixada recebeu ofício do Ministro do Urbanismo e Habitação de Angola, Diekumpuna Sita José, dirigido ao Ministro das Cidades do Brasil, Márcio Fortes, em que este é convidado a participar das 12as Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos, que deverá ser realizada, em Luanda, entre os dias 18 e 21 de novembro corrente, e que terá por tema "Cidades: formação, planeamento e redes

urbanas". O Ministro angolano propõe ainda que eventual visita do homólogo brasileiro seja aproveitada para a exploração das possibilidades de cooperação entre os dois órgãos.

2. Recordo que a Fundação Eduardo dos Santos, entidade vinculada ao Presidente da República de Angola, realiza anualmente as Jornadas Técnico-Científicas, a fim de trazer a Angola os maiores especialistas de cada área do conhecimento para uma semana de debates sobre temas candentes na sociedade angolana. Os debates são assistidos por autoridades angolanas do mais alto nível, bem como por acadêmicos, estudantes e membros da sociedade civil. São, posteriormente, registrados em anais, amplamente distribuídos entre órgãos da administração pública angolana e instituições de ensino superior. Contribuem, dessa forma, para influenciar importantes políticas públicas em Angola.

3. O tema deste ano é de particular interesse para as relações entre o Brasil e Angola em virtude da projeção que as empresas de construção civil brasileiras têm neste mercado e pelos ambiciosos objetivos do Governo angolano nessa área para os próximos quatro anos. Lembro, por exemplo, que o Ministro Sita José é a autoridade incumbida pelo Presidente José Eduardo dos Santos de viabilizar a construção, nesse período, um milhão de habitações. Ao custo estimado de US\$ 50 mil por unidade residencial popular, o que implicaria a injeção de US\$ 50 bilhões de dólares no mercado da construção civil em Angola no próximo quadriênio. Observo, a propósito, que a Odebrecht foi mobilizada pela FESA para realizar gestões junto ao Ministro Fortes no sentido de que aceite o convite para vir a Luanda.

4. Nos últimos anos, o Posto vem procurando apoiar a FESA na identificação de possíveis palestrantes brasileiros para as Jornadas e na transmissão dos convites aos selecionados. Este ano, o esforço conjunto da Embaixada e da Fundação viabilizou que fosse obtida a confirmação de nomes para sete das nove mesas de debate que poderiam, segundo critério dos organizadores, contar com a participação de brasileiros.

5. Transcrevo ao fim deste telegrama a programação tentativa resumida das Jornadas deste ano. Entre parênteses seguem os nomes dos palestrantes brasileiros confirmados ao lado dos respectivos temas.

6. Enviarei para o endereço eletrônico da DAF II cópia digitalizada do ofício em tela. O original seguirá pela próxima mala.

7. Muito agradeceria transmitir o convite do Ministro Sita José ao seu alto destinatário.

PROGRAMA

18 a 21 Novembro 2008

DIA 18 DE NOVEMBRO, terça-feira

11H30 DISCURSO DE ABERTURA

- Ministro do Urbanismo e Habitação, Diekumpuna Sita José

12H00 INTERVALO PARA O CAFÉ

12H30 PALESTRA MAGISTRAL (Mesa redonda)

Tema: Formação, Planeamento e Gestão das Cidades

Palestrantes:

- ONU

- SADC

- União Europeia

- Aguinaldo Jaime, ex-Coordenador da Equipe Económica do Governo

INTERVALO PARA ALMOÇO

15H00

Sala 1 - Tema: Instrumentos de gestão territorial

Sala 2 - Tema: Desenvolvimento urbano de Angola

16H15

Sala 1 - Tema: Financiamento de infraestruturas urbanas (Márcia Kumer, Caixa Económica Federal)

Sala 2 - Tema: Políticas de fomento habitacional (Nabil Bonduki, FAU-USP)

17H15

Sala 1 - Tema: A dinâmica das cidades Agro-Pecuárias sectoriais (David Lopes, UNISANTOS)

DIA 19 DE NOVEMBRO, quarta-feira

09H00 Tema: Problemática do planeamento das nossas cidades (Luiz Carlos Costa, FAU-USP)

10H15 INTERVALO PARA O CAFÉ

10H45 Tema: Práticas recomendáveis na gestão urbana (Taco Roorda, escritório de arquitetos Jaime Lerner)

12h30 INTERVALO PARA O ALMOÇO

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/11/2008 11:48:47 N.º: 01393

15H00 Tema: Gestão fundiária

15H45 Tema: Crescimento urbano e utilização de fontes de energia limpas

16H30 INTERVALO PARA O CAFÉ

17H00 Tema: Tecnologias de informação e comunicação: Pilar de redes urbanas

DIA 20 DE NOVEMBRO, quinta-feira

09H00 Tema: Combate à insegurança urbana (Miriam Guindani, UFRJ)

10H00 Tema: Gestão de redes técnicas urbanas (Regina Prospero Meyer, FAU-USP)

11H00 INTERVALO PARA O CAFÉ

12H00 Fim dos trabalhos do dia

Tarde reservada para trabalhos internos.

DIA 21 DE NOVEMBRO, sexta-feira

10H00 LEITURA DE MENSAGENS

- Mensagem da Sociedade do Meio Ambiente
- Mensagem das Universidades Privadas Angolanas
- Mensagem do PNUD

10H45 LEITURA DA MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

10H50 SÍNTESE DAS 12a JORNADAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS

11H15 DISCURSO DE ENCERRAMENTO

- Ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira

11H30 ENCERRAMENTO DAS JORNADAS

Afonso Cardoso, Embaixador

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/11/2008 11:48:47 N.º: 01393

DNL

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 25/11/2008 13:51:10 N.º: 01484

De Brasemb Luanda para Exteriores em 25/11/2008 (DNL)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DOC/ABC
DESCR=GVIO-BRAS-ANGO
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 939, TEL 1475
CATEG=MG

//

Fundação Eduardo dos Santos.
Jornadas Técnico-Científicas
2008. Participação do Ministro
das Cidades. Relato.

//

Nr. 01484

RESUMO=

Informo. A visita do Ministro Márcio Fortes a Luanda teve impacto político positivo e ampla cobertura da imprensa local. Em reunião com homólogo angolano, acertou-se realização de reunião de técnicos para estudo de possibilidades de cooperação. Eventual cooperação na área poderá favorecer empresas de construção civil brasileiras no mercado angolano.

Conforme anunciado pelo desptel de referência, visitou Luanda, nos últimos dias 19 e 20 de novembro, o Ministro de Estado das Cidades, Senhor Márcio Fortes.

2. Na manhã do dia 19, o Ministro Fortes proferiu palestra sobre "Práticas recomendáveis de gestão urbana", no âmbito das 12as Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos.

3. Na tarde do mesmo dia, o Ministro manteve reunião de trabalho com seu homólogo, o Ministro do Urbanismo e Habitação, Diekumpuna Sita José. De início, o Ministro Fortes fez exposição sobre as áreas de atuação e os principais projetos do Ministério das Cidades. Ressaltou pontos como regularização fundiária para fins de projetos de habitação de interesse social, gestão de resíduos sólidos, políticas públicas e campanhas educativas sobre trânsito, construção de redes de trens metropolitanos e outras formas de transporte urbano e participação do seu Ministério no Programa de Aceleração do Crescimento.

4. Em seguida, o Ministro Sita José destacou a novidade que sua pasta representa no contexto africano, no qual não haveria tradição de Ministérios dedicados a questões urbanas. Expressou preocupação com a necessidade de capacitação de administradores locais. (Lembro que, até a nomeação do novo Governo angolano, no início de outubro último, Sita José era Ministro do Urbanismo e Ambiente. Com a reforma ministerial, a pasta do Ambiente ganhou ministério independente e a de Sita José passou a ser a do Urbanismo e Habitação. Esses dois temas têm recebido ênfase nos pronunciamentos presidenciais sobre a atividade do Governo para os próximos anos, em virtude dos projetos de descentralização governamental para o âmbito local e de combate ao déficit habitacional).

5. Sita José enfatizou o grande déficit habitacional angolano. Informou que, dos 6 milhões de habitantes que se estima ter Luanda, 80% viveriam em "ocupações espontâneas", ou seja, em assentamentos informais. No entanto, na falta de censos habitacionais e demográficos, não se conhece com precisão suficiente as reais necessidades da população. Reconheceu que o anúncio pelo Presidente dos Santos da construção de 1 milhão de unidades habitacionais nos próximos quatro anos era tido pela sua administração mais como uma meta coletiva da sociedade angolana do que como uma promessa concreta do Governo. Em sua visão, ao Estado caberia fomentar a atuação dos agentes econômicos privados na construção civil, não erguer ele próprio as residências. Mesmo essa atuação indireta seria dificultada, no entanto, pela falta de estatísticas que orientassem as políticas públicas.

6. Os Ministros acertaram a realização de reuniões técnicas para a troca de experiências em políticas de financiamento à habitação e à construção de infra-estrutura urbana, com ênfase em parcerias público-privadas, e em regularização fundiária. Por sugestão do Ministro Fortes, o Ministro Sita José incluiu funcionários de seu Ministério na reunião técnica preparatória da VII Comista Brasil-Angola que

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 25/11/2008 13:51:10 N.º: 01484

está ocorrendo esta semana em Brasília.

7. O encontro dos Ministros mereceu reportagem de destaque no Jornal de Angola.

8. Na manhã do dia 20, o Ministro Fortes participou de programas noticiosos da Rádio Nacional de Angola e da Televisão Pública de Angola.

9. Para além da importância de eventual programa de cooperação técnica que se venha a desenvolver entre o Brasil e Angola na área de administração urbana, ressalto o impacto político altamente positivo que teve o gesto do Ministro Márcio Fortes de aceitar convite para vir a Luanda feito com tão pouca antecedência. No jantar que ofereci aos participantes angolanos e brasileiros das Jornadas, o Presidente da Fundação Eduardo dos Santos, Embaixador Ismael Diogo da Silva, mostrou-se vivamente satisfeito com o prestígio conferido ao evento pela presença do dignitário brasileiro. Lembro que o Presidente da FESA é colaborador próximo do Presidente José Eduardo dos Santos e que a Fundação deverá ser parceira da Embaixada no projeto de restauração do Grande Hotel Luanda para utilização pelo CEB desta cidade.

10. Eventual cooperação bilateral nessa área poderá favorecer a atuação de empresas brasileiras de construção civil nos projetos habitacionais e urbanísticos do Governo angolano. Indício disso foi o empenho feito pela Odebrecht para que a missão do Ministro Fortes se realizasse. A empresa fez gestões nesse sentido junto ao Ministério das Cidades e deslocou alto funcionário seu do Rio de Janeiro para Luanda para acompanhar a visita.

Afonso Cardoso, Embaixador

DNL

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/12/2008 15:24:04 N.º: 01554

De Brasemb Luanda para Exteriores em 02/12/2008 (DNL)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DREN
DESCR=ENER-PEXT-ANGO
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Angola. Visita ao
Ministro dos Petróleos. Plano
de trabalho da PETROBRAS em
Angola.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DREN/DAF II em 10/12/2008.

Nr. 01554

Visitei hoje, dia 2, o Ministro Botelho de Vasconcellos. O titular da Pasta de Petróleos, e até recentemente Ministro de Energia e Águas, chefiou a delegação angolana à Conferência de Biocombustíveis em São Paulo.

2. Meu interlocutor não mediu elogios para a organização e o encontro no Brasil. Disse que seu Governo seguia atentamente, também no que respeita energia, a experiência brasileira. Confiava em que, a exemplo do Brasil, ademais de grande produtor de petróleo seu país tivesse muito a ganhar com a exploração das múltiplas alternativas que podem oferecer os biocombustíveis e, em especial, o etanol.

3. Citou, no contexto, o projeto de Malange, liderado pela Odebrecht e que conta com a participação da SONANGOL e de empresas privadas angolanas. Animava-o e a seu Governo a perspectiva de recuperar a capacidade de atender ao mercado

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/12/2008 15:24:04 N.º: 01554

interno de açúcar e, a um só tempo, dar os primeiros passos maiores na produção do etanol.

4. O Ministro fez igualmente referências elogiosas à cooperação recebida do Brasil e à atuação das empresas brasileiras, públicas e privadas, neste país. Lembrei-o, a propósito, de que em 2009 a Petrobras/Braspetro completará 30 anos de Angola, enquanto a mencionada Odebrecht festejará 25 anos desde a assinatura do contrato para a construção de Capanda.

5. Foi mencionado na conversa o convite feito à empresa brasileira, pela Sonangol, na semana passada, para que considere participar de novo consórcio em formação para exploração e produção de gás natural de petróleo em Angola. A Petrobras, em resposta, estaria sinalizando a sua contraparte o interesse brasileiro de participar de iniciativas que possam levar à produção e exportação de gás liquefeito de petróleo.

6. Testemunhei, de minha parte, ao Ministro Botelho de Vaconcellos do entusiasmo da Petrobras em Angola com o início da perfuração, já em 2009, de tres poços, dois em águas profundas no bloco 18.06, e o terceiro, quase em frente à Ilha do Mussulo, em Luanda, em águas rasas.

7. O Ministro referiu-se, por último, ao ativo interesse da Sonangol em criar, a curto prazo, um centro técnico de ensino superior em Angola. Disse estar convencido de que, também nessa empreitada, a estatal e o Governo angolanos buscariam seguramente a cooperação brasileira.

Afonso Cardoso, Embaixador
AC

AC

Para: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/07/2009 11:47:55 N.º: 00492

Da SERE para
Brasemb Maputo
Em 29/07/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/ABC/DREN/DRN/DOC/DPG/CGFOME
DESCR=GVIO-MOÇA
REF/ADIT=DET 478
CATEG=MG

//
Brasil-Moçambique. Visita do
Presidente Armando Guebuza ao
Brasil. Encontro presidencial
reservado. Relato.
//

Nr. 00492

Conforme previsto, o Presidente de Moçambique, Armando Guebuza realizou visita de trabalho entre os dias 18 e 23 de julho do corrente. A delegação do Presidente Guebuza incluiu os Ministros de Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloi, da Indústria e Comércio, Antonio Fernando, dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula, e de Energia, Salvador Namburete. Além de Brasília, o programa da visita incluiu Rio de Janeiro e Carajás. Relato específico sobre a reunião pluriministerial em Brasília foi enviado pelo desptel 478. Transmito neste expediente relato sobre o encontro reservado dos Presidentes, realizado no dia 21.

2. Durante a visita foram firmados três Programas Executivos: 1) para implementação do Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique; 2) para Reabilitação do CEFLOMA; e 3) para capacitação em matéria de prisões. Após o encontro reservado e a assinatura de atos, o Presidente Guebuza foi homenageado com almoço no Palácio do Itamaraty.

3. No encontro reservado, o Presidente Lula

mencionou os entendimentos que Brasil e Japão vêm mantendo com vistas à iniciativa de cooperação trilateral em benefício de Moçambique na área de agricultura e perguntou ao seu homólogo sobre as principais culturas moçambicanas. O Presidente Guebuza informou que Moçambique importa arroz, mas pretende tornar-se auto-suficiente em três anos. Há alguma produção de trigo, porém em menor escala.

CÚPULA DA UA

4. O Presidente Lula indagou de seu homólogo sobre os resultados da Cúpula da União Africana (Sirte, 1-3/07/09). O Presidente Guebuza discorreu sobre o processo de integração do continente. Afirmou haver duas visões sobre a matéria: uma que prega a rápida integração, com a criação iminente de um governo continental; outra, partilhada pelos países da África Austral, que advoga a unificação a partir do fortalecimento das organizações regionais, como a SADC. Sobre a adoção de Governo Africano, o Presidente Guebuza afirmou que essa decisão precisará ser ratificada pelos Parlamentos ou ser referendada pela população dos países do continente.

GT FINANCIAMENTO

5. O Presidente Guebuza demonstrou satisfação com as relações entre Brasil e Moçambique, tanto na esfera da cooperação como na de investimentos. Registrou a reunião do GT para incremento do comércio e dos investimentos bilaterais (Maputo, 9/07/2009), elogiou o trabalho desenvolvido e as possibilidades abertas pelo GT. Afirmou que o Governo moçambicano elegeu, como candidatos a financiamento do BNDES, projetos na área de infraestrutura, tais que o Aeroporto de Nacala e o Porto da Beira. Como terceira possibilidade, indicou o projeto da Barragem de Moamba Major (estimada em US\$ 560 milhões), também apresentado na reunião do GT, e que visa, em sua primeira fase, fornecer água para a cidade de Maputo. Numa segunda fase, a barragem poderá ser utilizada para a produção de energia. O PR Guebuza registrou que se reunira no dia anterior, no Rio de Janeiro, com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Este afirmara ser possível estudar mecanismo de financiamento para os projetos do Aeroporto de Nacala e do Porto da Beira. Quanto à barragem de Moamba Major, o Presidente do BNDES dissera haver necessidade de mais detalhes do projeto.

INVESTIMENTOS: HMNK

6. O PR Guebuza demonstrou satisfação com os investimentos brasileiros em seu país, destacando a presença da Vale, na exploração do carvão de Moatize; da Odebrecht, no projeto do Aeroporto de Nacala; do consórcio Odebrecht / Camargo Corrêa, na ampliação do Porto da Beira; e da Camargo Corrêa, na construção da Hidrelétrica de Mphanda-Nkuwa, no rio Zambeze (Província de Tete). O Presidente moçambicano salientou a importância do projeto. Ressalvou, contudo, a necessidade da existência de comprador da energia a ser produzida, para viabilizar a construção da hidrelétrica. O comprador "natural" de energia da Hidrelétrica de Mphanda-Nkuwa seria a estatal sul-africana ESKOM, que atravessa grave crise. Apesar das "excelentes" relações entre África do Sul e Moçambique (nas palavras do PR Guebuza), o Governo moçambicano não deseja que a viabilidade do projeto dependa exclusivamente de um comprador externo (como ocorre com a energia de Cahora Bassa, que é comprada pela ESKOM e depois reexportada para Moçambique). Deseja antes criar condições para que haja consumo local da energia a ser produzida. Para isso há necessidade de construção de linha de transmissão até Maputo (extensão de 1.500 km). O PR Guebuza solicitou apoio brasileiro, dada a "expertise" da Eletrobrás, para analisar o projeto da linha de transmissão de Mpandha-Nkuwa. O Presidente Lula sugeriu que os Ministros de Energia dos dois países entrassem em contato para programar a ida de missão da Eletrobrás a Maputo para avaliar o projeto da linha de transmissão (iniciativa que depois foi confirmada por entendimento havido na reunião pluriministerial).

EDUCAÇÃO

7. O Presidente Guebuza mencionou a importância que seu Governo confere à educação, em especial à educação técnica e profissionalizante, como política essencial ao desenvolvimento do país e ao combate à pobreza. O Presidente Lula concordou com a prioridade a ser concedida à Educação e mencionou duas iniciativas de seu Governo que beneficiarão os estudantes africanos, particularmente aqueles dos PALOP. Em primeiro lugar, a criação da UNILAB, em Redenção (CE), que deverá acolher 5.000 estudantes africanos e 5.000 brasileiros, em cursos nas áreas de Agronomia, Saúde e Gestão Pública, ministrados

professores brasileiros e africanos. Observou que, para evitar a "fuga de cérebros", os estudantes da UNILAB deverão realizar seus cursos parte no Brasil parte em seu país de origem. Informou que o projeto de lei para a criação da UNILAB tramita no Congresso Nacional e que o início de sua implantação está previsto para 2010. A outra iniciativa diz respeito à extensão da Universidade Aberta aos PALOP. Deverão ser implantadas sedes da Universidade Aberta nos países africanos de língua portuguesa, que funcionarão com apoio de monitores brasileiros. O Presidente Lula indicou ainda a possibilidade de haver cooperação no âmbito do ensino técnico e tecnológico e sugeriu que seu homólogo se reunisse com o Ministro Fernando Hadad para tratar de possível cooperação na área.

8. Ao final do encontro, o Presidente Guebuza agradeceu pelo empenho pessoal demonstrado pelo Presidente Lula em prol da África, em particular, de Moçambique, e salientou a necessidade de aumentar os investimentos em seu país, como forma de combater a pobreza. O Presidente Lula, por sua vez, destacou a importância dos programas sociais de transferência de renda como instrumento não apenas de combate à pobreza mas também de combate à crise econômica. Afirmou que o impacto da crise mundial foi menor no Brasil em decorrência do consumo da população, cuja capacidade foi preservada pelas políticas de transferência de renda, e dos investimentos do Governo.

9. O Presidente Guebuza expressou sua concordância e informou sobre a existência de política de crédito facilitado ao pequeno produtor rural de Moçambique. Com o objetivo de partilhar experiências quanto a políticas voltadas para o desenvolvimento e para o combate à pobreza, o Presidente Lula reiterou a proposta de realização de encontro entre os Ministros de Agricultura da África e do Brasil, que apresentou em Sirte, e sugeriu que se realizasse reunião semelhante entre os Ministros brasileiros e africanos das Áreas Sociais. Convidou ainda o Ministro da Agricultura de Moçambique a realizar visita de trabalho ao Brasil para conhecer políticas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em benefício da agricultura familiar, em especial o Programa Território da Cidadania e o "Programa Luz para Todos".

EXTERIORES

Para: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/07/2009 11:47:55 N.º: 00492

APP/LHM

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/12/2008 06:58:02 N.º: 01649

De Brasemb Luanda para Exteriores em 22/12/2008 (FBM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/SGEX/CGPI/DAMC/DAI
DESCR=APAT-ANGO-BRAS
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 1031
CATEG=MG

//
Angola. Memorando de
Entendimento para a Cessão
Mútua de Imóveis para as Casas
da Cultura.
//

Nr. 01649

Faço aditamento ao tel 1648 e refiro-me à observação do DET de referência quanto a alternativa de registro, em protocolo à parte, do compromisso da FESA de recuperar o prédio do Grande Hotel Luanda. Quando se procurava ainda obter a doação do prédio ao lado brasileiro, o escritório angolano de advocacia que assessorava a Embaixada ademais de emitir parecer sobre a questão e preparar minuta de termo de entrega, preparou projeto de Protocolo a ser firmado entre o Governo brasileiro, representado por seu Embaixador em Luanda, e a FESA, para fixar a responsabilidade da Fundação na execução e custeio das obras de restauração do imóvel. O projeto foi transmitido à DAEX com o Fax 33 de 25 de abril de 2007.

2. Segue, atualizado em função dos desdobramentos registrados, o texto desse instrumento:

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/12/2008 06:58:02 N.º: 01649

"PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A FUNDAÇÃO EDUARDO DOS SANTOS -FESA- PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DO BRASIL EM ANGOLA

O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, neste ato representado por seu Embaixador junto à República de Angola, Afonso José Sena Cardoso

e

A FUNDAÇÃO EDUARDO DOS SANTOS - FESA, neste ato representada por seu Presidente, Embaixador Ismael Diogo da Silva

CONSIDERANDO que, nos termos do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola para a Cessão Recíproca de Imóveis para o Funcionamento das Casas da Cultura do Brasil em Angola e de Angola no Brasil, e dos Centros de Estudos neles Sediados, de de de 2009, o Governo da República Federativa do Brasil recebeu para instalação e funcionamento da Casa da Cultura do Brasil em Angola o prédio urbano, tombado pelo patrimônio histórico angolano, situado na Rua dos Mercadores, Município da Ingombota, que confronta a Norte com a Rua dos Mercadores, a Sul com a Rua Frederick Engels, a Este com D. Quinteira Ferreira e Joaquim Brito Pires, e a Oeste com a Rua Cerveira Pereira, conforme se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Luanda sob o nº 951, fls. 62 vº do Livro B-6

CONSIDERANDO que, nos termos do mencionado Memorando de Entendimento, o Governo da República de Angola recebeu para instalação e funcionamento da Casa da Cultura de Angola no Brasil. o Solar Gravatá, tombado pelo patrimônio histórico do Estado da Bahia, e restaurado pela Fundação ODEBRECHT, na Praça dos Veteranos, em Salvador, Bahia

CONSIDERANDO a necessidade de realização de obras de construção e restauração do imóvel cedido para a instalação e funcionamento da Casa da Cultura do Brasil em Angola

Estabelecem o seguinte:

1. A Fundação Eduardo dos Santos- FESA assume a responsabilidade e custos de proceder às obras necessárias para a instalação da Casa da Cultura do Brasil em Angola, conforme projeto para tanto executado para a FESA pela empresa Willer Arquitetos ("Restauração do Grande Hotel Luanda").
2. A Fundação Eduardo dos Santos compromete-se a entregar o

De: BRASEMB LUANDA
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/12/2008 06:58:02 N.º: 01649

AC

De: BRASEMB MAPUTO

Recebido em: 18/01/2008 08:31:49 N.º: 00040

CARAT=Reservado

De Brasemb Maputo para Exteriores em 18/01/2008 (GGMF)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAF II/ABC/DOC/C

DESCR=PEXT-BRAS-MOÇA

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Brasil-Moçambique.

Audiência de despedida

com o Presidente Guebuza.

//

Nr. 00040

RESUMO=

Informa sobre os principais pontos levantados pelo Presidente Guebuza na audiência concedida em função do término da minha Missão neste país.

Fui hoje recebida pelo Presidente Armando Guebuza para apresentar despedidas, tendo o mandatário moçambicano se referido ao extraordinário desenvolvimento das relações nos últimos anos e à multifacetada e densa cooperação bilateral presente. Fez ainda muitos elogios ao trabalho da Embaixada, os quais me abstenho de reproduzir.

2. Salientou que recebeu ontem carta do Presidente da Vale, Roger Agnelli, confirmando o interesse da empresa no Projeto Moatize, e comentou que faltam ainda pequenos acertos (referi que esperava que as negociações sobre a Linha de Sena com o Grupo indiano fossem concluídas em breve).

3. Guebuza reiterou o interesse em que se estabeleçam em Moçambique escolas de formação técnica. Disse que durante o Desfile Militar do Sete de Setembro, o Presidente Lula lhe teria dito que empresa brasileira contactada (que não soube precisar) teria se mostrado interessada em financiar essa instalação. Nesse sentido, solicitou que o lado brasileiro verificasse a possibilidade de cooperar para a implantação e financiamento de escolas desse tipo, tão essenciais para o

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/01/2008 08:31:49 N.º: 00040

desenvolvimento do País.

4. Frisou, outrossim, que seria indispensável a tecnologia brasileira para construção, nos distritos, de pequenas barragens que, a médio prazo, ajudariam a minimizar o problema da seca, por um lado, e por outro, das inundações (caso essas sejam cíclicas, o que, infelizmente, disse ele, não está ocorrendo no presente). Nesse contexto, sugiro que a Odebrecht, que conta com escritório em Maputo, seja instada a envolver-se nessa expectativa presidencial.

5. Referiu-se à visita que efetuou ao Japão e ao interesse que lhe foi manifestado então pela parte japonesa no tocante ao desenvolvimento da cooperação triangular Japão-Brasil-Moçambique, tema que ele gostaria de levar adiante. Nesse sentido, comprometi-me a enviar a seu assessor as informações relativas às negociações em curso entre esta Embaixada e o Escritório da JICA nesta capital para o desenvolvimento de projetos de cooperação trilateral.

6. O Presidente Guebuza mostrou-se desejoso de que o Presidente Lula venha a Maputo, já com as iniciativas acordadas durante sua visita em setembro desenvolvidas, a qual voltou a agradecer. Pediu para apresentar novamente ao Presidente Lula seus melhores cumprimentos, com a mensagem de estar certo de que os esforços dos últimos anos verão seus resultados progredindo geometricamente doravante.

Leda Lucia Camargo, Embaixadora

LLC

De: BRASEMB MAPUTO

Recebido em: 16/01/2009 08:37:37 N.º: 00055

CARAT=Reservado

De Brasemb Maputo para Exteriores em 16/01/2009 (GGMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DRN/DREN/DOC/ABC
DESCR=ENER-BRAS-MOÇA
RTM/CLIC=GRPENERG
REF/ADIT=DET 615 2008
CATEG=MG

//
Energia. Brasil-Moçambique.
Carta do Ministro Namburete.
Cooperação com a Eletrobras.
Linha de transmissão.
Intereses brasileiros.
//

Nr. 00055

Rogo retransmissão via CLIC para os Postos com Setor de Energia

RESUMO=
Ministro da Energia solicita apoio à Eletrobras.

Peço providências. Com base no relato do encontro de Vossa Excelência com o Ministro da Energia Salvador Namburete em São Paulo (desptel 615/08, parágrafo 7), procurei-o para conhecer maiores detalhes sobre o escopo do apoio que tencionava obter da Eletrobras. Recordo, a propósito, que a parte moçambicana havia manifestado interesse em uma cooperação com a estatal brasileira por ocasião da última Comista (Maputo, julho de 2007), conforme consta da Ata final, mas de forma algo vaga quanto à natureza da assistência técnica pretendida. De toda forma, com a aceleração dos entendimentos entre os dois países para a participipação de empresas brasileiras em grandes obras do setor elétrico, este pedido de apoio, de certa forma, insere-se nos esforços do GT para alavancar os fluxos de comércio, conforme abordado pelos tels 1017/08 e 26, parágrafo 6.

2.Assim, no nosso encontro, Namburete discorreu sobre o

ambicioso programa de produção e distribuição de energia elétrica que o Governo tenciona deslançar, a partir de dois projetos, a saber:

- construção da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, cujo principal investidor é a Construtora Camargo Corrêa; e
- construção de central termelétrica de Moatize, pela Vale, com a participação das construtoras Camargo Correa e Odebrecht.

3. As duas obras, ambas na Província de Tête, requerem, conseqüentemente, construção de linha de transmissão de energia elétrica, de Tete a Maputo, num percurso de 1.500 km, para escoar a energia a ser produzida por aqueles dois empreendimentos.

4. Quanto ao projeto para a linha de transmissão (espinha dorsal), o Ministro Namburete frisou que será desenvolvido sob forma de parceria público-privada.

5. Nesse sentido, com vistas a desenvolver o modelo de parceria e a engenharia financeira adequados, salientou que o Governo de Moçambique está solicitando a cooperação técnica da Eletrobras, em carta que dirigiu ao Presidente daquela empresa. Esclareceu que solicitou, também, a assistência técnica da estatal brasileira para a implantação de um 'instituto superior de ensino politécnico' em Tete, com vistas a capacitar mão-de-obra especializada para trabalhar tanto nas futuras hidrelétrica de Mphanda Nkuwa e Termoelétrica de Moatize, como na empresa a ser criada para operar a transmissão de energia.

6.À luz do que precede, agradeceria sensibilizar a Eletrobras a examinar o apoio que poderia prestar, tendo em vista, também, a determinante importância de que a nova linha de transmissão de energia se reveste para os empreendimentos que a Vale e a Camargo Correa tencionam desenvolver neste país.

7.Sugiro, como primeiro passo, visita de representante da Eletrobras para precisar com as autoridades locais, in loco, os detalhes (e custos) da assistência requerida, inclusive para nos habilitar a avaliar se temos, ou não, condições de atender a essa demanda de cooperação.

8.Transmito, para conhecimento, para os endereços eletrônicos <daf-ii@mre.gov.br> e <drn@mre.gov>, teor da carta que o Ministro Salvador Namburete dirigiu ao Presidente da Eletrobras.

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/01/2009 08:37:37 N.º: 00055

Antonio J.M. de Souza e Silva, Embaixador

CSLDO

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/02/2009 12:23:13 N.º: 00145

De Brasemb Maputo para Exteriores em 10/02/2009 (GGMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DREN
DESCR=ENER-BRAS-MOÇA
RTM/CLIC=GRPENERG
REF/ADIT=TEL 966 2008, TEL 517 2008
CATEG=MG

//
Moçambique. Política
Energética. Petróleo e Gás.
Efeitos da crise sobre
projetos.
//

Nr. 00145

Rogo retransmissão via CLIC para os Postos com Setor de
Energia

RESUMO=
Informa sobre os efeitos da crise internacional sobre
os projetos de petróleo e gás no país. Shell anuncia
participação no projeto da refinaria da Oilmoz.

Informe. A crise internacional vem afetando os diversos
projetos na área de petróleo e gás neste país. A Empresa
Nacional de Hidrocarbonetos, até agora, não conseguiu atrair
nenhum parceiro estratégico para apoiar a exploração de gás em
Búzi (província de Sofala). Quanto às jazidas de Pande e
Temane, a estatal de petróleo sul-africana SASOL continua os
trabalhos em ritmo normal, especialmente os da duplicação do
gasoduto. O único projeto que sofreu atrasos naquele complexo é
o da fábrica de gás de cozinha, essencial para Moçambique, que
vem importando 100% de suas necessidades da RAS.

2.No que se refere ao petróleo, as 10 companhias que receberam
as 13 concessões nas bacias do Rovuma e do Zambeze devem
diminuir o ritmo dos trabalhos em 2009, apesar de terem
investido cerca de US\$ 210 milhões na exploração em 2008, contra
pouco mais de US\$ 125 milhões em 2007: um aumento de 68%. A
Petronas, que lidera o consórcio do qual participa a Petrobrás,

na exploração da área 1 na bacia do Zambeze, já solicitou ao Governo a prorrogação da licença de prospecção naquela zona, afim de permitir uma melhor análise dos dados coletados até o momento. Nenhuma das empresas anunciou qualquer descoberta de óleo até o momento.

3.Quanto ao megaprojeto da refinaria de Nacala-a-Velha, comenta-se que o projeto está praticamente parado, com a retirada de parte dos investidores norte-americanos ligados ao grupo Ayr Logistics. Já o projeto da refinaria da Oilmoz em Matatuíne (região metropolitana de Maputo) recebeu esta semana forte impulso com o anúncio de que a Shell participará do empreendimento.

4.Em evento de apresentação da parceria com a Shell, do qual participou o Secretário Leônidas Coelho, além do que já havia sido referido no tel 517/2008, o CEO da Oilmoz, Fausto Cruz, afirmou que o projeto incluirá também uma central termoelétrica e projetos turísticos de grandíssimo porte. Ademais, está previsto que será desenvolvido projeto social, juntamente com a Fundação Joaquim Chissano, que prevê a construção de escolas, um hospital e centro de formação técnico-profissional (inclusive de nível superior). O projeto, com início ainda em 2009 (fase de projeto), deverá ser concluído até 2014; sublinho que o estudo de viabilidade terá duração aproximada de 9 meses e incluirá a identificação de parceiros para as atividades (construtoras também).

5.Presente ao evento, o Ministro da Energia, Salvador Namburete, assegurou que o Estado moçambicano dará todas as garantias necessárias ao financiamento e ao retorno dos investimentos aos parceiros. Até o presente momento estão envolvidos no projeto e nos estudos de viabilidade a PriceWaterhouseCoopers (PWC), a Wood Mackenzie (consultoria na área de energia com sede em Edimburgo), a Impacto (consultoria ambiental do escritor Mia Couto), a Shell International Trading and Shipping Company (STASCO) e a Shell Global Solutions (divisão de tecnologia da Shell, a quem foi dado espaço incomparavelmente maior que o de qualquer outro parceiro, o que denota o papel de liderança da empresa no empreendimento). Ademais, a Petromoc e a PWC anunciaram que o arranjo financeiro para a implementação da primeira fase do projeto já estaria perto da conclusão.

6.É grande a possibilidade de que empresas e entidades brasileiras venham a participar do empreendimento. O representante para novos negócios da Odebrecht, Fernando Soares, informou que já foi procurado pelo CEO da Oilmoz para tratar da realização de parte das obras da refinaria e das infra-estruturas a ela ligadas, inclusive hotéis. No caso da formação técnico-profissional, a Fundação Joaquim Chissano pode vir a recorrer a alguma entidade do nosso Sistema "S", com destaque para o SENAI no caso dos trabalhadores para a refinaria, a

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/02/2009 12:23:13 N.º: 00145

petroquímica e a central térmica e do SENAC, no caso da capacitação dos recursos humanos para o setor de turismo.

Francisco Carlos Soares Luz, Encarregado de Negócios, a.i.

LSMC

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/03/2009 16:51:23 N.º: 00316

De Brasemb Maputo para Exteriores em 27/03/2009 (GGMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-MOÇA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 297
CATEG=MG

//
Brasil-Moçambique. Encontro
com o PR Guebuza. Crise
Financeira. Relato.
//

Nr. 00316

RESUMO=
Relata encontro com o PR Armando Guebuza sobre a
crise financeira.

Informo. Fui convidado pelo Presidente Armando Guebuza para
reunião privada no final da tarde do dia 23/3. Pedi-me que
comparecesse sozinho e não adiantou a agenda.

2. Aproveitei a ocasião para mostrar-lhe 4 painéis
impressos com os desenhos das futuras Chancelaria e
Residência Oficial, os quais muito o impressionaram e que
foram requisitados para ornar parede do Palácio de Governo.
Anunciei, ainda, o oferecimento gracioso do arquiteto Oscar
Niemeyer, de realizar o projeto arquitetônico da nova sede do
Centro Cultural Brasil-Moçambique.

3. Em seguida, Guebuza indagou-me sobre o impacto da crise
financeira internacional no Brasil, em especial no que
concerne ao volume e ritmo da cooperação brasileira e ao
cronograma de investimentos das empresas brasileiras (leia-se
Vale).

4. Expliquei-lhe que o Brasil tem sido afetado de modo

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/03/2009 16:51:23 N.º: 00316

contido, com alguma diminuição no nível de emprego, de produção industrial e no fluxo comercial, mas que o Governo decidiu e tem logrado manter os programas na áreas sociais e as obras do PAC. Nesse contexto, ficou surpreendido com o volume das reservas cambiais brasileiras. Sobre a Vale, afirmei não haver recebido informações daquela empresa que pudessem indicar desaceleração nos investimentos em Moçambique.

5. Entretanto, manifestei preocupação transmitida pelo representante da Odebrecht com a morosidade no processo licitatório do terminal de escoamento de carvão do Porto da Beira (tel 297). Pelo cronograma da Vale, prevê-se o início das exportações do carvão de Moatize para fins de 2010/ início de 2011; mas o atraso na licitação das obras do terminal na Beira poderia postergar a sua conclusão para 2012, o que diminuirá o potencial de escoamento anual do carvão.

6. Guebuza perguntou-me, ainda, se a Vale teria interesse em assumir (reformatar/reconstruir) a Ferrovia Tete-Nacala, que passa pelo Malauí. Aduzi acreditar que permanece o interesse da empresa nesta segunda via de escoamento, mas que a decisão só seria tomada quando a mina estivesse em operação.

7. Finalmente, o Presidente referiu-se à conversa com o Presidente Lula no sentido de visitar alguns programas sociais no Brasil ainda neste ano. Pedi-lhe que propusesse opções de datas.

Antonio J.M. de Souza e Silva, Embaixador

CSLDO

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/03/2010 12:28:13 N.º: 00354

De Brasemb Maputo para Exteriores em 29/03/2010 (GGMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DPG/DAF I/DAF II/DAF III/DIC/ABC
DESCR=XPRO-AFRI-MOÇA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 76384
CATEG=MG

//

Brasil-África. Exportações.
Subsídios para atuação do MRE
no COFIG. Moçambique.

//

Nr. 00354

RESUMO=

Subsídios para a atuação do Itamaraty no COFIG.

Cumpro instruções. Com vista a subsidiar o estudo do Centro de Estudos Multidisciplinares da UnB (CEAM) de avaliação dos graus de risco de créditos a exportações brasileiras para a África, apresento as informações a seguir, nos termos indicados pela circel em referência:

a) Graus de liberdade - Moçambique é hoje um país politicamente estável. A democratização, iniciada com as primeiras eleições multipartidárias em 1994, consolida-se gradativamente, desde a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 (Roma), que colocou fim a 16 anos de guerra civil entre a Renamo e o Governo da Frelimo. A realização de eleições gerais multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembléia da República; a crescente liberdade de expressão,

religiosa e de associação e o satisfatório desempenho da economia moçambicana consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Na eleições gerais de outubro de 2009, a Frelimo obteve vitórias expressivas: cerca de 75% dos votos para presidente e 191 das 248 cadeiras na Assembleia da República. Na ocasião, os partidos de oposição e a comunidade internacional de doadores (G-19) acusaram a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Conselho Consitucional de favorecimento ao partido do Governo. De fato, o clientelismo é acentuado componente do momento político de Moçambique e a fragilidade das instituições civis gera quadro ainda permissivo a práticas de manipulação da máquina do Estado.

As medidas e contra-medidas previstas no arcabouço institucional moçambicano, para questionar as decisões do CNE e do Conselho Constitucional são, não obstante, demonstração de avanços no país, respaldando o Governo em sua resposta às constantes cobranças dos parceiros internacionais acerca de transparência, boa governança e adesão ao pluralismo.

Ressalte-se, também, a atuação independente de parte da imprensa local, que debate aberta e livremente os mais diversos temas, com críticas muitas vezes contundentes às instituições do Estado e ao partido governista.

O Governo vem procurando ressaltar o seu compromisso com o combate à corrupção, tendo já contabilizado vários casos de detenções e condenações de ex-altos funcionários. Anuncia-se, também, para 2010, a revisão do pacote de leis de combate à corrupção. Não obstante esses esforços, relatório do Banco Mundial publicado em outubro de 2009, sobre o clima de investimento em Moçambique, revela que, em entrevistas conduzidas com cerca de 600 empresas ao longo de 2008, a corrupção aparece como quinto obstáculo mais citado para os negócios neste país.

b) Ambiente de negócios - A lei de investimentos, de 1993, estabelece o marco para a proteção tanto de investimentos nacionais quanto estrangeiros. A lei assegura a proteção jurídica sobre bens e direitos, inclusive direitos de propriedade industrial; não impõe restrições à contração de empréstimos e pagamento de juros no exterior; permite a transferência de até 100% dos lucros para o exterior, na forma de dividendos; e prevê arbitragem de acordo com as regras do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados (ICSID) e da Câmara de Comércio Internacional.

Os seguintes países têm acordos de proteção de investimentos assinados com Moçambique: África do Sul, Alemanha, Argélia, Bélgica, China, Cuba, Dinamarca, Egito,

Estados Unidos, Finlândia, França, Indonésia, Itália, Ilhas Maurício, Países Baixos, Portugal, Suécia, Reino Unido, Vietnam, Índia, Suíça e Zimbábue.

A autoridade reguladora dos setores postal e de telecomunicações é o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique; a do setor de petróleo é o Instituto Nacional de Petróleo. Está em curso projeto - conduzido por um consultor brasileiro, contratado pelo Banco Mundial - de elaboração de uma nova agência para o setor elétrico, nos moldes da ANEEL. Em avaliações do ambiente de negócios em Moçambique - seja a do Banco Mundial, seja a da empresa de consultoria KPMG -, a falta de confiança nas regras da sociedade e no funcionamento da justiça não figura diretamente, não obstante a corrupção ser singularizada como um dos principais obstáculos enfrentados pelo meio empresarial. O excesso de burocracia e a ineficiência da Administração Pública, no entanto, são citadas com frequência. A KPMG, por exemplo, enfatiza o número excessivo de exigências e procedimentos, a duplicação de requisitos e trâmites onerosos para a obtenção de licenças.

Considerações sobre criminalidade e violência, por sua vez, têm um peso ainda maior. O crime aparece como terceiro maior contrangimento à atividade econômica em Moçambique, na avaliação do Banco Mundial. De acordo com o relatório, 36% das empresas moçambicanas entrevistadas em 2008 sofreram perdas decorrentes de roubo, vandalismo ou incêndio, somando um prejuízo equivalente a 2% das vendas anuais. Pode ser acrescido a essa cifra um valor adicional de 1,5% das vendas anuais, destinado à contratação de serviços de segurança.

c) Presença de investimentos diretos estrangeiros - A África do Sul é o maior investidor, com mais de 250 empresas instaladas no país e, em especial, com controle sobre os megaprojetos da alumina Mozal (investimento de mais de US\$ 2,2 bilhões) e do gasoduto da Sasol (US\$ 1,2 bilhão). Investidores sul-africanos têm presença expressiva, também, nos setores financeiro, de turismo, de telefonia e de supermercados.

Os investimentos chineses têm ganhado relevância nos dois últimos anos, sobretudo no setor de mineração e construção de obras de infraestrutura. Segundo dados do Centro de Promoção de Investimentos, a China passou, em 2008, da sexta para a segunda posição entre os maiores investidores no país. Em 2008, estimava-se que empresas chinesas estavam envolvidas em obras relativas a mais de um terço das estradas moçambicanas (600 km). Outros projetos importantes que contam com capitais chineses são a reabilitação de sistemas de água em Maputo e na Beira; a construção de um estádio nos arredores de Maputo e a modernização do principal aeroporto do país,

também na capital. As cerca de trinta empresas chinesas atualmente presentes em Moçambique beneficiam-se do financiamento de bancos de desenvolvimento chineses, como o China Exim Bank.

Portugal é outro país com participação importante no mercado moçambicano. Segundo relatório da KPMG, 10% das 100 maiores empresas moçambicanas têm capitais portugueses. Os bancos portugueses Millennium BCP e a Caixa Geral detêm a maioria acionária dos dois principais bancos comerciais de Moçambique, respectivamente o "Millennium bim" e o BCI. Estima-se que 70% da banca no país é controlada por interesses portugueses.

O Brasil, apesar da presença de grandes construtoras como a Camargo Corrêa e a Odebrecht, bem como da Vale, ainda não figura entre os principais investidores em Moçambique. Isso deve-se, em larga medida, ao fato dos investimentos da Vale no mega-projeto de extração do carvão de Moatize serem canalizados por subsidiária suíça.

Mais de 50% do orçamento moçambicano é financiado com doações da comunidade internacional. Além disso, o país recebe um influxo regular de créditos concessionais, que, além de aliviar o déficit crônico de seu balanço de pagamentos, destina-se, em alguns casos, ao financiamento de obras de infraestrutura. É exemplo disso o acordo assinado com o Millennium Challenge Corporation, dos EUA, que prevê contribuições da ordem de US\$ 506,9 milhões, em um período de 5 anos.

Tendo em conta incertezas sobre a sustentabilidade da dívida moçambicana, e em função do acordo que rege as relações de Moçambique com o FMI, o acesso do país a créditos não-concessionais é, atualmente, extremamente limitado. Em um caso recente, o anúncio pelo Primeiro-Ministro de Portugal de aumento para 400 milhões de Euros de uma linha de crédito para Moçambique suscitou acirradas discussões, ainda em andamento, a respeito do grau de concessionalidade do financiamento oferecido. A flexibilização do acesso de Moçambique a créditos não-concessionais está, no entanto, na pauta de suas discussões com o Fundo. O relatório mais recente do FMI sobre a situação econômica em Moçambique contém a seguinte recomendação: "Urge que as autoridades elaborem uma estratégia de endividamento para ajudar a suprir as significativas necessidades de desenvolvimento de Moçambique. Ao fazê-lo, terão de assegurar que todo o financiamento não-concessional futuro, de fontes internas ou externas, seja empregado de maneira eficaz e seja consistente com a sustentabilidade da dívida."

d) Participação do país no comércio africano e mundial -

Moçambique é membro fundador da SADC e participa da área de livre comércio daquele agrupamento. Em 2009, assinou acordo interino de parceria econômica ("interim EPA") com a Comunidade Europeia. Suas relações comerciais com os Estados Unidos são regidas pela "African Growth and Opportunity Act" (AGOA).

Observa-se um déficit crônico na balança comercial moçambicana. Sua pauta exportadora é dominada por alumínio (Mozal), que, no primeiro semestre de 2009, representou 70% do total das exportações. No mesmo período, em um distante segundo lugar, aparece a energia elétrica (hidrelétrica de Cahora Bassa), com 11%, seguida por gás natural (Sasol), com 6%. O principal destino das exportações de alumínio é a Europa, tendo os Países Baixos figurado como principal destino em 2008, importando 55% do valor total das exportações moçambicanas. Em segundo lugar, aparece a África do Sul, principal destino das exportações de energia elétrica, com 9 % de participação.

Do ponto de vista das importações, a África do Sul, com 27% do mercado, aparece como o principal país de origem, em 2008. Diversos outros países, entre os quais China, Índia, EUA, Japão, Portugal e Tailândia, respondem por entre 3 e 4% das importações moçambicanas.

A escassez de divisas constitui o principal empecilho à capacidade do país de importar. Dadas as condições econômicas e a baixa capacidade importadora de Moçambique, seus principais parceiros comerciais estão conscientes de que as perspectivas de aumento de exportações para o país e de expansão do comércio bilateral dependem do fortalecimento da capacidade da economia moçambicana de gerar divisas para o sustentar o crescimento das importações.

Os setores com maior potencial para alavancar a capacidade moçambicana de gerar divisas são a mineração e a energia, em particular o carvão, o gás natural e a eletricidade de fonte hidrelétrica. Note-se que o país dispõe de um dos mais elevados potenciais para produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW), para um consumo interno que atinge meros 450 MW, dos quais 50% destinam-se à fabricação de alumínio pela Mozal. Cabe esclarecer, a propósito, que essa energia, embora gerada por Cahora Bassa, é diretamente exportada para a África do Sul, de onde volta a ser importada para consumo das regiões Sul e Centro de Moçambique.

e) Percepção do Posto sobre a presença de outros países/parceiros econômicos que têm financiado o comércio exterior e/ou investido no país - A vizinha África do Sul encontra-se em um situação confortável no que diz respeito à sua posição de principal investidor e parceiro comercial de

Moçambique. O modelo de benefícios fiscais concedidos aos mega-projetos da Mozal e da Sasol - bem como ao projeto de carvão de Moatize, da Vale - está, no entanto, sendo cada vez mais questionado. Há uma corrente de pensamento que favorece a renegociação dos contratos celebrados naquele modelo de benefícios fiscais.

Um fator que entrelaça inevitavelmente as economias da RAS e de Moçambique é a energia, uma vez que grandes projetos moçambicanos nesse setor, como a construção da hidrelétrica de Mpanda Nkuwa e da "espinha dorsal" - linha de transmissão unindo o Norte ao Sul do país - só se tornarão viáveis em função de acordo de venda dos excedentes energéticos gerados para a estatal sul-africana de energia elétrica Eskom.

Além da África do Sul, disputam espaço no mercado moçambicano parceiros tradicionais, desenvolvidos, e os chamados "parceiros emergentes", entre os quais China, Brasil e Índia. Entre os emergentes, destaca-se a agressividade dos chineses, na tentativa de fechar novos negócios em Moçambique. Entre os desenvolvidos, Portugal tem demonstrado interesse e disposição para fortalecer a sua presença econômica em Moçambique, inclusive mediante parcerias que lhe permitam marcar presença em grandes projetos que venham a ser desenvolvidos por empresas de terceiros países. É o caso da construção de Mpanda Nkuwa pela Camargo Corrêa, que deverá contar com financiamento parcial do recém criado Banco Luso-Moçambicano (no qual a Caixa Geral de Depósitos portuguesa e o Tesouro moçambicano deterão igual porcentagem de ações, 49,5%).

Antonio J.M. de Souza e Silva, Embaixador

PC

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 17/04/2009 08:18:25 N.º: 00376

De Brasemb Maputo para Exteriores em 17/04/2009 (GGMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CORG/DACCESS/DPB/DDF/DNS/DAF II
DESCR=XCOI-OMC-MOÇA
RTM=OMCBRMS
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
OMC. Moçambique. Revisão de
política comercial. 22 e
24/04/2009. Subsídios e
considerações.
//

Nr. 00376

RESUMO=
Atualiza informações econômicas de Moçambique no
primeiro trimestre do ano.

RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA DELBRASOMC

Reftel 518 de Delbrasomc, cuja retransmissão muito agradeço.
A fim de subsidiar a participação da delegação brasileira à
reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais da OMC
relativa a Moçambique, relaciono, a seguir, as principais
evoluções ocorridas no último trimestre do ano:

- a) Crescimento econômico: a despeito do alto crescimento registrado na última década (média anual de 8%), a crise econômica também já se fez sentir em Moçambique, com desaceleração desde o ano passado (crescimento de 6,5%, quando a previsão ao início do ano era de 10,5%). De acordo com o FMI, o PIB moçambicano deverá crescer 5,5% em 2009 e 5,4% em 2010; a Standard & Poor's, por sua vez, prevê crescimento de cerca de 5% para o ano corrente; as autoridades locais, por fim, acabaram de rever suas previsões para 2009 para baixo - de 6,5% para 5%.
- b) Ajuda externa: o FMI afirma, ainda, que a dependência do

país com relação à ajuda externa - cerca de 54,3% do orçamento do Estado advém da doação direta de grupo de países conhecido como G-19 - é problemática no atual contexto econômico, que pode ficar sujeita a redução. O Governo tenciona reduzir o nível de ajuda externa ao Orçamento do Estado para 44,3% . A esse respeito, os principais doadores recentemente assumiram compromisso de manter o aporte de recursos pelos próximos 5 anos, porém insistindo na necessidade de prestação transparente de contas e de firme implementação de políticas anti-corrupção.

c) Inflação: o índice acumulado em 2008 foi de 10,3%, semelhante ao registrado em 2007 (10,26%), mas distante das metas estabelecidas - ao redor de 7% . Contribuíram para a elevação das taxas o aumento dos preços dos cereais e dos combustíveis, do que Moçambique é inteiramente dependente de importações. Prevê-se, entretanto, que a taxa retorne para um único dígito a partir do ano corrente (7% em 2009, 6,4% em 2010 e 6,2% em 2011).

d) Política econômica: de acordo com a avaliação do FMI, o Governo tem mantido-se comprometido com políticas fiscal e monetária prudentes. No ano de 2009, é previsto que as reservas internacionais do país ficarão situadas em aproximadamente US\$ 1,6 bilhão, equivalente a 4 meses e meio de importação de bens. A atual conjuntura econômica, entretanto, poderia afetar Moçambique em um múltiplo viés: queda do montante de investimento direto estrangeiro, das exportações - nomeadamente de matérias-primas como alumínio - , do nível de emprego e, por fim, do apoio direto ao orçamento do Estado pelo G-19.

e) Comércio internacional: Moçambique é importador líquido de alimentos e petróleo. Apesar de a crise ter diminuído o nível das importações verifica-se, também, queda do volume das exportações, resultante da redução da procura dos principais produtos da pauta comercial moçambicana. Ou seja, a aparente vantagem de que o país possa beneficiar com a baixa dos preços dos produtos importados será anulada, por sua vez, pela baixa da procura de produtos que o país exporta. O preço do alumínio - principal produto de exportação moçambicano - no mercado internacional, por exemplo, registrou redução de cerca de 50%.

f) Comércio bilateral:

- 2008: a corrente de comércio foi de cerca de US\$ 32 milhões, com as importações pelo Brasil praticamente inexistentes, pouco mais de dois mil dólares - US\$ 2.136,00.

- 2009: o Brasil já importou cerca de US\$ 2 milhões, principalmente de fumo; contra a exportação de aproximadamente US\$ 7 milhões.

g) Entraves importantes à realização de negócios: de acordo com estudos recentemente realizados pelo Governo de Portugal,

o principais seriam o elevado nível de tributação incidente sobre as importações, o que encarece a instalação de unidades industriais; as restrições à concessão de crédito em moeda estrangeira; e os limites crescentes à contratação de trabalhadores estrangeiros (regime de cotas).

2. Com relação ao Brasil, as principais áreas de oportunidades de comércio identificadas pela APEX são: alimentos, bebidas e agronegócio (carnes e miudezas comestíveis); máquinas e equipamentos (veículos automotores, partes e acessórios; máquinas, equipamentos e instrumentos mecânicos; e obras de ferro e aço); e casa e construção (móveis, colchões, almofadas, mobiliário médico-cirúrgico e cerâmicas).

3. Por outro lado, cabe sublinhar a presença robusta de empresas brasileiras atuando aqui. A Vale iniciou as obras para a exploração de carvão mineral na localidade de Moatize, iniciativa que envolve quase USD 2 bilhões em investimentos diretos. Paralelamente, tenciona construir termoelétrica para 2.400 MW, alimentada pelo carvão não exportável, projeto avaliado em USD 2.5 bilhões.

4. A construtora Camargo Correa, por sua vez, já detém a licença para construir a hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (USD 2.5 bilhões), assim como a rede de transmissão elétrica (backbone) Tete-Maputo, ainda em negociação (USD 2 bilhões).

5. Também a construtora Norberto Odebrecht está instalada neste país. Além de prestar serviços à Vale, está explorando nichos de oportunidades no setor de aeroportos.

6. Cabe mencionar, também, a presença da construtora Fidens, detentora de licença para a construção de barragem e reservatório de Moamba Major, para abastecer a Grande Maputo.

7. Além desses projetos, as empresas Odebrecht e Camargo Corrêa, separadamente, estão pré-qualificadas para as obras de terminal de escoamento no porto da Beira - destinado ao carvão a ser explorado pela Vale e outras empresas, em Moatize. E a empresa Concremat concorre para fiscal das obras do porto na Beira.

8. O clima e as condições para a atuação de empresas brasileiras são altamente favoráveis; entretanto, a engenharia financeira para viabilizar a consecução das obras se ressentem da ausência de mecanismos financeiros oficiais brasileiros, tais como PROEX e BNDES, embora se tenha criado GT específico para equacionar esta questão, na esteira da

De: BRASEMB MAPUTO
CARAT=Reservado

Recebido em: 17/04/2009 08:18:25 N.º: 00376

Visita Presidencial em outubro passado.

Antonio J.M. de Souza e Silva, Embaixador

LSMC

De: BRASEMB MAPUTO

Recebido em: 05/04/2010 10:30:23 N.º: 00381

CARAT=Reservado

De Brasemb Maputo para Exteriores em 05/04/2010 (GGMF)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=ABC/DAF II/DOC/CGFOME/DAI

DESCR=ETEC-BRAS-MOÇA

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 920 2007

CATEG=MG

//

Moçambique. Rede Aga Khan para o Desenvolvimento. Proposta de atuação conjunta.

Considerações.

//

Nr. 00381

RESUMO=

Rede Aga Khan manifesta a intenção do Imamat Ismaili de promover ações conjuntas com o Governo brasileiro em Moçambique.

Peço providências. O Representante da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento, Embaixador Nazim Ahmad, desde a última Visita Presidencial a Maputo, quando teve a oportunidade de avistar-se com o Presidente Lula no Hotel Polana - tem-me procurado regularmente para estabelecer algum tipo de cooperação conjunta com o Brasil.

2. No nosso último encontro há 3 semanas, por ocasião da Visita do Primeiro-Ministro português a Moçambique, cuja comitiva integrava, propôs a celebração de Instrumento bilateral para nortear ações conjuntas de cooperação em Moçambique.

3. O Representante da Rede considera relevante e efetivo o papel da cooperação brasileira em Moçambique, razão pela qual indagou se haveria disposição em estabelecer parceria em projetos da Rede neste país, quer em fase de implantação, quer em novas ações.

4. Cabe esclarecer que o Embaixador Nazim Ahmad é moçambicano de origem indo/paquistanesa, radicado em Portugal, com excepcional trânsito neste país e em Portugal. É o interlocutor do Aga Khan em Moçambique, daí o título de Embaixador que o Governo lhe conferiu.

5. A Rede Aga Khan, efetivamente, desenvolve diversos projetos em Moçambique. Na vertente da cooperação, os projetos são de natureza sócio-educacional. Possui, para isso, grande capilaridade no país, com projetos na Província de Cabo Delgado, no norte do país - sobre artesanato e sobre educação técnica em agricultura -, e nos arredores de Maputo - a ambiciosa Academia Aga Khan.

6. A propósito das atividades na área de artesanato, o projeto teve início com o concurso de consultores brasileiros diretamente contratados ao SEBRAE. A iniciativa evoluiu, de maneira que o SEBRAE tornou-se parceiro da Rede Aga Khan, ao abrigo de Memorando de Entendimento entre as instituições.

7. Com referência à Escola Agrária de Bilibiza, a Rede Aga Khan objetiva aprimorar a qualidade do quadro docente, dos currículos e das infra-estruturas. Para concretizar o projeto, solicitou apoio na identificação de potenciais instituições parceiras interessadas em prestar apoio técnico para o desenvolvimento e melhoramento do currículo de ensino médio (pré-universitário). Em termos temáticos, isso incluiria as áreas de agricultura, bio-diversidade, proteção de espécies marinhas e terrestres, eco-turismo e pecuária. Há intenção da Rede em realizar visita ao Brasil em abril próximo para contato com potenciais instituições parceiras.

8. Sobre a Academia Aga Khan, estou informado de que fará parte de rede de 18 escolas, que estarão localizadas em pontos variados da África, da Ásia e do Oriente Médio. A Rede Aga Khan está em contato com escolas internacionais no Brasil, de modo a obter auxílio para a formação do corpo docente da academia e elaboração de seu currículo.

9. Na vertente comercial, a Rede Aga Khan recebeu concessão para ampliar o Aeroporto Internacional de Pemba e operá-lo como "hub" voltado para o turismo na região. Nesse sentido, tem mantido contatos com a Odebrecht, que deverá construir o

Aeroporto de Nacala, também no norte do país. Estou informado de que as conversas são profícuas e poderão estabelecer algumas parcerias importantes, quer na reforma do Aeroporto de Pemba pela Odebrecht, quer pela administração do Aeroporto de Nacala pela Rede. Sublinho, a propósito, que a Rede é proprietária de quatro companhias aéreas sediadas em países africanos. A propósito, Nazim Ahmad comentou-me, em diversas ocasiões, estar examinando a possibilidade de estabelecer uma conexão aérea Maputo-Brasil, a partir da utilização de aerovave que deverá iniciar a rota Roma-Johanesburgo. Acrescentou ainda, sobre o setor aeronáutico, que a Rede Aga Khan administra vários aeroportos espalhados pelo mundo, inclusive o de Roma. Além disso, a Rede é proprietária do Hotel Polana e negocia a aquisição de resort de luxo no Norte do país. A Rede atua, também, no mercado do micro-crédito, com 80 balcões espalhados pelo país.

10. Por sua atuação nos países onde está presente, percebe-se o desejo do Imamat Ismaili, líder espiritual da comunidade Ismaili (um dos três ramos principais do xiitismo muçulmano) e dirigente maior da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento, de obter "reconhecimentos" internacionais. Nesse sentido, Instrumentos para estimular a cooperação em terceiros países foram assinados entre a Rede e Governos, como o de Portugal e da Alemanha.

11. Nesse contexto, consulto sobre a conveniência de firmar Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento. É evidente que essa parceria pode ter implicações que transcendem a capacidade de avaliação do Posto, em razão da presença sólida e visível da Rede nos países da costa leste africana, do Índico e do Golfo. Por outro lado, a Rede é altamente conceituada no mundo islâmico, inclusive pela natureza despolitizada de suas ações, percebidas como voltadas para os aspectos humanitários, como saúde, educação e agricultura familiar.

12. Na visão mais limitada do Posto, será possível utilizar, em favor de atividades da cooperação brasileira, a capacidade instalada da Rede em Moçambique, especialmente nas vertentes de capacitação e formação de recursos humanos - importante eixo da cooperação que já desenvolvemos.

13. Assim, de imediato, poderiam ser objeto de parceria com a Rede projetos como:

- artesanato (conta com parceria do SEBRAE);
- ensino agrícola, inclusive para complementar o ProSavana;
- Cisternas;
- CEFLOMA (manejo florestal); e

- monitoramento hidrológico,
à medida que essa parceria poderá imprimir-lhes
acompanhamento mais efetivo, assim como ampliar-lhes o escopo
e a visibilidade em regiões do país onde o Brasil ainda não
atua de maneira mais sistemática e coordenada.

14. Para as providências cabíveis, está sendo transmitido aos
endereços eletrônicos da DAF-II, da ABC e da DAI proposta
preliminar de Memorando de Entendimento, com manifestação das
intenções para Moçambique, instrumento que serviria como
baliza para eventuais ações futuras conjuntas neste país.

Antonio J.M. de Souza e Silva, Embaixador

LSMC

Para: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Expedido em: 06/10/2009 16:14:01 N.º: 00482

Da SERE para
Brasemb México
Em 06/10/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPG/DOC/DIC/CGDECAS/DMAC
DESCR=XPRO-MEXI
CATEG=MO

//
Promoção comercial.
Brasil-México. COFIG. Pedido
de informação.
//

Nr. 00482

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser eventualmente apreciada no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre a seguinte operação com o México:

1. Descrição da Operação

a) Importador

Importador: Comission para el Desarrollo Economico Y Social De Tierra Caliente del Estado de Michoacan;
Natureza jurídica: Pública;
País: México
Setor: Administração Pública.

b) Devedor

Devedor: Governo da Província De Michoacán;
Natureza jurídica: Pública;
País: México;
Setor: Administração Pública.

c) Características da operação

Escopo da exportação: Bens e Serviços para as Obras do Projeto Hidroagrícola Michoacán;

Objetivos do projeto: Garantir a demanda de água necessária à irrigação durante todo o ano nas zonas totalmente rurais

Exportador: Construtora Norberto Odebrecht S.A.;

Situação do projeto: Em negociação direta ;

Valor das exportações brasileiras: US\$ 377.250.000,00.

d) Condições de financiamento

Banco financiador: BNDES;

Valor do financiamento: US\$ 377.250.000,00 (100% das exportações brasileiras) + 100% do prêmio;

Prazo total: 15 anos;

Garantia: Soberana.

2. O pedido de informação formulado pela SBCE refere-se, especificamente, aos seguintes pontos:

Aspectos políticos e legais

* Breves considerações sobre os cenários econômico e político do país;

* Nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto;

* Medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto.

Aspectos gerais sobre o devedor e sobre o projeto.

Opinião sobre o mérito e os riscos do projeto.

3. Muito agradeceria o obséquio de enviar, com a possível brevidade, as informações solicitadas pela SBCE.

EXTERIORES

GB/GB

Para: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Expedido em: 27/11/2009 15:01:10 N.º: 00580

Da SERE para
Brasemb México
Em 27/11/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DPG/DOC/DIC/DMAC/DIR II
DESCR=XCOR-BRAS-MEXI
RTM=ALCBRMS
REF/ADIT=TEL 1016
CATEG=MG

//
Brasil-México. Financiamento
às exportações. COFIG. 64a
Reunião Ordinária. Projeto
Michoacán.
//

Nr. 00580

Retransmissão automática para BRASALADI

Por ocasião da 64a Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), realizada no dia 23.11.09, foi apreciado o pleito de cobertura de seguro de crédito à exportação de bens e serviços para o Projeto Michoacán. Trata-se de financiamento do BNDES no valor de US\$ 377,3 milhões, para exportações da Construtora Norberto Odebrecht S.A. O importador é a "Comisión para el Desarrollo Económico y Social de Tierra Caliente del Estado de Michoacán". A estrutura financeira apresentada não previa curso do financiamento no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

2. O Comitê deliberou pela retirada de pauta do pleito, com a recomendação de que fosse novamente estruturado com curso no CCR. A decisão do Comitê reflete posicionamento do Governo brasileiro de que o CCR deve desempenhar papel fundamental como facilitador dos fluxos comerciais regionais e, principalmente, como instrumento para reduzir os

custos das garantias aos financiamentos a projetos de infraestrutura na região.

3. Muito agradeceria transmitir essa posição às autoridades mexicanas competentes.

EXTERIORES

LEAS/LEAS

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/01/2010 19:22:24 N.º: 00023

De Brasemb México para Exteriores em 13/01/2010 (FNC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DPG/DPF/DOC/DIC/DMAC/DIR II
DESCR=XCOR-BRAS-MEXI
RTM/CLIC=
REF/ADIT=DET 624 2009
CATEG=MG

//
Brasil-México. Financiamento
às exportações. COFIG. 65a
Reunião Ordinaria (14.12.09).
Projeto Michoacán.
//

Nr. 00023

RESUMO=

Informo o resultado das conversas matidas com funcionários do Banco Central (Banxico), da Secretaria da Fazenda (SHCP) e do Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos do México (Banobras), a respeito das informações solicitadas no desptel de referência.

Em atendimento ao solicitado no desptel 624, foram contatados funcionários da Secretaria da Fazenda (SHCP), do Banco Central (Banxico) e do Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos (Banobras) deste país para tentar reunir informações adicionais sobre o tema. Esclareço que a Unidade de Crédito Público da Secretaria da Fazenda tem faculdade para negociar, contratar e subscrever títulos de dívida pública, bem como autorizar endividamento e outorgar garantias aos

financiamentos; o Banco Central, por sua vez, faz parte do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI (CCR), e os atos decorrentes das obrigações adquiridas no CCR são realizados através de sua Unidade de Operações Internacionais; o Banco Nacional de Obras e Serviços Públicos (Banobras) é o principal banco de desenvolvimento do México e possui o controle sobre a maior parte dos fideicomissos para construção de obras públicas.

2. De acordo com o art. 117 da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos, "os Estados não podem contratar direta ou indiretamente obrigações ou empréstimos com Governos de outras nações, com sociedades ou particulares estrangeiros, ou quando devam pagá-los em moeda estrangeira ou fora do território nacional". O "Fideicomisso maestro", nesse contexto, surgiria como uma das alternativas à restrição constitucional, ao possibilitar que créditos oriundos de outro país possam ser utilizados pelos Estados. Uma outra possibilidade, por exemplo, seria a utilização de uma instituição bancária mexicana como tomadora direta do crédito junto ao BNDES e garantidora final do empréstimo. Tal alternativa, segundo representante da Odebrecht no México com quem manteve contato, "não é viável do ponto de vista econômico, uma vez que os custos adicionais gerados pela utilização do Balanço, constituição de reservas e remuneração da instituição bancária comprometeriam de forma irremediável a competitividade do financiamento do BNDES".

3. O "Fideicomisso maestro" é uma figura mercantil que permite aos Estados darem como garantias creditícias as "participações federais" que recebem do Governo central mexicano. Nesse mecanismo, o agente fiduciário é, geralmente, um banco privado. Ao serem transferidas para o Fideicomisso Maestro, as transferências federais estão irrevogavelmente comprometidas com o pagamento do crédito recebido.

4. O art. 9 da Lei de Coordenação Fiscal estabelece que as "participações federais" podem se comprometer para servir como garantia e fonte de pagamento: "Artículo 9o.- Las participaciones que correspondan a las Entidades y Municipios son inembargables; no pueden afectarse a fines específicos, ni estar sujetas a retención, salvo para el pago de obligaciones contraídas por las Entidades o Municipios, con autorización de las legislaturas locales e inscritas a petición de dichas Entidades ante la Secretaría de Hacienda y Crédito Público en el Registro de Obligaciones y Empréstitos de Entidades y Municipios, a favor de la Federación, de las Instituciones de Crédito que operen en territorio nacional, así como de las personas físicas o morales de nacionalidad

mexicana. (.) Las Entidades y Municipios efectuarán los pagos de las obligaciones garantizadas con la afectación de sus participaciones, de acuerdo con los mecanismos y sistemas de registro establecidos en sus leyes estatales de deuda. En todo caso las Entidades Federativas deberán contar con un registro único de obligaciones y empréstitos, así como publicar en forma periódica su información con respecto a los registros de su deuda."

5. Assim, no que diz respeito a cada um dos itens relacionados no parágrafo 4 do desptel de referência, informo que:

i) No que se refere ao nível de garantia federal esperado para a operação descrita na estrutura financeira apresentada pela Companhia Norberto Odebrecht - "Fideicomisso Maestro" e utilização de Credit Linked Notes (CLN) - em comparação com o risco soberano puro decorrente de uma operação cursada através do CCR, o Senhor Marco Alberto Oviedo Cruz, Diretor Adjunto de Dívida Pública da SHCP, informou que neste tipo de operações os créditos são garantidos pelas receitas futuras dos Governos estaduais. Não há garantia direta do Governo federal para os compromissos assumidos pelos entes federados - com exceção do Distrito Federal. No caso dos "Fideicomissos Maestros", o Governo estadual emite ordem à SHCP para destinar irrevogavelmente ao Fideicomisso um percentual dos recursos que o Estado recebe da Federação. Os recursos passam à propriedade do Fideicomisso e constituem a garantia. Quaisquer modificações no Fideicomisso exigem a aprovação de todos os credores;

(ii) Aparentemente, a participação de bancos privados na criação e operação de "Fideicomissos Maestros" não é novidade no sistema financeiro mexicano, mesmo que o Fideicomisso esteja integrado por fundos de origem pública. No que tange ao risco cambial, segundo o Senhor Alejandro Chew Lemus, Subdiretor de Fiduciária e Administração de Banobras, para reduzir o risco cambial existem coberturas de derivativos ou "Swaps de Taxa do Cambio". Os swaps são operações de cambio de divisas com data, valor, preço, montante e contraparte já definidos e implicam acordos entre os participantes sobre transações realizadas em diferentes moedas para serem efetuadas no futuro. A contratação destas coberturas não necessariamente é feita no próprio Fideicomisso, podendo ser acordadas separadamente entre as partes. Nesse caso, o risco cambial recai sobre a instituição financeira;

(iii) Ao serem consultadas, as autoridades mexicanas não deram respostas definitivas sobre a possibilidade de que os

títulos a serem utilizados na operação, "Credit Link Notes", sejam endossáveis à União. Informaram, nesse sentido, que seria necessário conhecer em detalhes a natureza desses títulos para dar resposta conclusiva. A esse respeito, representante da Odebrecht no México informou que na estrutura financeira apresentada pela empresa, "existem dois títulos de dívida. O primeiro em Pesos entre o Estado mexicano (Michoacán) e a Instituição Financeira Mexicana, que não pode ser transferido à União. O segundo, em dólares, entre a Instituição Financeira Mexicana e o BNDES, que pode ser transferido à União em caso de sinistro".

(iv) Em caso de sinistro, a União não pode cobrar diretamente do Estado de Michoacán. O cobro direto a Michoacán só pode acontecer no caso de que disponha da documentação que acredite seu caráter de entidade participante no Fideicomisso, que não é o caso do BNDES, uma vez que não dispõe de escritório no México.

(v) Com relação à possibilidade de cursar estes títulos a través do CCR, o Sr. Angel Melesio Fuentes, Gerente de Trâmites de Operações Internacionais do Banco do México, informou que os "Credit Linked Notes" (CLN) "não são aceitos pelo Banxico para serem cursados no CCR" por duas razões: primeiro, porque não estão contemplados no acordo da ALADI que disciplina o CCR; segundo, porque o risco dos CLN, decorrente do fato de estarem condicionados ("linked") ao recebimento das participações federais, é mais alto do que os instrumentos aceitos no CCR pelo Governo mexicano, a saber: letras de cambio, pagarés, ordens de pagamento, giros nominativos e cartas de crédito (Circular 17/2007 do Banco do México).

(vi) Com relação a sugestões que possam contribuir para uma compreensão mais completa sobre o tema, o Sr. Alejandro Chew, de Banobras, sugeriu revisar o conteúdo dos contratos de Fideicomisso e de credito. No contrato de Fideicomisso, se estabelecem as condições de seu funcionamento, por exemplo, o percentual dos recursos recebidos da Federação que vão ser destinado ao Fideicomisso.

6. Considerando a natureza do assunto e a necessidade de contar com informações mais precisas sobre a operação de Fideicomissos, informo que seu funcionamento está regulado pelos artigos 381 a 394 da Lei de Títulos e Operações de Crédito do México. Não existe, entretanto, legislação específica sobre os "Fideicomissos Maestros". Valeria, ainda, conhecer o conteúdo da "Lei de Dívida Pública do Estado de Michoacán", uma vez que estabelece as condições para a

contratação de empréstimos, bem como para a administração da dívida pública do Estado.

7. Informo os dados de contato dos funcionários mencionados neste expediente: Sr. Angel Melesio Fuentes, Gerente de Trâmites de Operações Internacionais do Banco do México (Banxico), Tel. (5255) 5227-8861; Sr. Marco Alberto Oviedo Cruz, Diretor Adjunto de Dívida Pública (SHCP), Tel. (5255) 3688-1444 e 3688-1100 ramal 81444; Sr. José Alejandro Chew Lemus, Subdiretor Fiduciário de Administração (Banobras), Tel. (5255) 5270-1200 ramal 1362.

SÉRGIO ABREU E LIMA FLORENCIO, Embaixador

AOM/

Para: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Expedido em: 23/12/2009 16:27:02 N.º: 00624

Da SERE para
Brasemb México
Em 23/12/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DPG/DPF/DOC/DIC/DMAC/DIR II
DESCR=XCOR-BRAS-MEXI
RTM=ALCBRMS
REF/ADIT=TEL 1016, DET 580
CATEG=MG

//
Brasil-México. Financiamento
às exportações. COFIG. 65a
Reunião Ordinária (14.12.09).
Projeto Michoacán.
//

Nr. 00624

Retransmissão automática para BRASALADI

Por ocasião da 65a Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), realizada no dia 14.12.09, voltou a ser apreciado o pleito de cobertura de seguro de crédito à exportação de bens e serviços para o Projeto Michoacán. Foi apresentada ao Comitê a estrutura financeira desenhada pela Companhia Norberto Odebrecht (CNO) para a operação, que prevê a utilização do Fideicomisso Maestro do Estado de Michoacán e a intermediação de banco comercial. Cópia do referido documento segue para o correio eletrônico institucional desse posto.

2.0 Comitê deliberou solicitar ao MRE a apuração de informações complementares, de forma a subsidiar a apreciação do pleito. Não obstante a inclinação positiva dos membros do colegiado com relação ao projeto, a estrutura financeira proposta inova em relação às operações normalmente apresentadas ao COFIG, de forma que a decisão final deverá levar em conta as variáveis específicas ao país e ao financiamento pretendido.

3.No que diz respeito ao eventual curso da operação no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI, condição normalmente solicitada a financiamentos para projetos de infraestrutura na região, os membros do COFIG apreciariam conhecer em maior profundidade os dispositivos existentes na legislação mexicana. O intuito é apurar se se trata de vedação incontornável ou se haveria espaço jurídico para se viabilizar o curso da operação de financiamento no CCR, alternativa privilegiada pelo COFIG.

4.Adicionalmente, tendo em vista a estrutura proposta, de utilização do Fideicomisso Maestro, o Comitê manifestou interesse em melhor conhecer determinadas particularidades envolvidas, tais como:

- (i) o nível de garantia federal esperado para a operação, quando comparado ao risco soberano "puro" que decorre da aplicação do CCR;
- (ii) qual a avaliação das autoridades financeiras federais mexicanas sobre a participação de um banco comercial como intermediário na estrutura, em especial nos aspectos ligados ao risco cambial;
- (iii) se os títulos a serem utilizados na operação são endossáveis à União em caso de sinistro (e consequentemente indenização pelo FGE);
- (iv) se a União poderá cobrar diretamente do estado de Michoacán, sem a necessidade do emissor do título (no caso, o Banco Deutsche), no caso de um sinistro;
- (v) se estes títulos podem cursar no CCR;
- (vi) outros aspectos que possam contribuir para uma compreensão mais completa sobre o tema serão, naturalmente, úteis para o Comitê.

5.De forma a subsidiar a análise do tema, muito agradeceria mandar averiguar as informações solicitadas pelo COFIG junto às autoridades federais mexicanas competentes, com a possível brevidade. Esclareço que o Comitê deverá se reunir novamente na segunda quinzena de janeiro próximo, quando espera poder contar com a avaliação solicitada ao MRE.

Para: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Expedido em: 23/12/2009 16:27:02 N.º: 00624

EXTERIORES

LEAS/LEAS

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/01/2010 14:22:19 N.º: 00045

De Brasemb México para Exteriores em 21/01/2010 (FNC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DIR II/DOC/DMAC/DNS/DPB/DNI/DMC
DESCR=MEXI-BRAS
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 24
CATEG=MG

//
Brasil-México. Relações
econômico-comerciais. Acordo
de Livre Comércio. Sugestão de
roteiro para gestões pró-ALC.
//

Nr. 00045

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informe. Sugestão de roteiro a ser utilizado em
palestras e seminários sobre Acordo de Livre Comércio
Brasil-México.

Encaminhado sugestão de roteiro, centrado nas vantagens
para o México de um Acordo de Livre Comércio com o Brasil.
Poderá servir de subsídio para apresentações sobre o tema por
parte de integrantes de grupo cuja criação foi proposta no
tel 24.

1.ALTERAÇÃO DO PANORAMA COMERCIAL NOS DOIS PAÍSES
No início dos anos 90, a prioridade para o Brasil era a
integração com o Mercosul e, para o México, a integração com
EUA e Canadá. Atualmente, crescimento da economia brasileira
transcendeu o Mercosul e implica a busca de novos mercados.

A crise financeira internacional demonstrou a necessidade de o México diversificar mercados e reduzir a elevada dependência do comércio com os EUA (destino de 85% das exportações mexicanas e fonte de 50% das importações). Assim, Brasil e México exibem hoje diretrizes comerciais convergentes.

2.LIÇÕES DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL

Ano de 2009 foi extraordinário ao registrar, por um lado, queda na produção mundial superior à da "crise de 29" e, por outro, rapidez na capacidade de evitar catástrofe econômica mundial. Dois fatores contribuíram para atenuar os efeitos da crise: a) políticas fiscais expansionistas; e b) rápida retomada do crescimento nas economias emergentes.

2.1 Para o México, o país latino-americano mais afetado (queda de 7% do PIB em 2009), a crise é oportunidade para diversificar parceiros comerciais. Previsões indicam que crescimento das economias emergentes será superior ao dos países desenvolvidos. México deve buscar maior integração com países como Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.

3.DENTRE AS ECONOMIAS EMERGENTES, BRASIL OFERECE VANTAGENS SIGNIFICATIVAS

Para o México, integrar-se ao Brasil é integrar-se a uma economia com fundamentos macroeconômicos sólidos, amplo mercado consumidor em crescimento e em ciclo de expansão sustentável:

- a) PIB: crescimento anual médio de 5% entre 2004 e 2008. Previsão para 2010 é de crescimento superior a 5%.
- b) Reservas internacionais elevadas: US\$ 220 bilhões.
- c) Dívida externa líquida/PIB: 32% em 2002 e -0,9% em 2009. País tornou-se credor internacional.
- d) Dívida interna/PIB: 51% em 2002 e 42% em 2009. Endividamento controlado e decrescente.
- e) Comércio exterior: US\$ 120 bilhões em 2000 (US\$ 60 bi em exportações e US\$ 60 bi em importações) e US\$ 380 bilhões em 2008 (US\$ 200 bilhões em exportações e US\$ 180 bilhões em importações).
- e) Expansão do mercado interno: aumento de 50% no salário mínimo de 2003 a 2009. Classe média já representa mais da metade da população (52%); em 2003 representava 42%.
- f) Comércio exterior/PIB: 24%/PIB (no México é 56%): elevado potencial de ampliação do comércio exterior.
- g) Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 25 bilhões em 2009 e US\$ 45 bilhões em 2008.

4.COMÉRCIO ENTRE MÉXICO E BRASIL

É incompatível com dimensão e dinamismo das duas maiores economias da América Latina. Maior fluxo de comércio entre os dois países foi registrado em 2008 (US\$ 7,4 bilhões). Mesmo assim, representou apenas cerca de 1,8% das importações e 2,1% das exportações brasileiras. Percentuais semelhantes para o México

4.1ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA 53 (ACE-53)
Assinado entre Brasil e México em 2002, tem âmbito de aplicação limitado. Cobre apenas 800 linhas tarifárias e não trata de temas como investimentos, serviços e compras governamentais, disciplinando apenas questões referentes ao intercâmbio de bens.
Ampliação do ACE-53 não é suficiente para intensificar significativamente o comércio. Tal ampliação incluiria, sobretudo, setores da economia mexicana favoráveis a maior abertura comercial. Acabaria por consolidar posições protecionistas, dificultando futuras negociações para aprofundar a integração entre os dois países.

5.ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE BRASIL E MÉXICO (ALC).
Engendrará integração diversificada: Acesso a mercado (comércio de bens); investimentos; serviços; propriedade intelectual; e compras governamentais.

5.1COMÉRCIO DE BENS.
Tarifa média externa no Brasil é de 12%, México é de 5,3%. ALC será significativamente vantajoso para México do ponto de vista tarifário.

5.1.2ALC cria massa crítica nos setores governamental e privado favorável à redução das barreiras não-tarifárias, o que implicará na ampliação do fluxo comercial.

5.2INVESTIMENTOS
Investimentos mexicanos no Brasil são da ordem de US\$ 17 bilhões; investimentos brasileiros no México são da ordem de US\$ 1,1 bilhão.
Investimentos brasileiros no México deverão ser quadruplicados nos próximos anos, em função de novos investimentos da Gerdau (US\$ 550 milhões) e da BRASKEM (US\$ 2,5 bilhões), o que deverá elevar o total para cerca US\$ 4,1 bilhões.

5.2.1É de interesse do México a negociação de um acordo de promoção de investimentos no contexto do ALC. O aumento dos investimentos brasileiros indicam interesse crescente do Brasil no mercado mexicano.

5.3SERVIÇOS

Amplas possibilidades de ampliação com o ALC. Internacionalização de empresas brasileiras com interesse no mercado mexicano (Petrobras, Odebrecht, Banco Itaú, Gerdau, entre outras) indicam crescente potencial para prestação de serviços brasileiros no México.

5.3.1COOPERAÇÃO ENTRE PETROBRÁS E PEMEX

A empresa brasileira está no México desde 2003 e um ALC contribuiria para ampliar sua presença. Empresas mexicanas, por sua vez, poderão se beneficiar de alguns nichos de mercados de equipamentos e serviços demandados pelo Brasil em razão da extração de petróleo no pré-sal (previsão de investimentos da Petrobrás de US\$ 28 bilhões nos próximos cinco anos).

5.3.2ETANOL

É outra área com visível potencial de ampliação. Experiência brasileira em regulamentação, produção e distribuição, que remonta aos anos 70, poderá ser útil ao México. País é importante produtor de cana-de-açúcar, apesar da baixa produtividade, que poderia ser contornada por meio de utilização de tecnologia brasileira. Acesso privilegiado ao mercado dos EUA (tarifa zero) e da UE. Forte interesse do Governo mexicano e de empresas privadas na instalação de usina de etanol no México.

6.PERCEPÇÕES EQUIVOCADAS NO MÉXICO SOBRE O BRASIL

6.1PRIMEIRO EQUÍVOCO: "BRASIL É PEQUENO IMPORTADOR E GRANDE EXPORTADOR".

Crescimento do comércio exterior brasileiro (US\$ 120 bi em 2000 para US\$ 380 bilhões em 2008) contradiz tal afirmação.

No caso do México, o Brasil, desde 2000, vinha registrando superávits comerciais (máximo de US\$ 3,2 bilhões em 2004). Desde 2005, entretanto, as exportações brasileiras para o México cresceram em ritmo menos acelerado do que as importações mexicanas do Brasil. Em 2009, o México tornou-se superavitário em US\$ 107,5 milhões.

Exportações brasileiras para o México em 2009 diminuíram em 37,5% (exportações brasileiras ao mundo diminuíram 21,8%) e as importações brasileiras de produtos mexicanos reduziram-se em 10,9% (importações brasileiras do mundo diminuíram 25,3%).

6.2SEGUNDO EQUÍVOCO: "AS ECONOMIAS BRASILEIRA E MEXICANA NÃO SÃO COMPLEMENTARES"

Visão obsoleta do conceito de complementariedade,

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/01/2010 14:22:19 N.º: 00045

baseada na idéia de comércio apenas produtos primários e manufaturados.

Intercâmbio entre Brasil e México revela complementariedade intra-indústria, com pautas dominadas por produtos industrializados (automóveis e auto-partes, químicos, produtos de informática, telefones celulares e semi-manufaturados de ferro e aço).

6.3TERCEIRO EQUÍVOCO: "O BRASIL SUBSIDIA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E AGRÍCOLAS"

Ao contrário, Governo é criticado justamente pela elevada carga tributária (37% do PIB, ao passo que no México é de 11%).

Brasil condena na OMC subsídios ao setor agrícola por parte da União Européia e dos EUA.

6.4QUARTO EQUÍVOCO: "O BRASIL SÓ TEM INTERESSE PELA AMÉRICA DO SUL"

Dados do comércio exterior indicam redução da participação da América do Sul frente a novos mercados. Em 2004, mercado asiático era destino de 15,1% das exportações brasileiras, em 2008 representou 27,2%. América do Sul, que era destino de 20,4% das exportações brasileiras em 2004, passou a 15,8% em 2008.

7.CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Economias emergentes são o núcleo da recuperação da economia mundial.
- Há vantagens em ampliar integração com economias emergentes.
- Dentre as economias emergentes, Brasil é a que oferece maiores benefícios ao México.
- ALC é instrumento mais apropriado para explorar de maneira integral e sustentável o potencial de comércio entre as duas economias.

SÉRGIO ABREU E LIMA FLORENCIO, Embaixador

SF/DF

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/02/2008 15:28:06 N.º: 00193

De Brasemb México para Exteriores em 27/02/2008 (FCA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAC/DIM/DDH/DTS/CGFOME/FUNAG
DESCR=CASC-MEXI
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 67054
CATEG=MG

//
Assistência a brasileiros.
Mapeamento de entidades e
lideranças comunitárias.
México.
//

Nr. 00193

RESUMO=

Transmito informações sobre entidades locais que congregam brasileiros, bem como apresenta nomes de brasileiros qualificáveis para exercer papel de liderança junto à comunidade brasileira local.

O México conta com duas associações, de que tem conhecimento a Embaixada, que congregam brasileiros:

a) O Grupo "Atar", constituído de altos executivos brasileiros (em nível de Presidentes e Diretores-Gerais) de empresas brasileiras e multinacionais no México (Odebrecht, Petrobrás, Rhodia, Volvo, Pirelli, Philipps, Unilever, entre outras). O Grupo Atar foi constituído com o intuito de promover entre seus membros o intercâmbio de informações sobre o México (principalmente sobre seus aspectos econômicos) e sobre a vida no país (instalação, segurança

pessoal, pagamento de impostos, entre outros), bem como para a manutenção de contato articulado com outras associações ou organizações, como a Câmara de Comércio Brasil-México ou a própria Embaixada. Embora muito ativo (o grupo promove diversas reuniões e eventos entre seus membros a cada ano), o Atar tem um alcance relativamente restrito em relação ao restante da comunidade brasileira (dele participam vinte e sete membros). O Grupo estuda atualmente a possibilidade de abrir-se a uma participação mais ampla, que incluiria outros altos executivos brasileiros residentes no México, nos níveis de Vice-Presidentes de empresas, Gerentes Financeiros ou de Marketing. O Grupo tem mostrado ultimamente disposição para patrocinar projetos da Embaixada na área consular, como o da elaboração de uma cartilha consular para a comunidade brasileira no México; e

b) O Portal Brasil (www.portalbrasil.com.mx), site independente, ao qual está ligada comunidade virtual ("Comunidade Brasileira"), mantida no "Yahoo!" para o intercâmbio de opiniões e informações entre brasileiros residentes no México. O Portal Brasil contém informações sobre o México (aspectos turísticos, migratórios, educacionais, entre outros). O "site", que apresenta caráter marcadamente comercial, promove, igualmente, a venda de produtos alimentícios e de vestuário brasileiros, bem como oferece programas turísticos e passeios pagos para membros da comunidade. Ao Portal Brasil também está ligado o "Grupo Figa", que oferece cursos de português e de cultura brasileira, bem como serviços de tradução para mexicanos. O Grupo Figa promove, ademais, eventos ligados ao calendário festivo brasileiro. Tanto o Portal Brasil e a comunidade virtual mantida no "Yahoo!" quanto o Grupo Figa são iniciativas do cidadão mexicano Roberto Martínez e de sua esposa brasileira Simone Tosta.

Embora o Portal Brasil preste, de fato, informações relevantes à comunidade brasileira no México, vale observar que a Embaixada não avalia o Sr. Martinez e a Senhora Tosta como pessoas idôneas. Entre os fatos que evidenciam a falta de idoneidade do casal, está o fato de que, com o intuito de dirigir a demanda por eventos e serviços a seu próprio benefício, o casal busca, por vezes, mediante comentários negativos veiculados na comunidade virtual no "Yahoo!", denegrir a imagem da Embaixada e do CEB junto à comunidade. Note-se, ademais, que o Senhor Roberto Martinez alega publicamente que conheceria a fundo o funcionamento da Embaixada por já ter sido seu funcionário. No entanto, embora sua esposa, Simone Tosta, tenha sido, por certo período, professora do CEB, o Senhor Roberto Martinez nunca foi

funcionário da Embaixada ou com ela manteve qualquer vínculo empregatício. Apenas prestou, por alguns anos, serviços terceirizados para o web do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) nesta capital. Durante o período em que trabalharam para o CEB, o casal, segundo a Diretora do Centro, valeu-se de seu acesso ao web da instituição para canalizar, para si mesmos, a demanda do público por tradutores e aulas particulares, entre outros serviços. Há entre ex-funcionários do "Grupo Figa", ademais, algumas alegações de que o casal conferiria por vezes tratamento humilhante a brasileiros contratados e os constrangeria em seus direitos trabalhistas por não se encontrarem esses brasileiros em situação migratória regular.

2. A seguir, apresento alguns nomes de brasileiros qualificáveis para exercer papel de liderança junto a comunidade brasileira no México:

a) Júlio Nogueira, empresário brasileiro, Diretor-Geral do Grupo Belcorp (empresa peruana) no México, coordenador das atividades do Grupo Atar. O empresário tem mantido contato fluído com a Embaixada, seja com o Setor Consular seja com os Setores Econômico e Comercial e tem mostrado boa disposição em participar de iniciativas que aproximem a Embaixada com a comunidade de brasileiros no México. Seria um candidato natural a um assento em Conselho de Cidadão a ser criado no México, que creio ser tarefa necessária a ser realizada pelo novo Consulado-Geral do Brasil a ser aberto nesta capital;

b) Professora Valquíria Wey, Diretora do Centro de Estudos Brasileiros e Professora de Literatura Brasileira na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Radicada no México há quase 43 anos, a Professora Wey possui trânsito livre nos meios acadêmicos mexicanos e contatos sólidos com boa parte da comunidade brasileira residente no país. Seria, igualmente, candidata natural a assumir um assento em um futuro Conselho de Cidadãos;

c) Maria Helena Oliveiros, tradutora. Há anos radicada no México, já foi intérprete oficial do português para o Governo mexicano e é casada com advogado mexicano proeminente. Radicada há muitos anos no México, mantém muitos contatos com os mais diversos níveis da colônia brasileira no país;

c) Dr. Severo Sales, Professor de Ciências Políticas. Residente no México há cerca de 40 anos, o Dr. Sales pertence à onda de emigração intelectual brasileira pós-Revolução de 1964. Muito respeitado no meio universitário, o acadêmico

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/02/2008 15:28:06 N.º: 00193

possui amplo contato com estudantes e professores brasileiros no México;

d) Fabrícia Prata, dona de casa e prestadora de serviços de autônomo. Casada com um cidadão argentino, com quem tem dois filhos brasileiros e radicada no México há mais de dez anos, a brasileira, de 33 anos, tem demonstrado grande engajamento na promoção de eventos que congreguem a comunidade brasileira. Tem, ademais, demonstrado vivo interesse em coordenar atividades que ajudem a divulgar a cultura brasileira e a língua portuguesa entre os filhos de brasileiros no México, bem como em prestar apoio e assistência, juntamente com outros brasileiros e em coordenação com a Embaixada, a membros da comunidade necessitados. Distanciou-se do Grupo Figa, a exemplo de vários outros brasileiros, por não ver o Grupo como representante legítimo dos interesses da comunidade e por não aceitar o caráter marcadamente comercial que tem caracterizado suas atividades.

ALEXANDRE VIDAL PORTO, Encarregado de Negócios, a.i.

PRC

De: BRASEMB MÉXICO

Recebido em: 22/01/2010 18:20:01 N.º: 00052

CARAT=Reservado

De Brasemb México para Exteriores em 22/01/2010 (JES)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=CGDECAS/DPG/DPF/DOC/DIC/DMAC/DIR II

DESCR=XCOR-BRAS-MEXI

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 23, DET 624 2009, DET 580 2009

CATEG=MG

//

Brasil-México. Financiamento

às exportações. COFIG. 65a

Reunião Ordinária. Projeto

Michoacán. ODEBRECHT.

//

Nr. 00052

RESUMO=

Aditel 23. Projeto Michoacán. Esclarece a relação entre o risco soberano decorrente da utilização de instrumentos que podem ser cursados no CCR, em comparação de "Fideicomisso Maestro" como fonte de pagamento. Consulta ao Eximbank mexicano e comentários das agências qualificadoras.

Aditel 23. Transmito, a seguir, informações adicionais levantadas pelo Posto a respeito da consulta objeto do desptel 624.

2.A respeito do risco envolvido nas operações com "Fideicomissos Maestros" comparado com outros instrumentos aceitos para serem cursados no CCR, Salvador Becerra Márquez, Gerente de Programas Setoriais do Banco Nacional de Comércio Exterior, o Eximbank mexicano, comentou que "no México, o

crédito ao setor público sob estas condições - utilizando os "Fideicomissos Maestros" - é muito seguro". Apresentou os seguintes argumentos:

a) A contratação de dívida pelos Estados precisa de autorização prévia da Secretaria da Fazenda (federal) e do Congresso (local), o que, na prática, constituiria uma garantia de que a dívida não está sendo indevidamente contraída pelo Executivo local e que, de alguma forma, o Governo Federal é garantidor, em última instância, da dívida contraída pelo Estado;

b) Uma vez aprovada a dívida, o Estado não pode deixar de pagá-la, pois: i) os recursos comprometidos como garantia da dívida são provenientes das "participações federais" e, não, de arrecadação local; ii) a autorização para utilizar as "participações federais" que o Estado envia à Tesouraria da Federação é irrevogável; iii) as regras de operação dos "Fideicomissos Maestros" não podem ser alteradas ou canceladas sem a anuência de todos os credores; e iv) ao longo dos últimos anos, operações semelhantes têm recebido qualificação AAA em escala doméstica pelas qualificadoras Standard & Poors, Fitch e Moody'S, ou seja, qualificação equivalente ao risco soberano decorrente da utilização de outros instrumentos que podem cursar no CCR.

3.A qualificação AAA ("triple A") que as agências atribuem a esta modalidade de operação toma em conta três elementos: qualidade creditícia do Estado; fortaleza da estrutura jurídico-financeira do fideicomisso; e obrigações contratuais.

4.Com relação à qualidade creditícia do Estado, apesar de ter sua qualificação de risco reduzida em agosto de 2009, o Michoacán ainda apresenta "alta qualidade creditícia", segundo as empresas qualificadoras.

5.A estrutura jurídico-financeira, por sua vez, depende das disposições dos contratos de criação do fideicomisso e de contratação do crédito, bem como do percentual das "participações federais" comprometidas com pagamento de dívidas. Uma vez que os contratos de criação do fideicomisso e de contratação de crédito ainda não foram firmados, só é possível, no momento, comentar sobre o percentual das "participações federais" que um Estado recebe e que são destinadas a pagamento de dívidas. Tal percentual, indicam as qualificadoras, deve ser baixo, com vistas a permitir o serviço da dívida bem como a criação de reservas.

6.Menciono, como exemplo, a experiência do Estado de Durango, que, em 2008, contratou crédito com banco comercial de cerca 600 milhões de pesos mexicanos (US\$ 48 milhões). Para dar garantia ao crédito, o Estado comprometeu 25% - percentual excepcionalmente alto comparado a outras operações semelhantes - das "participações federais". Tal percentual é suficiente para cumprir com o serviço da dívida, ainda que sob cenário de "stress". É possível uma queda das "participações federais" que o Estado recebe - o que ocorreu efetivamente em 2009. Porém, para que o fluxo de transferências recebido pelo Fideicomisso resulte insuficiente para cobrir os requerimentos do serviço da dívida, as participações teriam que sofrer queda de, pelo menos, 75% em relação ao seu nível atual.

7.Quanto às obrigações contratuais que originam os Fideicomissos, os Estados, através do agente intermediário, contratam "swaps de taxa de juros" e "swaps de taxa de câmbio" para se protegerem da volatilidade nos mercados. Além disso, como mecanismo de prevenção de eventual redução das "participações federais", os Estados podem constituir fundos de reserva para o pagamento da dívida, com vistas a proteger o credor de qualquer flutuação ou interrupção inesperada do fluxo de fundos.

8.Segundo as mencionadas empresas qualificadoras, os interesses dos credores estarão devidamente protegidos quando presentes os seguintes requisitos: boa qualidade creditícia; percentual reduzido das "participações federais" para pagamento de dívidas; e contratação das coberturas necessárias.

9.Como informado no parágrafo 2 do tel 23, uma opção para cursar o empréstimo no CCR seria utilizar bancos públicos mexicanos como tomadores do crédito junto ao BNDES e garantidores finais do empréstimo. Tal alternativa, entretanto, não seria viável do ponto de vista econômico, uma vez que os custos adicionais gerados pela utilização do Balanço, constituição de reservas e remuneração da instituição financeira comprometeriam a competitividade do financiamento do BNDES.

10.Com esta opinião coincide o Sr. Alejandro Chew, Subdiretor Fiduciário de Administração de Banobras, que, ao ser consultado, reconheceu que os Estados procuram bancos privados para reduzir o custo do agente fiduciário. Nos últimos anos, podem-se citar casos de Estados que tem emitido documentos ou contratado dívidas através de "Fideicomissos Maestros", com a intermediação de bancos privados, entre

De: BRASEMB MÉXICO

Recebido em: 22/01/2010 18:20:01 N.º: 00052

CARAT=Reservado

eles:

2009 - Cidade do México

Instrumento: emissão de bonos por US\$ 77 milhões (1 bilhão de pesos).

Agente: Deutsche Bank

2009 - Estado de Hidalgo

Instrumento: emissão de bonos por US\$ 188 milhões (2,45 bilhões de pesos)

Agente: Banco Santander

Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Embaixador

AOM/

De: BRASEMB MÉXICO

Recebido em: 15/04/2010 18:27:21 N.º: 00286

CARAT=Reservado

De Brasemb México para Exteriores em 15/04/2010 (FNC)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DIR II/DMAC/DOC/AFEPA/ABC

DESCR=PEXT-BRAS-MEXI

RTM/CLIC=

REF/ADIT=DET 48, TEL 91, TEL 277

CATEG=MG

//

Brasil-México. Almoço na
Residência com novo Embaixador
do México no Brasil. Reunião
Interparlamentar e Acordo
Comercial Amplo.

//

Nr. 00286

RESUMO=

Informo sobre reflexão e intercâmbio de opiniões durante almoço que ofereci na Residência, ao futuro Embaixador do México no Brasil, Alejandro de la Peña Navarrete. Foram abordados, prioritariamente, temas relacionados à próxima Reunião Interparlamentar Brasil-México e ao Acordo Estratégico de Integração Econômica entre ambos os países.

Ofereci, no dia 13/4, na Residência, almoço em homenagem ao futuro Embaixador do México no Brasil, Alejandro de la Peña Navarrete. Participaram, também, o titular da Unidade de Relações Econômicas e Cooperação Internacional, Rogelio Granguillhome, o Diretor-Geral para a América Latina e o Caribe, Embaixador José Ignacio Piña, e o Diretor-Geral Adjunto para a América do Sul, Victor Arriaga, do Tlatelolco.

Estiveram igualmente presentes o Chefe da Unidade de Coordenação de Negociações Internacionais da Secretaria de Economia, Eduardo Ramos, o Presidente do Comitê Empresarial México-Brasil do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior (Comce), Enrique Calvillo, o Presidente Executivo da empresa de consultoria "Inteligência Comercial" (ICOM), Jaime Zabludovsky, e o Diretor-Geral daquela empresa, Sérgio Gómez Lora. Do meio acadêmico participou Mariana Magoli, estiveram presentes, por parte da Embaixada, o Ministro-Conselheiro Antônio Francisco Da Costa e Silva, a Conselheira Maria Cristina Pereira da Silva, o Conselheiro Humberto Benzaquem, e o Secretário Daniel Ferreira.

2. Durante o almoço, foram abordados diversos temas de interesse bilateral, fundamentalmente o Acordo de Integração Estratégica Brasil-México e a próxima Reunião Interparlamentar, prevista para realizar-se no dia 5 de maio em Brasília. Esta mereceu particular atenção dos presentes, porque poderá representar momento de especial relevância, no âmbito dos respectivos Congressos, para promover aproximação em torno a temas concretos da cooperação bilateral, bem como para aprofundar o significado do Acordo de Integração Estratégica acima mencionado no contexto das relações bilaterais.

3. Percebi que, do lado dos mexicanos, há grande expectativa quanto à realização da Reunião Interparlamentar. Consideram eles que o Brasil está, crescentemente, presente na imprensa mexicana, e que muitos dos temas relevantes da realidade brasileira já se tornaram referenciais importantes para alguns setores no México, embora, aparentemente, na sua opinião, o interesse, no Brasil, seja bem menor com relação a este país. Por esse motivo, de acordo com meus interlocutores, é preciso facilitar o diálogo no âmbito parlamentar e aproveitar a ocasião, que se apresenta, no dia 5 de maio, para impulsar agenda substantiva, sobretudo no que diz respeito aos temas de cooperação bilateral, que escape à tradicional retórica das relações Brasil-México e que possa mostrar as vantagens do Acordo Estratégico de Integração Estratégica, não apenas do ponto de vista comercial.

4. A agenda da Comissão Interparlamentar poderia, nesse sentido, incorporar os seguintes projetos concretos existentes no âmbito da cooperação bilateral: Petrobrás-Pemex; Etanol; Embrapa-UNIFAP/SAGARPA; Centros virtuais Brasil-México de nanotecnológica e biotecnologia; do projeto hidro-agrícola da Odebrecht em Michoacán e da cooperação com a Embrapa.

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/04/2010 18:27:21 N.º: 00286

5. A Chancelaria mexicana vem promovendo ``briefings`` com os congressistas locais a respeito das relações Brasil-México para prestar esclarecimentos sobre os mais recentes e concretos desdobramentos na área da cooperação bilateral e na área econômico-comercial. Considero também altamente conveniente que procedimento semelhante viesse a ser utilizado no Brasil. Nessa linha, sugiro contato do Chefe do DEIR, Ministro Paulo Roberto França, e do Chefe do Departamento da América Central - México, com o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores daquela Casa, Senador Eduardo Azeredo, com a mesma finalidade.

6. Conforme adiantei no tel de referência, seria importante registrar junto aos parlamentares brasileiros que o Acordo Estratégico de Integração não deve ser entendido como Acordo de Livre Comércio tradicional, mas, como seu nome indica, essencialmente como acordo estratégico. Por esse motivo, considero, e comigo concordaram os presentes ao almoço, que os temas de cooperação e os projetos concretos já definidos, alguns deles em fase de implementação, tanto no México como no Brasil, deveriam constituir elemento diferenciador em relação ao modelo de TLC tradicional, modelo que, especificamente no caso do México, conta com visível resistência por parte de importantes segmentos empresariais e políticos, em função dos TLC's firmados com 44 países e de um comércio ainda altamente vinculado aos EUA.

7. Peña Navarrete informou-me que pretende chegar ao Brasil na última semana de abril, e que, portanto, acompanhará a delegação mexicana de parlamentares que participará da Reunião Interparlamentar. Transmitiu-me preocupação em relação ao seu status como Embaixador, pois, certamente, apenas haverá tempo, até 5 de maio, para apresentar cópias figuradas ao Chefe do Cerimonial e não credenciais ao Presidente Lula. Após consulta posterior à Chefe da CGPL, tranquilizei-o a respeito do assunto, e transmiti-lhe a informação de que, com cópias figuradas, a única limitação em suas funções como Embaixador, se referem à possibilidade de realizar visitas oficiais aos Estados da Federação e que, desse modo, não haverá qualquer impedimento para a sua participação na visita da Missão Interparlamentar que visitará o Brasil no dia 6 de maio.

Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Embaixador

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/04/2010 18:27:21 N.º: 00286

MCPS

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/04/2010 09:48:23 N.º: 00306

De Brasemb México para Exteriores em 21/04/2010 (JES)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DMAC/AFEPA/DIR II/DCTEC/DCA
DESCR=PEXT-BRAS-MEXI
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 286, TEL 292
CATEG=MG

//
Brasil-México. Agenda da II
Reunião da Comissão
Interparlamentar. "Talking
points". Subsídios do Posto.
//

Nr. 00306

RESUMO=
Informo. Interlocutores mexicanos sugerem que a delegação mexicana à II Reunião da Comissão Interparlamentar Brasil-México, presidida pelo Presidente do Senado mexicano, seja recebida pelo Presidente do Senado brasileiro. Envio "talking points" com o objetivo de subsidiar, eventualmente, a participação dos parlamentares brasileiros no encontro.

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE (DACC), DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DA ALADI E INTEGRAÇÃO REGIONAL (DEIR) E PARA O CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES (AFEPA)

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/04/2010 09:48:23 N.º: 00306

Em contatos que venho mantendo, nos últimos dias, com parlamentares locais, com o novo Embaixador do México no Brasil, Alejandro de la Peña Navarrete, com o Diretor-Geral para a América Latina e o Caribe, Embaixador José Ignacio Piña, e com a Diretora-Geral de Organismos Econômicos Regionais e Multilaterais, Embaixadora Eréndira Araceli Paz Campos, ficou-me clara a importância que o Governo mexicano vem atribuindo à II Reunião da Comissão Interparlamentar Brasil-México. Meus interlocutores sublinharam muito a necessidade de que os integrantes da delegação mexicana que participará do encontro, a ser presidida pelo Presidente do Senado deste país, Senador Carlos Navarrete (PRD), sejam recebidos pelo Presidente do Senado brasileiro, Senador José Sarney, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Eduardo Azeredo, e de que ambos possam, inclusive, participar dos trabalhos da Reunião Interparlamentar. Os representantes mexicanos citados asseguraram que, caso venha a concretizar-se esse formato, ficariam afastadas as possibilidades de eventuais sentimentos de susceptibilidade em relação ao Brasil por parte da oposição, no México. O Brasil, como venho informando, vem sendo objeto de muita visibilidade nos meios de comunicação mexicanos.

2.A respeito da agenda, estou enviando, abaixo, sugestão de "talking points" para subsidiar a participação dos parlamentares brasileiros na Reunião Interparlamentar:

"II Reunião da Comissão Interparlamentar Brasil-México

(5 de maio de 2010)

Introdução

- ? Relações bilaterais em momento muito positivo.
- ? Vontade política compartilhada de intensificar a cooperação em diversas áreas.
- ? Presidente Lula esteve cinco vezes, no México: dezembro de 2002 (Presidente eleito); setembro de 2003 (visita de trabalho); em janeiro de 2004 (Cúpula Extraordinária das Américas); maio de 2004 (III Cúpula América Latina e Caribe - União Européia); agosto de 2007 (visita de Estado); e fevereiro de 2010 (Cúpula da Unidade Grupo de Rio - CALC e visita de trabalho).
- ? Presidente Felipe Calderón esteve duas vezes, no Brasil: outubro de 2006 (Presidente eleito); agosto de 2009 (visita

de Estado), quando explicitou sua intenção de alterar a tradicional resistência mexicana à maior aproximação comercial com o Brasil.

? Reflexo do impulso nas relações bilaterais, a Comissão Binacional Brasil-México, com periodicidade bianual, realizou sua Primeira Reunião, em 28 de março de 2007, em Brasília; e a Segunda Reunião, em 23 de julho de 2009, também em Brasília.

Agenda Temática - Sugestões

1. Assuntos migratórios e consulares

? Importância crescente dos assuntos migratórios e consulares para as relações bilaterais.

? Consulado-Geral na Cidade do México: inaugurado em março de 2009.

? Propostas para a criação de três novos consulados honorários brasileiros no México: Monterrey e Guadalajara. O primeiro recebeu aprovação recentemente do Tlatelolco.

? Realização, no México, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2009, da III Reunião de Cooperação Consular entre Brasil e México, pela primeira vez, presidida em nível de subsecretários, reflexo da importância atribuída à cooperação bilateral na área consular.

? A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Oto Agripino Maia, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior; a mexicana pelo Licenciado Salvador Beltrán del Rio, Subsecretário para a América Latina e o Caribe.

? Principais temas tratados: revisão de convênios e acordos, temas consulares e de facilitação imigratória, proteção e atenção a comunidades nacionais no exterior, cooperação entre as repartições consulares de ambos os países no exterior.

? Foi criado projeto-piloto de cooperação entre os Consulados-Gerais do Brasil e do México em Miami e Nova Iorque para intercambiar informação sobre boas práticas de atendimento consular às respectivas comunidades no exterior.

? Seminário México-Brasil sobre as relações entre o Estado e a Diáspora deverá realizar-se em 2010 (em datas a serem definidas) para que ambos os países aprofundem os aspectos de

suas experiências a respeito do tema.

? A IV Reunião de Cooperação Consular deverá ocorrer, no Brasil, no final do primeiro semestre de 2010.

? Memorando de Entendimento para a Prevenção e a Repressão do Tráfico de Migrantes e de Pessoas foi assinado, em fevereiro de 2010, durante a visita de trabalho do Presidente Lula ao México.

2. Temas multilaterais

2.1 Cooperação em operações de paz: a experiência brasileira

? Durante visita da Subsecretária-Geral Política, Embaixadora Vera Machado, foi destacada a atuação brasileira na MINUSTAH pelo Subsecretário para Assuntos Multilaterais mexicano, Embaixador Juan Manuel Gómez Robledo.

? México não tem tradição de participar nas operações de paz da ONU por questões ligadas a resistências políticas mexicanas.

? Seria, nesse sentido, importante que se mostrasse aos parlamentares mexicanos o fortalecimento do perfil internacional do Brasil pela sua participação no Haiti e em outras operações de paz da ONU.

2.2 Cooperação Brasil-México no Conselho de Segurança da ONU

? Brasil e México ocupam atualmente cadeiras de membros não-permanentes do CSNU.

? Sobre a reforma do CS: México é contra a criação de novos assentos permanentes. Forma parte do grupo "Uniting for Consensus" e propõe, apenas, a criação de assentos não-permanentes reelegíveis, pelo menos um para a América Latina.

? México ocupou a Presidência do CSNU durante parte de 2009.

2.3 Cooperação em temas de desarmamento

? Brasil atribui especial importância às Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLANs), como instrumento para fomentar a agenda do desarmamento nuclear.

? Apóia, nesse sentido, a disposição dos países-membros do Tratado de Tlatelolco (OPANAL) de manter consultas e ampliar intercâmbio de informação com outras ZLANs no âmbito do atual

ciclo de revisão do Tratado de Não-Proliferação (TNP).

? México tem dado, igualmente, ênfase ao tema.

3. Cooperação técnica, científica e tecnológica

3.1 Cooperação Técnica

? Tema destacado na II Reunião da Comissão Binacional, precedida de missão mexicana ao Brasil, entre 6 e 10 de julho de 2009, e de missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ao México, de 13 a 17 de julho de 2009, durante a qual se realizou a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

? Na última ocasião, foram elaborados 18 projetos de cooperação em matéria de saúde, educação técnica, formação profissional, recursos hídricos, estatística, geografia e agricultura.

? Projetos Embrapa-Inifap:

1) Capacitação de pesquisadores mexicanos em sanidade vegetal (Brasil);

2) Capacitação em transferência de tecnologias e agro-negócios: casos de bio-fertilizantes e sementes (Brasil);

3) Prospecção e seleção de genótipos de *Jatropha Curcas* com potencial de uso industrial (México); e

4) Capacitação em prognóstico climático e de colheitas baseado no uso de modelos para a tomada de decisões em política agrícola (México).

3.2 Cooperação Científica e Tecnológica

? Reunião do Grupo de Trabalho para Assuntos Científicos e Tecnológicos possibilitou assinatura, por ocasião da visita oficial do Presidente Calderón ao Brasil, em agosto de 2009, de acordos institucionais em matéria de nanotecnologia, biotecnologia, agropecuária e saúde, entre outros temas.

? Destaca-se a assinatura pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México (CONACYT) de Protocolos de Intenções para a criação de centros bilaterais virtuais em Nanotecnologia e Biotecnologia.

? Centro Brasil-México de Nanotecnologia já está em funcionamento e promoveu encontro em Chihuahua, de 18 a 19 de dezembro de 2009. Além de palestras de especialistas dos dois países sobre o tema, se criou um Comitê de colaboração em nanotecnologia. As primeiras ações dessa colaboração implicariam a convocatória para a apresentação de projetos e a realização de Simpósio, no âmbito do Congresso de Materiais do Brasil, de 24 a 28 de outubro de 2010, em Ouro Preto.

4. Aspectos do Acordo Estratégico de Integração Econômica

POR QUE UM ACORDO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA BRASIL E MÉXICO?

? ALTERAÇÃO DO PANORAMA COMERCIAL NOS DOIS PAÍSES

No início dos anos 90, a prioridade para o Brasil era a integração com o Mercosul e, para o México, a integração com EUA e Canadá. Atualmente, crescimento da economia brasileira transcendeu o Mercosul e implica a busca de novos mercados.

A crise financeira internacional demonstrou a necessidade de o México diversificar mercados e reduzir a elevada dependência do comércio com os EUA (destino de 80% das exportações mexicanas e fonte de 49% das importações).

Assim, Brasil e México exibem hoje diretrizes comerciais convergentes.

? LIÇÕES DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL

Ano de 2009 foi extraordinário ao registrar, por um lado, queda na produção mundial superior à da "crise de 29" e, por outro, rapidez na capacidade para evitar catástrofe econômica mundial. Dois fatores contribuíram para atenuar os efeitos da crise: a) políticas fiscais expansionistas; e b) rápida retomada do crescimento nas economias emergentes.

Para o México, o país latino-americano mais afetado (queda de 7% do PIB em 2009), a crise é oportunidade para diversificar parceiros comerciais. Previsões indicam que crescimento das economias emergentes será superior ao dos países desenvolvidos. México deve buscar maior integração com países como Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.

? DENTRE AS ECONOMIAS EMERGENTES, BRASIL OFERECE VANTAGENS SIGNIFICATIVAS

Para o México, integrar-se ao Brasil é integrar-se a uma

economia com fundamentos macroeconômicos sólidos, amplo mercado consumidor em crescimento e em ciclo de expansão sustentável:

- a) PIB: crescimento anual médio de 4.1 % entre 2004 e 2008. Previsão para 2010 é de crescimento superior a 5%.
- b) Reservas internacionais elevadas: US\$ 231 bilhões.
- c) Dívida externa líquida/PIB: 32% em 2002 e -0,9% em 2009. País tornou-se credor internacional.
- d) Dívida interna/PIB: 51% em 2002 e 42% em 2009. Endividamento controlado e decrescente.
- e) Comércio exterior: US\$ 110 bilhões em 2000 (US\$ 55 bi em exportações e US\$ 55 bi em importações) e US\$ 280 bilhões em 2009 (US\$ 153 bilhões em exportações e US\$ 127 bilhões em importações).
- e) Expansão do mercado interno: aumento de 50% no salário mínimo de 2003 a 2009. Classe média já representa mais da metade da população (52%); em 2003 representava 42%.
- f) Comércio exterior/PIB: 22%/PIB (no México é 56%): elevado potencial de ampliação do comércio exterior.
- g) Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 25 bilhões em 2009 e US\$ 45 bilhões em 2008.

? COMÉRCIO ENTRE MÉXICO E BRASIL

É incompatível com dimensão e dinamismo das duas maiores economias da América Latina. Maior fluxo de comércio entre os dois países foi registrado em 2008 (US\$ 7,4 bilhões). Mesmo assim, representou apenas cerca de 2.1 % das importações e 1.7% das exportações brasileiras. Percentuais semelhantes para o México

? ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA 53 (ACE-53)

Assinado entre Brasil e México em 2002, tem âmbito de aplicação limitado. Cobre apenas 800 linhas tarifárias e não trata de temas como investimentos, serviços e compras governamentais, disciplinando apenas questões referentes ao intercâmbio de bens.

Ampliação do ACE-53 não é suficiente para intensificar significativamente o comércio. Tal ampliação incluiria, sobretudo, setores favoráveis da economia mexicana a maior abertura comercial. Acabaria por consolidar posições protecionistas, dificultando futuras negociações para aprofundar a integração entre os dois países.

? ACORDO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA (AEIE).

Engendrará integração diversificada: Acesso a mercado (comércio de bens); investimentos; serviços; propriedade intelectual; e compras governamentais.

? COMÉRCIO DE BENS.

Tarifa média externa no Brasil é de 12%, México é de 5,3%. O AEIE será significativamente vantajoso para México do ponto de vista tarifário.

? AEIE cria massa crítica nos setores governamental e privado favorável à redução das barreiras não-tarifárias, o que implicará na ampliação do fluxo comercial.

? INVESTIMENTOS

Investimentos mexicanos no Brasil são da ordem de US\$ 17 bilhões; investimentos brasileiros no México são da ordem de US\$ 1,1 bilhão.

Investimentos brasileiros no México deverão ser quadruplicados nos próximos anos, em função de novos investimentos da Gerdau (US\$ 550 milhões) e da BRASKEM (US\$ 2,5 bilhões), o que deverá elevar o total para cerca US\$ 4,1 bilhões.

É de interesse do México a negociação de um acordo de promoção de investimentos no contexto do AEIE. O aumento dos investimentos brasileiros indica interesse crescente do Brasil no mercado mexicano.

? SERVIÇOS

Amplas possibilidades de ampliação com o AEIE. Internacionalização de empresas brasileiras com interesse no mercado mexicano (Petrobras, Odebrecht, Banco Itaú, Gerdau, entre outras) indicam crescente potencial para prestação de serviços brasileiros no México.

? COOPERAÇÃO ENTRE PETROBRÁS E PEMEX

A empresa brasileira está no México desde 2003 e um AEIE contribuiria para ampliar sua presença. Empresas mexicanas, por sua vez, poderão se beneficiar de alguns nichos de mercados de equipamentos e serviços demandados pelo Brasil em razão da extração de petróleo no pré-sal (previsão de investimentos da Petrobrás de US\$ 28 bilhões nos próximos cinco anos).

? ETANOL

É outra área com visível potencial de ampliação. Experiência brasileira em regulamentação, produção e distribuição, que remonta aos anos 70, poderá ser útil ao México. País é importante produtor de cana-de-açúcar, apesar da baixa produtividade, que poderia ser contornada por meio de utilização de tecnologia brasileira. Acesso privilegiado ao mercado dos EUA (tarifa zero) e da UE. Forte interesse do Governo mexicano e de empresas privadas na instalação de usina de etanol no México.

? PERCEPÇÕES EQUIVOCADAS NO MÉXICO SOBRE O BRASIL

? PRIMEIRO EQUÍVOCO: "BRASIL É PEQUENO IMPORTADOR E GRANDE EXPORTADOR".

Crescimento do comércio exterior brasileiro (US\$ 110 bi em 2000 para US\$ 280 bilhões em 2009) contradiz tal afirmação.

No caso do México, o Brasil, desde 2000, vinha registrando superávits comerciais (máximo de US\$ 3,2 bilhões em 2004). Desde 2005, entretanto, as exportações brasileiras para o México cresceram em ritmo menos acelerado do que as importações mexicanas do Brasil. Em 2009, o México tornou-se superavitário em US\$ 107,5 milhões.

Exportações brasileiras para o México em 2009 diminuíram em 37,5% (exportações brasileiras ao mundo diminuíram 22,9%) e as importações brasileiras de produtos mexicanos reduziram-se em 10,9% (importações brasileiras do mundo diminuíram 26,2%).

? SEGUNDO EQUÍVOCO: "AS ECONOMIAS BRASILEIRA E MEXICANA NÃO SÃO COMPLEMENTARES"

Visão obsoleta do conceito de complementariedade, baseada na idéia de comércio apenas produtos primários e manufaturados.

Intercâmbio entre Brasil e México revela complementariedade intra-indústria, com pautas dominadas por produtos industrializados (automóveis e auto-partes, químicos, produtos de informática, telefones celulares e semi-manufaturados de ferro e aço).

? TERCEIRO EQUÍVOCO: "O BRASIL SUBSIDIA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E AGRÍCOLAS"

Ao contrário, Governo é criticado justamente pela elevada carga tributária (37% do PIB, ao passo que no México é de

11%).

Brasil condena na OMC subsídios ao setor agrícola por parte da União Europeia e dos EUA.

? QUARTO EQUÍVOCO: "O BRASIL SÓ TEM INTERESSE PELA AMÉRICA DO SUL"

Dados do comércio exterior indicam redução da participação da América do Sul frente a novos mercados. Em 2004, mercado asiático era destino de 15,1% das exportações brasileiras, em 2009 representou 25.7%. América do Sul, que era destino de 20,4% das exportações brasileiras em 2004, passou a 19.5% em 2009.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

?Economias emergentes são o núcleo da recuperação da economia mundial.

?Há vantagens em ampliar integração com economias emergentes.

?Dentre as economias emergentes, Brasil é a que oferece maiores benefícios ao México.

?AEIE é instrumento mais apropriado para explorar de maneira integral e sustentável o potencial de comércio entre as duas economias.

5. Etanol

?Não obstante a "crise das tortillas" estar na raiz das discussões internacionais sobre biocombustíveis e seus alegados efeitos sobre a segurança alimentar, o México não tem feito oposição sistemática aos biocombustíveis em foros internacionais. Seus representantes alternam posições moderadas e, por vezes, pouco informadas, sobre o tema. Quando consultados, costumeiramente são sensíveis aos argumentos brasileiros.

?O México, ademais, é um dos países fundadores da Global Bioenergy Partnership (GBEP), fórum do G-8 +5 que discute, entre outros temas, a sustentabilidade da produção e consumo da bioenergia. Não obstante ter exercido a co-presidência da iniciativa em seu primeiro biênio, o México não se faz representar nos encontros da GBEP desde 2007.

?Em fevereiro de 2008, entrou em vigor no México, a Lei de Promoção e Desenvolvimento de Bioenergéticos, a qual

autoriza a produção de etanol e biodiesel no país. A lei, ademais de determinar o estabelecimento de um programa de produção sustentável para biocombustíveis, também criou a Comissão de Bioenergéticos, cujo propósito é o de regular e estabelecer as políticas para o setor. A lei dirimiu acirrada controvérsia que antecedeu sua publicação, ao impedir a produção de etanol à base de milho, base da alimentação da população mexicana.

?O Programa de Produção Sustentável de Insumos para Bioenergéticos prevê a meta de 300 mil hectares de área plantada com cana-de-açúcar para a produção de etanol.

?O México pretende, em uma primeira fase, adotar a mescla de 7% ou 8% de etanol na gasolina na segunda ou na terceira maior cidade mexicana, acenando para eventuais investidores sobre a seriedade do governo com o programa. A porcentagem de biodiesel no diesel, por sua vez, seria em torno de 1 a 2%, segundo a PEMEX. Posteriormente, com uma produção maior, o México poderia não apenas exportar etanol - em especial para os Estados Unidos, pois o NAFTA prescreve a não incidência de imposto de importação para os biocombustíveis e insumos para a sua produção -, como também consumi-lo no mercado interno, razão pela qual haveria interesse na tecnologia dos motores flex-fuel.

?O projeto piloto de oxigenação da gasolina com etanol deverá entrar em operação no primeiro semestre de 2010, com produção de 200 mil litros anuais, e representará investimentos de US\$ 15 a US\$ 32 bilhões. Guadalajara será a primeira cidade em que se procederá à mistura de etanol à gasolina.

?O setor sucro-alcooleiro mexicano pediu, em novembro de 2009, o adiamento da licitação para a compra de etanol para misturá-lo à gasolina consumida na região metropolitana de Guadalajara, que seria realizada no dia 22 de janeiro de 2010. Trata-se do segundo adiamento, já que a licitação inicialmente fora marcada para o dia 1º de dezembro. A atual solicitação não menciona nova data.

?A adoção do etanol como oxigenante de gasolina em Guadalajara faz parte de um dos três programas pilotos lançado pela Secretaria de Energia com o objetivo de introduzir biocombustíveis no México. De acordo com os programas, cabe à PEMEX abrir licitações para a aquisição de etanol para misturá-lo à gasolina. A

principal crítica do setor sucro-alcooleiro refere-se à metodologia adotada pelo Governo para a definição do preço do etanol.

?A convite da Agência de Promoção Comercial Mexicana (PROMÉXICO), delegação da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), chefiada pelo seu presidente, Marcos Jank, realizou visita ao México nos dias 7 e 8 de outubro de 2009. A delegação da UNICA manteve reuniões com a titular da Secretaria de Energia e com representantes das Secretarias de Agricultura e Economia, da PEMEX e dos Governos de Guanajuato e Tamaulipas, bem como do setor privado sucro-alcooleiro mexicano (grupos "La Gloria" e "Saenz", além do Conselho Empresarial da América Latina).

?Os representantes do setor privado mexicano manifestaram disposição em investir na produção de etanol no México, bem como interesse em estreitar a cooperação com a UNICA, mas expressaram certo ceticismo quanto à atual política governamental mexicana para criar mercado de etanol no país.

?Na visita que fez ao México, a delegação da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (UNICA) também identificou a metodologia de definição do preço do etanol como um dos principais problemas da política de introdução do etanol no país. A necessidade de investimentos na produção de etanol é outro desafio para o país, pois o México possui apenas dois engenhos com capacidade instalada para elaborar o produto.

?A EMBRAPA tem interesse em aproximar-se das instituições de pesquisa agropecuárias mexicanas a fim de explorar possibilidades de cooperação para a produção de etanol a partir do pinhão manso, tendo em vista a elevada produtividade obtida em nível experimental. Não há, entretanto, progresso relevante na utilização do pinhão manso em escala industrial, seja no México ou em qualquer outro país produtor de biocombustíveis. A matéria-prima, nativa da região da América Central e Caribe, é considerada por especialistas como espécie "não-domesticada".

?A despeito das recentes tentativas de reformas, o arcabouço institucional energético mexicano permanece atado a mecanismos monopolistas que dificultam o avanço de interesses privados brasileiros naquele país. Ainda que o marco regulatório mexicano sobre os

biocombustíveis permita a participação de investimentos privados na área produtiva, a distribuição e comercialização de gasolina misturada com etanol, por exemplo, é competência exclusiva da PEMEX. Consultada no passado pela PETROBRAS, a PEMEX sinalizou não ter interesse sequer na importação de biocombustíveis brasileiros, tendo manifestado intenção de favorecer a produção interna para o abastecimento do mercado nacional daquele país.

O Governo brasileiro submeteu ao México, no contexto da visita do Presidente Calderón ao Brasil em agosto de 2009, proposta de Programa de Trabalho sobre Biocombustíveis, no marco do Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética entre os dois Governos assinado em 2007. A regulamentação da Lei de Promoção e Desenvolvimento de Bioenergéticos é fundamental para o êxito não somente da cooperação bilateral na matéria, como da própria adoção de biocombustíveis em larga escala no México. O Memorando de Entendimento não prevê a cooperação em terceiros países.

PEMEX E PETROBRÁS

As atividades do setor petrolífero no México são dominadas pela empresa estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX), que detém amplo monopólio, incluindo extração, refino, distribuição e venda de gasolina. A PEMEX desempenha importante papel no financiamento do Estado, seja por meio de transferências diretas, seja por meio de impostos. Estima-se que quase 40% das receitas públicas são oriundas da PEMEX. Não por outra razão, a queda abrupta dos preços internacionais do petróleo em 2009 afetou de forma intensa a economia mexicana.

Embora a PEMEX seja a maior produtora mundial de petróleo "offshore", a estatal não possui tecnologia para extração em águas profundas e ultraprofundas, sendo sua produção "offshore" exclusivamente oriunda de águas rasas. Segundo os especialistas, tampouco haveria tempo suficiente para que a PEMEX pudesse desenvolvê-las antes do declínio de Cantarell, principal bacia de petróleo em exploração no México.

O tema é de grande sensibilidade no México. Por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e a Secretaria

de Energia do México, em agosto de 2007, a oposição chegou a expressar temor de que o Brasil pudesse servir como "ponta de lança" para um movimento de privatização da PEMEX. O Presidente Lula buscou, em várias ocasiões, dissipar tais temores, reiterando a avaliação brasileira de que há diversas áreas de cooperação possíveis no âmbito da legislação mexicana para o setor energético, tais como exploração conjunta em terceiros países.

? O Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética identifica atividades adicionais nas quais pode haver cooperação entre Brasil e México, inclusive na área de biocombustíveis, e cria uma moldura institucional que permite o desenvolvimento de significativos projetos conjuntos. O instrumento prevê o desenvolvimento de atividades de cooperação na exploração e produção de petróleo, com ênfase em águas profundas e ultraprofundas.

?A PETROBRAS não tem interesse em atuar como prestadora de serviços no México. Segundo o gerente-geral da empresa para o México, a PEMEX teria interesse em (i) firmar acordo de capacitação com a PETROBRAS no que diz respeito à pesquisa e à exploração em águas profundas, bem como em (ii) desenvolver projeto de cooperação com a empresa brasileira no que tange ao manuseio, mistura e transporte de biocombustíveis.

INVESTIMENTOS BILATERAIS

?Os investimentos mexicanos no Brasil são da ordem de US\$ 16 bilhões de dólares, com grande destaque para o setor de telecomunicações (Grupo Slim). O Brasil é o principal destino dos investimentos mexicanos no exterior. Os investimentos brasileiros no México são da ordem de US\$ 1 bilhão.

?Consórcio formado pela Braskem e pela mexicana IDESA venceu licitação feita pelo Governo do México e pela PEMEX para fornecimento de 66 mil barris diários de gás eteno a serem utilizados como matéria-prima no complexo petroquímico que será construído em Coatzacoalcos, no estado de Veracruz. O investimento previsto para o desenvolvimento do novo complexo petroquímico, segundo a empresa, será de US\$2,5 bilhões, o maior já registrado por uma empresa brasileira naquele país. O contrato para a realização do empreendimento, com vigência de 20 anos, conta com 60 % do capital acionário da Braskem. Estima-se que as operações gerarão cerca de 3 mil empregos

diretos e indiretos permanentes e, durante a fase de construção, estima-se a criação de 6 a 8 mil empregos. ?A Odebrecht, que está ampliando seus negócios no México, desenvolve projeto hidroagrícola no Estado de Michoacán, que consiste na construção de barragem e de 43 km de canais de irrigação, com 120 mil "ejidários" beneficiados. O projeto de desenvolvimento integral, que está 74% concluído, promove ampla inclusão social dos habitantes da sub-região, com treinamento de jovens egressos da universidade e com participação direta da população local nas suas diversas fases".

Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Embaixador

MC/DF

De: BRASEMB MÉXICO

Recebido em: 09/07/2009 17:43:17 N.º: 00627

CARAT=Reservado

De Brasemb México para Exteriores em 09/07/2009 (JES)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgentíssimo

DISTR=DIR II/DMAC/DPB/DIPI/DNS

DESCR=XCOI-BRAS-MEXI

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 616

CATEG=MG

//

ACE 53. Grupo Estratégico

Empresarial (GEE)México-
Brasil.

//

Nr. 00627

RESUMO=

Remeto listas de participantes dos Capítulos
Brasileiro e Mexicano do Grupo Estratégico
Empresarial (GEE).

Transmito, a seguir, composição dos Capítulos Mexicano e
Brasileiro do Grupo Estratégico Empresarial México-Brasil.

Grupo Empresarial Estratégico Brasil-México (GEE) Capítulo
Brasileiro

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/07/2009 17:43:17 N.º: 00627

Carlos Mariani Bittencourt - coordenador da CEB e do GEE,
presidente da PIN Petroquímica

Humberto Barbato - presidente da ABINEE (Associação
Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica)

José Serrador - diretor da área de relações internacionais da
EMBRAER

Luiz Aubert Neto- presidente da ABIMAQ (Associação Brasileira
da Indústria de Máquinas e Equipamentos)

Marcos Vinícius Pratini de Moraes - Presidente Capítulo
Brasil CEAL

Roberto Teixeira da Costa - Capítulo Brasil do CEAL (Conselho
de Empresários da America Latina) e Sul America Seguros

José Antonio Fernandes Martins - vice-presidente da MARCOPOLO

Marcelo Odebrecht - presidente da Construtora Norberto
Odebrecht

Antonio Carlos Rego Bil - presidente da BRASSCOM (Associação
Brasileira das Empresas de Comunicação e Tecnologia da
Informação)

Henri Armand Slezzynger - presidente da UNIGEL

Maria Tereza Bustamante - Gestora de Comercio Exterior e
Relações Institucionais da Whirpool SA

José Formoso - presidente EMBRATEL do Brasil

Ricardo Villela Marino - diretor executivo de desenvolvimento
e performance de pessoas do ITAU-UNIBANCO

Josué Christiano Gomes da Silva - presidente da COTEMINAS

Roberto Gianetti da Fonseca - diretor do Departamento de
Relações Internacionais e Comércio Exterior da FIESP

Pedro Wongtschowski - presidente do Grupo ULTRA (Oxiten) e
vice-presidente da ABIQUIM

Robert Mangels - presidente Mangels, Indústria e Comércio Ltd

Grupo Estratégico Empresarial México - Brasil (Capítulo

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/07/2009 17:43:17 N.º: 00627

México)

Enrique Gonzalez calvillo - Presidente del Comité Empresarial
México-Brasil, COMCE

Sergio Florencio - Embajador, Embajada

Salvador Beltran del Río - Subsecretario, Secretaría de
Relaciones Exteriores

Lourdes Gómez Landa - Asesora, Secretaría de Relaciones
Exteriores

Eduardo Ramos - Jefe Unidad de Coordinación de Negociaciones
Internacionales, Secretaría de Economía

Humberto Jasso - Director para America Latina, Secretaría de
Economía

Arturo Elízaga - Director General, COMCE

Rafael Urquiza - Vicepresidente Negociaciones Comerciales
Internacionales, COMCE

Roberto Alcántara - Presidente, Grupo Omnibus

Miguel Ángel Alonso - Presidente, Cámara Nacional de la
Industria Maderera

Pablo Azcárraga - Director general, Grupo Posadas

José Carral - Consejero, Enertrade

Pablo Elizondo - Director General Adjunto, Grupo Bimbo

Eduardo Guiulfo - Asesor Presidencia, Cámara Nacional de la
Industria Maderera

Jorge Juraidini - Director Relaciones Institucionales, Grupo
Fomento Económico Mexicano

Jorge Landeros - Director de Centroamérica, Consejo Nacional
Agropecuario

Guillermo Miller - Director de Comercio Exterior, Asociación
Nacional de la Industria Química (ANIQ)

Mario Molina - Premio Nóbel de Química Centro Mario Molina

De: BRASEMB MÉXICO
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/07/2009 17:43:17 N.º: 00627

Rafael Nava - Director de relaciones institucionales, MABE

Luis Peña - Director General, HSBC México

Carlos Porrugas - Director Corporativo, Aeroméxico

Diego Ramos - Director General, Grupo Bursátil Mexicano -
Casa De Bolsa

Juan Pablo Sánchez Kanter - Director de Finanzas, Sanluis
Rassini

Sabrina Díaz - Directora, Cámara Nacional de la Industria del
Calzado

Jesús Silva - Presidente, Asociación Mexicana de Empresas de
Servicios Petrolero

Luis Téllez - Presidente, Bolsa Mexicana de Valores

Carlos Fuentes- Coordinador Adjunto de Promoción de Inversión
y Negocios Internacionales, PROMÉXICO

José V. Torres - Socio, González Calvillo, S. C.

Gabriel Ibarra - Director de Desarrollo de Empresas, ICA

Sergio Abreu e Lima Florêncio, Embaixador

SALF

De: BRASEMB NAIRÓBI
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/02/2008 09:34:00 N.º: 00049

De Brasemb Nairobi para Exteriores em 15/02/2008 (HJ)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGASPA/DEAF/DOMA/DAS I/DAS II/DPR/DE
DESCR=PREG-AMSU-LEA
RTM=SENBREM,RAMESCR, BARBRCG, ITABREM, SAFBREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 45
CATEG=MG

//
II CÚPULA ASPA. PÉRIPLO DO
REPRESENTANTE JUNTO À ASPA.
VISITA A DJIBÚTI.
//

Nr. 00049

RESUMO=

Relato da visita do Embaixador Arnaldo Carrilho a Djibúti e dos encontros que manteve com autoridades locais, além de outros.

Transmito a mensagem que recebi do Emissário de Vossa Excelência: "A República do Djibúti (Jumhurívate Jibúti) - mais conveniente seria transliterar o geônimo como 'Jibúti', por adequação da prosódia árabe à portuguesa - desempenha papel de indiscutível estratégia política no esconvolto Chifre da África. Centro de atração turística, o chamado 'País dos Bravos', se ostenta um belíssimo litoral à beira do Mar Vermelho, é quase todo tomado por relevo de planaltos escarpados com até mais de 2.000 metros de altitude. Os que nele desembarcam, por via aérea ou marítima, constataam imediatamente a presença de militares estrangeiros no mini-Estado de 23.17 mil km2: tropas e equipamentos da França, dos EUA e, agora, da Alemanha e do Japão se distribuem em bases aeronavais e quartéis.

2. Turistas e militares estrangeiros não só constituem parte visível da paisagem humana do pequeno território encravado entre a Etiópia, a Somália e a Eritréia: são fontes de renda

e emprego. A ex-colônia (1862-1977), sucessivamente denominada Território de Oboque, Costa Francesa dos Sômalos e Território Francês dos Afars e Issas, enfrenta grave problema de desemprego (cerca de 70% da força de trabalho). É, por conseguinte, um país empobrecido, suas indústrias contribuindo com apenas 15% do PIB, cabendo à agricultura irrisória taxa de 3%. Durante uma década (1991-2001), Jibúti foi palco de uma guerra civil, opondo os afars ao sômalos (issas), até a pacificação, lograda pelo Presidente Ismaïl Omar Guélleh, graças a concessões aos dois grupos étnicos, camitas orientais, que compõem a população de 800 mil jibutianos.

3. Imprensado entre os movimentos islamitas de Asmara e o conflito intertribal e religioso de Mogadíchu, Jibúti, sob a proteção das forças estrangeiras, procura estabelecer-se como um 'oásis de paz' na Sub-Região. Guélleh empenha-se em desenvolver o setor de serviços (82% do PIB), como o das obras portuárias. Seu Governo almeja transformar Jibúti num 'hub' de contentores de carga na África do Leste. A multinacional brasileira Norberto Odebrecht, escolhida para os trabalhos de construção, já praticamente os finalizou, conquistando prestígio irretorquível junto à comunidade local de negócios. Enquanto eritreus e sômalos se digladiam, os jibutianos passaram a tirar lucros do rendoso comércio export-import da Etiópia, que experimenta um boom econômico, devido às facilidades oferecidas pelo porto-livre, privatizado e entregue à DP World.

4. Assim é que Jibúti se tornou um dos maiores centros africanos de armazenamento e silagem de petróleo, GNL e alimentos. Abastecem as forças militares do Comando Africano de Rápido Deslocamento (EUA), da Base Aérea 188, do 5o. Regimento Inter-Exercitos de Ultramar, da 13a Meia-Brigada da Legião Estrangeira (França) e comandos de fuzileiros e soldados alemães e nipônicos. O que resta desses bens serve ao consumo interno ou às exportações, sobretudo de carnes para o Iêmen e a Arábia Saudita.

5. Proveniente de Cártum, via-Nairóbi e Ádis-Abeba, fui recebido no aeroporto por funcionária da Chancelaria jibutiana (Protocolo). Enquanto aguardava no Salão de Honra, a apanha e liberação das malas, assim como as providências relativas à entrada junto à Polícia de Imigração, conversei com a enviada ao aeroporto. Tal como na Mauritània, primeira escala do périplo iniciado a 16 de janeiro, anotei que os jibutianos se autodefinem, mais que árabes, africanos. A cultura árabe, assim como a crença islâmica majoritária, age como uma 'reserva' na base da sociedade, com a qual os

jibutianos asseguram sua presença internacional, mediante a Liga Árabe. Preferem, por isso, declarar-se politicamente laicos. Mais tarde, já instalado no hotel, em diálogo com um coronel estadunidense, declarou-me o interlocutor que Jibúti é exemplo para os outros países muçulmanos: 'Tal como a gente, a religião não interfere na vida política'.

6. Falou-me em tom paternalista, como se julgando aliado ao Bem contra o Mal, o que não surpreende, pois que seu treinamento lhe dita essa atitude de virtual ocupante. Ela não lhe concede qualquer espaço para a aceitação de outro modo de ser que não o que julga ditado pelos Pais Fundadores. Aí se encontram os fundamentos do choque de civilizações de Huntington, desenvolvido pelos planejadores pentagonais e consultorias estratégicas de Washington. De qualquer modo, o enclave jibutiano parece-me oficialmente receptivo a pensamentos do gênero, o que aumenta a oposição da FRUD (Frente para a Restauração da Unidade e da Democracia) ao Governo. Graças às forças militares estrangeiras, os contrastes entre afars e sômalos não mais chegaram às vias-de-fato.

7. Se, na Mauritânia, fui recebido numa sexta-feira pelo Chefe da diplomacia do país, no Iêmen e em Jibúti seus homólogos receberam-me em primeira instância. A deferência tem só uma razão: a importância que as três repúblicas árabes emprestam à ASPA e ao Brasil, em particular. O Ministro jibutiano dos Negócios Estrangeiros, Máhmude Áli Iússufe, que em sua Pasta se encarrega também das Relações com o Parlamento (Assembléia Nacional), concedeu-me pronta audiência, e fora do programa. Acabara de regressar de Malta, onde identificara 'as palavras de sempre dos europeus', enfatizou. Assim como o mauritaniano, declarou-se 'fã de Vossa Excelência', a quem ouviu e conheceu em fora internacionais e reviu em Brasília, há três anos quase, por ocasião da I Cúpula. Homem jovial e preparado, afirmou que para o seu povo e os outros, 'os nomes de Ronaldo e Ronaldinho são abre-portas ao Brasil, mas, para os diplomatas jibutianos, Amorim é inspirador'.

8. Feita essa apresentação direta eivada de bonomia, Ali Iússufe declarou que tenciona deslocar-se a Buenos Aires, 'se não houver impedimento presidencial', ajuntou. Acredita que não, 'porque o Presidente Guélléh devota especial apreço pelo gigante sul-americano e seus vizinhos'. Explicou que os indianos e sul-africanos já operam em seu país e que falta só o Brasil para completar essa trindade da cooperação Sul-Sul. A clara referência ao IBAS demonstra o quanto se faz necessária a implementação, progressivamente aprofundada, do

De: BRASEMB NAIRÓBI
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/02/2008 09:34:00 N.º: 00049

mecanismo trilateral. Mencionei-lhe que estivera a visitar as instalações prontas e ainda em obras, na ponta norte da vila de Tajura (Tadjura), que desemboca no Golfo de Áden e a poucas milhas de Babe ('porta') al-Mândabe. A Odebrecht já entregara o terminal de petróleo e gás e pude então assistir a manobras de descarregamento dos hidrocarbonetos por meio de tubulações e alimentação de combustível de dois vasos da Marinha estadunidense.

9. O Ministro gostou da iniciativa do emissário do Governo brasileiro, em visita àquele sítio, antes da audiência, que teve lugar às 09h00 pontuais. Aproveitou a deixa para afirmar que, em Buenos Aires, significará aos pares que a empresa sul-americana é ilustração cabal do modelo de mecanismo da ASPA. Fez ver-me que Jibúti enfrenta grave problema energético, de modo que benvinda em seu país será a tecnologia brasileira de biocombustíveis e o fornecimento de etanol. Pareceu-me justo indagar-lhe se os solos jibutianos permitiriam o cultivo de cana-de-açúcar, ao que negou peremptório. Argumentei que a Embrapa e sua unidade no outro lado do continente (Acra) estão a 'fazer milagres' em solos em tese adversos. Surpreendeu-se e adiantou que pediria a assessores uma verificação do assunto. Ao cabo, levou-me à sua mesa de trabalho, para mostrar-me foto em que aparece ao lado do seu Presidente, tirada no pátio do hotel em que se hospedaram em Brasília, com ao fundo as curvas dos passadiços projetados por Ruy Ohtake.

10. Fui, no dia seguinte, recebido por Mohâmede Áli Hássan, que se fez acompanhar pelo Diretor das Américas da Chancelaria. Comunicou-me que a Ministra delegada para Cooperação Internacional, Hawa Áhmede Iússufe, tivera de comparecer ao hospital em que o pai fora de urgência internado. A rigor, seria ela quem se deslocaria a Buenos Aires, na semana que vem, o que, assim me parece, induziu o titular a decidir-se pela viagem, cuja confirmação ficou de comunicar-me e à Brasemb Paris (?), assim declarou. Áli Hássan, que dirige o Departamento de Assuntos Bilaterais, informou-me que o seu Embaixador na Havana, Adil Yahia, recebera instruções para deslocar-se a Buenos Aires, no próximo 17, a fim de representar Jibúti na V Reunião de Altos Funcionários. Aduziu que, na ocasião, o enviado procuraria o Embaixador Roberto Jaguaribe e o Ministro Gilberto Moura, com vistas a participar-lhes da decisão do seu governo de propor a criação de Missão diplomática em Brasília, ainda não-residente. O próprio Yahia foi encarregado de comunicar idêntica decisão a Buenos Aires, Caracas e Santiago.

11. Sublinhou meu interlocutor que Jibúti tem plena

consciência do potencial sul-americano de cooperação com os países árabes e africanos. Está a par ele próprio das performances (usou o termo em francês) de cada um, do Brasil, sobretudo, como a Odebrecht o comprovara. Sabe que Argentina, Chile e Venezuela representam 'fontes preciosas', a primeira em tecnologia nuclear e agro-negócios, o segundo em mineração de não-ferrosos e de igual maneira agro-negócios e, a terceira, em fornecimentos de petróleo. Acrescentei o Peru, com sua tradicional indústria pesqueira, de que Jibúti muito carece, considerando os bancos piscosos dos golfos de Tajura e Áden. Áli Hássan agradeceu-me e anunciou que sua delegação às reuniões na Metrópole platense irá decerto propor uma ativação do Mecanismo-ASPA.

12. Em outra circunstância, italiano do quotidiano 'Il Sole 24 Ore' (o redator Roberto Bongiorno), ocupado nestes dias em pesquisar a presença de tropas estrangeiras no enclave jibutiano, procurou-me para uma conversa sobre a ASPA. Ele se informara de minha estada na sede da Chancelaria local. Disse-me que as tropas estadunidenses já chegam a 3 mil homens, inferior apenas às francesas (contingentes somando quase 4 mil). Soube que a Odebrecht já se candidatou a outros empreendimentos como o da construção e equipamento da Zona de Livre Comércio e do novo aeroporto. O atual, por encontrar-se nas cercanias das instalações militares dos EUA, servirá de base aérea exclusiva. Como já se constrói uma base naval a 4 quilômetros do porto, mediante financiamentos de Dubai, a Hiperpotência passaria a dispor das maiores bases aeronavais na Sub-Região, a de Doha e a de Jibúti. O Golfo Árabo-Pérsico e a Barra do Mar Vermelho ficariam dessarte cobertos estrategicamente na área. Queria saber se a multinacional brasileira envolver-se-ia no assunto. Limitei-me a declarar-lhe que não era do meu conhecimento qualquer gestão da Odebrecht nesse sentido e que minha missão se resumia à ASPA, mecanismo de cooperação pacífica desprovido de qualquer competição hegemônica, e nem teria como.

13. À noite de 13 do corrente, a emissora local de TV deu notícia de minha audiência com o Ministro Áli Iússufe. Em seguida, foi apresentada ampla reportagem sobre os investimentos chineses em Jibúti. Espriam-se na construção civil (a nova sede do MNECI é projeto chinês), para o setor público e privado. Como a iniciativa da Odebrecht é pioneira, em termos sul-americanos, e há perspectivas de maiores empreendimentos no setor de exportação de serviços, conviria às unidades competentes inscreverem Jibúti em suas listas de prioridades, tal como já procederam com Oman, que acreditará em breve um Embaixador residente do Brasil. Além dos chineses, que se aprestam para injetar-lhe US\$ 2 bilhões,

De: BRASEMB NAIRÓBI
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/02/2008 09:34:00 N.º: 00049

dinheiros regionais são dirigidos à economia jibutiana, como os provenientes dos Emiratos, da Arábia Saudita e de Oman, da Índia e até da Islândia (potencial geotérmico, mediante capitais árabes) e de Marrocos (cultivos agrícolas em estufas). Os vizinhos menos aguerridos, vale dizer, a Etiópia e o Sudão, cedem milhares de hectares de terras aráveis, onde Jibúti planta e colhe sorgo e trigo, respectivamente. Em suma, o país-enclave, protegido contra os conflitos tribais sômalos e eritreus, procura ser uma ilha de paz e obter um máximo de ajuda sócio-econômica do exterior, assim as missões médicas cubanas, ativíssimas, testemunham-no.

14. Jibúti revela, portanto, tratar-se de porto nada desprezível no conjunto da comunidade internacional, induzida a priorizar a questão de segurança como novo pretexto para reconstrução de uma balança de poder hegemonicamente globalizado. Assim como a CVRD International S.A. (Vale) favoreceu a criação de nova Missão diplomática do Brasil, nada obsta que o mesmo ocorra em Jibúti, em função dos interesses crescentes da Odebrecht. Caberia ao Ministério da Defesa estudar inclusive a designação de adidâncias militares, dada a inegável centralidade estratégica. Arnaldo Cerrilho, Embaixador - Representante junto à ASPA."

HENRIQUE JENNÉ, Encarregado de Negócios, a.i.

AC

De: BRASEMB OTTAWA
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/02/2009 13:05:04 N.º: 00095

De Brasemb Ottawa para Exteriores em 13/02/2009 (PFC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGEUC/CGFIN/DRN/COCIT/DNC II/DTS/DCTEC
DESCR=PEXT-CANA-BRAS
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-Canadá. Visita do
Chanceler Lawrence Cannon.
Viagem de Vice-Ministros
canadenses. 2 a 6 de março de
2009. Comentários do posto.
//

Nr. 00095

Para conhecimento do Senhor ME

Tenho recebido constantes comunicações do Diretor-Geral para América Latina e Caribe da Chancelaria canadense, Senhor James Lambert, relativos à visita que o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros Lawrence Cannon fará a Vossa Excelência em 16 de fevereiro corrente, nas quais Lambert ressalta que o Brasil será o primeiro país latino-americano a ser visitado pelo Chanceler Lawrence Cannon, e reitera o pedido de sugestão de uma data para a visita do Presidente Lula a este país.

2.Recebi também indicações de que o Ministro Cannon será recebido, em São Paulo, no domingo à tarde pelo Professor Marco Aurélio Garcia e, na manhã de segunda-feira, vai entrevistar-se com o Ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Machado Rezende.

3.Aqui já se prevê que a visita do chanceler terá

De: BRASEMB OTTAWA
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/02/2009 13:05:04 N.º: 00095

seguimento, de 2 a 6 de março de 2009, com o envio ao Brasil de uma delegação composta dos seguintes altos funcionários canadenses com hierarquia de Vice-Ministros (VM), aos quais já concedi vistos de entrada:

- 1) Leonard (Len) John Edwards - VM dos Negócios Estrangeiros (Diplomata de Carreira, ex-VM da Agricultura, ex-Vice-Ministro do Comércio Internacional, Embaixador no Japão, Embaixador na Coréia, Conselheiro em Genebra);
- 2) Louis Lévesque - VM do Comércio Internacional (ex Vice-Ministro Assistente das Finanças, assessor do Gabinete do Primeiro-Ministro);
- 3) Robert Alan David Fonberg - VM da Defesa Nacional (ex-Vice Ministro do Comércio, ex-Secretário do Conselho do Tesouro;
- 4) Yaprak Baltacioglu - VM da Agricultura (ex Secretária de Operações do Gabinete do Primeiro Ministro, companheira de Robert Fonberg);
- 5) Richard Brian Fadden - VM da Imigração e Cidadania;
- 6) Morris Rosenberg - Saúde (ex- VM da Justiça);
- 7) Hélène Gosselin - Trabalho (Ex-VM da Saúde);
- 8) Catherine (Cassie) Jane Doyle - Recursos Naturais;
- 9) Stephen James Rigby - Chefe da Agência de Serviços de Fronteira (ex Vice-Ministro Assistente das Relações Exteriores);

Também farão parte da delegação:

Andrew Earl Treusch - Vice Ministro Assistente do Meio Ambiente;

Alexandra Bugailiskis - Vice Ministra Assistente para a América Latina e Caribe (ex-Embaixadora em Cuba); e/ou James Lambert, e

Christopher Alexander Shapardanov - Diretor do Gabinete do Vice-Ministro Len Edwards.

4. Há possibilidade de que outros vice-ministros se somem à delegação (Cultura, Finanças, Serviço de Inteligência, CIDA). Segundo Lambert, trata-se de exercício inusitado para o Governo canadense, que deseja assinalar seu interesse em dar início a uma nova etapa de relações com o Brasil. A delegação pretende visitar Brasília (onde encontrar-se-ia com o Senhor SG, com a Embaixadora Vera Barroin Machado, e aspiram poder saudar Vossa Excelência. As outras cidades visitadas seriam São Paulo (Votorantim, Embraer), Rio de Janeiro (Vale), Porto Alegre (Gerda) e Manaus (condições na Amazônia).

5. A meu ver essa iniciativa evidencia o interesse dos membros da alta burocracia de carreira canadense, que aqui são chamados de "os mandarins", em conhecer melhor o Brasil. São esses funcionários que detêm a faculdade de assessorar os Ministros (todos eles

membros do Parlamento) nas ações de Estado e preparam os dossiês, no âmbito dos quais são feitas as "escolhas políticas". Uma vez atingido certo nível hierárquico, esses altos funcionários circulam por anos nas cúpulas dos vários ministérios e na Repartição do Conselho Privado (similar à nossa Casa Civil, mas formada por funcionários de carreira de Estado). Lá interagem com os membros do Prime Minister's Office, (formado por gente oriunda da militância partidária) na formulação e implementação das políticas públicas.

6. Muitos desses altos funcionários canadenses não escondem sua fascinação com o desafio que as potências/mercados emergentes: China, Índia e Brasil, representam para este país. Índia e China dispõem de numerosa e influente diáspora neste país e são parte de diálogo mais antigo. O Brasil tem um perfil menos conhecido, e só agora passa a "separar-se" da massa dos países latino americanos. Note-se que os investimentos do Brasil no Canadá são maiores do que a soma dos investimentos chineses e indianos. Parece também haver a percepção de que a relação do Canadá com o outro "grande" da América Latina, o México - sócio no NAFTA - já atingiu um patamar alto, difícil de ser melhorado. Com o Brasil - só agora vislumbram-se possibilidades cada vez mais amplas de investimento e de novas áreas de cooperação.

7. As duas visitas, na minha perspectiva, refletem essa vontade de conhecer melhor um país que se antecipa influente membro dos futuros foros globais de tomada de decisão. Alguns analistas locais alertam que, em caso de mudança de composição do G-8, o Canadá e a Itália seriam os países com maiores possibilidades de cair "para a segunda divisão". Para evitar isso, um opção interessante seria a de juntar-se aos países ascendentes e explorar a criação de mecanismos que redundem em benefícios mútuos. O esforço canadense de estabelecer vínculos importantes na área de ciência e tecnologia com a Índia e a China, estende-se agora ao Brasil. Percebo, igualmente, a vontade de o Canadá inserir suas firmas nas cadeias produtivas desses países (ademais dos mercados americano e europeu), e fornecer partes e tecnologias de ponta aqui desenvolvidas, inclusive como elemento de dinamização da economia canadense. Já existem exemplos, os motores turbo-hélice, trens de aterrisagem de alguns aviões da Embraer são feitos no Canadá. A companhia Lavalin vende serviços de gestão de engenharia à Petrobrás, à Odebrecht, Andrade Gutierrez, etc. Como sintoma,

De: BRASEMB OTTAWA
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/02/2009 13:05:04 N.º: 00095

assinalo que meus interlocutores locais já se preocupam com a provável demora da entrada em vigor do Acordo Quadro de Cooperação na área de Ciência e Tecnologia assinado em São Paulo, em dezembro passado. 8.No quadro das visitas mútuas planejadas, espera-se que o Ministro da Defesa Peter MacKay vá ao Brasil no primeiro semestre, e o Ministro Nelson Jobim está convidado a visitar Halifax (Nova Escócia) no período de 15 a 20 de julho de 2009, por ocasião da visita do veleiro Cisne Branco à base atlântica da marinha canadense.

9.Seria conveniente poder indicar ao Chanceler Cannon, uma data precisa, para a planejada visita do Senhor Presidente da República, que entendo poderia ser realizada na segunda quinzena de setembro. Caso surja motivo de força maior, pode-se sempre adiar o evento, como fizeram os canadenses em 2008, ao serem convocadas eleições. Percebo grande ansiedade em normalizar e aprofundar as relações com o Brasil. Essa vontade parece ser maior entre os "mandarins", que percebem nossas potencialidades, do que entre os estamentos políticos, ainda muito confiantes na confortável relação com os Estados Unidos, o maior mercado e o fiançador da segurança nacional canadense, e com a Europa. Talvez os "mandarins", que conformam a delegação que nos visitará em março, e que convenceram Cannon a ir ao Brasil antes de qualquer outros parceiro latino-americano, inspirem-se no provérbio: "if you can't beat them, join them" (se não podes com ele, junte-se a ele).

PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Embaixador

PCAP

De: BRASEMB PANAMÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/05/2008 15:37:50 N.º: 00190

De Brasemb Panamá para Exteriores em 05/05/2008 (DLC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DMAC/DIR II/ABC/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-AMCE
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 67561
CATEG=MO

//
Brasil-América Central.
Encontro do Presidente Lula
com Presidentes da região.
Subsídios.
//

Nr. 00190

RESUMO=

Cumpro instruções. Relatório sucinto sobre a situação atual das relações do Panamá com o Brasil.

Com vistas ao encontro do Senhor Presidente da República com seus homólogos da região, no âmbito do SICA, em São Salvador, julgo pertinente fazer alguns comentários e certas avaliações, a título de subsídio, sobre as relações do Brasil com o Panamá no que se refere aos seguintes aspectos:
2.As relações políticas bilaterais tem-se desenvolvido de forma positiva e promissora ao longo dos anos, desde o reconhecimento pelo Governo brasileiro da nação panamenha em 2 de marco de 1904. O ponto alto do relacionamento era considerado a assinatura, em 1944, do Convenio Cultural, vigente desde 1947, por ter beneficiado cerca de 5 mil panamenhos, diplomados em diferentes universidades brasileiras, que formaram famílias no Brasil e retornaram ao

Panamá onde consolidaram uma colônia brasileira. O oferecimento de cursos superiores locais e o custo de vida no Brasil motivaram forte declínio na participação dos panamenhos no Convenio Cultural, a partir dos anos noventa, provocando uma diminuição e não-renovação geracional, por esse viés, da colônia brasileira.

3. Nos últimos dois anos, no entanto, os elementos políticos tem sido os que impulsionam as relações bilaterais a seu ponto mais alto, por meio de contatos pessoais e diretos de altas autoridades do Governo de ambos países, bem como de empresários e de investidores. Nesse contexto, foi ilustrativo fato de que, no ano de 2007, o Presidente Torrijos tenha estado em visita oficial ao Brasil no mês de maio e o Senhor Presidente da Republica tenha reciprocado aquela visita, em seguida, no mês de agosto. Em ambas ocasiões, os discursos oficiais, bem como os encontros informais, revelaram a aproximação de conceitos, a semelhança de preocupações e as concordâncias de diretrizes que ambos mandatários nutrem. Essa sintonia de pensamento tem sido permeável à assessoria direta de ambos os Presidentes, bem como a seus ministros, o que tem motivado uma agenda repleta de visitas de autoridades panamenhas a Brasília e de brasileiras ao Panamá. Nos últimos meses, a título de exemplo, vale citar a visita do Primeiro Vice-Presidente e Chanceler Samuel Lewis a Brasília, chefiando uma delegação integrada pelo Ministro do Comercio, dos Transportes e da Vice-Ministra de Comercio Exterior (hoje titular da pasta) e pela Vice-Ministra das Finanças; da Administradora Geral (nível de ministro de estado) da Autoridade Nacional do Meio Ambiente (ANAM); e do Secretário (nível de ministro de estado) da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SENACYT). Da parte brasileira, visitaram o Panamá, o Ministro Paulo Tarso Vanucchi, Secretario Especial de Diretos Humanos, o Ministro Luis Dulci, Chefe da Secretaria-Geral da PR, o Ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego e o Desembargador Lécio Resende da Silva, Presidente do TJDF. Essa sintonia também se revela nos apoios do Panamá a candidaturas brasileiras ao ECOSOC, CDH das Nações Unidas, CDI e CJI, para citar alguns nos últimos dois anos. Tais elementos tem como pano de fundo uma imagem muito positiva do Brasil e do povo brasileiro na população panamenha, que poderia ser em parte explicada pelas afinidades, descobertas ao longo dos anos, com nossas expressões culturais e com nossos heróis desportivos e também pelo peso político-econômico do Brasil. Representa, atualmente, papel decisivo nessa reafirmação de imagem a posição de liderança do Brasil na América Latina, em razão sobretudo das prioridades e do tratamento diferenciado que o país tem imprimido às suas relações com as nações da área e em especial com o Panamá.

4.No prestígio dado a seu homólogo, Martins Torrijos, ao visitá-lo três meses após ser por ele visitado, o Senhor Presidente da República ecoa e se beneficia da alta popularidade que goza Torrijos junto ao povo panamenho, em seu terceiro ano de mandato. Suas políticas sociais, de resultados tímidos, suas obras de infra-estrutura, ainda insuficientes, e seu combate à corrupção e à insegurança pública, de poucos efeitos, não tem tido impacto negativo no alto nível de aprovação de seu Governo, que se beneficia claramente de um crescimento do PIB de 10%, em média, nos últimos três anos. No entanto, o aquecimento da economia, o uso histórico do dólar como moeda, a contínua desvalorização dessa divisa, a total dependência na importação de um petróleo cada dia mais caro e a necessidade de importação de bens industriais têm provocado na economia local um aumento da inflação e crescente déficit na balança comercial. Como consequência, tem-se verificado uma forte queda do poder aquisitivo da classe média e um agravamento da concentração de distribuição de renda (40% da população abaixo da linha de pobreza). Apesar desses problemas sócio-econômicos, o partido do Governo, PRD, deverá eleger em 2009 o próximo Presidente da República, de acordo com a opinião dominante dos analistas políticos e de meus colegas do corpo diplomático. A oposição careceria de um discurso coerente e de propostas claras. Ademais, não contaria com uma liderança capaz de unificá-la e de competir com a imagem e o carisma herdados pelo Presidente da República e Secretário Geral do PRD, Martin, de seu pai Omar Torrijos que, numa reeleitura histórica, hoje é considerado um herói nacional. Nomes como o do Prefeito da Cidade do Panamá, Juan Carlos Navarro - que controla boa parte da máquina interna do partido - e de Balbina Herrera, que acaba de deixar o Ministério da Habitação e goza de grande carisma junto à população carente panamenha, são de pré-candidatos que parecem ter grandes chances de, uma vez indicados pelo PRD e com o apoio de Torrijos, ganharem as próximas eleições presidenciais.

5.Nas relações comerciais, as transações diretas Brasil-Panamá registram saldo favorável às exportações brasileiras (em 2006 alcançaram US\$ 151 milhões contra importações de apenas US\$ 1 milhão). Esse quadro altera-se no tocante às transações via Zona Livre de Colón (em 2006, o Brasil vendeu para a ZLC US\$ 64 milhões contra compras de US\$ 146 milhões). Por outro lado, estão sediadas no Panamá empresas brasileiras que, por razões logísticas, aqui atuam como base de operações para a América Central e Caribe (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Sadia). A Alstom (francesa) tem importado, via filial brasileira, equipamentos brasileiros. Nota destoante nessa intensificação de relações de negócios, foi o fechamento do Banco do Brasil

em 2006, de sua sucursal na Cidade do Panamá. Contudo, circulam informações no mercado de que o Banco Safra estaria por abrir um escritório nesta praça.

6.Caso dependa do mercado local, dada sua pequena dimensão a situação atual deve persistir, apesar da boa colocação dos produtos brasileiros localmente, graças inclusive à participação exitosa do Brasil na EXPOCOMER, feira comercial internacional, realizada na Cidade do Panamá anualmente. No entanto, surgem outras possibilidades como, por exemplo, a venda de aeronaves EMB-190, a custo unitário de US\$ 31 milhões para a COPA Airlines. Inicialmente foram adquiridos, com financiamento do BNDES, 12 aeronaves e há possibilidades de aquisição de outras 18 unidades. Aproveitando o importante potencial local na área de serviços, a construtora Odebrecht (CNO) logrou contratar três obras importantes: projeto de irrigação, na área de Chiriquí, no valor de US\$ 56 milhões de dólares; projeto de construção de trecho da autopista Panamá-Colón, no valor aproximado de US\$ 180 milhões de dólares; e, "cinta costeira", obra de aterro e ampliação da Avenida Balboa, no valor de US\$ 190 milhões de dólares. A CNO é atualmente a detentora dos maiores contratos de obras públicas no país e dos projetos de maior visibilidade. No mesmo contexto, as empresas de construção civil Camargo Correa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez integram consórcio liderado pela construtora francesa Bouygues e, dessa forma, participam da licitação para a obra da fase de maior envergadura da ampliação do canal, cujo custo total é estimado em US\$ 3,5 bilhões de dólares.

7.Também nas relações comerciais/transporte, a suspensão dos vôos da VARIG para o Panamá em 1993, abriu espaço para que a COPA assumisse, posteriormente, varias rotas para o Brasil. Com base na atualização do Acordo de Serviços Aéreos Brasil-Panamá, em 2004, a COPA passou a operar dois vôos diários para São Paulo, rota considerada altamente lucrativa; em 2006, cinco vôos semanais para Manaus (com os EMB-190) e recentemente cinco vôos para o Rio de Janeiro. O Acordo manteve os direitos brasileiros à rota, inclusive com direito a ir a Miami. Quando de sua visita ao Brasil, em novembro de 2007, o Primeiro Vice-Presidente (PVP) e Chanceler Lewis Navarro renovou ao Ministro da Defesa e à ANAC a intenção da COPA de ampliar sua freqüência de vôos a São Paulo e incluir uma outra capital dentre as seguintes: Salvador, Belo Horizonte ou Brasília. Igualmente foi aventada a possibilidade de se abrir rotas triangulares, com vôos diretos entre o Brasil e o Equador.

8. Quanto ao transporte marítimo, funcionários da ACP tem expressado a expectativa de um maior uso do Canal por embarcações brasileiras. Ressaltam que o Brasil, por suas

expressivas exportações de grãos e de minério de ferro, sobretudo para a costa oeste dos Estados Unidos e Ásia, poderia valer-se de rotas de escoamento pelo Amazonas e seus afluentes até o Canal. Funcionários brasileiros do SINDARMA, por sua vez, ressaltam que o Brasil é usuário residual do Canal pelos altos custos de sua utilização: pedágio em relação ao frete e congestionamento de embarcações. Por tais razões, nossas embarcações utilizam em grande maioria as rotas do estreito de Magalhães e do cabo da Boa Esperança. A TRANSPETRO esclarece, a esse respeito, que os mercados de exportação e importação da PETROBRÁS não utilizam o Canal em razão da incompatibilidade dos petroleiros brasileiros, de calado Suezmax, de 17 metros, com o do Canal, que mesmo após ampliado, será de 15,30 metros. A DOCENAVE, na mesma linha, informa que emprega navios de tamanho "capesize" (calado de 17,5 metros). Portanto, o Brasil somente poderia utilizar com maior frequência o Canal, caso utilizasse para o transporte de suas exportações navios com menor capacidade.

9. Ainda na área comercial, há interesse, por parte do Governo Torrijos, no desenvolvimento da indústria sucro-alcooleira, tanto para consumo interno ou exportação quanto para utilização como aditivo e/ou combustível. Ainda não foi adotada a necessária legislação para permitir o uso do etanol no mercado doméstico de combustíveis. Em paralelo, será necessário promover intensa campanha junto aos consumidores sobre os benefícios sócio-econômicos de sua utilização, bem como a montagem de sistema de distribuição do produto. Um primeiro passo seria o uso do etanol como aditivo. É essencial ter presente o tamanho do mercado local - cerca de 600 mil veículos, com consumo anual estimado em 200 milhões de galões de gasolina. O interesse dos produtores de açúcar panamenhos reside na instalação e ampliação de sua capacidade, de modo que possam suprir o mercado interno e tornarem-se exportadores de etanol. Para tanto, valer-se-iam do tratamento preferencial outorgado pelos EUA no quadro da Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI), que permite ao Panamá exportar até 30 mil toneladas com tarifa zero, e do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA, que, quando ratificado pelo Congresso americano, dará ao Panamá tarifa zero, sem qualquer limitação de quantidades. A ratificação do TLC pelo Capitólio vem enfrentando um obstáculo político envolvendo o atual presidente da Assembléia Legislativa panamenha e o fato de que a indústria açucareira norte-americana é taxativamente contrária à concessão de tratamento tão favorável ao Panamá. A produção panamenha de açúcar é estimada em cerca de 180 mil toneladas, com média de exportação de 65 mil toneladas. Não há dados disponíveis sobre a produção de etanol. A produção de álcool seria de 6 mil toneladas. A produção de açúcar e álcool se concentra em apenas 4 engenhos e é financiada

localmente. Na cúpula Brasil-SICA, em setembro de 2005, Brasil e Panamá assinaram o "Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível". No âmbito desse instrumento, técnicos panamenhos tem participado de missões do SICA ao Brasil.

10. Valeria ainda registro, especificamente na área de agronegócios, a postura protecionista que tem assumido o Panamá com relação à importação de produtos de carne e laticínios, sob a alegação de problemas sanitários e fitossanitários. Tal posição tem afetado pequenas exportações brasileiras - e de outros países - desses produtos.

11. Na área comercial bilateral com países e com organismos regionais, o Panamá firmou tratados de livre comércio (TLC) com Chile, Cingapura, El Salvador e Taiwan; tratados de livre comércio e intercâmbio preferencial com Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua; e, um tratado comercial com a República Dominicana. Firmou acordos de alcance parcial com a Colômbia e com o México. Há TLCs em processo de negociação e aprovação com a América Central, CARICOM e com os EUA. Ademais, o Panamá tem status de observador na ALADI e tem expressado interesse em ingressar no MERCOSUL, como registrado em junho de 2005, na Cúpula do Mercosul em Assunção, no Comunicado Conjunto dos Chanceleres do Mercosul e do Panamá no qual se indica o interesse do Panamá de ingressar no Mercosul; e, em abril de 2006, foi realizada reunião técnica Mercosul-Panamá para troca de informações.

12. No âmbito do relacionamento econômico-comercial, estaria aguardando um parecer final da APEX o estabelecimento, na área de Colón, de um centro de distribuição de produtos brasileiros, que teria sido proposto por ocasião da visita da missão empresarial liderada pelo Ministro Furlan, em maio de 2006. Naquela ocasião também foi ressaltado o interesse recíproco na participação da PETROBRÁS no projeto de criação de parque energético no Atlântico (Colón), na instalação de refinaria e construção de oleodutos e gasodutos, com inclusive a participação da Venezuela, conforme foi reiterado posteriormente pelos Presidentes Torrijos e Chávez.

13. Quanto às relações no âmbito da cooperação - técnica, educativa e cultural - vale mencionar que, ao longo dos anos, Brasil e Panamá firmaram inúmeros acordos, convênios e memoranda de entendimentos, dos quais destaco os seguintes:

- ?Memorando de entendimento sobre cooperação técnica, científica e tecnológica (1979);
- ?Acordo sobre a criação de uma comissão mista (1980);
- ?Acordo básico de cooperação científica e técnica (1981);
- ?Memorando de entendimento para a execução do Programa de

Cooperação Técnica no Campo Energético (1985);
?Memorando de entendimento para estabelecer consultas políticas (2000);
?Acordo sobre cessão em depósito das Atas do Congresso Anfiteônico de 1826 (2000);
?Acordo de cooperação no campo da luta contra o crime organizado (2001);
?Acordo de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do Panamá (2001);
?Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área da educação (2001);
?Memorando de entendimento sobre cooperação científica e tecnológica em áreas prioritárias (2001);
?Memorando de entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos do Panamá (2001);
?Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de técnicas de produção e uso de etanol combustível (2005);
?Acordo de cooperação na área do turismo (2007);
?Acordo sobre serviços aéreos (2007);
?Memorando de entendimento para implementação da cooperação cultural entre o MIC e o INAC (2007);
?Memorando de entendimento sobre o desenvolvimento da cooperação em matéria esportiva (2007);
?Memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia (2007);
?Ajustes Complementares referentes aos seguintes projetos: a) implementação de bancos de leite no Panamá; fortalecimento do programa de combate a hantavirose; fortalecimento do programa de controle da dengue; fortalecimento do sistema de informações em saúde; vigilância epidemiológica e ambiental em saúde (2007);
?Memorando de entendimento para estabelecer força-tarefa na área de bio-combustíveis (2007);
?Memorando de entendimento sobre a luta contra a fome e a pobreza e a formação de proteção social (2007);
?Ajuste complementar para implementação do projeto "assistência técnica na área de genética bovina" (2007);
?Memorando de entendimento para a cooperação nas áreas de segurança e saúde no trabalho da construção civil e em matéria de inspeção do trabalho marítimo (2008).

14. Apesar desse amplo e variado quadro institucional e da perspectiva de sua ampliação, a cooperação bilateral tem sido limitada ao atendimento de solicitações pontuais e isoladas, sem que haja um follow-up e uma avaliação da cooperação prestada e de seus efeitos a médio e longo prazos.

15. Quanto aos investimentos estrangeiros, o Panamá recebeu cerca de US\$ 1 bilhão de dólares em 2006. Os principais investidores são: EUA, Reino Unido, Espanha, Japão e México.

16. No que se refere à inserção política do Panamá na região e no mundo, vale recordar que a política externa panamenha tem como vetor central a atração de investimentos, com a promoção do País como centro internacional de comércio, suas vantagens comparativas por localização geográfica estratégica e diversidade de sua economia, fortemente baseada no setor de serviços (canal, instalações portuárias, centro bancário, zona livre de Colón, potencial turístico). O Panamá se apresenta como a economia mais globalizada da América latina e do Caribe. No plano bilateral, o Panamá tem intensificado o relacionamento com seus vizinhos diretos, Colômbia e Costa Rica, com visitas presidenciais recíprocas e assinatura de acordos variados. Os EUA são o seu principal parceiro - maior usuário do canal, maior investidor, maior exportador e importador - e continuam a ter grande influência sobre o Governo local, apesar da bandeira progressista do partido oficialista. Quanto aos países latino-americanos, além do Brasil, destacam-se as relações com o Chile, México e Venezuela. Com relação à China (segundo maior usuário do Canal) Torrijos tem mantido o nível meramente comercial das relações com Pequim e plenas com Taipé, apesar de forte pressão de importantes personalidades de seu partido que defendem a normalização das relações com a China.

17. No mundo multilateral, o Panamá tem atuação discreta, em parte resultado da precariedade dos seus quadros diplomáticos. Nas Nações Unidas, apesar de manifestações de simpatia pela posição do Brasil quanto à reforma do Conselho de Segurança, o Panamá apresentou proposta, em 2007, de ampliação do Conselho que contraria a posição do G-4 (ampliação dos 10 não-permanentes para 16; mandatos de 5 anos, os que logrem 4 mandatos sucessivos passam a membros permanentes). Por outro lado, deu seu apoio à postulação do Japão a membro permanente do Conselho - trata-se do país que ocupa o terceiro lugar como maior usuário do Canal e é de propriedade japonesa 60% das embarcações registradas sob a bandeira panamenha. Ainda com relação ao Conselho de Segurança, a eleição do Panamá a membro não-permanente, em 2007, como solução de compromisso dentro do GRULAC após o impasse Guatemala-Venezuela, provocou euforia no Governo Torrijos por ser considerada forma de reconhecimento da confiabilidade e prestígio do País. Diante da responsabilidade de ser um dos dois representantes do GRULAC no Conselho e também ciente de suas limitações substantivas e operacionais, o Governo panamenho demonstrou interesse em manter um constante exercício de consulta e coordenação com

alguns países com relação à agenda do Conselho. Com esse propósito, o PVP e Chanceler Lewis Navarro reuniu-se, naquele ano, com Vossa Excelência em Brasília e obteve a garantia de apoio e colaboração do Itamaraty à representação do Panamá no CS. A esse respeito, merece registro o fato de que Lewis Navarro manifesta regularmente e com ênfase o reconhecimento do Governo panamenho pela importante colaboração que tem recebido de nossa Missão em Nova Iorque.

18. No plano multilateral/econômico, o Panamá, que aderiu em 1997 à OMC, muitas vezes tem posições divergentes às do Brasil, em razão de sua peculiar economia baseada no setor de serviços. Mas atuou com o Brasil e outros países latino-americanos em ações contra a União Européia, no que se refere às exportações de banana, que é o segundo produto de exportação local. No plano multilateral/financeiro, a OCDE, por meio do documento "Improving Acces to Bank Informacion", relacionou, em 2000, os países (Panamá) e territórios com legislação tributária favorecida ou que opõe sigilo relativo à composição acionária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade, conhecida coloquialmente como "listas negras". No espírito desse documento, a Secretaria de Receita Federal do Ministério da Fazenda publicou a instrução normativa 188, de 2 de dezembro de 2002, que inclui o Panamá em sua "lista negra". Por outro lado, a Assembléia panamenha aprovou, também naquele ano, a lei 58 que determina reciprocidade nos casos de países que incluam o Panamá naquelas "listas". Segundo essa lei, empresas de tais países não poderiam participar de licitações internacionais no Panamá. A lei não ainda foi regulamentada. No entanto, vários países, como a Espanha e o México, tem demonstrado vontade política em retirar o Panamá de suas listas negras, por forte pressão de seus empresários. Esses Governos, entretanto, tem encontrado resistências internas, exercidas por suas assessorias técnicas. Vale mencionar que, em sua ultima visita ao Brasil, o Lewis Navarro manteve reunião de trabalho com altas autoridades no Ministério da Fazenda e na SRF, a quem recordou a intenção, expressa pelo Senhor Presidente da República ao Presidente Torrijos em sua visita ao Panamá, em agosto de 2007, de resolver esse assunto pendente da agenda bilateral. Merece registro a respeito que, com o parecer favorável da OCDE, por meio de fórmula de reciprocidade em termos pontuais, a Franca e a Alemanha recentemente retiraram o Panamá de suas "listas negras".

19. Como sugestões de ação para a intensificação das relações entre o dois países, creio que a mais premente seria colocar em prática mecanismo, já previsto em um dos acordos firmados em 1980, que desempenhasse a função de coordenação das inúmeras iniciativas, propostas e projetos que tem surgido como resultado das visitas oficiais e

De: BRASEMB PANAMÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/05/2008 15:37:50 N.º: 00190

contatos pessoais diretos de nossas autoridades, investidores e empresários. Essa comissão, que se reuniria anualmente, em Brasília e na Cidade do Panamá alternadamente, seria presidida por autoridade de nível de subsecretário de cada Chancelaria, e teria enfoque primordialmente técnico, com vistas ao encaminhamento de propostas, elaboração de projetos e acompanhamento e avaliação de suas implementações e resultados. Essa sugestão revela minha impressão de que estar-se-ia instalando, sobretudo em razão da dispersão de interlocutores e atores e da morosidade da burocracia de ambos países, um intervalo pronunciado de tempo entre o momento em que é tomada a decisão de expressar, em documentos oficiais, as intenções e propostas acordadas entre as partes e aquele que dá início ao processo técnico de elaboração do projeto, exame das possibilidades e alternativas de sua viabilização e execução. Pareceu-me sentir no Chanceler Lewis Navarro certa decepção com esse intervalo. Preocupa-me que, persistindo a ausência de uma coordenação gerencial que se ocupe das inovadoras propostas que tem surgido nos diálogos bilaterais, corra-se o risco de desperdiçar esse momento profícuo de entendimento e concordâncias que tem inspirado as relações entre os dois países.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Embaixador

FAFM

De: BRASEMB PANAMÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/05/2008 17:27:37 N.º: 00191

De Brasemb Panamá para Exteriores em 05/05/2008 (DLC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DMAC/DIR II/ABC/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-AMCE
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 67561
CATEG=MO

//
Brasil-América Central.
Encontro do Presidente Lula
com Presidentes da região.
Subsídios.
//

Nr. 00191

RESUMO=

Cumpro instruções. Relatório sucinto sobre a situação atual das relações do Panamá com o Brasil.

REPETIÇÃO PARA CORREÇÃO DE TEXTO NO PARÁGRAFO 13

Com vistas ao encontro do Senhor Presidente da República com seus homólogos da região, no âmbito do SICA, em São Salvador, julgo pertinente fazer alguns comentários e certas avaliações, a título de subsídio, sobre as relações do Brasil com o Panamá no que se refere aos seguintes aspectos:
2.As relações políticas bilaterais tem-se desenvolvido de forma positiva e promissora ao longo dos anos, desde o reconhecimento pelo Governo brasileiro da nação panamenha em 2 de marco de 1904. O ponto alto do relacionamento era considerado a assinatura, em 1944, do Convenio Cultural, vigente desde 1947, por ter beneficiado cerca de 5 mil

panamenhos, diplomados em diferentes universidades brasileiras, que formaram famílias no Brasil e retornaram ao Panamá onde consolidaram uma colônia brasileira. O oferecimento de cursos superiores locais e o custo de vida no Brasil motivaram forte declínio na participação dos panamenhos no Convenio Cultural, a partir dos anos noventa, provocando uma diminuição e não-renovacao geracional, por esse viés, da colônia brasileira.

3. Nos últimos dois anos, no entanto, os elementos políticos tem sido os que impulsionam as relações bilaterais a seu ponto mais alto, por meio de contatos pessoais e diretos de altas autoridades do Governo de ambos países, bem como de empresários e de investidores. Nesse contexto, foi ilustrativo fato de que, no ano de 2007, o Presidente Torrijos tenha estado em visita oficial ao Brasil no mês de maio e o Senhor Presidente da Republica tenha reciprocado aquela visita, em seguida, no mês de agosto. Em ambas ocasiões, os discursos oficiais, bem como os encontros informais, revelaram a aproximação de conceitos, a semelhança de preocupações e as concordâncias de diretrizes que ambos mandatários nutrem. Essa sintonia de pensamento tem sido permeável à assessoria direta de ambos os Presidentes, bem como a seus ministros, o que tem motivado uma agenda repleta de visitas de autoridades panamenhas a Brasília e de brasileiras ao Panamá. Nos últimos meses, a título de exemplo, vale citar a visita do Primeiro Vice-Presidente e Chanceler Samuel Lewis a Brasília, chefiando uma delegação integrada pelo Ministro do Comercio, dos Transportes e da Vice-Ministra de Comercio Exterior(hoje titular da pasta) e pela Vice-Ministra das Finanças; da Administradora Geral (nível de ministro de estado) da Autoridade Nacional do Meio Ambiente (ANAM); e do Secretário (nível de ministro de estado) da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SENACYT). Da parte brasileira, visitaram o Panamá, o Ministro Paulo Tarso Vanucchi, Secretario Especial de Diretos Humanos, o Ministro Luis Dulci, Chefe da Secretaria-Geral da PR, o Ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego e o Desembargador Lécio Resende da Silva, Presidente do TJDF. Essa sintonia também se revela nos apoios do Panamá a candidaturas brasileiras ao ECOSOC, CDH das Nacoes Unidas, CDI e CJI, para citar alguns nos últimos dois anos. Tais elementos tem como pano de fundo uma imagem muito positiva do Brasil e do povo brasileiro na população panamenha, que poderia ser em parte explicada pelas afinidades, descobertas ao longo dos anos, com nossas expressões culturais e com nossos heróis desportivos e também pelo peso político-economico do Brasil. Representa, atualmente, papel decisivo nessa reafirmação de imagem a posição de liderança do Brasil na América Latina, em razão sobretudo das prioridades e do tratamento diferenciado

que o país tem imprimido às suas relações com as nações da área e em especial com o Panamá.

4.No prestígio dado a seu homólogo, Martins Torrijos, ao visita-lo três meses após ser por ele visitado, o Senhor Presidente da República ecoa e se beneficia da alta popularidade que goza Torrijos junto ao povo panamenho, em seu terceiro ano de mandato. Suas políticas sociais, de resultados tímidos, suas obras de infra-estrutura, ainda insuficientes, e seu combate à corrupção e à insegurança pública, de parcos efeitos, não tem tido impacto negativo no alto nível de aprovação de seu Governo, que se beneficia claramente de um crescimento do PIB de 10%, em média, nos últimos três anos. No entanto, o aquecimento da economia, o uso histórico do dólar como moeda, a contínua desvalorização dessa divisa, a total dependência na importação de um petróleo cada dia mais caro e a necessidade de importação de bens industriais têm provocado na economia local um aumento da inflação e crescente déficit na balança comercial. Como conseqüência, tem-se verificado uma forte queda do poder aquisitivo da classe média e um agravamento da concentração de distribuição de renda (40% da população abaixo da linha de pobreza). Apesar desses problemas sócio-econômicos, o partido do Governo, PRD, deverá eleger em 2009 o próximo Presidente da República de acordo com a opinião dominante dos analistas políticos e de meus colegas do corpo diplomático. A oposição careceria de um discurso coerente e de propostas claras. Ademais, não contaria com uma liderança capaz de unificá-la e de competir com a imagem e o carisma herdados pelo Presidente da República e Secretário Geral do PRD, Matin, de seu pai Omar Torrijos que, numa reeleitura histórica, hoje é considerado um herói nacional. Nomes como o do Prefeito da Cidade do Panamá, Juan Carlos Navarro - que controla boa parte da máquina interna do partido - e de Balbina Herrera, que acaba de deixar o Ministério das Habitação e goza de grande carisma junto à população carente panamenha, são de pré-candidatos que parecem ter grandes chances de, uma vez indicados pelo PRD e com o apoio de Torrijos, ganharem as próximas eleições presidenciais.

5.Nas relações comerciais, as transações diretas Brasil-Panamá registram saldo favorável às exportações brasileiras (em 2006 alcançaram US\$ 151 milhões contra importações de apenas US\$ 1 milhão). Esse quadro altera-se no tocante às transações via Zona Livre de Colón (em 2006, o Brasil vendeu para a ZLC US\$ 64 milhões contra compras de US\$ 146 milhões). Por outro lado, estão sediadas no Panamá empresas brasileiras que, por razões logísticas, aqui atuam como base de operações para a América Central e Caribe (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Sadia). A Alstom (francesa) tem importado, via filial brasileira,

equipamentos brasileiros. Nota distoante dessa intensificação de relações de negócios, o Banco do Brasil fechou, em 2006, sua sucursal na Cidade do Panamá. Contudo, circulam informações no mercado de que o Banco Safra estaria por abrir um escritório nesta praça.

6.Caso dependa do mercado local, dada sua pequena dimensão a situação atual deve persistir, apesar da boa colocação dos produtos brasileiros localmente, graças inclusive à participação exitosa do Brasil na EXPOCOMER, feira comercial internacional, realizada na Cidade do Panamá anualmente. No entanto, surgem outras possibilidades como, por exemplo, a venda de aeronaves EMB-190, a custo unitário de US\$ 31 milhões para a COPA Airlines. Inicialmente foram adquiridos, com financiamento do BNDES, 12 aeronaves e há possibilidades de aquisição de outras 18 unidades.

Aproveitando o importante potencial local na área de serviços, a construtora Odebrecht logrou contratar três obras importantes: projeto de irrigação, na área de Chiriqui, no valor de US\$ 56 milhões de dólares; projeto de construção de trecho da autopista Panamá-Colón, no valor aproximado de US\$ 180 milhões de dólares; e, "cinta costeira", obra de aterro e ampliação da Avenida Balboa, no valor de US\$ 190 milhões de dólares. A CNO é atualmente a detentora dos maiores contratos de obras públicas no país e dos projetos de maior visibilidade. No mesmo contexto, as empresas de construção civil Camargo Correa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez integram consórcio liderado pela construtora francesa Bouygues e, dessa forma, participam da licitação para a obra da fase de maior envergadura da ampliação do canal, cujo custo total é estimado em US\$ 3,5 bilhões de dólares.

7.Também nas relações comerciais/transporte, a suspensão dos vôos da VARIG para o Panamá em 1993, abriu espaço para que a COPA assumisse, posteriormente, várias rotas para o Brasil. Com base na atualização do Acordo de Serviços Aéreos Brasil-Panamá, em 2004, a COPA passou a operar dois vôos diários para São Paulo, rota considerada altamente lucrativa; em 2006, cinco vôos semanais para Manaus (com os EMB-190) e recentemente cinco vôos para o Rio de Janeiro. O Acordo manteve os direitos brasileiros à rota, inclusive com direito a ir a Miami. Quando de sua visita ao Brasil, em novembro de 2007, o Primeiro Vice-Presidente (PVP) e Chanceler Lewis Navarro renovou ao Ministro da Defesa e à ANAC a intenção da COPA de ampliar sua frequência de vôos a São Paulo e incluir uma outra capital dentre as seguintes: Salvador, Belo Horizonte ou Brasília. Igualmente foi aventada a possibilidade de se abrir rotas triangulares, com vôos diretos entre o Brasil e o Equador.

8. Quanto ao transporte marítimo, funcionários da ACP tem expressado a expectativa de um maior uso do Canal por

embarcações brasileiras. Ressaltam que o Brasil, por suas expressivas exportações de grãos e de minério de ferro, sobretudo para a costa oeste dos Estados Unidos e Ásia, poderia valer-se de rotas de escoamento pelo Amazonas e seus afluentes até o Canal. Funcionários brasileiros do SINDARMA, por sua vez, ressaltam que o Brasil é usuário residual do Canal pelos altos custos de sua utilização: pedágio em relação ao frete e congestionamento de embarcações. Por tais razões, nossas embarcações utilizam em grande maioria as rotas do estreito de Magalhães e do cabo da Boa Esperança. A TRANSPETRO esclarece, a esse respeito, que os mercados de exportação e importação da PETROBRÁS não utilizam o Canal em razão da incompatibilidade dos petroleiros brasileiros, de calado Suezmax, de 17 metros, com o do Canal, que mesmo após ampliado, será de 15,30 metros. A DOCENAVE, na mesma linha, informa que emprega navios de tamanho "capesize" (calado de 17,5 metros). Portanto, o Brasil somente poderia utilizar com maior frequência o Canal, caso utilizasse para o transporte de suas exportações navios com menor capacidade.

9. Ainda na área comercial, há interesse, por parte do Governo Torrijos, no desenvolvimento da indústria sucro-alcooleira, tanto para consumo interno ou exportação quanto para utilização como aditivo e/ou combustível. Ainda não foi adotada a necessária legislação para permitir o uso do etanol no mercado doméstico de combustíveis. Em paralelo, será necessário promover intensa campanha junto aos consumidores sobre os benefícios sócio-econômicos de sua utilização, bem como a montagem de sistema de distribuição do produto. Um primeiro passo seria o uso do etanol como aditivo. É essencial ter presente o tamanho do mercado local - cerca de 600 mil veículos, com consumo anual estimado em 200 milhões de galões de gasolina. O interesse dos produtores de açúcar panamenhos reside na instalação e ampliação de sua capacidade, de modo que possam suprir o mercado interno e tornarem-se exportadores de etanol. Para tanto, valer-se-iam do tratamento preferencial outorgado pelos EUA no quadro da Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI), que permite ao Panamá exportar até 30 mil toneladas com tarifa zero, e do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA, que, quando ratificado pelo Congresso americano, dará ao Panamá tarifa zero, sem qualquer limitação de quantidades. A ratificação do TLC pelo Capitólio vem enfrentando um obstáculo político envolvendo o atual presidente da Assembléia Legislativa panamenha e o fato de que a indústria açucareira norte-americana é taxativamente contrária à concessão de tratamento tão favorável ao Panamá. A produção panamenha de açúcar é estimada em cerca de 180 mil toneladas, com média de exportação de 65 mil toneladas. Não há dados disponíveis sobre a produção de etanol. A produção de álcool seria de 6 mil toneladas. A produção de açúcar e

álcool se concentra em apenas 4 engenhos e é financiada localmente. Na cúpula Brasil-SICA, em setembro de 2005, Brasil e Panamá assinaram o "Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível". No âmbito desse instrumento, técnicos panamenhos tem participado de missões do SICA ao Brasil.

10. Valeria ainda registro, especificamente na área de agronegócios, a postura protecionista que tem assumido o Panamá com relação à importação de produtos de carne e laticínios, sob a alegação de problemas sanitários e fitossanitários. Tal posição tem afetado pequenas exportações brasileiras - e de outros países - desses produtos.

11. Na área comercial bilateral com países e com organismos regionais, o Panamá firmou tratados de livre comércio (TLC) com Chile, Cingapura, El Salvador e Taiwan; tratados de livre comercio e intercambio preferencial com Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua; e, um tratado comercial com a República Dominicana. Firmou acordos de alcance parcial com a Colômbia e com o México. Há TLCs em processo de negociação e aprovação com a América Central, CARICOM e com os EUA. Ademais, o Panamá tem status de observador na ALADI e tem expressado interesse em ingressar no MERCOSUL, como registrado em junho de 2005, na Cúpula do Mercosul em Assunção, no Comunicado Conjunto dos Chanceleres do Mercosul e do Panamá no qual se indica o interesse do Panamá de ingressar no Mercosul; e, em abril de 2006, foi realizada reunião técnica Mercosul-Panamá para troca de informações.

12. No âmbito do relacionamento econômico-comercial, estaria aguardando um parecer final da APEX o estabelecimento, na área de Colón, de um centro de distribuição de produtos brasileiros, que teria sido proposto por ocasião da visita da missão empresarial liderada pelo Ministro Furlan, em maio de 2006. Naquela ocasião também foi ressaltado o interesse recíproco na participação da PETROBRÁS no projeto de criação de parque energético no Atlântico (Colón), na instalação de refinaria e construo de oleodutos e gasodutos, com inclusive a participação da Venezuela, conforme foi reiterado posteriormente pelos Presidentes Torrijos e Chávez.

13. Quanto às relações no âmbito da cooperação - técnica, educativa e cultural - vale mencionar que, ao longo dos anos, Brasil e Panamá firmaram inúmeros acordos, convênios e memoranda de entendimentos, dos quais destaco os seguintes:

- Memorando de entendimento sobre cooperação técnica, científica e tecnológica (1979);
- Acordo sobre a criação de uma comissão mista (1980);
- Acordo básico de cooperação científica e técnica (1981);

- Memorando de entendimento para a execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético (1985);
 - Memorando de entendimento para estabelecer consultas políticas (2000);
 - Acordo sobre cessão em depósito das Atas do Congresso Anficteonico de 1826 (2000);
 - Acordo de cooperação no campo da luta contra o crime organizado (2001);
 - Acordo de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do Panamá (2001);
 - Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área da educação (2001);
 - Memorando de entendimento sobre cooperação científica e tecnológica em áreas prioritárias (2001);
 - Memorando de entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos do Panamá (2001);
 - Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de técnicas de produção e uso de etanol combustível (2005);
 - Acordo de cooperação na área do turismo (2007);
 - Acordo sobre serviços aéreos (2007);
 - Memorando de entendimento para implementação da cooperação cultural entre o MIC e o INAC (2007);
 - Memorando de entendimento sobre o desenvolvimento da cooperação em matéria esportiva (2007);
 - Memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia (2007);
 - Ajustes Complementares referentes aos seguintes projetos:
 - a) implementação de bancos de leite no Panamá;
 - fortalecimento do programa de combate a hantavirose;
 - fortalecimento do programa de controle da dengue;
 - fortalecimento do sistema de informações em saúde;
 - vigilância epidemiológica e ambiental em saúde (2007);
 - Memorando de entendimento para estabelecer força-tarefa na área de bio-combustíveis (2007);
 - Memorando de entendimento sobre a luta contra a fome e a pobreza e a formação de proteção social (2007);
 - Ajuste complementar para implementação do projeto "assistência técnica na área de genética bovina" (2007);
 - Memorando de entendimento para a cooperação nas áreas de segurança e saúde no trabalho da construção civil e em matéria de inspeção do trabalho marítimo (2008).
14. Apesar desse amplo e variado quadro institucional e da perspectiva de sua ampliação, a cooperação bilateral tem sido limitada ao atendimento de solicitações pontuais e isoladas, sem que haja um follow-up e uma avaliação da cooperação prestada e de seus efeitos a médio e longo prazos.
15. Quanto aos investimentos estrangeiros, o Panamá

recebeu cerca de US\$ 1 bilhão de dólares em 2006. Os principais investidores são: EUA, Reino Unido, Espanha, Japão e México.

16. No que se refere à inserção política do Panamá na região e no mundo, vale recordar que a política externa panamenha tem como vetor central a atração de investimentos, com a promoção do País como centro internacional de comércio, suas vantagens comparativas por localização geográfica estratégica e diversidade de sua economia, fortemente baseada no setor de serviços (canal, instalações portuárias, centro bancário, zona livre de Colón, potencial turístico). O Panamá se apresenta como a economia mais globalizada da América latina e do Caribe. No plano bilateral, o Panamá tem intensificado o relacionamento com seus vizinhos diretos, Colômbia e Costa Rica, com visitas presidenciais recíprocas e assinatura de acordos variados. Os EUA são o seu principal parceiro - maior usuário do canal, maior investidor, maior exportador e importador - e continuam a ter grande influência sobre o Governo local, apesar da bandeira progressista do partido oficialista. Quanto aos países latino-americanos, além do Brasil, destacam-se as relações com o Chile, México e Venezuela. Com relação a China (segundo maior usuário do Canal) Torrijos tem mantido o nível meramente comercial das relações com Pequim e plenas com Taipé, apesar de forte pressão de importantes personalidades de seu partido que defendem a normalização das relações com a China.

17. No mundo multilateral, o Panamá tem atuação discreta, em parte resultado da precariedade dos seus quadros diplomáticos. Nas Nações Unidas, apesar de manifestações de simpatia pela posição do Brasil quanto à reforma do Conselho de Segurança, o Panamá apresentou proposta, em 2007, de ampliação do Conselho que contraria a posição do G-4 (ampliação dos 10 não-permanentes para 16; mandatos de 5 anos, os que logrem 4 mandatos sucessivos passam a membros permanentes). Por outro lado, deu seu apoio à postulação do Japão a membro permanente do Conselho - trata-se do país que ocupa o terceiro lugar como maior usuário do Canal e é de propriedade japonesa 60% das embarcações registradas sob a bandeira panamenha. Ainda com relação ao Conselho de Segurança, a eleição do Panamá a membro não-permanente, em 2007, como solução de compromisso dentro do GRULAC após o impasse Guatemala-Venezuela, provocou euforia no Governo Torrijos por ser considerada forma de reconhecimento da confiabilidade e prestígio do País. Diante da responsabilidade de ser um dos dois representantes do GRULAC no Conselho e também ciente de suas limitações substantivas e operacionais, o Governo panamenho demonstrou interesse em manter um constante exercício de consulta e coordenação com alguns países com relação à agenda do Conselho. Com esse

propósito, o PVP e Chanceler Lewis Navarro reuniu-se, naquele ano, com Vossa Excelência em Brasília e obteve a garantia de apoio e colaboração do Itamaraty à representação do Panamá no CS. A esse respeito, merece registro o fato de que Lewis Navarro manifesta regularmente e com ênfase o reconhecimento do Governo panamenho pela importante colaboração que tem recebido de nossa Missão em Nova Iorque.

18. No plano multilateral/econômico, o Panamá, que aderiu em 1997 à OMC, muitas vezes tem posições divergentes às do Brasil, em razão de sua peculiar economia baseada no setor de serviços. Mas atuou com o Brasil e outros países latino-americanos em ações contra a União Européia, no que se refere às exportações de banana, que é o segundo produto de exportação local. No plano multilateral/financeiro, a OCDE, por meio do documento "Improving Acces to Bank Informacion", relacionou, em 2000, os países (Panamá) e territórios com legislação tributária favorecida ou que opoe sigilo relativo à composição acionária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade, conhecida coloquialmente como "listas negras". No espírito desse documento, o Secretaria de Receita Federal do Ministério da Fazenda publicou a instrução normativa 188, de 2 de dezembro de 2002, que inclui o Panamá em sua "lista negra". Por outro lado, a Assembléia panamenha aprovou, também naquele ano, a lei 58 que determina reciprocidade nos casos de países que incluam o Panamá naquelas "listas". Segundo essa lei, empresas de tais países não poderiam participar de licitações internacionais no Panamá. A lei não ainda foi regulamentada. No entanto, vários países, como a Espanha e o México, tem demonstrado vontade política em retirar o Panamá de suas listas negras, por forte pressão de seus empresários. Esses Governos, entretanto, tem encontrado resistências internas, exercidas por suas assessorias técnicas. Vale mencionar que, em sua ultima visita ao Brasil, o Lewis Navarro manteve reunião de trabalho com altas autoridades no Ministério da Fazenda e na SRF, a quem recordou a intenção, expressa pelo Senhor Presidente da República ao Presidente Torrijos em sua visita ao Panamá, em agosto de 2007, de resolver esse assunto pendente da agenda bilateral. Merece registro a respeito que, com o parecer favorável da OCDE, por meio de fórmula de reciprocidade em termos pontuais, a Franca e a Alemanha recentemente retiraram o Panamá de suas "listas negras".

17. Como sugestões de ação para a intensificação das relações entre o dois países, creio que a mais premente seria colocar em prática mecanismo, já previsto em um dos acordos firmados em 1980, que desempenhasse a funcao de coordenação das inúmeras iniciativas, propostas e projetos que tem surgido como resultado das visitas oficiais e contatos pessoais diretos de nossas autoridades, investidores

De: BRASEMB PANAMÁ
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/05/2008 17:27:37 N.º: 00191

e empresários. Essa comissão, que se reuniria anualmente, em Brasília e na Cidade do Panamá alternadamente, seria presidida por autoridade de nível de subsecretário de cada Chancelaria, e teria enfoque primordialmente técnico, com vistas ao encaminhamento de propostas, elaboração de projetos e acompanhamento e avaliação de suas implementações e resultados. Essa sugestão revela minha impressão de que estar-se-ia instalando, sobretudo em razão da dispersão de interlocutores e atores e da morosidade da burocracia de ambos países, um intervalo pronunciado de tempo entre o momento em que é tomada a decisão de expressar, em documentos oficiais, as intenções e propostas acordadas entre as partes e aquele que dá início ao processo técnico de elaboração do projeto, exame das possibilidades e alternativas de sua viabilização e execução. Pareceu-me sentir no Chanceler Lewis Navarro certa decepção com esse intervalo. Preocupa-me que, persistindo a ausência de uma coordenação gerencial que se ocupe das inovadoras propostas que tem surgido nos diálogos bilaterais, corra-se o risco de desperdiçar esse momento profícuo de entendimento e concordâncias que tem inspirado as relações entre os dois países.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Embaixador

FAFM

Para: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Expedido em: 26/03/2010 10:30:28 N.º: 00211

Da SERE para
Brasemb Paris
Em 26/03/2010

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DOC/DIC
DESCR=XPRO
REF/ADIT=TEL 434
CATEG=MO

//
Promoção comercial. Brasil -
França. Promoção de
investimentos franceses no
Brasil. Bouygues Construction.
//

Nr. 00211

As informações do telegrama de referência, que muito agradeço, foram retransmitidas à Câmara Brasileira da Indústria da Construção, à Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO), à Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e às empresas de engenharia que participaram da reunião do GT de Alto Nível Brasil - França, em fevereiro último, Odebrecht e Andrade Gutierrez.

EXTERIORES

FDF/FDF

De: BRASEMB PARIS

Recebido em: 11/01/2010 15:04:05 N.º: 00039

CARAT=Reservado

De Brasemb Paris para Exteriores em 11/01/2010 (LJAY)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DPG/DCTEC/DPB/DIPI/DE I

DESCR=XPRO-BRAS-FRAN

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 2145 2009, DET 783 2009, TEL 1883 2009

CATEG=MG

//

Brasil-França. GT Econômico e
Comercial de Alto Nível.
Reunião com "Sherpas" do Setor
Privado Francês. Relato.

//

Nr. 00039

RESUMO=

Informo. Relato reunião organizada pelo Ministério da
Economia preparatória à II reunião do Grupo de
Trabalho Econômico e Comercial de Alto Nível Brasil-
França, que deverá realizar-se em Paris em 01 de
fevereiro de 2010.

No âmbito dos trabalhos preparativos para a II reunião do
Grupo de Trabalho Econômico e Comercial de Alto Nível Brasil-
França, que deverá realizar-se em Paris no dia 1º de
fevereiro de 2010, a Direção-Geral do Tesouro e da Política
Econômica (DGTPE) do Ministério da Economia convidou a
Embaixada a participar de encontro com os "sherpas" do setor
privado francês que integram a vertente empresarial do GT.
Estiveram presentes representantes das empresas Louis-Dreyfus,
Bull, EADS, Bonduelle, Sanofi-Aventis, GDF Suez e Rhodia.

2. O Subdiretor de Relações Econômicas Bilaterais da DGTPE, Thomas Courbe recordou as seis áreas temáticas prioritárias (treinamento técnico vocacional; pesquisa e desenvolvimento; transferência de tecnologia; financiamento de projetos; desenvolvimento de projetos conjuntos na África; e atração recíproca de investimentos) definidas pelo segmento empresarial, no âmbito da I reunião do GT de Alto Nível ocorrida em São Paulo em 08/09, e observou que ainda faltaria definição do lado brasileiro sobre "sherpas" do setor privado para alguns desses temas. Solicitou a colaboração do Governo brasileiro para identificar aqueles representantes empresariais.

3. Courbe repassou em seguida cada área temática, indagando aos presentes sobre avanços concretos (em termos de projetos e seus respectivos calendários) que poderiam ser anunciados na reunião de fevereiro do GT de Alto Nível. Apresento, abaixo, resumo dos principais comentários externados na ocasião:

BULL

O representante da empresa informou, na área de supercomputadores, sobre o seminário "Cooperação Brasil-França para o Estabelecimento de Sistema de Computação de Alto Desempenho no Âmbito do SINAPAD", que se realizara em Petrópolis nos dias 14 e 15 de dezembro. Os resultados desse seminário foram relatados pelo desptel 1075, de 31/12/09. Representante da Embaixada indicou que o GT poderia adotar declaração de apoio às tratativas em curso, no que foi secundado pela Bull.

SANOFI-AVENTIS

Memorando de entendimento com a Biominas teria sido assinado englobando três áreas terapêuticas: oncologia; doenças tropicais; e diabetes/hipertensão. No que diz respeito às duas primeiras, o acordo se encontraria em estágio avançado de implementação (chamado de "fase 2"), já contemplando assim desenvolvimento e produção conjunta. Com relação ao campo da diabetes/hipertensão, informou o representante da Sanofi que estaria em fase de elaboração plano de ação que incluirá, entre outros elementos, ações de financiamento à formação profissional e de "best practices".

EADS

Representante da empresa informou que um dos resultados concretos esperados seria a finalização dos contratos

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/01/2010 15:04:05 N.º: 00039

comerciais no contexto da produção compartilhada de helicópteros de transporte do tipo EC-725. Faltaria apenas a escolha, por parte da EADS, de "parceiro ideal" no Brasil para receber a tecnologia a ser transferida e, assim, habilitar-se como provedor local dos helicópteros de transporte. Meus colaboradores comentaram que a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) deveria igualmente participar desse exercício, já que teria o mandato do MDIC, em atendimento a pedido do Ministro da Defesa, para coordenar o diálogo entre a empresa francesa e o setor privado nacional.

No que diz respeito aos veículos lançadores de satélite, comentou o representante da EADS, a título confidencial, a dificuldade que vem a sua empresa enfrentando para identificar interlocutor brasileiro com quem possa estruturar cooperação nessa esfera. Em resposta, meus colaboradores observaram tratar-se de iniciativa que mereceria sentido de prioridade, uma vez que resulta do entendimento direto entre os PRs Lula e Sarkozy, refletido na Declaração Conjunta Presidencial de 07/09/09. A propósito, indicaram que a Embaixada envidaria esforços para definir ponto focal no âmbito do Governo Federal para coordenar a matéria. Propuseram que o GT endosse o início das tratativas para uma possível cooperação.

BONDUELLE

A empresa Bonduelle comunicou estar em estágio inicial o diálogo com a Embrapa para estabelecer projeto de cooperação agrônômica sobre pesquisa, irrigação e proteção fitossanitária de culturas. Estaria também aguardando reação do grupo brasileiro Caramuru sobre proposta de parceria na área de embalagem, processo de transformação e conservação de alimentos. Meus colaboradores sublinharam tratar-se de setor que o Brasil tem especial interesse e que, nesse sentido, poderíamos contemplar também outros entendimentos mais ambiciosos na área empresarial, sem prejuízo da continuidade das tratativas da empresa Bonduelle.

LOUIS-DREYFUS

No âmbito dos projetos de cooperação trilateral com a África, a empresa Louis-Dreyfus informou estar avançado o diálogo com a ETH/Odebrecht para desenvolver projetos conjuntos em Angola na área de etanol. Registro que as empresas Bonduelle (biocombustíveis) e Sanofi-Aventis (doenças tropicais) também manifestaram disposição em avaliar cooperação bilateral na África.

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/01/2010 15:04:05 N.º: 00039

GDF SUEZ

Comunicou o representante da empresa francesa as conversações que vêm sendo mantidas com a Light e a Petrobrás em matéria de energia renovável, eficiência energética, estocagem de gás, plataformas "offshore" de gás natural liquefeito e formação de engenheiros em matéria de cooperação nuclear.

OUTROS TEMAS - Concessões para o Setor Hidrelétrico na França

Representantes da Embaixada indagaram sobre a abertura das concessões do setor hidrelétrico francês à concorrência internacional. Observo, a respeito, que o Governo francês fez, recentemente, anúncio sobre a intenção de abrir, pela primeira vez desde a Lei de 1919, as concessões para o setor hidrelétrico à concorrência mundial a partir de 2011. Trata-se de decisão que se insere no contexto da reforma atual neste país da organização do mercado de eletricidade. O Ministro da Energia, Jean Louis Borloo, deverá, em 2010, apresentar as regras da operação, sobretudo no tocante ao perímetro geográfico e ao calendário de renovação das concessões. Grupos franceses (GDF Suez) e estrangeiros (o norueguês STATKRAFT e o austríaco VERBUND), já manifestaram interesse em participar do novo mercado e buscam estabelecer parcerias para participar da licitação. A STATKRAFT, interessada pelas barragens das regiões "Dordogne" e "Isère", já abriu escritório em Lyon para facilitar o contato com os "players" locais.

Meus colaboradores comentaram que a próxima reunião do GT de Alto Nível poderia ser oportunidade para prestar informações sobre o processo de abertura do mercado hidrelétrico a empresas brasileiras eventualmente interessadas. A proposta foi prontamente acolhida pelo representante da GDF Suez, que contactou posteriormente diplomata desta Embaixada para manifestar possível disposição de sua empresa em associar-se a potenciais investidores brasileiros nesse processo. Para tanto, enviou mensagem eletrônica (que estou retransmitindo ao correio eletrônico da DPG) com resumo sobre o assunto. Muito agradeceria ser informado, com a brevidade possível, sobre interesse das empresas brasileiras na eventual apresentação específica sobre o tema por ocasião da próxima reunião do GT.

OUTROS TEMAS - Criação de Subgrupo para Promover a Oferta da França para a Preparação da Copa do Mundo de 2014

Meus colaboradores transmitiram a concordância do setor privado brasileiro em criar o mencionado subgrupo. À luz do

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/01/2010 15:04:05 N.º: 00039

interesse do lado francês em avançar o diálogo nesta matéria, indago sobre possibilidade de a parte brasileira do GT Empresarial realizar apresentação na reunião do GT da Alto Nível de 01/02.

OUTROS TEMAS - Projeto "Grande Paris"

Com o intuito de incluir iniciativa de alcance semelhante ao do Subgrupo da Copa do Mundo de 2014, meus colaboradores transmitiram o interesse na criação de subgrupo para discutir as oportunidades de negócio relativas ao projeto "Grande Paris", que visa à construção de um conjunto de obras de infra-estrutura voltadas, entre outros, a assegurar a competitividade da região metropolitana da capital francesa como centro econômico e financeiro de nível internacional. A idéia foi bem acolhida pelo lado francês, que se dispôs a tentar organizar exposição sobre o assunto durante a próxima reunião do GT de Alto Nível. Muito agradeceria, portanto, também ser informado, com a brevidade possível, sobre interesse das empresas brasileiras na eventual realização de apresentação específica sobre o tema por ocasião da próxima reunião do GT.

Próxima Reunião com os "Sherpas" franceses

Thomas Courbe antecipou que a próxima reunião com os "sherpas" das empresas francesas deverá realizar-se no dia 18 de janeiro.

JOSÉ MAURICIO BUSTANI, Embaixador

FGBM

De: BRASEMB PARIS

Recebido em: 09/02/2010 15:43:30 N.º: 00237

CARAT=Reservado

De Brasemb Paris para Exteriores em 09/02/2010 (LJAY)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DE I/DME/DOI/DOMA/DPF

DESCR=GVIO-BRAS-FRAN

RTM/CLIC=

REF/ADIT=DET 99

CATEG=MG

//

Brasil-França. Visita do
Senhor Secretário-Geral a
Paris. Consultas políticas.
Subsídios. Parte I.

//

Nr. 00237

RESUMO=

Informo. Transmite primeira parte (temas bilaterais)
de subsídios e pontos de conversação atualizados, com
vistas à reunião de consultas bilaterais que o Senhor
SG deverá manter em Paris no próximo dia 16.

Com vistas à reunião de consultas políticas que o Senhor
Secretário-Geral deverá manter com seu homólogo francês nesta
capital, no dia 16 de fevereiro corrente, transmito a seguir
subsídios atualizados e sugestões de pontos de conversação
sobre os temas da agenda proposta e sobre itens adicionais
que podem vir a ser suscitados na ocasião.

I - TEMAS BILATERAIS:

- Cooperação econômico-comercial

No Plano de Ação da Parceria Estratégica (de 12/08), Brasil e França reiteraram o compromisso de ampliar e diversificar o comércio bilateral, dinamizar os investimentos e intensificar o diálogo sobre temas econômicos e comerciais bilaterais e internacionais. Com essa diretriz, foi criado, em maio de 2009, o Grupo de Trabalho Econômico e Comercial de Alto Nível Brasil-França, presidido pelo MDIC e a Ministra da Economia da França e também integrado pelo setor privado de ambos países. A primeira reunião do GT foi em São Paulo, em 08/09/09, no contexto da visita do PR Sarkozy ao Brasil; a segunda ocorreu em Paris, em 01/02/10.

Até o momento, o segmento mais dinâmico do GT tem sido o empresarial. Este é co-presidido por José Carlos Grubisich, Presidente da ETH, e Gérard Mestrallet, Presidente da GDF-Suez. Na reunião em São Paulo, os representantes do setor privado identificaram seis áreas prioritárias para a realização de projetos conjuntos. Essas áreas são: (i) treinamento técnico vocacional; (ii) pesquisa e desenvolvimento; (iii) transferência de tecnologia; (iv) financiamento de projetos; (v) desenvolvimento de projetos conjuntos na África; e (vi) atração de investimentos.

Na II reunião do GT, com a presença dos Ministros Miguel Jorge e Christine Lagarde, os empresários ampliaram o diálogo e anunciaram, em particular, os seguintes avanços: (i) reforço dos entendimentos entre a empresa francesa Bull e o setor nacional de computação de alto desempenho para a construção de um "supercomputador" no Brasil; (ii) possível atuação conjunta da Eletrobrás e GDF Suez em terceiros mercados; (iii) projetos trilaterais de produção e utilização de etanol na África entre os grupos Louis Dreyfus, Rhodia e ETH/Odebrecht; (iv) memorando de entendimento entre a Fundação Biominas e a Sanofi Aventis para a produção conjunta de medicamentos nas áreas terapêuticas de oncologia, doenças tropicais e diabetes/hipertensão; (v) interesse da EADS e Embraer em estabelecer projetos de cooperação no que tange à criação de centros de formação técnica superior; e (vi) avanço no diálogo entre a empresa EADS e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) sobre transferência de tecnologia no contexto da produção compartilhada de helicópteros de transporte do tipo EC-725.

Ainda na II reunião do GT, foram organizadas apresentações específicas para o setor privado de cada país: projetos vinculados à Copa do Mundo de 2014 e o PAC, para os franceses; e abertura das concessões hidrelétricas na França e oportunidades relacionadas ao projeto "Le Grand Paris" (que visa à construção de conjunto de obras de infra-estrutura

voltadas, entre outros, a assegurar a competitividade da região metropolitana da capital francesa como centro econômico e financeiro de nível internacional), para os brasileiros.

Ressalte-se a criação em 05/03/09, por iniciativa da Embaixada, da Câmara de Comércio do Brasil na França, cujo presidente é Carlos Ghosn, PR do grupo Renault. A Câmara já reúne, entre seus membros, as principais empresas francesas com investimentos no Brasil e constitui importante instrumento de apoio às atividades da Embaixada na área econômico-comercial.

A título de informação, o relacionamento econômico-comercial é marcado por desequilíbrio: (i) há cerca de 400 empresas francesas no Brasil e pouco mais de 20 empresas brasileiras na França; e (ii) nosso comércio bilateral tem registrado déficits (em 2008, as importações foram de USD 4,678 bilhões e as exportações de USD 4,126 bilhões; em 2009, as importações chegaram a USD 3,615 bilhões, enquanto as exportações a USD 2,905 bilhões). Os principais produtos exportados à França em 2009 foram bagaços de soja, aviões e minérios de ferro. Os principais produtos importados da França em 2009 foram partes de avião, partes de automóveis e medicamentos. A ação econômico-comercial externa da França é voltada para a obtenção de grandes contratos governamentais. Essa orientação é clara no que diz respeito ao Brasil - contratos na área militar (helicópteros, submarinos e, eventualmente, caças Rafale), construção da hidrelétrica de Jirau (GDF Suez) e trem de alta velocidade Rio-SP (interesse da Alstom), entre outros projetos.

Sugestão de pontos de conversação

Saudar a criação do GT de Alto Nível, que poderá tornar-se instrumento relevante para a aproximação empresarial estratégica e diálogo privilegiado entre os Governos sobre comércio e investimentos;

Assinalar a importância da criação da Câmara de Comércio do Brasil na França, que preenche lacuna no acervo institucional de apoio às relações bilaterais, já constituindo instrumento útil para a aproximação de ambos os setores empresariais.

- Cooperação transfronteiriça (Ponte sobre o Rio Oiapoque, acordos em negociação e temas migratórios)

Com a perspectiva de inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque em fins de 2010, que ligará os municípios de Oiapoque (lado brasileiro) e Saint Georges de l'Oyapock (lado francês), prosseguem as negociações dos acordos transfronteiriços sobre transporte rodoviário de passageiros e cargas e sobre o estabelecimento de regime especial de comércio e de transporte, relativos à abertura da fronteira entre Brasil e França (Guiana Francesa). Foram realizadas reuniões entre as delegações brasileira e francesa, em Paris, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, e estão previstas outras reuniões, em Brasília, nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2010.

Em 7 de setembro de 2009, por ocasião da visita do Presidente Sarkozy a Brasília, foi assinado Memorando de Entendimento que criou o GT para examinar questões relativas ao fluxo de pessoas entre os dois países e avançar propostas para gerir questões urgentes envolvendo o trânsito de pessoas. Embora o texto do referido documento aproxime-se mais da contraproposta brasileira, vale lembrar que o projeto de acordo apresentado originalmente pelo lado francês, de iniciativa do Ministério da Imigração, inspirava-se em acordos para a "gestão de fluxos migratórios" assinados com países da África, além de não contar com a aprovação da Chancelaria francesa.

- Cooperação na área de meio ambiente

A cooperação bilateral na área de meio ambiente beneficiou-se da implementação do Protocolo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico, cuja primeira reunião teve lugar em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto de 2009. Foram então identificadas iniciativas conjuntas de cooperação e criados grupos de trabalho em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Nos dias 2 e 3 de setembro, reuniu-se o Conselho Binacional do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, com vistas a estabelecer os critérios de avaliação e seleção dos projetos candidatos a financiamento do Centro. Discutiu-se igualmente o montante médio que seria destinado a cada projeto (entre 500 mil e 1,5 milhão de euros), tendo em vista os desafios de realizar pesquisas na Amazônia. Foi fixada a data limite de 30 de março de 2010 para o recebimento dos projetos, a tempo da segunda reunião (prevista para 6 de julho) do Conselho Binacional e do Comitê Científico do Centro, responsáveis pela seleção final dos

projetos. Aqueles eventualmente aprovados deverão ser contratados até 30 de setembro e terão início a partir do mês de outubro de 2010.

- Cooperação na área de defesa

A cooperação bilateral em matéria de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica com a França. Pelo Plano de Ação, Brasil e França se comprometeram a intensificar a cooperação em matéria de defesa, com base na transferência de tecnologia em suas vertentes técnica, operacional e de formação e treinamento. A cooperação deve basear-se no desenvolvimento de projetos conjuntos, capazes de garantir benefícios mútuos e equânimes.

Em 2009, realizaram-se importantes avanços no setor de defesa, com a conclusão dos últimos aspectos contratuais relativos tanto ao programa de helicópteros quanto de submarinos, que entraram em fase de implementação. O contrato entre Eurocopter e Helibrás trata da aquisição pelas três Armas de 50 unidades do EC-725, a serem montadas na fábrica da Helibrás, em Itajubá. O programa implica a transferência de capacidades tecnológicas e industriais, ao inserir a planta da Helibrás, que deverá ser duplicada, na estratégia de negócios mundial e regional da Eurocopter. O modelo a ser produzido pela Helibrás, em sua versão civil, poderá atender a outras necessidades nacionais, particularmente o transporte de trabalhadores até as plataformas marítimas da Petrobras. No caso dos helicópteros, foi implantado, em 25 de janeiro passado, o Grupo de Acompanhamento do Contrato (GAC), integrado por 13 militares brasileiros das três forças, que deverá permanecer instalado por 4 anos nas dependências da Eurocopter em Marignane. A entrega dos 3 primeiros helicópteros dos 50 previstos no contrato está prevista para o segundo semestre de 2010.

O programa de submarinos, que também entrou em fase de execução, contempla a transferência de equipamentos, tecnologias e métodos, bem como a assistência técnica em todas as fases do desenvolvimento de quatro submarinos brasileiros convencionais do tipo Scorpène e de um submarino destinado a receber reator nuclear e seus sistemas associados. Nos próximos meses, deverá ser implantado, nas imediações de Paris, o escritório da ET-PROSUB, integrado por 12 militares brasileiros, que terá a missão de acompanhar em bases permanentes a implementação dos contratos. Já estão em curso os contatos entre a Marinha do Brasil e a Marinha francesa, com vistas a estabelecer os parâmetros e

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/02/2010 15:43:30 N.º: 00237

especificações dos programas de formação, em nível de oficiais, para a futura tripulação brasileira do submarino nuclear.

Existe grande expectativa, no mais alto nível do governo francês, com relação ao próximo anúncio, pelo Brasil, do vencedor no processo de seleção FX-2 para a aquisição de aviões de combate. As últimas declarações do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, indicam que o assunto seria levado para a decisão pelo Presidente da República após o período do carnaval.

Vertente política da cooperação no setor de defesa desenvolve-se ao abrigo das reuniões de Diálogo Estratégico Brasil-França, (ou "2+2"), mecanismo que reúne participantes das respectivas Chancelarias e das pastas de Defesa. A terceira reunião do mecanismo deverá realizar-se no mês de abril próximo em Paris. O temário preliminar da reunião contempla: i) atualização sobre os respectivos esquemas de cooperação regional em defesa (Conselho de Defesa Sul-Americano, no caso do Brasil, e PESD e OTAN, no caso francês); ii) troca de informações sobre a África, inclusive no que diz respeito a possibilidades de cooperação triangular; iii) Irã; iv) processo de paz no Oriente Médio; v) interesse francês na percepção estratégica do Brasil com relação à iniciativa IBAS; vi) diálogo sobre desarmamento e não-proliferação, com ênfase no processo de reexame do TNP.

Sugestão de pontos de conversação

Congratular-se pelos avanços realizados em 2009 nos programas de helicópteros e submarinos, que consolidam novas bases para a parceria no setor de defesa.

Enfatizar a importância de se levar a cabo diálogo estratégico estruturado, como forma de dar conteúdo político à parceria estratégica no setor da defesa, que deve ir além das operações de aquisição e desenvolvimento de armamentos.

- Cooperação conjunta em terceiros países

Brasil e França mantêm projetos-piloto de cooperação na África, voltados principalmente para a agricultura.

No Camarões, foi estabelecida parceria entre a EMBRAPA e o Institut de Recherche Agricole pour le Développement - IRAD, para a formação de recursos humanos e transferência de tecnologia para a cacauicultura. Em Moçambique, EMBRAPA/CERRADOS e IRAD firmaram projeto voltado para a

agricultura de conservação, que visa à melhoria dos processos de produção e do manejo dos recursos naturais, especialmente solo e água, pelos pequenos agricultores.

Em reunião informal realizada no Quai d'Orsay em janeiro passado, o Sub-Diretor da Direção de Américas informou que os Embaixadores franceses nas capitais africanas que contam com representação diplomática brasileira serão instruídos a contatar seus homólogos brasileiros a fim de realizarem reflexão prospectiva acerca de projetos de cooperação que possam ser submetidos à avaliação de ambas chancelarias.

Sugestão de ponto de conversação

Congratular-se com a França pelos êxitos dos programas de cooperação trilateral em países africanos, e deseja expandir o potencial de projetos voltados, entre outros, para o desenvolvimento da agricultura sustentável, da produção de biocombustíveis, da reciclagem de materiais, na perspectiva da geração de renda, do combate à fome e da promoção da inclusão social

- Cooperação educacional

A cooperação em matéria de educação é um dos pilares da parceria estratégica Brasil-França. Em dezembro de 2008, foi assinado Protocolo sobre Cooperação no domínio do Ensino Profissional.

Há mais de 30 anos, a Embaixada mantém leitorados nas universidades francesas, com o objetivo de apoiar o ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira na França. Essa colaboração tem fortalecido os laços entre as universidades dos dois países.

Ante o período de restrições orçamentárias por que atravessa o Estado francês, o Ministério da Educação Nacional vem reduzindo as contratações de professores de português para o ensino de primeiro e segundo graus. Por conseguinte, o número de alunos que busca a graduação em língua portuguesa poderá diminuir, em função dos cortes de vagas no magistério.

Nesse contexto, o interesse de escolas e universidades francesas em manter um professor brasileiro tem aumentado. Essa demanda, contudo, tem crescido de maneira inversamente proporcional ao programa brasileiro de leitorados no país. Em 2000, o Brasil mantinha, distribuídos pelas universidades francesas, 15 leitores; em 2003, 14 leitores; em 2004, 10

leitores. Hoje, restam apenas 7 leitores.

A partir de setembro de 2010 será criado novo leitorado na Universidade de Bordeaux 3. Em janeiro último, a Universidade Paris IV Sorbonne propôs retomar o leitorado que vigorou naquela instituição entre 1999 a 2003. Tal iniciativa poderá contribuir para reverter a redução do programa de leitorados.

Sugestão de ponto de conversação

Solicitar que as autoridades educacionais francesas revejam a política de cortes de vagas no ensino do português, à luz não somente da parceria estratégica, mas sobretudo do fato de que o português se encontra entre as 8 línguas mais faladas no mundo.

Solicitar a redução do prazo para a concessão de visto para estudantes brasileiros virem à França (atualmente, o prazo é de até três meses).

- Outros temas de cooperação

i. Cooperação descentralizada

Em 3 e 4 de dezembro, realizou-se em Lyon, o III Encontro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira. Os encontros anteriores ocorreram em Marselha, em 2006, e em Belo Horizonte, em 2007. O próximo, em data ainda a ser definida, será realizado em Fortaleza, em promoção conjunta da Prefeitura da Capital e do Governo do Estado do Ceará.

Atualmente, repertoriam-se 74 projetos de cooperação, reunindo 28 coletividades francesas e 42 brasileiras. A França conta com organismo paraestatal - Cités Unies - encarregado de promover parcerias internacionais para suas coletividades locais (Regiões, Departamentos e Comunas). O Quai d'Orsay conta, em seu organograma, com estrutura específica para apoio e acompanhamento da cooperação descentralizada, a "Délégation pour l'action extérieure des collectivités", ligada à Direção-Geral de Globalização, do Desenvolvimento e das Parcerias. No Brasil, a instância de acompanhamento do tema é a Secretaria de Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Ao final do encontro de dezembro último, foi divulgada a "Carta de Lyon", com proposta de expansão dos projetos, criação de banco de dados acessíveis pelas prefeituras e implementação, em cada país, de fundos específicos para o

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/02/2010 15:43:30 N.º: 00237

apoio à cooperação descentralizada. Propõe-se, igualmente, a consolidação do Comitê Misto da Cooperação Descentralizada, e a sua associação às reuniões regulares do Comitê Misto Binacional.

Cabe observar que o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008, encontra-se ainda sob exame no Congresso Nacional. Do lado francês, foi ratificado pelo legislativo em agosto de 2009.

Sugestão de ponto de conversação

Saudar o êxito do III Encontro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira (Lyon, dez/09). Desejamos impulsionar as parcerias nesse âmbito, tendo presente as diferenças entre a estrutura administrativa das coletividades francesas e o Estado federal brasileiro. Esperamos oferecer às coletividades francesas interessadas diversos projetos bem sucedidos desenvolvidos no Brasil, entre outros, em matéria de gestão ambiental, educação, combate à exclusão social e reciclagem de lixo.

ii. Cooperação judiciária

Brasil e França mantêm excelente relacionamento em matéria de cooperação judiciária, realizada diretamente entre as Autoridades Centrais (Ministério da Justiça) de cada país. Todavia, alguns poucos casos isolados podem dar margem a explorações sensacionalistas pela imprensa local. São exemplos recentes: separação de casais binacionais, com um dos cônjuges deixando o país com os filhos do casal, ensejando denúncia, pelo outro cônjuge, de seqüestro internacional de crianças; e prisão de turistas franceses relacionada a vôo cancelado da TAM. A ACAF brasileira se predispõe a manter reunião com representantes da Embaixada da França em Brasília para responder e esclarecer a questões pendentes neste domínio.

Sugestão de ponto de conversação

Ressaltar que o contínuo incremento do fluxo de turistas entre os dois países, bem como o de casais binacionais residentes na França ou no Brasil, atestam a densidade de nossas relações. Por vezes, o desconhecimento das especificidades da legislação civil de cada qual dos países

pode gerar incompreensões e dúvidas em setores de nossas sociedades. As autoridades brasileiras podem reunir-se com os representantes diplomáticos em Brasília para passar em revista os casos em andamento.

iii. Intercâmbio de diplomatas

Cerca de dez a doze diplomatas estrangeiros são lotados a cada ano no Quai d'Orsay, em sua maioria provenientes da Alemanha e do Reino Unido. O objetivo do programa é desenvolver o conhecimento mútuo dos métodos de trabalho de cada Chancelaria, promovendo, ao mesmo tempo, oportunidade de fortalecimento de vínculos pessoais que trarão benefícios para o relacionamento direto entre os agentes diplomáticos dos dois países.

O Brasil é o único país em desenvolvimento com o qual a França mantém este programa, por meio de acordo assinado em 2006. O intercâmbio franco-brasileiro entrou em vigor em setembro de 2007, com a designação de diplomata brasileiro (PS Rubem Mendes de Oliveira) que foi lotado, durante um ano, na Direção de África e Oceano Índico do Quai d'Orsay, e de diplomata francesa (Cecile Merle) que foi lotada, por igual período, no Departamento de Europa do MRE. Atualmente em seu segundo período de intercâmbio, diplomata francês (Bruno Margueritte, antigo "desk" Brasil no QdO) encontra-se lotado na ABC, e diplomata brasileira oriunda da DE-I (SS Vivian Alves Rodrigues da Silva) trabalha na Direção-Geral de Globalização do Quai d'Orsay, onde se ocupa de temas de meio ambiente.

O caráter inédito do programa, do ponto de vista da SERE, pode dar ensejo a certo desconhecimento acerca dos meios de proteção de informações sigilosas, por exemplo, assim como o reduzido aproveitamento, pelas diversas instâncias do Itamaraty, dos contatos pessoais diretos que podem ser mantidos com os diplomatas participantes do programa atualmente lotados na Embaixada da França em Brasília.

Sugestão de ponto de conversação

Sublinhar que o Brasil avalia muito positivamente o intercâmbio de diplomatas iniciado entre nossas duas Chancelarias em 2007. Podemos realizar, até a conclusão dos intercâmbios atuais, reunião informal de reflexão e de prospectiva com vistas a avaliar a experiência mútua dos diplomatas participantes do programa.

- Novos caminhos para o futuro (declaração conjunta de 07/09/09)

i. Supercomputadores

A área das tecnologias da informação figura entre os compromissos assumidos na Parceria Estratégica. A modalidade da cooperação considerada - que recebeu o "sinal verde" do Eliseu - é o desenvolvimento de supercomputadores no Brasil.

A empresa BULL, líder do setor de informática de alto desempenho na França, tem demonstrado interesse em estabelecer parceria com o Brasil nessa área, inclusive mediante transferência de tecnologia de "High Performance Computing" para aplicações industriais e científicas e para a produção de "softwares" de utilidade para diversos setores socioeconômicos no Brasil. Um dos resultados recentes dessa aproximação foi a realização em Petrópolis, em 14 e 15/12/08, do seminário "Cooperação Brasil-França para o Estabelecimento de Sistema de Computação de Alto Desempenho no Âmbito do SINAPAD". O evento contou com cerca de 70 participantes, representando 30 instituições que operam com sistemas de computação extrema em ambos países.

As discussões em Petrópolis tiveram como base três grandes linhas temáticas: (i) transferência de tecnologia e infra-estrutura do centro de processamento de dados; (ii) formação, qualificação, treinamento e aplicações de computação de alto desempenho; e (iii) gestão, financiamento e modelo de negócios. O seminário resultou na adoção de plano de ação, cuja execução será iniciada pelo Governo brasileiro ainda no primeiro quadrimestre de 2010.

A empresa BULL demonstrou estar disposta não só a efetuar transferência de tecnologia, mas principalmente a gerar as condições para a absorção dessa tecnologia no Brasil, em todas as fases e aplicações do projeto. Deverá apresentar proximamente minuta de contrato de gestão do sistema a ser celebrado com o Governo ou empresa estatal brasileira, possivelmente a COBRA informática (pertencente ao Banco do Brasil).

Sugestão de ponto de conversação

Saudar a definição dos parâmetros iniciais para a cooperação nessa área, particularmente estratégica, e manifestar a disposição do Governo brasileiro em executar o plano de ação identificado em Petrópolis.

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/02/2010 15:43:30 N.º: 00237

ii. Cooperação em veículos lançadores de satélites

A cooperação em veículos lançadores de satélite (VLS) foi objeto de entendimento expresso entre o PR Lula e seu homólogo francês no ano passado. Como resultado, o tema figura como possível nova área de cooperação na Declaração Conjunta Presidencial de 07/09/09.

A empresa francesa EADS vem buscando implementar as recomendações do Plano de Ação relativas à cooperação na área espacial. Quanto ao VLS, representante do grupo confidenciou à Embaixada estar enfrentando dificuldade dupla para avançar as tratativas: (a) haveria resistências na França à cooperação com o Brasil na área; e (b) a empresa não teria ainda logrado identificar interlocutor brasileiro para ser o ponto focal nas conversações sobre a matéria.

Diante do que precede, o Chefe do Posto sugeriu que a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) seja consultada sobre a possibilidade de exercer a coordenação dos entendimentos sobre a matéria com o Governo francês, inclusive a EADS (vide tel 176, de 27/01).

Sugestão de ponto de conversação

Expressar o interesse do Governo brasileiro em avançar na cooperação em veículos lançadores de satélite, conforme recomendação dos PRs em setembro passado.

Assinalar que o Governo brasileiro definirá, em breve, o órgão que coordenará estas tratativas com a França.

JOSÉ MAURICIO BUSTANI, Embaixador

De: BRASEMB PARIS

Recebido em: 18/02/2009 12:17:20 N.º: 00247

CARAT=Reservado

De Brasemb Paris para Exteriores em 18/02/2009 (MSP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGEC/DODC/DE I
DESCR=KDAC
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-França. Ano da França
no Brasil. Dificuldades de
organização e financiamento.
Sugestões.
//

Nr. 00247

RESUMO=
comenta problemas de organização e financiamento no
lado brasileiro do Comissariado binacional para o Ano
da França no Brasil e sugere linhas de ação.

PARA CONHECIMENTO DO SENHOR SG, DO SENHOR SGEC E DA SENHORA
CHEFE DO GABINETE

A menos de dois meses da inauguração oficial do Ano da França
no Brasil, a preparação da temporada francesa vem enfrentando
sérios problemas de financiamento e organização, que trazem o
risco de fazer naufragar as principais atividades previstas
naquele calendário.

2. Até a última sexta-feira, dia 13 de fevereiro, o
espetáculo pirotécnico previsto para a cerimônia de
inauguração do Ano da França não havia sido inscrito na Lei
Rouanet. Segundo informações da Diretoria de Relações

Internacionais (DRI) do MINC, o projeto teria recebido parecer desfavorável da FUNARTE, o que impediu que fosse submetido à última reunião mensal da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Por conseguinte, todo o processo de captação de recursos estaria paralisado, a despeito da existência de patrocinadores interessados em financiar os cerca de 2 milhões de reais necessários à realização do evento. A DRI-MINC estaria empenhada em resolver o caso por meio de uma aprovação excepcional do projeto, após gestões junto à FUNARTE.

3. O caso em tela é sintomático dos problemas enfrentados, do lado brasileiro, para a preparação do Ano da França no Brasil. Recordo, por exemplo, que o Comissariado brasileiro e a Comissão Interministerial responsáveis pela coordenação das atividades de organização a temporada francesa somente foram instituídos oficialmente por Decreto em 04 de setembro de 2008. Até o presente momento, não se constituiu um comitê de mecenas brasileiro correspondente à associação de grandes empresas francesas que, desde fevereiro, reúne-se com vistas a financiar as principais atividades do calendário oficial.

4. Ademais, projetos considerados prioritários pelo comitê binacional, do qual faz parte tanto o MRE quanto o próprio MINC, têm sido rejeitados pela CNIC. Além do espetáculo de fogos, o Festival Amazonas de Ópera, que consagrará sua 13ª edição integralmente ao repertório francês, também teve sua inscrição na Lei Rouanet rejeitada. Os contatos da organização do Festival em nível administrativo foram insuficientes para resolver o problema, de ordem puramente burocrática, e fez-se necessária uma visita urgente do Maestro Luiz Malheiro, diretor do Festival, ao Ministério da Cultura, em Brasília, sem que isso significasse solução para a questão.

5. Devo aqui expressar meu reconhecimento pelos esforços empreendidos pelo Departamento Cultural do Itamaraty, bem como pela Diretoria de Relações Internacionais do MINC, que, nessas ocasiões, tem mostrado grande disposição, habilidade e criatividade para tentar solucionar os diversos contratempores no processo de preparação da temporada francesa. Da mesma forma, entendo perfeitamente o zelo com que os técnicos do MINC e da FUNARTE avaliam as propostas que lhe são apresentadas, e estou plenamente consciente de que é obrigação dos proponentes apresentar projetos de acordo com as exigências da lei.

6. Não obstante, os fatos acima arrolados parecem indicar a necessidade de decisões mais céleres do lado brasileiro, para

a preparação do Ano da França. É patente o contraste entre o tratamento dos preparativos no Brasil durante o ano de 2008 e o completo engajamento do Governo e das instituições francesas para a organização do Ano do Brasil em 2005. Registre-se, ademais, que a própria sociedade brasileira foi tomada de enorme entusiasmo pelo Ano da França, e que o calendário oficial conta com mais de 600 eventos chancelados, a imensa maioria dos quais resultantes de parcerias binacionais.

7. Se as dificuldades de ordem burocrática podem ser contornadas por meio de maior coordenação interministerial, permanece ainda o problema de encontrar financiamento para a vasta e diversificada programação aprovada pelo Comissariado binacional. A ausência de um Comitê de mecenas brasileiro reduz drasticamente a capacidade de levantamento de fundos para a temporada. Enquanto no comitê de mecenas francês as empresas francesas deliberam conjuntamente (e em coordenação com a Culturesfrance) a alocação de um fundo comum de 1,6 bilhão de euros, no Brasil os proponentes de projetos não têm amparo institucional equivalente, e competem individualmente por fatias das verbas de marketing dos grandes patrocinadores privados nacionais. As filiais francesas de grandes empresas brasileiras, como a TAM, estão buscando mobilizar os departamentos de marketing de suas matrizes, mas tais esforços são limitados pela importância das receitas dessas filiais no balanço global das empresas. Tradicionais patrocinadores de eventos como a Gerdau, a Odebrecht, a Natura, os Bancos Safra e Real também estão praticamente ausentes do Ano da França no Brasil.

8. Nem mesmo a participação de estatais brasileiras está, a esta altura, garantida. O Comissariado binacional aguarda o posicionamento da Petrobrás em relação a uma série de projetos. A propósito, a francesa Vallurec, parceira da Petrobrás na construção de equipamentos para prospecção em águas profundas, estaria disposta a co-patrocinar atividades selecionadas pela empresa brasileira. O único evento pelo qual aquela estatal teria manifestado interesse seria o projeto do Centro Internacional de Músicas Negras de Salvador, mas o patrocínio estaria condicionado a uma sinalização do Governo brasileiro sobre a importância atribuída ao projeto. Além da Petrobrás, outras estatais também não se manifestaram ainda a respeito dos projetos que lhes foram propostos, como Furnas, BNDES, Banco do Nordeste e a CESF.

9. A reversão deste quadro gravíssimo exige, a meu ver, gestões em elevado nível junto às diretorias das empresas

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/02/2009 12:17:20 N.º: 00247

citadas. Da minha parte, já contatei o Ministro da Cultura sobre projetos específicos, como o Festival de Ópera de Manaus. Não obstante, considero fundamental reunião no mais alto nível entre o MRE, o MINC, a SECOM-PR e o Comissariado brasileiro a fim de desbloquear definitivamente o processo burocrático que, hoje, poderá ser responsável pelo cancelamento dos mais importantes eventos programados para o Ano da França no Brasil.

10. Finalmente, indico as atividades prioritárias do calendário do Ano da França para as quais ainda não estaria garantido financiamento do lado brasileiro: espetáculo pirotécnico que abre as festividades do Ano no Rio de Janeiro, em 21 de abril; Festival Amazonas de Ópera; Festival Mundial do Circo (Belo Horizonte); Centro Internacional de Musicas Negras de Salvador; "Station Brésil", projeto de concertos itinerantes; e a apresentação da "Orchestre des Champs Elysées" em Brasília (no momento, a formação se apresentará somente em São Paulo). (Heitor Granafei)

José Mauricio Bustani, Embaixador

HG

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/02/2009 15:53:54 N.º: 00250

De Brasemb Paris para Exteriores em 18/02/2009 (MSP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=SGEC/DODC/DE I
DESCR=KDAC
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 247
CATEG=MG

//

Brasil-França. Ano da França
no Brasil. Dificuldades de
organização e financiamento.
Sugestões.

//

Nr. 00250

RESUMO=

comenta problemas de organização e financiamento no
lado brasileiro do Comissariado binacional para o Ano
da França no Brasil e sugere linhas de ação.

REPETIÇÃO PARA CORREÇÃO DE TEXTO

PARA CONHECIMENTO DO SENHOR SG, DO SENHOR SGEC E DA SENHORA
CHEFE DO GABINETE

A dois meses da inauguração oficial do Ano da França no
Brasil, a preparação da temporada francesa vem enfrentando
sérios problemas de financiamento e organização, que trazem o
risco de fazer naufragar as principais atividades previstas
naquele calendário.

2. Até a última sexta-feira, dia 13 de fevereiro, o

espetáculo pirotécnico previsto para a cerimônia de inauguração do Ano da França não havia sido inscrito na Lei Rouanet. Segundo informações da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) do MINC, o projeto teria recebido parecer desfavorável da FUNARTE, o que impediu que fosse submetido à última reunião mensal da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Por conseguinte, todo o processo de captação de recursos estaria paralisado, a despeito da existência de patrocinadores interessados em financiar os cerca de 2 milhões de reais necessários à realização do evento. A DRI-MINC estaria empenhada em resolver o caso por meio de uma aprovação excepcional do projeto, após gestões junto à FUNARTE.

3. O caso em tela é sintomático dos problemas enfrentados, do lado brasileiro, para a preparação do Ano da França no Brasil. Recordo, por exemplo, que o Comissariado brasileiro e a Comissão Interministerial responsáveis pela coordenação das atividades de organização a temporada francesa somente foram instituídos oficialmente por Decreto em 04 de setembro de 2008. Até o presente momento, não se constituiu um comitê de mecenas brasileiro correspondente à associação de grandes empresas francesas que, desde fevereiro, reúne-se com vistas a financiar as principais atividades do calendário oficial.

4. Ademais, projetos considerados prioritários pelo comitê binacional, do qual faz parte tanto o MRE quanto o próprio MINC, têm sido rejeitados pela CNIC. Além do espetáculo de fogos, o Festival Amazonas de Ópera, que consagrará sua 13ª edição integralmente ao repertório francês, também teve sua inscrição na Lei Rouanet rejeitada. Os contatos da organização do Festival em nível administrativo foram insuficientes para resolver o problema, de ordem puramente burocrática, e fez-se necessária uma visita urgente do Maestro Luiz Malheiro, diretor do Festival, ao Ministério da Cultura, em Brasília, sem que isso significasse solução para a questão.

5. Devo aqui expressar meu reconhecimento pelo esforços empreendidos pelo Departamento Cultural do Itamaraty, bem como pela Diretoria de Relações Internacionais do MINC, que, nessas ocasiões, tem mostrado grande disposição, habilidade e criatividade para tentar solucionar os diversos contratemplos no processo de preparação da temporada francesa. Da mesma forma, entendo perfeitamente o zelo com que os técnicos do MINC e da FUNARTE avaliam as propostas que lhe são apresentadas, e estou plenamente consciente de que é obrigação dos proponentes apresentar projetos de acordo com as exigências da lei.

6. Não obstante, os fatos acima arrolados parecem indicar a necessidade de decisões mais céleres do lado brasileiro, para a preparação do Ano da França. É patente o contraste entre o tratamento dos preparativos no Brasil durante o ano de 2008 e o completo engajamento do Governo e das instituições francesas para a organização do Ano do Brasil em 2005. Registre-se, ademais, que a própria sociedade brasileira foi tomada de enorme entusiasmo pelo Ano da França, e que o calendário oficial conta com mais de 600 eventos chancelados, a imensa maioria dos quais resultantes de parcerias binacionais.

7. Se as dificuldades de ordem burocrática podem ser contornadas por meio de maior coordenação interministerial, permanece ainda o problema de encontrar financiamento para a vasta e diversificada programação aprovada pelo Comissariado binacional. A ausência de um Comitê de mecenas brasileiro reduz drasticamente a capacidade de levantamento de fundos para a temporada. Enquanto no comitê de mecenas francês as empresas francesas deliberam conjuntamente (e em coordenação com a Culturesfrance) a alocação de um fundo comum de 1,6 bilhão de euros, no Brasil os proponentes de projetos não têm amparo institucional equivalente, e competem individualmente por fatias das verbas de marketing dos grandes patrocinadores privados nacionais. As filiais francesas de grandes empresas brasileiras, como a TAM, estão buscando mobilizar os departamentos de marketing de suas matrizes, mas tais esforços são limitados pela importância das receitas dessas filiais no balanço global das empresas. Tradicionais patrocinadores de eventos como a Gerdau, a Odebrecht, a Natura, os Bancos Safra e Real também estão praticamente ausentes do Ano da França no Brasil.

8. Nem mesmo a participação de estatais brasileiras está, a esta altura, garantida. O Comissariado binacional aguarda o posicionamento da Petrobrás em relação a uma série de projetos. A propósito, a francesa Vallurec, parceira da Petrobrás na construção de equipamentos para prospecção em águas profundas, estaria disposta a co-patrocinar atividades selecionadas pela empresa brasileira. O único evento pelo qual aquela estatal teria manifestado interesse seria o projeto do Centro Internacional de Músicas Negras de Salvador, mas o patrocínio estaria condicionado a uma sinalização do Governo brasileiro sobre a importância atribuída ao projeto. Além da Petrobrás, outras estatais também não se manifestaram ainda a respeito dos projetos que lhes foram propostos, como Furnas, BNDES, Banco do Nordeste e a CESF.

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/02/2009 15:53:54 N.º: 00250

9. A reversão deste quadro gravíssimo exige, a meu ver, gestões em elevado nível junto às diretorias das empresas citadas. Da minha parte, já contatei o Ministro da Cultura sobre projetos específicos, como o Festival de Ópera de Manaus. Não obstante, considero fundamental reunião no mais alto nível entre o MRE, o MINC, a SECOM-PR e o Comissariado brasileiro a fim de desbloquear definitivamente o processo burocrático que, hoje, poderá ser responsável pelo cancelamento dos mais importantes eventos programados para o Ano da França no Brasil.

10. Finalmente, indico as atividades prioritárias do calendário do Ano da França para as quais ainda não estaria garantido financiamento do lado brasileiro: espetáculo pirotécnico que abre as festividades do Ano no Rio de Janeiro, em 21 de abril; Festival Amazonas de Ópera; Festival Mundial do Circo (Belo Horizonte); Centro Internacional de Musicas Negras de Salvador; "Station Brésil", projeto de concertos itinerantes; e a apresentação da "Orchestre des Champs Elysées" em Brasília (no momento, a formação se apresentará somente em São Paulo). (Heitor Granafei)

José Mauricio Bustani, Embaixador

HG

De: BRASEMB PARIS

Recebido em: 12/02/2010 16:00:11 N.º: 00253

CARAT=Reservado

De Brasemb Paris para Exteriores em 12/02/2010 (LJAY)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=AIG/DE I

DESCR=IMPR-BRAS-FRAN

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 137, DET 104

CATEG=MG

//

Brasil-França. Imprensa.

Visita ao Brasil de
jornalistas da área da defesa.

Proposta de programa e
consulta.

//

Nr. 00253

RESUMO=

Informo. Transmite projeto de programação para a visita ao Brasil pretendida pela Associação de Jornalistas de Defesa (AJD) da França. Consulta sobre a viabilidade do programa proposto, sobre os prazos necessários para a correta organização da visita e sobre as possibilidades de atender a determinadas necessidades logísticas.

À ATENÇÃO DO EMBAIXADOR MARCOS PINTA GAMA, ASSESSOR ESPECIAL
DO SECRETÁRIO-GERAL

O presidente da Associação de Jornalistas de Defesa (AJD) da França, Frédéric Pons, visitou a Embaixada na última quarta-feira, 10 de fevereiro, a fim de dar seguimento às

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/02/2010 16:00:11 N.º: 00253

conversações sobre a projetada visita ao Brasil de grupo de jornalistas franceses especializados no setor da defesa (tel 137 e desptel 104). O Presidente da AJD esteve acompanhado por Bruno Racouchout, diretor de empresa de consultoria da área da comunicação (COMES), encarregado da projetada visita ao Brasil.

2. Pela Embaixada, estiveram presentes o Ministro-Conselheiro Laudemar Aguiar, o Conselheiro Christian Vargas e o Coronel Marcelo Kanitz Damasceno, Adido de Aeronáutica e de Defesa. Em linha com o que tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o Ministro Nelson Jobim por ocasião de passagem sua por esta capital e nos termos do desptel 104, meus colaboradores comunicaram que o Ministério da Defesa havia acolhido favoravelmente a iniciativa. Indicaram, do mesmo modo, as possibilidades e as limitações de apoio para a organização da visita.

3. O Presidente da AJD reafirmou o grande interesse que a associação confere à visita ao Brasil, que contribuiria para a divulgação, na França, das capacidades do país e do alcance da parceria estratégica entre os dois países. Pons confirmou que a associação se encarregaria dos custos de passagens aéreas (para o Brasil e no interior do país), hospedagem e alimentação do grupo de cerca de 12 jornalistas que integrariam a delegação. Consultou, no entanto, se seria possível contar com algum apoio logístico adicional por parte do Ministério da Defesa (deslocamentos terrestres do grupo, presença de oficial de ligação para garantir o correto cumprimento da agenda, eventual alojamento a baixo custo em instalação de natureza militar). Argumentou que, nas experiências pregressas desta natureza, a AJD geralmente contara com certo grau de apoio e acompanhamento por parte das autoridades locais.

4. Meus colaboradores ficaram de transmitir a consulta a Brasília e estimaram que, em alguns trechos da viagem, poderia ser possível para a AJD buscar algum tipo de suporte complementar junto ao setor privado. A partir dos interesses apresentados pela parte francesa, foi possível elaborar primeiro projeto de programa, de caráter muito preliminar, bem como identificar determinadas necessidades logísticas a equacionar, que apresento a seguir:

- Domingo (dia 0)

noite: partida de Paris para Brasília

- Segunda-feira (dia 1)

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/02/2010 16:00:11 N.º: 00253

final da manhã: chegada a Brasília

(possibilidade de micro-ônibus para os traslados em Brasília?)

tarde: livre

- Terça-feira (dia 2)

manhã:

Ministério da Defesa - apresentação sobre a Estratégia Nacional de Defesa e contato com a área de comunicação social do MD

tarde:

Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR - apresentação sobre os desafios de longo prazo do Brasil

Ministério das Relações Exteriores - apresentação das grandes linhas da política externa brasileira e de aspectos relacionados à área de segurança e defesa (Conselho Sul-Americano de Defesa)

- Quarta-feira (dia 3)

manhã e tarde: visita à Base Aérea de Anápolis - defesa aérea e operação dos Mirage 2000

(possibilidade de transporte terrestre?)

Quinta-feira (dia 4)

manhã: embarque para Manaus

(possibilidade de micro-ônibus em Manaus?)

tarde: visita ao Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) do Exército

- Sexta-feira (dia 5)

manhã:

Sistema Integrado de Proteção da Amazônia (SIPAM) - visita às instalações e apresentação dos sistema

tarde:

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/02/2010 16:00:11 N.º: 00253

Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo
(CINDACTA IV) - visita às instalações e apresentação da
operação do centro

- Sábado (dia 6)

Visita a um pelotão de fronteira

(necessidade de apoio logístico do MD e aeronave da FAB)

- Domingo (dia 7)

Dia livre em Manaus

- Segunda-feira (dia 8)

manhã: embarque para São Paulo

(possibilidade de apoio terrestre em São Paulo?)

tarde: reunião com representantes do Comitê de Defesa
(COMDEFESA) da FIESP

- Terça-feira (dia 9)

Visita ao Projeto Aramar, em Sorocaba - submarino nuclear

(possibilidade de apoio terrestre para a viagem?)

- Quarta-feira (dia 10)

Visita a São José dos Campos - EMBRAER, CTA e INPE

noite: partida para o Rio de Janeiro

(possibilidade de apoio terrestre para a viagem?)

- Quinta-feira (dia 11)

manhã: contatos com a DCNS e a Odebrecht - implementação do
Projeto PROSUB com a França

tarde: visita à Petrobrás - apresentação sobre o pré-sal

- Sexta-feira (dia 12)

Visita à Escola Superior de Guerra - balanço e contexto
integrado da viagem

5. Quanto ao momento para a realização da visita, mencionou-se, a título exploratório, o período inicialmente aventado de abril próximo. Tendo em vista a complexidade e ambição do programa sugerido, muito agradeceria conhecer a opinião do Ministério da Defesa sobre os prazos necessários para a correta organização da visita, bem como sobre a possibilidade de atender às necessidades pontuais de apoio logístico identificadas. (Christian Vargas)

JOSÉ MAURICIO BUSTANI, Embaixador

CV

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/05/2008 13:28:24 N.º: 00718

De Brasemb Paris para Exteriores em 22/05/2008 (MSP)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=AFEPA/COCIT/DOC/DE I/SPD
DESCR=ASEG-BRAS-FRAN
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Brasil-França. Parceria
Estratégica. Defesa. Missão
parlamentar ao Brasil (03-
04/07/2008). Agendamento de
encontros. Pedido de apoio.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DE I/AFEPA/COCIT/DOC/SPD em 27/05/2008

Nr. 00718

RESUMO=
Comunica ida ao Brasil (03-04/07) de missão
parlamentar francesa na área de defesa, a ser
chefiada pelo Presidente da Comissão de Defesa da
Assembléia Nacional, Guy Tessier. O lado francês
solicita apoio para marcar encontros e montar
programa.

À ATENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL

O Senhor Philippe Farge (philippe.farge@dcnsgroup.com) -
Conselheiro de Comércio Exterior da França e um dos
principais responsáveis pela organização do evento - confirma
a ida ao Brasil (03-04/07) de missão parlamentar francesa na
área de defesa, a ser chefiada pelo "Presidente da Comissão

de Defesa Nacional e das Forças Armadas da Assembléia Nacional", Senhor Guy Tessier. Este se fará acompanhar por grupo de parlamentares franceses (em torno de sete) e alguns industriais do setor. O objetivo precípua da missão é o de dar continuidade - desta feita, na vertente parlamentar - aos entendimentos que vêm sendo mantidos entre autoridades de ambos os lados com vistas ao adensamento da Parceria Estratégica franco-brasileira no domínio da defesa, no âmbito da qual se destaca, recentemente, a missão ao Brasil (24-25/04) do Almirante Edouard Guillaud, Chefe de Estado-Maior Particular do Presidente Nicolas Sarkozy. Este, recorde-se, deverá ir ao Brasil no final deste ano (22-23/12) para participar da II Cúpula Brasil-UE, a ser seguida de encontro franco-brasileiro, quando se tenciona celebrar instrumento bilateral que contemple projetos concretos na área de defesa.

2.A missão parlamentar em apreço inscreve-se igualmente no quadro mais amplo de consultas mantidas entre os Presidentes Lula e Sarkozy (Saint-Louis de l'Oyapock, 12 de fevereiro) e no contexto da visita à França (fins de janeiro) dos Ministros Nelson Jobim, Mangabeira Unger e do Professor Marco Aurélio Garcia, ocasião em que se entrevistaram com o mandatário francês e seus respectivos homólogos. Essa visita serviu igualmente para a assinatura, em 29 de janeiro, do "Acordo Brasil-França Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças".

3.O lado francês salienta tratar-se de uma de suas primeiras missões parlamentares do gênero ao Brasil, se levados em conta a importância da composição da delegação e o enfoque em temas de defesa. Segundo consta, missão parlamentar francesa com formato e propósitos semelhantes efetuou visita a países do Oriente Médio, em 2007.

4.No tocante ao intercâmbio de parlamentares, registre-se a visita a Paris de delegação congressual brasileira, em 24 de outubro de 2007 (vide tels 1202 e 1182), atendendo a convite do Senhor Guy Tessier. O objetivo foi o exame da cooperação industrial e em pesquisa no campo naval. A missão brasileira foi integrada, à época, pelos deputados Marcondes Gadelha (PSB-PB), Carlos Zarattini (PT-SP), Ana Isabel Mesquita de Oliveira (PMDB-PA) e o Senador Sergio Zambiasi (PTB-RS).

5.Quanto à missão parlamentar francesa - organizada logisticamente pela consultoria "Défense & Stratégie" (cujo Presidente é Nicolas Pillet / contact@defense-et-strategie.fr) -, Guy Tessier deverá fazer-se acompanhar, inter alia, de Philippe Vitel, Vice-Presidente da Comissão de Defesa; Jean-Claude Lenoir, Deputado e Presidente do Grupo de

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/05/2008 13:28:24 N.º: 00718

Trabalho de Amizade França-América Latina; Christophe Guilloteau, Secretário da Comissão de Defesa e encarregado do "grupo de trabalho sobre indústrias de defesa". No que se refere aos industriais, foram convidados representantes das seguintes empresas: THALES, EADS, ASTRIUM, EUROCOPTER, DCNS, MBDA, AREVA, NEXTER, DCI e DASSAULT.

6.A despeito da participação de empresários no âmbito da missão, o lado francês mostra-se devidamente ciente da importância de não priorizar o aspecto meramente comercial, sabendo que ao Brasil interessa sobretudo o desenvolvimento de projetos em parceria, em bases mutuamente vantajosas, com a perspectiva de transferência de tecnologia. O Senhor Farge - que deverá deslocar-se ao Brasil em meados de junho no contexto de "missão precursora" - afirmou compartilhar dessa visão, que leve em conta os interesses estratégicos de longo prazo dos dois países. Foi-lhe lembrada ainda a premência de não perder de vista as tarefas já empreendidas no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Tecnologias de Defesa, a fim de evitar dispersão ou duplicação de esforços. Cabe recordar que Farge - um dos responsáveis pela negociação, no passado, dos submarinos "Scorpène" ao Chile - teve a chance de expor os objetivos da missão parlamentar diretamente ao Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, quando este aqui esteve por conta do "European Forum of the Fort Copacabana Conference" (Paris, 21-22/04).

7.Acerca da programação (dia 03/07 - Brasília / dia 04/07 - Rio de Janeiro), o lado francês encareceu nosso apoio para o agendamento de encontros, consoante, evidentemente, a disponibilidade e a conveniência das autoridades brasileiras. Em Brasília, em 03/07, a missão francesa estimaria relevante avistar-se com as seguintes autoridades: Vossa Excelência ou o Senhor Secretário-Geral, Ministro Nelson Jobim, Ministro Mangabeira Unger, os Presidentes e membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, e o Professor Marco Aurélio Garcia. Ressalte-se ainda a oportunidade singular de a parte francesa apresentar ao lado brasileiro, "em primeira mão", os resultados do "livro branco de defesa", que terá acabado de ser publicado (previsão de lançamento em 18/06).

8.Paralelamente àquelas entrevistas, o lado francês apreciaria igualmente sondar a possibilidade de se manterem breves encontros com os Comandantes das respectivas Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica). A DASSAULT teria manifestado particular interesse em avistar-se com o Comandante da Aeronáutica, sempre, é claro, em presença de

De: BRASEMB PARIS
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/05/2008 13:28:24 N.º: 00718

autoridades governamentais francesas.

9. De modo a facilitar os intercâmbios em Brasília diante da atribulada agenda, o lado francês dispõe-se, caso seja preferível, manter conversações com as autoridades brasileiras ao longo de almoço e/ou jantar de trabalho (a serem definidos).

10. No Rio de Janeiro, em 04/07, os compromissos poderiam concentrar-se em encontros com industriais brasileiros, dentre os quais foram citados representantes da AVIBRÁS, EMBRAER e ODEBRECHT, sem prejuízo de outros interlocutores (i.e. MECTRON). Assinale-se que, logo antes de deslocar-se ao Brasil, a missão francesa deverá manter compromissos semelhantes no Chile. Permito-me sugerir, para fins de coordenação, seja contatada a missão militar da Embaixada da França em Brasília (adef.BRASILIA-AMBA@diplomatie.gouv.fr).

11. Em face do que precede, e à luz das gestões do lado francês, muito agradeceria o obséquio das providências que se julgarem cabíveis na montagem da programação e no agendamento de encontros.

12. A seu pedido, pretendo encontrar-me com o Senhor Guy Tessier antes de sua ida ao Brasil, para o que muito agradeceria contar com os subsídios e informações que Vossa Excelência julgar pertinentes. (Marcus Rector Toledo Silva)

JOSÉ MAURICIO BUSTANI, EMBAIXADOR

MRTS

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/01/2010 20:26:41 N.º: 00033

De Brasemb Quito para Exteriores em 11/01/2010 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM III/CGDECAS/DOC/DREN
DESCR=EQUA-POIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 30, TEL 22
CATEG=MG

//
Equador. Política interna.
Investigações penais contra o
ex-Presidente Gustavo Noboa.
Declarações de Rafael Correa.
//

Nr. 00033

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. O Presidente Rafael Correa negou estar
perseguindo o ex-Presidente Gustavo Noboa, que
considerou honesto, embora "um inútil completo". Fez
referência à expulsão da CNO e defendeu a unificação
do campo petrolífero Palo Azul. Referiu-se, também, à
acusação penal contra o ex-Prefeito Paco Moncayo em
função do contrato do novo aeroporto de Quito.

Em sua 154ª cadeia semanal de rádio e televisão, no último
sábado, dia 9/1, o Presidente Rafael Correa qualificou de
"infâmia gigantesca" as declarações do ex-Presidente Gustavo
Noboa, segundo as quais estaria sofrendo perseguição do
Governo equatoriano, mediante investigações penais do
Ministério Público (ver tel 30). Correa considerou que Noboa
"caiu muito baixo", mas afirmou não duvidar de sua

honestidade. Aproveitou para criticar o Governo de Noboa (de janeiro de 2000 a janeiro de 2003), que qualificou de "um desastre", por ter "impulsionado a dolarização" (a dolarização foi implementada por Jamil Mahuad em 9/1/2000, pouco antes de ter de deixar o poder e entregá-lo ao Vice-Presidente Noboa). Afirmou que Noboa foi "um inútil completo, mas um inútil honesto".

2. Ao ler, publicamente, a transcrição das declarações de Noboa ("Quieres ofenderme y me lanzas sabuesos, sicarios para que me ataquen. ¿Qué te pasa, hijo?"), Correa respondeu: "¿Qué te pasa a ti, Gustavo Noboa, estás loco, perdiste la cabeza, cómo puedes lanzar una infamia de esta calaña si me conoces desde joven? Tú sabes que yo no tengo estas prácticas desleales y que siempre las rechazamos. Además, ¿que buscaría con esta supuesta persecución?". O mandatário disse que poderia até impetrar ação penal contra Noboa por "calúnia", mas que não "perderá tempo" com isso. Disse entender que esses processos judiciais são "penosos e tremendamente injustos", mas ressaltou não ter nada a ver com tais processos. Correa afirmou que sequer tinha conhecimento das três investigações penais mencionadas por Noboa e teve de pedir relatório a seus assessores sobre o tema.

3. O Presidente reviu, publicamente, no programa sabatino, o resultado desse relatório sobre as três acusações contra Noboa. Iniciou com a acusação relacionada com o processo de unificação do Campo Palo Azul ao Bloco 18, concluído em 2001. Segundo Correa, as investigações teriam surgido por denúncias de Alberto Acosta (então Ministro de Energia e Minas do Governo Correa) e de Raúl Moscoso. De acordo com o mandatário, "esse pessoal queria expulsar a PETROBRAS do país". Correa teria mandado a PETROECUADOR investigar se havia alguma ilegalidade. A estatal equatoriana, então, contratou uma consultora internacional que confirmou que o campo era efetivamente unificado. Portanto, Correa decidiu arquivar o processo, já que não havia ilegalidade alguma.

4. Em seguida, Correa mencionou o contrato de construção do "oleoducto de crudos pesados" (OCP), firmado durante o Governo Noboa. Disse que considera o contrato um assalto ("atraco"), mas que Noboa "não tinha nada a ver com isso". Finalmente, com relação à Central Hidrelétrica San Francisco, reconheceu que foi seu Governo que iniciou a investigação e constatou as irregularidades, tendo, como consequência, expulsado a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) do país. No entanto, o Governo jamais teria culpado Gustavo Noboa por essas irregularidades.

5. Correa recordou que foi seu Governo que pediu à Assembleia Nacional que outorgue anistia ao ex-Presidente Noboa. Como se recorda, após deixar o poder, Noboa foi acusado por León Febres-Cordero de crime de peculato, pela renegociação da dívida externa, o que o obrigou a buscar asilo político na República Dominicana. Segundo Correa, o pedido de anistia a Noboa teria sido "um dos motivos do distanciamento com Alberto Acosta", pois este não queria dar anistia a um "homem de direita". Correa, no entanto, defendeu a anistia, justamente por considerar Noboa uma pessoa honesta e que seguramente não tinha conhecimento dos detalhes da renegociação da dívida externa. Sobre esse ponto, sugeriu que Noboa seria ingrato ao fazer as acusações que fez contra quem promoveu sua anistia: "qué pena, después de ayudarlo tanto, caiga tan bajo este pobre hombre".

6. Correa também lamentou o papel "tremendamente triste" que estaria desempenhando seu irmão mais velho, em referência às denúncias de Fabricio Correa de que a perseguição contra Noboa parte da Presidência (ver parágrafo 6 do tel 30). Em seu programa sabatino, porém, disse que não responderia a seu irmão, pois não se rebaixaria a tanto, embora tenha recordado que "essas infâmias iniciaram quando cancelamos unilateralmente os contratos que meu irmão havia feito com o Governo, nas minhas costas". Segundo Correa, antes seu irmão apoiava o Governo e, desde então, "nos tacha de vendepatrias".

7.No mesmo sábado, a Secretaria Nacional de Comunicação emitiu nota à imprensa na qual rechaça as afirmações de Fabricio Correa. Segundo o comunicado, o Regime respeita a independência do Ministério Público e não intervém em suas decisões. Agrega que, algumas vezes, discorda das atuações do Ministério Público, como no caso do processo penal iniciado contra a Ministra de Saúde, Caroline Chang, por supostas irregularidades no processo de licitação para contratar ambulâncias. A nota à imprensa afirma que o Governo equatoriano tomou conhecimento dos "processos penais" contra Noboa pelos meios de comunicação, pelo que desmente ter tomado qualquer iniciativa nas investigações. A nota conclui que, no Equador, ninguém está acima da lei e que, portanto, investigações penais contra qualquer pessoa ou um ex-presidente "não devem ser tomadas como retaliação política".

8.Também no sábado, 9/1, o jornal El Universo publicou extensa entrevista com Gustavo Noboa (concedida antes das declarações de Correa), na qual o ex-Presidente ratifica que está sendo vítima de uma perseguição injustificada. Noboa voltou a afirmar que acredita tratar-se de uma "retaliação"

pelas críticas que tem formulado ao Governo Correa. Segundo Noboa, "Correa pensou que, ao me conceder a anistia, me colocava uma mordaza". Noboa argumentou que em pelo menos um dos casos (possivelmente a investigação sobre a Central Hidrelétrica San Francisco) o Ministério Público chamou grande número de pessoas, o que não seria feito sem o conhecimento do Presidente da República. Perguntado se o Presidente Correa está de acordo com esses casos, Noboa respondeu que o mandatário "ficou queito", o que seria "maiôs ou menos o mesmo".

9. Na entrevista, Noboa volta a criticar o Governo Correa por ter rompido as relações com a Colômbia, por aproximar-se da Venezuela e do Irã ("novos amigos que não nos fazem favor algum"), por ter "rompido o convênio com os EUA sobre a base de Manta". Noboa também defendeu seu Governo, no qual foi construído o OCP, foram firmadas "importantes obras para eletricidade", não houve "nenhum apagão" e a inflação baixou drasticamente. No atual Governo, em contraste, haveria "muitas primeiras pedras, que não significam nada" (em referência às inaugurações de projetos cuja construção ainda não foi iniciada). Noboa criticou, sobretudo, a tentativa do Governo Correa de "querer retirar as liberdades de falar, de expressão, de opinar", concluindo tratar-se de um "governo totalitário".

10. Hoje, dia 11/1, o Fiscal Geral da Nação (autoridade máxima do Ministério Público), Washington Pesántez, emitiu comunicado de imprensa segundo o qual, no "caso HIDROPASTAZA" (da Central Hidrelétrica San Francisco), decidiu devolver o processo ao Ministério Público da província de Tungurahua. Pesántez teria considerado "não existir fundamento legal algum para vincular o ex-Presidente Gustavo Noboa". O caso havia sido elevado à Fiscalía General del Estado tendo em vista que, na data do suposto crime de peculato, Noboa, como Presidente da República, gozava de foro especial (a então Corte Suprema de Justiça, atual Corte nacional).

11. Ainda em seu programa sabatino, Correa fez referência às acusações penais contra o ex-Prefeito ("Alcalde") de Quito, General Paco Moncayo (ver tel. 22). O mandatário afirmou considerar Moncayo um homem honesto e acreditar que, em relação ao contrato do novo aeroporto de Quito, "não houve má-fé, mas sim falta de entendimento" por parte do ex-Prefeito, que "não entende de negócios". Correa reiterou considerar o contrato do novo aeroporto "um verdadeiro assalto, um contrato horroroso", mas disse jamais ter acusado Paco Moncayo de ter praticado ato ilícito. Correa leu trechos da carta pública de Moncayo (ver parágrafo 5 do tel 22) e

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/01/2010 20:26:41 N.º: 00033

rejeitou a noção de que, em decorrência de suas críticas ao contrato do aeroporto, teria dado início a uma perseguição contra o ex-Prefeito por parte do Ministério Público. Correa disse esperar que Moncayo não seja condenado e desejou-lhe "sorte".

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a. i.

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/01/2010 14:59:28 N.º: 00043

De Brasemb Quito para Exteriores em 13/01/2010 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/DPAD/DEMA/DREN/CGDECAS/CGSUL/DIR I
DESCR=EQUA-POIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 041, TEL 040
CATEG=MG

//
Equador. Política interna.
Renúncia do Chanceler Fander
Falconí. Confirmação.
//

Nr. 00043

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. A Chancelaria local emitiu comunicado de
imprensa no qual confirma a renúncia do Chanceler
Fander Falconí e sugere claramente que o ato foi
motivado pelas diferenças com o Presidente Rafael
Correa sobre a Iniciativa Yasuní-ITT.

À atenção do Sr. SGAS.

Na noite de ontem, 12/1, a Chancelaria local emitiu
comunicado de imprensa (o primeiro deste ano) no qual
confirma a renúncia do Chanceler Fander Falconí ao cargo. O
comunicado faz um balanço da gestão de Falconí (o terceiro
Chanceler nos três anos do Governo Correa), que assumiu o
cargo em dezembro de 2008. Segundo o comunicado, Falconí
defendeu, em sua gestão, os princípios e objetivos políticos
com os quais o movimento Alianza País triunfou nas últimas

seis consultas eleitorais, considerando ser possível impulsionar ações concretas para estabelecer um novo modelo de desenvolvimento.

2.O comunicado discorre sobre a Iniciativa Yasuní-ITT, como ação concreta impulsionada por Falconí no âmbito multilateral. Menciona os objetivos da Iniciativa (respeitar os povos não-contactados do Parque Nacional Yasuní, conservar a biodiversidade e evitar a emissão de 410 milhões de toneladas de CO2 que seriam gerados com a exploração petrolífera). Segundo o comunicado, durante a gestão de Falconí, a Chancelaria tornou-se porta-voz do Governo equatoriano na promoção da Iniciativa em nível global. O comunicado menciona o desenho, com o PNUD, de fideicomisso para conferir "viabilidade financeira" à Iniciativa, garantido os interesses do povo equatoriano e também a segurança dos contribuintes. De acordo com o comunicado, esse desenho preservaria o controle e gestão do fideicomisso pelo Equador (em clara resposta às acusações do Presidente Correa, objeto do tel 40).

3.A Iniciativa Yasuní-ITT é objeto de quatro parágrafos do comunicado, inclusive o parágrafo final, no qual Falconí menciona que todos os logros obtidos durante sua gestão contribuem para configurar um novo modelo de desenvolvimento, mas são "insuficientes se não forem apoiados com a mudança do modelo produtivo simbolizada pela Iniciativa Yasuní-ITT". Essa iniciativa, conclui o comunicado, "merece um compromisso muito mais explícito que a fixação de um prazo peremptório de seis meses para angariar os recursos financeiros requeridos" (em referência, uma vez mais, às declarações do Presidente Correa no último sábado, comentadas no tel 40). Segundo o comunicado, a "transcendência" da Iniciativa marcaria "a diferença de substância de um projeto político que, em sua essência, propõe uma mudança de forma de vida", mudança essa que seria "perfeitamente respaldada na Constituição da República".

4.A ênfase e o conteúdo do comunicado no que se refere à Iniciativa Yasuní-ITT confirma que a renúncia de Falconí foi motivada por esse tema, no qual existem claras discrepâncias com o Presidente Correa, que, desde o início de seu primeiro mandato e antes mesmo do lançamento da Iniciativa (em 5/6/2007), nunca demonstrou entusiasmo nem pareceu acreditar na viabilidade do projeto. Ao contrário, Correa sempre pareceu acreditar mais na exploração petrolífera do Bloco ITT, que chegou a contar com entendimentos da PETROECUADOR entre, de um lado, a PETROBRAS, aliada à ENAP e à SINOPEC, e, de outro, a PDVSA (ver, entre outros, os tels 173/07, 215/07,

337/07, 362/07, 395/07, 463/07, 495/07, 500/07, 537/07, 555/07, 599/07 e 671/07). Falconí, por outro lado, abraçou entusiasticamente a Iniciativa, aproximando-se das posições do ex-Ministro de Energia e Minas Alberto Acosta, que, pelo que se sabe, teria sido o autor da ideia de não explorar o petróleo do ITT. Não se pode descartar, portanto, a possibilidade de que Falconí se afaste do movimento governista Alianza País e passe a integrar as crescentes filas de "dissidentes", lideradas informalmente por Acosta, que representa, talvez, a mais séria ameaça política ao Governo Correa, diante da desarticulação da oposição "formal".

5. Além da Iniciativa Yasuní-ITT, o comunicado de imprensa trata dos avanços da integração regional, da redefinição da "arquitetura financeira internacional", das relações bilaterais com vários países, sobretudo da região. Nesse contexto, o comunicado menciona, em relação ao Brasil, que "após os problemas gerados à raiz da censurável atuação da empresa Odebrecht, se restabeleceu a relação com o Brasil, culminando na desgravação, de maneira unilateral por parte do Estado brasileiro, de tarifas à importação para 3.200 produtos equatorianos".

6. O comunicado também se refere à posição equatoriana em relação ao golpe de Estado em Honduras e à readmissão de Cuba na OEA. Discorre sobre a política comercial do país; as atividades de promoção comercial e de investimentos (com a inauguração de 14 escritórios comerciais, entre os quais o de São Paulo, e a criação de vários setores comerciais em Embaixadas); a vitória no contencioso com a União Europeia na OMC sobre a taxa de importação aplicada à banana; a renovação do ATPDEA pelos EUA; a renúncia do tratado do CIADI (que o comunicado contrapõe às discussões, no âmbito da UNASUL, da "construção de um espaço de solução de controvérsias próprio da região sul-americana"); a situação dos migrantes, entre outros temas.

7. Transcrevo, a seguir, a íntegra do referido comunicado de imprensa:

"FANDER FALCONÍ RENUNCIÓ A LA CANCELLERÍA
Fander Falconí presentó su renuncia al cargo de Ministro de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración, que lo ejerció desde diciembre de 2008.
Al renunciar esta mañana, el Ministro Falconí señaló que su gestión se ha ceñido en todo momento a los principios y objetivos políticos con los que el Movimiento Alianza País ha triunfado en las últimas seis contiendas democráticas.
Principios y objetivos que buscan la transformación del

Ecuador, impulsando un conjunto de acciones para construir una sociedad justa, independiente y equitativa. Desde la gestación de este proceso, consideró que es posible impulsar acciones concretas para establecer un nuevo modelo de desarrollo. Este fue el carácter básico del Programa de Gobierno que mereció el apoyo ciudadano en la urnas y que, más tarde, le sirvió de base para dirigir el Plan Nacional de Desarrollo, como Secretario Nacional de Planificación y Desarrollo.

Estos conceptos también orientaron la reforma del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración, para constituirlo en una entidad al servicio de los ecuatorianos, bajo el concepto de diplomacia ciudadana para el desarrollo humano.

En el ámbito multilateral de las relaciones exteriores impulsó la Iniciativa Yasuní-ITT, que plantea no explotar 850 millones de barriles de petróleo pesado, en aras del respeto a los pueblos originarios que desean vivir en la Amazonía sin contacto con la civilización occidental; para preservar una biodiversidad única; y para evitar la producción de unas 410 millones de toneladas de dióxido de carbono que se generarían al quemar esos hidrocarburos.

Durante la gestión del Ministro Falconí, la Cancillería se convirtió en portavoz del Gobierno ecuatoriano para posicionar la Iniciativa a nivel global. Con el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo se diseñó un instrumento internacional -el fideicomiso- para dar viabilidad financiera a la Iniciativa, precautelando en primer lugar los intereses del pueblo ecuatoriano y también la seguridad de los aportantes; al mismo tiempo, el diseño institucional de ese instrumento preserva para el Ecuador su control y su gestión. Ecuador pudo llevar a la Cumbre de Cambio Climático de Copenhague de diciembre de 2009 una propuesta terminada que hubiera marcado la diferencia entre la bochornosa retórica de ese evento y acciones reales para defender a la naturaleza. El Ministro Falconí promovió un nuevo enfoque de integración basado en el dialogo político, para superar los límites del intercambio comercial sustentado en la desgravación arancelaria y en un asimétrico acceso a mercados.

Se apoyó la decisión de la Asamblea General de las Naciones Unidas de convocar, en junio de 2009, a la Conferencia de Alto Nivel sobre la Crisis Financiera y Económica Mundial y su Impacto en el Desarrollo, impulsando la propuesta para redefinir la arquitectura financiera internacional. La Conferencia reconoció los acuerdos regionales y subregionales como parte de las respuestas multilaterales a la crisis. En esta línea, en la Cumbre Sudamérica-Países Árabes (Isla Margarita), Ecuador suscribió el Acuerdo Constitutivo del Banco del Sur, que constituirá una entidad financiera

multilateral para fortalecer el desarrollo humano de Suramérica.

Ecuador participó de la constitución del SUCRE y del Banco del ALBA, en un marco de integración que no se reduce al ámbito mercantil, sino que tiene como centro de la integración al ser humano, social y solidario.

El ejercicio de la Presidencia Pro Tempore de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) ejercido por el Ecuador se ha caracterizado por liderar el diálogo político regional y por fortalecer su estructura. Ecuador coordinó con los Ministros de Defensa del Consejo de Defensa Suramericano y con los Ministros de Relaciones Exteriores la reacción regional frente a la instalación de siete bases militares estadounidenses. Basados en la declaración de Suramérica como zona de paz, los Cancilleres y Ministros de Defensa pudieron acordar medidas para restablecer la confianza y seguridad en la región. La UNASUR ya cuenta con un documento que establece varios mecanismos para el intercambio de información y transparencia sobre los sistemas de defensa nacionales y gasto militar, sobre actividades militares intra y extrarregionales, así como garantías de cumplimiento y verificación.

Los consejos Suramericanos de Defensa, Salud y Desarrollo Social se encuentran en pleno funcionamiento, ejecutando sus planes y proyectos. El Consejo Suramericano de Lucha contra el Narcotráfico se reunirá en los próximos días en la ciudad de Quito para aprobar su estatuto constitutivo. Los Consejos de Infraestructura y Planeamiento y el de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología e Innovación están en proceso de constitución.

Ecuador ha recuperado su soberanía y dignidad, acatando la Constitución de la República. La declaración del Ecuador como territorio de paz y libre de bases militares extranjeras; los derechos a la libre movilidad y la ciudadanía universal; así como el fomento de un nuevo sistema de comercio e inversión entre los Estados sustentado en la justicia, la solidaridad y la complementariedad, han sido los ejes articuladores de la gestión en las relaciones internacionales.

Se restableció relaciones diplomáticas con Colombia, sin conculcar ninguno de los derechos soberanos del Ecuador, afectados por el ataque del 1 de marzo de 2008. La designación del Encargado de Negocios en Bogotá no implica renunciamiento alguno a los intereses del Ecuador. El Comunicado Conjunto negociado con el Canciller de Colombia, en Nueva York, hecho público el 24 de septiembre de 2009, establece la conformación de comisiones de trabajo y el tratamiento de los temas sensibles.

En cumplimiento de los principios de soberanía y de paz contenidos en la Constitución de la República, en septiembre

de 2009 se terminó con la cesión de una base militar ecuatoriana a una potencia extranjera.

En la actualidad Ecuador mantiene excelentes relaciones diplomáticas con muchos países, excepto con aquellos que violan los derechos humanos, sin más condicionantes que el respeto a nuestra soberanía.

El Gabinete Binacional Ecuador-Perú es el único en el mundo en el que dos poderes ejecutivos trabajan mancomunadamente por el desarrollo de sus pueblos, con todo su gabinete de ministros. Esfuerzos similares se han desplegado en los Gabinetes Itinerantes con Venezuela, así como en los Gabinetes Binacionales con Chile. Luego de los problemas generados a raíz de la censurable actuación de la empresa Odebrecht, se ha restablecido la relación con Brasil, culminando en la desgravación de manera unilateral por parte del Estado brasileño de aranceles a la importación para 3.200 productos ecuatorianos.

Las visitas y viajes Presidenciales al exterior realizados en 2009 tuvieron como objetivo consolidar las relaciones comerciales con Rusia, tratar temas de cooperación con Cuba y el Reino de Bélgica; así como fortalecer la integración, la complementariedad y solidaridad con todos los países latinoamericanos. También se coordinó una visita académica al Reino Unido.

La Cancillería ecuatoriana mantuvo una activa participación regional al cuestionar y repudiar el golpe de Estado en Honduras, así como en la Organización de Estados Americanos al enmendar, en junio de 2009, la injusta exclusión del sistema interamericano cometida en contra de la República de Cuba.

La política comercial ha buscado consolidar la soberanía nacional en sus dimensiones alimentaria, energética y financiera, conforme manda la Constitución de la República, así como la obligación de trabajar en aras de la integración latinoamericana. Se ha consolidado el Viceministerio de Comercio Exterior e Integración, el cual en un marco de creciente coordinación institucional y de consulta a los sectores productivos permitió el diseño de normativa sobre Comercio Exterior y Promoción de Inversiones; la implementación de mejores prácticas gerenciales y el desarrollo de un nuevo modelo para las negociaciones comerciales: los Acuerdos de Comercio para el Desarrollo (ACD) que se constituirán en la base para las futuras negociaciones comerciales que realice el Ecuador.

A partir de un estudio geoestratégico de priorización de mercados, desarrollado por el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración y la Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES), se establecieron criterios técnicos para la diversificación de mercados y se

formularon 4 estrategias complementarias y permanentes: Inteligencia Comercial, Promoción Comercial -ferias internacionales, misiones comerciales, coordinación de misiones de compradores-; Promoción de Imagen País y Promoción de Inversiones. Se inauguraron 14 oficinas de promoción comercial en Teherán, Los Ángeles, Nueva York, Caracas, Tokio, Estocolmo, Santiago, Shanghai, Sao Paulo, París, Moscú, Pretoria-Sudáfrica, Cantón-China y Hamburgo en Alemania. Además, se crearon secciones comerciales en las Misiones Diplomáticas de Berlín, Guatemala, Lima, Londres, Madrid, México D.F., Nueva Delhi, Roma, Milán y Toronto. Se han priorizado las relaciones Sur-Sur y la vinculación con países de economías emergentes BRIC + México.

El 15 de diciembre de 2009 Ecuador logró un éxito histórico, en uno de los litigios más largos que ha enfrentado en materia de comercio, donde obtuvo nueve fallos a favor en la Organización Mundial de Comercio, que no se respetaron. Producto de la activa negociación comercial y diplomática, liderada por nuestro país, los países latinoamericanos exportadores de banano rubricaron con la UE el denominado Acuerdo de Ginebra sobre Comercio de Banano, que en lo fundamental establece una reducción inmediata de 176 EUR/TM a 148EUR/TM del arancel del banano, y, el compromiso de la UE a reducir anualmente el arancel, durante ocho años, hasta alcanzar los 114 EUR/TM en el año 2017.

El Canciller Falconí también resaltó la renovación de la ATPDEA con Estados Unidos, lo que significa beneficios importantes para los exportadores al mercado estadounidense y que protege las fuentes de trabajo en los sectores que se derivan de las exportaciones de flores, verduras, atún y otros. Una vez superadas las intromisiones en asuntos de política interna, con EEUU se trabajó en establecer un espacio de reuniones bilaterales para recuperar la confianza y negociar en base al respeto mutuo.

Al denunciar a su tratado con el CIADI, en cumplimiento de la Constitución, la Cancillería ha promovido el Grupo de Trabajo en Materia de Inversión en el marco de la UNASUR, para la construcción de un espacio de solución de controversias propio de la región sudamericana, lo que significa un avance más en las tesis de integración para los países de nuestra América y una alternativa a los sistemas tradicionales de arbitraje en materia de inversiones. Esta nueva visión significa dar seguridad jurídica a los inversionistas pero no permitir que el capital tenga mas valor que los seres humanos.

Con absoluto apego a la Constitución de la República, concomitantemente con la denuncia de los Acuerdos para la Promoción y Protección Reciproca de Inversiones (BITs), se ha planteado a todos los países con los que Ecuador tiene

relaciones diplomáticas, un régimen de transición para las nuevas inversiones mientras se firma un Acuerdo de Protección de la Inversión Complementaria para el Desarrollo, sustitutivo de los BITs, que tenga como eje principal la seguridad integral a la inversión complementaria extranjera orientada a las áreas estratégicas definidas como prioritarias para el desarrollo del país, y bajo una ética ambiental, tributaria, laboral y comunidad-consumidor y en orden a los principios del Plan Nacional del Buen Vivir. "El fin de la condición de extranjero y la libre movilidad humana para todos los habitantes del planeta, el respeto y la dignidad para todos los compatriotas migrantes en los países de destino, ha sido otro de los objetivos de mi gestión", expresó Fander Falconí. Este derecho constitucional innovador, hace que el país esté en la vanguardia mundial de la defensa de los derechos de los emigrantes. En la IV Conferencia Italia/América Latina, el Ecuador propuso establecer una mesa constructiva de diálogo político donde se traten las visiones divergentes como la situación de los migrantes, en este sentido se apeló a intensificar la promoción de los principios e instrumentos de cohesión social. Se recordó los planteamientos establecidos en la declaración de la IX Conferencia Sudamericana de Migraciones realizada en Quito en septiembre pasado que criticó el endurecimiento de las políticas migratorias. La defensa de los derechos de los migrantes ha llevado a que desde la UNASUR se requiera al Gobierno de España la colaboración para tomar las medidas correspondientes por los efectos ocasionados, en contra de los migrantes, por la quiebra de la empresa privada española AIR COMET y tomar los recaudos para evitar que situaciones similares se repitan en el futuro. Al renunciar, el Ministro Falconí recordó que Ecuador, como país que privilegia el respeto y la garantía de todos los derechos humanos, es el más grande receptor de refugiados en el hemisferio occidental y, sin perjuicio del apoyo que recibe del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, ha destinado importantes recursos económicos para atender aquellas personas en necesidad de protección internacional. Todos estos logros sin duda contribuyen a configurar un nuevo modelo de desarrollo, en todo caso insuficientes si no se los apoya con el cambio del modelo productivo simbolizado por la Inicitiva Yasuní ITT. Ésta merece un compromiso mucho más explícito que la fijación de un plazo perentorio de seis meses para acopiar los recursos financieros requeridos, pues su trascendencia marca la diferencia de sustancia de un proyecto político que en su esencia propone un cambio de forma de vida. Cambio perfectamente respaldado en la

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/01/2010 14:59:28 N.º: 00043

Constitución de la República."

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a. i.

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/01/2009 18:46:38 N.º: 00042

De Brasemb Quito para Exteriores em 16/01/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC/CGFIN/DREN
DESCR=EQUA-ECON
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//

Equador. Economia. Dois anos
de Governo. Informe à Nação.
Aspectos econômicos.

//

Nr. 00042

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informe. Comento os aspectos econômicos do informe à
Nação do Presidente Rafael Correa sobre os dois anos
de seu Governo.

O Presidente Rafael Correa apresentou na manhã de hoje, 15/1,
durante três horas, perante os membros da Comissão de
Legislação e Fiscalização ("Congresillo") e cerca de 1.200
convidados, entre os quais representantes do corpo
diplomático, seu informe à Nação sobre os dois primeiros anos
de seu Governo. Comento, a seguir, os principais aspectos
econômicos mencionados pelo Presidente em seu longo discurso.

2.0 Presidente afirmou que a economia equatoriana cresceu,
com redistribuição de renda, e que as finanças públicas
"gozam de boa saúde". Mencionou que, de acordo com as
estimativas preliminares do Banco Central do Equador (BCE), o
crescimento do PIB em 2008 terá sido de 5,3%. Recordou que,
segundo estimativas da CEPAL (que previu crescimento de 6,5%

do PIB equatoriano no ano passado), o Equador teria sido um dos quatro países latino-americanos que mais cresceram em 2008.

3. Para Correa, porém, mais importante do que a quantidade seria a qualidade do crescimento. O Presidente afirmou que seu Governo teve o cuidado de que o crescimento econômico do Equador implique a geração de empregos de qualidade, redistribuição da riqueza, diminuição da iniquidade e da pobreza absoluta. A esse respeito, destacou que, segundo as estimativas do BCE, a economia não-petroleira teria crescido, no ano passado, 6,7%, que seria a maior taxa de crescimento desde 1984. Além disso, seu Governo teria chegado a um dos níveis de pobreza mais baixos das últimas décadas. Correa citou, ainda, a tendência à diminuição do subemprego (embora o desemprego tenha aumentado, o que o Presidente evitou mencionar).

4. Outro exemplo do crescimento no ano passado teria sido no setor financeiro. Segundo Correa, o faturamento dos bancos teria crescido em mais de US\$ 100 milhões, o que responderia ao crescimento econômico do país. O Presidente aproveitou para reiterar suas tradicionais críticas ao setor financeiro nacional e fazer referência à nova Lei de Segurança Financeira, que permite maior controle do Governo sobre esse setor. Afirmou que, se os banqueiros se queixam tanto, apesar de seu alto faturamento, seria porque já não possuem poder político nem um presidente "submetido a seus caprichos", nem uma Superintendência de Bancos que, antes de seu Governo, seria basicamente uma "sucursal bancária".

5. O Presidente disse ser importante diferenciar o PIB do PNB. Embora este indicador não seja calculado pelo BCE, seria, para Correa, mais importante do que o PIB, pois registraria apenas "o que fica para os equatorianos", excluindo, por exemplo, a parcela da renda petroleira das empresas estrangeiras que é enviada ao exterior. Recordou que, antes da Lei 42/2006, que reverteu ao Estado pelo menos 50% das chamadas "receitas extraordinárias" da exploração petrolífera, as empresas petroleiras recebiam mais de 80% dos rendimentos dessa exploração. Portanto, para Correa, o crescimento da produção petrolífera, até então, tinha pouca relevância para o país, já que, em suas palavras, "todo se lo llevaban afuera".

6. Em relação à inflação, que fechou o ano em 8,8% (em 2007, havia sido de 3,32% e, em 2006, de 2,87%), Correa disse que seu incremento teria decorrido do forte inverno no início do ano, que destruiu parte da safra agrícola do país. Ressaltou

que, graças às políticas antiinflacionárias do Governo (entre as quais citou os programas "Socio Tienda" e "Socio Ahorro"), as taxas de inflação de setembro a dezembro de 2008 foram menores do que as do mesmo período de 2007. Conseqüentemente, embora os analistas tivessem prognosticado taxa de inflação anual superior a dois dígitos, a taxa final teria sido, segundo Correa, menor do que a taxa média da região. O Presidente chegou a afirmar que o índice de inflação equatoriano foi "muy cercano al 5,9% de Brasil, la menor inflación de la región", e agregou que o Brasil não enfrentou o inverno equatoriano. Concluiu, portanto, que, caso o Equador não tivesse enfrentado o forte inverno do ano passado, sua inflação teria sido a menor da região.

7.0 Presidente solidarizou-se com os setores trabalhistas, que reivindicam reajuste salarial superior ao anunciado para este ano, de apenas 9% (mera reposição da inflação). Disse que gostaria de ter aumentado mais o salário mínimo (de US\$ 218,00), mas afirmou que o Governo também deve "evitar um mal maior, que seria o desemprego em massa". Mesmo assim, Correa não descartou novo aumento do salário mínimo, dependendo do desempenho da economia nos próximos meses. Correa recordou que, no início de 2008, seu Governo havia aumentado o salário mínimo de US\$ 170,00 para US\$ 200,00. Ratificou, ainda, seu compromisso de lutar contra toda forma de "precarização e exploração trabalhista". Recordou, a propósito, que "90% das empresas eliminaram a terceirização e atualmente 250 mil trabalhadores formam parte do pessoal regular".

8. Correa defendeu o investimento público realizado por seu Governo, que qualificou de "investimento mais ativo que já teve o Equador". Voltou a criticar os "opositores" que, segundo ele, "não entendem a diferença entre poupança e liquidez ou pretendem enganar o povo com suas falácias". Mencionou, como exemplo desse investimento público, que somente na PETROECUADOR foram investidos mais de US\$ 1 bilhão em 2008, comparando com os US\$ 640 milhões que teriam sido investidos na estatal de 2003 a 2006. Segundo Correa, isso seria "poupança em forma real", e não "colocar dinheiro embaixo do colchão", como pretenderiam seus detratores.

9.0 Presidente indicou que foi promovida amplo investimento em novos projetos hidrelétricos, como Baba, Mazar, Coca-Codo-Sinclair (na realidade, este projeto ainda não iniciou), Toachi-Pilatón (cujas obras também se encontram paralisadas). Disse que o país perde milhões de dólares cada dia que se postergam esses projetos, o que, segundo ele, seria o "verdadeiro desperdício". Correa afirmou que, se o país tivesse realizado esse investimento no momento adequado,

teria economizado cerca de US\$ 3 milhões por dia e estaria mais bem preparado para a crise atual.

10.0 Presidente aproveitou para criticar a falta de investimentos da era "neoliberal" que o teria precedido. Mencionou que a "satanização" do gasto público teria chegado a tal ponto que a Lei Orgânica de Responsabilidade, Estabilização e Transparência Fiscal, de 2005, teria proibido o investimento e "limitava todo o crescimento do gasto público, com exceção do pagamento da dívida". Indicou, como exemplos das conseqüências da falta de investimento, as perdas sofridas pelas inundações no inverno do ano passado e a fragilidade do sistema de defesa: "de haber tenido radares funcionando, Colombia no hubiera podido bombardear a mansalva nuestro territorio; de haber tenido helicópteros de transporte, aquellos que osaron ollar el suelo patrio no habrían quedado en la impunidad". Segundo Correa, a falta de investimentos em infra-estrutura teria custado bilhões de dólares por ano ao país.

11. Rafael Correa ressaltou que, durante 2008, seu Governo logrou recuperar os setores estratégicos, como o de hidrocarbonetos, de energia elétrica e de água. Esses setores, segundo ele, "já não poderão ser privatizados para enriquecer uns poucos e servir a interesses alheios". Mencionou, como exemplos da modernização desses setores, a redução dos preços da telefonia fixa e a diminuição da tarifa elétrica. Agregou que o Governo desenvolveu plano de eletricidade para o setor 555 mil famílias no setor rural e unificou o preço do kw/h em todo o país (antes, os preços variavam muito por província, sendo mais caros nas províncias menos desenvolvidas), o que teria beneficiado um milhão de pessoas. Isso demonstraria, segundo ele, que a "satanização dos subsídios não é mais do que uma postura ideológica do neoliberalismo".

12.0 Presidente afirmou que os subsídios são instrumentos econômicos que devem ser utilizados de forma inteligente, cumprindo função de distribuição de renda. Para ele, os subsídios permitiriam melhorar a eficiência, o que não compreenderiam "el elitismo y las ideologías disfrazadas de ciencia". Correa afirmou que, caso fossem retirados os subsídios (que superaram US\$ 3 bilhões em 2008), não haveria poupança nacional, mas apenas poupança pública, já que o setor privado arcaria com seu custo. Como exemplo positivo de subsídio, Correa mencionou os US\$ 6,6 milhões gastos na distribuição gratuita de mais de 3 milhões de lâmpadas fluorescentes. Com isso, teriam sido economizados cerca de 90 MW.

13.No contexto da alegada "recuperação de soberania" nos setores estratégicos, Correa mencionou que seu Governo conseguiu que cerca de um milhão de barris de petróleo voltasse para o controle do Estado. Destacou a recuperação do Bloco 31, que estava "nas mãos da PETROBRAS", em zona ecológica e sensível. Afirmou que os contratos petroleiros teriam sido renegociados "com uma perspectiva soberana", resultando no aumento da participação estatal na produção petrolífera. O Presidente enfatizou que "agora temos um Estado com capacidade de impor condições e não se subordinar aos interesses do capital, das transnacionais e dos bancos multinacionais". Ainda nesse contexto, Correa citou a "expulsão" da Construtora Norberto Odebrecht do país.

14.Correa ratificou que seu Governo não retrocederá na aprovação da nova Lei de Mineração. Segundo ele, a nova lei beneficia todos os equatorianos, inclusive os setores (sobretudo indígenas) que agora se opõem à sua aprovação. A nova lei responderia à necessidade de criar infra-estrutura de qualidade e empresas públicas que fomentem a produtividade e a "sustentabilidade" do país. A lei impulsionará a mineração responsável, que não afete o meio ambiente e as fontes de água.

15.O Presidente afirmou que as receitas líquidas do Estado em 2008 provenientes da exploração de petróleo não chegaram a US\$ 10 bilhões. Embora o Estado tenha recebido mais de US\$ 20 bilhões nessas receitas no ano passado, Correa esclareceu que foram destinados cerca de US\$ 7 bilhões para a importação de derivados de combustível. Além disso, segundo ele, boa parte das receitas petrolíferas devem ser, por lei, destinadas a determinados setores, como os Governos provinciais e municipais. Correa agregou que, diferentemente, dos Governos anteriores nas últimas três décadas, em seu Governo os recursos petroleiros foram investidos em obras sociais e em projetos de infra-estrutura, e não destinados ao pagamento da dívida externa.

16.Sobre a dívida externa, Correa enfatizou o impulso de seu Governo para a realização de sua auditoria por parte da Comissão para a Auditoria Integral sobre o Crédito Público (CAIC), que teria "demonstrado" o caráter "ilegítimo, imoral e ilegal" de várias partes dessa dívida. Em suas palavras, o Equador teria demonstrado perante a humanidade "el saqueo que entraña la deuda externa". Considerou a "maior fonte de ilegitimidade" a renegociação da dívida por 60% do valor nominal quando os títulos eram vendidos a apenas 20% de seu valor de face.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/01/2009 18:46:38 N.º: 00042

17.0 Presidente afirmou que "nosso Governo decidiu suspender o pagamento dos títulos Global 2012 e 2030" (o anúncio sobre a suspensão destes últimos ainda não havia sido feito). Voltou a afirmar que proporá aos credores a "recompra" desses títulos: "vamos a hacer una propuesta de compra de esa deuda ilegítima, pero quitándole la fuente de ilegitimidad que fue los altos precios a los que se renegoció".

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/01/2009 21:01:18 N.º: 00068

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/01/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM III/CGDECAS/SPD/DOC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1534 2008
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. FURNAS. Anulação
de processo legal.
//

Nr. 00068

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. O processo penal e a ordem de prisão
preventiva contra dois funcionários de FURNAS foram
anulados. A mídia local vinculou o ato com o caso
Odebrecht.

A Corte Superior de Justiça de Ambato anulou o processo
penal e a ordem de prisão preventiva que recaiam sobre os
brasileiros Newton Goulart Graça e Ricardo Thadeu Gonçalves,
funcionários de FURNAS Centrais Elétricas, e sobre sete
equatorianos funcionários da estatal HIDROPASTAZA, que opera
a Central Hidrelétrica San Francisco. A decisão teria sido
adotada por consenso dos três juízes (desembargadores) do
tribunal.

2.A respeito, o Ministro Fiscal Geral (autoridade máxima do
Ministério Público equatoriano), Washington Pesántez,
concedeu entrevista coletiva na qual acusou os três

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/01/2009 21:01:18 N.º: 00068

desembargadores que ditaram a nulidade de haverem cometido prevaricação e de afetar os interesses do Estado. Segundo Pesántez, os desembargadores não teriam competência para abolir a ordem de prisão preventiva e ameaçou que os sancionaria por essa ação.

3. Pesántez tentou vincular a nulidade da prisão dos funcionários de Furnas com a Companhia Norberto Odebrecht: "Por la ignorancia de los jueces, va a permitir que se paralice el proceso en el caso Odebrecht". A confusão tem sido reproduzida pela mídia local, como atesta manchete do jornal Hoy de sábado, 24/11, intitulado "Una providencia deja en la impunidad caso Odebrecht".

4.A confusão também ocorreu quando da decretação da prisão preventiva dos funcionários de FURNAS (ver tel de referência). Recordo, no entanto, que dirigentes da Contrutora Norberto Odebrecht confirmaram à Embaixada que nenhuma das pessoas envolvidas trabalha ou trabalhou para a construtora.

Antonino Marques Porto, Embaixador

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/01/2008 19:20:42 N.º: 00085

De Brasemb Quito para Exteriores em 18/01/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DOC/DAM III/DRN
DESCR=EQUA-BRAS-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Equador. Empresas brasileiras.
Odebrecht. Toachi-Pilatón.
Início das obras.
//

Nr. 00085

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. Participei de cerimônia de lançamento das obras do projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, que contou com a presença do Presidente Rafael Correa.

Participei ontem, dia 17/1, de cerimônia de lançamento das obras do projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, na província de Pichincha, a cerca de 80 km a Sudoeste de Quito. Participaram do evento o Presidente Rafael Correa; o "Prefecto" (Governador) de Pichincha, Gustavo Baroja; o Ministro de Eletricidade e Energia Renovável, Alecksey Mosquera; o Ministro de Minas e Petróleos, Galo Chiriboga; o Ministro de Defesa Nacional, Wellington Sandoval; o Ministro Coordenador da Segurança Interna e Externa, Gustavo Larrea; o Procurador-Geral do Estado, Javier Garaicoa; o Ministro Fiscal Geral do Estado (autoridade máxima do Ministério Público), Washington Pesantez, entre outras autoridades nacionais e provinciais. Também esteve presente o Embaixador

da Argentina, Carlos Piñeiro, tendo em vista que a empresa argentina IMPSA fornecerá as duas turbinas para o projeto, a ser construído pela Norberto Odebrecht.

2. Gustavo Baroja agradeceu o apoio do Governo nacional, que financiará a obra com recursos do Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos (FEISEH). Como se recorda, os custos da obra e equipamentos são de US\$ 366 milhões, mas o custo total do projeto é de US\$ 452 milhões. Baroja recordou que o projeto foi concebido há 40 anos e que, no ano passado, os estudos foram refeitos, para ampliar a capacidade instalada originalmente prevista, de 190 MW, para 228 MW. O projeto, segundo Baroja, representará economia de US\$ 112 milhões por ano com a redução de importações e subsídios aos combustíveis.

3. O Prefeito também ressaltou a importância estratégica do projeto, um dos poucos do país que aproveita os rios da parte ocidental da Cordilheira dos Andes. Isso fará com que, na época da estiagem, quando as hidrelétricas do lado oriental dos Andes estiverem com baixa produção, as duas turbinas de Toachi-Pilatón venham a gerar o máximo de energia, o que reduziria sensivelmente os riscos de "apagões" na capital equatoriana. Baroja afirmou, ainda, que a obra dará emprego direto para 1.500 trabalhadores e beneficiará 4.000 famílias. Embora a obra esteja prevista para ser concluída em quatro anos, Baroja disse esperar que esse tempo possa ser reduzido.

4. Por sua vez, Alecksey Mosquera discorreu sobre Toachi-Pilatón e os demais projetos hidrelétricos que estão sendo impulsionados por sua pasta, a saber: Coca-Codo-Sinclair (que será o maior projeto hidrelétrico da história do Equador, com potência instalada de 1.500 MW, ou 60% da demanda atual de eletricidade do país), Sopladora (com potência de até 500 MW), Mazar (160 MW), Baba (que gerará 42 MW na nova represa e, com transposição de águas do rio Baba, aumentará em 138 MW a potência da central Marcel Laniado, na represa de Daule-Peripa) e Ocaña (26 MW). O Ministro citou, ademais, o desenvolvimento de pequenas centrais hidrelétricas, como Chorrillos (3,96 MW) e Mira (1 MW), que atendem zonas isoladas fora da cobertura do Sistema Nacional Interconectado. Mencionou, ainda, projetos de economia e eficiência energética, como a distribuição de lâmpadas fluorescentes (ver parágrafo 12 do tel 77), como exemplos do que seu Ministério tem feito, nos seis meses desde que foi criado, para melhorar a situação elétrica do país.

5. O Presidente Correa, em seu discurso, reiterou que, com os novos projetos hidrelétricos, o Equador passará a contar

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/01/2008 19:20:42 N.º: 00085

com energia elétrica barata (mencionou 1,07 centavos de dólar por kw/h) e não mais necessitará importar energia (ver parágrafos 13 e 14 do tel 77). Ressaltou que, em menos de um ano, seu governo conseguiu iniciar a implementação de um projeto postergado por quatro décadas. Recordou que o projeto, originalmente, contava com participação minoritária de capital privado, assim como o projeto de propósito múltiplo Baba, e criticou esses esquemas pelos quais o setor público financiaria a maior parte da obra, ao passo que o setor privado recebia lucrativas concessões, por décadas. Para evitar essa situação, seu Governo decidiu assumir integralmente os financiamentos dessas obras, com os recursos do FEISEH (ver, a propósito, os tels 735/07 e 1344/07).

6. Correa aproveitou o ensejo para defender enfaticamente o contrato entre a PETROECUADOR e a Frota Petroleira Equatoriana (FLOPEC), firmado em 29 de dezembro último, para a construção de terminal de armazenamento de GLP e fornecimento do produto, por 20 anos (ver tel 63). Com relação aos questionamentos do ex-Presidente-Executivo da PETROECUADOR, Carlos Pareja Yannuzzelli, Correa afirmou que não se pode falar em irregularidades quando se trata de duas empresas estatais, ou seja, trata-se de parceria dentro do próprio setor público e, portanto, o dinheiro ficará no setor público. Correa chegou a fazer referência à existência de "mafias obscuras" com interesses em manter os negócios petroleiros em mãos privadas. Alegou que a empresa holandesa Trafigura (que há anos fornece o GLP consumido no Equador e que venceu a última licitação para o fornecimento do produto até 2009) estaria "vinculada a estos grupos mafiosos de Guayaquil y el Partido Social Cristiano". Disse que Pareja Yannuzzelli foi afastado da PETROECUADOR justamente por não estar de acordo com a parceria entre as estatais para controlar o armazenamento e a distribuição de GLP no país.

7. Após a cerimônia, o Presidente Correa pediu-me, à parte, que intercedesse junto à Odebrecht para acelerar ao máximo a conclusão do projeto Toachi-Pilatón, de modo a que esteja concluído se de todo possível antes do prazo de quatro anos previsto para as obras. Transmiti a solicitação do Presidente ao Diretor-Geral da Odebrecht no Equador, Fabio Gandolfo.

Antonino Marques Porto, Embaixador

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/01/2008 19:20:42 N.º: 00085

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/02/2009 20:33:30 N.º: 00165

De Brasemb Quito para Exteriores em 16/02/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC
DESCR=EQUA-ECON
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 150
CATEG=MG

//

Equador. Projeto Carrizal-
Chone II. Matéria de imprensa.

//

Nr. 00165

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Transcrevo matéria de imprensa sobre a falta de avanços no projeto Carrizal-Chone II, que até outubro último era executado pela CNO. A empresa brasileira ainda não recebeu do Governo equatoriano os US\$ 9,07 milhões a que tem direito pelo acordo de término do contrato. Tampouco recebeu os US\$ 23,23 milhões referentes ao projeto de propósito múltiplo Baba.

O jornal Hoy publicou, em sua edição de hoje, matéria sobre a falta de avanços nas obras da segunda fase do projeto de irrigação e contenção de inundações Carrizal-Chone, na província de Manabí, desde que a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) foi obrigada a deixar o projeto. A matéria descreve o estado de abandono das obras e reproduz questionamentos sobre a seleção, sem concurso público, da empresa Eceico & Coinfra para dar continuidade ao projeto. Segundo a matéria, a empresa Venrental & Asociados teria sido

preterida, embora tivesse apresentado oferta mais barata do que a empresa selecionada pela estatal Corporação Reguladora da Gestão Hídrica de Manabí (CRM).

2. Em contato com o ex-Diretor Geral da CNO no Equador, Fabio Gandolfo, este informou que a CRM ainda não pagou os US\$ 9,07 milhões que reconheceu, no acordo de término de contrato, como gastos efetuados pela empresa brasileira ainda não remunerados. Esse reembolso à CNO deveria ter sido pago pela CRM até 4/12/2008. Da mesma forma, a estatal HIDROLITORAL, responsável pelo projeto de propósito múltiplo Baba, tampouco pagou à CNO os US\$ 23,23 milhões reconhecidos no acordo de término de contrato, e que deveriam ter sido reembolsados à empresa brasileira há três meses (em 15/11/2008). Apesar da mora das estatais equatorianas, a CNO pagou, no prazo, o que devia devolver à estatal HIDROTOAPI em relação ao projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón (ver tel de referência).

3. Transcrevo, a seguir, o teor da matéria sobre Carrizal-Chone II:

"Tras la salida de Odebrecht, fase II del proyecto Carrizal-Chone no avanza.

La subcontratista Eceico & Coinfra espera un anticipo de \$22 millones para retomar los trabajos. La obra estaría terminada en diciembre de 2009

Entre el verde natural del campo, desde la carretera que une el cantón Calceta (Manabí) y la represa La Esperanza, emerge una monumental tubería (verde también), parte fundamental del proyecto de riego Carrizal-Chone. Sin embargo, al llegar al campamento que ocupaba la expulsada Odebrecht, el abandono es evidente.

La maleza está a punto de cubrir por completo los tubos, y la maquinaria se encuentra paralizada desde que el Gobierno decidió dar por terminado el contrato con el consorcio brasileño el año pasado. Desde ese momento, el ritmo de trabajo disminuyó. Las labores se han centrado únicamente en puntos críticos como cruces de quebradas y puentes para mitigar los estragos del invierno.

Tras la salida de Odebrecht, la Corporación Reguladora del Manejo Hídrico de Manabí (CRM) adjudicó la continuación del proyecto a Eceico & Coinfra. 'Esta empresa fue calificada gracias a su capacidad financiera y certificación técnica en la instalación de tuberías PRFV', según señaló Xavier Moreno, presidente del Directorio de la CRM. No obstante, los trabajos no han retomado su ritmo normal debido a la temporada invernal y a un anticipo de \$22 millones que no ha desembolsado el Ministerio de Finanzas.

'Esta empresa no tiene la misma solvencia y capacidad

financiera que Odebrecht, que hasta podía ejecutar el proyecto y luego cobrar. Por eso los subcontratistas necesitan una oxigenación financiera', dijo Álex Alcívar, director ejecutivo de la CRM.

Sin embargo, detrás del retraso en la entrega de dicho anticipo se encuentra una disputa entre los subcontratistas que antes trabajaban con Odebrecht. Según Jaime Morillo, representante legal de la subcontratista Venrental y Asociados, la adjudicación del contrato a Eceico & Coinfra, del grupo Galarza, se dio sin una convocatoria a concurso público.

'Se negoció únicamente con ellos violando de esta manera las leyes de contratación pública, y no se le dio la oportunidad de participar al resto de subcontratistas que presentamos propuestas más baratas', señaló el representante de Venrental.

El contrato fue adjudicado a Eceico & Coinfra por un valor que supera los \$33 millones, cerca de \$4 millones más que la propuesta de Venrental & Asociados (\$29 millones aproximadamente) y el mismo valor de la oferta realizada por Odebrecht.

Pero la CRM asegura que el valor estimado por Eceico & Coinfra es menor en \$6 millones a lo que hubiera cobrado Odebrecht.

La CRM defiende su accionar y se ampara en el decreto 1 383 emitido por el presidente de la República, Rafael Correa, en el cual declara en emergencia al Carrizal-Chone y a otros proyectos.

'La disposición del presidente para no paralizar la obra fue que los subcontratistas continuaran trabajando. Si hubiéramos llamado a concurso, no tendríamos siquiera la selección de los subcontratistas. La Contraloría tendrá que revisar el proceso, pero estamos seguros de que hemos actuado de la mejor manera', agregó Xavier Moreno, presidente del Directorio de CRM.

Renegociación redujo capacidad

Carrizal-Chone nació como parte del Plan Hidráulico de Manabí. Fue concebido en 1989 durante el Gobierno de Osvaldo Hurtado. En 2001, se empezó a ejecutar la obra, y el Gobierno de Rafael Correa renegoció el contrato con la brasileña Odebrecht para buscar, en teoría, un ahorro de \$18 millones, noticia que fue expuesta como un triunfo por el ministro del Litoral de ese tiempo, Ricardo Patiño. Sin embargo, según un informe de la Secretaría Nacional Anticorrupción, por pedido de la Presidencia de la República, detalla que no hubo tal ahorro, sino que más bien se disminuyó la capacidad técnica del proyecto. 'Se disminuye la capacidad de conducción (de la tubería) continua de agua y su futura expansión, obligando al proyecto a depender de estacionamientos de agua en

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/02/2009 20:33:30 N.º: 00165

reservorios', reza en el informe."

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/03/2009 19:10:41 N.º: 00239

De Brasemb Quito para Exteriores em 05/03/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DRN/DAM III/DOC/DAOC I
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM=CHNBREM
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 189
CATEG=MG

//
Equador. Projeto Coca-Codo-
Sinclair. Ofertas chinesas.
//

Nr. 00239

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

Retransmissão automática para Brasemb Pequim

RESUMO=
Informe. Somente duas empresas chinesas apresentaram
ofertas para o projeto Coca-Codo-Sinclair.

Esta semana, foram apresentadas as ofertas das empresas interessadas no projeto hidrelétrico Coca-Codo-Sinclair, que tem por objetivo construir a maior hidrelétrica do Equador, com 1.500 MW de potência, situada nas províncias de Napo e Sucumbíos, na Amazônia equatoriana. Das quatro empresas que haviam demonstrado interesse na licitação promovida pela estatal binacional Coca Sinclair S.A. (constituída pela equatoriana TERMOPICHINCHA, com 70%, e pela argentina ENARSA, com 30%), duas delas (uma italiana e outra iraniana) não chegaram sequer a apresentar propostas. As únicas empresas que apresentaram propostas foram as chinesas Sinohidro Corporation (que, no Equador, se chamará Sinohydro-Andes JV) e Gezhouba Group Co. International (Sino-Ecuador).

2.Como se recorda, originalmente o projeto seria financiado pela estatal binacional (ver, a propósito, os tels 89/08 e 495/08), mas, segundo o Ministro Coordenador dos Setores Estratégicos, Galo Borja, a escassez de recursos decorrente da crise internacional obrigou a modificar as bases da licitação, que passou a exigir que os ofertantes financiem a obra. O Governo equatoriano, portanto, passou a recorrer à fórmula tão criticada pelo Presidente Rafael Correa de permitir que o setor privado financie projetos públicos de interesse estratégico, e que levou à renegociação, em 2007, dos contratos da Construtora Norberto Odebrecht nos projetos Baba e Toachi-Pilatón (ver tels 1011/07 e 1344/07). A nova fórmula de financiamento privado da obra também torna difícil de explicar a participação da ENARSA na estatal Coca Sinclair S.A., já que a empresa argentina sequer aportará os investimentos que foram usados como justificativa para a tão criticada associação (sobre essas críticas, ver o tel 234/08).

3.As duas empresas chinesas interessadas apresentarão suas "ofertas econômicas" em 16/3 e a seleção da empresa será tomada até 20/4. Foi aventada, na imprensa local, a hipótese de que as duas empresas venham a unir esforços para realizar o projeto em conjunto. O custo do projeto Coca-Codo-Sinclair é estimado em aproximadamente US\$ 2 bilhões.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/03/2010 20:32:43 N.º: 00264

De Brasemb Quito para Exteriores em 12/03/2010 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/CGDECAS/DAM III
DESCR=XPRO-EQUA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 76110, TEL 225, TEL 259
CATEG=MG

//
Promoção Comercial.
Investimentos Estrangeiros
Diretos. Subsídios.
//

Nr. 00264

RESUMO=

Cumpro instruções. Encaminho informações sobre IED de e operações de empresas brasileiras no Equador.

Encaminho, a seguir, informações disponíveis no Banco Central do Equador (BCE) acerca dos fluxos de investimentos brasileiros realizados no país, desde 2004 até o terceiro trimestre de 2009. Esclareço que o BCE não informa dados sobre estoque de investimentos e tampouco fornece cruzamento de dados, por setor de atividade e por país, dos fluxos de investimento que ingressam no Equador.

Período	US\$
2004	188.526.800
2005	288.058.700
2006	368.907.500
2007	99.525.800

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/03/2010 20:32:43 N.º: 00264

2008	46.068.100
2009 (janeiro a setembro)	2.656.800
TOTAL (2004 a 2009):	993.743.700

2. Constam como sucursais brasileiras "ativas", no registro de 2008 da Superintendência de Companhias do Equador, as seguintes empresas, divididas de acordo com classificação das áreas de atuação empregada por esse órgão do Governo local:

A. Serviço de transporte aéreo de carga e mala postal:

- ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A.;
- VARIG Logística S.A.;
- VARIG Viação Rio Grandense.

B. Venda e distribuição de produtos elétricos e eletrônicos:

- Alstom Hydro Energia Brasil Ltda.

C. Execução de projetos de infraestrutura:

- Conduto - Companhia Nacional de Dutos;
- Construções e Comércio Camargo Correa S.A.;
- Construtora Andrade Gutierrez S.A.;
- Construtora Norberto Odebrecht S.A.;
- Construtora OAS.

D. Processos de comercialização de serviços públicos:

- F.IMM. Brasil Ltda.

E. Serviços de consultoria na área de engenharia:

- Intertechma Tecnologia Ltda.;
- Leme Engenharia Ltda.;
- R. Peotta Engenharia e Consultoria Ltda.;
- STCP Engenharia de Projetos Ltda.

F. Consultoria em geral:

- Projotec Projectos Técnicos Cia. Ltda.

G. Consultoria econômica, treinamento de pessoal:

- Qualiplus Consultoria em Excelência Empresarial Ltda.

F. Fabricação, comercialização e instalação de produtos para geração de energia hidráulica e afins:

- Voith Hydro Ltda.

3. Algumas empresas reconhecidamente brasileiras, porém, figuram na lista da Superintendência de Companhias com domicílios em outros países. Nesse cadastro, a PETROBRAS Energia S.A. (PESA), por exemplo, figura com nacionalidade inglesa, ao passo que empresas do Grupo Synergy (Petrobell Inc., Pacifepetrol, VIP S.A. e Ulysseas Inc.), com

nacionalidade norte-americana. A Cervejaria AMBEV Ecuador S.A., por seu turno, está cadastrada como equatoriana. O Grupo Vicunha Têxtil (com sua fábrica "La Internacional"), curiosamente, não figura no banco de dados da Superintendência. Outras empresas brasileiras que possuem apenas representantes comerciais no Equador (EMBRAER, Busscar, Marcopolo, Taurus, entre outras) não figuram na lista da Superintendência, que, portanto, não reflete de forma completa a presença das empresas brasileiras no país.

4. Segundo a Construtora Andrade Gutierrez (AG), os projetos da empresa, durante os 23 anos em que atua no país, totalizam US\$ 1,3 bilhão. A AG alega ter realizado investimentos próprios no Equador (basicamente na construção do novo aeroporto de Quito) da ordem de US\$ 200 milhões. A Construtora Norberto Odebrecht (CNO), durante os 22 anos de atuação no país, teria realizado projetos que totalizariam cerca de US\$ 2,3 bilhões. A Construtora Camargo Corrêa não chegou a executar projeto no Equador e reduziu suas operações no país à manutenção de escritório de representação. A OAS tampouco executou projetos no Equador

5. Entre os anos de 2001 e 2007, o Grupo Synergy teria investido US\$ 96 milhões nas empresas petrolíferas Pacifpetrol S.A. e Petrobell Inc. e na empresa de transporte aéreo regional VIP. As projeções de investimentos totais nos três campos da Petrobell, até 2019, são de US\$ 118 milhões. Na Pacifpetrol, poderiam ser realizados novos investimentos de US\$ 45 milhões, caso o contrato para exploração dos campos petrolíferos "Gustavo Galindo Velasco", na península de Santa Elena, seja estendido de 2016 para 2021. Por seu turno, a empresa do Grupo Synergy Ulysseas teria investido US\$ 16,3 milhões de 2003 a 2006. No início deste ano, o Grupo Synergy, proprietário da Avianca, adquiriu participação acionária de 80% na empresa aérea equatoriana Aerogal por US\$ 7,2 milhões (tel 225).

6. A PESA teria investido cerca de US\$ 350 milhões no Bloco 18 e no Campo Unificado Palo Azul. Teria investido outros US\$ 280 milhões em atividades de prospecção no Bloco 31 (não-amortizados). Entretanto, esses dados incluem os investimentos da argentina Perez Companc (PECOM), anteriores à aquisição dessa empresa pela PESA, em 2002. Além disso, são dados do investimento global de todo o consórcio, que inclui as equatorianas CAYMÁN e Petromanabí. Além desses US\$ 630 milhões em IED informados pela PESA, a empresa adquiriu US\$ 60 milhões em "equity" e dívidas subordinadas no OCP ("Oleoducto de Crudos Pesados") e paga cerca de US\$ 60 milhões anuais, desde 2003, pelo "ship-or-pay" do oleoduto

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 12/03/2010 20:32:43 N.º: 00264

(correspondente ao transporte de 80,8 mil barris por dia), como forma de financiá-lo (esse custo tem sido apenas parcialmente compensado pelos dividendos recebidos da OCP, de US\$ 8 milhões anuais).

7. O Grupo Vicunha Têxtil adquiriu por cerca de US\$ 22 milhões a equatoriana "La Internacional", tradicional fábrica do ramo têxtil, em junho de 2007. A compra foi financiada por dois empréstimos: o primeiro, de US\$ 12 milhões, foi obtido junto aos acionistas da matriz; o segundo, de US\$ 10 milhões, mediante linha de crédito do Banco do Brasil (tel 259).

8. Não há informações disponíveis sobre investimentos das demais empresas brasileiras no Equador.

LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. SANTOS, Encarregado de Negócios,
a.i.

FASS

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/03/2009 15:04:23 N.º: 00274

De Brasemb Quito para Exteriores em 16/03/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 262
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Projeto do
Eixo Multimodal Manta-Manaus.
Declarações do Presidente
Correa.
//

Nr. 00274

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. O Presidente Rafael Correa voltou a fazer
declarações sobre o projeto do Eixo Multimodal Manta-
Manaus e sobre o aeroporto de Manta.

Rogo retransmitir ao EREMA.

O Presidente Rafael Correa, em sua 112ª cadeia semanal de
rádio e televisão, no último sábado, dia 14/3, referiu-se,
novamente, ao projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus, como
havia feito poucos dias antes, na base aérea de Manta (ver
tel de referência). Correa afirmou que a consolidação do
projeto continua em sua "fase de estruturação", mas enfatizou
que já estão sendo reconstruídas estradas que integrarão o
Eixo Multimodal, o qual, segundo o mandatário equatoriano,
"beneficiará toda a América Latina".

2. Com relação aos trechos rodoviários que estariam sendo reconstruídos, Correa mencionou apenas a estrada que liga o porto de Manta, na província de Manabí, a Latacunga, capital da província de Cotopaxi, na Serra. O Presidente mencionou a necessidade de construção de acesso rodoviário da cidade de Shushifindi, na província de Sucumbíos, ao "porto" Providencia, no rio Napo. Disse que já estão sendo realizados os estudos para esse acesso rodoviário (atualmente, existe estrada de terra em precárias condições). Agregou que será necessário "melhorar" esse "porto" fluvial. Na realidade, sabe-se que o chamado "porto" Providencia não passa de uma praia (que sequer consta dos mapas equatorianos) situada a cerca de 80 quilômetros a jusante do porto Francisco de Orellana (Coca), utilizada pela empresa Grupo Providencia, com base em plataforma móvel de embarque e desembarque a partir de pequenas barcas de baixo calado, com capacidade para transportar de 200 a 500 toneladas.

3. O Presidente também comentou que "estão sendo realizados os estudos para a dragagem do Napo, para que seja uma hidrovia sem perigo". Afirmou que essa seria "uma partezinha do Eixo Manta-Manaus com a qual já começamos". De fato, sabe-se que, desde o final de 2007, a empresa argentina Hidrovía S.A. vem ajudando o Governo equatoriano a realizar os estudos de navegabilidade do rio Napo e provavelmente seria, segundo o ex-Gerente do projeto, Carlos Lara, a empresa contratada (sem processo de licitação) para a realização das obras de dragagem, balizamento e sinalização, bem como para a manutenção da hidrovia (ver, a propósito, os parágrafos 5 e 6 do tel 875/08). Por outro lado, o Presidente Correa sugeriu a necessidade de "coordenar com os Governos do Peru e do Brasil para que eles também façam a hidrovia" (presumivelmente, em seus respectivos territórios).

4. Ainda segundo Correa, o importante para o projeto Manta-Manaus é que "se abra o mercado de Manaus" aos produtos equatorianos. Para tanto, o Presidente mencionou a intenção de estabelecer um escritório comercial em Manaus. Mencionou, a esse respeito, que a Zona Franca de Manaus possui cerca de 500 indústrias, agregando que o Equador tem de aproveitar essa oportunidade.

5. Correa ressaltou que o Eixo Multimodal Manta-Manaus é um projeto de coordenação internacional. Afirmou, então, que "esse foi um dos problemas que nos atrasou o impasse com o Brasil; quando nos retiraram o Embaixador pela expulsão da Odebrecht [sic], isso nos atrasou dois ou três meses". Em seguida, disse: "mas isso [em referência ao projeto] continua e esperamos que em um par de anos cheguem ao porto de Manta

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/03/2009 15:04:23 N.º: 00274

cargueiros com contêiners provavelmente da China, de toda a bacia asiática do Pacífico". Agregou esperar que esse projeto se converta em uma "artéria fundamental para toda a América Latina, convertendo-se em uma alternativa ao canal do Panamá".

6. O Presidente informou, também, que seu Governo (no pressuposto de que será reeleito) começará a reconstruir o terminal do atual aeroporto de Manta. O atual terminal de passageiros seria derrubado, segundo o Presidente, para ser construído novo terminal, mais moderno, para a aviação de pequeno porte. Paralelamente, as instalações da atual base aérea norte-americana serão readaptadas para que Manta possua um grande aeroporto, sobretudo de carga.

7. Correa esclareceu que essas obras do novo aeroporto de Manta seriam realizadas com base em "investimento internacional" (como se recorda, Correa já ofereceu o projeto a capitais chineses: ver tel 1505/07 e tel 189). O "sócio estratégico" que se responsabilizaria pela construção do novo aeroporto também seria encarregado, segundo o Presidente, de sua administração (embora isso tenha sido criticado pelo atual Governo em relação ao novo aeroporto de Quito) e de garantir a frequência dos vôos. Correa disse esperar ter tudo pronto para o final deste ano, para que a construção comece logo após a saída dos EUA da base aérea (prevista para novembro próximo).

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 23/03/2009 21:39:45 N.º: 00297

De Brasemb Quito para Exteriores em 23/03/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 262
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Matéria do
jornal El Telégrafo.

//

Nr. 00297

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. O jornal "El Telégrafo", controlado pelo
Governo, publicou extensa matéria sobre os projetos
que eram de responsabilidade da CNO e que foram
assumidos pelo Governo. A matéria deixa transparecer
que as obras sofreram sérios atrasos. O Presidente do
Fundo de Solidariedade, por sua vez, antecipou que
relatório sobre a atuação da CNO no projeto San
Francisco confirmaria "95% das denúncias".

O jornal "El Telégrafo", de propriedade do Estado
equatoriano, publicou hoje, dia 23/3, extensa matéria (de
página inteira) intitulada "El Estado asumió obras retiradas
a Odebrecht". Apesar do título e do caráter de propaganda
oficial que costumam caracterizar as matérias do referido
jornal, seu teor revela que a retirada da Construtora
Norberto Odebrecht S.A. (CNO) dos quatro projetos que
executava no Equador (Baba, Carrizal-Chone II, Toachi-Pilatón

e aeroporto de Tena) tem ocasionado significativos atrasos nos projetos. No caso do projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, a matéria chega a reconhecer que a obra dependerá de novo processo de licitação, a ser aberto "em julho ou agosto próximo".

2.Segundo informações do ex-Diretor-Geral da CNO no Equador, Fabio Gandolfo, que tomou conhecimento da matéria, a situação seria "bem mais crítica" do que a relatada pelo jornal oficial. Gandolfo afirmou que, segundo informações da CNO, todas as obras estariam "paradas". Citou, como exemplo, a situação do projeto multipropósito Baba, em que sequer teria sido definido o fornecedor dos equipamentos eletromecânicos. Essa indefinição fará com que o projeto sofra ainda maiores atrasos do que os reconhecidos pela matéria do "El Telégrafo".

3.A matéria contém, ao final, declarações do Presidente do Fundo de Solidariedade, Jorge Glas, segundo o qual estaria pronto relatório sobre a atuação da CNO no projeto da Central Hidrelétrica San Francisco. Segundo Glas, o relatório "ratifica 95% das coisas que denunciemos". Cumpre assinalar que o relatório foi contratado pelo próprio Fundo de Solidariedade à empresa italiana Electro Consult, que não pediu e, portanto, nem conheceu a versão da CNO.

4.Jorge Glas também se refere à arbitragem impetrada junto à Câmara de Comércio Internacional (CCI) de Paris, pela estatal HIDROPASTAZA (de propriedade do Fundo de Solidariedade), contra o BNDES. Glas informa que o tribunal arbitral já estaria conformado e que o Equador aguarda ser citado para "audiência de conciliação".

5Transcrevo, a seguir, a íntegra da matéria do El Telégrafo:

"El Estado asumió obras retiradas a Odebrecht En Los Ríos, la estatal Hidrolitoral registra un avance del 63% en la construcción del proyecto multipropósito Baba. Los trabajos en los cuatro proyectos estatales que tenía la empresa brasileña en el país continúan.

Antecedentes

En junio de 2008 se detectaron fallas en la central San Francisco, que fue construida por Odebrecht. En julio del mismo año se paralizó la generación de energía y comenzaron los trabajos de reparación. El Gobierno exigió a Odebrecht que asumiera el gasto de los daños y que devolviera los premios recibidos. Además se detectaron varias irregularidades en el contrato.

En octubre el régimen y la empresa no llegaron a un acuerdo y se decidió la salida de Odebrecht del país y el retiro de 4 obras estatales.

Los cuatro proyectos que dejó a su salida del país la constructora brasilera Norberto Odebrecht, por fallas en la construcción de la central hidroeléctrica San Francisco, continúan en ejecución pese a las dificultades de orden económico y legal que tienen.

El proyecto multipropósito Baba, el aeropuerto de Tena, el canal de riego Carrizal-Chone y la central hidroeléctrica Toachi-Pilatón fueron las obras estatales que estaban a cargo de Odebrecht y que ahora son ejecutadas por entidades de Gobierno.

Gabriel García, abogado de la estatal HIDROLITORAL, que se encarga del proyecto multipropósito Baba, en Los Ríos, manifestó que se bajó el ritmo de construcción de la obra por falta de recursos económicos.

Hace tres meses, la empresa inició los trámites en el Ministerio de Finanzas para la transferencia de 42 millones de dólares, según lo establecido por la Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES), y esperan el desembolso del dinero en el transcurso de esta semana.

La última vez que la obra recibió financiamiento fue en marzo del 2008 y al momento existen facturas vencidas (deudas por pagar). 'Se podría tener más atrasos por falta de desembolsos y no se cumpliría con la fecha de entrega (en junio del 2010)', explicó García.

También hay una deuda de 19 millones de dólares por planillas ejecutadas y maquinaria de Odebrecht, cuya forma de pago está en negociación.

La empresa brasileña planteó un cruce de cuentas con el adelanto de más de 100 millones de dólares que recibieron por Toachi-Pilatón, pero, tanto el Ministerio de Finanzas como los organismos de control, no lo permitieron.

Actualmente el proyecto, que costará más de 145 millones, tiene un avance del 63% gracias al trabajo de 1.100 personas. Falta por instalar los equipos hidromecánicos, construir la ruta entre lagos y realizar todos los trabajos de remoción de tierra.

En cambio, el aeropuerto del Tena tiene un avance físico reportado del 5,75 % y el Ministerio de Obras Públicas, encargado de vigilar esta obra, no puede cancelar las planillas de pago presentadas por el consorcio conformado por las empresas Ecron y la Corporación América.

Para el desembolso del dinero tiene que hacerse efectivo la cesión de derechos de la obra entre Odebrecht y la Corporación América. En el trámite aún falta el listado de maquinaria y personal técnico del consorcio.

'Ofrecieron la documentación en esta semana, esperamos los documentos para que se efectivice el trámite', dijo Guillermo Bernal, subsecretario de Aeropuertos y Transporte Aéreo.

El fin de la construcción del aeropuerto está previsto para febrero 2010, por lo que el consorcio deberá ajustar su ritmo de trabajo, ya que hubo una para de 60 días cuando estalló el problema de la central San Francisco.

A esto se suma el descubrimiento de vasijas de cerámica. Este hallazgo se efectuó a los costados de la pista y en el área cercana a la terminal aérea.

Un arqueólogo contratado por el consorcio privado estudia las piezas para determinar su origen y, por ello, no se descarta la creación de un museo en el aeropuerto.

Al momento la obra tiene una ejecución de 10,4 millones de dólares de los 34,7 millones que cuesta el aeropuerto.

Pero no todos tienen dificultades. Javier Valencia, presidente de la Corporación Reguladora del Manejo Hídrico de Manabí, ente encargado del proyecto Carrizal-Chone, informó que el pasado 10 de marzo recibió un anticipo de 22 millones de dólares, para invertirlo en infraestructura.

Después de este anticipo, para concluir, se espera recibir 8 millones más. A criterio de Valencia, empieza la etapa más difícil del proyecto que es la de desarrollo agrícola, que es un proceso de capacitación a los agricultores, asistencia técnica, ejecución, y comercialización de productos, a mediano y largo plazo.

Para capacitar a la comunidad, el programa cuenta con alrededor de 7 millones de dólares. El organismo que se haga cargo del proyecto tendría que programar las inversiones, buscar mercados y oportunidades de negocios.

El proyecto también mantendría una deuda con Odebrecht de 12 millones de dólares.

Mientras que para la construcción de los túneles, las represas, la casa de máquinas y el equipamiento electromecánico de la central hidroeléctrica Toachi-Pilatón, se abrirá una licitación, en julio o agosto próximo.

La meta es iniciar estas obras a finales de año, dijo Byron Granja, gerente de HIDROTOAPI, encargada de la obra, para que el proyecto entre en operación a mediados de 2013.

Granja aseguró que desde la salida de Odebrecht, la empresa continuó con la construcción de las vías de acceso al proyecto. Al mismo tiempo trabajan en la ingeniería final y contrataron a un consultor internacional que los asesore en este trabajo.

Listo informe de central

Esta semana se presentarán los resultados del informe efectuado a la actuación de la empresa Odebrecht en la construcción de la central hidroeléctrica San Francisco, en

la cual se encontraron fallas estructurales a menos de un año de funcionamiento.

El presidente del Fondo de Solidaridad, Jorge Glas, aseguró que la información se dará a conocer a la prensa. 'Solo puedo decir que (el informe) ratifica el 95% de las cosas que denunciarnos', dijo el funcionario.

El Gobierno denunció que la empresa recibió un premio por entrega anticipada de la obra sin haberla concluido en su totalidad, que logró aumentar el valor de construcción a través de adéndums, entre otros aspectos.

En el trabajo se analizó el contrato que suscribieron Hidropastaza, compañía privada con capital 100% estatal, y Odebrecht, los adéndums (cambios) y la construcción de la obra. Además, el Fondo todavía analiza el resultado de esta auditoría realizada por la firma italiana Electro Consult. Frente al reclamo que Ecuador interpuso en la Cámara de Comercio de París para no cancelar el crédito que efectuó al Banco de Desarrollo de Brasil (BNDES) para la construcción de la central, Glas dijo que ya está conformado el tribunal arbitral y el país espera el llamado a la audiencia de conciliación.

Actualmente, el banco central de Brasil ha debitado de las cuentas ecuatorianas dos cuotas."

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/03/2010 15:19:19 N.º: 00323

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/03/2010 (MMF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM III /DCT/DIR I /CGSUL
DESCR=BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 314, TEL 322
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. TV Digital.
Reunião com Vice-Chanceler.
Solicitações equatorianas.
//

Nr. 00323

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Na reunião que me convocou para a formalização da opção do Equador pela norma ISDB-T de televisão digital, o Vice-Chanceler equatoriano tratou de temas diversos sobre as relações bilaterais. Após indicar que a adoção teria sido gesto político do Presidente Correa, o Vice-Chanceler solicitou que o Governo brasileiro considere analisar assuntos de interesse equatoriano.

À atenção do Sr. SGAS e da Sra. Chefe do G.

O Vice-Chanceler, Embaixador Lautaro Pozo, convocou-me para informar a oficialização da adoção do padrão ISDB-T de TV Digital pelo Equador, realizada quarta-feira, 24/3 (ver tel 314), e para tratar da situação das relações bilaterais como um todo. Após sublinhar que a opção pelo sistema nipo-

brasileiro, pelo Presidente Correa, corresponderia a "ato político" e reconhecimento da "amizade" brasileiro-equatoriana, o Vice-Chanceler sustentou que seria preciso "superar problemas do passado", provavelmente fazendo alusão aos impactos nas relações bilaterais decorrentes do questionamento equatoriano ao crédito do BNDES para a construção da Central Hidroelétrica de San Francisco.

2.A afirmação do Vice-Chanceler foi completada por intervenção do Subsecretário de Relações Bilaterais, Ministro Leonardo Arízaga, que também participou do encontro. Arízaga citou, expressamente, quatro temas de interesse direto do Governo equatoriano: "reversão do déficit" equatoriano na balança comercial com o Brasil; cooperação técnica "e financeira"; aprovação, pelo Brasil, ao Tratado Constitutivo da UNASUL (que, espera, entre em vigor ainda sob a Presidência "Pro Tempore" equatoriana); e apoio ao projeto Yasuní-ITT - sobre este último ponto Arízaga não se estendeu.

3.Sobre o primeiro ponto, o Subsecretário frisou a necessidade de que se "superem as assimetrias" em favor do Brasil nas trocas comerciais. Para tal, defendeu "flexibilização brasileira para exportações de produtos agrícolas equatorianos", com a adoção de "enfoque mais favorável" às exportações provenientes do país andino. Segundo Arízaga, o Equador se beneficiaria de tarifas de importação mais baixas e menores "obstáculos" sanitários. Consultou, a respeito, como estaria o estágio de implementação do compromisso brasileiro de concessão unilateral de 100% de preferência tarifária para mais de três mil produtos equatorianos.

4.Lembrei que o Governo brasileiro conta, desde 2003, com o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), destinado a promover o comércio intra-regional, com o incentivo à importação brasileira de produtos provenientes de países da região, mediante substituição de importações de terceiros mercados. Colaborador meu recordou o I Encontro Empresarial-Turístico e Rodada de Negócios Brasil-Ecuador, realizado na sede da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em setembro de 2007, no âmbito do PSCI (ver desptel 456/07). O evento, cujo compromisso de realização havia sido assumido pelo Governo brasileiro quando da visita de Estado do Presidente Correa, em abril daquele ano, constitui exemplo exitoso de atividade de promoção comercial realizada, pelo Brasil, em favor do Equador. Ademais, o diplomata da Embaixada mencionou que apenas nos últimos três anos foram realizados três seminários no Equador sobre como exportar para o Brasil, com a participação de representantes

dos órgãos anuentes brasileiros, em que foram explicados os trâmites necessários para a importação brasileira de diversos tipos de produtos, sobretudo agrícolas.

5. Ainda sobre comércio bilateral, comentei que o processo de incorporação do VIII Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) 59 no ordenamento jurídico brasileiro encontra-se em estágio avançado. Quanto às alegadas barreiras sanitárias, expliquei tratar-se de assunto complexo por envolver padrões de qualidade adotados internamente e que seria difícil tratar do tema em termos gerais. Ato contínuo, sugeri que o Governo equatoriano informe sobre quais problemas concretos têm sido verificados, para que possam ser discutidos caso a caso. O Vice-Chanceler concordou com a necessidade de discutir o tema com base em problemas concretos e comprometeu-se a informar quais os produtos agrícolas equatorianos estariam enfrentando dificuldades para ingressar no mercado brasileiro e quais seriam tais dificuldades.

6. Ao tratar da solicitação de cooperação financeira, expliquei a dificuldade que o Governo brasileiro enfrentaria para considerar novos financiamentos oficiais ao Equador, devido ao questionamento feito pelo Governo equatoriano ao próprio sistema de mitigação de risco utilizado tanto pelo BNDES como pelo PROEX-Financiamento (Banco do Brasil), tanto em virtude de carta que o Banco Central do Equador (BCE) enviou ao Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI em 17 de novembro de 2008, como em função de arbitragem impetrada unilateralmente junto à Câmara de Comércio Internacional (CCI) contra o BNDES. Demonstrei a importância do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) como mecanismo de mitigação de risco e os possíveis impactos do questionamento equatoriano para futuros financiamentos brasileiros para projetos não apenas no Equador, mas em outros países da América do Sul.

7. Em resposta, o Subsecretário repetiu equívoco recorrente do Governo equatoriano de confundir o tema da arbitragem contra o BNDES e do questionamento no CCR com questões envolvendo a atuação da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) no Equador. O Vice-Chanceler, por sua vez, qualificou o assunto como de grande sensibilidade política no país, pois "el tunel [da Central Hidroelétrica] de San Francisco colapsó". Voltei a explicar, detalhadamente, tratar-se de temas distintos. Ressaltei que a situação da empresa no Equador é alheia ao caso da discussão sobre financiamentos. O que afeta a possibilidade de novos financiamentos oficiais brasileiros a projetos realizados no Equador, expliquei, é o

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/03/2010 15:19:19 N.º: 00323

mencionado questionamento a um financiamento de entidade estatal brasileira para uma entidade estatal equatoriana, ou seja, de "Governo a Governo" (conforme linguagem empregada com frequência pelas autoridades locais em referência a outros financiamentos bilaterais). O Vice-Chanceler afirmou ter entendido e manifestou intenção de marcar, proximamente, encontro meu com o Chanceler Patiño para que os temas da arbitragem junto à CCI e do questionamento no âmbito do CCR sejam tratados. Lautaro Pozo sugeriu que, nesse encontro, o lado brasileiro fornecesse ao Chanceler equatoriano uma "ajuda memória" sobre a questão.

8. Diante da perspectiva dessa reunião com o Chanceler Patiño e da solicitação do Vice-Chanceler, muito agradeceria orientação sobre a eventual entrega de "ajuda memória" sobre o tema - e, caso autorizado, peço receber os subsídios que Vossa Excelência julgue pertinentes.

Antonino Marques Porto, Embaixador

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 08/04/2009 15:34:00 N.º: 00341

De Brasemb Quito para Exteriores em 08/04/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC/AIG
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 339
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Auditoria.
Electro Consult. Ação
indenizatória. Repercussão na
mídia local.
//

Nr. 00341

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento repercussão na mídia local das
declarações do Presidente do Fundo de Solidariedade
de que o Governo equatoriano demandará a Companhia
Norberto Odebrecht por US\$ 210 milhões, mais juros,
pelos problemas na Central Hidroelétrica de San
Francisco.

As declarações do Presidente do Fundo de Solidariedade,
Jorge Glas, de que o Governo equatoriano impetrará ação
indenizatória contra a Companhia Norberto Odebrecht (CNO) no
valor de US\$ 210 milhões, mais juros, foram amplamente
divulgadas na mídia local. Os principais jornais do país
publicaram reportagens sobre o assunto. Só o "El Comercio"
trouxe pequena chamada de primeira página; como nos demais

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 08/04/2009 15:34:00 N.º: 00341

diários, a notícia rendeu matérias internas, algumas menos outras mais extensas.

2. Glas foi a única autoridade equatoriana a falar sobre o assunto, até o momento, e tem adotado discurso contundente contra a empresa brasileira, porém cuidadoso ao não citar as relações bilaterais com o Brasil, a arbitragem movida contra o BNDES, ou estratégias legais que o Equador deverá adotar. Questionado especificamente sobre o foro onde a ação seria impetrada - se a demanda seria ajuizada no próprio Equador ou em tribunal internacional -, Glas se esquivou alegando ser demasiado cedo para revelar qualquer informação sobre procedimentos jurídicos a serem adotados.

3. Estou transmitindo clipping de reportagens publicadas na mídia local, via fax, à CGDECAS.

Antonino Marques Porto, Embaixador.

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/05/2009 19:21:22 N.º: 00436

De Brasemb Quito para Exteriores em 05/05/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC
DESCR=EQUA-BRAS-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 361
CATEG=MG

//
Equador. Empresas brasileiras.
CNO. Demanda arbitral.
//

Nr. 00436

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. O Fundo de Solidariedade impetrou a anunciada demanda arbitral contra o consórcio liderado pela CNO, em Ambato, na qual pede US\$ 250 milhões em indenizações por "descumprimento de contrato" referente à construção da Central Hidrelétrica San Francisco.

Conforme já havia antecipado há cerca de um mês (tel 339), o Presidente do Diretório do Fundo de Solidariedade, Jorge Glas, confirmou na tarde de ontem, dia 4/5, em coletiva de imprensa, que o Estado equatoriano impetrou demanda arbitral contra o consórcio responsável pela construção da Central Hidrelétrica San Francisco. Diferentemente de suas declarações anteriores sobre o tema, em que singularizava a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) como responsável pelas alegadas falhas na construção da obra que teriam sido confirmadas pela consultoria contratada pelo Fundo de

Solidariedade, Glas informou que a demanda também se dirige contra as sócias da CNO no consórcio que se responsabilizou pela obra: a Alstom Hydro Energia Brasil e a VaTech Hydro Brasil (que atualmente se chamaria Andritz Hydro Brasil).

2. Como se recorda, as duas sócias da CNO no consórcio responsável pela construção da Central Hidrelétrica San Francisco são empresas européias, com filiais no Brasil, que nunca chegaram a ser objeto de questionamentos públicos pelas autoridades equatorianas. As empresas européias tampouco sofreram quaisquer conseqüências dos Decretos executivos 1348 e 1383, respectivamente de setembro e outubro do ano passado, que tomavam várias medidas contra a CNO (e de Furnas) e seus funcionários. A Alstom chegou a ser contratada pela estatal HIDROPASTAZA, recentemente, para inspeção nas turbinas da hidrelétrica (tel 379).

3. Os meios de imprensa locais, porém, continuam a singularizar a CNO em suas manchetes, que invariavelmente se referiram a "arbitragem contra a Odebrecht". Alguns jornais, como o El Telégrafo, do Governo equatoriano, chegaram a fornecer informações falsas, como a de que a hidrelétrica teria começado a operar em junho de 2008 e deixou de funcionar no mês seguinte. Na realidade, como se sabe, a operação plena das duas turbinas da hidrelétrica iniciou em maio de 2007 (tel 665/07), nove meses antes do previsto no contrato de construção. O mesmo jornal governamental recordou, também de forma tendenciosa, que "Odebrecht fue expulsada del país por no asumir los daños encontrados".

4. Segundo Glas, a demanda arbitral foi impetrada pela estatal HIDROPASTAZA (responsável pela contratação da obra e administração da hidrelétrica) na semana passada (dia 29 de abril), junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio de Ambato, Câmara de Indústrias de Tungurahua e Pontifícia Universidade Católica. Esse foro seria o previsto na cláusula de solução de controvérsias do contrato de construção. O juízo, portanto, correrá unicamente na capital da província de Tungurahua, não se tratando, portanto, de "arbitragem internacional", como veicularam alguns meios de imprensa.

5. Ainda de acordo com Glas, a demanda alega "descumprimento do contrato" e pede que o consórcio seja condenado a pagar indenização de US\$ 250 milhões. Desse total, US\$ 210 milhões decorreriam dos danos que já teriam sido detectados, incluindo o "lucro cessante" da hidrelétrica durante sua paralisação por 131 dias, de junho a outubro do ano passado. Os demais US\$ 40 milhões teriam por objetivo

indenizar a nova paralisação da hidrelétrica, de três a quatro meses, ainda este ano, para a realização de reparações adicionais. Segundo Glas, a demanda arbitral também exige a declaração de "nulidade" de sete dos dez adendos ao contrato de construção original, os quais aumentaram o custo da obra de US\$ 286,8 milhões para US\$ 357,9 milhões.

6. Glas reconheceu que as ações jurídicas iniciadas na semana passada "foram tardias", o que justificou pela necessidade de contar com uma "auditoria internacional" (em referência à consultoria contratada pela HIDROPASTAZA), que, em suas palavras, confirmasse "que el Estado ecuatoriano fue víctima de una estafa". Glas afirmou que a demanda da semana passada se soma à arbitragem impetrada pela HIDROPASTAZA junto à CCI, em novembro último, para, segundo ele, evitar o pagamento de US\$ 88 milhões em juros, no crédito "gestionado por Odebrecht para la obra" (Glas não se referiu especificamente ao BNDES ou ao Estado brasileiro).

7. Consultado sobre a possibilidade de um acordo amistoso entre as partes na demanda impetrada na semana passada, Glas descartou a possibilidade: "No veo qué se puede negociar, aquí tienen que pagar". Sabe-se que, desde outubro último, a HIDROPASTAZA não mais buscou esse tipo de negociação. Como se recorda, as conversas mantidas no final de agosto e em setembro do ano passado entre representantes da CNO e autoridades equatorianas (relatadas em diversos telegramas) sobre San Francisco tampouco demonstravam real interesse do Governo local e da HIDROPASTAZA em buscar efetivo diálogo e entendimento com a empresa brasileira.

8. Em contato com o Diretor da CNO no Equador, Luis Carlos Batista Filho, este informou que a empresa ainda não foi notificada da demanda arbitral impetrada na semana passada, nem contaria com cópia da petição da HIDROPASTAZA. Por isso mesmo, não poderia antecipar a estratégia de defesa, que dependerá da análise da petição. De todo modo, Batista forneceu cópia de comunicado de imprensa que a CNO acaba de divulgar, em português e em espanhol, no qual se defende das acusações do Governo equatoriano.

9. Transcrevo, a seguir, a íntegra da versão em português desse comunicado de imprensa:
"Odebrecht defenderá seus direitos e reputação contra arbitragem apresentada por Hidropastaza Equador, 5 de maio de 2009 - Embora ainda não tenha sido formalmente notificada, a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) tomou conhecimento, por meio da imprensa, da existência de uma demanda arbitral apresentada em Ambato - Equador, por

Hidropastaza S.A., concessionária do projeto da central hidrelétrica de San Francisco. Esta demanda é a última de uma série de medidas injustificadas adotadas pela Hidropastaza contra a Odebrecht.

A respeito da Central San Francisco, a Odebrecht esclarece:

- A Odebrecht é uma empresa de nível internacional, integrante de um consórcio com as empresas internacionais Alstom e Vatech. Esse consórcio construiu a Central San Francisco dentro de todas as especificações contratuais e antecipando-se aos prazos previstos, conforme solicitado e aprovado pela Hidropastaza.
 - A Hidropastaza reconheceu formalmente que a Central foi concluída a contento, e que o Consórcio cumpriu satisfatoriamente todas as suas obrigações contratuais. Com base neste reconhecimento, a Central San Francisco entrou em operação em junho de 2007.
 - Apesar do correto desempenho do Consórcio, em 2008, quando surgiram problemas na Central San Francisco - por fatores além do controle do Consórcio -, a concessionária Hidropastaza repeliu os esforços das empresas para solucionar os inconvenientes e iniciou uma campanha de difamação contra a Odebrecht.
 - A Hidropastaza ignorou que o Consórcio adotou medidas imediatas que permitiram à Central retomar as suas operações. Essas medidas tiveram um custo significativo para a Odebrecht e para o Consórcio.
 - O governo emitiu os Decretos Executivos 1348 e 1383, nos quais determinou, entre outros atos, a tomada dos bens da Odebrecht pelas Forças Armadas, o término de todos os contratos de infraestrutura da Odebrecht no Equador e a revogação dos vistos ou expulsão de vários funcionários e executivos da empresa.
 - Em resumo, a referida entidade violou os direitos da Odebrecht, um investidor estrangeiro que deu importantes contribuições ao desenvolvimento econômico e social do Equador, país onde atuava há 23 anos.
 - Em demonstração de boa fé, a Odebrecht fez todas as retificações além de suas obrigações contratuais, cedeu sua participação em outros quatro projetos de infra-estrutura no Equador e permaneceu em silêncio.
 - Mesmo assim, a Hidropastaza continuou difamando a Odebrecht através da imprensa, inclusive reafirmando insistentemente a condenação prévia e infundada da Odebrecht.
- A Odebrecht rechaça as acusações relacionadas à Central San Francisco, divulgadas hoje pela imprensa, e exige que se realizem auditorias técnicas do mais alto nível, por não reconhecer a validade das acusações apresentadas. Oportunamente, a Odebrecht apresentará à opinião pública, o resultado do laudo técnico contratado junto a uma das mais

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/05/2009 19:21:22 N.º: 00436

renomadas consultorias internacionais.

A Odebrecht é uma empresa internacional de construção e está disposta a demonstrar, especialmente aos equatorianos, que atuou com a qualidade técnica de sempre e com boa fé na execução e entrega do projeto hidrelétrico de San Francisco."

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 25/04/2008 19:44:29 N.º: 00488

De Brasemb Quito para Exteriores em 25/04/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC/DIC
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=DET 157, TEL 279
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Financiamentos
brasileiros. Eixo Manta-
Manaus. Estudos.
//

Nr. 00488

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Cumpro instruções. O Ministro Marún informou que os
estudos de viabilidade do projeto do Eixo Multimodal
Manta-Manaus estarão concluídos em 15 de maio
próximo, o que foi confirmado pelas empresas
brasileiras.

Rogo retransmitir para o EREMA.

À atenção do Sr. SGAS e do Chefe de Gabinete da SG.

Consultei o Ministro de Transporte e Obras Públicas, Jorge
Marún, sobre o resultado das pesquisas, junto às empresas
brasileiras, relativas a estimativas de importação de bens e
serviços brasileiros aplicáveis à execução das obras do

projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus, bem como sobre os avanços nos estudos de viabilidade do projeto. O Ministro disse que os estudos já estão sendo realizados e deverão ser apresentados em 15 de maio próximo. A partir de então, Marún considera possível iniciar o processo de contratação, embora não houvesse antecipado mais detalhes.

2. Junto às empresas brasileiras, foi possível apurar que os estudos, de fato, já estão sendo elaborados, há cerca de um mês. As três empresas brasileiras mais diretamente interessadas no projeto (Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa) já teriam montado escritório conjunto para o projeto e contrataram seis empresas equatorianas e duas brasileiras para elaborar um "anteprojeto básico", que incluiria estudos sobre quase todos os componentes mencionados pelo Ministro Marún na reunião de 5 de março último (ver parágrafos 3 a 5 do tel de referência), com exceção de estradas que dificilmente poderiam ser justificadas como parte do Eixo, a exemplo da Mendez-Morona, no Sudeste do país, ou a ligação Quito-Pifo.

3. Com base nesse anteprojeto, cujos custos de elaboração serão incluídos, posteriormente, no projeto, será possível ter noção mais precisa do valor total do projeto. As empresas também esperam que o anteprojeto esteja concluído por volta de 15 de maio próximo. A partir daí, será possível estimar a importação de bens e serviços brasileiros envolvida no projeto, condição necessária para a definição do montante do financiamento brasileiro.

4. De acordo com informações das empresas brasileiras, o Ministro de Finanças, Fausto Ortiz, está aguardando informações do MTOP sobre o valor do projeto para solicitar, formalmente, o financiamento brasileiro. Ainda não haveria definição sobre a modalidade de contratação, mas o tema estaria sendo discutido entre as empresas e assessores jurídicos do MTOP. Estariam sendo estudadas alternativas que evitem processo licitatório, baseadas na premissa de que se trata de financiamento de "Governo a Governo". As empresas estimam que os contratos poderão ser firmados em julho ou agosto deste ano e que as obras serão iniciadas ainda este ano.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/04/2009 13:41:57 N.º: 00353

De Brasemb Quito para Exteriores em 13/04/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC/AIG
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 341, TEL 339
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Auditoria.
Electro Consult. Declarações
do Presidente Correa. Nota da
CNO.
//

Nr. 00353

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Presidente Correa sustenta que a ação que o
Governo equatoriano moverá contra a Companhia
Norberto Odebrecht não deverá afetar as relações
bilaterais. A empresa brasileira fez publicar nota na
imprensa local defendendo suas posições.

O Presidente Rafael Correa concedeu entrevista à rede de
televisão estatal "Ecuador TV", na qual sustenta que a
demanda indenizatória que o Governo local moverá contra a
Companhia Norberto Odebrecht (CNO) não afetará as relações
com o Brasil. No programa, transmitido hoje, 13/04, Correa
afirmou que a relação bilateral "no tiene por qué afectarse",
ressalvando, contudo, que "si se resiente Brasil, qué le
vamos a hacer?".

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/04/2009 13:41:57 N.º: 00353

2.Segundo Correa, a reação brasileira à impetração de ação arbitral do Equador junto à Câmara de Comércio Internacional (CCI) com referência ao crédito contraído com o BNDES, deveu-se a uma "má informação" sobre o caso, enfatizando que teria sido "un error que lo repararon porque tampoco se ameritaba ningún conflicto diplomático por una disputa comercial y financiera".

3.Às vésperas das eleições gerais, o tema das falhas de construção da Central Hidroelétrica de San Francisco tem sido novamente explorado pelo Governo local desde a divulgação de relatório produzido pela consultora italiana Electro Consult que "dá razão ao Estado equatoriano" (ver tel 339). A respeito, a CNO publicou nota na edição de hoje do jornal "El Comercio", a qual estou transmitindo, via fax, à CGDECAS.

Antonino Marques Porto, Embaixador.

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/04/2009 20:40:12 N.º: 00357

De Brasemb Quito para Exteriores em 13/04/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC/AIG
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 353
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Declarações
do Presidente Correa. Nota da
Presidência equatoriana.

//

Nr. 00357

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Transmito Nota da Presidência da República
do Equador com as recentes declarações do Presidente
Correa sobre a Companhia Norberto Odebrecht.

Em aditamento às informações contidas no tel de
referência, transmito, a seguir, comunicado de imprensa da
Presidência da República do Equador com as recentes
declarações do Presidente Correa sobre a Companhia Norberto
Odebrecht (CNO):

"PRESIDENTE CORREA: "EL GOBIERNO SABRÁ DEFENDER LOS INTERESES
DEL PAÍS"
13 April 2009

Quito (Pichincha).- El Presidente de la República, Rafael

Correa, al ser consultado si las relaciones con Brasil se verán afectadas por la reclamación civil que presentará la empresa Hidropastaza a la empresa brasilera Odebrecht, dijo que "no tiene porque afectarse", sin embargo, el Gobierno ecuatoriano sabrá defender los derechos del país y los intereses del país".

En este sentido, el gobernante indicó que Odebrecht "ha sido una empresa privada que ha estafado al Estado ecuatoriano y que así lo ha determinado la auditoria internacional realizada por la empresa italiana Electro Consul (.). Si ya por eso se reciente Brasil que le vamos a hacer, pero me parecería inaudito. Además yo creo que el retiro del embajador fue una mala información al Presidente Lula", formuló durante la entrevista concedida al Programa El Ciudadano TV.

Frente a los cuestionamientos de la prensa que aducían que el Régimen no hacía nada ni pasó nada con Odebrecht, informó que se puso un juicio en Ambato y que el juez en forma sorpresiva lo anuló. "Estamos preparando todo los elementos actuando responsable y seriamente para poner los juicios correspondientes. Habrá uno civil, dos penales y hubo que se puso en Tungurahua pero fue anulado por el juez de Ambato", informó.

Agregó que "si Odebrecht continuara tratando de estafar al Estado ecuatoriano no pararé un día para anunciar a nivel mundial lo que esa compañía es. La falta de seriedad, la irresponsabilidad con que actúa. Si ellos fueron algo inteligentes lo que tendrían que hacer es pagar enseguida las cosas porque saben que son culpables. Si no les insisto denunciaremos al mundo lo que es esta compañía". MI/Prensa Presidencial."

Antonino Marques Porto, Embaixador.

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/04/2008 16:41:43 N.º: 00495

De Brasemb Quito para Exteriores em 29/04/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DOC/DRN/DAM III
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 234
CATEG=MG

//
Equador. Projeto Coca-Codo-
Sinclair. Colocação da
primeira pedra.
//

Nr. 00495

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. O Presidente Correa participou de cerimônia
para a colocação da primeira pedra do projeto Coca-
Codo-Sinclair. O projeto, porém, sequer conta com
estudos atualizados e a obra dificilmente poderá
iniciar ainda este ano.

Da mesma forma como, na semana passada, o Presidente Rafael
Correa havia inaugurado, simbolicamente, o projeto
hidrelétrico Coca-Codo-Sinclair com a Presidenta Cristina de
Kirchner, com desvelamento de placa nas dependências do
Palácio Carondelet (ver tel 474), Correa participou hoje, dia
29/4, da cerimônia de colocação da primeira pedra do projeto,
na zona em que se executarão as obras. Trata-se de ampla área
de 390 km2, na Amazônia equatoriana, nas províncias de Napo e
Sucumbíos. O Presidente esteve acompanhado do Ministro
Coordenador dos Setores Estratégicos, Derlis Palácios, do

Presidente do Diretório do Fundo de Solidariedade, Jorge Glas Espinel, do Ministro de Eletricidade e Energias Renováveis, Alecksey Mosquera, o Gerente-Geral da recém criada Compañía Hidroeléctrica Coca Codo Sinclair S.A., Ángel Naranjo, entre outras autoridades nacionais e provinciais.

2. A cerimônia tem motivação eminentemente política e não terá efeito prático para o efetivo lançamento das obras. Estas dificilmente iniciarão ainda este ano, segundo as empresas brasileiras mais diretamente interessadas no projeto (Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa). Para essas empresas, que deverão participar em consórcio da futura licitação para contratar a construtora da obra, o Presidente Correa estaria sendo "enganado", pois o projeto não deverá produzir os 1.500 MW anunciados pelo Governo equatoriano.

3. O projeto apresentaria diversas dificuldades técnicas, decorrentes, entre outros aspectos, da necessidade de escavação de vários túneis em região geologicamente instável, próxima ao vulcão Reventador. Os estudos originais (realizados em 1975, 1980 e 1992) necessitariam várias atualizações. Pelos estudos, a obra custaria US\$ 850 milhões e se constituiria em duas unidades de geração, com capacidade instalada de 859 MW. No ano passado, o Governo anunciou que o projeto seria ampliado para dez unidades de geração, com 150 MW cada uma, e que o custo total seria de US\$ 1.590.616.137,00.

4. Segundo as empresas brasileiras interessadas, os custos do projeto também deverão superar amplamente as expectativas do Governo equatoriano, podendo ultrapassar os US\$ 2 bilhões. O próprio Ministro de Eletricidade e Energia Renovável, Alecksey Mosquera, admitiu, recentemente, que a estimativa de US\$ 1,6 bilhão poderia sofrer reajustes, que atribuiu à desvalorização do dólar. A falta de estudos de viabilidade atualizados e de estudos de impacto ambiental, a incerteza sobre o valor do investimento, bem como a indicação "a dedo" da argentina ENARSA como contraparte da estatal equatoriana TERMOPICHINCHA (pertencente ao Fundo de Solidariedade), têm gerado fortes questionamentos ao projeto (ver tel de referência).

5. Ainda de acordo com as empresas brasileiras, a ENARSA ainda não saberia como fará para implementar sua participação de 30% do capital a ser investido no projeto (que poderá superar US\$ 600 milhões). A ENARSA não teria capital próprio para o investimento e dependerá, provavelmente, de investimentos das empresas argentinas interessadas no projeto. Segundo as empresas brasileiras, nem

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/04/2008 16:41:43 N.º: 00495

a ENARSA nem as construtoras argentinas interessadas teriam experiência para a execução do projeto.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/06/2009 18:40:32 N.º: 00591

De Brasemb Quito para Exteriores em 11/06/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DIC/DPG/DAM III/CGDECAS/DOC/DNS/DIR I
DESCR=XPRO-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=CIT 71657
CATEG=MG

//
Promoção comercial. Brasil-
Equador. Oportunidades para as
exportações brasileiras de
serviços. Remessa de
informação.
//

Nr. 00591

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Cumpro instruções. Informo sobre o mercado
equatoriano de serviços, com vistas a orientar
eventuais exportações brasileiras ao Equador.

Em resposta à solicitação da circel de referência,
transmito, a seguir, subsídios sobre o mercado equatoriano de
serviços, com vistas a orientar eventual exportação de
serviços brasileiros para o Equador. As informações respondem
aos termos de referência sobre "Oportunidades para as
Exportações Brasileiras de Serviços no Âmbito da América do
Sul", recebidas por correio eletrônico.

- DADOS ESTATÍSTICOS
2.Com relação aos dados estatísticos solicitados a respeito

do "estoque" de investimentos em serviços no Equador, cumpre recordar que as estatísticas do Banco Central do Equador (BCE) sobre investimento estrangeiro direto (IED) não contemplam o "estoque", mas sim o "saldo" desse investimento (sobre essa metodologia, adotada a partir de 2007, ver o tel 190/2008). Além disso, os dados sobre a procedência do IED, por países, não desagregam a informação por setores. Portanto, somente é possível conhecer o saldo total do IED procedente do Brasil, a cada trimestre, dados que têm sido informados pelo Posto, periodicamente. Os dados relativos a 2008 foram objeto do tel 545.

3.Cabe recordar que, nos dados estatísticos do BCE sobre IED por ramo de atividade econômica, são incluídos quatro setores que têm relação com serviços: "eletricidade, gás e água"; "transporte, armazenagem e comunicações"; "serviços prestados às empresas" (terceirização) e "serviços comunais, sociais e pessoais". Apresenta-se, a seguir, a série histórica dos últimos cinco anos em relação a esses quatro setores:

Setor de "eletricidade, gás e água" - em 2004, o saldo de IED foi de US\$ 5,6 milhões; em 2005, de US\$ 6,5 milhões; em 2006, de 6,9 milhões; em 2007, US\$ 16,4 milhões; em 2008, de US\$ - 9,5 milhões (refletindo, portanto, "desinvestimento" líquido).

Setor de "transporte, armazenagem e comunicações" - em 2004, o saldo de IED foi de US\$ 73,7 milhões; em 2005, caiu para US\$ 17,5 milhões; em 2006, voltou a subir para US\$ 83,3 milhões; em 2007, chegou a ser negativo em US\$ - 52,1 milhões; em 2008, o saldo subiu para US\$ 214 milhões (cumpre assinalar que o máximo da série histórica disponível no BCE ocorreu em 2003, quando o saldo chegou a US\$ 439 milhões).

Setor de "serviços prestados às empresas" - em 2004, o saldo de IED foi de US\$ 40 milhões; em 2005, subiu para US\$ 73,8 milhões; em 2006, para US\$ 89,4 milhões; em 2007, para US\$ 117 milhões, e em 2008, atingiu o saldo sem precedentes para o setor de US\$ 153 milhões.

Setor de "serviços comunais, sociais e pessoais" - em 2004, o saldo de IED foi de apenas US\$ 2,1 milhões; em 2005, subiu para US\$ 18 milhões; em 2006, voltou a subir para US\$ 29,5 milhões; em 2007, caiu para US\$ 5,2 milhões; em 2008, foi de apenas US\$ 1,7 milhão.

4.Com relação às "exportações de serviços" pelo Equador, a única informação a respeito consta da conta corrente da balança de pagamentos, que traz informações totais sobre a balança de serviços, sobre os "serviços prestados" (desagregados em "transportes", "viagens" em "outros serviços") e sobre os "serviços recebidos" (que também

recebem a mesma desagregação). Os "serviços prestados", que corresponderiam à exportação de serviços, totalizaram US\$ 1,01 bilhão em 2004, US\$ 1,01 bilhão em 2005, US\$ 1,04 bilhão em 2006, US\$ 1,2 bilhão em 2007 e US\$ US\$ 1,41 bilhão em 2008. O principal responsável pelo crescimento nos "serviços prestados" foi o turismo (rubrica "viagens"): US\$ 462 milhões em 2004; US\$ 486 milhões em 2005; US\$ 490 milhões em 2006; US\$ 623 milhões em 2007 e US\$ 763 milhões no ano passado.

5. Por outro lado, os "serviços recebidos" (ou importação de serviços) sempre foram bem superiores aos "serviços prestados", o que faz com que o Equador seja, tradicionalmente, importador líquido de serviços. Em 2004, os "serviços recebidos" totalizaram US\$ 1,97 bilhão; em 2005, US\$ 2,14 bilhões; em 2006, US\$ 2,34 bilhões; em 2007, US\$ 2,57 bilhões; em 2008, essas importações atingiram o máximo histórico de US\$ 2,96 bilhões. A principal rubrica dos "serviços recebidos" pelo Equador é a de "transportes": em 2004, US\$ 911 milhões; em 2005, US\$ 1,04 bilhão; em 2006, US\$ 1,17 bilhão; em 2007, US\$ 1,33 bilhão; em 2008, US\$ 1,63 bilhão.

6. O déficit na balança de serviços do Equador tem sido crescente. Em 2004, esse déficit foi de US\$ 954 milhões; em 2005, o déficit subiu para US\$ 1,13 bilhão; em 2006, passou para US\$ 1,3 bilhão; em 2007, para US\$ 1,37 bilhão; no ano passado, o déficit na balança de serviços chegou a US\$ 1,55 bilhão, o maior da história.

- CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO EQUADOR

7. Conforme os dados estatísticos demonstram, o Equador é, sobretudo, receptor de serviços em vários setores, como turismo (as maiores redes de hotéis são estrangeiras, como Swissôtel, Marriott, Hilton, Sheraton, entre outras), transportes (empresas estrangeiras controlam a operação de portos, aeroportos, linhas aéreas, etc.), telecomunicações (as principais empresas de telefonia celular, Porta e Movistar, pertencem, respectivamente, à mexicana América Móvil e à espanhola Telefónica), além da prestação de serviços de engenharia em quase todos os projetos de infraestrutura de maior envergadura do país, nos quais a contratação também inclui o fornecimento de bens e equipamentos para as obras. Esse tipo de prestação de serviços para projetos de infra-estrutura foi amplamente aproveitado pelas construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nas últimas duas décadas.

8. As obras públicas têm sido a maior fonte de projetos que demandam prestação de serviços no Equador. Por força da Lei

Orgânica do Sistema Nacional de Contratação Pública, aprovada pela Assembléia Constituinte em 22/7/2008 e publicada no Diário Oficial nº 395, de 4/8/2008, todo processo de contratação de obras, bens e serviços aberto pelas entidades e empresas públicas, municípios, prefeituras de províncias, universidades, escolas, hospitais e demais instituições com finalidade social e pública deverá ser realizado por via eletrônica, mediante registro prévio de contratantes e fornecedores, pelo portal "www.compraspublicas.gov.ec".

9. Um dos requisitos obrigatórios que as empresas estrangeiras interessadas em atuar no mercado equatoriano devem satisfazer é possuir domicílio no país, seja pela instalação de escritórios próprios ou mediante a nomeação de representante local. Para estabelecer uma sucursal no Equador, a empresa estrangeira deverá, entre outros requisitos, comprovar que está legalmente constituída no país de origem e que essa constituição lhe permite operar no exterior. O capital mínimo exigido na legislação equatoriana para a instalação de sucursal estrangeira no país é de US\$ 2.000,00, que devem permanecer depositados em qualquer banco equatoriano, enquanto se realizam os trâmites respectivos.

10. As operações de negócios no Equador estão regulamentadas pelas leis comerciais e o Código Civil. Todas as empresas, nacionais ou sucursais de empresas estrangeiras, estão sujeitas aos regulamentos da Superintendência de Companhias (controle governamental), e as instituições financeiras estão sob controle da Superintendência de Bancos e Seguros (controle governamental). De acordo com o ramo da atividade, a quase totalidade de empresas deve registrar-se junto às entidades de classe correspondentes ou nos colégios profissionais. O investimento estrangeiro no Equador está regulamentado pela Decisão 291/1991 (Regime Comum de Tratamento aos Capitais Estrangeiros e sobre Marcas, Patentes, Licenças e "Royalties") da Comissão do Acordo de Cartagena.

11. O atual Governo tem proposto à Comissão Legislativa e de Fiscalização ("Congresillo") várias reformas legais que poderão ter impacto no mercado de serviços. Foi o caso, por exemplo, da Lei Reformatória à Lei do Regime Tributário Interno, aprovada em 19/12/2008; da Lei de Criação da Rede de Segurança Financeira, aprovada em 30/12/2008; da Lei de Mineração, aprovada em 13/1/2009 (que prevê a possibilidade de celebração de contratos de prestação de serviços para mineração); da Lei Reformatória à Lei de Companhias, aprovada em 9/4/2009. Esta última Lei prevê maiores controles sobre as empresas, nacionais e estrangeiras, sobretudo para evitar

evasões fiscais, lavagem de ativos e outras práticas ilícitas facilitadas pela criação de empresas em "paraísos fiscais". A Lei foi parcialmente vetada pelo Presidente Correa, para evitar que pessoas jurídicas sejam conformadas por outras pessoas jurídicas (esse veto parcial foi aprovado pelo "Congresillo" em 6/5/2008). Os textos das leis aprovadas e projetos de lei tramitados no "Congresillo" podem ser consultados em "www.asambleanacional.gov.ec".

12.O Ministério de Indústrias e Competitividade apresentou à Presidência da República, em maio último, projeto de Lei de Competitividade, cujo objetivo seria acabar com práticas que distorcem a livre concorrência. É possível que esse projeto de lei, ainda não submetido ao "Congresillo", venha a ter impacto na prestação de serviços no Equador. Por enquanto, a concorrência é regulada pela Decisão 608 da Comissão da CAN, de 2005.

13.As oportunidades para ofertas de serviços no Equador são bastante amplas. Porém, cumpre enfatizar a forte limitação decorrente das dificuldades do país para obter novos financiamentos internacionais, tanto comerciais (em razão das moratórias dos títulos Global 2012 e 2030) como de fontes oficiais brasileiras (devido aos questionamentos do Equador ao financiamento do BNDES para a obra da Central Hidrelétrica San Francisco). Os setores de produção petrolífera, de obras de infra-estrutura, de transporte, de telecomunicações, e de turismo parecem ser os principais potenciais para a captação de investimentos estrangeiros e para a prestação de serviços. Esses setores são analisados sucintamente, a seguir.

- CONSIDERAÇÕES SETORIAIS

14.No setor de produção petrolífera (o maior setor produtivo do país), várias empresas estrangeiras prestam serviços para a estatal PETROECUADOR e para as empresas estrangeiras que extraem petróleo no país. A empresa brasileira Conduto é uma dessas prestadoras de serviços para o setor petroleiro. Uma das maiores empresas equatorianas é a OCP (Oleoducto de Crudos Pesados), que presta serviços de transporte de petróleo pesado e é de propriedade de várias petroleiras estrangeiras, entre as quais a PETROBRAS Energia S.A. (o Presidente da OCP é o brasileiro Wong Loon).

15.A própria produção petrolífera, até meados dos anos 1990, era realizada basicamente mediante a modalidade contratual de prestação de serviços, em que o petróleo era integralmente vendido pelo Estado equatoriano e as empresas estrangeiras eram remuneradas por seus custos de produção, reembolso de investimentos e taxa de remuneração. Como os preços do

petróleo haviam caído, tornando os contratos de prestação de serviços pouco rentáveis para o Estado equatoriano, quase todos foram renegociados para a modalidade de participação na produção (com exceção do contrato da italiana Agip Oil e dos de alguns campos marginais).

16.Com o aumento dos preços do petróleo, o atual Governo, desde 2007, tem pressionado as empresas estrangeiras a renegociarem seus contratos para a modalidade de prestação de serviços. No ano passado, a canadense Ivanhoe Energy firmou contrato de prestação de serviços para, com uso de novas tecnologias de ponta, a exploração do campo Pungarayacu (tel 832/08) e, recentemente, a Agip Oil firmou novo contrato, transitório, também de prestação de serviços (tel 518). Resta saber se as demais grandes empresas petrolíferas estrangeiras que atuam no país (entre as quais a PETROBRAS Energia S.A.) terão interesse em aceitar migrar para contratos de prestação de serviços, como pretende o Governo equatoriano. As negociações desses novos contratos definitivos ainda não iniciou.

17.Com relação aos projetos de infra-estrutura, as obras de maior envergadura e complexidade, do ponto de vista de engenharia, tendem a ser executadas por empresas estrangeiras, mesmo que estas se associem ou subcontratem empresas equatorianas. Como já apontado, as construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez realizaram dezenas de projetos de infra-estrutura (estradas, pontes, centrais hidrelétricas, projetos de irrigação e contenção de inundações etc.) no Equador, desde os anos 1980.

18.O Governo equatoriano lançou, desde que assumiu, vários projetos de grande porte, sobretudo na área de energia elétrica, refino de petróleo e transportes. Entre os principais novos projetos hidrelétricos, podem ser mencionados Coca-Codo-Sinclair (cuja capacidade prevista é de 1.500 MW), Sopladora (400 MW), Toachi-Pilatón (228 MW) e Mazar (180 MW). Nenhum desses projetos foi iniciado, com exceção do Toachi-Pilatón, em que a Norberto Odebrecht havia realizado obras preliminares até ser "expulsa" do país, no final do ano passado. Sabe-se que tanto a Andrade Gutierrez como a Camargo Corrêa têm interesse de assumir o projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón. Todos esses projetos, porém, carecem de fontes firmes de financiamento.

19.O mesmo se pode dizer do projeto de construção de pólo petroquímico na província de Manabí, com capacidade para refinar 300 mil barris por dia de petróleo pesado. Como se recorda, para implementar esse projeto foi constituída

empresa binacional entre as estatais PETROECUADOR e PDVSA. No entanto, não há previsão de financiamento para o projeto, cujo custo é estimado em US\$ 12,56 bilhões (ver parágrafos 10 a 12 do tel 514).

20.0 Governo equatoriano também está enfrentando dificuldades para encontrar novo concessionário interessado em assumir a construção e administração do porto marítimo de Manta, desde que a concessionária TIDE, filial da chinesa Hutchinson Port Holdings, denunciou o contrato de concessão e retirou-se do país (ver tels 118 e 230). O mesmo ocorre com o projeto de construção e administração do aeroporto de Manta, que estaria associado com a construção e administração de novos hotéis naquela cidade portuária manabita. Recorde-se que, para esse projeto, representante da Presidência do Equador tem buscado empresas brasileiras potencialmente interessadas (ver tel 409).

21. Ainda sobre a administração de aeroportos, cabe recordar que a Andrade Gutierrez participa do consórcio (liderado por empresa canadense) que está construindo o novo aeroporto de Quito e que o administrará por 30 anos. No entanto, o Governo tem questionado, desde 2007, a modalidade contratual da concessão do novo aeroporto de Quito (ver, por exemplo, o tel 1456/07) e o prefeito municipal eleito, Augusto Barrera, já declarou reiteradamente sua intenção de renegociar o contrato.

22.0 setor de transporte aéreo, tanto de passageiros como de carga, também poderia, em tese, oferecer oportunidades para empresas brasileiras. Várias empresas estrangeiras atuam nesse setor, no transporte internacional, mas, como se sabe, não há vôos regulares diretos entre o Equador e o Brasil, nem de passageiros (o vôo da TAME para Manaus foi cancelado após poucos meses de experiência mal-sucedida - tel 1434/08) nem de carga (a VARIGLOG suspendeu seus vôos diretos).

23. No mercado de vôos domésticos, até recentemente dominado por pequenas empresas equatorianas (TAME, Aerogal, Ícaro, VIP, esta última do Grupo Synergy), a empresa LAN foi autorizada a operar rotas regulares entre as principais cidades equatorianas. O ingresso da LAN no mercado de serviços de transporte aéreo doméstico do Equador tem causado forte reação das empresas equatorianas, cujas frotas são antigas (com exceção da frota da TAME, que opera, além de dois AIRBUS, cinco aeronaves EMBRAER, adquiridas nos últimos anos) e cuja administração parece pouco eficiente.

24. Também existem, em tese, oportunidades para a

participação de empresas brasileiras em várias obras de infra-estrutura de transporte terrestre que o Governo equatoriano tenciona promover nos próximos anos. O Governo tem realizado, desde 2007, várias obras de recuperação da precária malha rodoviária do país, mas essas obras têm sido atribuídas, em sua maioria, ao Corpo de Engenheiros do Exército (CIE), sem licitação, mediante reiterados decretos de "emergência viária". Algumas dessas obras, como a ponte entre Baía de Caráquez e San Vicente, sobre o rio Chone, sofrem sérios atrasos em razão, pelo que se sabe, da falta de capacidade técnica do CIE.

25.No transporte ferroviário, o Governo está elaborando projeto de reabilitação integral dos 965 quilômetros de ferrovias do país. Além disso, o Ministério de Coordenação dos Setores Estratégicos contempla a possibilidade de construção de ferrovia de carga, movida por trens elétricos, até Puerto Ballesteros, na fronteira com o Peru no rio Napo, como parte do Eixo Multimodal Manta-Manaus (parágrafos 14 e 15 do tel 508). Cumpre ressaltar, porém, que ainda não existem projetos para sustentar tecnicamente essa idéia, muito menos fontes de financiamento. Outra idéia sem projetos nem fontes de financiamento é a de construção de metrô em Quito, uma das propostas de campanha do prefeito eleito Augusto Barrera.

26.O setor de telecomunicações também tem oferecido oportunidades para empresas estrangeiras. O mercado de telefones celulares é muito dinâmico no Equador. Em abril último, a Superintendência de Telecomunicações (SUPERTEL) registrou mais de 12 milhões de linhas ativas de celulares no país (a população do Equador é de 13,9 milhões de habitantes). Mas esse mercado, como mencionado anteriormente, já está dominado por duas grandes prestadoras de serviços estrangeiras, cujos contratos foram renovados no ano passado: a mexicana América Móvil, com sua operadora Porta, domina 70,4% do mercado, ao passo que a espanhola Telefônica, com sua operadora Movistar, responde por 27,1% do mercado. Os restantes 2,5% correspondem à equatoriana TELECSA, com a operadora Alegro.

27.As perspectivas de exportação de bens e serviços brasileiros na área de telecomunicações poderão, em princípio, ser muito ampliadas caso se confirme a opção "política" do Equador pelo padrão ISDB-T de TV digital. Como se recorda, o Presidente Rafael Correa indicou-me que, do "ponto-de-vista político", a decisão equatoriana pelo ISDB-T já estaria tomada (tel 468).

28.O setor de turismo também apresenta potencial para investimentos e prestação de serviços por parte de empresas estrangeiras. O turismo é a terceira maior fonte de receitas do Equador, depois do petróleo e das remessas de emigrantes equatorianos. Em 2008, o Equador recebeu mais de um milhão de turistas estrangeiros. Os atrativos do país nesse setor decorrem de suas quatro regiões naturais muito características: a Amazônia, a região andina (em que se destaca a chamada Avenida dos Vulcões), a região costeira e as ilhas Galápagos. Além disso, o Equador é um dos países com maior biodiversidade do mundo, que tem sido explorada com crescentes iniciativas relacionadas com o ecoturismo.

29.O país já conta com razoável infra-estrutura de serviços para turistas (hotéis, restaurantes, agências de turismo etc.), mas o potencial de novos investimentos no setor parece amplo. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento (SENPLADES) para o período 2009-2013 tem por objetivo que o Equador se torne cada vez menos dependente das atividades primário-exportadoras e estimule novas atividades com vistas a converter o país, no longo prazo, em "terciário exportador de bioconhecimentos e serviços turísticos". Nesse sentido, também deverão ser estabelecidos incentivos para pesquisa científica, sobretudo para aproveitar a biodiversidade do país.

30.Caberia mencionar, ainda, o setor financeiro do Equador, que é dominado por pequenos bancos nacionais. Embora não existam restrições legais para o estabelecimento, no país, de instituições financeiras estrangeiras, os bancos privados equatorianos temem a liberalização do setor e oferecem resistência ao ingresso de novos bancos. O maior banco do país é o Pichincha, cujos ativos totalizam US\$ 4,6 bilhões. O segundo maior banco é o de Guayaquil, cujos ativos totalizam US\$ 2,3 bilhões. Somente outros quatro bancos possuem ativos superiores a US\$ 1 bilhão. Dos 25 bancos que atuam no Equador, somente dois são estrangeiros: Citibank e Lloyds, com ativos no país de US\$ 373,6 milhões e US\$ 232,6 milhões, respectivamente. Como o Posto tem informado, periodicamente, o setor financeiro privado equatoriano tem sido alvo de duras críticas por parte do Governo, que adotou medidas para reduzir os rendimentos dos bancos e forçar a repatriação dos depósitos no exterior (ver, entre outros, os tels 450 e 548).

31.Com relação à composição da carga tributária aplicada aos serviços no Equador, cabe fornecer as seguintes informações de caráter geral: a) as empresas devem pagar imposto de renda de 25%, calculado sobre os lucros obtidos no ano anterior,

uma vez retirados os 15% sobre os rendimentos que correspondem, pela lei trabalhista, aos funcionários da empresa (as empresas estrangeiras pagam impostos somente sobre as receitas originadas em fontes equatorianas); b) toda operação comercial e de prestação de serviços paga o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), de 12% sobre o valor final da operação; c) o Imposto aos Consumos Especiais (ICE), com distintos percentuais, incide sobre o consumo interno de cigarros, cerveja, refrigerantes, vinhos e demais bebidas alcoólicas, veículos, aviões, helicópteros, iates e barcos, entre outros; d) as empresas também devem pagar o imposto municipal sobre ativos totais, equivalente a 1,5 por mil sobre os ativos totais da empresa; e) também devem pagar contribuição à Superintendência de Companhias, de 1 por mil sobre o valor dos ativos totais, a ser recolhido até o 30 de setembro de cada ano; f) o imposto à propriedade urbana é determinado pelo município com base no valor comercial do terreno e da construção. Em Guayaquil, principal centro econômico do Equador, toda empresa comercial, industrial e bancária deve pagar imposto adicional equivalente a 2 por mil do total de seus ativos.

32. Para atender à solicitação dos termos de referência sobre "Oportunidades para as Exportações Brasileiras de Serviços no Âmbito da América do Sul", segue lista de feiras e eventos que possam ser do interesse de exportadores brasileiros de serviços (as informações já constam da BrazilTradeNet):

- a) Guayaquil Gourmet 2009 (de 15 a 18 de junho de 2009), no "Centro de Convenciones de Guayaquil Simón Bolívar", em Guayaquil. E-mail: cjurado@expoplaza.ec; informações em "www.expoplaza.ec".
- b) XVI Feira Internacional da Construção de Quito 2009 (de 8 a 12 de julho de 2009), no "Centro de Exposiciones Quito". E-mail: meflores@hppexhibitions.com; informações em "www.hppexhibitions.com".
- c) Habitat 2009 (de 8 a 13 de setembro de 2009), no "Centro de Convenciones de Guayaquil Simón Bolívar", em Guayaquil. E-mail: claudiab@expoplaza.ec; informações em "www.expoplaza.ec".
- d) II Expoahotec 2009 (de 11 a 13 de setembro de 2009), no "Centro de Exposiciones Quito", em Quito. E-mail: ahotec@interactive.net.ec; informações em "www.expoahotec.com".
- e) X Equador "Oil & Power" 2009 (de 16 a 18 de setembro de 2009), no "Centro de Convenciones Eugenio Espejo", em Quito. E-mail: ferias@hjbecdach.com; informações em "www.hjbecdach.com".
- f) Feira Internacional de Turismo do Equador - FITE 2009 (de 17 a 20 de setembro de 2009), no "Centro de Convenciones de

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/06/2009 18:40:32 N.º: 00591

Guayaquil Simón Bolívar", em Guayaquil. E-mail: info@fite.info; informações em "www.fite.info".

g) I Feira Internacional de Energia 2009: eficiência energética, energia renovável e meio ambiente (de 1º a 4 de outubro de 2009), no "Centro de Exposiciones y Convenciones 'Mitad del Mundo' - CEMEXPO". E-mail: jcmendizabal@xpocorp.com; informações em "www.xpocorp.com".

h) Construir, Decorar e Habitação 2009 (de 20 a 30 de outubro de 2009), no "Centro de Exposiciones Quito", em Quito. E-mail: info@pequenaindustria.com.ec; informações em "www.pequenaindustria.com.ec".

i) Feira Alimentar 2009 (de 18 a 22 de novembro de 2009), no "Centro de Exposiciones Quito", em Quito. E-mail: info@pequenaindustria.com.ec; informações em "www.pequenaindustria.com.ec".

j) XI Feira da Construção, Decoração e Habitação Cuenca 2009 (de 10 a 13 de dezembro de 2009), no "Centro de Convenciones del Rio", em Cuenca. E-mail: info@hppecuador.com; informações em "www.hppecuador.com".

- ENDEREÇOS ÚTEIS

33.A fim de atender à solicitação dos termos de referência, seguem endereços que podem ser de utilidade para potenciais exportadores brasileiros de serviços:

- SECOM da Embaixada: "Av. Amazonas, 1429, y Av. Colón - Piso 9, Quito, Ecuador", telefones (593 2) 290.8642 - 2555.292, fax (593 2) 222.1972, e-mail secom@embajadadelbrasil.org.ec e portal "www.embajadadelbrasil.org.ec".

- Consulado Honorário em Guayaquil: telefone (593 4) 227.7065, fax (593 4) 229.3046.

- Consulado Honorário em Cuenca: telefone (593 7) 408.9054, fax (593 7) 408.8977.

Entidades governamentais:

- Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES): "www.senplades.gov.ec";

- Ministerio de Minas y Petróleo (MMP): "www.minasypetroleos.gov.ec";

- Ministerio de Electricidad y Energía Renovable (MEER): "www.menergia.gov.ec";

- Ministerio de Transporte y Obras Públicas (MTOPE): "www.motop.gov.ec";

- Ministerio de Industrias y Competitividad (MIC): "www.mic.gov.ec";

- Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración: "www.mmrree.gov.ec";

- Ministerio de Turismo: "www.vivecuador.com";

- Ministerio de Ambiente: "www.ambiente.gov.ec";

- Ministerio de Finanzas: "www.mef.gov.ec";

- Banco Central del Ecuador (BCE): "www.bce.fin.ec" (contém

dados estadísticos e registra investimentos);

- Consejo de Comercio Exterior e Inversiones (COMEXI):
"www.comexi.gov.ec" (contém resoluções sobre comércio exterior);
- Consejo Nacional para la Reactivación de la Producción y la Competitividad: "www.ecuadorcompite.gov.ec";
- Servicio de Rentas Internas (SRI): "www.sri.gov.ec" (contém a legislação tributária);
- Superintendencia de Telecomunicaciones (SUPERTEL):
"www.supertel.gov.ec" (controla as empresas de telefonia fixa e celular, dispõe de estatísticas a respeito);
- Consejo Nacional de Telecomunicaciones (CONARTEL):
"www.conartel.gov.ec" (organismo regulador das telecomunicações no Equador);
- Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INEC):
"www.inec.gov.ec" (contém dados estadísticos demográficos, econômicos e sociais);
- Superintendencia de Compañías: "www.supercias.gov.ec" (registro e controle de empresas);
- Superintendencia de Bancos: "www.superban.gov.ec" (registro e controle de instituições financeiras);
- Instituto Ecuatoriano de Propiedad Intelectual (IEPI):
"www.iepi.ec" (lei de propriedade intelectual, registros de marcas e patentes);
- Instituto Ecuatoriano de Normalización (INEN):
"www.inen.gov.ec" (registro de normas técnicas e controle de qualidade);
- Comunidad Andina de Naciones (CAN):
"www.comunidadandina.org" (legislação e estatísticas de comércio exterior dos países andinos).

- ENTIDADES DE PROMOÇÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS

34. Ainda de acordo com as solicitações dos termos de referência, a principal entidade de apoio à promoção comercial ou à exportação de serviços é a "Corporación de Promoción de Exportaciones e Inversiones" (CORPEI), cujo endereço eletrônico é "www.corpei.org". A CORPEI é entidade privada, mas recebe pequeno apoio de recursos públicos. Organiza o setor privado na participação em feiras e missões comerciais, realiza estudos de mercado sobre bens e serviços da pauta de exportação equatoriana, bem como sobre possibilidades de investimentos no Equador.

- ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES DE CLASSE

35. Sempre de acordo com os termos de referência, indicam-se, a seguir, páginas eletrônicas de câmaras de comércio e entidades de classe que possam ser do interesse de exportadores brasileiros de serviços pertinentes:

- Cámara de Comercio Ecuatoriano-Brasileña:

"www.cceb.org.ec";

- Cámara de Comercio de Quito: "www.ccq.org.ec";
- Cámara de Comercio de Guayaquil: "www.lacamara.org";
- Cámara de Comercio de Cuenca: "www.cccuenca.com.ec";
- Cámara de Comercio de Ambato: "www.ccomercioambato.org";
- Cámara de Comercio de Machala: "www.ccmachala.com";
- Cámara de Comercio de Manta: "www.ccm.org.ec";
- Cámara de Industriales de Pichincha:
"www.camaraindustriales.org.ec";
- Cámara de Industrias de Guayaquil: "www.cig.org.ec";
- Cámara de Industrias de Cuenca: "www.cainc.org.ec";
- Cámara de la Pequeña Industria de Pichincha:
"www.pequenaindustria.com.ec";
- Cámara de la Pequeña Industria del Guayas:
"www.capig.org.ec";
- Cámara de la Construcción de Quito: "www.ccquito.org";
- Cámara de la Construcción de Guayaquil:
"www.cconstruccion.org";
- Asociación de Bancos Privados del Ecuador:
"www.asobancos.org.ec".

- CONSULTORIA DE MARKETING E PUBLICIDADE

36.Indicam-se, a seguir, os endereços eletrônicos das principais empresas locais de consultoria de marketing, bem como da entidade de classe pertinente:

- Logika: "www.logika.com.ec";
- Management Consulting Stern: "www.mcs.ec";
- Marketing Consulting: "www.marketingconsulting.com.ec";
- Market: "www.marketecuador.com";
- Mind Marketing: "www.mind-marketing.com";
- Moore Stephens Profile: "www.profile.consulting.com";
- O'Conor Consulting: "www.oconorconsulting.com";
- Qualiplus & Leansigma: "www.qualiplusonline.com";
- The Suveydata Group: "www.surveydata.ws";
- Asociación Ecuatoriana de Agencias de Publicidad:
"www.miagencia.net".

- MEIOS DE COMUNICAÇÃO

37.Listam-se, a seguir, os endereços eletrônicos de jornais e revistas locais, bem como os principais canais abertos de televisão e serviços de TV a cabo:

- Diario El Universo: "www.eluniverso.com" (tiragem: 450 mil exemplares - dado de janeiro de 2007);
- Diario El Comercio: "www.elcomercio.com" (tiragem: dias de semana, 100 mil exemplares; sábados, 120 mil; domingos, 180 mil);
- Diario Expreso: "www.diario-expreso.com";
- Diario Hoy: "www.hoy.com.ec";
- Diario La Hora: "www.lahora.com.ec";

- Diarrio El Telégrafo (de propriedade do Governo):
"www.telegrafo.com";
- Diarrio El Tiempo: "www.eltiempo.com.ec";
- Diarrio el Mercurio: "www.elmercurio.com.ec";
- Revista Vistazo: "www.vistazo.com";
- Revista Vanguardia: "www.revistavanguardia.com";
- Canal Teleamazonas: "www.teleamazonas.com";
- Canal Ecuavisa: "www.ecuavisa.com";
- Canal Uno: "www.canalltv.com";
- ETV Telerama: "www.etvtelerama.com";
- Canal Telesistema: "www.rts.com.ec";
- Canal Gama TV (de propriedade do Governo):
"www.gamatv.com.ec";
- Canal Telecentro (de propriedade do Governo):
"www.tctelelevision.com";
- Serviço de TV a cabo TV Cable (de propriedade do Governo):
"www.grupotvcable.com.ec";
- Serviço de TV a cabo Univisa: "www.univisa.com.ec";
- Direct TV: "www.directv.com.ec".

- ASPECTOS LOGÍSTICOS

38.O Equador possui quatro portos marítimos: Guayaquil (maior porto do país, que responde por 67% da movimentação de carga do Equador); Esmeraldas (porto por onde é exportada toda a produção petrolífera do país); Bolívar (principal porto de exportação de banana, responde por 17,7% da movimentação de carga do país); Manta (embora com vantagens naturais, como seu grande calado, é o porto com menor movimentação de carga - apenas 1,6 mil TEUs em 2008). Existem planos para a construção de porto de águas profundas em Posorja, na província de Guayas. Também existem pequenos e precários portos fluviais. O Grupo Providencia é a única empresa que realiza operações esporádicas de transporte fluvial, pelo Napo, com o Brasil, tendo trazido, sobretudo, equipamentos para empresas petrolíferas que atuam na Amazônia equatoriana.

39.Dos 31 aeroportos equatorianos, 70% contam com infraestrutura básica, como torre de controle, e apenas o de Quito e o de Guayaquil possuem terminais internacionais. Além da construção do novo aeroporto de Quito, que já está avançado em mais de 50%, há vários projetos para a modernização dos aeroportos do país, entre os quais o de Manta, de Latacunga e de Tena (os projetos relativos aos dois últimos aeroportos estiveram a cargo da Norberto Odebrecht até outubro do ano passado). Conforme mencionado anteriormente, não há linhas aéreas regulares diretas com o Brasil, nem de passageiros nem de carga. O transporte de passageiros entre os dois países é feito por empresas estrangeiras (Avianca, COPA, LAN, TACA),

sempre com conexões em terceiros países.

40.A infra-estrutura rodoviária do país é bastante precária, embora o MTOP não forneça dados atualizados sobre as condições das estradas. Pelos últimos dados disponíveis, referentes a 2003, somente 16,9% dos 43,2 mil quilômetros de estradas do país estavam asfaltados. De todo modo, conforme mencionado anteriormente (parágrafo 24, supra), desde 2007, o MTOP vem realizando várias obras de recuperação de estradas e pontes, a maioria das quais executada pelo CIE, no contexto das chamadas "emergências viárias".

41.Dos 965 quilômetros de ferrovias do país, poucos trechos são habilitados para utilização. Recentemente, o Governo habilitou trechos da ferrovia construída nos Andes há cem anos por Eloy Alfaro, líder da chamada Revolução Liberal e referência para o Presidente Correa. Esses trechos são utilizados apenas para fins turísticos e são operados pela empresa estatal Ferrocarriles del Ecuador (www.efe.gov.ec). Os projetos do Governo no setor ferroviário foram mencionados no parágrafo 25, supra.

- PRINCIPAIS BANCOS

42.Adicionalmente à informação geral sobre o setor financeiro, objeto do parágrafo 30, supra, são listados, a seguir, os principais bancos que atuam no Equador, com seus respectivos endereços eletrônicos:

- Banco Pichincha: "www.pichincha.com";
- Banco de Guayaquil: "www.bancoguayaquil.com";
- Produbanco: "www.produbanco.com";
- Banco Promerica: "www.bancopromerica.ec";
- Banco Amazonas: "www.amazonas.com";
- Banco Bolivariano: "www.bolivariano.com";
- Banco Internacional: "www.internacional.com.ec";
- Banco Solidario: "www.banco-solidario.com";
- Banco del Austro: "www.bancodelaustro.com";
- Citibank: "www.latam.citibank.com";
- Lloyds Bank: "www.lloydstsb.com.ec";
- Banco del Pacífico (estatal): "www.bp.fin.ec";
- Banco del Estado (estatal): "www.bancoestado.com";
- Banco Ecuatoriano de la Vivienda (estatal): "www.bevecuador.com";
- Banco Nacional de Fomento (estatal): "www.bnf.fin.ec";
- Corporación Financiera Nacional (estatal): "www.cfn.fin.ec".

- PRINCIPAIS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

43.Por fim, relacionam-se os principais escritórios de advocacia no país (não há filial ou sucursal de escritórios

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/06/2009 18:40:32 N.º: 00591

brasileiros de advocacia no Equaodr):

- Bustamante y Bustamante Estúdio Jurídico:
"www.bustamanteybustamante.com";
- Corral & Rosales Abogados: "www.corralrosales.com";
- Estudio Jurídico Gallegos: "www.ejgn.com";
- Falconí Puig Abogados: "www.falconipuig.com";
- Izurieta Mora Bowen Estudio Jurídico:
"www.izurietamorabowen.com";
- Larreátegui, Meythaler y Zambrano Abogados:
"www.lmzabogados.com";
- Romero Arteta Ponce Abogados: "www.ecuadorlawyer.com";
- Quevedo & Ponce Estudio Jurídico: "www.quevedo-ponce.com".

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG/RE

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/05/2009 14:47:28 N.º: 00533

De Brasemb Quito para Exteriores em 29/05/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DOC/DAM III/ABC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Equador. Empresas brasileiras.
PROJETEC. Visita à Embaixada.
//

Nr. 00533

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Representante da empresa PROJETEC visitou a Embaixada para informar sobre projetos que tenciona realizar no Equador, para os quais solicitou financiamento e cooperação técnica do Brasil.

Visitou a Embaixada o senhor Roberto Reyes Livera, representante da empresa brasileira "PROJETEC, Projetos Técnicos Ltda." no Equador, acompanhado do senhor Marcelo Alvear Viteri, consultor agrícola equatoriano que presta assessoria à empresa. Segundo Livera, a PROJETEC, empresa de consultoria com sede em Recife, fundada em 1966, tem atuado, nos últimos anos, fora do Brasil: citou projetos em que a empresa atuou no México, Panamá, Peru e Venezuela.

2. No Equador, segundo Livera, a PROJETEC prestou assessoria à Construtora Norberto Odebrecht (CNO) na primeira fase do projeto de irrigação Carrizal-Chone, na província de Manabí, sobretudo na área de capacitação de agricultores.

Esse projeto, subcontratado pela CNO, foi executado de 2003 a 2005. Em 2007, a CNO solicitou que a PROJETEC participasse da segunda fase do projeto Carrizal-Chone. Porém, com o término do contrato entre a estatal Corporação Reguladora da Gestão Hídrica de Manabí (CRM) e a CNO, no final do ano passado, o subcontrato com a PROJETEC também foi encerrado.

3. Livera informou que a PROJETEC, desde sua participação na primeira fase do projeto Carrizal-Chone, decidiu abrir sucursal no Equador, com escritório na cidade de Portoviejo, capital da província de Manabí. No momento, a PROJETEC estaria desenvolvendo, com duas empresas equatorianas, o "Programa Integral de Gestão Sócio-Ambiental dos Trasvases de Manabí", contratado pela CRM. Mas a empresa brasileira tem interesse de ampliar sua atuação no Equador, especialmente em novos projetos na província de Manabí.

4. A PROJETEC apresentou ao Conselho Provincial de Manabí duas propostas técnicas de projetos, com base em necessidades identificadas junto às autoridades provinciais: a) "Programa de Desenvolvimento Agrícola para Implementação das Cadeias Produtivas de Cebola, Limão, Mandioca, Maracujá, Melancia, Pimentão e Tomate para a Exportação ao Mercado Brasileiro" e b) "Projeto para o Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Tágua (*Phytelephas Aequatorialis*) na Província de Manabí - Desenvolvimento Agrícola e Organização de Produtores".

5. O primeiro projeto visa, sobretudo, à organização de aproximadamente 1.800 pequenos produtores dos sete produtos agrícolas mencionados, cujos trâmites de autorização de importação junto aos órgão anuentes brasileiros estariam praticamente concluídos. Segundo Livera, dos sete produtos, apenas o tomate teria apresentado problemas fitossanitários. O projeto buscaria organizar as cadeias produtivas desses produtos, com vistas, sobretudo, à exportação para o mercado do Norte brasileiro, especialmente Manaus, utilizando-se do Eixo Multimodal Manta-Manaus.

6. O segundo projeto proposto pela PROJETEC ao Conselho Provincial de Manabí teria por objetivo organizar as cerca de 1.500 famílias que, atualmente, trabalham com a coleta do fruto da tágua (espécie de palmeira), também chamado de "marfim vegetal", com o qual elaboram peças de artesanato. O projeto buscaria agregar valor aos produtos, para destiná-los a fins industriais (por exemplo, botões) e buscar mercados para sua exportação.

7. Além desses dois projetos, para os quais pediu a

"cooperação" do Brasil, Livera informou que a PROJETEC foi convidada pelo Prefeito da província de Manabí, Mariano Zambrano Segovia, para elaborar estudos de viabilidade, com vistas à busca de financiamento para a implementação das obras de infra-estrutura dos projetos de propósito múltiplo Ayampe e Cuaque, que integram o Plano Hidráulico de Manabí. A PROJETEC aceitou o convite para a elaboração desses estudos e Livera consultou a Embaixada sobre a possibilidade de financiamento do BNDES para essas obras.

8. Adicionalmente, Livera mencionou o interesse da PROJETEC de, em parceria com outras empresas, assumir o projeto de construção e administração do novo porto marítimo de Manta. Como se recorda, a TIDE, concessionária do porto e filial da chinesa Hutchinson Port Holdings, decidiu, no início deste ano, retirar-se do contrato de concessão (ver tels 118 e 230). O interesse da PROJETEC estaria relacionado com sua experiência com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Suape, em Pernambuco. Livera comentou que a empresa filipina "International Container Terminal Services, Inc." (ICTSI), que administra o porto de Suape e, no Equador, o porto de Guayaquil, poderia ter interesse no porto de Manta. Porém, a legislação equatoriana proíbe que uma mesma empresa administre dois portos no país.

9. Com relação à "cooperação" solicitada para os dois projetos propostos pela PROJETEC ao Conselho Provincial de Manabí, foram explicados ao senhor Livera os mecanismos de cooperação técnica da ABC, a necessidade de negociação bilateral dos Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1982 e dos projetos, cujo passo inicial é o recebimento de solicitação dos órgãos governamentais equatorianos competentes: a Agência Equatoriana de Cooperação Internacional (AGECI) ou a Chancelaria local.

10. Em resposta à consulta sobre a possibilidade de "financiamento do BNDES" para os projetos de propósito múltiplo Ayampe e Cuaque, foi-lhe explicado o procedimento normal desse tipo de financiamento, que costuma iniciar com a apresentação do projeto pela empresa brasileira exportadora de bens e serviços ao próprio Banco. Livera foi alertado, porém, para a possibilidade de que o atual questionamento, tanto no âmbito do CCR como na arbitragem impetrada unilateralmente junto à CCI, ao pagamento de importante financiamento do BNDES com garantia soberana do Estado equatoriano venha a exercer alguma influência negativa na avaliação, pelo Banco, de eventuais pedidos de novos financiamentos para projetos no Equador.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/05/2009 14:47:28 N.º: 00533

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios, a.
i.

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/06/2009 20:35:52 N.º: 00600

De Brasemb Quito para Exteriores em 15/06/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DFIN/DAM III
DESCR=EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 593, TEL 1523 2008, TEL 1354 2008
CATEG=MG

//
Equador. Dívida externa
bilateral. Relatório da CAIC.
Referências ao Brasil.
//

Nr. 00600

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. Recordo as referências ao Brasil no Resumo
Executivo do Relatório Final da Comissão para a
Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), tendo
em vista a menção feita pelo Presidente Rafael Correa
à análise de medidas a serem adotadas em relação à
dívida externa "bilateral".

Tendo em vista que, no evento de 11/6, objeto do tel 593, o
Presidente Rafael Correa aludiu à dívida externa pública que
o Equador mantém com outros países (dívida bilateral) e que
estariam sendo analisadas medidas a serem adotadas sobre essa
parcela da dívida, creio oportuno recordar as menções feitas
ao Brasil e a empresas brasileiras no chamado "Resumo
Executivo" do Relatório Final da Comissão para a Auditoria
Integral do Crédito Público (CAIC), divulgado em 20/11/2008
(ver tel 1354). Esse "Resumo Executivo", de 172 páginas, foi

distribuído novamente no evento público de 11/6, bem como uma "Síntese" do Relatório Final da CAIC, com 48 páginas. A versão integral do Relatório Final da CAIC, com a identificação de responsáveis e recomendações mais específicas de linhas de ação, nunca foi divulgada pelo Governo equatoriano. No entanto, versão preliminar desse relatório da CAIC, de setembro do ano passado, chegou a ser difundida, informalmente, pela imprensa local, tendo sido comentada no tel 1523/2008.

2. Como se recorda, as primeiras referências à dívida do Equador com o Brasil foram feitas na Seção III do "Resumo Executivo", relativa à "Dívida Multilateral". A CAIC decidiu incluir na Seção III todos os créditos para a execução do "Projeto Multipropósito Jaime Roldós Aguilera", executado pela Comissão de Estudos para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Guayas e Península de Santa Elena (CEDEGE). Esse grande projeto de propósito múltiplo incluía quatro projetos específicos: a represa Daule-Peripa (obra executada com recursos do BID); o plano hidráulico do Aqueduto de Santa Elena (PHASE), dividido em dois "Tramos", ambos executados pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO), com financiamento parcial do Banco do Brasil (PROEX); as Obras Complementares de Infra-Estrutura na Península de Santa Elena (OCIPSE), também executadas pela CNO com financiamento parcial do PROEX, e a Central Hidrelétrica Marcel Laniado de Wind, executada por empresas italianas, com financiamento parcial do Banco Médio Crédito Centrale, da Itália. Portanto, embora um dos projetos tenha sido financiado pelo BID e a CAF tenha participado com co-financiamento de parte dos demais projetos, a maior parte da dívida externa equatoriana relativa a esses projetos é bilateral.

3. O documento da CAIC sugere a existência de irregularidades na própria licitação internacional do PHASE, iniciada em 1986. Segundo a CAIC, em 24/6/1987, o Comitê de Licitações da CEDEGE resolveu adjudicar o contrato para a execução das obras do "Tramo II" do PHASE à CNO e declarar deserta a licitação para o "Tramo I", reabrindo o prazo para a apresentação de ofertas por 30 dias, o que a CAIC considera "prazo muito curto para uma oferta de aproximadamente US\$ 160 milhões". O processo licitatório "reaberto apressadamente" para o "Tramo I" teria servido de base, segundo a CAIC, para adjudicar posteriormente e contratar cinco anos depois (10/12/1992) a mesma empresa (CNO) para executar essa outra etapa do PHASE.

4. Segundo o Resumo Executivo, o contrato de construção entre a CEDEGE e a CNO para a execução do "Tramo II" do PHASE

foi firmado em 9/10/1987, por US\$ 176,6 milhões. O crédito inicial do Banco do Brasil teria sido de US\$ 155,25 milhões e o contrato de financiamento teria sido firmado em 6/10/1987. Posteriormente, foram firmados um contrato modificatório e três contratos complementares para o "Tramo II", que fizeram com que o investimento total aumentasse para US\$ 238,25 milhões. O documento da CAIC informa que, além do financiamento do Banco do Brasil, o "Tramo II" também teria contado com crédito de US\$ 32 milhões do Libra Bank e contrapartida local de US\$ 74,29 milhões. Porém, o documento da CAIC não faz qualquer referência à inconsistência entre o custo total do "Tramo II" do PHASE (US\$ 238,25 milhões) e o total de seu financiamento (US\$ 261,54 milhões).

5. Por sua vez, o contrato de construção do "Tramo I" do PHASE foi firmado, segundo o documento, entre a CEDEGE e a CNO em 10/12/1992, pelo valor de US\$ 160,9 milhões. Posteriormente, foram firmados seis contratos complementares que elevaram o valor da obra para US\$ 333,8 milhões (207% do valor original contratado). O contrato de financiamento inicial com o Banco do Brasil, no valor de US\$ 115,6 milhões, teria sido firmado em 7/8/1992. A esse financiamento do PROEX, somaram-se posteriormente dois créditos da CAF, por US\$ 55,3 milhões e US\$ 9,8 milhões, respectivamente, crédito adicional do Banco do Brasil por US\$ 8,58 milhões, crédito do BNDES por US\$ 11,9 milhões, além de contrapartida local no valor de US\$ 132,6 milhões.

6. Com relação ao projeto OCIPSE, o Resumo Executivo informa que o contrato de construção entre a CEDEGE e a CNO foi firmado em 18/8/1997, por US\$ 126,7 milhões. Posteriormente, teriam sido firmados cinco contratos complementares, que elevaram o valor total do projeto para US\$ 259,26 milhões (205% do valor original contratado). O financiamento do projeto OCIPSE consistiu, inicialmente, de crédito do Banco do Brasil (PROEX) de US\$ 55,25 milhões, cujo contrato teria sido firmado em 6/10/1997. Posteriormente (em 1998), teriam sido recebidos três créditos da CAF, por US\$ 41,2 milhões, US\$ 13,3 milhões e US\$ 25 milhões, respectivamente. Em 18/6/1998, teria sido firmado contrato de financiamento com o BNDES, por US\$ 38,25 milhões. Em 14/8/2001, teria sido firmado novo contrato de financiamento com o Banco do Brasil, por US\$ 40 milhões. A contrapartida local teria sido de US\$ 46,26 milhões.

7. A CAIC afirma que no momento da assinatura dos contratos entre a CEDEGE e a CNO, "não se tinha assegurado o financiamento completo; ou seja, comprometeram-se recursos para forçar o Estado equatoriano a atuar sobre fatos

consumados". O documento destaca que a CEDEGE firmou com a CNO, ao longo de mais de 15 anos, três contratos principais e 13 complementares para obras hidráulicas na Península de Santa Elena. A soma dos três contratos principais era de US\$ 464,21 milhões, mas, segundo a CAIC, os contratos terminaram em US\$ 831 milhões, incremento de 80% em relação aos valores originalmente contratados.

8.O documento da CAIC inclui várias "observações" que sugerem irregularidades na execução dos projetos PHASE e OCIPSE pela CNO. Com relação ao "Tramo II" do PHASE, o Resumo Executivo afirma que, embora tenham sido investidos 34,8% a mais do que o valor originalmente contratado, não teriam sido completadas todas as obras de irrigação previstas, como a zona Chongón, nem as conduções secundárias e terciárias das zonas Daular e Cerecita.

9.No que tange ao "Tramo I" do PHASE, o documento afirma que o contrato "congela e dolariza a cotação da moeda equatoriana a um câmbio de 250 sucres por dólar, mas reconhece a inflação brasileira ao ter de realizar os pagamentos em cruzeiros". Nos contratos complementares 1 e 3 do "Tramo I", teriam sido modificadas rubricas e especificações técnicas do contrato principal, com o objetivo de não realizar o revestimento do túnel "Cerro Azul", o que teria ocasionado o "colapso" desse túnel em junho de 2007. Esse fato, segundo o documento, implicou a responsabilidade dos funcionários que tomaram a decisão, bem como da empresa que o executou (CNO).

10.Em relação ao projeto OCIPSE, o documento observa que "a liberalidade com a qual se realizavam as obras e a pressa e desejo de contratar levaram a construir obras como a 'reparação da represa San Vicente', que até o momento não tem nenhuma utilidade". Essa obra teria custado US\$ 10,67 milhões. As obras de água potável, esgotamento sanitário e pavimentação não teriam apresentado complexidade e, segundo a CAIC, poderiam ter sido executadas com fundos e empresas locais, por valores "muito menores". Embora tenha sido investida "quantidade tão elevada de recursos" na zona, os serviços ainda seriam "inadequados". A cobertura de esgotamento sanitário seria de 40% e a de água potável, de 70%.

11.A CAIC afirma que, segundo estudos realizados em 1951, a maioria dos solos da Península de Santa Elena seriam impróprios para a irrigação. Quase dois terços da área irrigada apresentaria alto risco de salinização. Mas esses estudos não teriam sido levados em consideração para a

execução dos projetos.

12. Ainda segundo a CAIC, os projetos hidráulicos na Península de Santa Elena teriam ocasionado a passagem da propriedade das terras comunais para mãos privadas. Até 1982, 71,2% das áreas dos projetos de irrigação estavam ocupadas por comunidades camponesas. Como resultado das transferências de terras, atualmente apenas 90 proprietários particulares possuiria 81% das terras. Segundo a CAIC, "o projeto gerou mais iniquidade e favoreceu os que mais possuem".

13. O documento afirma, ademais, que a energia requerida para o bombeamento de água dos projetos é paga por todos os equatorianos, já que as tarifas de irrigação (US\$ 0,01 a US\$ 0,02 por metro cúbico) não cobririam nem 50% dos custos de operação e manutenção, o que implicaria subsídios da ordem de US\$ 4,5 milhões por ano. A CAIC também afirma que, dos 18,6 mil hectares irrigáveis nas oito zonas de irrigação em operação, somente se irrigariam US\$ 6,3 mil hectares, o que o documento caracteriza como "enorme perda de recursos investidos e não aproveitados". Além disso, o documento considera que o investimento de US\$ 571,75 milhões nos projetos de irrigação implicam "um descomunal custo de US\$ 91,16 por hectare".

14. Após essas considerações sobre a "iniquidade" social e ineficiência econômica dos projetos PHASE e OCIPSE, a CAIC conclui que as obras e a cadeia de contratos "foram resultado da conjunção entre os interesses econômicos e políticos de determinados grupos de poder nacionais, por um lado, e, por outro, os interesses da firma contratista".

15. Nas conclusões gerais da Seção III do "Resumo Executivo" (em que são examinados os projetos PHASE e OCIPSE), a CAIC afirma que "existem provas suficientes para repudiar os empréstimos que conformam o grupo examinado e exposto nesta parte da auditoria da dívida multilateral e iniciar processos de anulação e reivindicação soberana". As conclusões gerais da Seção III mencionam, por fim, que "as análises jurídicas, do ponto de vista do Direito equatoriano, na perspectiva do Direito Internacional e da doutrina específica da legitimidade do endividamento, encontram que os créditos multilaterais auditados nesta ocasião revelam a presença simultânea dos fatores de odiosidade, ilegitimidade, ilegalidade e ilicitude".

16. Na Seção IV do "Resumo Executivo", sobre a "Dívida Bilateral", a CAIC afirma que, até 31/12/2007, a dívida bilateral contratada pelo Equador somava US\$ 2,6 bilhões,

correspondentes a 109 projetos "considerados em seu momento prioritários para o desenvolvimento do país". O saldo dessa dívida bilateral era de US\$ 1,37 bilhão, ou 52,4% do valor contratado. O Brasil, com US\$ 554 milhões, e a Espanha, com US\$ 375 milhões, constituíam os principais credores bilaterais do Equador no final de 2007, respondendo, em conjunto, por 67,7% do total da "dívida bilateral pendente".

17.Dos 109 financiamentos bilaterais, 36 foram "auditados" pela CAIC, os quais totalizam US\$ 1,61 bilhão, ou 61,52% do total contratado. O saldo desses 36 financiamentos bilaterais era de US\$ 893 milhões no final de 2007, ou 65,2% do saldo total da dívida externa bilateral do Equador (US\$ 1,37 bilhão). No caso dos financiamentos brasileiros, foram "auditados" 15 de um total de 18 contratos. Esses 15 contratos totalizariam US\$ 1,04 bilhão, ou 95,12% de todos os financiamentos brasileiros (US\$ 1,09 bilhão), ao passo que o saldo devedor dos 15 contratos era de US\$ 534,54 milhões em 31/12/2007, 96,6% do saldo total da dívida equatoriana com o Brasil. O "Resumo Executivo" do Relatório Final não deixa claro por que a CAIC decidiu "auditar" mais de 95% dos financiamentos brasileiros, ao passo que a dívida com outros países tiveram percentuais bem inferiores de "auditoria": a Espanha, segunda maior credora bilateral do Equador, teve apenas 56,75% de seus créditos "auditados", ao passo que três países (Alemanha, China e Dinamarca) não tiveram nenhum de seus 21 contratos de financiamento com o Equador "auditados".

18.A CAIC ressalta, como principal característica do endividamento bilateral, sua condição de "financiamento ligado". Todos os créditos analisados financiaram exclusivamente as exportações do país credor, mediante "mecanismos mais ou menos onerosos". A CAIC critica a "'ajuda' atada à exportação de bens e serviços, inclusive por conceito de fiscalização do país do credor, que impõe restrições de qualidade e preços na aquisição". O "Resumo Executivo" exemplifica essa situação com os "créditos recebidos do Brasil para a construção de obras de infraestrutura", os quais "incluem o financiamento dos serviços de fiscalização, a cargo de empresas brasileiras". Também nesses créditos, "os seguros de exportações se contratam com companhias oficiais, com custo a cargo do financiado".

19.Segundo o documento, "na maioria dos casos", essas "deficiências" resultariam em obras "com falhas estruturais que afetam a geração de fluxos de dinheiro nos projetos e demandam reparações custosas que se traduzem em cargas financeiras adicionais para o país". A CAIC ressalta que "os casos que melhor exemplificam essa situação são a Represa San

Francisco, o financiamento para fornecimento de água potável em Guaiacuil e o projeto de irrigação Tabacundo". Esse projeto de irrigação de Tabacundo não é examinado no "Resumo Executivo", mas, pelo que se sabe, também recebeu financiamento oficial brasileiro.

20.O documento também alega que a "renúncia à soberania nacional" seria uma "cláusula comum nos contratos da dívida externa". Essa renúncia teria sido justificada por interpretação extensiva do artigo 14 da Constituição de 1998 e, anteriormente, do artigo 16 da Constituição de 1978. A CAIC admite que esses artigos admitiam ("tácita, mas não explicitamente") a renúncia à soberania em caso de convênios internacionais firmados com outros países. Conseqüentemente, o Equador aceitava submeter os contratos que firmava à legislação do país credor ou mesmo de um terceiro país. Da mesma forma, o Equador aceitava submeter as controvérsias sobre esses contratos aos juizes do país credor ou de terceiros. Isso, segundo a CAIC, permitira que, nos contratos, se estabelecessem "cláusulas estranhas ao ordenamento jurídico equatoriano, chegando inclusive algumas delas, em razão dessa renúncia, a ser contrárias às normas constitucionais e legais, bem como, em alguns casos, à ordem pública do país".

21.Outra crítica geral da CAIC aos financiamentos bilaterais refere-se à alegação de que a "ajuda ligada" anula o efeito multiplicador sobre a atividade econômica interna que se espera de um "investimento" estrangeiro. Na prática, segundo a CAIC, o dinheiro somente mudaria de contas no país credor, gerando efeitos de ajustes por inflação e diferencial cambial que se traduziriam em "incrementos substanciais da dívida" para o devedor. Essa situação leva a CAIC a "colocar em dúvida a motivação dos contratos de endividamento", o que, segundo o documento, "constitui um dos requisitos para a validade dos atos e contratos na legislação equatoriana, bem como na legislação vigente nos países dos credores". Em outras palavras, por esse raciocínio tortuoso, a CAIC pretende que a transferência de recursos do banco financiador diretamente para empresa que executa a obra tornaria os contratos "inválidos" por suposta motivação escusa.

22.A CAIC também alega que a maioria dos projetos financiados bilateralmente "não cumprem com seus objetivos". É difícil seguir o raciocínio que leva a CAIC a essa avaliação subjetiva, mas um dos argumentos utilizados é o da variação de preços e a necessidade de recursos adicionais para "obras inconclusas e inúteis". A CAIC alega, uma vez mais, que o objeto dos contratos seria "disfarçado", pois

"gera benefícios unicamente para os contratistas e financiadores, cuja nacionalidade geralmente é a mesma, e não para a população do financiado, que é o que aparentemente motivou o endividamento". Essa alegação, embora totalmente subjetiva, também é considerada pela CAIC como elemento suficiente para questionar a validade jurídica dos contratos de financiamento.

23.A CAIC também se refere, no "Resumo Executivo" de seu Relatório Final, a alegadas "ilegalidades" das fases pré-contratuais dos créditos bilaterais. Menciona, a esse respeito, os dispositivos da Lei Orgânica de Administração Financeira e Controle (LOAFYC), que prevê as formalidades para a manifestação da vontade do Estado equatoriano. O descumprimento desses formalidades poderia levar à nulidade dos contratos, já que a vontade do Estado teria sido "viciada". Nesse contexto, o documento ressalta os créditos concedidos pelo BNDES ao Equador, os quais merecem "menção especial". Dos oito contratos de financiamento do BNDES analisados pela CAIC, quatro deles teriam sido contratados mediante a assinatura de convênios de crédito. Os demais teriam sido colocados em vigor mediante notas promissórias, exclusivamente. Esse procedimento violaria expressamente o artigo 127 da LOAFYC.

24.O documento alega, igualmente, a existência de "cláusulas abusivas" nos contratos de financiamento bilaterais, definidas como aquelas "não negociadas individualmente e que são contrárias à boa-fé e ao justo equilíbrio dos direitos e obrigações entre as partes contratantes". A CAIC afirma que essas "cláusulas abusivas" seriam ilegais, de acordo com a Diretriz 93/13/CEE da União Européia. Mas todas as alegadas "cláusulas abusivas" mencionadas no documento se referem a contratos com a Espanha - e não com o Brasil.

25.Como última crítica geral aos contratos de financiamento bilaterais, a CAIC se refere à cláusula, contida na maioria dos contratos, de pronunciamento do assessor jurídico da instituição beneficiária do crédito, segundo o qual as obrigações contidas nos contratos não violam normas constitucionais, legais, jurídicas em geral ou a ordem pública do Equador. Essa cláusula, segundo a CAIC, seria "uma declaração muitas vezes falsa, pois os contratos contêm obrigações que estão em contradição com a normativa interna equatoriana, como o anatocismo, as penalidades adicionais ao juro de mora e as isenções tributárias contratuais".

26.Após essas críticas gerais, o "Resumo Executivo" do Relatório Final da CAIC trata de "Casos Relevantes por País",

o primeiro como se recorda é o da Central Hidrelétrica San Francisco, que contou com financiamento do BNDES por US\$ 242.965.100,00. Nos "indícios de ilegalidade" desse financiamento, a CAIC menciona, inicialmente, que a garantia do Estado em favor da estatal HIDROPASTAZA S.A. (que o documento caracteriza como "uma sociedade anônima sob controle da Superintendência de Companhias") descumpriria o disposto no artigo 113 da LOAFYC, razão pela qual não deveria ter sido outorgada. A CAIC reconhece que a outorga da garantia estatal foi fundamentada na Lei Básica de Eletrificação, de 1977, e foi avalizada pelo então Procurador-Geral do Estado, Ramón Jiménez Carbo, em relatório de 11/1/2000. Mas a CAIC considera que o critério da Procuradoria "não é procedente", pois o artigo em que se fundamentou teria sido revogado pela Lei do Regime do Setor Elétrico, de 1996.

27. Ainda entre os "indícios de ilegalidade" do contrato de financiamento para San Francisco, o documento menciona as cláusulas 1.1.1 e 5.3 desse contrato, que contemplam a "capitalização de juros do período de carência". Segundo a CAIC, essas cláusulas teriam sido autorizadas oficialmente com base em normativa reformada na data de assinatura do contrato de financiamento pelo artigo 244 (4) da Constituição de 1998, bem como pelo artigo 2.113 do Código Civil e pelo artigo 561 do Código de Comércio, que proíbem expressamente o "anatocismo" (cobrança de juros sobre juros).

28. Outro "indício de ilegalidade" apontado pela CAIC se refere às cláusulas 11.1 e 11.2 do contrato de financiamento, bem como à cláusula 32 do contrato de construção, nas quais se estipula a isenção de todo tipo de tributos (atuais e futuros) sobre o serviço da dívida e sobre as importações brasileiras, respectivamente. A CAIC considera que essas cláusulas representam duplo sacrifício fiscal para o país e, além do impacto econômico, tais estipulações violariam o artigo 257 da Constituição de 1998, segundo o qual "somente por ato legislativo de órgão competente se poderão estabelecer, modificar ou extinguir tributos". Esse dispositivo também consta do artigo 5 do Código Tributário e da Lei do Regime Tributário Interno.

29. Em seguida, o documento arrola o que qualifica de "indícios de ilegitimidade" no contrato de financiamento para San Francisco. Segundo a CAIC, as cláusulas 5, 7 e 8 do contrato de financiamento, que estabelecem as condições do financiamento, assim como seus mecanismos de cálculo, representariam "uma carga onerosa excessiva para o projeto". No período de carência, a taxa de juros chegaria a 9,75%, ao

passo que, no período de amortização, seria de 7,75%. À taxa de juros contratada se somariam as taxas de administração e compromisso, o que praticamente duplicaria a carga financeira. Em contraste, a CAIC considera que "se estabelecem condições brandas nos mecanismos de penalização para a empresa construtora [CNO] em caso de descumprimento durante o período de construção, em virtude da determinação de um sistema de cálculo modificado da multa, que reduz o cargo à metade do que resultaria com a aplicação do sistema convencional".

30.Outro alegado "indício de ilegitimidade", segundo a CAIC, se referiria à cláusula 13.1 do contrato de financiamento, que estabelece o pagamento de despesas indeterminadas relacionadas com a validade e exeqüibilidade do contrato, "derivando em uma provável elevação de custos que leva à violação do princípio de comutatividade do contrato". Esse princípio seria "próprio da natureza dos convênios bilaterais onerosos e determina que as prestações dos contratistas sejam equivalentes, com o fim de manter seu equilíbrio".

31.O terceiro "indício de ilegitimidade" alegado no documento se refere às cláusulas 14.3, 15 e 16 do contrato de financiamento, que determinam penalizações adicionais ao juro de mora, tais como compensação por perdas e uma multa de 10% sobre o principal e cargos, no caso de descumprimento. Essas penalizações seriam proibidas no Equador, segundo o disposto nos artigos 2.114 e 2.115 do Código Civil e no artigo 558 do Código de Comércio.

32.A quarta alegação de "indício de ilegitimidade" se referiria às cláusulas 17.2, 17.3 e 18.2 do contrato de financiamento, que estipulam compensações pelo pagamento antecipado, "incluindo custos administrativos, custos indeterminados e estabelecidos de maneira unilateral pelo credor, sem que seja obrigatório justificar devidamente o montante dos mesmos". Segundo a CAIC, essas cláusulas gerariam "iniqüidade e risco de prejuízo econômico para o financiado".

33.O último "indício de ilegitimidade" alegado no documento estaria relacionado com a cláusula 21 do contrato de financiamento, que estabelece sua submissão à legislação brasileira. A CAIC ressalta que se trataria de submissão "a um ordenamento jurídico e a uma jurisdição estrangeira ao Estado equatoriano, em sua condição de garantidor do crédito contratado".

34.Além desses alegados "indícios de ilegitimidade", a CAIC

menciona dois "indícios de más práticas". O primeiro se relaciona aos dez "contratos modificativos" do contrato de construção da Central Hidrelétrica San Francisco. Cinco desses adendos se relacionaram com a mitigação de falhas geológicas e à aceleração bonificada dos trabalhos, o que, segundo a CAIC, evidenciaria um "planejamento inadequado e custoso, que foi percebido desde o início da contratação". Essa conclusão é baseada na cláusula 3.2 do contrato de construção, que estipula a execução de processo de "otimização bonificada" imediatamente após a assinatura do contrato.

35.O segundo "indício de má prática" alegado pela CAIC refere-se à "excessiva carga financeira" das condições do empréstimo. Apesar dessa análise subjetiva da CAIC, que não leva em consideração que o contrato foi firmado no auge da pior crise econômica do Equador e seu altíssimo risco-país, o "Resumo Executivo" cita parecer do Ministério de Finanças, firmado pela economista Fabíola Calero C., Diretora Nacional de Estudos, que recomendou a assinatura do contrato. Esse parecer, citado como alegado indício de prática inadequada, considerava que "as condições financeiras do crédito outorgado [...] podem ser consideradas como satisfatórias e convenientes para o Estado equatoriano no endividamento público externo [...] As condições desse financiamento são favoráveis aos interesses do Estado equatoriano e brandas para a adequada execução do projeto". A CAIC critica, particularmente, a afirmação do parecer da Diretora Nacional de Estudos segundo a qual o financiamento não pode ser considerado como dívida pública externa, já que a HIDROPASTAZA não faria parte do setor público e seus rendimentos não pertenceriam ao orçamento geral do Estado.

36.Nas conclusões da Seção IV, sobre a Dívida Bilateral, o "Resumo Executivo" afirma o seguinte: a) "existem indícios de ilegalidade a respeito das normas aplicáveis vigentes no país"; b) observam-se práticas indevidas levadas a cabo por funcionários nacionais dentro e fora do país sobre as quais cabe o estabelecimento de responsabilidades nas instâncias que sejam pertinentes"; c) "os organismos de controle não determinaram os evidentes prejuízos sofridos pelo país nos processos creditícios bilaterais", e d) "indícios de ilegitimidade pelo distanciamento de princípios jurídicos de aplicação universal (ordem pública)", os quais a CAIC "presume, especialmente, naqueles países nos quais sua legislação não pôde ser verificada, como o Brasil e o Japão".

37.A CAIC, portanto, admite no "Resumo Executivo" que a legislação brasileira não foi examinada, o que torna ainda

mais surpreendentes as freqüentes declarações do Presidente Rafael Correa de que, no ordenamento jurídico brasileiro, o "anatocismo" (capitalização de juros) também seria proibido. A esse respeito, cumpre assinalar que, na página 65 do "Resumo Executivo", ao final da Seção II, sobre a Análise Jurídica da Dívida Comercial, a CAIC afirma que "também foram sendo modificadas normas de Direito interno, como as que proibiam a capitalização de juros, e foi assim que os Códigos da Argentina, Brasil, Espanha, Itália, França, entre outros, aceitaram o anatocismo, quando exista um acordo entre as partes, existindo somente a proibição absoluta no Código Civil alemão".

38.Nas Conclusões Gerais do "Resumo Executivo", com relação à dívida bilateral, a CAIC reitera as conclusões transcritas no parágrafo 36, supra, mas agrega cinco exemplos de "práticas indevidas": a) os projetos de infra-estrutura financiados com créditos externos, uma vez concluídos, se trasladam ao setor privado, que recebe "todo o benefício, sem que se traslade concomitantemente a parte correspondente do serviço da dívida, o qual continua sendo de responsabilidade exclusiva do Estado"; b) contratos que nasceram sem fontes de financiamento, apesar do disposto na LOAFYC; c) uma vez outorgado o contrato principal da obra, "outorgaram-se inúmeros contratos complementares ao mesmo construtor, o que teve como consequência o incremento desmesurado do custo da obra"; d) "muitas obras não cumpriram com o propósito para o qual foram criadas; sua utilidade social é muito limitada" (o exemplo dado é o do plano de água potável para Loja) e "muitos dos estudos prévios para a elaboração dos projetos de investimento não contemplam impactos sociais e ambientais"; e) o Estado teria sub-rogado dívida pela incapacidade financeira da unidade executora para honrar essa dívida, como no caso da Empresa Provincial de Água Potável de Guayas (EPAP-G).

39.Com relação às alegadas falhas dos organismos de controle do Estado equatoriano, as conclusões gerais também fornecem exemplos. Segundo a CAIC, a Procuradoria-Geral do Estado e a Junta Monetária não teriam evitado, previamente, a presença de cláusulas abusivas e injustas nos contratos ou convênios bilaterais. Por sua vez, a Controladoria-Geral do Estado, em seus relatórios, não teria feito menção a respeito das alegadas inobservâncias da lei. As demais conclusões da CAIC referem-se à dívida bilateral com o Clube de Paris.

40.As versões em espanhol e em inglês do "Resumo Executivo" do Relatório Final da CAIC podem ser descarregadas no portal da Comissão: "www.auditoriadeuda.org.ec". A versão em inglês

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 15/06/2009 20:35:52 N.º: 00600

do documento também é divulgado no portal da Chancelaria equatoriana:
"www.mmrree.gov.ec/mre/documentos/ministerio/deuda_eng.pdf".

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 02/09/2009 14:41:08 N.º: 00911

De Brasemb Quito para Exteriores em 02/09/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM III/DREN/CGDECAS
DESCR=EQUA-ENER-POIN
RTM=USABREM
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Equador. Petróleo. Caso
Chevron-Texaco. Denúncia de
suborno.
//

Nr. 00911

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

Retransmissão automática para Brasemb Washington

RESUMO=
Informo. A petroleira norte-americana Chevron divulgou quatro vídeos que revelam tentativa de suborno por parte de alegado representante do movimento governista Aliança País e parcialidade do juiz encarregado de julgar demanda de comunidades locais que exigem indenização de US\$ 27,3 bilhões da empresa norte-americana por danos ambientais.

A petroleira norte-americana Chevron divulgou na segunda-feira, dia 31/8, em seu portal <<http://www.chevron.com/ecuador>>, quatro vídeos, com transcrições de cada um, que teriam sido gravados clandestinamente em maio e junho deste ano. Nesses vídeos, Carlos Patricio García, que se apresenta como representante do movimento governista Aliança País e de Pierina Correa, irmã do Presidente Rafael Correa, pede US\$ 3 milhões como

"comissão" para contratos de "remediação ambiental" posteriores à sentença contrária à empresa norte-americana em processo judicial impetrado por comunidades locais da Amazônia equatoriana, há mais de dez anos. Um dos vídeos teria sido gravado no escritório de García na sede do movimento Aliança País, em Quito.

2. Os demandantes nessa ação judicial alegam que teriam sido afetadas por danos ambientais causados pela Texaco (pertencente à Chevron) durante as atividades de exploração petrolífera da empresa norte-americana na Amazônia equatoriana, onde atuou até 1992, tendo operado 356 poços. A empresa é acusada de não ter realizado remediação ambiental completa, não obstante o fato de a PETROECUADOR ter aprovado, em 1995, as ações de recuperação ambiental da Texaco. Originalmente, a demanda exigia indenização de US\$ 6 bilhões da Chevron-Texaco (ver, a propósito, o tel 615/07). Em novembro do ano passado, porém, o perito Richard Cabrera, no âmbito do processo judicial, teria estimado os danos ambientais alegadamente provocados pela Texaco em US\$ 27,3 bilhões (mais da metade do PIB equatoriano).

3. Em um dos vídeos divulgados pela Chevron, o juiz Juan Núñez, de Lago Agrio, responsável pelo referido processo judicial, dá a entender que sua sentença, a ser proferida em outubro ou novembro próximo, será contrária à empresa norte-americana. Chega a sugerir que a indenização a ser paga pela empresa poderia superar os US\$ 27,3 bilhões agora exigidos pelos demandantes. O juiz Núñez reconhece, porém, que será necessário, após a sentença, iniciar processo de execução, que implicaria procedimento de cobrança junto a tribunal norte-americano, já que a Chevron-Texaco não possui, desde meados dos anos 1990, nenhum ativo no Equador. O juiz Núñez seria, alegadamente, um dos beneficiários (com US\$ 1 milhão) da "comissão" cuja negociação foi objeto do vídeo comentado anteriormente.

4. Segundo declarações do Vice-Presidente Executivo da Chevron, Charles James, em comunicado de imprensa divulgado no mesmo portal (<<http://www.chevron.com/ecuador>>), a empresa "tem afirmado consistentemente que o caso implica uma cumplicidade imprópria entre os demandantes e o Executivo do Equador". Ainda segundo James, os quatro vídeos (que, segundo a empresa, não teriam sido filmados com seu conhecimento nem teriam sido obtidos mediante contrapartida financeira), "levantam sérias questões adicionais sobre corrupção, interferência do Poder Executivo e pré-julgamento do caso que demandam completa investigação". Para o Vice-Presidente Executivo da empresa, "nenhum juiz que tenha participado em

reuniões do tipo mostrado nesses vídeos poderia emitir uma decisão legítima".

5. Ontem, dia 1º/9, o Vice-Presidente Executivo da Chevron emitiu declaração ainda mais fortes sobre o caso. Qualificou o processo contra a empresa em trâmite no Equador como uma "farsa judicial". Segundo ele, os vídeos demonstrariam que o juiz equatoriano a cargo do processo seria "corrupto" e estaria sendo controlado pela Presidência. Em suas palavras, "quando há cumplicidade do Governo com os demandantes, um sistema legal débil e se acelera um juízo contrário, o único que se faz, nessas circunstâncias, é lutar contra a aplicação da decisão".

6. O Secretário-Geral Jurídico da Presidência da República, Alexis Mera, mencionado em um dos vídeos como tendo dado instruções ao juiz Núñez sobre o caso, emitiu também ontem, dia 1º/9, "boletim de imprensa", divulgado no portal da Presidência, sob o título "Em honra da Verdade", no qual manifesta que o Governo Nacional não é parte do processo litigioso que iniciaram várias comunidades da Amazônia contra a empresa Chevron-Texaco. Portanto, segundo Mera, "nunca teve, não tem nem terá nenhuma intervenção em tal processo". Afirmou não conhecer o juiz Núñez ou qualquer juiz da província de Sucumbíos (onde tramita o processo) e que nunca falou com nenhum juiz sobre esse processo. Considerou, portanto, uma "injúria caluniosa" a alegação de que ele teria dado instruções ao juiz Núñez.

7. Mera também diz desconhecer as pessoas que aparecem nos vídeos, inclusive os que se apresentam como representantes da Aliança País. Qualificou de "ridículo, cantinflesco e maledicente, além de ilegal" a alegação de que o Governo equatoriano estaria contratando empresas para "remediação ambiental" nas zonas supostamente contaminadas. Mera esclareceu que o juízo contra a Texaco foi impetrado originalmente, nos EUA (o que, segundo informações disponíveis, ocorreu em 1993), mas a Justiça norte-americana se julgou incompetente, razão pela qual outro juízo, mais recente, foi impetrado na província de Sucumbíos, onde teriam ocorrida a maior parte dos danos ambientais atribuídos à empresa norte-americana.

8. Ainda segundo Mera, os advogados da Chevron estariam beneficiando-se de um delito (interceptar conversas sem autorização), com a finalidade de desprestigiar o Equador diante de uma eventual sentença contrária no processo judicial em curso. Mera afirma que esses advogados deverão responder "perante a Justiça equatoriana". Também esclarece

que o Governo equatoriano tem sido demandado em várias ocasiões por empresas estrangeiras e a própria Chevron-Texaco impetrou processo arbitral junto à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Esse seria, segundo Mera, o único processo que interessa ao Estado equatoriano em relação ao caso e, segundo ele, não teria nenhuma relação com as "gravações ilícitas que irresponsavelmente apresentou a empresa Chevron".

9. Ao final de seu boletim de imprensa, Mera ratifica que ao atual Governo, "diferentemente de épocas passadas", não interessa interferir na administração da Justiça (recorde-se que, em agosto do ano passado, durante reunião com dirigentes da Construtora Norberto Odebrecht, o próprio Mera declarou que o atual Governo "controla todos os Poderes"). Alegou que é a empresa Chevron, e não o Governo, que estaria tentando "distrair o devido processo e pressionar o juiz da causa com esse tipo de atos". O Governo equatoriano, segundo Mera, não cairá nesse tipo de provocações, que buscariam "dilatar a boa marcha da Justiça com uma péssima estratégia processual".

10. O Ministro Coordenador da Segurança Interna e Externa, Miguel Carvajal, também se pronunciou na mesma linha, considerando que a divulgação dos vídeos teria sido uma "argúcia mais da Chevron" para distender o processo judicial impetrado por "camponeses equatorianos afetados pela contaminação relacionada com a péssima e irresponsável gestão ambiental" da Texaco, que teria "afetado gravemente zonas de Orellana e Sucumbíos. Seria, segundo Carvajal, uma estratégia para "deslegitimar a Justiça equatoriana e deixar na impunidade os terríveis danos ambientais que provocou essa empresa na Amazônia equatoriana". Carvajal não soube afirmar se o Ministério Público iniciará ou não investigação sobre as denúncias da Chevron.

11. Carvajal chegou a sugerir que os vídeos poderiam ser uma fraude armada pela própria Chevron. Essa hipótese também é levantada pela ONG "Amazon Defense Coalition", que assessora os demandantes no processo judicial. Segundo comunicado dessa ONG, a própria Chevron poderia ter induzido o suposto suborno de US\$ 3 milhões. O objetivo da empresa, segundo o ONG, seria de resultar beneficiada no processo judicial.

12. Independentemente da forma como os vídeos foram obtidos, pareceria que sua divulgação teria por objetivo, mais do que obter uma sentença favorável no juízo em trâmite no Equador (as declarações de Charles James, transcritas no parágrafo 6, acima, indicam que a empresa já está convencida

de que será condenada nesse processo), desacreditar a Justiça equatoriana junto a juízes norte-americanos. Como indica o próprio juiz Núñez em um dos vídeos, a execução da provável sentença contra a empresa terá de ser feita junto a um tribunal dos EUA, e a Chevron possivelmente tentará convencer o juiz norte-americano de que o processo jurídico equatoriano teria transcorrido de forma irregular, inclusive com influências por parte do Poder Executivo. A estratégia da Chevron de descrédito da Justiça equatoriana já parece começar a dar resultados, tendo em vista a ampla cobertura às denúncias da empresa por parte de importantes jornais norte-americanos, como o New York Times e o Washington Post.

13. Autoridades equatorianas parecem preocupadas com as repercussões das denúncias. O Procurador-Geral do Estado, Diego García, responsável pela defesa do Equador na ação impetrada pela Chevron junto à CIJ, apressou-se em divulgar, por intermédio da Embaixada do Equador em Washington, comunicado em inglês segundo o qual a Procuradoria teria revisado "rapidamente" os vídeos, que teriam sido "muito editados" e que, segundo essa análise, "em algumas ocasiões" a tradução da Chevron do espanhol para o inglês seria "ruim", ao passo que, em outras ocasiões, seria "enganosa". Segundo o comunicado, a Chevron estaria difundindo as alegações junto aos meios de comunicação, sem ter feito chegar prova alguma à Procuradoria-Geral do Estado, o que, para Diego García, colocaria em questão as intenções da empresa.

14. Cumpre recordar que o Presidente Rafael Correa já se pronunciou a respeito da "catástrofe" ambiental provocada pela Texaco, cujos danos, segundo o mandatário, seriam "30 vezes maiores" do que os causados pelo derramamento de petróleo do navio Exxon-Valdez no Alasca, em 1989, pois afetariam mais de 30 mil habitantes em situação de extrema pobreza, que teriam consumido água contaminada. Correa questionou a atitude de funcionários da PETROECUADOR, que, nos anos 1990, teriam aceitado a compensação de apenas US\$ 40 milhões oferecida pela Texaco. Correa chegou a declarar expressamente que apoiava a demanda judicial contra a Texaco (ver, a respeito, o tel 615/07). Desde as denúncias da Chevron, porém, Correa não voltou a se pronunciar sobre o caso.

Antonino Marques Porto, Embaixador

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 02/09/2009 14:41:08 N.º: 00911

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/10/2009 18:54:58 N.º: 01045

De Brasemb Quito para Exteriores em 06/10/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Eixo
Multimodal Manta-Manaus.
Declarações do Presidente.
//

Nr. 01045

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. O Presidente Rafael Correa voltou a tratar
do projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus, em sua
cadeia semanal de rádio e televisão.

O Presidente Rafael Correa, em sua 140ª cadeia semanal de
rádio e televisão, no último sábado, dia 03 de outubro,
tratou novamente do projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus.
Correa afirmou que o projeto Manta-Manaus o "emociona muito"
e que muitos não teriam entendido esse projeto. O Presidente
destacou a posição privilegiada do porto de Manta para
mercados asiáticos como China, Índia e Indonésia, que
constituem "um quarto da população mundial".

2. Segundo Rafael Correa, o projeto também seria do interesse
do continente africano. O eixo multimodal contribuiria para a
aproximação entre os dois continentes e permitiria, segundo
reconhece, o fluxo de mercadorias entre a costa atlântica do

continente africano e o Oceano Pacífico. Afirmou que discutiu o projeto em reunião bilateral com o líder líbio Muammar Kadáfi, por ocasião do encontro África-América do Sul - ASA (Isla Margarita, 25-27/09/09).

3. O Presidente sublinhou que Manta estaria na quarta colocação entre os portos do Equador, como resultado de má gestão de concessões. Não obstante, as condições naturais daquele porto, que poderia ser utilizado por embarcações de grande calado, habilitariam Manta a tornar-se "alternativa ao canal do Panamá". Correa apresentou o cronograma do novo projeto de modernização do porto, orçado em US\$ 128 milhões (como se recorda, a chinesa Hutchinson Port Holdings planejava investir US\$ 523 milhões no porto), que incluiria a necessidade de buscar novos concessionários. Além de Manta, Correa asseverou que os demais portos marítimos do Equador também teriam conexão com os portos fluviais da Amazônia.

4. O Presidente equatoriano lamentou a situação portuária do Equador, mencionando outros portos como Esmeraldas, Guayaquil e Puerto Bolívar. Atribuiu essa situação à "absurda concorrência" entre os portos. Correa avaliou que esses terminais deveriam trabalhar "em coordenação" e indicou que seria necessário definir aspectos como "modelo único de concessões e o papel dos portos privados".

5. O projeto de ampliação do aeroporto de Manta também foi objeto de apresentação pelo Presidente. Correa assegurou haver um grupo espanhol interessado no investimento. Nas palavras do Presidente, Manta teria um "aeroporto de transferência como Dubai". O Governo equatoriano estaria buscando um sócio estratégico (citou, como exemplos, a Singapore Airlines ou a China Airlines) para que utilize Manta como aeroporto de transferência para toda a América Latina. Correa afirmou, ainda, que serão feitas obras de infraestrutura prévias à apresentação da proposta dos investidores espanhóis, que ocorreria em dezembro próximo.

6. Correa mencionou, igualmente, projetos para a hidrovía do rio Napo. O Presidente reconheceu que o custo dessa obra, de US\$ 876 milhões, era "bastante caro", mas afirmou que "o Brasil está interessado".

7. Por fim, o Presidente fez referência ao componente rodoviário do eixo multimodal e mencionou que, na semana passada, recebera proposta de construção de nova rodovia, no valor de US\$ 511 milhões. Correa, porém, não se convenceu com essa proposta, pois ela teria partido da Construtora Norberto Odebrecht (CNO), e "estos tipos hacen propuesta en base a sus

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/10/2009 18:54:58 N.º: 01045

negocios y no a las necesidades del país." O Presidente assegurou que a proposta não era necessária e que bastaria "otimizar as rodovias já existentes". Cumpre assinalar que os representantes da CNO no Equador negam terem apresentado qualquer nova proposta sobre o tema ao Governo equatoriano.

ANTONINO MARQUES PORTO, Embaixador

FASS

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/09/2009 18:22:58 N.º: 01012

De Brasemb Quito para Exteriores em 28/09/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DREN/DAM III/DOC/DAOC I
DESCR=EQUA-ENER
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 961
CATEG=MG

//

Equador. Projeto Coca-Codo-
Sinclair. Pagamento à Enarsa.

//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDECAS/DREN/DRN/DAM III/DOC/DAOC I em 29/09/2009.

Nr. 01012

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

O Ministro Coordenador dos Setores Estratégicos, Galo Borja, informou que o Estado equatoriano pagou à estatal argentina Enarsa (Energía Argentina S.A.), na última quarta-feira, dia 23/9, US\$ 5,5 milhões, para adquirir os 30% das ações que possuía na empresa binacional Coca Codo Sinclair S.A. Essa empresa binacional havia sido constituída com capital de apenas US\$ 400 mil, dos quais a Enarsa (selecionada como "parceira estratégica", sem licitação) contribuiu com US\$ 120 mil. No entanto, os restantes US\$ 4,38 milhões de indenização paga pelo Estado equatoriano corresponderiam a "investimentos", assessoria técnica e "outros gastos" alegados pela estatal argentina. Comenta-se que nos "outros gastos" estariam incluídos, até mesmo, o aluguel dos escritórios da Enarsa em Quito desde a formação da empresa binacional, em março de 2008.

2. Segundo o jornal El Comercio, cuja fonte seria funcionário do Governo equatoriano não identificado, a Enarsa teria chegado a pedir indenização de US\$ 51 milhões por suas ações na empresa binacional. Porém, no Equador, a própria informação de que a estatal argentina seria paga por suas ações, apesar de ter descumprido seus compromissos (ver tel de referência), tem sido objeto de críticas. O advogado Luis Calero opinou, na mesma matéria do El Comercio, que o pagamento à Enarsa poderia acarretar responsabilidades penais, pois estaria beneficiando terceiros em prejuízo do Estado, o que caracterizou como "peculato". O Controlador-Geral do Estado, Carlos Pólit, informou que deu início a investigação sobre o caso.

3. Com o pagamento da indenização, que encerra a frustrada associação com a estatal argentina, o projeto Coca-Codo-Sinclair passa a ser de propriedade da estatal Corporação Elétrica do Equador (Celec), criada este ano a partir da fusão de seis estatais hidrelétricas de menor porte, que eram responsáveis por usinas específicas, a saber: Electroguayas, Hidroagoyán, Hidropaute, Termoesmeraldas, Termopichincha (que era a parceira equatoriana da Enarsa na extinta empresa binacional Coca Codo Sinclair S.A.) e Transelectric. Segundo se sabe, a estatal Hidropastaza, responsável pela Central Hidrelétrica San Francisco, não teria sido integrada à Celec em razão dos problemas jurídicos com a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) e com o BNDES.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 02/10/2009 20:08:46 N.º: 01039

De Brasemb Quito para Exteriores em 02/10/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DIR I/DMC/DAM III/CGDECAS/DOC
DESCR=XCOR-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. ACE 59.
Aprofundamento de
preferências. Nota da
Chancelaria local.
//

Nr. 01039

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. A Chancelaria local divulgou nota de
imprensa sobre a "desgravação" tarifária para 3.200
produtos equatorianos por parte do Brasil. A nota
repercutiu amplamente na imprensa local.

A Chancelaria equatoriana divulgou, na noite de ontem, dia
1º/10, nota à imprensa intitulada "Brasil desgravou 3.200
itens tarifários em favor do Equador", sobre a concessão de
100% de preferência tarifária para mais de 3.000 produtos
equatorianos no âmbito do Acordo de Complementação Econômica
nº 59 (ACE-59). A nota à imprensa menciona que a concessão
unilateral brasileira foi concretizada como resultado da
visita do Chanceler Fander Falconí e do Vice-Ministro de
Comércio Exterior, Julio Oleas, ao Brasil, em 24 de agosto
último.

2. Transcrevo, a seguir, a íntegra da referida nota à imprensa:

"BOLETÍN DE PRENSA No. 387

Quito, 1 de octubre del 2009

BRASIL DESGRAVÓ 3.200 ÍTEMS ARANCELARIOS A FAVOR DE ECUADOR

El Viceministro de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración, Julio Oleas, dio a conocer que luego de varios meses de trabajo, Brasil tomó la decisión de desgravar a favor de Ecuador a 3.200 ítems arancelarios.

La medida beneficia a Ecuador en tanto promueve una relación comercial bilateral más dinámica y equitativa. Esta desgravación, de carácter unilateral, no obliga al país a tomar medidas similares.

Esta decisión responde a una iniciativa que se empezó a negociar en el marco de la III Reunión Ordinaria de la Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica No. 59, el 30 y 31 de octubre del 2008, en Montevideo, Uruguay, y que se concretó como resultado de la visita oficial que realizaron el Canciller Fander Falconí y el Viceministro Oleas, el 24 de agosto pasado, al Canciller brasileño Celso Amorim.

Entre los productos beneficiados por esta medida se encuentran: pescados y crustáceos, moluscos y demás invertebrados acuáticos; frutas y frutos comestibles; cortezas de cítricos, melones, sandías; grasas y aceites animales o vegetales; ceras de origen animal o vegetal; preparación de carne, pescado o crustáceos; vehículos, automóviles, tractores, y demás vehículos terrestres sus partes y accesorios.

Este es un paso significativo para intensificar las relaciones bilaterales, dotarles de condiciones de sostenibilidad en el largo plazo y aportar al proceso de integración regional. Por ello, se ha instruido al representante de Ecuador en la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Edmundo Vera Manzo, para que acelere los procesos necesarios ante las instancias competentes con el fin de poner en práctica los resultados de esta exitosa negociación."

3. A nota foi divulgada nas edições de hoje dos principais jornais equatorianos. A matéria do El Comercio foi a mais ampla, pois recordou que a medida já era tida "como fato" há um ano e abarcava, na ocasião, 3.722 produtos. A matéria recorda que, desde então, "as relações entre o Equador e o Brasil não passaram por bom momento, entre outras coisas pelos problemas desatados pelo término do contrato com a empresa Odebrecht". A matéria cita declarações do Vice-Ministro Oleas, segundo as quais faltaria apenas a "aprovação da ALADI", o que caracterizou como mero "requisito

De: BRASEMB QUITO

Recebido em: 02/10/2009 20:08:46 N.º: 01039

CARAT=Reservado

administrativo". A matéria também destaca que a banana, caracterizada como "principal produto equatoriano e que tem altas possibilidades no mercado brasileiro", não foi incluída na lista. Como se sabe, o problema para exportação de bananas equatorianas ao Brasil não é tarifário, mas sim fitossanitário. A matéria conclui com dados sobre o forte déficit comercial do Equador com o Brasil nos últimos anos.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/09/2008 18:34:31 N.º: 01071

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/09/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/DEA
DESCR=POIN-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 976
CATEG=MG

//
Equador. Política interna.
Referendo sobre o projeto de
Constituição. Análise.
//

Nr. 01071

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento os últimos dias da campanha para o
referendo sobre o projeto de Constituição, a
realizar-se no dia 28 de setembro do ano em curso.

Os eleitores equatorianos irão às urnas no próximo
domingo, dia 28 de setembro para votar no referendo sobre o
projeto de nova Constituição. Caso vença o "Sim", esta será a
vigésima Carta Magna do país.

2. A Constituição atualmente em vigor foi elaborada em
1998, após a crise política que provocou a queda do ex-
Presidente Abdalá Bucaram. Não logrou ela dar estabilidade
política ao país e, em anos posteriores, ocorreram outras

crises políticas e econômicas. No total, o Equador teve sete presidentes em uma década e nenhum deles conseguiu governar pelo período de 4 anos, conforme estabelecido pela Carta Magna.

3. Faltando poucos dias para o referendo, mantém-se a tendência favorável ao "Sim", com 60%, "Não" 27%, "nulo" 10% e "branco" 3%, segundo pesquisa divulgada pelo "website" da empresa CEDATOS (a divulgação de pesquisas de opinião encerrou-se em 8/9). Os indecisos alcançam 22%. Recorde-se que as pesquisas de opinião neste país não são, de modo geral, confiáveis, além de terem por lei, de terminar muito antes dos pleitos.

4. Os resultados majoritários a favor do "Sim" praticamente em todas as províncias (exceção aparente de Napo e talvez de Guayas) contrastam com os resultados observados em Guaiaquil, onde o "Não" alcança 47%, o "Sim" 40%, "nulo" 10%, e "branco" 3%, ainda de acordo com a CEDATOS (a mais conhecida).

5. A empresa registrou uma tendência majoritária pelo "Sim" nas áreas urbanas pequenas e áreas rurais, aos quais o Presidente Rafael Correa têm visitado diariamente promovendo o "Sim", com entrega de obras, subsídios, créditos, e a assinatura de projetos de desenvolvimento local.

6. Na realidade, poder-se-ia dizer que a estratégia do Governo de transformar o referendo mais que num voto por um projeto de Constituição, num plebiscito sobre a pessoa do Presidente Rafael Correa tem funcionado, com o uso aberto da máquina governamental de maneira agressiva em favor do "Sim".

7. Nos últimos dias, o mandatário equatoriano transferiu-se para Guaiaquil, maior colégio eleitoral com cerca de 1,5 milhão de votantes, para tentar reverter a tendência, segundo as pesquisas de opinião, de derrota do "Sim" na cidade de Guaiaquil e na província de Guayas e obter aí sim um sucesso consagrador em âmbito nacional.

8. Uma vitória do "Sim" nas urnas por pequena margem seria vista com preocupação pelo Governo, já que talvez não venha a se sentir o suficientemente respaldado para implementar o seu projeto para o país - ou para enfrentar as próximas eleições, sobretudo para Presidente e Assembléia Nacional, que ocorrerão no primeiro quadrimestre do ano que vem.

9. A seguir, comento sucintamente a atuação dos principais

atores no referendo:

- Indígenas

Embora os indígenas no Equador não representem a maioria da população, sua participação política foi determinante em momentos importantes na história recente do país. Por sua organização e capacidade de mobilização, o movimento indígena deve ser levado em consideração dentro de qualquer cálculo eleitoral. Os principais dirigentes indígenas marcaram distância com relação a Correa; no entanto, favorecem o projeto de Carta Magna, porque o texto é visto como protetor do modo de vida e da cultura indígena.

- Jaime Nebot

Jaime Nebot está terminando o seu segundo mandato frente à Prefeitura de Guayaquil, a maior cidade do país. A sua já longa gestão (oito anos) é muito bem avaliada pelo eleitorado daquela cidade. É um dos homens considerados mais influentes na política equatoriana, razão pela qual o Presidente Correa vem tentando demonizá-lo, fazendo dele o seu principal opositor. As tentativas de Nebot de lançar-se como político de dimensões nacionais têm sido, até o momento, infrutíferas. Foi três vezes candidato a Presidente da República pelo Partido Social Cristão (PSC) e, a despeito de ter chegado ao segundo turno em duas oportunidades, foi derrotado em todas as oportunidades. Seus enfrentamentos com Rafael Correa, sobretudo recentemente, quando respondeu a críticas do Presidente venezuelano Hugo Chávez de que estaria favorecendo o "separatismo" de Guayaquil (vide tels. 1019 e 1033), o converteram em um dos críticos mais visíveis do projeto de Constituição. Caso o "Sim" seja derrotado em Guayaquil, essa polarização poderá beneficiar politicamente Nebot inclusive fora de sua província. A vitória do "Sim" naquela cidade, no entanto, representará um duro revés para Nebot.

- Igreja

A Igreja Católica foi a primeira voz dissonante no início da campanha para o referendo sobre o projeto de Carta Magna. Em comunicado oficial da Conferência Episcopal Equatoriana (CEE), o clero reconheceu certos aspectos positivos do projeto de Constituição, embora também tenha enfatizado as "inconseqüências" de alguns artigos, considerado ambíguos sobre a proteção da vida desde a sua concepção, a família, a educação e a liberdade religiosa. A posição da cúpula da Igreja gerou choques com o mandatário equatoriano, quem acusou a Igreja de se envolver em assuntos que não são de sua

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/09/2008 18:34:31 N.º: 01071

alçada. Uma parte da Igreja Evangélica anunciou que boicotaria e não tomaria conhecimento da nova Constituição, caso aprovada, por ser supostamente favorável ao aborto e aberta ao matrimônio entre homossexuais.

- Estudantes

Em 17/8, um grupo de estudantes da Universidade Católica de Guayaquil partidários do "Não" teve choques com os favoráveis ao "Sim" naquele campus, enquanto o Presidente Correa fazia um programa de rádio naquela universidade (vide tel. 901). O incidente deu visibilidade aos estudantes partidários do "Não", mas o movimento não ganhou maiores dimensões. Com exceção desse incidente, a campanha para o referendo transcorreu sem maiores problemas.

10. Vale mencionar que o Presidente Correa vem utilizando uma estratégia política de confrontação com "forças poderosas", uma atitude que pode ter considerável apelo popular e reforçar a imagem do mandatário equatoriano como um líder corajoso e adversário implacável dos antigos donos do poder. Foi o caso, por exemplo, da decisão do Governo de, por via administrativa, apreender os bens do Grupo Isaías, em especial as duas redes de televisão aberta "Gamavisión" e "TC Televisión", de grande audiência popular. Mais recentemente, o Presidente Correa emitiu Decreto Executivo arretando os bens da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) e suspendendo os direitos constitucionais de alguns funcionários da empresa.

Antonino Marques Porto, Embaixador

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/10/2009 18:56:12 N.º: 01076

De Brasemb Quito para Exteriores em 13/10/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1075, TEL 1055, TEL 998
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Novas
denúncias da Controladoria.

//

Nr. 01076

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. A CNO foi objeto de novas denúncias pela
Controladoria-Geral do Estado, publicadas com grande
destaque pelo jornal El Comercio.

À atenção do Sr. SGAS.

O jornal El Comercio, em sua edição de ontem, 12/10,
publicou, com grande destaque (principal manchete da capa e
uma página de reportagem), novas denúncias da Controladoria-
Geral do Estado (cujas funções seriam equiparáveis às do TCU,
no Brasil) contra a Construtora Norberto Odebrecht S. A.
(CNO) em relação ao contrato de construção da Central
Hidrelétrica San Francisco e seus dez adendos. A
Controladoria, que já havia emitido relatório com denúncias
contra a CNO em dezembro do ano passado (ver tels 1458/08 e

1476/08), afirma, agora, que cinco dos dez adendos ao contrato de construção de San Francisco teriam sido "injustificados".

2. Uma das denúncias da Controladoria está relacionada com o financiamento do projeto pelo BNDES, pois a construtora teria recebido os recursos em Reais, ao passo que tanto o contrato de construção como o de financiamento previam os pagamentos em dólares. A Controladoria denuncia que o pagamento de US\$ 29,2 milhões pelo "diferencial cambiário" decorrente de "desvalorização inusual" do dólar em relação ao Real seria "nulo", pois contraria a legislação equatoriana, em particular o artigo 1.585 do Código Civil, segundo o qual o pagamento do financiamento à construtora deveria ter sido realizado na moeda prevista no contrato (dólar), e não em reais. Portanto, a Controladoria considera que a CNO deveria devolver os US\$ 29,2 milhões pelo "diferencial cambiário"

3. A Controladoria critica, também o reajuste decorrente dos anos que transcorreram entre a assinatura do contrato de construção (março de 2000) e o início das obras, 47 meses depois. Esse atraso teria sido ocasionado, de acordo com a Controladoria, pela demora em obter o financiamento do BNDES para a obra. Em decorrência de aumentos de preços da maquinária e dos insumos necessários para a obra, verificados em estudos, as partes acordaram, em agosto de 2005, reajuste de preço de US\$ 15,7 milhões. Mas a Controladoria considera que o cálculo realizado pela consultora não teria sido adequado, por ter utilizado índices dos EUA, e não do Brasil ou do Equador, onde a construtora estava obrigada a adquirir os bens.

4. Outro questionamento da Controladoria refere-se a adendo ao contrato de 2006, que previa o pagamento de US\$ 13,8 milhões para a liberação de perfuradora ("taladro") que teria ficado preso por acidente geológico imprevisto. A estatal HIDROPASTAZA pagou esse valor, embora, segundo a Controladoria, a CNO contasse com seguro que cobria esse tipo de eventos. A Controladoria, portanto, determinou que o valor deveria ser restituído pela CNO à estatal equatoriana.

5. A Controladoria também denuncia que a CNO não realizou parte das obras de sustentação do tunel que conduz a água do rio Pastaza às turbinas de San Francisco, previstas em dois adendos ao contrato de construção firmados em maio e julho de 2006. Os adendos previam pagamento adicional à CNO em razão das condições geológicas de risco na zona de construção da obra, mas, segundo relatório pericial, as obras de segurança efetivamente realizadas não teriam chegado a 50%

do previsto nos adendos.

6. A reportagem do El Comercio destaca, em quadro na própria capa da edição de ontem, que o contrato de construção original previa o custo total da obra de US\$ 286,8 milhões, ao passo que, com os adendos, esse custo foi elevado a US\$ 369,4 milhões. Segundo a Controladoria, US\$ 57,9 milhões desse custo adicional teriam sido pagos pela HIDROPASTAZA à CNO sem que se contasse com "justificativas jurídicas ou econômicas". A matéria também destaca, na capa, que os prejuízos causados pela CNO seriam estimados pelo Governo equatoriano em US\$ 210 milhões.

7. O Diretor Administrativo e Financeiro da CNO no Equador, Luis Batista Filho, considera que a divulgação dessas novas denúncias da Controladoria, justamente no momento em que a empresa negociava com altos representantes do Governo equatoriano (sobre essas negociações, ver os telegramas de referência) é mais uma indicação de que não há interesse real, por parte do Governo, para se chegar a entendimento. O mais provável, segundo Batista Filho, é que o Governo assine, em breve, contrato com a empresa argentina José Cartellone Construcciones Civiles S.A. e os custos da reparação de San Francisco venham a ser cobrados, posteriormente, da CNO. A empresa brasileira, segundo Batista Filho, deverá voltar a ser alvo de fortes críticas por parte do Governo equatoriano, que, diante da queda de popularidade do Presidente Correa, necessitaria de novos "inimigos públicos" para admoestar, em estratégia semelhante à adotada no ano passado.

8. Transcrevo, a seguir, a íntegra do texto da reportagem publicada no El Comercio:
"Odebrecht recibió pagos sin justificación
La Contraloría General del Estado emitió otro informe que revela cómo se adjudicaron USD 57,9 millones a la firma brasileña, sin sustento legal ni económico.
Cinco de los 10 aumentos de precio que registró la central hidroeléctrica San Francisco, ubicada en Baños y construida con recursos del Estado entre 2004 y 2007, fueron injustificados, según un nuevo informe de la Contraloría General del Estado.
Aunque el contrato se firmó por USD 286,8 millones, el Fisco terminó pagando USD 369,4 millones, debido a 10 ajustes de precio que solicitó el constructor: la brasileña Odebrecht.
Es decir, USD 83,2 millones adicionales a los inicialmente pactados.
De ese monto, USD 57,9 millones se pagaron a la compañía pese a no contar con los justificativos legales o económicos,

según el organismo de control. Esos aumentos fueron aprobados por HIDROPASTAZA, que manejó la obra en representación del Estado. El último ajuste de precio al contrato, por USD 29,2 millones, se concretó en este Gobierno.

Los incrementos de precios estaban destinados, en su mayoría, a mejorar la calidad de la planta. Pero eso contrasta con las fallas que presentó la planta apenas cuatro meses después de entrar en operación. Para junio de 2008, los daños eran insostenibles y obligaron a paralizarla.

Varios informes de auditoría efectuados por organismos estatales determinaron que existieron fallas en la construcción. Entre ellas, por ejemplo, un túnel de 11 km que compone la planta y que conduce las aguas del río Pastaza hasta la casa de máquinas colapsó en varios tramos. Las turbinas, el corazón de la central, también tienen desperfectos.

La central entró en reparación por más de cuatro meses, pero los dolores de cabeza no han cesado. Las turbinas presentaron problemas en abril y mayo pasados. Y, desde el 27 de julio pasado, la central trabaja a media capacidad, debido a fallas en una de sus turbinas, según informa la página web del Centro Nacional del Control de la Energía (CENACE). Por estas razones, la planta entrará en una reparación integral en noviembre próximo.

Esta serie de problemas llevaron al Gobierno a plantear un arbitraje contra Odebrecht en una corte internacional. El país evalúa en USD 210 millones los daños causados por la brasileña.

Dinero por diferencial cambiario

Odebrecht financió la central San Francisco a través de un crédito conseguido con el Banco de Desarrollo de Brasil. El préstamo fue desembolsado en reales de Brasil.

La compañía brasileña reclamó el 4 de enero de 2007 el pago de USD 29,2 millones por el diferencial cambiario al momento de la conversión de dólares a reales brasileños. Este desequilibrio económico, según Odebrecht, fue causado por una "desvalorización inusual" del dólar frente al real brasileño. HIDROPASTAZA aprobó este pago y el 16 de mayo de 2007 se suscribió el acta de pago. Estos rubros se cancelaron pese a que el contrato no establecía ninguna disposición al respecto.

El artículo 1585 del Código Civil señala que el pago del crédito debía haberse realizado en la moneda establecida en el contrato, es decir, en dólares no en reales. HIDROPASTAZA cayó en cuenta del error ocho meses después, cuando su asesor jurídico señaló que esa asignación se entregó sin sustento legal.

Según la Contraloría, el pago es nulo, pues contradice la

norma ecuatoriana y no estaba contemplado en el contrato.

El dinero para fallas no se utilizó. Odebrecht exigió a HIDROPASTAZA otro pago adicional debido a las condiciones geológicas de riesgo en la zona de construcción de la obra.

Este nuevo monto se destinaría a realizar obras adicionales de seguridad en zonas de mayor riesgo, en especial dentro del túnel de 11 kilómetros que conduce las aguas del río Pastaza hasta la casa de máquinas de la planta.

Para ello, se firmaron dos acuerdos (adendums) con Odebrecht en mayo y julio de 2006. Sin embargo, un informe pericial calculó que la protección colocada no llegó al 50% de túnel.

La constructora debía poner 11 000 pernos para un mejor soporte de las paredes interiores del túnel, pero puso 1 225; debía colocar dos capas de hormigón (cemento) en las zonas de alto riesgo, pero puso solo una. Los pernos tampoco tienen protección anticorrosiva.

Esto demostró, según la Contraloría, que las supuestas inversiones adicionales, para implementar nuevos y mejores tipos de soporte de las obras, carecieron de sustento. Para la Contraloría, estos adendums no se justifican, por lo que dispuso realizar las acciones legales para su recuperación. La energía que deja de producir la central se compensa con energía térmica que se genera con combustibles e importaciones de Colombia.

Más plata para ajuste de costos

Aunque Odebrecht y el Estado firmaron el contrato para construir San Francisco en marzo de 2000, las obras recién se iniciaron en 2004, 47 meses después. El retraso se debió a demoras en conseguir el financiamiento de la obra.

La compañía brasileña dirigió una carta a HIDROPASTAZA, para solicitar un ajuste al contrato debido a un aumento de precios de la maquinaria y de los insumos requeridos para la obra.

HIDROPASTAZA contrató a un consultor para que realice un estudio sobre el tema. Con base en este estudio, las partes acordaron un ajuste de USD 15,7 millones el 5 de agosto de 2005.

No obstante, el informe de Contraloría señala que el cálculo efectuado por la consultora no fue el adecuado, pues utilizó índices de EE.UU., en lugar de índices brasileños y ecuatorianos. Esto porque, según el organismo de control, el contrato estableció que el constructor estaba obligado a adquirir bienes y servicios en Brasil y en Ecuador.

Para obtener estos índices, la empresa HIDROPASTAZA debió solicitar al Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC) que calcule el ajuste.

Un seguro que no fue cobrado

El 16 de enero de 2006, Odebrecht solicitó a HIDROPASTAZA el

pago de USD 13,8 millones para liberar el topo (taladro) que había quedado atrapado mientras realizaba las tareas de excavación del túnel, de 11 kilómetros, que compone la central.

Odebrecht señaló que el siniestro se dio por condiciones geológicas no previstas.

Se tenía previsto conducir por el túnel alrededor de 116 metros cúbicos de agua por segundo, según los técnicos de la obra hidroeléctrica. Un sistema de control hidráulico permitiría controlar los volúmenes de líquido que ingresa a las turbinas.

HIDROPASTAZA pagó ese monto pese a que, según la Contraloría, Odebrecht había contratado un seguro que cubría este tipo de eventos por un valor de hasta USD306,7 millones. Este seguro cubrió solo USD 5,5 millones y aún no ha pagado el saldo de USD 8,3 millones.

Según la Contraloría, HIDROPASTAZA no ha reclamado ese saldo a la aseguradora y tampoco entregó información detallada sobre los trabajos de recuperación del taladro. El organismo de control dispuso el cobro inmediato de esos montos."

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/10/2008 19:07:36 N.º: 01145

De Brasemb Quito para Exteriores em 13/10/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/CGDECAS/SPD/DOC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1144
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Processo de
expulsão. Decreto
Presidencial.
//

Nr. 01145

RESUMO=

Informo. A Chanceler local relatou-me que o Decreto sobre a expulsão da CNO do Equador, assinado quinta-feira, seria publicado hoje. Segundo sustentou, o documento revogará a "orden de arraigo" aos funcionários da CNO que, garantiu, não correm riscos.

PARA CONHECIMENTO DA SENHORA CHEFE DO G E DO SENHOR CHEFE DE GABINETE DA SG.

Recebi telefonema da Chanceler Maria Isabel Salvador, sábado à noite, para reconfirmar que o Decreto Presidencial que tratará do encerramento das atividades da Companhia Norberto Odebrecht (CNO) do Equador havia sido assinado quinta-feira, 09/10. Segundo a Chanceler, a publicação do Decreto deveria ocorrer apenas hoje, segunda-feira, por

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 13/10/2008 19:07:36 N.º: 01145

questões burocráticas internas.

2.Segundo Salvador, o Decreto revogará a "orden de arraigo" que incide sobre os funcionários da CNO, inclusive os que estiveram abrigados na Residência. Até a publicação, mencionou, ambos, Fernando Bessa e Eduardo Gedeon, não poderão deixar o país. A Chanceler acrescentou que conversara com Fernando Bustamante, Ministro de Governo e Polícia, e que nada deverá ocorrer com os dois funcionários até então, como, agregou, não se supunha que viesse a ocorrer.

3.Por telefone, dei conhecimento do teor da conversa com a Chanceler aos Diretores da CNO, Fábio Gandolfo, que me informou estar na Colômbia, e Fernando Bessa, que reside em Quito, e que demonstraram tranquilidade diante da situação.

4.O Decreto ainda não foi publicado, até hoje, segunda-feira, às 13:30h.

Antonino Marques Porto, Embaixador.

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/10/2009 16:05:54 N.º: 01103

De Brasemb Quito para Exteriores em 21/10/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 1076, TEL 1075, TEL 1055
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO.
Desdobramentos.
//

Nr. 01103

RESUMO=

Informo. O consórcio liderado pela CNO deverá apresentar formalmente nova proposta ao Governo equatoriano, ainda mais flexível do que a oferta de 2/10/2009. A CNO enviou carta ao El Comercio, com esclarecimentos sobre as novas denúncias da Controladoria. O jornal publicou parte desses esclarecimentos.

À atenção do Sr. SGAS e das Sras. Chefes do G e de Gabinete do SG.

Segundo o Diretor Administrativo e Financeiro da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) no Equador, Luis Batista Filho, a empresa brasileira está finalizando com suas sócias no consórcio construtor uma nova proposta para reparos e investimentos na Central Hidrelétrica San Francisco, a ser

apresentada ainda esta semana ao Governo equatoriano. Batista Filho não deu detalhes da nova proposta, mas afirmou que seria ainda mais flexível do que a oferta apresentada ao Governo equatoriano em 2 de outubro corrente (tel 1055). De todo modo, a nova proposta seria baseada na oferta original, e não na contraproposta de 8/10 do Governo equatoriano, a qual seria, segundo Batista Filho, "totalmente inaceitável" (tel 1075).

2. Batista Filho confidenciou a colaborador meu não ter expectativas de que a nova proposta do consórcio venha a ser aceita pelo Governo equatoriano. O objetivo do consórcio seria, sobretudo, não deixar a contraproposta do Governo equatoriano sem resposta. Por isso mesmo (e, possivelmente, para fins de utilização em futuros litígios), a nova proposta será apresentada ao Governo equatoriano de maneira formal, diferentemente do que ocorreu nas negociações entre a empresa e autoridades equatorianas até o momento.

3. Batista Filho também comentou que, no final da semana passada, a CNO enviou carta ao jornal El Comercio, assinada pelo Superintendente da empresa Luis Weyll, com esclarecimentos sobre as novas denúncias da Controladoria Geral do Estado publicadas com destaque pelo jornal no dia 12/10 (tel 1076). A decisão de enviar a carta com os esclarecimentos teria sido tomada, em parte, com base na nova perspectiva da empresa de que muito dificilmente chegará a entendimento com o Governo equatoriano sobre as reparações e investimentos na Central Hidrelétrica San Francisco.

4. Com base na carta da CNO, o El Comercio publicou matéria em sua edição de segunda-feira, dia 19/10, cujo teor transcrevo a seguir:

"Odebrecht rechaza sobreprecio en la construcción de central San Francisco

La empresa brasileña responde que los ajustes de precios fueron autorizados por el Fondo de Solidaridad. Dice que la Contraloría no le entregó su informe.

Mediante una carta de siete puntos dirigida a diario EL COMERCIO, la constructora Odebrecht se defendió del informe de la Contraloría General del Estado, que detectó cinco aumentos injustificados de precios equivalentes a USD 57,9 millones en la construcción de la Central Hidroeléctrica San Francisco.

De acuerdo con Odebrecht, las modificaciones de costos no solo fueron aprobadas por el Directorio de Hidropastaza, empresa que representó al Estado en el contrato, sino también por Hidroagoyán y el Fondo de Solidaridad, con el beneplácito de sus asesores legales y técnicos.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/10/2009 16:05:54 N.º: 01103

Según Luis Weyll, superintendente de Odebrecht, pese a que la Contraloría cuestiona los pagos efectuados por inflación y diferenciales cambiarios, no toma en cuenta que el contrato permitía la reposición de estos gastos.

La empresa añade que la variación del monto original del costo de la hidroeléctrica fue del 20,2% (USD 83,2 millones) cuando la inflación entre 2000 y 2007 en el país alcanzó el 166,74%.

Sin embargo, la aclaración de Weyll no considera que la construcción de San Francisco no inició en el año 2000, sino luego de cuatro años y la inflación acumulada entre 2004 y 2007 ?año en que se entregó la obra? fue apenas inferior al 10%.

Según la Contraloría, la compañía brasileña recibió del Estado ecuatoriano USD 29,2 millones por "desvalorización inusual" del dólar frente al real brasileño aunque el Código Civil señala que el pago del crédito debió realizarse en dólares y no en reales.

La constructora brasileña argumenta que también generaron costos importantes los procesos eruptivos del volcán Tungurahua que desfogaron material volcánico en el río Pastaza y afectaron la central hidroeléctrica.

Advierte que no ha respondido a las observaciones de la Contraloría porque este organismo aún no ha hecho llegar su informe.

Odebrecht, finalmente, insiste en que reconocerá el examen de una auditoría técnica internacional realizada por una empresa con experiencia y credibilidad."

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/11/2009 10:52:26 N.º: 01169

De Brasemb Quito para Exteriores em 06/11/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DREN/DAM III /CGDECAS/ DOC
DESCR=EQUA-POIN-ENER
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1162, TEL 1029, TEL 1055
CATEG=MG

//
Equador. Política interna.
Crise energética. "Apagões".
San Francisco. CNO.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DRN/DREN/DAM III/CGDECAS/DOC em 10/11/2009.

Nr. 01169

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. O Ministro de Eletricidade anunciou um Plano de Contingência para enfrentar a estiagem, mediante racionamento de eletricidade. Os "apagões" começaram ontem e, apesar das declarações oficiais em contrário, não deverão acabar em breve. A crise poderá acelerar a queda da popularidade do Presidente Correa que poderá, no limite, levar a novo encrudescimento do discurso contra a Odebrecht.

Para conhecimento do Sr. SGAS

O Ministro de Eletricidade e Energia Renovável (MEER), Esteban Albornoz, anunciou ontem, 5/11, a aplicação imediata

do "Plano de Contingência" para enfrentar a estiagem que afeta o Equador. Os primeiros racionamentos de eletricidade tiveram início ontem, antes mesmo do anúncio oficial do Governo. A medida, segundo Albornoz, visa reduzir o consumo de energia de 5 a 10%.

2. Albornoz atribuiu o déficit elétrico do país a três fatores: a ausência de chuvas na região andina, a falta de capacidade de resposta das usinas termoelétricas para compensar a queda na geração hidroelétrica e a redução das exportações colombianas de energia (ver tel 1029).

3. A queda na produção hidroelétrica é atribuída, sobretudo, a uma estiagem atípica na bacia do rio Paute, situado no sul do país e que alimenta a Hidropaute, a Central Hidrelétrica mais importante do Equador, que, em condições normais, abastece 35% da demanda elétrica nacional. A Central tem trabalhado em 15% de sua capacidade, devido "à pior seca dos últimos 45 anos". Segundo o Ministro de Eletricidade: "los bajos caudales registrados en los afluentes que alimentan en la central hidroeléctrica Paute-Molino descendieron hasta los 20 m³ por segundo en la noche del miércoles, cuando para un funcionamiento bajo, estos deberían oscilar los 70 m³".

4. O Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia (Inamhi) previu que não deverá chover na região pelo menos até o início da semana que vem e, segundo a mídia local, fontes da Central Hidrelétrica indicaram que a usina estaria em "alerta laranja". Se a estiagem se prolongar, funcionários da Central não descartam a necessidade de paralisação total, como já ocorreu em anos anteriores, o que agravaria, ainda mais, a crise energética. Segundo Carlos Naranjo, técnico do Inamhi, a época de seca na região costuma durar de outubro a março, sendo que, em 2008, ao contrário deste ano, os meses de outubro e novembro apresentaram precipitação bastante elevadas, o que sugere prognóstico desfavorável no curto prazo.

5. A produção hidrelétrica, que, recentemente correspondia a mais de 60% da matriz energética do país (ver parágrafo 2 do tel 1029), tem sofrido rápida redução, correspondendo, hoje, a apenas 46% da demanda nacional, em nível decrescente. A alternativa termoelétrica não tem sido capaz de gerar mais de 50% da demanda, tornando os "apagões" inevitáveis. Caso a estiagem se mantenha, a diferença, segundo o Governo, deverá ser suprida por nova geração térmica.

6. Como é necessário cerca de cinco anos para construir uma central térmica, o Governo equatoriano apelou ao Convênio com

Cuba, para ter acesso a 68 geradores, com capacidade de produção de 150 mega-watts (Mw), segundo indica o Subsecretário de Eletricidade, Pablo Cisneros. Trata-se de equipamentos sul-coreanos, de marca Hyundai, que estavam assignados para o país caribenho.

7. Esteban Albornoz indicou que as centrais termoelétricas, cujo custo não foi informado, deverão chegar ao Equador durante o primeiro trimestre de 2010. Os equipamentos deverão ser instalados em Manabi ? no litoral ? e na região amazônica. Segundo nota publicada pelo Governo local, o Presidente Rafael Correa autorizou a ordem de compra da maquinaria, no dia 12 de outubro passado, mediante o Decreto Executivo n. 89. A Corporação Elétrica do Equador (Celec), por meio de sua unidade Termopichincha, já teria solicitado a aquisição dos equipamentos à União Elétrica de Cuba, pelo regime especial do Sistema Nacional de Compras Públicas, que dispensa licitação.

8. Outro problema apontado pelas autoridades locais tem sido a redução da energia importada da Colômbia, também atingida pela estiagem. Como se recorda, a energia importada daquele país respondeu no primeiro semestre de 2009 a 7,7 por cento da energia gerada no Equador, tendo alcançado no mês de agosto, 100,2 MWh, segundo dados do Conselho Nacional de Eletricidade (ver tel 1029). Antes do início da estiagem, a Colômbia se comprometia a oferecer até 12% da demanda energética equatoriana. Segundo dados do Centro Nacional de Controle de Energia (Cenace), esse aporte teria se reduzido para 2,8% ontem.

9. A perspectiva de agravamento da crise energética equatoriana poderá acelerar a tendência de queda da popularidade do Presidente Rafael Correa verificada nos últimos meses (ver tel 1162). A edição de hoje dos principais jornais do país chama atenção ao "caos vehicular", verificado ontem, devido ao não-funcionamento de semáforos e formação de longos congestionamentos, como um dos primeiros inconvenientes diretos da falta de energia. A inquietação popular, contudo, tende a aumentar significativamente. A queda de energia em locais com estações de bombeamento hídrico poderá afetar o abastecimento de água em diversas regiões.

10. O impacto na economia nacional, cujo efeito ainda não foi sentido, não deverá ser marginal. Os primeiros setores afetados pelo racionamento tenham sido o residencial e o de serviços estatais (como iluminação pública). Embora o Presidente da Empresa Elétrica Regional Centro Sul (Eercs),

Carlos Durán, tenha afirmado que o Governo considera os setores industrial e turístico como prioritários para efeitos de abastecimento elétrico, não está descartada a possibilidade de "apagões" também em regiões industriais. Soma-se a isso, o fato de que o maior uso de termoelétricas terá impacto negativo na balança comercial equatoriana, dado que o país não refina óleo diesel, importando o combustível.

11. Diante dos impactos negativos da crise esperados na popularidade do Presidente Correa, não me causaria surpresa que o mandatário venha a atribuir responsabilidades à Companhia Norberto Odebrecht (CNO) com uma das causadoras do déficit energético, encobrando a falta de investimento público no setor. Como se recorda, após os reparos em uma das turbinas da Central Hidroelétrica de San Francisco, em abril e maio deste ano (ver tels 376 e 511), a outra turbina também apresentou falhas, decorrentes da operação inadequada da usina, estando paralisada desde junho último (ver parágrafo 6 do tel 1055).

12. O Supervisor da CNO para o Equador e México, Luis Weyll, considera pouco provável que, no atual contexto, o Governo equatoriano mantenha a previsão de paralisação programada de San Francisco por mais quatro meses, necessária para manutenção e reparos. Segundo declaração do Diretor Administrativo e Financeiro da CNO no Equador, Luis Batista Filho, a colaborador meu, caso o Governo local tente utilizar a usina acima da capacidade recomendada em cenário de pouca vazão de água, com o conseqüente aumento dos sedimentos carregados pelo fluxo, a turbina recém consertada poderá sofrer novas avarias, forçando o fechamento da Central. O Ministro da Eletricidade, em entrevista televisada esta manhã, informava que San Francisco não seria paralisada em breve, como programado, mas sim quando a situação dos reservatórios permitir.

13. Os cortes de luz deverão atingir a quase totalidade do país e se estenderão de duas a sete horas diárias, até, pelo menos, o fim da semana. Há mais de 12 anos o Equador não sofria racionamento elétrico de grande escala.

14. No dia de hoje, por exemplo, a região central da capital equatoriana, onde está localizada a Embaixada, está sofrendo um corte de luz das 11:00hs às 13:00hs e das 15:00hs às 19:00hs.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/11/2009 10:52:26 N.º: 01169

Antonino Marques Porto, Embaixador

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 02/10/2008 20:34:47 N.º: 01105

De Brasemb Quito para Exteriores em 02/10/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/CGDECAS/DOC/DAI/SPD
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1076, TEL 1073, TEL 1063
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Declarações
do Presidente Correa.

//

Nr. 01105

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Reproduzo declarações do Presidente Rafael
Correa sobre a situação da CNO no Equador.

Desde seu regresso de Manaus, o Presidente Rafael Correa e as
demais autoridades do Governo equatoriano vinham mantendo
postura mais cautelosa em suas declarações públicas sobre a
situação da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) no
Equador. Ontem, dia 1º, o Presidente Correa não se pronunciou
sobre o tema, ao passo que o Ministro Coordenador dos Setores
Estratégicos, Derlis Palacios, afirmou que o acordo firmado
pela CNO cujo original teria sido entregue em Manaus está
sendo analisado pelas autoridades competentes. Palacios disse
que o Presidente Correa tomará "decisão final" sobre o caso
"até a próxima semana": "Él dirá si se queda o se mantiene la
salida de Odebrecht".

2. No entanto, na tarde de hoje, dia 2, o portal da

Presidência da República divulgou nota à imprensa, intitulado "Gobierno aún no resuelve si acepta o no la propuesta de Odebrecht", que reproduz declarações mais duras do Presidente Correa. Transcrevo, a seguir, a íntegra da referida nota à imprensa:

"El Presidente de la República, Rafael Correa, confirmó hoy que el Gobierno aún no toma una decisión sobre la propuesta que la empresa brasileña Odebrecht presentó para solucionar el conflicto surgido por la paralización de la presa hidroeléctrica San Francisco.

En declaraciones realizadas en el Palacio de Carondelet, el Primer Mandatario aseguró que aunque Odebrecht ha aceptado todas las condiciones que el Estado ecuatoriano impuso en este tema, su criterio es que debe mantenerse la expulsión de esa empresa.

'Estamos analizando muy seriamente si continúan expulsados.

Básicamente estamos analizando las cuestiones técnicas, jurídicas y económicas, pero en principio mi voluntad y nuestro deseo es que no vuelvan', señaló el gobernante.

El agregó que Ecuador no puede admitir a 'empresas que se han burlado del país y que solo ante un acto firme, como es la expulsión, reconocen lo que estrictamente corresponde en justicia al Estado ecuatoriano'."

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/10/2009 15:54:03 N.º: 01148

De Brasemb Quito para Exteriores em 30/10/2009 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DIC/DOC/DREN
DESCR=XCOI-EQUA
RTM=SSRBREM
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Equador. Comércio exterior.
Energia. Aproximação comercial
com a Rússia.
//

Nr. 01148

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

Retransmissão automática para Brasemb Moscou

RESUMO=
Informo. Comento os resultados econômico-comerciais
da visita do Presidente Rafael Correa a Moscou, de
acordo com informações da Chancelaria equatoriana.
Foi informado que empresa russa fornecerá os
componentes eletromecânicos do projeto hidrelétrico
Toachi-Pilatón, que até o final do ano passado era
executado pela Odebrecht.

Durante sua visita à Federação Russa, tanto o Presidente
Rafael Correa como o Chanceler Fander Falconí têm ressaltado
a importância crescente do comércio Equador-Rússia. A
Chancelaria local publicou boletim de imprensa no qual
ressalta que um dos objetivos da visita presidencial a
Moscou, que encerra hoje, 30/10, seria ampliar as relações
comerciais com esse importante parceiro.

2.0 boletim de imprensa menciona que a Rússia já se tornou o primeiro importador de banana do Equador. No ano passado, o Equador teria exportado US\$ 454,3 milhões em bananas para a Rússia. Isso corresponderia a 28% do total das exportações mundias de banana, que, como se sabe, é o segundo maior produto da pauta exportadora equatoriana, depois do petróleo bruto. A Rússia também seria o segundo principal destino das flores equatorianas e o terceiro destino de "extratos e essências de café". Segundo a Chancelaria, a Rússia já seria o quinto maior mercado para as exportações equatorianas e o terceiro maior comprador dos produtos equatorianos "não-petrolíferos".

3. Ainda de acordo com o boletim de imprensa da Chancelaria (que se baseia em dados do Banco Central do Equador - BCE), as exportações equatorianas para a Rússia aumentaram significativamente nos últimos anos: US\$ 308,7 milhões em 2005, US\$ 338 milhões em 2006, US\$ 412,4 milhões em 2007 e US\$ 548,6 milhões no ano passado. No primeiro semestre deste ano, as exportações equatorianas para a Rússia teriam sido de US\$ 303 milhões. Por outro lado, as importações equatorianas de produtos russos, que atingiram o máximo histórico de US\$ 848,5 milhões em 2007, caíram para US\$ 151,2 milhões no ano passado e para apenas US\$ 26,2 milhões no primeiro semestre deste ano. Portanto, no ano passado, o comércio bilateral registrou superávit para o Equador de US\$ 418,6 milhões, ao passo que, no primeiro semestre deste ano, foi de US\$ 276,8 milhões.

4. Outro boletim de imprensa da Chancelaria informou que, durante a visita presidencial a Moscou, foi realizada a I Reunião da Comissão Intergovernamental Equatoriano-Russa para a Cooperação Econômica e Comercial. Nessa reunião teriam sido intercambiadas informações sobre a situação econômica no Equador e na Rússia, os impactos da crise financeira mundial nas economias dos dois países e as medidas adotadas por ambos os Governos para enfrentar tais impactos. A agenda de trabalho da Comissão teria incluído a cooperação nas áreas econômico-comercial, de energia, de agricultura, de pesca, de indústria, bem como cooperação educacional, científica e tecnológica.

5. Na mesma reunião, teria sido mencionada a possibilidade de o Equador exportar anualmente à Rússia US\$ 1,87 bilhão, caso aproveitasse todo o potencial do mercado russo. O estudo elaborado pelo Governo equatoriano a respeito indicaria potenciais de aumentos de exportações de bananas, rosas, camarão congelado, cacau, extratos e essências de café, farinha de pescado, filés de pescado, abacaxis, tabaco e

sucos de fruta.

6.Com vistas à facilitação do comércio bilateral, foi firmado "Convênio de Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira". Esse convênio permitirá, segundo a Chancelaria local, "conciliar as discrepâncias de informação dos valores das mercadorias transportadas entre a Rússia e o Equador". Segundo a Chancelaria, enquanto os dados do BCE registram exportações equatorianas para a Rússia de US\$ 584,6 milhões, no ano passado, o Serviço Federal de Aduanas da Rússia indicaria, para o mesmo período, importações procedentes do Equador no valor de US\$ 848,1 milhões.

7.Para a cooperação em agricultura, teria sido firmado memorando de entendimento com vistas a continuar processo de consultas sobre controles veterinários e fitossanitários, quarentena e proteção de vegetais. Teria sido criado Grupo de Trabalho Permanente para a Cooperação no Âmbito da Agricultura. O Equador deverá participar da Feira Agroindustrial Internacional Russa "Outono Dourado", em 2010. Também estaria sendo negociado convênio de cooperação em matéria de pesca e aquicultura.

8.O Presidente Correa esteve acompanhado, em sua visita a Moscou, de aproximadamente 40 empresários equatorianos dos setores de banana, pesca, flores, frutas, cacau, turismo, artesanato, indústria metal-mecânica, madeira, cosméticos, farmacêuticos e agroquímicos. Os empresários teriam visitado redes de supermercados russos e realizaram rodada de negócios com contrapartes russos. A esse respeito, a Presidência da República divulgou nota à imprensa sobre almoço mantido entre o Presidente e os empresários equatorianos. Entre os temas que teriam sido tratados no almoço a nota menciona o "software livre", a "socialização do mercado de capitais", a possibilidade de que empresas russas invistam no Equador, além das explicações sobre as políticas do Governo equatoriano para promover o desenvolvimento do país.

9.A Chancelaria local informou, também que a empresa russa "OAO INTER RAO UES" participará da construção da central hidrelétrica Toachi-Pilatón, mediante o fornecimento dos equipamentos eletromecânicos, pelo custo de US\$ 150 milhões. Como se recorda, a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), que vencera a licitação para esse projeto, não tinha aceitado que a argentina IMPSA fornecesse os componentes eletromecânicos por estar cobrando muito caro (US\$ 147 milhões), já que a filial brasileira da Alstom poderia oferecer os mesmos componentes por US\$ 123 milhões (ver o tel 521/08).

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 30/10/2009 15:54:03 N.º: 01148

10. Como se sabe, desde a "expulsão" da CNO, pelo Decreto nº 1.383, de 9/10/2009, e a consequente rescisão contratual por parte do Conselho provincial de Pichincha, o projeto Toachi-Pilatón foi interrompido. A empresa russa foi escolhida sem novo processo de licitação e, segundo declarações do Presidente Correa, o Governo equatoriano está negociando financiamento russo para a obra. Portanto, os recursos do extinto Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos (FEISEH) que estavam destinados ao projeto Toachi-Pilatón devem ter sido utilizados para outra finalidade. Não há informações sobre o montante e condições do eventual financiamento russo para o projeto Toachi-Pilatón. A Chancelaria local limitou-se a informar que os Ministérios de Finanças teriam acordado "realizar projetos conjuntos para financiar investimentos em infraestrutura no Equador".

11. Ainda segundo informações da Chancelaria local, o Equador firmou com a Rússia Convênio de Cooperação no Âmbito do Uso de Energia Nuclear com Fins Pacíficos, mas não há detalhes sobre esse convênio. A Chancelaria local também informou que as empresas russas "OAO ZARUBEZHNEFT" e "OAO SROYTRANSGAZ" participarão em projetos petrolíferos da estatal equatoriana PETROECUADOR. Entre esses projetos, estaria incluída a exploração e exploração do Bloco 31, devolvido pela PETROBRAS no final do ano passado (ver tel 02).

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/10/2008 20:46:24 N.º: 01174

De Brasemb Quito para Exteriores em 16/10/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAM III/CGDECAS/DREN/SPD/DOC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1144
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Processo de
expulsão. Reação brasileira.
Projeto Manta-Manaus. Artigo
de Joffre Campaña.

//

Nr. 01174

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informe. Joffre Campaña, jurista e editorialista do
jornal El Universo, concede entrevista em que
denuncia o Decreto de expulsão da CNO como
inconstitucional.

Em entrevista divulgada hoje, 15/10, na segunda página do
jornal El Universo, o jurista Joffre Campaña, que também é
editorialista daquele meio de comunicação, defendeu a
Companhia Norberto Odebrecht e sustentou a
inconstitucionalidade do Decreto de expulsão da empresa
brasileira.

2. Reproduzo, abaixo, teor integral da entrevista:
"El decreto es inconstitucional; Odebrecht podría demandar
al Ecuador"

El jurista Joffre Campaña indica que la figura de "expulsión del país" aplicada por el gobierno a Odebrecht no existe en la legislación ecuatoriana. "Esas acciones son propias de gobiernos totalitarios", comenta.

- ¿Qué errores detectó en el decreto por el que se expulsó a la empresa brasileña?

- Varios. La expulsión de una empresa no está prevista en las leyes ecuatorianas. Esa es la primera macroviolación. Como no existe, en la Presidencia de la República se inventaron un decreto que declara emergencia nacional y ordena la movilización y la requisición. Para hacerlo, la Constitución establece causales: inminente guerra o alguna situación que pueda provocar la conmoción interna., en ninguna parte se menciona el incumplimiento de un contrato.

- ¿Quedarse sin energía por la paralización de obras no provocaría una conmoción?

- No. Antes de construir San Francisco ¿la había? Si no hay causales para que se declare la emergencia, no hay por qué decretar la movilización ni ordenar la requisición. La requisición es tomar ciertos bienes para solucionar la conmoción interna. En este caso colapsó la central, hay que determinar técnicamente las causas. Si hay responsabilidades de la empresa, hay que ejecutar las garantías y obligarla a que repare los daños.

- Pero la Contraloría y otros organismos de control han realizado investigaciones que indican que sí hubo irregularidades.

- Los contratos son ley para las partes. Si querían terminarlos tenían que haber iniciado procesos administrativos y darles el derecho a la defensa. Después de eso, si acaso correspondía, se ordenaba su terminación. El Gobierno terminó de facto los contratos. Y requisó los bienes de la empresa y no puede cumplir el contrato, lo cual puede dar lugar a que esta demande la terminación del contrato con indemnización de perjuicios. Este show nos va a llevar a que en uno, tres, cinco o diez años, tendremos que indemnizarla.

- ¿Qué podría hacer el Gobierno, entonces, para corregir los errores?

- Reconocer su soberbia. Si no lo hace, no se podrá reparar lo que pasó. En derecho tendrían que dejar sin efecto el decreto y proceder, si existen incumplimientos, a seguir los procedimientos previstos en la ley. ¿En qué gobiernos se usa esta figura de expulsar a las empresas? Solo en las dictaduras. El presidente tuvo una pésima asesoría.

- ¿El Gobierno actúa como dictadura?
- Son propios de regímenes totalitarios como Venezuela. Otra cosa que es fundamental: ¿Quién renegoció el contrato Carrizal-Chone? (Ricardo) Patiño. ¿Cuándo se aprobó el aeropuerto de Tena? En este Gobierno. ¿Toachi-Pilatón? En este Gobierno. ¿De qué se sorprenden? Ahora salen a anunciar acciones legales, cuando estas ya se iniciaron hace años y en ciertos casos ya son cosa juzgada.

- ¿Qué tipo de indemnización podría reclamar la empresa Odebrecht?
- La empresa brasileña puede pedir una indemnización por daño emergente y lucro cesante, más daños colaterales, como en la imagen, por ejemplo."

Antonino Marques Porto, Embaixador

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 29/10/2008 16:54:34 N.º: 01200

De Brasemb Quito para Exteriores em 21/10/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DAM III/AIG/DOC/SPD
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1191
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Financiamentos
Brasileiros. Hidrelétrica San
Francisco. Matéria do jornal
El Universo.

//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDECAS/DAM III/AIG/DOC/SPD/DPG em 29/10/2008

Nr. 01200

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informe. Transcrevo matéria publicada no jornal El
Universo intitulada "Gobierno analiza declarar
ilegítimo crédito del BNDES".

A imprensa equatoriana continua a publicar críticas de
autoridades locais sobre o tipo de financiamento concedido
pelo BNDES ao Governo equatoriano para a construção da Usina
Hidrelétrica de San Francisco. Transcrevo, a seguir, teor de
matéria publicada no jornal El Universo de hoje, 21/10:
"Gobierno analiza declarar ilegítimo crédito del Bndes
La medida se basa en resultados de la Comisión que audita la
deuda.

Un equipo de abogados, liderado por el subsecretario Jurídico
de la Presidencia de la República, Alexis Mera, analiza las

bases jurídicas para declarar ilegítimo el crédito por \$ 286,85 millones otorgado por el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (Bndes) para la construcción de la central hidroeléctrica San Francisco.

El análisis también busca que la constructora brasileña Odebrecht, responsable de la obra y expulsada del país hace 21 días, responda por las pérdidas causadas al país por las fallas y paralización de la central, que funciona desde hace un año.

"La decisión de la declaratoria de ilegitimidad se sustenta en los resultados del trabajo de la Comisión para la Auditoría de la Deuda, que detectó varias irregularidades en el procedimiento precontractual y contractual del préstamo", dijo ayer Hugo Arias, miembro de la Comisión. "Encontramos tantas irregularidades que sobran argumentos para declarar ilegítimo y disponer el no pago de ese préstamo", comentó. Karina Sáenz, también de la Comisión, estuvo a cargo del análisis del crédito del Bndes.

"Nos basamos en información que el Fondo de Solidaridad entregó, según la cual los procesos precontractual y contractual estuvieron viciados desde el inicio", aseguró. Para la construcción de la obra se firmó un contrato, bajo el mecanismo llave en mano entre Odebrecht e Hidropastaza, dos entidades de derecho privado, por lo cual Sáenz aseguró que al Estado no le correspondía garantizar el financiamiento. Además responsabilizó a Odebrecht y a Hidropastaza de violar la Constitución al autorizar la capitalización de intereses, que elevó el monto del crédito a unos \$ 500 millones. "Nos llama la atención cómo se dio paso a un crédito tan perjudicial para el país. Este es un tema por el que deben responder no solo las contratantes sino los miembros del directorio del Banco Central, de las autoridades de control, Ministerio de Economía y de todas las instancias de aprobación", enfatizó.

Arias sostuvo que al declarar la ilegitimidad del crédito es posible invalidar el contrato inicial y todas las adendas en las cuales se obliga al Estado a pagar de cualquier manera. Para el jurista Ramiro Aguilar no es tan sencillo y, más bien, advirtió que el panorama jurídico en este caso no es favorable para el gobierno de Correa.

Si bien Aguilar no defendió a la constructora, aseguró que el Jefe de Estado no procedió constitucionalmente, por lo cual Odebrecht podría demandarlo ante la Corte Constitucional, creada en la nueva Carta Política.

"La compañía tiene todas las de ganar, porque no había sustento constitucional para declarar el estado de emergencia que respaldó la expulsión de Odebrecht, la incautación de sus bienes...".

Según la Constitución, ese estado puede dictarse en situación de conmoción nacional o catástrofe.

Recordó un antecedente sobre esas declaratorias: "El decreto del congelamiento bancario, dictado por el ex presidente Jamil Mahuad, se emitió después de declarar en estado de emergencia, de igual manera que ahora, sin cumplir los requisitos y posteriormente fue declarado inconstitucional".

Odebrecht:

La empresa ha dicho que "...todos los contratos en ejecución estaban firmados o renegociados en el presente Gobierno y contaron con informes favorables de los organismos de control...".

Comisión:

Karina Sáenz, de la Comisión de la Deuda, dijo que no hay responsabilidad del actual Gobierno y plantea examinar el proceso desde el 2000 para establecerlas."

Antonino Marques Porto, Embaixador.

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/11/2009 17:24:05 N.º: 01204

De Brasemb Quito para Exteriores em 17/11/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DREN/DAM III /CGDECAS/ DOC
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1076, TEL 1169
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. São
Francisco.
//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDECAS/DRN/DREN/DAM III/DOC em 18/11/2009.

Nr. 01204

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informe. Relata série de reportagens publicadas pelo
jornal "Hoy" recuperando o tema dos problemas com a
Central Hidroelétrica de San Francisco. O assunto tem
sido explorado de maneira tímida pelo Governo.

O jornal "Hoy", em sua edição de ontem, 17/11, dedicou a
quase totalidade de seu caderno "Blanco & Negro" ? publicação
semanal destinada a apresentar denúncias que se propõem a
gerar comoção nacional ? ao tema dos problemas envolvendo a
Central Hidroelétrica de San Francisco, considerando desde
"falhas de construção" até "irregularidades no

financiamento". Chama a atenção a publicação da série de reportagens, que não apresentam nenhuma notícia inédita, em contexto de racionamento elétrico.

2. Apesar de ser de conhecimento público há meses, o diário recupera o fato de que a segunda turbina da hidroelétrica deverá passar por manutenção em breve, podendo ocasionar à paralisação da Central, como sendo um "furo jornalístico". Como se recorda, já em maio passado, a HIDROPASTAZA havia previsto a paralisação da Hidroelétrica "para iniciar em 1º de setembro e concluir em 15/1/2010" (ver tel 511), sendo possível, que seu início fosse adiado para novembro corrente. No entanto, mediante a chamada de capa "San Francisco Cuento Sin Fin...", o jornal tenta atribuir a possível paralisação "en momento en que el país atraviesa la más severa crisis energética de los últimos 12 años" como decorrência "de daños que dejó la constructora brasileña Odebrecht".

3. Na série de matérias, intituladas "La Hidroelétrica que no termina de funcionar", "Mantenimiento de presa en medio de severa crisis", "San Francisco pararía para arreglo integral", "Sinnúmero de fallas en la San Francisco", "Observaciones de Contraloría a los adendos" e "Últimas acciones legales en el caso Odebrecht", o jornal demonstra apenas a versão dos fatos presente nas denúncias da Controladoria-Geral do Estado (cujas funções seriam equiparáveis às do TCU, no Brasil) contra a Construtora Norberto Odebrecht S. A. (CNO) em relação ao contrato de construção da Central Hidrelétrica e seus dez adendos. Após apresentar todas as paralisações da Central (inclusive as programadas para manutenção periódica) como sendo decorrentes de problemas de construção, as reportagens mencionam os custos que o racionamento de energia têm causado ao país induzindo o leitor a assimilar as perdas econômicas decorrentes dos "apagões" à imagem da empresa brasileira.

4. Segundo declaração do Diretor Administrativo e Financeiro da CNO no Equador, Luis Batista Filho, a colaborador meu, as notícias vinculadas pelo jornal consideram apenas os resultados do primeiro relatório técnico apresentado pelo Governo local, desconsiderando a defesa da empresa baseada em relatórios posteriores, e qualificou as reportagens de "manipuladas". Segundo sua visão, as matérias servem aos interesses de funcionários da estatal HIDROPASTAZA interessados em que as negociações entre Governo e empresa não avancem. Sempre segundo Batista Filho, caso as partes entrem em acordo sobre os últimos temas tratados (ver tels 1055, 1075 e 1103), a CNO teria condições de constatar vários problemas técnicos gerados pela má operação da HIDROPASTAZA.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/11/2009 17:24:05 N.º: 01204

5. Embora o discurso do Presidente Correa sobre a empresa siga em tom moderado, ainda não está descartada a possibilidade de que a empresa venha a ser evocada publicamente como uma das responsáveis pela atual crise energética. Nesse sentido, cumpre considerar que o Decreto 124, que declara "Estado de Exceção Elétrica", traz, em seus considerandos: "b) la salida de operación de la central hidroeléctrica de San Francisco", vinculando, claramente, a situação da Central com os racionamentos de energia.

6. Até ontem, tal associação havia aparecido apenas esporadicamente na mídia local. A edição de 12/11 do jornal "Expreso", por exemplo, trouxe charge intitulada "Sequía Celestial", com o desenho de São Francisco fechando um registro de água no céu com os dizeres "Lo culpan a San Pedro cuando la culpa es de San Francisco...", porém sem nenhuma reportagem a respeito. Os principais jornais do país "El Comercio" e "El Universo" têm silenciado sobre o tema.

7. As reportagens publicadas na edição de ontem do "Hoy", portanto, podem representar o início de uma mudança no tratamento do tema pela mídia local. Nesse sentido, a edição de hoje do mesmo diário publica editorial "Estado y ciudadanos, los perdedores", no qual sustenta que a Central já teria custado mais de US\$ 300 milhões ("incluye precio de construcción, adensos, pérdidas por reparaciones y lucro cesante") e necessitaria, ainda, de mais "varios millones para hacer las obras que no quedaran bien hechas por parte de la constructora". A mesma edição de hoje daquele jornal traz, ademais, matéria intitulada "San Francisco requiere urgente reparación", na qual a gerente da HIDROPASTAZA, Maritza Bonilla, afirma não haver data precisa sobre a paralisação da Central "para que seja reparada".

Antonino Marques Porto, Embaixador

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/10/2008 21:04:08 N.º: 01247

De Brasemb Quito para Exteriores em 28/10/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/CGDECAS/AIG/DOC/SPD
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1165
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Suposta
dívida fiscal. Matéria de
imprensa.

//

Nr. 01247

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Transcrevo matéria publicada no portal de
notícias Ecuadorinmediato com denúncia de que a CNO
deveria US\$ 15 milhões ao Governo equatoriano em
impostos.

O portal de notícias Ecuadorinmediato publicou reportagem
sobre suposto débito financeiro da Companhia Norberto
Odebrecht (CNO) no Equador. Na matéria, intitulada "SRI:
Odebrecht tiene reclamos por 15 millones de dólares en
impuestos a Ecuador", o Diretor de Serviços de Rendas
Internas (SRI), Carlos Max Carrasco, sustenta que a CNO
deveria ao país cerca de US\$ 15 milhões em impostos.

2. De acordo com o publicado, a cifra foi determinada
mediante "várias auditorias" realizadas na contabilidade da
empresa brasileira. Carrasco afirma que recebeu visita dos

diretores da CNO no ano passado, quando lhes teria dado a conhecer da situação tributária da companhia e lhes indicara que "el dinero que pagaban por concepto de impuestos era muy reducido." Segundo a reportagem, "Carrasco mencionó que había ingresos significativos por el orden de los 200 millones de dólares, frente al pago de impuestos por el orden de 800 mil dólares."

3. As auditorias teriam sido realizadas após o baixo valor do imposto pago pela empresa ter levantado suspeitas de sonegação: "asoma como que si tengo 200 millones de dólares, habría obtenido 4 millones de utilidades, el 2 por ciento será la utilidad en el sector. Sé que habitualmente el negocio debe estar en el orden de no menos del 8, 10 por ciento; porque si sólo tengo el dos, es muchos más práctico colocar en una inversión financiera".

4. Segundo Carrasco, o processo deverá passar por várias instâncias e, por conseguinte, eventual execução poderia levar anos: "El contribuyente presenta su contabilidad, luego la administración tributaria acude a la empresa, pero no en todos los casos, en los que auditamos. Un tercer momento puede haber un reclamo administrativo interpuesto por el contribuyente, que reclama administrativamente; asumamos que ratificamos lo actuado por nosotros, viene un cuarto momento: solicita el recurso de revisión, quedando la posibilidad de que interpongan demanda. De ahí, supongamos, que ratifique la demanda, lo actuado por nosotros, viene la casación".

Antonino Marques Porto, Embaixador

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/12/2009 15:00:20 N.º: 01305

De Brasemb Quito para Exteriores em 09/12/2009 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=CGDECAS/DAM III/DIC/DOC
DESCR=EFIN-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Equador. Toachi-Pilatón.
Licitação. Ofício da
Hidrotoapi S.A.
//

Nr. 01305

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. A estatal Hidrotoapi S.A. informou oficialmente a Embaixada de processo de licitação para a contratação da empresa que substituirá a CNO no projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón.

O engenheiro Byron Granda, Gerente Geral da estatal Hidrotoapi S.A. (pertencente ao Conselho Provincial de Pichincha), enviou o ofício nº 424-HTP-2009, datado de 7 de dezembro corrente, no qual convida empresas brasileiras a participarem do processo de licitação para a construção e o fornecimento de equipamentos do projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón. Estou transmitindo, por fax para a CGDECAS, cópia do referido ofício.

2. Como se recorda, a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) havia vencido o primeiro processo de licitação para a construção o projeto hidrelétrico Toachi-Pilatón, iniciado em

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 09/12/2009 15:00:20 N.º: 01305

2005, no qual fora o ofertante principal. O projeto chegara a contar com financiamento do BNDES aprovado pelo COFIG, mas o Governo Rafael Correa desistiu desse financiamento e preferiu realizar a obra com recursos do extinto Fundo Equatoriano de Investimento nos Setores Energético e de Hidrocarbonetos (FEISEH). No final do ano passado, em decorrência do Decreto nº 1383, de 9/10/2008, a Hidrotoapi e a CNO negociaram o término do contrato de construção do projeto Toachi-Pilatón, por mútuo acordo.

3. Sabe-se que pelo menos as construtoras Andrade Gutierrez e Camargo Correa chegaram a manifestar ao Governo provincial de Pichincha o interesse em assumir o projeto em lugar da CNO. No entanto, tendo em vista a situação das relações financeiras bilaterais, pareceria pouco provável que qualquer empresa brasileira pudesse vir a contar com financiamento oficial, tanto do BNDES como do PROEX Financiamento, para esse ou qualquer outro projeto no Equador.

Antonino Marques Porto, Embaixador

RG

De: BRASEMB QUITO

Recebido em: 21/12/2009 19:39:17 N.º: 01357

CARAT=Reservado

De Brasemb Quito para Exteriores em 21/12/2009 (J G)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=CGDECAS/DAM III/DOC/AIG

DESCR=BRAS-EQUA-EFIN

RTM/CLIC=

REF/ADIT=TEL 1341, TEL 1282

CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. CNO. Matéria de
imprensa.

//

Nr. 01357

RESUMO=

Informo. O jornal El Universo publicou hoje matéria sobre prisões preventivas e outras medidas cautelares contra nove pessoas envolvidas no que denominou "caso Odebrecht".

O jornal El Universo, o maior de Guayaquil, publicou em sua edição de hoje, dia 21/12, matéria sobre prisões preventivas e outras medidas cautelares decretadas pelo juiz penal David Alvarez, da província de Tungurahua, contra nove suspeitos no que denominou "caso Odebrecht". Trata-se da primeira notícia na imprensa local sobre as ordens de prisão preventiva objeto dos telegramas de referência. Na matéria, são mencionados os nomes de nove investigados, alguns dos quais, segundo o jornal, "foram funcionários da Odebrecht, outros da HIDROPASTAZA". Dentre os nomes mencionados na matéria, os cinco que teriam sido objeto de ordens de prisão preventiva na semana passada seriam funcionários da Construtora Norberto

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/12/2009 19:39:17 N.º: 01357

Odebrecht (CNO) - quatro brasileiros e um equatoriano. Não há menção, na matéria, aos funcionários da CNO que já haviam sido objeto de prisões preventivas em novembro último (ver tel 1282).

2.A matéria baseia-se em declarações do Ministro Fiscal (autoridade do Ministério Público) da província de Tungurahua, Ángel Ocampo, que teria realizado as imputações por existirem, segundo ele, "suficientes elementos de convicção". Esses elementos seriam baseados em declarações prestadas no processo de investigação (os funcionários brasileiros da CNO, como se sabe, não compareceram às audiências convocadas pelo Ministério Público) e na assinatura dos adendos ao contrato de construção da Central Hidrelétrica San Francisco (ou seja, aparentemente os signatários seriam suspeitos de crime pelo simples fato de terem firmado os documentos). Segundo Ocampo, o Ministério Público teria prazo até 16 de janeiro próximo para concluir a fase de "instrução" (investigação) do caso.

3.Transcrevo, a seguir, o teor da referida matéria:
"Fiscalía vinculó a otras 9 personas en el caso Odebrecht
El ministro fiscal de Tungurahua, Ángel Ocampo, vinculó a nueve personas en el caso Odebrecht, por la construcción de la central hidroeléctrica San Francisco, ubicada en el cantón Baños, que a un año de su puesta en marcha paralizó la generación eléctrica por daños y desperfectos en la obra. En la audiencia que se llevó a cabo el miércoles anterior, en el Juzgado Primero de Garantías Penales, el juez David Álvarez dictó orden de prisión preventiva en contra de Emer Costa Junior, Afranio Alves de Oliveira, Gustavo Teixeira Belitardo, Luis Alfredo Mancero y Ewaldo Zambelli Roseti. Otras medidas cautelares de carácter alternativo se emitieron para Rodrigo Gómez Ponce, Víctor Jácome Sánchez, Jorge Guerrero Hernández y Vicente Alarcón Chacón. Algunas de estas personas fueron funcionarios de Odebrecht, otros de HIDROPASTAZA que estuvieron en la presidencia de esta empresa y también en el Fondo de Solidaridad. La Fiscalía de Tungurahua informó que imputó a estas personas en virtud de que existieron los suficientes elementos de convicción, basados en las versiones que receiptó y en la relación de los supuestos implicados con la suscripción de adendas del contrato y suscripción de actas de entrega-recepción. Se conoció que incluso hay un informe de la Contraloría General del Estado que establece indicios de responsabilidades penales en contra de determinadas personas. Ocampo advirtió que son seis meses de trabajos investigativos que ha desarrollado la Fiscalía en este caso y que, al seguir con la tarea, aspira a que haya nuevos aportes 'porque en

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 21/12/2009 19:39:17 N.º: 01357

este proceso hay la participación de más personas'. 'Tenemos (plazo) hasta el 16 de enero (del 2010) y, si no existen más elementos de convicción para vincular a otros participantes, ese día terminaría la instrucción y la Fiscalía emitiría el dictamen respectivo', dijo.

La central hidroeléctrica San Francisco pasó a manos del Estado el 6 de noviembre del 2007, tras pagar la última cuota (de \$ 25 millones) por el paquete accionario que estaba en manos de Odebrecht."

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a. i.

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/11/2008 20:17:25 N.º: 01364

De Brasemb Quito para Exteriores em 22/11/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/CGDECAS/DOC/SPD/AIG
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1363
CATEG=MG

//

Brasil-Ecuador. Financiamento
do BNDES. Declarações do
Presidente Rafael Correa.

//

Nr. 01364

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. O Presidente Rafael Correa lamentou a
decisão do Governo brasileiro de chamar a consultas o
Chefe do Posto e atribuiu ao Brasil a
responsabilidade de converter problema "comercial-
financeiro" em incidente diplomático.

À atenção do Sr. SGAS e da Sra. Chefe do G.

Em sua 96ª cadeia semanal de rádio e televisão, neste sábado,
dia 22/11, na cidade de Manta, o Presidente Rafael Correa
discorreu longamente sobre a divulgação do relatório final da
Comissão para a Auditoria Integral sobre o Crédito Público
(CAIC), objeto do tel 1354. Ao tratar desse "feito
histórico", enalteceu seu Governo por ter sido o primeiro do
mundo a realizar auditoria da dívida externa, e citou várias
das "irregularidades" que teriam sido encontradas na

auditoria, mas não fez menção específica ao financiamento do BNDES para a construção da Central Hidrelétrica San Francisco, nem mencionou que a primeira medida tomada contra os credores internacionais foi a arbitragem impetrada unilateralmente junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), em Paris, antes mesmo da divulgação do relatório da CAIC e sem consulta ou sequer comunicação prévia ao Governo brasileiro (ver tel 1349).

2. No entanto, ao final das duas horas de informações sobre suas atividades na última semana, Rafael Correa discorreu sobre a reação brasileira à demanda arbitral, que caracterizou como "uma das primeiras conseqüências desse relatório da dívida". Afirmou que "lamentavelmente" o Brasil chamou a consultas seu Embaixador, em um "ato de inconformidade com o Governo equatoriano". Disse que falou sobre o tema com o Senhor Presidente da República, que disse ser seu "bom amigo" e a quem elogiou, recordando sua biografia. Mas "independentemente" de gostar muito do Presidente Lula e do Brasil, Correa disse que "nosotros no vamos a dejar que nos estafe nadie", o que teria dito ao Presidente da República, "com todo o carinho", em telefonema na manhã de hoje.

3. Nesse telefonema, Correa disse ter transmitido ao Presidente da República não entender por que deve haver um "incidente diplomático" a partir do que qualificou de "problema netamente comercial y financiero", enfatizando que o problema teria iniciado com a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO), sobre a qual comentou que "cuanto más escarbamos, más apesta", e que também estaria relacionado com o "financiamento para esse crédito".

4. Correa, dirigindo-se à imprensa (que, segundo ele, vai começar a "manipular" o tema), disse que o Equador, pela primeira vez, não esperou ser acionado por uma empresa, mas impetrou arbitragem contra a empresa (em referência à CNO) e a seu financiador, o BNDES, como estabeleceria o contrato de financiamento. O Equador teria solicitado à CCI que "revisem se esta cláusula é legal e se o contrato é válido". Agregou que "no es que hemos suspendido el pago, no es que hemos tirado el contrato a la basura". Após reafirmar que o Equador simplesmente teria, de acordo com o contrato, iniciado arbitragem em Paris, Correa indagou "¿donde está el problema?" e completou: "y por eso Brasil nos retira su Embajador".

5. Correa afirmou, então, que "nos duele mucho esa medida; la respetamos; no la compartimos, pero nosotros no

claudicaremos en seguir defendiendo los intereses del país, cueste lo que cueste", declaração que recebeu forte aplauso da platéia. Agregou, durante os aplausos, que "no permitiremos que al país se lo estafe y se continúe en ese ataque a mansalva que ha sufrido nuestra patria por parte de poderes extranjeros y traidores nacionales también".

6. O Presidente Correa voltou, então a questionar por que o recurso a uma cláusula de arbitragem previsto no contrato produziria um incidente diplomático. Apesar disso, prognosticou que a "imprensa perversa" tratará de defender o seguinte: "No, hagamonos los locos, dejemos que nos estafen, para no pelearmos con Brasil". Correa disse que não há razão para brigar com o Brasil, mas se esse for o caso, que cada um assuma sua responsabilidade.

7. Em seguida, Correa comparou a situação atual com arbitragens impetradas contra o Estado equatoriano por empresas estrangeiras e afirmou o seguinte: "La próxima vez que Occidental o una de esas petroleras nos lleva a un arbitraje retiro al embajador de los Estados Unidos. ¿Qué les parece? Es exactamente lo mismo". Criticou, então, "la doble moral, la incoherencia, la inconsistencia de cierta prensa que ahora va a tratar de que por este hecho lamentable, incomprendible para nosotros, dejemos en la impunidad las cosas". Agregou que "nosotros haremos respetar al país y defenderemos los intereses del país".

8. Correa concluiu suas declarações sobre o tema enfatizando que "queremos muchísimo a Brasil" e que, pessoalmente, aprecia e admira o Presidente Lula, que tem sido exemplo de vida para ele, mas "si un problema comercial-financiero lo quieren convertir en un incidente diplomático, eso es responsabilidad exclusiva de Brasil". Afirmou, por fim, que "nosotros siempre tendremos los brazos abiertos para el Embajador del Brasil, para el pueblo del Brasil y para el querido Presidente Lula da Silva".

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/11/2008 20:17:19 N.º: 01365

De Brasemb Quito para Exteriores em 22/11/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=AIG/DAM III/CGDECAS/DOC/SPD
DESCR=EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1354
CATEG=MG

//

Equador. Dívida externa.
BNDES. Arbitragem equatoriana.
Reação brasileira. Repercussão
local.

//

Nr. 01365

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES, e
relato declarações de autoridades locais quanto ao
tema.

Os principais jornais equatorianos conferiram grande
destaque à reação brasileira à conduta do Governo equatoriano
de contestar o crédito ao BNDES.

2. A principal manchete de capa do diário quitenho "El
Comercio" de hoje, 22/11, é "Lula ordena que su Embajador
regrese: Ecuador cuestiona el pago de la deuda contraída con
el BNDES. Brasil llamó a consultas su representante
diplomático en Quito". Mais da metade da segunda página
daquele jornal foi destinada ao assunto, mediante reportagem

intitulada "Las tensiones con Brasil se agudizan: El Gobierno brasileño de Lula da Silva decidió ayer llamar a consultas a su embajador en Quito y revisar su cooperación con Ecuador. La medida expresa el malestar brasileño por las acciones legales del gobierno de Rafael Correa, para no pagar un crédito de USD 243 millones". A matéria reproduz várias declarações de Vossa Excelência e, em pequena nota, intitulada "Equador se justifica", reproduz as declarações do Ministro Coordinador da Política do Equador, Ricardo Patiño, que buscou minimizar a tensão bilateral.

3. Em entrevista coletiva, Patiño qualificou a chamada para consultas do Embaixador brasileiro como um procedimento "normal" e declarou confiar que "esto no modifique las relaciones cordiales y amistosas que hay entre Ecuador y Brasil". Segundo ele, o pedido de arbitragem é uma medida "coerente" do Governo equatoriano, frente às alegadas irregularidades do crédito concedido pelo BNDES: "A partir de un incumplimiento de Odebrecht, el Gobierno ecuatoriano ha tomado una decisión. Primero, terminar la relación con Odebrecht. Y como eso está asociado a una deuda, entonces para ser coherentes se ha tomado la decisión de demandar el pago de esa deuda. Queremos actuar utilizando todos los instrumentos legales, a pesar de la ilegalidad de muchas cosas que hicieron con nosotros".

4. O jornal Hoy, também de Quito, publicou a manchete de capa "Gobierno abre nuevo impasse con Brasil: Ecuador `deploró' llamado a consulta a embajador Marques". A maior parte da página 2 é dedicada ao tema, com manchete "Brasil advierte con revisar cooperación: El Régimen brasileño llamó a consultas a su embajador Antonino Marques Porto". A matéria também reproduziu declarações de Vossa Excelência.

5. A chamada de capa do jornal "El Universo", o principal de Guaiquil, foi mais discreta, com o título "Brasil advierte y llama a su Embajador". A reportagem, entretanto, ocupa a metade da página 3, com a manchete "Brasil revisará su cooperación con el Ecuador por tema Bndes". Como os demais jornais, o El Universo cita extensamente as declarações de Vossa Excelência.

6. Nos demais jornais de Guaiquil, as declarações de Vossa Excelência também obtiveram grande repercussão. O diário "Expreso" traz manchete de capa "Brasil, primer gigante que se enoja: Mientras al Gobierno de Lula Da Silva le preocupa la posibilidad de que Ecuador no pague la deuda al BNDES, la Controladoría y la Fiscalía han iniciado el estudio de la auditoria de la deuda externa para determinar

responsabilidades". A reportagem do Expreso cita o Embaixador do Equador no Brasil, Eduardo Mora Anda, que afirma existirem "16 convenios en las áreas de salud, defensa, energía renovable, protección a los niños, entre otros, que están caminando y no ha hanido ninguna notificación del Brasil para suspenderlos". O jornal também cita o Ministro Coordenador de Segurança Interna e Externa, Gustavo Larrea, que defende que o Equador suspenda o pagamento da dívida até que arbitragem dirima a controvérsia. Segundo Larrea, "Brasil está en pleno derecho de llamar a su embajador a consultas", mas "el Estado ecuatoriano está en pleno derecho de defender sus intereses nacionales".

7. Os principais portais eletrônicos de notícias equatorianos também concederam destaque à reação brasileira. O Ecuadorinmediato publicou matéria intitulada "Lula le expresó a Correa su 'malestar' por acción contra banco brasileño: Correa, por su parte, lamentó la decisión de Brasília, pero aseguró que no cambiará de opinión". O sítio confirmado.net deu ainda mais visibilidade ao tema. As três primeiras reportagens do portal são: "Presidente Lula explicó a Rafael Correa el retiro de su embajador en Ecuador", "Ecuador deplora decisión de Brasil de llamar a consultas a su Embajador" e "Ecuador respeta la decisión de Brasil pero duele y no la comprende dijo el Presidente Correa".

8. O jornal "El Telegrafo", de propriedade do Governo, tentou vincular a pleito arbitral contra o BNDES com as supostas irregularidades cometidas pela Companhia Norberto Odebrecht no Equador. A reportagem, intitulada "Ecuador tiene derecho de llevar a Odebrecht a arbitraje", apresenta clara confusão entre o BNDES e a Odebrecht. Na matéria, subtitulada "El presidente de la República, Rafael Correa, dijo que no comparte la posición de Brasil frente al tema Odebrecht. Correa defendió el derecho del país de acceder a un arbitraje internacional para solucionar sus conflictos", constam informações notoriamente equivocadas, como "El país andino llevó a la constructora brasileña Odebrecht ante un mediador en Paris para que los ayude a solucionar la situación que derivó semanas atrás en la expulsión de la constructora extranjera de Ecuador".

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 22/11/2008 20:17:19 N.º: 01365

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/11/2008 20:05:46 N.º: 01371

De Brasemb Quito para Exteriores em 24/11/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1365
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01371

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES, e
relato declarações de autoridades locais quanto ao
tema.

Os principais jornais equatorianos desta segunda-feira,
24/11, conferiram grande destaque à reação brasileira à
conduta do Governo equatoriano de contestar o crédito ao
BNDES.

2. A manchete da página 4 do diário quitenho "El Comercio"
é "Borja admite un error en la relación con Brasil". O jornal
reproduz declarações do Ministro de Setores Estratégicos,
Galo Borja, feitas ao jornal " O Globo" este fim de semana. A
autoridade equatoriana admitiu que o Governo equatoriano
"errou" ao não comunicar previamente ao Brasil de sua decisão

de levar a juízo arbitral junto à Câmara de Comércio Internacional (CCI), em Paris, o BNDES, por dívida contraída junto a esse banco. Afirmou: "Creo que lo correcto era informar a la Cancillería brasileña". Estou transmitindo a notícia na íntegra por fax.

3. Na página 2 do jornal "El Universo", o principal de Guayaquil, artigo intitulado "Ministro admite que se erró al no informar de arbitraje a Brasil", reproduz, de modo mais condensado, as declarações de Galo Borja, reproduzidas no jornal "El Comercio".

4. A página 6 do jornal guayaquilenho contém coluna de opinião intitulada "Teoría y práctica de la geopolítica", de Manuel Chiriboga. O articulista, em linguagem bastante equilibrada, explica os casos Odebrecht e BNDES e, condena o fato de que o Governo brasileiro não tenha sequer sido avisado de que Quito entraria com um juízo arbitral contra o BNDES junto à CCI, em razão de "fuerte desconexión entre diversas instancias de nuestro Gobierno". Ademais, mostra-se preocupado com o fato de que se trata de uma disputa com um país historicamente amigo e que tem ajudado diplomaticamente, como no recente conflito com a Colômbia.

5. A primeira página do diário "Hoy" traz editorial, também bastante equilibrado, que deplora como o Governo equatoriano vem manejando o caso Odebrecht, e como nem sequer informou, previamente, ao Governo brasileiro, de sua disposição de recorrer à CCI para não pagar a dívida junto ao BNDES. O editorial menciona que o tema foi mal gerenciado pela Chancelaria equatoriana.

6. A página 3 do mesmo jornal tem a seguinte manchete: "Ministro Borja admite error de Ecuador", que reproduz, igualmente de maneira resumida, as declarações daquela autoridade ao jornal "O Globo".

7. Já o "El Telegrafo", de propriedade do Governo, no final do artigo "Correa insiste en no pagar deuda ilegítima", que resume a cadeia radial do mandatário equatoriano de 22/11, há um subitem, intitulado "Relaciones con Brasil empeoran" (vide tel. 1364).

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/11/2008 20:05:46 N.º: 01371

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/11/2008 11:18:34 N.º: 01379

De Brasemb Quito para Exteriores em 25/11/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/CGDECAS/DOC/SPD/AIG
DESCR=EFIN-BRAS-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1364
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Financiamento
do BNDES. Declarações da
Chanceler Salvador.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DAM III/CGDECAS/DOC/SPD/AIG/DPG em 27/11/2008.

Nr. 01379

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informe. A Chanceler María Isabel Salvador convocou
coletiva de imprensa para reiterar posição
equatoriana de "deplorar profundamente" a chamada a
consultas do Chefe do Posto.

À atenção do Sr. SGAS e da Sra. Chefe do G.

A Chanceler María Isabel Salvador convocou coletiva de
imprensa, no final da tarde de ontem, para "reiterar" a
posição equatoriana em relação à decisão brasileira de chamar
a consultas o Chefe do Posto. A Chanceler afirmou que o
Ecuador "deplora profundamente" essa decisão. Procurou
caracterizar a controvérsia como "eminente comercial" e

entre "duas empresas" (em possível referência à HIDROPASTAZA e à FINAME), não entre dois Estados. Ressaltou que o recurso à Câmara de Comércio Internacional de Paris está previsto no contrato de financiamento e que as duas partes teriam concordado em submeter as controvérsias a essa arbitragem e a se submeterem a seu laudo.

2. O Portal da Presidência da República divulgou, com destaque, nota à imprensa sobre as declarações da Chanceler, cujo teor transcrevo a seguir:

"Canciller ratifica posición de Ecuador frente a Brasil
"La ministra de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración, María Isabel Salvador, ofreció declaraciones a la prensa acerca de la posición del Gobierno del Ecuador en torno al llamado a consultas que hizo el Gobierno de Brasil a su embajador en Quito, Antonino Marques Porto, después de la controversia jurídica entre Hidropastaza con el BNDES (Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social) relativa al financiamiento de construcción de la Hidroeléctrica San Francisco en el caso Odebrecht.

"La secretaria de Estado volvió a deplorar la decisión del gobierno brasileño de llamar a consultas a su embajador en Ecuador, y de igual manera, hizo hincapié en reiterar la decisión del Gobierno ecuatoriano de fomentar las relaciones con Brasil, manteniendo y preservando la amistad y la cooperación que han caracterizado a estas relaciones.

"Salvador afirmó que la controversia surgida con BNDES y el pedido que la empresa Hidro Pastaza ha presentado a la Cámara de Comercio de París, se enmarcan en el acuerdo entre estas dos partes sobre la posibilidad de acudir a un tribunal arbitral en caso de controversia. 'Aquí no se trata de un juicio o una demanda que está planteando el Estado ecuatoriano a Brasil, se trata de un pedido a la Cámara de Comercio de París que fue establecido en el contrato firmado entre las dos partes, como mecanismo de arbitraje en caso de controversia. Creo que eso es fundamental aclarar', manifestó.

"Puntualizó además que se trata de un tema comercial financiero y bajo ninguna circunstancia debería ser llevado a nivel diplomático, como lamentablemente ha ocurrido con el llamado del canciller Amorim a su embajador en Ecuador.

'Nosotros esperamos que esta decisión sea revertida por parte del gobierno de Brasil, pues no es un conflicto entre Estados, sino una controversia de tipo comercial entre dos partes', acotó.

"Finalmente la ministra fue enfática en reiterar que la empresa Hidropastaza aplicó una cláusula establecida en el contrato firmado por ambas partes, que determina la

posibilidad de acudir a la figura del arbitraje cuya decisión deberá ser acatada para las dos partes."

3. O áudio da coletiva de imprensa da Chanceler Salvador, que tratou, secundariamente, dos resultados da I Reunião Bilateral entre o Equador e os EUA, está disponível no portal da Chancelaria local (www.mmrree.gov.ec).

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

RG

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2008 11:11:07 N.º: 01386

De Brasemb Quito para Exteriores em 25/11/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/CGDECAS
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1347
CATEG=MG

//
Ecuador. Dívida externa.
BNDES. Declarações da
Chanceler equatoriana.
//

Nr. 01386

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informe. Transmite e comenta entrevista da Chanceler
equatoriana sobre o estado atual das relações com o
Brasil.

À atenção do Senhor SGAS e da Senhora Chefe do G.

Em entrevista concedida à rádio Ecuadorinmediato na tarde de
hoje a Chanceler María Isabel Salvador comentou o atual
estado das relações com o Brasil. A Chanceler referiu-se ao
encontro mantido entre os Presidentes Lula e Correa, em
Manaus, dia 30 de setembro passado. Segundo ela, "hubo un
encuentro en Manaos entre los dos Presidentes donde se habló
del tema y donde puntualmente el Presidente Lula y el
Canciller Amorim, allí, en esa reunión - y me atrevo a
referirme a eso porque estuve allí presente - dijeron:
"Entendemos muy bien que si hay irregularidades hay que

corregirlas y hay que sancionar a los responsables. (...) A pesar de que inmediatamente, luego de esa reunión, (...) fué el compromiso del Presidente el facilitar la salida de los funcionarios. Cumpliendo ese compromiso el Presidente reformó y modificó el decreto ejecutivo, permitiéndoles a los funcionarios salir del país, retirándoles su visado, sí, pero permitiéndoles la salida del país. Ese fue el compromiso, eso hicimos".

2. Em o que parece mais um exercício de auto-convencimento e negação dos fatos, a Chanceler negou que tenha havido dano real às relações com o Brasil. Para Salvador, "Las relaciones entre Ecuador y Brasil han sido tradicionalmente muy buenas, han sido buenas hasta exactamente una semana, tampoco me atrevo a calificarlas de malas en ese momento. Sin embargo, evidentemente hay una tensión. (...) El grave problema es que esta tensión se produce cuando el Estado ecuatoriano, el Gobierno Nacional decide, sobre la base de incumplimientos de una empresa brasilera, corregir los errores que se produjeron en un contrato inicialmente, el contrato de la empresa Odebrecht para la construcción de San Francisco, y que desgraciadamente partiendo de la revisión de ese contrato se han detectado una serie de irregularidades en todos los demás contratos de esa empresa". A Chanceler negou que haja havido, por parte do Brasil, suspensão da cooperação bilateral: "Nunca se ha suspendido absolutamente nada en ese tema, hasta este momento no hemos tenido ninguna suspensión". Deu como exemplo a notícia publicada no "Estado de São Paulo" sobre a suposta suspensão de financiamento do BNDES para a compra dos Super Tucanos, que, na realidade, está sendo feita com recursos orçamentários do Governo equatoriano. Salvador minimizou, ainda, o cancelamento da missão que seria chefiada pelo Ministro dos Transportes brasileiro, em outubro último, ressaltando que essa decisão teria prejudicado sobretudo ao Brasil.

3. A Chanceler segue insistindo em que o tema seria uma questão estritamente comercial e aduziu que "No correspondía que a nivel diplomático se lo informara a Brasil". Assim, ela "no se arrepiente de no haber informado en nivel diplomático, porque no correspondia". Provocada pelo entrevistador sobre o fato do BNDES financiar apenas obras e serviços de empresas brasileiras Salvador declarou que "es grave que Brasil tenga atado créditos a empresas".

4. Finalmente, ressaltou que o Equador continuará a defender o que considera seus interesses prejudicados por "irregularidades cometidas por organos de otros países". Acrescentou que "No estamos actuando a la loca, sino en base al derecho". E concluiu dizendo que "Nadie puede exigir que

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2008 11:11:07 N.º: 01386

el Ecuador deje de defender sus derechos. E el pasado se ha hipotecado los intereses del país en favor de otros países".

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

LCVGS

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/11/2008 19:58:32 N.º: 01412

De Brasemb Quito para Exteriores em 28/11/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1398
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01412

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES.

Hoje, 28/11, o caso Odebrecht/BNDES parece ter perdido
repercussão na imprensa, e o tema agora parecer estar
circunscrito às colunas de opinião.

2. O jornal "El Comercio" tem uma coluna de opinião
intitulada "Ahora, Brasil", na qual o articulista deplora o
fato de que as relações entre o Brasil e o Equador não vivem
um bom momento, sobretudo porque julga que no contexto de
reordenamento econômico e geopolítico atual, o Brasil será
peça chave. Agrega afirmando que o Presidente Lula terá
condições de exercer uma liderança regional ainda maior,
aglutinando países, como o Chile, o Uruguai, e o Peru, que
compartilham visões semelhantes de mundo.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/11/2008 19:58:32 N.º: 01412

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2008 11:10:40 N.º: 01382

De Brasemb Quito para Exteriores em 25/11/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1371
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01382

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES, e
relato declarações de autoridades locais quanto ao
tema.

Os principais jornais equatorianos desta terça-feira, 25/11,
conferiram, mais uma vez, grande destaque à reação brasileira
à conduta do Governo equatoriano de contestar o crédito ao
BNDES.

2. A capa do jornal "El Universo", de Guaiquil, tem
manchete intitulada "La crisis con Brasil se ahonda; Senado
pide cuentas a Embajador". O artigo continua na página 4. Os
temas predominantes foram a conferência de imprensa que Vossa
Excelência manteve ontem, 24/11, acerca do caso
Odebrecht/BNDES; o comparecimento do Chefe deste Posto ao

Senado para dar esclarecimentos àquela Casa acerca do relacionamento bilateral e, por fim, declarações do Ministro de Setores Estratégicos, Galo Borja, confirmando que em dezembro o Equador pagará os USD 15 milhões devidos ao BNDES a menos que a Câmara de Comércio Internacional (CCI), sediado em Paris, declare o empréstimo irregular.

3. O Brasil também está na capa do jornal quitenho "El Comercio", que traz a manchete "El Ecuador sí paga a Brasil... por ahora". O artigo informa que o Equador nomeou o espanhol Davida Arias como seu árbitro dentro do processo iniciado na CCI. O artigo continua na página 4, e os temas abordados são similares àqueles publicados no jornal "El Universo".

4. Já na página 6, há um artigo intitulado "El arbitraje por el crédito de Brasil comenzó", que toma mais da metade daquela página. O texto informa que Galo Borja, em conferência de imprensa, declarou que o Equador pagará o crédito ao BNDES se essa for a conclusão da arbitragem da CCI. Asseverou: "Nosotros seguimos pagando, en ningún momento hemos suspendido el pago del crédito y seguirá así hasta que exista un pronunciamiento de la Comisión de Arbitraje". Borja também reconheceu que "es un crédito que está blindado", já que se o Equador não pagar, o crédito poderá ser descontado diretamente das contas do Banco Central em qualquer país da região.

5. O diário "Hoy", na página 8, tem manchete intitulada "La deuda al BNDES se continuará pagando", que resume às declarações de Galo Borja.

6. O jornal "La Hora" tem duas reportagens sobre o Brasil. A primeira, intitulada "Brasil suspende crédito a Ecuador para compra de aviones militares", reproduz informação, aliás incorreta, do jornal "O Estado de São Paulo", que teria divulgado que o Governo brasileiro teria suspendido um crédito que seria concedido ao Equador para a aquisição de 24 aviões militares encomendados à EMBRAER. A medida teria sido uma consequência da decisão do Governo equatoriano de recorrer à CCI para não pagar empréstimo contraído junto ao BNDES.

7. Outra reportagem daquele jornal, intitulado "Ecuador cometió error con Brasil", informa que o Vice-Ministro do Comércio Exterior, Eduardo Egas, em tom semelhante ao de Galo Borja, admite que as autoridades equatorianas cometeram um erro diplomático ao não notificar o Governo brasileiro de sua disposição em solicitar um juízo arbitral na CCI. O artigo

também reproduz, resumidamente, declarações de Vossa Excelência durante conferência de imprensa de ontem, 24/11.

8. O Brasil também mereceu destaque no "Ecuadordeinmediato", rede de notícias "on-line". Lá, figuram três artigos sobre os casos Odebrecht e BNDES. O primeiro, intitulado "Ministro Borja niega haber dicho que fue un error acudir a un arbitraje sin notificar a Brasil", informa que aquela autoridade negou haver declarado à imprensa brasileira que fora um erro não haver comunicado previamente ao Brasil que o Governo equatoriano solicitaria uma arbitragem da CCI para rever o empréstimo contraído junto ao BNDES para construir a hidroelétrica do San Francisco; afirmou, reiterando a posição oficial equatoriana, que o conflito é comercial e financeiro, e não diplomático.

9. A reportagem também reproduz declarações de Borja à emissora "Teleamazonas", que teria asseverado que "estamos cansados de ser la última rueda del coche, por primera vez tomamos la iniciativa de pedir un arbitraje para resolver un problema comercial y financiero, no es ningún problema diplomático. El interés del Presidente Correa es de hacer respetar la soberania de este país que ha sido siempre tratada muy mal por todas las multinacionales y en todos los casos, vea la historia del país y nunca nos hemos hecho respetar, ahora sí". Especificamente sobre o empréstimo do BNDES, Borja aduziu: "no podemos respetar irregularidades, se ha capitalizado, se ha capitalizado los intereses, eso no es legal ni en Brasil ni en Ecuador, aproximadamente 80 millones de dólares que aumentan por intereses capitalizados, esa es una de las irregularidades; otra, que el Banco ha entregado los fondos directamente a la constructora, nosotros en ningún momento hemos tenido control de esos dineros, necesitamos al pronunciamiento del arbitraje y eso va a definir, si han actuado bien el arbitraje lo va a decir, si hay alguna irregularidad, nosotros tenemos el derecho a protestar".

10. A segunda reportagem, intitulada "No tenemos ningún interés de tensar relaciones con ningún país", reproduz declarações do Ministro da Segurança Interna e Externa, Gustavo Larrea, que afirmou que o Equador "tomó una medida político-diplomática frente a un problema de arbitraje económico", acerca do tema Odebrecht e BNDES. Acrescentou: "Lamentamos que sea así. Yo creo que los Estados no deben defender intereses corporativos sino los intereses de la justicia, de la equidad; y el Ecuador ha recurrido a un mecanismo de arbitraje, el Ecuador no ha impuesto su punto de vista sino que ha buscado el mecanismo de resolución legal de una controversia, como debe ser".

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2008 11:10:40 N.º: 01382

11. O terceiro artigo, intitulado "Ecuador advierte que acogerá la decisión de Comisión de Arbitraje Internacional de caso BNDES", reproduz declarações da Chanceler María Isabel Salvador, que foram divulgadas hoje, 25/11, pelo "site" da Presidência da República, sob o título "Canciller ratifica posición de Ecuador frente a Brasil", que voltou a deplorar a decisão do Governo brasileiro de convocar para consultas ao Chefe deste Posto, e reiterou o interesse do Equador em estreitar as relações com o Brasil, mantendo e preservando a amizade e a cooperação que caracterizam essas relações. Salvador voltou a enfatizar que o tema é comercial e financeiro, e não diplomático. Afirmou que a controvérsia surgida com o BNDES e o pedido que a empresa Hidro Pastaza fez à CCI se insere no marco do acordo entre as partes sobre a possibilidade de acudir a um tribunal internacional em caso de controvérsia. Declarou: "Aquí no se trata de un juicio o una demanda que está planteando el Estado ecuatoriano a Brasil, se trata de un pedido a la Cámara de Comercio de París que fue establecido en el contrato firmado entre las dos partes, como mecanismo de arbitraje en caso de controversia. Creo que eso es fundamental aclarar".

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócio,
a.i.

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 26/11/2008 14:54:29 N.º: 01388

De Brasemb Quito para Exteriores em 26/11/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1382
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01388

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES, e
relato declarações de autoridades locais quanto ao
tema.

Os principais jornais equatorianos desta quarta-feira, 25/11,
conferiram grande destaque à apresentação do Chefe do Posto
no Senado brasileiro ontem, 24/11.

2. Manchete de primeira página do jornal "El Comercio"
informa "Brasil revisa la cooperación con el Ecuador". A
reportagem, que continua na página 3, destaca que o Chefe do
Posto revelou ante o Senado de que cerca de 30 convênios de
cooperação serão revistos.

3. No jornal "El Universo", o Brasil também está na

primeira página. Reportagem intitulada "Brasil mira con dudas planes con Ecuador" também destaca a apresentação do Chefe do Posto no Senado. O artigo informa que o Ministro da Defesa, Javier Ponce, negou que o Governo equatoriano tenha solicitado ao Brasil um empréstimo para adquirir 24 aviões Super Tucanos, ao desmentir versão publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo" e deixou claro que os recursos estão sendo pagos por Quito.

4. No diário "Hoy", a primeira página está dominada pela manchete "Ecuador paga al contado aviones", cujo teor é semelhante ao publicado pelo "El Universo". A reportagem continua na página 7.

5. O "site" de notícias "Ecuadordeinmediato" tem artigo intitulado "Problema con Brasil es entre Empresas y no entre Estados, según Ecuador", que reproduz os principais trechos da entrevista concedida pela Chanceler María Isabel Salvador àquele "site" de notícias (vide tel. 1386).

6. O jornal "El Telegrafo", do governo, tem uma reportagem intitulada "Para Brasil, la tensión es de Estado a Estado", que contém comentários do ex-Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, nos quais confirma ao repórter daquele jornal que a questão entre a Norberto Odebrecht e o Governo equatoriano "no es un problema de empresa privada a Gobierno, porque el BNDES es público". Langoni afirma que ficou surpreso pelo anúncio da suspensão do pagamento do empréstimo ao BNDES de modo unilateral, pois nesse gênero de investimento sempre há riscos, e por isso existe a garantia do Governo equatoriano.

7. O "La Hora" reproduz informação, aliás errônea, do jornal "O Estado de São Paulo", de que o Brasil decidiu suspender um crédito ao Equador para a aquisição de 24 Super Tucanos.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2008 15:31:52 N.º: 01418

De Brasemb Quito para Exteriores em 29/11/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=AIG/CGDECAS/DOC/DAM III/SPD
DESCR=BRAS-EQUA-EFIN
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1417, TEL 1416
CATEG=MG

//
Brasil-Ecuador. Empresas
brasileiras. Camargo Corrêa.
Portal da Presidência da
República. Comunicado.
//

Nota da DCA: Redistribuído para AIG/CGDECAS/DOC/DAM III/SPD/DPG em 04/12/2008.

Nr. 01418

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. Transmito comunicado de imprensa, publicado
no portal da Presidência da República do Equador,
segundo o qual a Camargo Correa estaria interessada
em assumir as obras da Companhia Norberto Odebrecht
no país.

À atenção do Senhor SGAS e da Senhora Chefe do G.

Poucos minutos após os pronunciamentos do Presidente
Rafael Correa na 97ª edição de seu programa de rádio e
televisão semanal (ver tel 1416), o portal da Presidência da
República do Equador publicou comunicado que, entre outras

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2008 15:31:52 N.º: 01418

coisas, confirmaria informação de que a Construtora Camargo Correa estaria interessada em assumir obras deixadas pela Companhia Norberto Odebrecht no país (ver tel 1417).

2. Transmito, a seguir, teor do referido comunicado oficial:

"Constructora Camargo-Correa interesada en asumir obras que dejó Odebrechet

Latacunga, 29 de noviembre de 2008.- El Presidente de la República, Rafael Correa, anunció que la empresa brasileña Camargo-Correa está interesada en asumir las obras que estaban a cargo del consorcio Odebrecht, expulsado del país por problemas e incumplimientos en la construcción de la central hidroeléctrica de San Francisco.

El Jefe de Estado explicó que el pasado viernes mantuvo una reunión con representantes de Camargo-Correa y que fue en ese encuentro que ratificaron el deseo de esa empresa de invertir en Ecuador y "hacerse cargo de lo que dejó Odebrecht".

Al tiempo de recordar que su Gobierno está obligado a defender los intereses nacionales, Correa lamentó que su par de Brasil, Luis Inacio Lula Da Silva, haya retirado a su embajador en Quito, como protesta a la demanda de arbitraje que interpuso Ecuador sobre el crédito de \$286 millones que el Banco Nacional de Desarrollo Brasileño (Bandes) concedió precisamente para que Odebrecht construya San Francisco.

El Presidente aseguró que no hay razón para pedir disculpas a Brasil y que tampoco tiene por qué ofrecer explicaciones sobre una decisión soberana y apegada a derecho.

"No tenemos por qué pedir permiso a nadie para ejercer nuestros derechos? En el contrato hay una cláusula que dice que en caso de controversia, se pone una demanda ante la Cámara de Comercio de París", enfatizó el Jefe del Estado quien consideró que el Gobierno de Brasil se está equivocando al haber trasladado al campo diplomático un tema que se limita al de un Estado en contra de una empresa privada.
PACH/Prensa Presidencial"

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negocios,
a.i.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 04/12/2008 15:31:52 N.º: 01418

MAOC

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/11/2008 16:14:24 N.º: 01398

De Brasemb Quito para Exteriores em 27/11/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1388
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01398

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES, e
relato declarações de autoridades locais quanto ao
tema.

Hoje, 27/11, os principais jornais equatorianos já estão
dando menos destaque ao caso Odebrecht/BNDES.

2. O jornal "El Comercio" tem duas colunas de opinião que
trata do tema marginalmente. Na primeira, intitulada "Deuda
ilegítima?", o articulista afirma que se um contrato de
dívida externa é irregular, não caberia dúvidas sobre a
necessidade de declarar a sua nulidade; porém, não seria
aceitável o devedor declarar unilateralmente nulo um contrato
e que se recuse a pagar a dívida. Termina afirmando que até
que um juiz não declare a dívida externa equatoriana ilegal

ou ilegítima, o Equador deve honrar o compromisso. A segunda coluna, intitulada "Deuda y `viveza criolla`", adota tom similar à coluna anterior. Julga que decretar o não pagamento de uma dívida, de maneira unilateral, pelo Governo, evidencia irresponsabilidade, dando como exemplo o caso BNDES.

3.No diário "Hoy", a primeira página tem um editorial - intitulado "Voluminosa compra al contado" - acerca das notícias desencontradas da aquisição de 24 Super Tucanos do Brasil. O editorialista questiona a aquisição de um grande número de aeronaves em um contexto de grave crise financeira global, e pergunta se a compra não poderia ser adiada ou escalonada. Também indaga se o Presidente Correa estaria fazendo referência à Rússia quando declarou que o Equador poderia comprar aviões de outro país se o Brasil suspendesse a venda dos aviões Super Tucano.

4.Na página 8 do mesmo jornal há duas reportagens curtas. A primeira, com o título "Fallo sobre BNDES estaría en un año", informa que o BNDES recebeu notificação formal da Câmara de Comércio Internacional (CCI), sediada em Paris, de que o Equador denunciou um crédito no valor de USD 243 milhões. A segunda, com a manchete "Aviones se podrían comprar a otro país", faz alusão às declarações do Presidente Correa de que o Equador poderia recorrer a outro país se o Brasil viesse a suspender a aquisição de 24 Super Tucanos, informação, aliás, errônea.

5.O "site" de notícias "Ecuadordeinmediato" tem a seguinte matéria: "Arbitraje BNDES: Ecuador no pide nada que legislación o contrato no reconozca". Na reportagem, o procurador Diego García admitiu que o crédito contraído junto ao BNDES para financiar a construção da hidroelétrica San Francisco é um tema delicado e sublinhou que a contratação de advogados e as ações que têm a ver com esse financiamento dependem do Fundo de Solidariedade com a companhia Hidropastaza. Segundo o procurador, o Equador contraiu um crédito que permitiu a capitalização de juros que nunca deveriam sê-lo, por ser contrário à legislação, o que justificaria um arbitragem internacional, sem que com isso se pretenda desconhecer o total da dívida.

6.Vale destacar que hoje a imprensa equatoriana deu amplo espaço para o respaldo que o Equador teria obtido juntos aos membros da ALBA no sentido de não pagar a dívida externa "ilegal e ilegítima", bem como para as propostas econômicas do Presidente Rafael Correa apresentadas durante a III Cúpula da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). O Equador compareceu ao evento como observador.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/11/2008 16:14:24 N.º: 01398

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 01/12/2008 19:30:22 N.º: 01426

De Brasemb Quito para Exteriores em 01/12/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1412
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01426

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES.

Resumo, a seguir, a repercussão, deste último fim de semana,
do caso Odebrecht/BNDES, na imprensa local. O tema parece ter
retomado destaque, sobretudo à luz das declarações do
Presidente Correa durante o seu programa do último sábado,
dia 29/11 (vide tels 1416,1417 e 1418).

2. O jornal "El Comercio" de domingo, dia 30/11, contém
curto artigo - intitulado "Listo el informe de la Central San
Francisco - que informa que esta semana estará pronto o
relatório sobre a arbitragem local que o "Fondo de
Solidariedad", órgão do Governo equatoriano, solicitou à
Contoladoria do Estado e ao Ministério Público sobre as falha
técnicas ocorridas na hidroelétrica San Francisco. Há também

um artigo de opinião, "Camino a Caracas", no qual o articulista afirma que o Equador decidiu aliar-se à Venezuela em detrimento do Brasil, e questiona se essa opção é a mais acertada.

3. O "El Universo" tem manchete - na página 4 - intitulada "Correa fustiga a Brasil por retiro del Embajador". A reportagem resume o programa radial do Presidente Correa do sábado, 29/11, dando destaque ao fato de que o Presidente julga "equivocada" a decisão de chamar para consultas o Chefe deste Posto. Agregou que, para Correa, o tema Odebrecht/BNDES é um tema comercial e financeiro, não diplomático. Acrescentou que a empresa Camargo Correa teria interesse em assumir as obras da Odebrecht.

4. O diário "Hoy" tem artigo com o título "América Latina no tolerará chantajes", onde o Brasil é mencionado brevemente. Aludindo ao programa radial do mandatário equatoriano, menciona que o Presidente Correa informou que a empresa Camargo Correa mostrou interesse em assumir as obras da Odebrecht; que o Brasil errou ao convocar o Chefe deste Posto para consultas; que o Equador acertou ao pedir arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), questionando o empréstimo do BNDES.

5. O jornal "El Telegrafo" tem manchete intitulada "Brasil teme que países vecinos cuestionen las deudas con entidades brasileñas", reproduzindo reportagem publicada pelo jornal "O Globo", que informa que o Brasil teme que, a exemplo do Equador, outros países da região venham a questionar e solicitar arbitragem internacional sobre empréstimos que receberam de órgãos brasileiros, e que chegariam a cerca de 5 bilhões de dólares.

6. O "La Hora", também sobre o programa radial do mandatário equatoriano, publicou artigo intitulado "Correa lamenta enojo de Brasil", no qual informa que o Presidente Correa declarou que o Brasil "está equivocado al elevar a diplomático un conflicto financiero" e lamentou a chamada a serviço do Chefe deste Posto. A reportagem diz que Correa advertiu que a arbitragem pedida ao CCI continua de pé.

7. A imprensa de hoje, 1/12, continua dando destaque ao tema Odebrecht/BNDES. A página 5 do "El Comercio" tem reportagem com a seguinte manchete: "Brasil teme que otros países cuestionen sus deudas externas". O artigo reproduz notícia que divulgada pelo jornal "O Globo", pela qual o Brasil temeria que a arbitragem de dívida solicitada pelo Equador no caso BNDES viesse a criar um efeito dominó com

questionamentos por parte de outros países da região. A reportagem também reproduz declarações do Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputado Marcondes Gadelha, que classifica Rafael Correa como "irresponsable". Agrega que Gadelha teria dito que o Brasil não deixará que se torne um hábito o rompimento de acordos contratuais, já que "esto puede crear un antecedente que afectará a las relaciones económicas".

8. A página 8 do mesmo jornal tem pequeno artigo intitulado "El Gobierno de Brasil sí conocía sobre la deuda", reproduzindo reportagem que teria sido publicado pelo jornal "O Globo". O artigo informa que o Brasil tinha conhecimento de que o Brasil "preparava" uma denúncia contra o BNDES antes de sua divulgação oficial. Agrega que a Chancelaria brasileira recebeu uma comunicação, no dia 10 de julho de 2007, informando que o Equador havia decidido criar uma auditoria da dívida externa. O artigo ainda menciona que Brasília tinha conhecimento de que poderia haver uma suspensão no pagamento da dívida externa, já que uma funcionária do Governo brasileiro trabalhou na equipe que analisou a dívida externa equatoriana, no caso a Senhora María Lucía Fatorelli, auditora da Receita Federal.

9. O jornal "El Universo" contém pequena nota com o título "Brasil teme que caso de demanda se imite", com reprodução extremamente resumida de reportagem do jornal "O Globo".

10. O diário "Hoy" também tem reportagem intitulada "Brasil, inquieto por nuevas auditorías a deuda externa", também reproduzindo, de modo resumido, reportagem do jornal "O Globo".

11. O "site" de notícias "Ecuadorinmediato" contém manchete com o seguinte título: "Brasil dice esperar hechos concretos para normalizar relaciones con Ecuador", com o seguinte subtítulo: "Canciller Amorim descarta una posible ruptura de relaciones entre ambas naciones". A reportagem, que resume entrevista de Vossa Excelência ao jornal "Folha de São Paulo" informa que Vossa Excelência afirmou que o Brasil espera "fatos concretos" do Equador antes de normalizar as relações bilaterais e ordenar o regresso do Chefe deste Posto para Quito. Agrega que Vossa Excelência disse esperar que a situação evolucione "positivamente", mas se absteve de dizer quando o Chefe deste Posto retornará a esta capital. A reportagem menciona que Vossa Excelência disse que o rompimento de relações bilaterais nunca foi considerado pelo Governo brasileiro.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 01/12/2008 19:30:22 N.º: 01426

12. A reprotagem acrescenta que Vossa Excelência rechaçou as insinuações de Correa no sentido de que o Brasil está entre os "mesmos de sempre" que pressionam pelo pagamento de uma dívida ilegal.

Luís Claúdio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 02/12/2008 15:18:52 N.º: 01432

De Brasemb Quito para Exteriores em 02/12/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1426
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01432

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana do crédito junto ao BNDES.

Hoje, 2/12, o caso Odebrecht/BNDES continua a repercutir na
imprensa local.

2. O jornal "El Comercio" tem artigo intitulado "Comercio
con Brasil se mantiene sin variaciones", no qual a Diretora
de Exportações e Investimentos da Chancelaria local, Karina
Amaluisa, assegurou, durante conferência de imprensa, que o
caso Odebrecht/BNDES não afetou o comércio bilateral.
Afirmou: "el comercio con Brasil es fluido. No hay una medida
que pretenda restringir ni las compras ni las
exportaciones... el comercio no tiene inconvenientes".
Acrescentou que o Brasil é um dos principais investidores no
país, sobretudo no tocante à infra-estrutura e construção e

que essa situação "no se verá afectada".

3. O "El Universo" tem a seguinte manchete: "Aerolínea TAME deja de volar hacia Brasil", com a informação de que a empresa aérea TAME decidiu suspender os seus vôos até Manaus por falta de passageiros.

4. O diário "Hoy", no seu encarte "Dinero", tem, na página 2, artigo intitulado "España y Brasil captan 67,7% de Deuda Bilateral". Segundo o articulista, o Equador deve USD 553,3 milhões ao Brasil, e dá destaque ao crédito outorgado pelo BNDES para a construção da hidroelétrica de San Francisco, e faz um resumo das razões que teriam levado o Governo equatoriano a recorrer à arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI).

5. O jornal "El Telegrafo" tem a seguinte manchete: "Cancillería: Comercio con Brasil, sin inconvenientes", cujo teor é muito semelhante ao do jornal "El Comercio".

6. O "La Hora" tem artigo intitulado "Ecuador designó arbitro para que guíe controversia contra banco brasileño". O texto diz que o Procurador Diego García informou que o Governo equatoriano já designou árbitro que estará conduzindo o pedido de arbitragem que esse país fez junto à CCI contra o BNDES. Agregou que a Procuradoria seguirá de perto o processo, pois lembrou que sua função é a de proteger os bens do Estado equatoriano.

7. O "site" de notícias "Ecuadorinmediato" divulgou artigo intitulado "Ecuador designó arbitro para que guíe contorversia contra banco brasileño", cujo teor é praticamente idêntico àquele publicado pelo "La Hora".

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/12/2008 16:16:20 N.º: 01453

De Brasemb Quito para Exteriores em 03/12/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1432
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01453

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana ao crédito junto ao BNDES.

Hoje, 3/12, o caso Odebrecht/BNDES parece ter perdido
repercussão na imprensa local, sendo agora tema marginal nos
artigos sobre dívida externa.

2.O jornal "El Comercio" tem artigo intitulado "El 13 Correa
dirá si paga la deuda", onde há um pequeno quadro específico
sobre o Brasil com o título "Optimismo en Brasil", que
reproduzo a seguir:

- "Marco Aurelio García, asesor internacional del presidente
brasileño Luiz Lula da Silva, afirmó que Ecuador, que
denunció una deuda con un banco estatal brasileño, finalmente
cumplirá sus compromisos", e
- "Ecuador va a pagar la cuenta...Brasil tiene elementos para

convencer al gobierno del presidente ecuatoriano Rafael Correa de que honre un crédito de USD 243 millones, declaró García".

3."El Universo", na página 4, tem artigo intitulado "Precios de los bonos y el riesgo país se recuperan", onde o Ministro Coordinador de Política, Ricardo Patiño, esclarece que a brasileira Maria Luisa Fatorelli, membro da Comissão que analisou a dívida equatoriana, teria somente analisado as dívidas do Equador junto a bancos comerciais e não a dívida bilateral. Outrossim, o final do artigo tem o subitem "Árbitro para BNDES", que informa que Quito já indicou árbitro junto à Câmara de Comércio Internacional (CCI), com vistas a questionar os valores das dívidas cobradas pelo BNDES.

4.O diário "Hoy" tem a seguinte manchete: "TAME suspende sus frecuencias a Manaos", com a informação de que a suspensão de vôos ocorreu por razões comerciais, e não em virtude das recentes querelas diplomáticas.

5.O "site" da Presidência da República tem comunicado intitulado "Dos estudios jurídicos asesoran al país en disputa legal sobre deuda externa", que informa que o Ministro da Coordenação Política, Ricardo Patiño, durante conferência de imprensa, declarou que o Equador contratou dois escritórios norte-americanos para que assessorassem o Governo equatoriano sobre como manejar a dívida externa considerada ilegal ou que tenha sido contraído de maneira irregular. Explicou que espera obter um diagnóstico completo até o dia 15 de dezembro.

6.O final do comunicado tem um subitem intitulado "Arbitraje contra Odebrecht ya fue entregado en Cámara de Comercio de París". Após comentar que Equador solicitou arbitragem da CCI para questionar dívida contraída junto ao BNDES, Patiño esclareceu que espera que as relações com o Brasil melhorem, pois o que o Equador está fazendo é defender os seus interesses.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 03/12/2008 16:16:20 N.º: 01453

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/12/2008 15:26:39 N.º: 01461

De Brasemb Quito para Exteriores em 04/12/2008 (J G)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DAM III/AIG/CGDECAS
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1453
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Dívida
externa. BNDES. Repercussão.

//

Nr. 01461

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Comento a repercussão, nos meios de
comunicação equatorianos, da reação brasileira à
contestação equatoriana ao crédito junto ao BNDES.

Hoje, 4/12, o caso Odebrecht/BNDES parece ter perdido
repercussão na imprensa local, sendo agora pouco mencionado
nos artigos sobre a dívida externa do Equador.

2. O jornal "El Comercio" tem artigo intitulado "La crisis
con Ecuador amenaza la integración", que resume a apresentação
de Vossa Excelência na Comissão de Relações Exteriores da
Câmara dos Deputados ontem, 3/12. O texto menciona que Vossa
Excelência afirmou que a crise diplomática entre o Brasil e o
Equador limitará a integração na América Latina e que
demonstrou estar aborrecido com a possibilidade de levar o
tema da dívida do BNDES ao Tribunal Internacional de Justiça
da Haia.

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 05/12/2008 15:26:39 N.º: 01461

3. O "El Universo", na página 3, também tem artigo praticamente idêntico ao do "El Comercio", com o título "El no pago de deuda perjudicará a la región". O texto faz menção ao fato de que segundo os jornais "O Globo" e "O Estado de São Paulo" Venezuela, Bolívia e Paraguai estariam promovendo auditorias em suas dívidas, e que isso poderia gerar mais questionamentos sobre empréstimos efetuados pelo Governo brasileiro. Sobre o tema, o texto menciona que Vossa Excelência indicou que, até o momento, não haveria sinal de que outro país tenha a intenção de questionar a sua dívida junto ao Governo brasileiro.

4. O jornal "El Telegrafo" tem manchete intitulada "Investigación de deuda seguirá", que informa que o Fiscal Geral, Washington Pessánte, defendeu a legitimidade do processo iniciado para determinar a existência ou não de violações às leis nacionais no tocante às conclusões da auditoria da dívida externa. O texto agrega que o processo iniciou sua etapa de indagação prévia, quando o Fiscal recebeu a documentação da Comissão de Auditoria.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Encarregado de Negócios,
a.i.

JMCM

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/12/2008 13:08:17 N.º: 01532

De Brasemb Quito para Exteriores em 18/12/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/ DIR I/CGDECAS/SPD/AIG
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
CATEG=MG

//
Imprensa. Equador. Declarações
do Presidente Rafael Correa.
Repercussões.
//

Nr. 01532

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=
Informo. Comento a repercussão, na imprensa
equatoriana, das declarações do Presidente Correa
sobre os desdobramentos do caso Odebrecht/BNDES ao
término da CALC, assim como do encontro do mandatário
equatoriano com o Presidente Lula.

A imprensa local deu ampla cobertura às declarações
feitas pelo Presidente Rafael Correa realizadas durante
coletiva de imprensa, ao término da Cúpula da América Latina
e do Caribe (CALC), assim como ao seu encontro privado com o
Presidente Lula.

2. Com respeito ao caso Odebrecht/BNDES, as manchetes dos
principais jornais equatorianos têm enfatizado que Correa
lamenta que problemas de natureza comercial com o Brasil
tenham se transformado em incidente diplomático, porém que o
Governo equatoriano efetuará o pagamento da 2ª parcela

relativa ao empréstimo contraído junto ao BNDES (a 1ª parcela foi paga em meados do ano), até que a Câmara de Comércio Internacional (CCI) adote uma posição definitiva sobre o assunto.

3. Ainda que os jornais equatorianos sublinhem a importância de que haja uma tendência rumo à dissipação das tensões entre ambos os países, não deixam de ressaltar que as diferenças entre os dois mandatários persistem, em especial no que diz respeito às razões que levaram Quito a expulsar a Companhia Norberto Odebrecht (CNO) e a demandar um pedido de arbitragem contra a dívida contraída junto ao BNDES sem que a decisão tenha sido previamente comunicada ao Brasil por meio dos canais diplomáticos apropriados.

4. Segundo o "El Comercio" (18/12), durante a coletiva de imprensa, Correa teria insistido, em presença do Presidente Lula, que tanto o problema com a CNO, as falhas na construção da hidrelétrica de São Francisco e a demanda de arbitragem junto à CCI não devem constituir um problema para ambos os Estados. Ressaltou que a Petrobrás também teria apresentado recentemente uma demanda de arbitragem contra o Equador, sem que as autoridades locais tivessem sido consultadas a respeito (a qual foi retirada após terem as partes chegado a um acordo).

5. Mais especificamente com respeito ao processo arbitral movido perante a Corte de Paris, asseverou que "a arbitragem em si está contemplada nas mesmas cláusulas de crédito do BNDES". Com respeito à posição adotada pelo Presidente Lula, o referido jornal sustentou que o mandatário brasileiro preferiu manter prudência e evitar de tratar do tema em público. Correa manifestou, por fim, o desejo de que o Chefe do Posto, retorne ao Equador tão logo fosse possível.

6. Disse respeitar a decisão do Governo brasileiro de chamar para consultas o seu Embaixador, a despeito de não concordar com a iniciativa. Para o novo Chanceler do Equador, Fander Falconi, o retorno do Embaixador brasileiro ao Equador sinalizaria um aprimoramento nas relações dos dois países. As declarações do mandatário equatoriano foram feitas durante coletiva de imprensa conjunta entre os presidentes Lula e Correa, na presença de outros líderes regionais, dentre os quais o Presidente Fernando Lugo, Evo Morales e Hugo Chavez.

7. Em matéria intitulada "Correa Acordó con Lula Bajar Tensión a Causa de Crédito", o "El Universo" comenta o teor do encontro privado mantido entre Correa e Lula, o qual, segundo o jornal teria durado cerca de 1 hora e que teria

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/12/2008 13:08:17 N.º: 01532

servido para reduzir o tom das tensões criadas no decorrer dos últimos meses, sendo que ficou acordado que a moderação e a via diplomática seriam os instrumentos mais adequados para equacionar as diferenças entre Brasília e Quito. Ainda durante a referida reunião bilateral, Correa teria confirmado a Lula que o Governo equatoriano pagaria a segunda parcela da dívida junto ao BNDES nos próximos dias, até a conclusão do processo de arbitragem de Paris, conforme já mencionado acima. Segundo o "La Hora", o Presidente brasileiro teria lamentado que a decisão equatoriana de mover um processo de arbitragem contra o Brasil não tenha sido previamente objeto de consulta entre os dois Chefes de Estado.

LUÍS CLÁUDIO VILLAFÑE G. SANTOS, Encarregado de Negócios,
a.i.

FBF

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/12/2008 14:38:13 N.º: 01533

De Brasemb Quito para Exteriores em 18/12/2008 (GMS)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAM III/CGDECAS/AIG
DESCR=IMPR-EQUA
RTM/CLIC=GRPAMSUL
REF/ADIT=TEL 1532
CATEG=MG

//

Imprensa. Equador. Caso
Odebrecht/BNDES. Críticas à
posição do Brasil.

//

Nr. 01533

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas na
América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Informo. Transmito editorial publicado hoje, 18/12,
no jornal "El Telégrafo", intitulado "Integración y
Diplomacia", contendo críticas sobre a posição
brasileira com respeito ao caso Odebrecht/BNDES.

Transmito, a seguir, o editorial publicado hoje, 18/12,
no jornal "El Telégrafo", jornal do Governo equatoriano
("Primeiro Diário Público do País", segundo seu próprio
lema), intitulado "Integración y Diplomacia", contendo
críticas à posição do Governo brasileiro com respeito ao caso
Odebrecht/BNDES:

2. " Integración y Diplomacia -

Las tensas relaciones diplomáticas que tienen Ecuador y
Brasil -por un asunto comercial- intentan ser aplacadas en

De: BRASEMB QUITO
CARAT=Reservado

Recebido em: 18/12/2008 14:38:13 N.º: 01533

una reunión entre los presidentes Ignacio Lula Da Silva y Rafael Correa. La reunión, por las declaraciones intempestivas e inadecuadas del canciller brasileño Celso Amorin, no se da porque Brasil lo haya pedido sino porque Ecuador lo desea.

Vale recordar que Amorin ha sido el vocero de la postura brasileña en torno a los problemas que nuestro país ha tenido con la empresa privada Odebrecht, y también respecto de la deuda que, supuestamente, el Ecuador tiene con el Banco de Desarrollo Económico y Social (Bndes), del Brasil (por la construcción de la Central Hidroeléctrica San Francisco).

Celso Amorin se destaca, entonces, por ser un portavoz sui generis de los intereses de Brasil en el exterior; de otra manera no pueden entenderse sus declaraciones justificativas del crédito de Bndes otorgado a Odebrecht, y hoy en análisis porque el Ecuador ha demandado una mediación internacional que investigue y explique las condiciones en que ese préstamo, aparentemente, termina como una deuda del Estado ecuatoriano.

Y algo más. Ecuador, en las últimas semanas, ha sido noticia internacional por su decisión de entrar en moratoria respecto del pago de un tramo de la deuda externa. El tema de no pagar la deuda, por pedido de Brasil, no debía ser tocado en las cuatro cumbres que se han celebrado en su territorio (Mercosur, Unasur, Grupo de Río y el CALC).

Molesta que asuntos comunes, en reuniones de integración regional o bilateral, sean limitados por los intereses del país anfitrión. Y que, en el caso ecuatoriano, el canciller Celso Amorin tenga que "aclarar" que la reunión, Correa-Lula, destinada a allanar el asunto de la mediación sobre el préstamo con Bndes, es un requerimiento solo de Ecuador.

Sí, molestan los coletillas poco diplomáticas del señor Amorin."

LUÍS CLÁUDIO VILLAFÑE G. SANTOS, Encarregado de Negocios,
a.i.

FBF

De: BRASEMB SANTIAGO

Recebido em: 09/04/2009 18:07:19 N.º: 00356

CARAT=Reservado

De Brasemb Santiago para Exteriores em 06/04/2009 (AMF)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=CGDECAS/DIR I/DOC/DAM III/DAM II/DAM I

DESCR=ETRA-AMSU

RTM/CLIC=GRPAMSUL

REF/ADIT=TEL 223, TEL 322

CATEG=MG

//

Brasil-Chile. Corredores
interoceânicos. Almoço com o
Ministro de Obras Públicas.
Relato.

//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDECAS/DIR I/DOC/DAM III/DAM II/DAM I/DPG em
09/04/2009.

Nr. 00356

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas
na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

O Ministro de Obras Públicas, Sergio Bittar, convidou-me para troca de impressões sobre eixos interoceânicos e outros assuntos da sua pasta. Propôs encontro ministerial tripartite, em junho próximo, em preparação à cerimônia presidencial de inauguração da estrada Santos-Corumbá-Santa Cruz-Arica. Demonstrou maior interesse pelo túnel de baixa altitude em "Los Andes", no contexto das ligações com a Argentina.

Informo e rogo orientação. O Ministro de Obras Públicas,
Sergio Bittar, convidou-me para almoçar em seu gabinete, no

dia 30/03. Queria trocar impressões sobre obras e projetos nos eixos interoceânicos de interesse do Brasil e do Chile.

2. Participaram da conversa Sr. Mario Fernandez, Diretor de Vialidade, o Sr. Ricardo Trincado, Coordenador de Concessões, e o Sr. Rigoberto Garcia, Assessor Internacional do MOP, bem como os secretários Joaquim Pedro Penna e João Paulo Terra, da Embaixada.

3. Como se recorda, a principal preocupação chilena, no tocante ao Corredor Interoceânico Central, é a inauguração, ainda durante o mandato da Presidente Michelle Bachelet, da rodovia Santos ? Corumbá - Santa Cruz de la Sierra-Arica/Iquique (tel. 223). Nesse contexto, o Ministro Bittar informou que, havendo-se reunido com seu homólogo boliviano, Walter Delgadillo Terceros, no final mês de março, teriam acordado promover encontro entre os Ministros de Obras Públicas ou Transportes de Brasil, Bolívia e Chile, em algum momento nos meses de junho ou julho próximos, na cidade boliviana de Cochabamba. A reunião teria como objetivo efetuar avaliação "in loco" do andamento das obras, com vistas a preparar a inauguração da rodovia interoceânica pelos Presidentes Lula, Morales e Bachelet, no segundo semestre do ano. O Ministro boliviano se responsabilizaria pelo convite ao Ministro dos Transportes do Brasil. Ao antecipar essa informação, o Ministro Bittar encareceu uma reação do Governo brasileiro com a possível brevidade.

4. Com relação à cerimônia de inauguração do eixo Interoceânico Central pelos três Presidentes, discutiu-se a oportunidade de realizá-la no porto chileno de Arica ou de Iquique, o que contribuiria para identificar mais claramente a iniciativa, lançada em La Paz, em dezembro de 2007, com as oportunidades decorrentes da ligação do centro da América do Sul ao Oceano Pacífico. Quanto à data, o lado chileno propôs concentrá-la nos meses de setembro ou outubro próximos (evitando, na medida do possível, o período eleitoral que culminará em dezembro). A data também poderia ser fixada em função da possível participação do Presidente Lula no Fórum de Competitividade, a realizar-se em Santiago, entre 27 e 29 de setembro.

5. Outro tema discutido no almoço foram os dois projetos de túneis entre Chile e Argentina atualmente em exame pelas autoridades dos dois países: o "túnel de Águas Negras" (Coquimbo/San Juan) e o "túnel de baixa altitude" (Los Andes/Mendoza) (tel. 322). O Ministro Bittar confidenciou que o primeiro projeto, caracterizado como iniciativa de interesse das províncias, mas de pouca viabilidade econômica,

"não é prioritário, do ponto de vista nacional". As reais alternativas para resolver a saturação do Passo Los Libertadores, a principal via de conexão terrestre entre o Chile e a Argentina, seriam: a curto prazo, a própria modernização do corredor atual, havendo o MOP empenhado US\$ 30 milhões na recuperação da estrada de acesso; e a habilitação do "passo Pehuenche", que deverá ser inaugurado em fevereiro de 2010 (cujas obras fui convidado a visitar proximamente). A longo prazo, o MOP acredita na utilidade do "túnel de baixa altitude", desde que os estudos técnicos correspondentes e, sobretudo, a arquitetura financeira do projeto sejam favoráveis e economicamente viáveis.

6. Como se recorda, o projeto do "túnel de baixa altitude", orçado entre US\$ 3 e 4 bilhões, envolve a participação de empresas argentinas (lideradas pelo grupo Eurnekian, controlador dos aeroportos argentinos) e chilenas (grupo Urenda, ligado à infra-estrutura e serviços portuários) e já foi declarado de "interesse público" pelos Governos de ambos os países. O Ministro Bittar demonstrou preocupação com as notícias de que o BNDES estaria financiando projeto de viabilidade do "túnel de águas negras" e que a empresa Camargo Corrêa, inicialmente tida como parceira no "túnel de baixa altitude", teria decidido participar da iniciativa concorrente. Esclareci ao Ministro que o BNDES não apóia diretamente nenhum projeto específico, estando os empréstimos daquele banco ligados à exportação de serviços por parte de empresas brasileiras eventualmente participantes das obras. Notei, ademais, que o projeto do "túnel de baixa altitude", por sua magnitude, não deverá deixar de despertar o interesse de empresas privadas brasileiras, existindo, desde já, rumores de que a Andrade Gutierrez e a Odebrecht estariam considerando integrar o consórcio liderado pelo Grupo Eurnekian.

7. Por fim, o Ministro Sergio Bittar e seus colaboradores mencionaram o interesse de atrair mais empresas brasileiras para os programas chilenos de obras públicas e concessões ? programa que ganhará novo ímpeto no contexto das medidas destinadas ao enfrentamento das conseqüências da crise econômica no Chile. O programa sob a responsabilidade de Bittar é hoje estimado em US\$ 1,6 bilhões em obras públicas e US\$ 4,3 bilhões em concessões. Tratar-se-ia, portanto, de promover parcerias nesse campo com fórmulas financeiras criativas, tendo presente as facilidades de crédito no Chile e os recursos disponíveis nas principais fontes brasileiras de apoio às nossas empresas no exterior.

8. Muito agradeceria transmitir o que precede ao Ministério

De: BRASEMB SANTIAGO

Recebido em: 09/04/2009 18:07:19 N.º: 00356

CARAT=Reservado

dos Transportes, procurando obter reação no tocante à proposta de reunião com os Ministros de Obras Públicas do Chile e da Bolívia, nos meses de junho ou julho.

Mario Vilalva, Embaixador

JPOT

De: BRASEMB SANTIAGO

Recebido em: 06/07/2009 17:00:46 N.º: 00720

CARAT=Reservado

De Brasemb Santiago para Exteriores em 06/07/2009 (RLF)

CARAT=Reservado

PRIOR=Urgente

DISTR=DAM III/DOC/C/CGDECAS/DAI/ABC

DESCR=PEXT-BRAS-CHIL

RTM/CLIC=GRPAMSUL

CATEG=MG

//

Brasil-Chile. Visita da
Presidente Michelle Bachelet a
São Paulo. Conversa com o
Chanceler Mariano Fernández.

//

Nr. 00720

Rogo retransmissão via CLIC para as demais Embaixadas
na América do Sul e Brasaladi

RESUMO=

Relata conversa com o Chanceler Mariano Fernández,
realizada no último dia 3/7, sobre aspectos
relacionados à visita da Presidente Michelle Bachelet
a São Paulo, no próximo dia 30/7.

Fui recebido, na última sexta-feira (3/7), pelo Chanceler
Mariano Fernández, para tratar de aspectos relacionados com a
visita da Presidente Michelle Bachelet a São Paulo, no
próximo dia 30/7. Fernández esteve acompanhado do Diretor-
Geral de Relações Econômicas Internacionais (DIRECON), Carlos
Furche. A reunião estendeu-se por mais de duas horas. Além de
temas bilaterais, de que trato a seguir, Fernández comentou
amplamente, e de maneira bastante franca, a visão chilena
sobre o atual cenário político regional, sempre destacando a
importância do papel moderador a ser desempenhando pelo
Brasil e seu desejo de poder trocar impressões com Vossa

Excelência e afinar a coordenação de posições entre os dois países. Trato dessas questões em expediente à parte.

PROGRAMA DA VISITA

2. Iniciei a conversa apresentando esboço de programa para a visita presidencial, no dia 30/7. As atividades começariam às 10h00, com reunião bilateral entre os dois presidentes. O Chanceler chileno solicitou que o encontro fosse realizado em um único momento (evitando-se a separação entre reunião restrita e ampliada) e limitada a poucos participantes (além dos mandatários, três ou quatro de cada lado). Em seguida, a Presidente Bachelet poderia assistir a uma apresentação, idealmente conduzida pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, sobre o sistema ISDB-T de TV Digital.

3. O lado chileno gostaria de, na seqüência, apresentar ao Presidente Lula projeto de construção do túnel ferroviário de baixa altitude entre o Chile e a Argentina. A apresentação ficaria a cargo do Ministro de Obras Públicas, Sergio Bitar, e de representantes do setor privado envolvidos no projeto. Como se recorda, a obra é considerada de interesse público pelo Governo chileno e emblemática do processo de integração física da região. Ademais, o consórcio encarregado do projeto conta com a participação da empreiteira brasileira Odebrecht. A propósito, Mariano Fernández reiterou o interesse chileno, que já me havia sido adiantado pelo representante da "Corporación América" no Chile, Eduardo Rodríguez Guarachi, em conhecer a experiência brasileira na constituição e operação de entidades binacionais, como Itaipu (tel.695).

4. Em seguida, os dois mandatários encerrariam o Seminário Empresarial e participariam de almoço oferecido pelo Presidente Lula. No período da tarde, a Presidente Bachelet poderia visitar a sede da Embraer e conhecer os projetos desenvolvidos em cooperação com a empresa chilena ENAER.

5. Mariano Fernández informou que Bachelet deverá chegar a São Paulo no final da tarde do dia 29/7. Está examinando a possibilidade de apresentar um programa cultural na noite daquele dia.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL

6. Comentei brevemente sobre o formato pensado para o Seminário Empresarial a ser realizado no dia 30/7, na sede da FIESP, com base nas experiências prévias das visitas da Presidente Cristina Kirchner e do Presidente Alan García. Frisei, desde logo, a importância de o Chile organizar uma comitiva empresarial de alto nível (numerosa e representativa). Também sugeri a participação de empresários

das Regiões chilenas, os quais têm demonstrado grande interesse em estreitar relações com o Brasil. Indiquei que os dois temas sobre os quais deverá se organizar o evento seriam infra-estrutura (corredor interoceânico e outros projetos de integração) e comércio de bens e serviços (em especial, as oportunidades abertas pela aprovação da Resolução No 02/08, pela qual se substituiu o parágrafo 1o do artigo 12 do ACE-35, permitindo a incorporação de mercadorias elaboradas ou originárias de zonas francas). O Seminário deverá ser encerrado pelos Presidentes Lula e Bachelet no final da manhã. Ao longo do dia, seriam realizadas rodadas de negócios.

7. O Chanceler Fernández concordou com o formato sugerido. Destacou, de sua parte, a importância de incluir o tema dos investimentos e explorar a idéia do Chile como país-ponte entre o Brasil - e a América do Sul - e outras regiões do mundo. Esclareceu, contudo, que neste caso seria conveniente enfatizar o conceito de "encadeamento produtivo" em lugar do de "Chile-Plataforma", o qual "estaria dando margem a muitos mal-entendidos".

8. Com relação ao corredor inter-oceânico, comentou-se a conveniência de que, estando o Ministro de Obras Públicas, Sergio Bitar, na delegação chilena, pudéssemos contar com uma exposição sua sobre a reunião com seus homólogos realizada no dia 4 do corrente mês de julho, em Cochabamba (II Encontro Trilateral Brasil-Bolivia-Chile). Na ocasião, poder-se-ia examinar e eventualmente anunciar a data e o local da cerimônia de inauguração do corredor com a participação dos Presidentes dos três países. O Chanceler chileno destacou a importância de que a cerimônia seja realizada preferencialmente na Bolívia (possivelmente em Santa Cruz). Tratar-se-ia de sinalizar à população boliviana os benefícios econômicos que poderiam derivar do projeto e, paralelamente, contribuir para a estabilidade do país (trato, em expediente à parte, dos comentários de Fernández sobre a situação política interna boliviana). Para destacar a dimensão "pacífica" do corredor, Fernández sugeriu a possibilidade de, previamente ao encontro presidencial trilateral, os Chanceleres dos três países reunirem-se em Arica.

9. Por fim, outro tema que o Chile desejaria ver incluído na agenda do Seminário seria o de cooperação na área de energia.

10. Carlos Furche comentou que a expectativa é de poder contar com a participação de cerca 100 empresários chilenos. Os setores mais interessados seriam os vinculados à

agricultura (frutas e vinhos) e à manufatura leve.

TEMAS DA AGENDA

a) Cooperação Técnica:

11. O Chanceler Mariano Fernández afirmou haver grande interesse em impulsionar a agenda de cooperação técnica entre os dois países. Sua idéia seria a de desenvolver com o Brasil projeto semelhante ao "Plano Chile - Califórnia", firmado no ano passado durante visita da Presidente Bachelet aos EUA (tel.715/2008). A ênfase, neste caso, seria a cooperação entre uma região chilena e um estado brasileiro que detenham dinamismo empresarial associado ao desenvolvimento nas áreas de pesquisa e tecnologia. Comentei, a propósito, a possibilidade de a Embrapa estudar a instalação de escritório no Chile, conforme interesse demonstrado pelas autoridades da IX Região, que visitei em novembro do ano passado. O comentário despertou grande entusiasmo do lado chileno (tel.679).

b) Acordo na área de investimentos:

12. Fernández reiterou o desejo chileno de iniciar, o quanto antes, negociações bilaterais (1 + 1) na área de investimentos, independentemente das negociações no âmbito do ACE-35 (4 + 1). Furche frisou que um acordo em investimentos transformaria tecnicamente o ACE-35, no que se refere a Brasil e Chile, em um efetivo acordo de livre comércio. Tratar-se-ia de importante sinalização em favor da integração econômica e comercial da região.

c) Comissão bilateral:

13. Comentei sobre o interesse brasileiro em estabelecer uma Comissão Bilateral, em nível de Chanceleres, com o propósito de aprofundar o diálogo e a coordenação entre os dois países. A Comissão reunir-se-ia uma vez por ano e trataria de todos os temas da agenda bilateral. Fernández concordou e apreciou a iniciativa, pois esta era, como se sabe, um desejo da Presidente Bachelet.

d) Outros temas

14. Concordou-se com a possibilidade de que durante a visita seja realizada cerimônia de assinatura do novo Acordo de Serviços Aéreos, bem como de troca de instrumentos de ratificação do Convênio de Previdência Social. Também se mencionou a possibilidade de tratar das negociações para a revisão do Acordo de Transportes Marítimos.

Mario Vilalva, Embaixador

De: BRASEMB SANTIAGO
CARAT=Reservado

Recebido em: 06/07/2009 17:00:46 N.º: 00720

JMQS

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS
CARAT=Reservado

Expedido em: 05/03/2009 10:34:53 N.º: 00055

Da SERE para
Brasemb São Domingos
Em 05/03/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DPG/DOC/DIC/CGDECAS/DCAR
DESCR=XPRO-RDOM
CATEG=MO

//
Promoção comercial.
Brasil-Rep. Dominicana. COFIG.
Solicitação de informações.
Projeto Corredor Duarte.
//

Nr. 00055

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser eventualmente apreciada no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre a seguinte operação com a República Dominicana:

- Objeto: exportações de bens e serviços brasileiros para as obras do "Corredor Viário Duarte";
- Objetivo do projeto: melhoria no sistema viário da cidade de Santo Domingo, que contempla a construção de uma série de estruturas no denominado "Corredor Viário Duarte";
- Exportador: Construtora Norberto Odebrecht S.A.;
- Importador: "Secretaria de Estado de Obras Públicas e Comunicaciones" (SEOPC);
- Natureza jurídica: pública;
- Setor: Administração Pública;
- Devedor: República Dominicana, através da "Secretaría de Estado de Hacienda";
- Natureza jurídica: pública;
- Setor: Administração Pública;
- Valor das exportações: US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares);

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS
CARAT=Reservado

Expedido em: 05/03/2009 10:34:53 N.º: 00055

- Valor do financiamento: US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares, o que compreende 100% das exportações brasileiras);
- Banco financiador: BNDES Exim Pós-Embarque
- Prazo total: 12 anos
- Garantia solicitada: instrumentos de pagamento cursados no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI;

2. O pedido de informação formulado pela SBCE refere-se, especificamente, aos seguintes pontos:

Aspectos políticos e legais

- * Breves considerações sobre os cenários econômico e político do país;
- * Nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto;
- * Medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto.

Aspectos gerais sobre o devedor e sobre o projeto.

Opinião sobre o mérito e os riscos do projeto.

3. Muito agradeceria o obséquio de enviar, com a possível brevidade, as informações solicitadas pela SBCE.

EXTERIORES

GB/GB

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/03/2009 15:27:19 N.º: 00132

De Brasemb São Domingos para Exteriores em 10/03/2009 (FSSF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DPG/DOC/DIC/CGDECAS/DCAR
DESCR=XPRO-BRAS-RDOM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 49
CATEG=MO

//
Promoção comercial.
Brasil-Rep. Dominicana. COFIG.
Solicitação de informações.
Projeto Corredor Duarte.
//

Nr. 00132

Informo. Encaminho, a seguir, as informações solicitadas sobre o Projeto Corredor Duarte:

Aspectos políticos e legais

- Breves considerações sobre os cenários econômico e político do país

A República Dominicana tem se caracterizado pela estabilidade política sob a liderança do Presidente Leonel Fernández que, ademais, tem mostrado grande interesse no relacionamento econômico-comercial deste país com o Brasil, do que é mostra a atuação das empresas Norberto Odebrecht, Andrade Gutiérrez, Ambev e Grupo Gerdau, entre outras, na RD.

Apesar da crise financeira atual, a República Dominicana vem registrando bons índices econômicos. A taxa de inflação em 2008, segundo o Banco Central, alcançou apenas 4,52 por cento, para um PIB de US\$ 45.433 milhões e renda per capita de US\$ 4.500. A dívida do país em 2008 atingiu 38,2 por cento do PIB e as reservas brutas em moeda forte estimadas em US\$ 3.200 milhões, também para 2008. No entanto, prevê-se para

2009 uma queda da taxa de crescimento e do nível de remessas, como reflexo da presente crise financeira internacional. Segundo o Secretário de Estado da Fazenda, Vicente Bengoa, os investimentos estrangeiros no país em 2008 tiveram um crescimento de 83,7 por cento em relação a 2007, passando de US\$ 1.570 milhões para US\$ 2.884 milhões. De acordo com o Governo, a economia crescerá ainda 3 por cento em 2009, embora analistas do "The Economist" prevejam uma queda de 0,8 por cento em 2009 e um aumento de 2,3 por cento em 2010.

- Nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto

Conforme informado pelo tel 49, o Projeto Corredor Duarte é considerado de alta prioridade pelo Governo dominicano, tal como manifestado pelo Secretário de Estado Bengoa, em carta de 12 de fevereiro último ao Presidente do COFIG (tel 62). Segundo aquela autoridade, o projeto está incluído no Orçamento de Receitas e na Lei de Gastos Públicos para o ano de 2009. Cumpre mencionar a importância do projeto para uma cidade como São Domingos, com população de mais de três milhões de habitantes, trânsito congestionado e um volume diário de veículos que supera os 100 mil em cada intersecção.

- Medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto

Como mencionado, ciente da necessidade de uma ordenação do trânsito na capital dominicana, o Governo local empenhou-se na concretização do Projeto Corredor Duarte, a ser executado pela Construtora Norberto Oderbrecht (70 por cento) e a dominicana "Ingeniería Estrella" (30 por cento). A inclusão do projeto no Orçamento do país para 2009 é medida que não deixa dúvidas quanto ao interesse do Governo, que tem recebido seguidas manifestações favoráveis por parte do Secretário de Estado da Fazenda, Vicente Bengoa, bem como pelo de Obras Públicas.

- Aspectos gerais sobre o devedor e sobre o projeto

O Projeto Corredor Duarte foi objeto de licitação internacional, com a participação de seis empresas, da qual resultaram ganhadoras a Construtora Odebrecht e a Ingeniería Estrella. O contrato correspondente, no valor de US\$ 166,5 milhões, foi assinado em 6 de dezembro de 2008. Como informado anteriormente, o projeto é considerado de alta prioridade pelo Governo dominicano dada a sua importância para a organização do tráfego urbano em São Domingos. Cumpre registrar que o Governo dominicano, após a crise de 2003 e de um processo de reforma estrutural, vem cumprindo com todos os

De: BRASEMB SÃO DOMINGOS
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/03/2009 15:27:19 N.º: 00132

seus compromissos contratuais, inclusive aqueles contraídos com os créditos de exportação concedidos pelo Brasil, não se verificando atrasos nos pagamentos.

- Opinião sobre o mérito e os riscos do projeto

O Posto considera o projeto da maior importância para a capital do país e para o incremento da participação brasileira no setor de obras da República Dominicana, onde já executam projetos de vulto as construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutriérrez e, no passado, Mendes Junior. Em razão da prioridade concedida pelo Governo local ao projeto, ademais da relativa estabilidade da economia do país, apesar da atual crise financeira internacional, podem ser considerados reduzidos os riscos do projeto. Por fim, o historial de pagamentos da República Dominicana ao Brasil parece demonstrar as condições deste país em honrar os seus compromissos relativos ao Projeto Corredor Duarte.

Ronaldo Edgar Dunlop, Embaixador

FCCR

Para: BRASEMB TEERÃ

Expedido em: 01/05/2009 14:46:19 N.º: 00222

CARAT=Reservado

Da SERE para
Brasemb Teerã
Em 01/05/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPG/DOC/CGFIN/DRN/DOM II
DESCR=XPRO-BRAS-IRAN
CATEG=MG

//
Promoção comercial.
Brasil-Irã. Encontros
empresariais por ocasião da
visita ao Brasil do Chanceler
iraniano. Relato.
//

Nr. 00222

No âmbito da visita ao Brasil do Chanceler do Irã, realizou-se, na Secretaria de Estado, no último dia 25 de março, reunião entre a delegação iraniana, composta por várias autoridades da área econômica, com representantes das seguintes instituições públicas e privadas brasileiras: Casa Civil, Ministério da Fazenda, MDIC, MPOG, MAPA, EMBRAPA, Tesouro Nacional, Câmara dos Deputados (Grupo Parlamentar Brasil-Irã), Governo do Estado de Santa Catarina, Banco Central do Brasil, BNDES, Banco do Brasil, Petrobras, Câmara de Comércio Brasil-Irã, CNI, FIESP, FIEMG, Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), Associação dos Fabricantes de Produtos Médicos e Odontológicos (ABIMO), Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne (ABIEC), Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), Marchesan S/A - Tatu Products (metal-mecânica), Junqueira Compressores e Máquinas LTDA (metal-mecânica), Consita (metal-mecânica), Bertin S.A (agronegócio), JBS Friboi (agronegócio), Grupo Campo (agronegócio), Odebrecht (engenharia e petroquímica), Andrade Gutierrez (engenharia), Camargo Corrêa (engenharia), Cobrapar (energia hidrelétrica e termoelétrica), Pavan e

Associados (engenharia).

2. A reunião plenária foi presidida, pelo lado brasileiro, pelo Sr. SGEN, que enfatizou as cordiais relações entre os dois países e o fato de o Irã ser o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. Destacou, ainda, que, apesar das potencialidades, o comércio bilateral sofreu queda considerável no último ano. O Chanceler Mottaki, por sua vez, fez análise da crise internacional e ressaltou que "uma nova ordem mundial deverá surgir desse período, o que abrirá grandes oportunidades para potências regionais, como o Brasil e o Irã". Ressaltou a importância atribuída ao Brasil por parte de seu país, não só no âmbito econômico-comercial, mas também no contexto político, tendo em vista a "convergência de posições em muitos temas da agenda internacional".

3. A sessão plenária foi encerrada com apresentação de vídeo institucional da CNI com informações detalhadas sobre a economia e a indústria brasileiras.

4. Em seguida, as delegações foram divididas nos seguintes grupos temáticos:

Energia e Mineração

A parte iraniana apresentou uma série de oportunidades de investimentos na área de energia e de irrigação. Os empresários brasileiros demonstraram interesse em conhecer maiores detalhes dos projetos. De acordo com representante do Ministério do Petróleo do Irã, 15% da eletricidade do país é gerada por usinas hidrelétricas, e o restante por usinas térmicas. O país possui grande interesse em financiamentos para a construção de usinas hidrelétricas, pois existem cerca de 85 barragens em construção. Outro setor de interesse do governo iraniano é a irrigação, uma vez que não foi possível concluir a malha de irrigação necessária para o atendimento a contento da agricultura local, marcada pela aridez do clima. Procuram atrair, assim, empresas que já estejam preparadas para iniciar a construção de sistemas de irrigação, bem como aquelas que estejam atuando na área de aperfeiçoamento da tecnologia e eficiência das práticas nesse setor.

O representante da Andrade Gutierrez comentou que a empresa já realizou projeto na área de drenagem para a

Prefeitura de Teerã, no período de 1995 a 2000. Além disso, ressaltou que, como a empresa foi responsável por quase 25% da construção da capacidade elétrica brasileira e desenvolveu diversos projetos de irrigação no Brasil e no exterior, possui interesse nesses setores no Irã.

Ainda no setor de energia, ficou latente que Teerã procura ampliar a presença da Petrobras naquele país, oferecendo outros blocos para que a empresa os explore. O representante da Petrobras mencionou que a empresa está no Irã desde 2004, quando assumiu a exploração de um bloco no Golfo Pérsico. O contrato desse projeto encerra no meio desse ano, mas, como tem grande interesse no país, deverá manter o seu escritório no Irã.

Ademais, o representante da ONIP expressou o interesse da Organização no mercado iraniano, dadas as oportunidades surgidas para indústrias brasileiras no segundo maior produtor mundial de petróleo, opinião que foi compartilhada pela FIEMG. Ressaltou, ainda, que organizará missão ao Irã, que contará com o apoio do DPR, com empresas brasileiras fornecedoras de máquinas, equipamentos e serviços para a indústria do petróleo e do gás, provavelmente no segundo semestre do corrente ano.

Agronegócio

Estiveram presentes nessa reunião setorial o Sr. Pour Hemad, Vice-Ministro de Pesquisa do Ministério da Agricultura; o Sr. Norouzi, Presidente do Instituto de Veterinária; o Sr. Célio Porto, Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do MAPA, além representantes da EMBRAPA e do setor privado.

Na ocasião, fez-se referência ao "Memorando de Entendimento de Cooperação na Área de Agricultura", proposto em julho de 2008, por ocasião da visita de representante da EMBRAPA ao Irã. Foi apresentada, pelo lado iraniano, contraproposta de texto para o MoU. O representante da EMBRAPA informou que, após avaliação do departamento jurídico da instituição, deverá apresentar texto final, a ser assinado no Brasil, pelo Embaixador iraniano, ou pelo presidente da entidade iraniana por ocasião da missão da EMBRAPA àquele país, agendada para o segundo semestre de 2009. Ademais, foi apresentada minuta de "Acordo de Inspeção de Animais",

a ser assinado pelo MAPA e sua contraparte iraniana.

O representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Sr. Carlos Eduardo Rocha, manifestou o descontentamento do Associação com relação à exigência para a exportação de carnes para o Irã, que determina prazo máximo de 30 meses para o abate de animais. Na ocasião, o Sr. Rocha defendeu a extensão do prazo de abate para 40 meses.

Relações Financeiras e Bancárias

Participaram, do lado brasileiro, a Sra. Lucia Helena Monteiro, da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, a Sra. Sheila Ribeiro Ferreira, Assessora da Casa Civil da Presidência da República, o Sr. André Bobroff, da Assessoria Internacional do MPOG, o Sr. Ronaldo Cavalcante, Chefe do Departamento de Dívida Externa e de Relações Internacionais do BACEN, a Sra. Luciene Machado, da Área de Comércio Exterior do BNDES, o Sr. Vitor Sawczuk, Gerente-Executivo da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), além do Chefe da DPG e de representantes técnicos do Banco do Brasil, Ministério da Fazenda e Tesouro Nacional. Do lado iraniano, estiveram presentes o Dr. Kourosch Parvizian, Diretor-Gerente do Eximbank do Irã, o Sr. Yaghobi, Membro do Conselho da "Iran Investment Co.", o Sr. Rahim Faramarzi, Presidente da subsidiária em Caracas do Banco Internacional de Desenvolvimento do Irã, e o Sr. Ramazan Parvas, da Chancelaria iraniana (Direção-Geral de Economia).

O encontro serviu para que as partes trocassem informações sobre seus respectivos sistemas oficiais de financiamento ao comércio exterior (PROEX, BNDES-EXIM e Fundo de Garantia às Exportações/FGE, pelo lado brasileiro) e de investimentos na atividade produtiva (BNDES). Houve consenso sobre a necessidade de encontrar soluções para a questão do financiamento ao intercâmbio comercial entre os dois países, tendo em vista a carência de instrumentos por parte do setor bancário privado para essa finalidade.

Dado o interesse iraniano em obter informações sobre a abertura de bancos estrangeiros no Brasil, o representante do BACEN esclareceu as normas vigentes no país e explicou o processo interno de análise e recomendação da autoridade monetária ao Sr. Presidente

da República para solicitações nesse sentido. Propôs, como primeiro passo, a assinatura, entre os bancos centrais dos dois países, de Memorando de Entendimento para troca de informações sobre os sistemas financeiros nacionais, incluindo temas de supervisão e fiscalização bancária, e sobre possibilidades de cooperação em áreas como treinamento de recursos humanos e tecnologia bancária. O MOU, de acordo com o BACEN, é passo inicial para análise futura de eventuais solicitações de abertura de bancos iranianos no Brasil, uma vez que permite à autoridade monetária conhecer o grau de adesão de sua contraparte às regras bancárias internacionais, incluindo os Acordos de Basiléia (o maior grau de adesão ao Acordos significaria maior capacidade da autoridade monetária de avaliar a saúde de suas instituições financeiras).

O Sr. Rahim Faramarzi, Presidente da subsidiária em Caracas do Banco Internacional de Desenvolvimento do Irã, informou sobre as atividades do banco na Venezuela (investimentos conjuntos com capital local em projetos industriais e de desenvolvimento) e ressaltou o interesse do banco em abrir filial, também, no Brasil. Acrescentou que, independentemente da abertura do Banco no país, teria interesse em analisar possibilidades de investimentos conjuntos no mercado brasileiro. A representante do BNDES demonstrou interesse em estudar iniciativas nesse sentido.

Na verdade, o que parece motivar o lado iraniano a propor iniciativas nas áreas bancária e financeira, além de eventuais considerações político-estratégicas, é o fato de que o comércio bilateral tem sido prejudicado pela falta de crédito para o intercâmbio entre os dois países. Os embargos unilaterais impostos ao Irã pelos Estados Unidos e pela União Européia fizeram com que os bancos norte-americanos e europeus deixassem de operar com bancos iranianos, o que causou problema também para os exportadores brasileiros: os bancos comerciais brasileiros aceitam cartas de crédito emitidas por bancos iranianos desde que confirmadas por bancos de primeira linha (geralmente, dos EUA e da UE). Com os mencionados embargos, tal tipo de operação deixou de ser realizada, o que vem causando problemas para financiar exportações brasileiras, especialmente as de médio e de longo prazo (de maior valor agregado) para o mercado iraniano.

Para: BRASEMB TEERÃ
CARAT=Reservado

Expedido em: 01/05/2009 14:46:19 N.º: 00222

O estabelecimento de banco comercial iraniano no Brasil poderia, de fato, contribuir, em parte, para superar o problema apontado acima, mas, certamente, não seria suficiente, dado o potencial do comércio bilateral. O melhor caminho para superar a falta de crédito no comércio Brasil-Irã parece ser o estabelecimento de mecanismo oficial de financiamento às exportações.

Na ocasião da reunião relatada nos parágrafos anteriores, a parte iraniana informou que, unilateralmente, criará linha de crédito, a ser implementada por seu Eximbank, da ordem de US\$ 220 milhões, para financiar exportações iranianas para o Brasil. O MRE vem propondo aos membros do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (COFIG) que estudem a criação de mecanismo semelhante por parte do Brasil, por meio dos instrumentos oficiais apontados anteriormente, vinculado a garantias que seriam oferecidas pelo governo iraniano (depósitos em conta-garantia, por exemplo). A visita do Presidente iraniano ao Brasil constituirá excelente oportunidade para a continuação das conversações nesse sentido.

A Ata da reunião do Grupo Financeiro-Bancário será transmitida para o correio eletrônico do Posto.

EXTERIORES

RAS/RAS

De: CONSBRAS SYDNEY

Recebido em: 28/04/2008 15:02:25 N.º: 00089

CARAT=Reservado

De Consbras Sydney para Exteriores em 24/04/2008 (PMC)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DOC/DIC/DAOC I
DESCR=XIEX-BRAS-AUST
RTM=AASBREM
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Concorrência pública.
Construção Civil. Refinaria de
níquel. Nova Caledônia.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DIC/DOC/DAOC I em 28/04/2008

Nr. 00089

Retransmissão automática para Brasemb Camberra

A empresa de consultoria australiana Sasson-Gubbay solicitou ao SECOM informações sobre empresas brasileiras do ramo de construção, com vistas a consultá-las sobre eventual interesse em participarem de concorrência para projeto situado na Nova Caledônia, com valor estimado de 215 milhões de dólares americanos.

2. Trata-se de projeto da mineradora Xstrata para construção de um porto, de sistema de dutos de água e fundações de refinaria de níquel. A consultora afirma estar pré-qualificada para a concorrência, porém pede sigilo durante a fase inicial de contatos.

3. A Andrade Gutierrez, já consultada, não demonstrou interesse na obra. A empresa australiana não conseguiu resposta, através de endereços disponíveis na internet, da Odebrecht, Queiroz Galvão ou Mendes Júnior. Nesse sentido, muito agradeceria fornecer-me os dados de contato apropriado nas três empresas citadas, entre outras que possam se interessar pelo projeto.

Maurício Medeiros de Assis, Encarregado do Consulado-Geral

De: CONSBRAS SYDNEY
CARAT=Reservado

Recebido em: 28/04/2008 15:02:25 N.º: 00089

a.i.

LHAN

Para: BRASEMB SÃO TOMÉ
CARAT=Reservado

Expedido em: 01/04/2009 18:38:12 N.º: 00083

Da SERE para
Brasemb São Tomé
Em 01/04/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF II/ABC/DOC/DPG/DCE/DREN/DRN
DESCR=GVIO-BRAS-TOME
REF/ADIT=TEL 37
CATEG=MG

//
Brasil-São Tomé e Príncipe.
Visita do Primeiro-Ministro
Rafael Branco ao Brasil. 08 a
13 de março. Relato.
//

Nr. 00083

Informo. Conforme previsto, o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Joaquim Rafael Branco, realizou visita oficial ao Brasil entre os dias 8 e 13 de março. Além de reunião com o Presidente da República, cujo relato seguiu pelo desptel 73, o Chefe de Governo avistou-se com Ministros de Estado, Governadores e representantes da iniciativa em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, além de Brasília.

2. Em São Paulo, o Primeiro-Ministro reuniu-se com diretores da Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe e participou de Seminário de Negócios na FIESP, onde apresentou aos diretores da Instituição e a alguns empresários presentes o Guia do Investidor em São Tomé e Príncipe. Na ocasião, levantou-se a possibilidade de empresas brasileiras atuarem na produção de biocombustíveis e na construção/administração do novo aeroporto de São Tomé. Em seguida, o Primeiro-Ministro reuniu-se com o Vice-Presidente de Negócios Internacionais da Odebrecht, Luiz Mameri, para tratar do contrato firmado em 2008 com a empresa para a execução de obras de infra-estrutura em São Tomé.

3. De São Paulo, o Primeiro-Ministro seguiu para Brasília. No dia 10, manteve reunião com a Presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, a quem teve oportunidade de agradecer a realização de missão técnica de cooperação realizada em fevereiro último e com quem tratou do andamento dos projetos propostos nas áreas de ordenamento territorial, criação de fundos públicos de investimentos e construção de habitações de interesse social. Ele ouviu da Presidenta que o Projeto sobre ordenamento territorial estará pronto para assinatura em abril, o que permite vislumbrar sua efetiva implementação ainda em 2009. A Presidenta disse ainda que pretende incluir uma visita a São Tomé no seu calendário de viagens do segundo semestre deste ano. O Chefe de Governo demonstrou grande satisfação com o relato e com a possibilidade de recebê-la em São Tomé.

4. Na seqüência, o Primeiro-Ministro foi recebido pelo Ministro da Cultura, Juca Ferreira. Os principais temas abordados no encontro foram: a possibilidade de apoio à produção do filme Batepá, que relata o massacre de que foram vítimas revoltosos santomenses que protestavam contra o regime colonial, nos anos 50; o pedido de auxílio para a realização de uma Bienal de Cultura em São Tomé, que teria como tema de destaque o Brasil; e o interesse santomense em cooperação com vistas à preservação de manifestações culturais tradicionais. O Ministro Juca Ferreira mostrou-se sensível às demandas e informou que já havia determinado a disponibilização das instalações de estúdio conveniado com o MinC para a finalização do filme. Disse, ainda, que estudaria meios de fazer o aporte de recursos solicitados para a conclusão das filmagens. Quanto à Bienal, determinou a execução de uma missão técnica da Fundação Palmares e de outros órgãos do Ministério a São Tomé, ainda no primeiro semestre, para definir possibilidades de apoio ao evento. O Ministro também mencionou a possibilidade de doação de bibliotecas e envio de animadores de leitura para São Tomé, nos moldes da Ação de Livro e Leitura do Programa Mais Cultura.

5. Ainda no dia 10, o Primeiro-Ministro foi recebido pelo Diretor-Geral do SENAI, José Manuel de Aguiar Martins, para reunião seguida de almoço. Na ocasião, conversaram sobre o andamento do projeto que prevê a instalação de um centro de formação profissional em São Tomé. O Chefe de Governo reiterou a prioridade que

seu governo atribui à iniciativa e falou da expectativa de ver o Centro funcionando ainda em 2009. Ouviu, em resposta, que o planejamento do SENAI prevê a restauração do prédio selecionado, o que pode retardar em alguns meses o projeto, mas que, enquanto isso, seria possível receber, de acordo com indicação da contraparte santomense, técnicos para serem treinados no Brasil, os quais, ao regressarem a São Tomé, assumiriam a função de multiplicadores do conhecimento e das técnicas.

6. O Chefe de Governo reuniu-se, também, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Além de agradecer a cooperação em curso, o Primeiro-Ministro apresentou como prioridades de seu governo o ensino técnico-profissionalizante e a educação superior. Nesse sentido, solicitou especial atenção do Ministro Haddad ao pedido apresentado pelo Chanceler Carlos Tiny, em janeiro, de que o MEC organizasse missão de especialistas a São Tomé para avaliar a qualidade dos cursos superiores oferecidos em São Tomé. O Ministro da Educação disse já haver determinado a realização dessa missão técnica, que estaria prevista para abril. Ao expressar sua satisfação com a notícia, o Primeiro-Ministro aproveitou para solicitar fossem oferecidas mais bolsas de pós-graduação a santomenses, de modo a permitir que os estudantes graduados no Brasil possam continuar seus estudos e tornarem-se candidatos a professores nas novas Escolas superiores de seu país.

7. Como último compromisso do dia 10, Rafael Branco encontrou-se com o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, a quem apresentou solicitação de cooperação na área policial e pedido de vagas para santomenses na Faculdade de Medicina do Distrito Federal. O Governador determinou a seus assessores que façam levantamento de quais cursos serão oferecidos ainda em 2009 pela Academia da Polícia Militar do Distrito Federal e o apresentem à parte santomense, indicando quantas vagas poderiam ser oferecidas para cada treinamento. Solicitou, ainda, seja estudada a possibilidade de enviar, o mais breve possível, uma missão da Secretaria de Segurança Pública a São Tomé com vistas a identificação de outras possibilidades de cooperação. Quanto ao pedido de vagas para estudantes, o Governador disse não ver problema em oferecer uma ou duas vagas por ano a santomenses, desde que eles estejam em condições acadêmicas de acompanhar

adequadamente o curso.

8. No dia 11, o Chefe de Governo visitou o Ministério da Previdência Social, onde foi recebido pelo Secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer. O principal pedido santomense foi a celebração de um acordo para a assistência recíproca de cidadãos pelos sistemas de saúde e previdência dos dois países. O Secretário respondeu que o Brasil tem acordo similares com outros países e poderia estudar a proposta santomense. Seria, no entanto, necessário envolver o Ministério da Saúde, responsável pelo Sistema Único de Saúde, na elaboração de tal acordo. O Secretário sugeriu, ainda, fosse realizada missão de técnicos do Ministério da Previdência a São Tomé para fazer diagnóstico de possibilidades de cooperação na área de organização do sistema de seguridade social, nos moldes do apoio que o Brasil presta a Cabo Verde e ao Timor. O Primeiro-Ministro aprovou a sugestão e disse estar esperando a missão para breve. O Secretário orientou sua assessoria a procurar a ABC para tratar da organização da missão.

9. Do Ministério da Previdência, o Primeiro-Ministro dirigiu-se à Empresa Brasil de Comunicação, onde foi recebido pela Diretora-Presidente, Tereza Cruvinel. O principal tema do encontro foi o Acordo de Cooperação firmado entre EBC e a Televisão de São Tomé e Príncipe (TVS) em 2008. O Primeiro-Ministro demonstrou interesse em ver resultados práticos do Acordo ainda este ano, sobretudo nas áreas de cessão de conteúdos, transferência de equipamentos e formação e treinamento de pessoal. A Diretora respondeu que a cessão pode começar imediatamente, bastando a definição, por parte da TVS, de quais programas interessam. Quanto a equipamentos, disse que a própria EBC não dispõe de material em quantidade suficiente, de modo que a cessão à TVS teria que esperar a aquisição de novos equipamentos pela EBC, planejada para o segundo semestre deste ano. A Diretora pôs, ainda, à disposição da TVS vagas em cursos de reciclagem organizados pela EBC e mostrou-se disposta a receber pessoal da TVS para estágios no Brasil.

10. Na tarde do dia 11, o Primeiro-Ministro foi recebido pelo Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, a quem apresentou o pleito de que uma missão técnica fosse enviada a São Tomé para auxiliar o Governo local a elaborar um Plano de Desenvolvimento

Energético, fundamental, no entender do Chefe de Governo, para que seu país supere o déficit de eletricidade que vem limitando o desenvolvimento nacional. O Ministro Lobão disse ter instruções expressas do Presidente para colaborar com São Tomé e Príncipe e que não via qualquer empecilho à organização da missão solicitada. Durante a reunião, o Ministro telefonou ao Presidente da Petrobras e logrou agendar uma reunião entre a delegação santomense e a direção da estatal.

11. O último compromisso do Chefe de Governo em Brasília deu-se com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto, com quem tratou das possibilidades de cooperação nas áreas de cadastramento eleitoral e votação eletrônica. O Primeiro-Ministro explicou que estão previstas eleições parlamentares para 2010 em seu país e que seu Governo está particularmente preocupado com as falhas que se verificam no recenseamento eleitoral. Sendo assim, solicitou o apoio do TSE, por meio da visita de uma missão técnica a São Tomé, para desenvolver metodologia adequada de cadastramento de eleitores. Além disso, demonstrou admiração pelo sistema de votação eletrônica utilizado no Brasil e pediu fosse estudada a possibilidade de empréstimo de urnas brasileiras para a próxima eleição em São Tomé e Príncipe. O Presidente do TSE disse que o Tribunal está disposto a cooperar e determinou que o corpo técnico da casa mantivesse contato com o Governo santomense para viabilizar a ida de missão técnica. Relatou, ainda, que há precedentes de empréstimo de urnas, e que não veria problemas em disponibilizar algumas para São Tomé em 2010.

12. De Brasília, o Primeiro-Ministro partiu para Salvador, onde participou, no dia 12, de Seminário de Negócios na Federação das Indústrias do Estado da Bahia, ocasião em que apresentou o Guia do Investidor em São Tomé e Príncipe. Na seqüência, foi recebido pelo Governador Jaques Wagner, para dar continuidade aos entendimentos iniciados com o Governo estadual quando da visita do Chanceler Carlos Tiny à Bahia em janeiro último. O Governador reiterou a disposição de cooperar com São Tomé e Príncipe, mas esclareceu que seria preciso definir uma ou duas áreas como prioritárias, para evitar dispersão de esforços e garantir resultados rapidamente. Nesse sentido, o Governador sugeriu fosse estudada a possibilidade de

cooperação em agricultura, mais especificamente no cultivo da mandioca. O Primeiro-Ministro concordou com a abordagem e definiu-se que a Secretaria de Agricultura seria o ponto focal da cooperação. Falou-se da possibilidade de técnico santomense ser recebido brevemente para estágio em centro de pesquisas especializado em mandioca da Universidade do Recôncavo Baiano.

13. O Primeiro-Ministro também foi recebido pelo Reitor da Universidade Estadual da Bahia, Professor Lourivaldo Valentim, com quem tratou da possibilidade de apoio da Universidade à capacitação de docentes e à avaliação da qualidade do ensino oferecido pelos institutos de educação superior de São Tomé. O Reitor respondeu ser possível a cooperação nesse sentido e determinou a sua Assessoria de Cooperação Internacional que elaborasse, em conjunto com o Governo santomense e a Secretaria de Educação da Bahia, um plano de cooperação a ser submetido à ABC.

14. Ainda em Salvador, Rafael Branco encontrou-se com o empresário Norberto Odebrecht. Foram apresentadas ao Primeiro-Ministro as ações sociais conduzidas pelo Grupo Odebrecht por meio de sua Fundação.

15. De Salvador, a comitiva dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde o Primeiro-Ministro foi recebido pelo Presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli. O Primeiro-Ministro informou ao interlocutor que a legislação petrolífera de seu país fora recentemente alterada, de modo a garantir maior flexibilidade na gestão das concessões, e apresentou ao Presidente da estatal seu interesse em vê-la atuando na exploração petrolífera na Zona Econômica Exclusiva de São Tomé e Príncipe. Disse entender que a Petrobras está na vanguarda da prospecção e da exploração de petróleo em águas profundas. Por isso, gostaria de conceder áreas hoje em poder do governo a um consórcio formado por Petrobras, Sonangol e GALP. O Primeiro-Ministro manifestou, ainda, o interesse de seu Governo em verificar a possibilidade de cooperação com a Petrobras na formação de pessoal técnico, bem como na concretização da oferta já feita pela Petrobras, em 2007, de cooperação na área de biocombustíveis.

16. O Presidente da Petrobras referiu-se aos dados de que dispunha a empresa, que indicariam baixa probabilidade de existência de petróleo em águas

Para: BRASEMB SÃO TOMÉ
CARAT=Reservado

Expedido em: 01/04/2009 18:38:12 N.º: 00083

santomenses. O Primeiro-Ministro Rafael Branco alertou para o fato de que os dados estariam defasados, na medida em que ainda se reportavam a análises feitas em "2D", e que o Governo santomense já teria obtido, em cooperação com o "British Geographical Council", dados mais precisos, em "3D", que reforçariam a probabilidade de jazidas comercialmente viáveis. O Presidente Gabrielli concordou em acertar o envio a São Tomé de missão técnica que analisaria os dados mais recentes à disposição do Governo santomense, e sinalizou com a possibilidade de que essa missão verificasse igualmente as perspectivas de cooperação para formação de técnicos santomenses em cursos mantidos pela Petrobras, bem como estivesse ainda capacitada a discutir meios para a produção de biocombustíveis no país.

EXTERIORES

FSL/LHM

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/05/2008 19:19:08 N.º: 00142

Da SERE para
Brasemb São Domingos
Em 29/05/2008

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=CGDECAS/DOC/DPG/DCAR
DESCR=BRAS-RDOM-EFIN
CATEG=MG

//
Brasil-República Dominicana.
Infra-estrutura.
Financiamentos. COFIG. 46ª
Reunião Ordinária. Pinalito
Fase III.
//

Nota da DCA: Substituição para alteração de caráter em 26/09/2012
de Ostensivo para Reservado

Nr. 00142

Na 46ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), foi aprovada equalização de juros do Proex para financiamento pelo BNDES das exportações de bens e serviços para a construção da central hidrelétrica Pinalito - Fase III, pela Construtora Norberto Odebrecht, no valor de US\$ 68.096.000,00. O importador será a Corporación Dominicana de Empresas Eléctricas Estatales (CDEE), subordinada à Secretaria de Finanças.

2.0 financiamento do BNDES, referente a 100% do valor exportado, terá prazo de 12 anos, início do reembolso em 6 meses e taxa de juros LIBOR de 60 meses + "spread" de 2,53% a.a. A operação será cursada no no Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos da ALADI (CCR), não contando com qualquer outra forma de garantia ao crédito do BNDES. A equalização aprovada foi de 0,19%, aplicável a 85% das exportações.

EXTERIORES

Para: BRASEMB SÃO DOMINGOS
CARAT=Reservado

Expedido em: 29/05/2008 19:19:08 N.º: 00142

CLMC/AJB

Para: BRASEMB TEERÃ
CARAT=Reservado

Expedido em: 25/05/2009 15:06:02 N.º: 00283

Da SERE para
Brasemb Teerã
Em 25/05/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DPG/DOC/DIC/DOM II /DREN
DESCR=XPRO-IRAN
REF/ADIT=TEL 321
CATEG=MO

//
Promoção comercial.
Brasil-Irão. Encontro
empresarial. São Paulo, 5 de
maio de 2009. Relato.
//

Nr. 00283

Conforme previsto, o DPR organizou encontro empresarial Brasil-Irã, em São Paulo, no hotel Tivoli, no dia 5 de maio. O evento contou com a presença de 65 representantes iranianos, entre empresários e membros de instituições governamentais, e mais de 100 empresários brasileiros. Em Brasília, houve reunião do Grupo Bancário/Financeiro para dar continuidade ao diálogo sobre eventual linha de financiamento ao comércio bilateral.

3. Participaram como oradores na sessão de abertura do evento em São Paulo, pelo lado iraniano, os Senhores Mostafa Pourmohammadi, Vice-Ministro de Economia e Finanças; Mohammad Agha Nahavandian, Presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Minas; Mohammdreza Ansari, Diretor de Economia do Ministério de Relações Internacionais; e Mohsen Shaterzadeh, Embaixador iraniano no Brasil. Pelo lado brasileiro, falaram, ainda, os Senhores Armando Meziat, Secretário de Desenvolvimento da Produção do MDIC; Michele d'Angelo, representante da CNI; Newton de Mello, Diretor da DIREX/FIESP, e o Chefe da DPG.

4. Durante a abertura, foram mencionadas, pelos dois lados, a evolução do intercâmbio bilateral, as oportunidades de mercado detectadas e as amplas possibilidades de cooperação técnica e de investimentos recíprocos. Os representantes iranianos apresentaram dados sobre a economia e comércio de seu país, o clima de negócios e os projetos que o governo está fomentando, inclusive oferecendo uma visão sobre o plano de privatização do país.

5. A delegação iraniana apresentou projetos e negócios para a participação de empresas brasileiras nos setores de (i) petróleo, gás e petroquímica (exploração e produção, máquinas e equipamentos, petroquímica e fertilizante); (ii) comércio (agronegócio, implementos agrícolas, alimentos como café, biscoitos, chocolates, açúcar não-refinado, cacau, milho, soja e óleos vegetais; marketing e consultoria); (iii) energia elétrica (hidrelétricas e termelétricas, máquinas e equipamentos, serviços de engenharia para construção de usinas e barragens); e (iv) indústria e mineração (transporte ferroviário, autopeças, construção naval, investimentos imobiliários, engenharia e construção de estradas e pontes, válvulas industriais, minério de ferro e siderurgia).

6. Para efeitos funcionais, as delegações foram divididas, após a sessão inaugural do evento, em quatro grupos setoriais, a saber: Comércio; Indústria e Mineração; Energia Elétrica; e Petróleo, Gás e Petroquímica.

Grupo de Comércio

7. Do lado brasileiro, as empresas presentes manifestaram interesse no fornecimento de material de construção, equipamentos e tecnologias agrícolas, laticínios, óleo de soja, arroz, animais vivos, produtos e equipamentos ortopédicos, óleos vegetais, frutas congeladas (IQF), partes e peças para veículos automotores e tratores, produtos químicos (poliuretano), móveis, e tecnologia da informação.

8. Do lado iraniano, houve ampla demanda por produtos alimentares (laticínios, carne, frutas e sucos, arroz e outros cereais), bem como interesse em cooperação técnica na área agrícola em geral; biocombustíveis; e partes e peças para refino de petróleo.

Grupo de Indústria e Mineração

9. Os empresários iranianos apresentaram sua holding que atua com ampla gama de produtos: veículos, autopeças, embarcações marítimas, tratores, colheitadeira, maquinário e instrumentos agrícolas, equipamentos, ferrovia, construção, extração de minérios e produtos minerais, alumínio e aço e petroquímico.

10. As empresas brasileiras presentes interessaram-se por todos os setores de atuação da holding, com destaque especial para minérios, autopeças, ferrovia, petroquímica e construção.

Grupo de Petróleo, Gás e Petroquímica

11. Os representantes iranianos demonstraram grande interesse na atração de investimentos brasileiros na área. Fizeram, nesse sentido, apresentações das empresas do Irã que atuam no setor, buscando parceiras e joint-ventures na produção e exploração de petróleo e gás natural em ambos os países e em terceiros mercados, bem como no setor de petroquímica. Os iranianos, ainda, mencionaram que suas empresas estão preparadas para se tornar fornecedoras de bens, serviços e equipamentos às empresas brasileiras.

12. Pelo lado brasileiro, as empresas presentes, sobretudo fornecedoras de bens e equipamentos, ressaltaram sua intenção em ampliar as exportações àquele mercado. Os empresários nacionais, assim, fizeram apresentações de seus produtos e serviços. Houve manifestações de interesse, de ambos os lados, na organização de missão do setor a Teerã para que as conversas sobre possibilidades de negócios sejam retomadas, in loco, de modo a melhor identificar eventuais projetos que poderiam ser desenvolvidos conjuntamente.

13. É importante ressaltar que alguns empresários iranianos do grupo de petróleo, gás e petroquímica, após o término do encontro empresarial, foram ao Rio de Janeiro, onde mantiveram encontros com a Petrobras, no dia 6 de maio.

Grupo de Energia Elétrica

14. O lado iraniano foi representado pelo Diretor-Geral

do Gabinete de Estudos Econômicos e Promoção de Exportação do Ministério de Energia, Engenheiro Mohsen Barkhtiari, pelo Diretor Executivo da Empresa de Gestão da Rede de Eletricidade, Eng. Masoud Hojat, pelo Vice-Presidente da Empresa de Gestão de Recursos Hídricos, Eng. Alireza Almasvandi, e representantes das empresas Sanir e Mahab. Do lado brasileiro, participaram representantes das empresas Eletrobrás, Cobrapar, Thermes, Andrade Gutierrez, Odebrecht, entre outras. A parte iraniana apresentou as características do sistema de energia elétrica e os principais projetos em andamento ou planejados para os próximos anos no setor, e convidou as empresas brasileiras para participarem dos mesmos. Houve interesse da parte brasileira nas áreas de transmissão e geração de energia elétrica, e também o oferecimento, por parte da Eletrobrás, de cooperação técnica e treinamento de pessoal.

15. Outro tema apresentado pelo lado iraniano, nesse mesmo grupo, referiu-se ao aproveitamento de recursos hídricos para projetos de irrigação. As construtoras brasileiras demonstraram interesse em obter maiores informações sobre os projetos e acordaram com o lado iraniano manter canal de diálogo direto a fim de estudar a possibilidade de desenvolvimento de projetos conjuntos nessa área.

16. O Grupo Financeiro/Bancário reuniu-se em Brasília, na manhã do dia 6, a fim de dar prosseguimento ao diálogo sobre eventual linha de financiamento ao comércio entre os dois países. A delegação iraniana foi chefiada pelo Sr. Mostafa Pourmohammadi, Vice-Ministro de Economia e Finanças, e pelo Diretor-Gerente do Eximbank iraniano, Dr. Kourosh Parvizian (que chefiou a delegação iraniana quando da primeira reunião do Grupo, por ocasião da visita do Chanceler Mottaki ao Brasil). Do lado brasileiro, participaram da reunião o Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República, e titular no COFIG, Antônio José Alves Filho, a representante do MDIC e assessora do Presidente do COFIG, Lúcia Helena Monteiro Souza, o Sr. André Bobroff, da Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG, e representantes do Banco do Brasil, do Ministério da Fazenda e da SBCE.

17. A reunião serviu para retomar o diálogo sobre o tema de financiamento ao comércio bilateral, iniciado em março último, bem como para que os dois lados

prestassem informações mais detalhadas sobre seus respectivos sistemas de financiamento e garantia às suas exportações. O lado iraniano reiterou sua intenção de, unilateralmente, conceder financiamento a exportações iranianas para o Brasil, por meio de seu Eximbank, no valor total de US\$ 220 milhões, e manifestou interesse em reciprocidade por parte do Brasil.

18.O lado brasileiro ressaltou a possibilidade de financiar não somente os exportadores brasileiros ("suppliers credit"), mas também os importadores iranianos ("buyers credit"). Lembrou, no entanto, que seria preciso definir o sistema de garantias, e mencionou o exemplo de operações com outros países pelas quais foram constituídas mecanismos de mitigação de risco baseados em contas-garantias ("escrow-accounts"), que poderiam ser utilizados também no caso iraniano. A grande vantagem de tal sistema de garantias adicionais (além da garantia soberana oferecida pelo governo do país do importador), destacou o lado brasileiro, é a possibilidade de redução no custo do prêmio do seguro de crédito à exportação, i.e., o custo total da operação financeira torna-se mais barato.

19.O lado iraniano, porém, insistiu que a parte brasileira deveria aceitar somente a garantia soberana a ser oferecida pelo governo iraniano, sem necessidade de garantias adicionais. Justificou tal posição ao reafirmar a segurança e liquidez do sistema financeiro iraniano e a disposição política do governo em incrementar as relações comerciais com o Brasil.

20. Ficou acertado que as partes, por meio eletrônico, trocariam maiores informações sobre seus sistemas de garantias e que, em breve, delegação brasileira de representantes do COFIG visitará o Irã para dar continuidade às negociações sobre o estabelecimento de mecanismo financeiro que contribua para a expansão do comércio bilateral.

EXTERIORES

Para: BRASEMB TEERÃ
CARAT=Reservado

Expedido em: 25/05/2009 15:06:02 N.º: 00283

GB/GB

Para: BRASEMB TEERÃ
CARAT=Reservado

Expedido em: 26/12/2008 18:43:03 N.º: 00381

Da SERE para
Brasemb Teerã
Em 26/12/2008

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=G/DOM II/AFEPA/DPG/DOM I/CGEUC
DESCR=GVIO-BRAS-IRAN
RTM=ISRBREM,USABREM,ARTBREM,SCABRAZ,ONUBRMS
CATEG=MG

//
Brasil-Irã. Visita do Senhor
ME. Requerimento de
Informações da Câmara dos
Deputados.
//

Nr. 00381

Retransmissão automática para Brasemb Tel Aviv, Brasemb
Washington, Brasemb Buenos Aires, DELBRASGEN e DELBRASONU

Transmito a seguir, para conhecimento de Vossa
Excelência, teor de resposta a Requerimento de
Informação sobre minha visita ao Irã, encaminhada à
Câmara dos Deputados em 19 de dezembro corrente.

"Com referência ao Ofício nº 3003/08, que remete o
Requerimento de Informação nº 3466/2008, de autoria do
Deputado Raul Jungmann, que solicita dados e
esclarecimentos sobre a viagem oficial que realizei ao
Irã, em novembro último, comunico:

1."Composição da delegação empresarial que acompanhou
a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores
brasileiro ao Irã."

- Sr. Alcantaro Correa, Vice-Presidente da CNI e
Presidente da Federação das Indústrias do Estado de
Santa Catarina (FIESC);
- Sr. José Meireles Junqueira, Vice-Presidente da
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
(FIEMG);

- Sr. Tácito de Avelar e Silva, Gerente de Ações Comerciais, FIEMG;
- Sr. Newton de Mello, Diretor-Titular Adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- Sr. Mauro Carneiro, Chefe da Unidade de Genética e Biotecnologia da EMBRAPA;
- Sr. Bruno Ribeiro Musso, Superintendente da Organização Nacional das Indústrias do Petróleo (ONIP);
- Sra. Irene Naomi, Gerente de Marketing Internacional da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO);
- Sr. Rúbio Fernal, Diretor, Grupo Odebrecht;
- Sr. Estevão Popovics, Presidente da SJP Consultoria (construção civil e transporte rodoviário);
- Sr. Farrokh Faradji Chadan, Vice-Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Irã;
- Sr. Nicolas Godel, Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Irã;
- Sr. Darcy Villela Itiberê Neto, Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Irã;
- Sr. Vancley Carlos Magalhães, Coordenador de Exportação, Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas;
- Sr. Wagner Mazolli, Diretor, Baumer S.A (produtos médicos, hospitalares e odontológicos);
- Sr. Emiliano Botelho, Grupo CAMPO (investimentos imobiliários rurais);

2."Autoridades iranianas com as quais foram estabelecidos encontros e pauta geral dos temas debatidos com cada uma delas."

Mantive encontro com o Presidente da República, Mahmoud Ahmadinejad; o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manouchehr Mottaki; e o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, Said Jalili. Além disso, co-presidi a abertura do Seminário Empresarial Brasil-Irã, que teve lugar na Câmara de Comércio daquele país. Em todos os encontros, frisei a importância do diálogo e da tolerância para que se possa atingir a desejada estabilidade no Oriente Médio e sublinhei a conveniência de um ambiente de paz e diálogo na região para o encaminhamento positivo do dossiê nuclear iraniano.

Na audiência com o presidente Ahmadinejad, fiz-lhe

entrega de mensagem do Presidente Lula, que recordava ser aquela a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Irã desde 1991, expressava o interesse brasileiro de aprofundar as relações bilaterais, particularmente na vertente econômico-comercial, e mencionava a possibilidade de troca de visitas presidenciais no futuro. Dentre outros temas abordados na conversa, destacam-se a crise econômica e a necessidade de reforma do sistema financeiro internacional; a política brasileira de valorizar os vínculos com os países do Oriente Médio; e o processo de integração na América do Sul.

O Secretário do Conselho de Segurança Nacional expôs a perspectiva de Teerã quanto ao tratamento internacional da questão nuclear iraniana.

Reiterei-lhe o apego brasileiro aos compromissos internacionais na área de desarmamento e não-proliferação e nosso intransigente cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a questão nuclear iraniana. Indiquei também estar o Brasil disposto a ajudar a encontrar solução pacífica aceitável a todos os envolvidos.

Na reunião de trabalho com o MNE Mottaki, discutimos sua futura visita ao Brasil; a possibilidade de reativação da Comissão Mista bilateral; o potencial de estreitamento de vínculos comerciais e culturais entre os dois países; e temas variados da agenda internacional.

3."Acordos bilaterais eventualmente assinados ou discutidos durante a visita oficial."

Não foi negociado ou assinado qualquer tipo de acordo bilateral.

4."Eventuais discussões sobre a utilização de energia nuclear para fins pacíficos de modo conjunto e, em caso afirmativo, os limites e contornos dessa cooperação."

Na viagem a Teerã não foram abordados temas relacionados à cooperação técnica bilateral em matéria nuclear ou de uso conjunto de energia nuclear.

5."Previsão de visita oficial do presidente iraniano ao Brasil ou do presidente brasileiro ao Irã."

Não há previsão de data para visitas presidenciais. Durante minha viagem a Teerã, e conforme a disposição

estampada na carta do Senhor Presidente da República, foi aberta a possibilidade de atender a demanda iraniana de visita ao Brasil. Ficou estabelecido que eventuais visitas presidenciais devem ser precedidas de cuidadosa preparação, com a realização prévia de missões ministeriais.

6."Temas gerais debatidos durante o Encontro Empresarial Brasil-Irã; mecanismos previstos com o objetivo de adensar o intercâmbio comercial entre os dois países; áreas do comércio bilateral que deverão ser priorizadas nos próximos anos; perspectivas sobre o desempenho do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã para o futuro."

No seminário "Brasil-Irã: Novas Oportunidades de Negócios", foram realizadas exposições do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Irã, Mohammad Nahavandian, e do Vice-Presidente da CNI e Presidente da FIESC, Sr. Alcantaro Correa, que discorreu sobre as potencialidades da indústria brasileira. Foram também debatidos temas como a economia e a cultura de negócios do país persa, coletados dados atualizados sobre o comércio exterior iraniano e a legislação para investimentos estrangeiros, e exploradas oportunidades específicas de negócios.

A missão comercial teve caráter prospectivo, com o objetivo de avaliar o potencial do mercado interno e identificar oportunidades concretas de negócios. Foram ventilados como mecanismos para o seguimento dos contatos um possível memorando de entendimento entre a Embrapa e instituição de pesquisa agrícola persa; e novos encontros empresariais e missões recíprocas. As áreas de comércio que deverão ser priorizadas nos próximos anos são: "commodities" agrícolas, bens de capital (como máquinas e equipamentos para a indústria de petróleo e gás), autopeças, vagões e equipamentos e materiais médico-hospitalares. Foi ainda detectado potencial para parcerias nos setores agrícola, de infra-estrutura e logística, tecnologia da informação, saúde, têxtil, mineração e petróleo e gás.

A perspectiva para o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã é positiva. O Irã tem mercado consumidor de cerca de 70 milhões de pessoas, com alta demanda de produtos da pauta exportadora brasileira, e declarado interesse em comprar mais do Brasil.

Recorde-se que o Irã foi, em 2007, o principal mercado para as exportações brasileiras no Oriente Médio, com compras superiores a US\$ 1,8 bilhão.

7."Possíveis impactos nas relações Brasil-Estados Unidos da América devido a uma aproximação comercial/política com o Irã."

Não se vislumbram impactos nas relações Brasil-EUA. O diálogo político entre o Brasil e os Estados Unidos sobre o Irã é maduro, franco e transparente. O Governo norte-americano sabe que a política externa brasileira é independente e pautada pela moderação, a conciliação e o diálogo com todos os países. Tem também consciência de que nada nas relações bilaterais do Brasil com o Irã infringe as sanções das Nações Unidas ou contribui para a instabilidade internacional.

8."Possíveis impactos nas relações entre o Brasil e Israel devido à visita oficial ao Irã; razões que motivaram, logo após a visita oficial, a convocação do titular da Embaixada israelense em Brasília para prestar esclarecimentos ao Ministério das Relações Exteriores; posição do Brasil diante do conflito entre palestinos e israelenses."

O Governo brasileiro não vê motivos para impactos negativos nas relações com Israel. O fato de o Brasil manter relações e dialogar com determinado país não significa não ter diferenças com esse país na área internacional.

Em diversas ocasiões e nos mais diferentes níveis de diálogo, inclusive após minha visita a Teerã, representantes do Governo brasileiro reiteraram não poder haver dúvida quanto ao compromisso brasileiro com o inequívoco direito do Estado de Israel à existência pacífica e segura. O Brasil condenou de forma veemente, em 2006, as afirmações iranianas quanto ao extermínio de Israel e de negação do Holocausto. Mais tarde, co-patrocinou a resolução das Nações Unidas que estabeleceu o dia 27 de janeiro como "Dia Internacional das Vítimas do Holocausto".

Em minha mais recente visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dessa Casa, em 3 de dezembro, fiz questão de reiterar, em resposta a indagação do Deputado Marcelo Itagiba, a posição do Governo brasileiro a respeito dessas matérias.

A diplomacia brasileira entende que o isolamento nunca é mais eficaz que o engajamento construtivo. A convivência harmônica das comunidades árabe e judaica no Brasil constitui exemplo de como a experiência brasileira pode contribuir para a paz e o entendimento.

Destaque-se também que o relacionamento político e

Para: BRASEMB TEERÃ
CARAT=Reservado

Expedido em: 26/12/2008 18:43:03 N.º: 00381

comercial entre Brasil e Israel encontra-se em níveis inéditos - como exemplificado pelo alto número de visitas brasileiras a Israel (já visitei o país em duas ocasiões nos últimos quatro anos e planejo ir novamente no início de 2009); e pelo Acordo de Livre Comércio Mercosul - Israel, o primeiro do gênero firmado pelo Mercosul com um país extra-regional. Por considerar inadequados e não-condizentes com o excelente nível do diálogo bilateral respeitoso e transparente entre os Governos de Brasil e Israel, o Itamaraty convocou o Encarregado de Negócios da Embaixada de Israel em Brasília e manifestou desagrado com suas declarações à imprensa sobre a visita. Quanto à questão israelo-palestina, o Brasil apóia a "solução de dois Estados" -- defende a criação de um Estado palestino independente, democrático, geograficamente coeso e economicamente viável nos territórios ocupados por Israel desde 1967, ao lado do Estado de Israel, cuja existência segura e pacífica, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, deve ser garantida. Por acreditar que uma solução definitiva para o conflito somente poderá ser alcançada mediante o diálogo, o Brasil mantém firme apoio a todas as iniciativas de paz, em particular as que apontem para um envolvimento mais abrangente da comunidade internacional. O País tem procurado contribuir para os esforços de paz, tanto por meio de renovada interlocução política com as partes envolvidas, como por contribuições concretas para a melhoria das condições de vida nos territórios palestinos.

Atenciosamente,
Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores"

EXTERIORES

LLGNF/LLGNF

Para: BRASEMB TEGUCIGALPA
CARAT=Reservado

Expedido em: 23/01/2008 16:48:17 N.º: 00007

Da SERE para
Brasemb Tegucigalpa
Em 23/01/2008

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DMAC/DREN/DRN/DOC/CGDECAS/ABC/DIR II
DESCR=PEXT-BRAS-HOND
REF/ADIT=TEL 585 2007, TEL 592 2007
CATEG=MG

//
Brasil-Honduras. Visita do
Chanceler Milton Jiménez
Puerto ao Brasil. Relatório.
//

Nr. 00007

RESUMO=
Relata as reuniões mantidas pelo Chanceler Milton
Jiménez Puerto em sua visita ao Brasil, no período de
9 a 11 de janeiro de 2008.

Informo. O Chanceler de Honduras, Milton Jiménez
Puerto, realizou visita oficial ao Brasil no período
de 9 a 11 de janeiro de 2008. Em Brasília, no dia 9/1,
encontrou-se comigo e manteve reuniões de trabalho no
Ministério de Minas e Energia e no Ministério de
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No dia
11 de janeiro, manteve reuniões na Petrobras, na
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro -
FIRJAN, e no Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES. Designei o Secretário
Erwin Epiphanyo para acompanhar as mencionadas
reuniões.

2. Durante a reunião de trabalho mantida no Gabinete,
expressei minha satisfação pelo excelente estado em
que se encontram as relações bilaterais, evidenciado
pela intensa troca de visitas de alto nível e missões
técnicas, e reafirmei ao Ministro Milton Jiménez
Puerto a disposição do Governo brasileiro de ampliar e
aprofundar a cooperação mantida com Honduras, nos mais

diversos campos.

3. O Chanceler Milton Jiménez Puerto expressou sua satisfação com a visita, pelo fato de consolidar tendência de aprofundamento e diversificação do relacionamento bilateral. Nesse sentido, reafirmou o agradecimento do Governo hondurenho pelo apoio do Governo brasileiro em favor do perdão da dívida de Honduras junto ao BID (US\$ 1,3 bilhão), observando que esses recursos seriam utilizados em programas destinados à redução da pobreza no país.

4. O Chanceler observou que o Presidente José Manuel Zelaya Rosales gostaria de visitar o Brasil ainda no primeiro semestre de 2008, atendendo ao convite que lhe fora formulado por ocasião da visita do Presidente Lula a Tegucigalpa. Comentei que a visita do Presidente Zelaya seria oportuna, na medida em que está sendo preparada nova reunião de Cúpula Brasil-SICA, a ter lugar em El Salvador, no primeiro semestre de 2008, em datas a serem fixadas oportunamente. Indiquei a disposição de fixar data para a visita do Presidente Zelaya tão logo seja possível.

5. Milton Jiménez Puerto expressou o desejo de seu Governo, no sentido de que Honduras possa vir a ser proximamente um dos países beneficiários da colaboração triangular prevista no Memorando de Entendimento Brasil-EUA para avançar a cooperação em biocombustíveis assinado em março de 2007. Em resposta, indiquei que não teríamos nenhuma objeção a essa idéia, e estaríamos abertos a essa possibilidade. Comentou que o problema energético constitui motivo de preocupação para Honduras, e que, em vista de estudos recentemente realizados, haveria indícios de petróleo em altas profundidades (cerca de 6000 metros), e que o Governo hondurenho desejaria receber a cooperação do Brasil também nessa área, razão pela qual - observou - pretendia manter encontro na Presidência da Petrobras no contexto de sua visita ao Brasil.

6. Comentei que os pedidos de financiamento solicitados pelo Governo hondurenho para obras naquele país - Estrada Tegucigalpa-Catacamas (no valor de cerca de US\$ 80 milhões) e dos projetos hidroelétricos de "Jicatuyo" e "Los Llanitos" (no valor de US\$ 185 milhões, para fornecimento de bens e serviços brasileiros) estão bem encaminhados e que o Governo

brasileiro se manifestará de maneira favorável em relação a essas solicitações. Sugeri, nesse sentido, que o Ministro Jiménez Puerto aproveitasse sua estada no Rio de Janeiro para manter encontro no BNDES, e com a FIRJAN. Sugeri, ademais, que se encontrasse com o Ministro do Planejamento para tratar do tema da adesão do Brasil como sócio extra-regional do BCIE (o Ministro Paulo Bernardo, a meu pedido, se dispôs a recebê-lo, mas, por problemas de agenda do visitante, o encontro não chegou a acontecer).

7. Reafirmei a disposição do Governo brasileiro de promover cooperação cultural e esportiva com Honduras. Observei, a esse respeito, que, em vista da crescente demanda por cooperação esportiva - notadamente no futebol - estava sendo constituída no Itamaraty uma Unidade especificamente orientada para prestar esse tipo de colaboração. No plano da cooperação entre academias diplomáticas, indiquei que o Governo brasileiro estaria pronto para implementar o Convênio firmado entre o Instituto Rio Branco e sua homóloga hondurenha. O Embaixador Brian Michael Frazer Neele tomou a palavra para informar que, como resultado de visita que fez ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o MDS está disposto a enviar missão a Honduras com vistas à disseminação do conceito e das práticas de alguns programas sociais brasileiros, como o Bolsa Família. O Chanceler Milton Jiménez Puerto tomou nota, com satisfação, dessas informações.

8. Por fim, ao discorrer sobre temas multilaterais, reafirmei a meu interlocutor o agradecimento e o apreço do Governo brasileiro pelo apoio de Honduras à postulação brasileira de se tornar membro permanente do CSNU. Ao final da reunião, teve lugar a assinatura do Projeto "Ações Integradas para a Gestão de Recursos Hídricos em Honduras" no marco do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica sobre Gestão de Recursos Hídricos, assinado em 7 de agosto de 2007, durante a visita do Senhor Presidente da República a Honduras. Após a reunião no Gabinete, ofereci ao Chanceler Milton Jiménez Puerto almoço na Sala Rio de Janeiro, ocasião em que, em atmosfera de grande cordialidade, examinamos outros temas, relacionados com aspectos da agenda multilateral.

9. Na reunião no Ministério de Minas e Energia, o Chanceler Jiménez Puerto foi recebido pelo Chefe de

Gabinete do Ministro, Ricardo Gomide, pelo Secretário de Petróleo e Gás e pelo Coordenador-Geral do Departamento de Energias Renováveis, juntamente com outros funcionários daquele órgão. O Chanceler expressou o interesse de Honduras em ser beneficiário da cooperação triangular prevista no Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos, que prevê a cooperação na área de biocombustíveis em terceiros países, como Haiti, República Dominicana e El Salvador. Segundo o Chanceler, há investidores hondurenhos e estrangeiros interessados no cultivo da cana-de-açúcar em Honduras, dadas as condições favoráveis do país. Os funcionários do MME sugeriram que Honduras enviasse uma delegação de técnicos, no início de abril, para conhecer de perto a experiência brasileira no setor energético, visitando centros de pesquisa, plataformas "offshore" na Bacia de Campos, a Embrapa e centros de produção, para conhecer a tecnologia brasileira desenvolvida na mistura do etanol com a gasolina, entre outros temas. O MME sugeriu que os técnicos hondurenhos se familiarizassem também com a estruturação do marco legal do programa do álcool no Brasil, bem como sobre modalidade de financiamento.

10. Os funcionários do MME afirmaram com relação ao Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos sobre biocombustíveis, que as partes ainda se encontram na fase inicial de desenvolvimento dos projetos, mas indicaram a possibilidade de que Honduras viesse a ser eventualmente contemplada como beneficiária da cooperação triangular prevista no instrumento. Salientaram que o Brasil conseguiu dobrar a eficiência da produção de biocombustíveis com a ajuda da Embrapa, além de aumentar o emprego e renda no campo. Com a obrigatoriedade da adição de 2% de biocombustível no diesel, a produção estimada para o Brasil passou a ser 2 bilhões de litros por ano. O programa teria um viés econômico e social, uma vez que permite a produção via agricultura familiar, atendendo à demanda do campo por renda e emprego.

11. Outro tópico abordado foi a possibilidade de que a Petrobras venha a realizar operações de prospecção de petróleo em águas profundas hondurenhas. As áreas potenciais de exploração ainda não foram licitadas, mas as informações sobre a previsão de licitação serão divulgadas em breve e a Embaixada de Honduras poderá disponibilizá-las às empresas interessadas. Segundo

estudos preliminares realizados, haveria possibilidade de existência de reservas na região litorânea do país.

12. Os funcionários do MME sugeriram que a missão hondurenha que venha a visitar o Brasil conheça também o programa "luz para todos", que permitiu a extensão da rede elétrica a milhões de pessoas que ainda não dispunham de energia, numa política de universalização do atendimento dos serviços. Outra sugestão foi que os hondurenhos conhecessem a forma brasileira de operação, gestão e administração de redes elétricas. Por fim, sugeriram a possibilidade de que a missão hondurenha também conhecesse o PROINFA, programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas). Ao final do encontro, o Chanceler Jiménez Puerto agradeceu as informações bem como a sugestão de enviar missão técnica hondurenha e ficou de definir a data para sua realização.

13. No Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Chanceler Jiménez Puerto foi recebido pelo Secretário-Executivo, Ivan Ramalho, e pelo Assessor Especial para Assuntos Internacionais, José Mauro Couto, entre outros funcionários. O Chanceler hondurenho afirmou que seu país pretende superar os obstáculos ao aumento do fluxo comercial com o Brasil, incentivar os investimentos privados em diversas áreas produtivas e promover o intercâmbio turístico para Honduras. Disse acreditar que os empresários brasileiros poderiam aproveitar várias oportunidades de negócios com Honduras. As vantagens de Honduras, segundo o Chanceler, seriam diversas. O país conta com o único porto da região certificado pelo Governo norte-americano, o que constituiria uma vantagem para os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos, uma vez que se evitaria a dupla tributação aduaneira. Além disso -- precisou -- Honduras mantém um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, o que poderia ser explorado como uma plataforma para a entrada de produtos brasileiros no mercado norte-americano. Outro benefício seria a mão-de-obra barata, o que facilitaria a redução de custos às empresas brasileiras que ali se instalassem. O Chanceler Jiménez Puerto afirmou que, diferentemente do que acontece entre o Mercosul e a União Européia, as negociações entre a América Central e aquele bloco europeu se encontram em fase bem avançada e que, até o

fim do corrente ano, terminariam esse processo negociador. Recordou a realização da próxima Cúpula Brasil-SICA, no primeiro semestre de 2008, e indicou que Honduras pretende participar como observador no Mercosul. Propôs, por fim, o fortalecimento das Câmaras de Comércio dos países da América Central no Brasil, sugerindo, para isso, a possibilidade de que viessem a funcionar conjuntamente.

14. O Secretário-Executivo do MDIC lembrou que o Brasil está ampliando muito as importações de várias áreas do mundo (as quais totalizaram mais de US\$100 bilhões, em 2007) e acredita que muito pode ser feito para aumentar o comércio entre os dois países, sobretudo com base no cruzamento de pautas. Disse ser interesse do Brasil aumentar suas importações dos países da América do Sul e Central. Observou que o Governo brasileiro tem favorecido projetos de construção de hidrelétricas na América Central, através da linha especial de financiamento do programa PROEX, bem como pelo BNDES, e vê com interesse o projeto de construção de duas hidrelétricas em Honduras, cujo pedido de financiamento ainda se encontra sob análise do BNDES.

15. O Chanceler aproveitou a oportunidade para ressaltar que o Governo de Honduras quer fazer parte da iniciativa de produção de etanol na região e pretende impulsionar esse projeto, a fim de aumentar suas exportações para os Estados Unidos. Para isso, quer cooperar com o Brasil nessa área. Mencionou o caso das altas tarifas praticadas pelo Brasil em relação aos charutos hondurenhos e solicitou o exame da possibilidade de que o MDIC proceda à revisão dessas tarifas na próxima reunião da CAMEX. Observou que Honduras procura novos mercados consumidores para seus charutos, escapando das altas taxas praticadas nos Estados Unidos. O Secretário Executivo do MDIC se dispôs a analisar essa questão. Ficou acordada, por fim, uma troca de correspondência entre a Embaixada de Honduras e o MDIC com vistas ao cruzamento de pautas de comércio. O MDIC também se propôs a apoiar a realização de uma possível missão de empresários hondurenhos para conhecer a produção do etanol no Brasil.

16. Na Petrobras, no Rio de Janeiro, no dia 11 de janeiro, o Chanceler Milton Jiménez Puerto foi recebido pelo Diretor Internacional da empresa, Nestor

Cerveró. O Chanceler hondurenho salientou que Honduras dispõe de 200.000 km quadrados de mar territorial, cujos limites foram recentemente objeto de acordo e demarcação, em definitivo, com a Nicarágua, e que estudos conduzidos por empresas japonesas, norte-americanas e canadenses indicam a existência, em águas profundas, de petróleo, em volume exportável. Disse que o tema energético ocupa espaço fundamental na agenda do país e que Honduras necessita a cooperação de uma empresa como a Petrobras, com tecnologia necessária para viabilizar essa exploração petrolífera.

17. Outro tema tratado na reunião foi o interesse de Honduras em ser incorporado como beneficiário do programa de cooperação triangular em matéria de biocombustíveis previsto no Memorando de Entendimento entre o Brasil-EUA. Mencionou-se a intenção de realizar missão de técnicos e especialistas hondurenhos ao Brasil, aventada na reunião no Ministério de Minas e Energia. O Chanceler sublinhou que Honduras poderia servir de ponte para a exportação de álcool brasileiro para os Estados Unidos, país com o qual assinou um Tratado de Livre Comércio, e que o país possui o único porto seguro certificado pelo Governo norte-americano em todo a região. Por fim, expressou o interesse de Honduras de conhecer o programa brasileiro de biodiesel, pela perspectiva que traria - caso reproduzido em Honduras - de desenvolver a agricultura familiar em regiões deprimidas economicamente do sul do país.

18. O Diretor Internacional de Petrobras concordou em receber a missão técnica hondurenha e se dispôs a analisar as possibilidades de produção de biocombustíveis em Honduras, bem como sua possível exportação para os Estados Unidos, utilizando Honduras como base. Propôs o envio de uma missão de técnicos da Petrobras especializados em exploração em águas profundas, a fim de analisar os dados disponíveis sobre os campos de petróleo hondurenhos. Sugeriu que, até fevereiro próximo, as partes acordassem uma data para a realização da missão e definissem seu programa de trabalho.

19. Outro tema mencionado pelo Chanceler foi a necessidade de Honduras de construir novos tanques de armazenamento de combustível, uma vez que o Governo hondurenho é obrigado a praticar um preço no mercado

interno e precisa de estoques. O Diretor Internacional afirmou que a Petrobras tem interesse no sistema de "tancagem" e pediu que a parte hondurenha encaminhasse informações adicionais sobre a situação do país nesse setor.

20. Jiménez Puerto acrescentou que, pelo programa de integração energética da América Central, existe uma licitação em andamento para a construção de uma refinaria na região. A esse respeito, o Diretor Nestor Cerveró indicou a possibilidade de que a Petrobras venha a refinar petróleo na América Central e exportá-lo para os Estados Unidos, dada a necessidade de aumentar o refino do petróleo brasileiro. Ao final do encontro, ficou acordada a troca de correspondência entre a Embaixada de Honduras e a Petrobras para acertar as datas para a realização das missões ao Brasil e a Honduras.

21. Na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, o Chanceler hondurenho foi recebido pelo Vice-Presidente, Luis Chor, e pelo Gerente do Centro Internacional de Negócios, Caio de Mello Franco. O Chanceler Jiménez Puerto mencionou o recente estreitamento das relações entre o Brasil e Honduras, e recordou a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Honduras, acompanhado de missão empresarial, no momento em que se celebrava o primeiro centenário do estabelecimento das relações entre os dois países. Salientou ser interesse do Governo hondurenho estimular as oportunidades de intercâmbio comercial entre os dois países e atrair investidores brasileiros para Honduras. Observou ter havido, no passado, investimentos brasileiros na área de infra-estrutura em Honduras, e que, atualmente, há o plano de construção de duas hidrelétricas pelo consórcio Odebrecht/Furnas. Ressaltou as vantagens de Honduras para o estabelecimento de empresas brasileiras, além das condições favoráveis ao investimento, principalmente no setor de turismo, o que poderia ser evidenciado pela criação de zona livre de impostos para o turismo, ademais da existência de uma cultura indígena forte, sincretismo cultural, a presença da arquitetura colonial, praias e o fato de Honduras ser considerada referência no mergulho esportivo. Além disso, mencionou o crescimento de 7% na economia no ano passado, com apenas 4% de inflação, com índices de redução de 6% na pobreza e de 4% na indigência. O Chanceler lembrou o Tratado de Livre Comércio com os

Estados Unidos e a certificação de porto seguro para exportação, e salientou ser baixo o custo de mão-de-obra local. Disse ser interesse de Honduras promover maior intercâmbio com o Brasil em programas de transferência de renda, cooperação técnica e estímulo ao microcrédito, por meio do recém criado "Banco Popular". Mencionou, por fim, o interesse em revitalizar a Câmara de Comércio Brasil-Honduras, e solicitou à FIRJAN que divulgasse junto a seus integrantes a disposição de Honduras em promover essa aproximação com o empresariado fluminense.

22. O Vice-Presidente Chor agradeceu a visita do Chanceler e manifestou o interesse da FIRJAN em promover maior intercâmbio com os empresários hondurenhos e sugeriu uma visita desses à FIRJAN, além de oferecer a possibilidade da realização de uma rodada de negócios para os empresários que acompanhassem o Presidente Zelaya em visita ao Brasil. Ressaltou que há espaço para o crescimento do comércio com os países da América Central, e há casos de sucesso, como, por exemplo, a Odebrecht, a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras, que têm realizado diversas operações na região. Salientou, por fim, o bom momento econômico que o Brasil vive, além da estabilidade da moeda e do câmbio, como fatores de estímulo ao aumento desse intercâmbio.

23. Na sua última reunião naquela capital, o Chanceler hondurenho foi recebido no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pelo Vice-Presidente da instituição, Armando Mariante, e pela Chefe de Departamento de Comércio Exterior, Luciene Machado. O Ministro Milton Jiménez Puerto enfatizou a importância de se aumentar o investimento brasileiro nos países em desenvolvimento e enfatizou o estreitamento dos vínculos entre o Brasil e Honduras. Lembrou a aproximação do Brasil com o Banco Centro-americano de Integração Econômica-BCIE e a possível participação brasileira, como sócio extra-regional, nesse organismo, proposta por Honduras. Precisou que a visita ao BNDES, para além de seu caráter de cortesia, demonstra o interesse do Governo de Honduras de expandir e intensificar as relações econômicas e políticas como Brasil.

24. A Chefe do Departamento de Comércio Exterior do BNDES fez menção ao projeto da adequação e recuperação do sistema de transmissão e distribuição de energia

Para: BRASEMB TEGUCIGALPA
CARAT=Reservado

Expedido em: 23/01/2008 16:48:17 N.º: 00007

elétrica de Honduras, e disse que a solicitação de financiamento da operação se encontra em exame no BNDES. Disse que a Construtora Norberto Odebrecht encontra-se em fase final de negociações com a Empresa Nacional de Energia Elétrica - ENEE para a construção de duas hidrelétricas, "Los Llanitos" e "Jicatuyo", que somam 250 MW de potência instalada. O valor total estimado para todas as fases do projeto é de US\$ 650 milhões e a estruturação do financiamento necessário está sendo conduzida pelo Banco Centro Americano de Integração Econômica - BCIE. Parte deste valor será disponibilizado pelo BNDES para a parcela de exportações brasileiras de bens e serviços em um montante de até US\$ 185 milhões, com garantia direta do BCIE ao BNDES. Disse que a expectativa é de que o projeto seja aprovado em março de 2008. O Chanceler hondurenho agradeceu as informações e salientou que o Governo hondurenho está disposto a fazer qualquer gestão que contribua para uma decisão favorável do BNDES em relação ao tema. Afirmou, por fim, que o apoio dado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido fundamental para solidificar a amizade e cooperação entre os dois países.

EXTERIORES

EBBE/PSE

Para: BRASEMB TEGUCIGALPA
CARAT=Reservado

Expedido em: 03/02/2009 19:58:25 N.º: 00023

Da SERE para
Brasemb Tegucigalpa
Em 03/02/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DPG/DOC/CGDECAS/DMAC
DESCR=XPRO-HOND
REF/ADIT=TEL 45
CATEG=MO

//
Promoção comercial.
Brasil-Honduras. COFIG.
Solicitação de informação.
Centrais elétricas de Los
Llanitos e Jicatuyo.
//

Nr. 00023

Com o objetivo de subsidiar análise de risco de operação a ser eventualmente apreciada no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) solicita informações e comentários sobre a seguinte operação com Honduras:

- Objeto: engenharia, procura e construção das centrais elétricas de Los Llanitos e Jicatuyo;
- Objetivo do projeto: i) adequação e melhoramento do sistema de transmissão e transformação existente; e ii) recuperação e ampliação do sistema de distribuição existente de Honduras;
- Exportador: Construtora Norberto Odebrecht S.A.;
- Importador/devedor: Fideicomisso de Inversões, Administração e Garantias a ser constituído;
- Natureza jurídica: privada;
- Setor: financeiro (excluindo Bancário e Seguros);
- Valor das exportações: US\$ 271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de dólares);
- Valor do financiamento: US\$ 271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de dólares, o que compreende

100% das exportações brasileiras);

- Banco financiador: BNDES Exim Pós-Embarque;
- Prazo total: 15 anos;
- Garantia solicitada: garantia soberana, através do Ministério das Finanças.

2. O pedido de informação formulado pela SBCE refere-se, especificamente, aos seguintes pontos:

Aspectos políticos e legais

- * Breves considerações sobre os cenários econômico e político do país;
- * Nível de comprometimento e grau de prioridade para o governo local em relação ao projeto;
- * Medidas adotadas pelo governo local em benefício do projeto.

Aspectos gerais sobre o devedor e sobre o projeto.

Opinião sobre o mérito e os riscos do projeto.

3. Muito agradeceria o obséquio de enviar, com a possível brevidade, as informações solicitadas pela SBCE.

4. Com relação à análise do projeto pelo lado brasileiro, ressalto que, consultado à respeito, o BNDES informou, no dia 30 de janeiro último, que a empresa exportadora (CNO) deu entrada no pedido de financiamento apenas no início do mês passado. A representante do Banco destacou que, por se tratar de projeto de grande porte, que envolve, também, o estabelecimento de "Fideicomisso", a análise técnica torna-se mais complexa. Acrescentou, ainda, que houve mudança significativa na proposta : o BCIE reviu sua posição anterior, quando havia acenado com a possibilidade de garantir parte do financiamento, e definiu que sua participação será apenas no "funding" do projeto (com parcela de US\$ 100 milhões). O exportador, por sua vez, aumentou a solicitação de financiamento por parte do BNDES (de US\$ 185 milhões para US\$ 270 milhões). Os novos elementos da proposta financeira, bem como as dúvidas sobre a gerência e a legislação local sobre o "Fideicomisso" a ser estabelecido ("aspectos de governança"), exigirão, portanto, tempo e prudência na análise do projeto por

Para: BRASEMB TEGUCIGALPA
CARAT=Reservado

Expedido em: 03/02/2009 19:58:25 N.º: 00023

parte do Banco.

EXTERIORES

GB/GB

De: BRASEMB TEGUCIGALPA

Recebido em: 07/04/2010 14:55:20 N.º: 00123

CARAT=Reservado

De Brasemb Tegucigalpa para Exteriores em 07/04/2010 (JWB)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DMAC/DEA/CGEUC/DNU

DESCR=POIN-HOND

RTM=USABREM,OEABRMS

RTM/CLIC=

CATEG=MG

//

Honduras. Golpe de Estado

Presidente Zelaya na

Embaixada.Semanas de 10 a 16 e

17 a 23 de janeiro de 2010.

Telegrama 15.

//

Nr. 00123

Retransmissão automática para Brasemb Washington e DELBRASUPA

RESUMO=

Comento as negociações para a saída do Presidente Zelaya da Embaixada, as visitas de representantes da Odebrecht e de deputados da RFA e os preparativos para a posse de Pepe Lobo.

"Informo. Os dias têm passado com monotonia na Embaixada. A grande expectativa atualmente do Presidente Zelaya é mesmo sobre o resultado das gestões para a sua saída do prédio no dia 27, como um "cidadão comum", daí a grande importância da visita de Porfirio Lobo Sosa ao Presidente Leonel Fernández.

2. O dirigente nacionalista Mario Canahuati, que nos

dias seguintes seria confirmado no cargo de Ministro das Relações Exteriores do Governo de Pepe Lobo, deu entrevista ao jornal "La Tribuna" no dia 12 de janeiro, em que destacou a necessidade de reorganização do Serviço Exterior hondurenho. Com relação ao Brasil, Canahuati declarou que "ha habido una situación que hay que resolver por el caso de la Embajada". Adiantou que havia conversações com todos os países do continente, inclusive com o Brasil.

3. Na sessão na tarde do mesmo dia 12, a Mesa Diretora do Congresso Nacional não resistiu às pressões, tanto dos partidários de Micheletti quanto dos de Manuel Zelaya e decidiu deixar para os novos deputados, a serem empossados no dia 25, a decisão de discutir o polêmico projeto de anistia política. Segundo o Vice-Presidente do CN, Ramón Velásquez Nazar, ferrenho adversário do PR Zelaya, pairavam muitas dúvidas sobre o "alcance" do decreto e "não havia tempo" para uma análise mais aprofundada do texto da proposta.

4. A polarização sobre o tema chegou a tal ponto que simpatizantes do Chefe de Estado e de Micheletti, ambos contrários à iniciativa, realizaram ruidosas manifestações no dia 11, no térreo do edifício do Parlamento. Com tal decisão, perderam os partidários de uma paz necessária e urgente para Honduras, desaparecendo mais uma oportunidade para, pelo menos, marcar o início de uma reconciliação até 27 de janeiro.

5. Enquanto isso, a decisão da Corte Suprema de Justiça de aceitar a denúncia contra a cúpula militar hondurenha, se bem que considerada fato positivo pela comunidade internacional, não deixa de, paradoxalmente, contribuir, após o adiamento da votação da esperada anistia, para a continuação do clima de incerteza no país. Na mesma sessão, o Congresso ratificou, quase por unanimidade, decreto do Executivo sobre a denúncia de Honduras ao Tratado de Adesão à ALBA, o que já era dado como certo, tal a oposição do Parlamento à "atuação" do Presidente Hugo Chávez em relação à crise política hondurenha. No entanto, o país seguiu como membro da iniciativa "Petrocaribe".

6. Por outro lado, o Presidente Zelaya começou a reconhecer a necessidade de aproximação com o futuro

mandatário Porfirio Lobo Sosa, ao mesmo tempo em que este seguia firme em sua busca de reconciliação no país e reiterava seu desejo de restabelecer os vínculos de Honduras com a comunidade internacional, de modo a garantir a estabilidade de seu governo, que terá enormes desafios pela frente.

7. Com relação ao Brasil, cumpre registrar a presença em Tegucigalpa do Vice-Presidente de Novos Negócios da Construtora Norberto Odebrecht, Marcelo Jardim, e do assessor Sérgio Delocco, cuja missão seria a de "sondar" personalidades do futuro governo com vistas à reativação dos projetos de construção das hidrelétricas de "Los Llanitos" e "Jicatuyo", o que implica, necessariamente, a indispensável normalização do relacionamento de Honduras com o Brasil. Os representantes da empresa disseram-me pretender entrevistar-se com autoridades brasileiras, a fim de dar-lhes a conhecer a posição dos interlocutores do próximo governo "Pepe" Lobo sobre o futuro dos mencionados projetos.

8. Marcelo Jardim e o assessor Sérgio Delocco conversaram com a Senhora Maria Antonieta Guillén de Bográn, eleita "Designada Presidencial" (Vice-Presidente) na chapa do candidato vitorioso a Presidente, Porfirio Lobo Sosa, e pessoa considerada da inteira confiança do próximo mandatário hondurenho. Disse-me Jardim que a Senhora Guillén de Bográn está totalmente ciente de que os referidos projetos só poderão ser reativados após a normalização das relações de Honduras com o Brasil. Nesse sentido, a "Vice-Presidente", coordenadora da equipe de transição presidencial, revelou a Marcelo Jardim que "Pepe" Lobo já havia decidido fazer gestos importantes, logo no início do governo, para uma reaproximação com o Brasil.

9. Segundo Jardim, a próxima "Designada Presidencial", ciente da exigência de vistos para ingresso em ambos os países, salientou que, unilateralmente, o governo de Lobo deixaria sem efeito a suspensão do Acordo de Isenção de Vistos. A propósito, recordo que, há uns dois meses, a Senhora Bográn havia cancelado viagem ao Brasil por alegada premência de tempo para a obtenção de visto. Os funcionários da Odebrecht disseram-me que a Senhora Guillén de Bográn estava muito bem informada das dificuldades do relacionamento entre Honduras e Brasil

na gestão de Micheletti e que chegara a mencionar a disposição do próximo Presidente de ordenar a retirada de queixa contra o Brasil, apresentada pelo governo de "facto" na Corte Internacional de Justiça.

10. No dia 19, o Presidente Zelaya confirmou-me notícias sobre as visitas de Porfirio Lobo à República Dominicana e à Guatemala. Disse-me que se está negociando, via Presidente Leonel Fernández, com o apoio dos EUA e do Brasil, sua saída da Embaixada no dia 27, apenas com um salvo-conduto, como um turista hondurenho qualquer, sem o "status" de asilado político. A visita de Lobo a Santo Domingo, que poderá ocorrer amanhã, 20, seria exatamente para "fechar" o esquema. Segundo o Chefe de Estado, os Presidentes centro-americanos e o próprio Fernández viriam assistir à posse de Porfirio Lobo e, subsequentemente, ele, Zelaya, deixaria a Embaixada com destino àquela capital caribenha. O PR afirmou, cautelosamente, que as negociações continuam nesse sentido. A ida de "Pepe" Lobo à Guatemala, onde se entrevistaria na quinta-feira, 21, com o Presidente Álvaro Colom, estaria no contexto das referidas negociações. Percebi o Chefe de Estado ansioso, mas ainda não tão seguro do êxito do plano para a viagem à RD. Ressalto que Zelaya, ciente da recente visita do Senhor Diretor do DACC àquele país, agradeceu "mais um esforço" do Brasil para uma solução da crise hondurenha".

11. O Presidente foi claro ao salientar que não se entregará aos tribunais, pois "não existe justiça em Honduras". Ainda bastante magoado com Micheletti, fez comentários até positivos sobre o futuro mandatário Porfirio Lobo. Disse-me que emissário de "Pepe" não recebera autorização para visitá-lo na Embaixada, mas que ele, "Pepe" já havia manifestado interesse em dialogar com a "Resistencia Zelayista". Zelaya chegou mesmo a entender a intenção do futuro dirigente de incluir Roberto Micheletti entre os ex-Presidentes que comporão o "Conselho Assessor de ex-Presidentes". Reconheceu que Lobo está sofrendo pressões "incríveis" de setores da direita radical e "tem que fazer algumas concessões". Também recordou que o próximo mandatário já vem se desentendendo com Micheletti há algum tempo.

12. Conversei com o Encarregado de Negócios do México, Carlos Torres, que me indagou se eu recebera convite da Presidência do Congresso para cerimônia de instalação, no dia 25, da legislatura 2010-2014.

Respondi que sim, mas, de imediato, afirmei que não assistiria ao evento. Torres, que também não irá ao Parlamento, revelou que contactara, ainda, os colegas da Espanha, Nicarágua, Panamá, El Salvador e França sobre o assunto. Ainda que tenham recebido o convite, todos mencionaram que não comparecerão, inclusive porque há possibilidade da presença de Micheletti na solenidade.

13. No dia 20, finalmente, o Presidente Zelaya aceitou os termos do Acordo celebrado em São Domingos, notícia que teve grande repercussão na mídia local, que destacou o anúncio do "Acuerdo para la Reconciliación Nacional y el Fortalecimiento de la Democracia en Honduras", assinado na capital dominicana pelo Presidente Leonel Fernández e pelo Presidente eleito de Honduras, Porfirio Lobo, tendo como testemunhas os Senhores Elvin Santos, ex-candidato do Partido Liberal; César Ham, ex-candidato do partido Unificación Democrática; Felícito Ávila, ex-candidato do partido Democracia Cristã, e Mario Canahuati.

14. O Acordo, com vigência a partir do dia 20 de janeiro, tem três pontos: "Sobre el Gobierno de Unidad y Reconciliación Nacional", "Sobre la Normalización de las Relaciones de la República de Honduras con la Comunidad Internacional" e "Entrada en Vigencia". Pelo Acordo, Porfirio Lobo promete a formação de um governo de unidade e reconciliação nacional e assinala que "en armonía con lo anterior, procederé, tan pronto assumo las funciones de Presidente Constitucional de la República de Honduras, a dictar un auto de salvo conducto en favor del Presidente José Manuel Zelaya y de sus familiares, a los fines de que puedan ejercer a plenitud el derecho ciudadano que les corresponde al disfrute de la libertad de tránsito, tal como se encuentra consagrado en la Constitución de la República de Honduras". Ressalta o documento que "se establece el acuerdo de que el Presidente José Manuel Zelaya Rosales, sus familiares y los integrantes de su círculo íntimo podrán salir hacia la República Dominicana el próximo 27 de enero de 2010, en calidad de huésped de esa hermana nación".

15. Permito-me registrar a habilidade do Presidente Leonel Fernández em oferecer o território dominicano para a negociação final e assinatura do Acordo, que sempre contou com o apoio do Governo dos EUA. Ademais, foi de vital importância a posição firme do Brasil em

abrigar o Presidente Zelaya e acompanhantes na Embaixada em Tegucigalpa, com todos os ônus e dificuldades, para que se chegasse a referido acordo.

16. Vinte e um de janeiro foi um dia muito movimentado para a tumultuada vida política hondurenha. Para começar, o dirigente "de facto" Roberto Micheletti, sentindo a pressão originada pelo Acordo de São Domingos, confirmou que se ausentará das funções de "Presidente" para "facilitar as coisas" para Porfirio Lobo Sosa. Micheletti presidiu seu último "Conselho de Ministros", em reunião transmitida por cadeia de rádio e televisão. Paradoxalmente, mostrando soberba e humildade durante o dia, declarou sair com a cabeça levantada, mas reconheceu a necessidade de seu gesto para que "Pepe" Lobo normalize as relações com a comunidade internacional. De manhã, em programa de televisão, já havia anunciado a intenção de "afastar-se" até o dia 27, ressaltando que não lhe interessava a opinião da comunidade internacional a seu respeito. Num jogo de contradições do dia para a noite, lamentou ainda ser o Presidente Leonel Fernández o mediador do momento porque "jugó un lamentable papel para Honduras". Por fim, revelou que, na hora da transmissão do cargo a Lobo, estará assistindo a uma missa, e da igreja regressaria a sua terra natal, a cidade de El Progreso.

17. Outro tema do dia foi o da audiência na Corte Suprema de Justiça, à qual deveriam compareceram os seis comandantes. Os militares, porém, foram representados por seus advogados, com a concordância processual do Ministério Público que, no entanto, pediu a prisão preventiva dos generais e a destituição deles dos cargos. O Presidente da CSJ e juiz do processo decidirá se aceita o pedido apenas na próxima semana. Já o Fiscal (Procurador) Geral, Luis Rubí, afirmou que tem como provar as acusações de abuso de poder e expatriação forçada em relação ao Presidente Zelaya. Muita gente duvida de que tais ações serão tomadas contra os militares. Como o tema da anistia poderá ser levantado pelos novos deputados a partir do dia 25, supõe-se que a cúpula das Forças Armadas será beneficiada.

18. Também no dia 21, em cerimônia solene, Porfirio Lobo recebeu o diploma de Presidente e o Banco Centro-americano de Integração Econômica anunciou a "normalização" de suas relações com Honduras,

congeladas desde 28 de junho. Também foi escolhido o novo Presidente do Congresso Nacional, o deputado Juan Orlando Hernández, amigo pessoal de "Pepe Lobo".

19. A imprensa michelettista já começa a dar sinais de uma "necessária moderação". Conhecido analista político afirmou que "é hora de se deixar de brigar com o Brasil". Foi anunciado, sem a costumeira visão negativista, que o Presidente da Guatemala, Álvaro Colom iria sugerir ao futuro mandatário que o Presidente Zelaya assumisse a Presidência, ainda que por poucos minutos, no dia 27, o que resultaria no reconhecimento imediato do governo Lobo. Também foi ressaltada declaração atribuída ao Vice-Chanceler nicaraguense, Manuel Coronel, sobre a intenção do Presidente Daniel Ortega de reconhecer o governo "Pepe" Lobo. Por outro lado, a imprensa noticiou que os EUA enviarão representante para a cerimônia de posse de Porfirio Lobo. Embora exista um clima de alívio geral com os resultados alcançados na República Dominicana, personalidades mais polêmicas ainda se indagam sobre a "legalidade" do Acordo de São Domingos, que configuraria "desrespeito" às leis hondurenhas.

20. Enquanto isso, o Presidente Manuel Zelaya, ainda que satisfeito com a possibilidade concreta de sair do país no dia 27, vem declarando à imprensa que "está analisando" a proposta do Presidente Fernández, a quem fez grandes elogios, e do futuro dirigente Porfirio Lobo Sosa, também por ele elogiado. A Primeira-Dama, dona Xiomara, pessoa muito sincera, é quem está dando sinais de alegria no prédio da Chancelaria. O Presidente Zelaya, muito ambicioso na política, está mais recatado, certamente já começando a se preocupar com o seu futuro após a chegada em São Domingos.

21 Os deputados alemães Thilo Hoppe (CDU) e Klaus Riegert (Verde), membros da Comissão de Cooperação para o Desenvolvimento do Bundestag visitaram o Presidente Zelaya no dia 22. Participaram da conversação o assessor Rasel Tomé e três dirigentes de direitos humanos. O deputado Hoope recordou que os projetos alemães de assistência a este país haviam sido suspensos a partir de 28 de junho e mencionou o desejo do Parlamento da RFA de uma reconciliação em Honduras, sobretudo à luz do fato novo da próxima partida do PR Zelaya para São Domingos em 27 de janeiro. Os deputados têm visita marcada ao futuro

mandatário, Porfirio Lobo Sosa, a quem manifestariam o desejo de reconciliação de Zelaya, mas, também, transmitiriam a Lobo algumas condições do PR para a consecução da paz no país, desde que cesse a "perseguição política" a seus seguidores. O mandatário também disse desejar que os militares sejam afastados da vida política do país. O PR afirmou, ainda, ter falado por telefone nos últimos dias com "Pepe" Lobo, a quem voltou a elogiar.

22. Muito cordial, a visita dos representantes do Bundestag realizou-se em momento de certa descontração da crise hondurenha e, dado o peso da Alemanha, acredito ter representado mais uma contribuição para a reconciliação, ainda que precária, da sociedade hondurenha e para a esperada normalização das relações deste país com a comunidade internacional. Francisco Chagas Catunda Resende".

LINEU DE PAULA, Encarregado de Negócios a.i.

FCCR

De: BRASEMB TEGUCIGALPA
CARAT=Reservado

Recebido em: 11/05/2009 14:37:36 N.º: 00301

De Brasemb Tegucigalpa para Exteriores em 11/05/2009 (JWB)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DMAC/DOC
DESCR=PEXT-BRAS-HOND
RTM=ELSBREM,KWTBREM
RTM/CLIC=GRPAMCEL
CATEG=MG

//
Brasil-Honduras e Brasil-El
Salvador. Represa binacional
'El Tigre'. Participação
brasileira.
//

Nr. 00301

Rogo retransmissão via CLIC para as Embaixadas nos países da
América Central, no Caribe e México

Retransmissão automática para Brasemb São Salvador e Brasemb
Kuaite

RESUMO=
Representante da Odebrecht informa de entendimentos
recentes sobre a represa binacional 'El Tigre', na
fronteira com El Salvador. Estatal ENEE hondurenha
sugere 'facilitação' pelo Brasil dado o
relacionamento contencioso na área e sugere encontro
dos Chefes de Estado do Brasil e dos dois países no
dia 01 de junho vindouro.

Informo e rogo exame. Tal como meu colega em San
Salvador - cuja retransmissão de seu telegrama para a SERE
no. 194 muito agradeço - fui procurado semana finda pelo
Representante Regional da Odebrecht, Sérgio Delocco
Countinho, para me relatar a quantas andavam suas
negociações, conjuntas com a Intertechne, relativas à represa
"El Tigre", na região fronteira entre Honduras e El

Salvador. Com efeito, pelos planos atuais em cogitação em El Salvador, a represa em si seria construída no Rio Lempa, mas totalmente em território salvadorenho. Seu lago, entretanto, adentrará território hondurenho, acentuando contenciosos já pre-existentes na região, quanto mais, neste caso, por ter El Salvador completa propriedade da energia que vier a ser gerada.

2. Propos a Odebrecht ao Governo salvadorenho, através da estatal de energia elétrica CEL, na pessoa do Sr. Nicholas Salume, principal executivo da mesma, que a represa fosse deslocada de modo a situar-se sobre a fronteira e, 'ipso facto', constituir plenamente uma iniciativa binacional, à semelhança de Itaipú. A parte salvadorenha alega que, de assim fazer, haveria alguma redução da quantidade de energia gerada. Arguindo em contra, Sr. Delocco Coutinho lhe teria ponderado, com algum efeito, as vantagens que derivariam de se constituir empresa efetivamente binacional, não apenas no melhoria do relacionamento bilateral com Honduras, mas sobretudo por viabilizar obter recursos de entidades multinacionais, como o BCIE, o BID, etc. Tais instituições dificilmente poderiam ter aprovado aporte para essa represa se a mesma constituir - como hoje constitui - entrave ao relacionamento bilateral e incremento da tensão na área, onde os hondurenhos, receosos de serem deslocados pela represa a ser construída por ação unilateral de El Salvador, tem protestado e certamente mais fariam, se a construção for adiante como hoje preconizada, isto é, com a represa situada apenas em território salvadorenho. Embora bastante afastada da fronteira entre os dois países, seu lago inundaria grandes áreas de Honduras. Sem o aporte de tais instituições financeiras multinacionais, será mais árdua a tarefa de se custear aquela represa, estimada em cerca de 800 milhões de dólares US e com capacidade estimada de gerar cerca de 400 megawatts de energia.

3. Segundo Sr. Delocco Coutinho, esses argumentos teriam tido alguma influência sobre seu interlocutor. Este, muito ligado ao Presidente eleito Mauricio Funes, teria por isso mesmo grandes possibilidades de ser mantido no cargo. Houve, assim, contexto para a Odebrecht propor como que uma 'consultoria prévia', pela qual quadros da Itaipú brasileira viriam a El Salvador e a Honduras, a analisar com ambas partes as implicações, vantagens e eventuais desvantagens de se constituir uma verdadeira binacional, com a represa situada sobre a fronteira. Mais que isto, a Odebrecht estaria disposta a promover a ida conjunta ao Brasil e mais especificamente a Itaipú de ambos principais responsáveis, de um lado Sr. Salume e, do lado hondurenho, a Sra. Rixi

Moncada, principal executivo da ENEE, a estatal deste país que controla boa parte do parque gerador de energia elétrica e dita as regras de comercialização em Honduras de todas as formas de energia elétrica. Por sinal, para além de se saber gozar ela da estreita confiança do Presidente Zelaya, pessoa a quem de há muito é ligada, a Sra. Moncada tem a reputação de ser excelente administradora, duríssima negociadora e, por em cima de tudo, de não ser corrupta - desconheço qualquer envolvimento dela em escandalos dessa natureza, nem alegações ou rumores nesse sentido que constariam a seu respeito.

4. Tentei, estes dias, uma entrevista com a Sra. Moncada, mas encontrava-se doente. Não obstante, por ser quem e como é, bem como pelo endosso de sua colocação pela Odebrecht, daria crédito a sua sugestão - certamente feita com conhecimento e provavelmente com a aprovação do Presidente Zelaya - no sentido de que, para desbloquear as negociações e diluir os receios recíprocos entre as duas partes, seria muito eficaz uma atuação do Presidente Lula da Silva, amigo que é do Presidente eleito Funes e admirado que é pelo Presidente Zelaya. Segundo a Sra. Moncada, o comparecimento de ambos mandatários - os Presidentes de Brasil e Honduras - às cerimónias da posse de Mauricio Funes, dia 01 de junho vindouro, poderia constituir oportunidade das mais apropriadas para uma troca de idéias entre os tres Presidentes, possibilitando uma decisão de princípio, de alto nível, nos termos preconizados pela Odebrecht.

5. Em ocorrendo tal encontro tripartite, por breve que fosse (o que só se lograria se estiverem bem preparadas todas as partes e, ademais, implicaria se saber, de antemão, ser provável um resultado satisfatório), o Sr. Delocco Coutinho se diz otimista a respeito de em San Salvador se chegar a um entendimento que, quando menos, serviria para permitir se estude em mais detalhe aquela proposta da Odebrecht. Seria o mínimo essencial, pensa o representante desta empresa, para que se dê início, com toda a discreção, ao processo de aproximação entre ambas estatais e, através delas, entre ambos Governos, com vistas a que se desanuviem os receios e se deslanche a construção da represa de 'El Tigre' sob a égide de uma verdadeira empresa binacional. O mesmo entendimento de alto nível a lograr-se em San Salvador seria igualmente importante por possibilitar a participação 'indispensável' neste processo de aproximação de técnicos e juristas da Itaipú brasileira (esta já teria indicado à Odebrecht sua predisposição de comparecer a reuniões com ambas partes, conforme cogitado pela Odebrecht, desde que ambos Governos mais diretamente interessados nada objetem).

6. Foi, então, para esclarecer-me todo o acima e claro está para solicitar o apoio do Governo brasileiro à sugestão da Sra. Rixi Moncada o motivo da visita que me fez o Sr. Delocco Coutinho. Vossa Excelência muito me obsequiaria dando-me a conhecer, com a possível brevidade, a decisão quanto a um possível breve encontro tripartite em San Salvador.

7. Discutimos em seguida as óbvias dificuldades de realizar tal encontro tripartite no dia mesmo em que toma posse o novo Presidente de El Salvador, talvez o país mais diretamente interessado nessa discussão. Ainda que nada obste que aqueles três mandatários venham a trocar idéias sobre essa questão em algum momento no dia da posse do Presidente Funes, tantas são as condições que se precisariam estabelecer para haver possibilidade real de êxito, que me permiti dizer-lhe me parecer ser mais viável conseguir resultado mais proveitoso através de reunião a nível de Chanceleres, no âmbito da AG/OEA, em San Pedro Sula, nos dois dias subseqüentes à posse do Presidente Funes. Aqueles Ministros poderiam já estar devidamente instruídos pelos três Presidentes quanto ao alcance a que se poderia chegar num primeiro momento, ou seja, o alcance do entendimento preliminar de se estudar todas as implicações do que propõe a Odebrecht, com vistas a uma tomada subseqüente de decisão melhor fundamentada pelos dois Governos diretamente interessados.

8. Por oportuno e por se constituir em grave decepção para o Governo do Presidente Zelaya e de futuro grande quebra de geração de energia elétrica nas gestões de seus sucessores, ganha significativa pertinência neste momento e para o exame desta problemática o cancelamento por Taiwan, divulgado dia 7 do corrente, de seu financiamento para a represa 'Patuca III', cujo início de construção estava previsto para outubro vindouro, sobre o rio do mesmo nome, na Província de Olancho, região natal do Presidente Zelaya. Inclusive por este último fator, esse cancelamento, por Taiwan atribuído oficialmente a grande déficit (US\$ 3 bilhões ano passado) da 'semi-estatal' "Taiwan Power" que financiaria a obra, resulta um significativo revés político e como que de cunho pessoal para o mandatário hondurenho que, nestes dias, é todo empenho por lograr realizar, custe o que custar (inclusive ontem declarando "mesmo que se passe por em cima da lei"), uma consulta popular que o Congresso Nacional não lhe quer autorizar para se 'legalizar' mecanismo de alterar a Constituição e permitir ao Presidente Zelaya reeleger-se.

9. Mesmo que resultem em insucesso as tentativas de fazer Taiwan rever sua decisão, até porque, em Honduras, se

alega ser a razão dessa desistência não apenas eventual problema de caixa de "Taiwan Power", mas sobretudo à incerteza jurídica decorrente de mui recente decisão, do próprio Presidente Zelaya, instruindo a ENEE a proceder de imediato aos estudos para se nacionalizar todas as empresas geradoras de energia elétrica do país. Pelo contrato assinado com Taiwan para Patuca III, no valor de 300 milhões de dólares, a construção demoraria 5 anos e deverá produzir 150 megawatts de energia. Contudo, era contrato do tipo BOT, ou seja, só após 30 anos cessaria o direito da "Taiwan Power" de comercializar a energia produzida: a decisão de nacionalização invalidaria aquele contrato. Por outro lado, comenta-se, tampouco seria estranho à decisão de Taiwan este ter logrado confirmar a abrangência de recentes contatos entre a Chanceler hondurenha e altas autoridades de Pequim, permitindo prever o rompimento de relações com Taiwan em favor de as atar com a RPC.

A Odebrecht - ou qualquer outra empresa brasileira - poderia assumir a construção de Patuca III, mas provavelmente levaria bem mais de ano a dar início à sua construção, talvez até mais: todos os estudos e relatórios de viabilidade e préviabilidade precisariam ser revistos, etc. A construção de 'El Tigre', segundo o Sr. Delocco Coutinho, poderia talvez ser deslanchada mais rapidamente e decisão a respeito agora viria demonstrar firmeza de decisão e poder de optar rapidamente por alternativas viáveis por parte do Presidente Zelaya. Colega socialista, a Maurício Funes poderia não ser difícil apoiar esse intento do Presidente hondurenho. São conjecturas, mas são elementos a pesar tanto no exame da proposta da Odebrecht, como no da sugestão da Sra. Moncada de se viabilizar a aceitação preliminar daquela proposta, promovendo encontro dos três Presidentes, onde o Presidente Lula da Silva teria um papel de mediador e facilitador (ao prometer ceder quadros da Itaipú brasileira).

À consideração de Vossa Excelência.

Brian Michael Fraser Neele, Embaixador

BMFN

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 20/05/2009 22:26:14 N.º: 00152

Da SERE para
Brasemb Trípoli
Em 20/05/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/DOC/DPG/ABC/DPB/DRN/DAI
DESCR=GVIO-BRAS-LBIA
REF/ADIT=DET 46, TEL 57, TEL 62
CATEG=MG

//
Brasil-Líbia. Visita do então
Vice-Primeiro-Ministro Imbarek
Ashamikh. Relato. Primeira
parte (São Paulo e Mato Grosso
do Sul).
//

Nr. 00152

Informo, para fins de registro que, conforme previsto, o então Vice-Primeiro-Ministro (VPM) da Líbia, Engenheiro Imbarek Ashamikh, e Presidente desde 5 de março passado do Congresso Popular Geral (equivalente a Chefe de Estado) cumpriu programação no Brasil - que relato e comento a partir deste expediente - entre os dias 16 e 22 de fevereiro último, acompanhado de comitiva integrada por membros de diversos Ministérios e Departamentos de seu Governo, além do Embaixador líbio em Brasília, Al Zubeidi, e do Embaixador Mohamed Matri, atualmente Chefe do Departamento das Américas da Chancelaria em Trípoli e anterior titular da Embaixada da Líbia no Brasil.

2. A autoridade líbia foi recebida no início da manhã do dia 16, no aeroporto de Cumbica, na capital São Paulo, pelo Chefe do ERESP, Ministro Paulo Sérgio Bozzi, por diplomata de ligação, Secretário Thomaz Diniz Guedes, da DAF-III, e por representantes da Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB).

3. À tarde, o então VPM da Líbia entrevistou-se com o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Após os cumprimentos e gentilezas protocolares, Ashamikh teceu comentários que se repetiriam, com poucas variações, nas entrevistas posteriores, com autoridades legislativas e de governo, em São Paulo e Brasília: mencionou as sólidas ligações históricas entre Brasil e Líbia, países em desenvolvimento, unidos pela amizade política e futuro semelhante; referiu-se às possibilidades de investimentos recíprocos, que se encontram ainda aquém do esperado, apesar da boa vontade mútua; sublinhou o ineditismo de sua vinda ao Brasil, como visita de autoridade líbia de mais alto nível ao país; referiu-se a sua experiência prévia de Governo (Governador das províncias de Sirte e Benghazi, bem como Ministro de Obras Públicas, Habitação e Transportes) e ao exercício de cargo equivalente ao de Primeiro-Ministro (entre 2000 e 2003), caracterizando sua visita como oportunidade de aprofundamento das relações bilaterais nos campos político e econômico.

4. O Prefeito Kassab referiu-se à presença, na reunião, de representantes da Odebrecht e da CCAB, comentando que seriam entidades capazes de ajudar a promover a intensificação dos negócios entre os países. Deu a palavra a seu Secretário de Relações Internacionais, Alfredo Cotait Neto, que expressou certeza de que as conversas e encontros que ocorreriam durante a visita criariam bases para os procedimentos de aproximação entre o Brasil e a Líbia.

5. Em seguida, o visitante foi recebido pelo Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Vaz de Lima (PSDB). Os interlocutores teceram comentários sobre a presença árabe no Brasil e a importância daquela comunidade nas atividades comerciais. O então VPM líbio afirmou que empresas brasileiras estão convidadas a explorar gás e petróleo na Líbia. Referiu-se ao fato de ser, também ele, membro de uma Assembléia Legislativa, embora, naquele momento, como Secretário-Adjunto do Comitê Popular Geral da Grande Jamahiriya, ocupasse função executiva. Ao comentário do Deputado Vaz de Lima, que observou ser no Brasil o Legislativo um poder distinto do Executivo, que exerce vigilância sobre este, Ashamikh redarguiu que, na Líbia, é o próprio povo que exerce esse controle. Comparou os comitês populares aos cantões suíços, explicando que os cidadãos líbios se

reúnem localmente e elegem seus comissários, que, por sua vez, elegem o Parlamento. Segundo ele, os cidadãos reúnem-se periodicamente em congressos e discutem questões de interesse público. Tal procedimento seria adotado, inclusive, para questões de política externa. O país pretende convidar observadores internacionais para presenciar essa prática e testemunhar que, na Líbia "quem decide é o povo, não o Governo". O então VPM indagou ao Presidente da Assembléia paulista sobre seu interesse em visitar a Líbia na qualidade de observador das práticas de assembléias populares; o Deputado Vaz de Lima agradeceu e aceitou o convite.

6. Após a saída do Palácio 9 de julho, a delegação líbia visitou o Hospital Sírio-Libanês. O percurso pelas modernas instalações da entidade foi conduzido pelo Diretor-Clínico do Hospital, Dr. Riad Younes. Nascido no Líbano, o médico fez exposição em árabe sobre a história da instituição e suas atividades atuais, em tratamento e pesquisa.

7. No início da noite, o visitante foi recebido pelo Governador do estado de São Paulo, José Serra. Mais do que simples audiência, a reunião ocorreu ao redor de mesa no Palácio dos Bandeirantes, estando o Governador acompanhado de seu Vice, Alberto Goldman, além dos Secretários de Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, de Agricultura, João Sampaio, do Presidente da CCAB, Salim Schahin, do Vice-Presidente da CCAB, Helmi Nasr, do Presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e do Chefe do Escritório da mesma empresa em Trípoli, Daniel Villar. Ashamikh citou, como viria a fazer em outras ocasiões, o montante de US\$ 500 milhões, quantia de que a Líbia disporia para investimento na América do Sul. Afirmou que um dos objetivos de sua visita consistia em prospectar oportunidades de investimento e solicitou a colaboração do Governo estadual para informações e auxílio com vistas à concretização de investimentos líbios no Brasil. O Secretário Geraldo Alckmin sugeriu a Ashamikh contato com a agência Investe São Paulo, firma privada que cumpre contrato de gestão com o Governo estadual, sendo responsável pela criação de parcerias e capaz de oferecer informações e facilitar negociações com empresas privadas no Brasil.

8. Ashamikh referiu-se à importância do estado de São Paulo, curiosamente evocando a desgastada imagem da "locomotiva e os vagões". Indagado sobre sua

programação para o dia seguinte, mencionou a visita que faria a unidade de produção de etanol no Mato Grosso do Sul, o que provocou reação dos presentes no sentido de incluir na programação alguma atividade no interior de São Paulo. O Secretário de Agricultura sugeriu visita a fazenda de criação de gado próxima a Araçatuba, tendo em vista, sobretudo, o fato de que a Líbia é importador de peso de carne bovina brasileira. Consultados a respeito, os representantes da Odebrecht, responsável pelo transporte da comitiva durante o dia seguinte, responderam que seria viável incluir visita à Fazenda Guadalupe, de propriedade de Pedro Novis, um ex-alto funcionário da Odebrecht.

9. Ashamikh expressou, em mais de um momento, alguma perplexidade com o grande número de contatos descentralizados, públicos e privados, e os diferentes níveis federativos existentes no Brasil, demonstrando dificuldade em identificar interlocutores para coordenação e troca de informações sobre investimentos. O Governador José Serra conveyo quanto à necessidade de conhecimento mais próximo, com contatos mais capilarizados, principalmente no setor privado, e citou a programação do dia seguinte como excelente oportunidade para consolidação de tais contatos. Em seguida à reunião com o Governador, a delegação líbia foi homenageada com jantar oferecido pela CCAB no Hotel Renaissance, onde estavam hospedados os visitantes.

10. Na manhã do dia 17 de fevereiro, a comitiva partiu, em dois bimotores fretados, do aeroporto de Jundiaí/SP para Rio Brilhante/MS, para visitar a Usina Eldorado, de propriedade da empresa ETH, do grupo Odebrecht. O Presidente da ETH, José Carlos Grubisish, apresentou a empresa, referindo-se a dados sobre as demandas brasileira e mundial de etanol e relacionando-os com o histórico e as metas de produção da empresa, cuja composição acionária tem a Odebrecht com 67% do capital, o restante pertencendo ao conglomerado japonês Sojitz. Foram apresentados, também, os projetos de expansão da empresa nos próximos anos, com abertura de novas unidades de processamento de etanol na região em questão. Ao final da apresentação, demonstrando bom-humor, Ashamikh questionou o Presidente da empresa nos seguintes termos: "tudo isso é muito interessante, mas por quê estou aqui?" Posteriormente, em conversa bastante aberta com o visitante, o Senhor Grubisish propôs que

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 20/05/2009 22:26:14 N.º: 00152

capitais líbios viessem a integrar as referidas iniciativas de expansão da empresa, podendo contribuir para acelerar a consecução das metas de produção mostradas durante a apresentação.

11. Após almoço na casa de hóspedes da Usina Eldorado, a delegação seguiu para a Fazenda Guadalupe, no município paulista de Santo Antônio do Aracanguá, a 35 quilômetros de Araçatuba, onde assistiram a apresentação sobre as atividades de melhoramento genético de gado "vacum" da raça nelore. O então VPM líbio mostrou-se bastante impressionado com os animais e interessou-se por saber o valor de mercado das matrizes exibidas, a mais valiosa das quais foi estimada em US\$ 400 mil. Ao final da viagem, Ashamikh expressou satisfação com as visitas, comentando que serviram ao propósito de conhecer unidades de ponta do agronegócio brasileiro. No final do dia, a comitiva retornou a São Paulo, de onde partiu à noite para Brasília, cuja programação será objeto de desptel a seguir.

EXTERIORES

TDG/MCA

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 20/05/2009 22:32:54 N.º: 00153

Da SERE para
Brasemb Trípoli
Em 20/05/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/DOC/DRN/DPB/AFEPA/ABC/DAI
DESCR=GVIO-BRAS-LBIA
REF/ADIT=DET 46, TEL 57, TEL 62
CATEG=MG

//
Brasil-Líbia. Visita do então
Vice-PM Imbarek Ashamikh.
Relato. 2a parte (Brasília:
Câmara dos Deputados, MAPA,
MDIC e Casa Civil;e Salvador).
//

Nr. 00153

Informo, para fins de registro, que, na etapa em Brasília da visita do então Vice-Primeiro-Ministro (VPM) da Líbia, Engenheiro Imbarek Ashamikh, e agora Presidente do Congresso Popular Geral, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Reinhold Stephanes, recebeu o visitante na quarta-feira, 18 de fevereiro último. Ashamikh estava acompanhado do Embaixador Al-Zubeidi e de Ibrahim Asharif, Diretor do Departamento de Cooperação Técnica do Comitê Popular Geral para Agricultura e Fauna Animal e Marítima. Em virtude dos compromissos do dia anterior, em São Paulo e Mato Grosso do Sul, as conversas concentraram-se em torno dos temas de biocombustíveis e pecuária bovina.

2. Após as boas-vindas e a menção do então VPM à disposição líbia para investir no agronegócio brasileiro, o Ministro Stephanes apresentou o Brasil como o país mais avançado do mundo em agricultura tropical, com destaque para a área de melhoramento genético, tanto animal quanto vegetal. Citou o fato de haver o consumo de etanol de origem vegetal ultrapassado o consumo de gasolina no país e reiterou

que o Brasil está aberto para receber investimentos e cooperar em tecnologia na área. Explicou que o MAPA tem, em sua organização interna, uma secretaria específica para assuntos relacionados ao plantio de vegetais para produção de biocombustíveis, enquanto que o Ministério de Minas e Energia (MME) cuida do processo industrial correlato.

3. A pedido de Ashamikh, que queria passar a "pontos mais práticos" - quais sejam, o estabelecimento de contatos entre técnicos de ambas as partes, o Ministro Stephanes apresentou ao Sr. Asharif o Diretor de Relações Internacionais da Embrapa, Dr. Elísio Contini, observando que, para assuntos relacionados a melhoramento genético de rebanho bovino, o protagonismo pertenceria à iniciativa privada. Explicou também que, para conferir maior pragmatismo à aproximação, seria desejável que a parte líbia especificasse formalmente as áreas de maior interesse, no entendimento de que as instituições brasileiras estariam abertas para procurar atendê-los.

4. Ao final da reunião, as partes convieram em que o pessoal técnico permanecesse em reunião (o que efetivamente ocorreu) para negociar textos de acordos que poderiam ser assinados durante a visita ao Itamaraty, no dia seguinte.

5. No final da manhã de quinta-feira, 19 de fevereiro, Ashamikh foi recebido pelo Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, que lhe deu as boas-vindas, mencionou sua origem libanesa, a viagem do Presidente Lula a Trípoli, em 2003, a responsabilidade do Parlamento em relação à política externa, a acordos internacionais e à fiscalização do Governo, e reconheceu a importância da passagem do então VPM por aquela Casa. Temer referiu-se à Líbia como coordenadora do espaço árabe-africano, em analogia com a coordenação brasileira do espaço sul-americano, sinalizando que ambos os países ocupam posição para liderar a integração de suas respectivas regiões.

6. Ashamikh mencionou, pela primeira vez, a proposta líbia da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) e pediu apoio para o Banco do Sul. Citou também o acordo que viria a ser assinado pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e solicitou o que reiteraria em outros encontros: que

o Brasil abrisse ponto permanente de exposição de artigos industriais em local destinado para abrigar feiras e eventos do gênero, na capital líbia.

7. Em seguida ao encontro com o Deputado Michel Temer, o visitante entrevistou-se com a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff. A Ministra afirmou que a situação atual dos dois países, importantes produtores de petróleo, os coloca em condições favoráveis para enfrentar a crise atual. O então VPM fez referências elogiosas à militância política da Ministra e afiançou-lhe simpatia pessoal por ser, também ele, um militante, oriundo das classes mais desfavorecidas do mundo árabe. Afirmou estar a Líbia disposta a colaborar para a construção de uma alternativa de sistema econômico, não só bilateralmente, mas também por meio da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), da LEA (Liga dos Estados Árabes) e da UA (União Africana). A Chefe da Casa Civil lembrou que as relações do Presidente da República e seu Partido com Muammar Khaddafi são anteriores à primeira eleição do PR e que isso teria relação direta com a visita deste último à Líbia em 2003.

8. Além disso, prosseguiu a Ministra, o desejo de uma relação privilegiada com a Líbia adviria de uma inflexão na política externa brasileira, em curso desde 2003: a abdicação à estratégia de foco preferencial no mundo desenvolvido, que deixava africanos e árabes em segundo plano. Ademais, o reforço na relação com os parceiros em desenvolvimento teria vindo em bom momento, de contra-marcha na direção liberal até então predominante na América do Sul. De acordo com a Ministra, atualmente, o Brasil enfatiza, no seu relacionamento com a África, a transferência de tecnologia, reforçada pela instalação da Embrapa e da Fiocruz naquele continente. A parceria, no entanto, segundo a Ministra Dilma, deve ser expandida; com a Líbia, especificamente, deve concentrar-se não só no comércio, mas também no incentivo ao acolhimento de capitais líbios para investimento no Brasil.

9. A Ministra ressaltou as condições favoráveis em que se encontra o Brasil para enfrentar o momento de crise financeira internacional, citando o volume de reservas e a manutenção da previsão de obras de infraestrutura, cujos valores devem chegar a US\$ 350 bilhões. Mencionou, também, o volume de crédito

público no Brasil e a participação pouco decisiva das exportações no PIB brasileiro, argumentando que o mercado interno deverá servir como âncora durante o período de queda na demanda mundial por "commodities". Buscando retratar com ênfase as perspectivas animadoras para recepção de investimentos no Brasil, a Ministra Rousseff estendeu-se na audiência por mais tempo do que havia sido previsto, o que pareceu surpreender positivamente o então VPM Ashamikh e o Embaixador Al-Zubeidi.

10. Após a reunião na Casa Civil, o visitante foi recebido no MDIC pelo Ministro Miguel Jorge. Em tom de maior informalidade, por já haverem encontrado-se em Trípoli em janeiro passado, conversaram sobre o encontro com a Ministra Rousseff. Informado sobre a possível candidatura da Ministra à Presidência da República, Ashamikh reagiu com aparente surpresa e gracejou, dizendo que queria voltar à Casa Civil. Os interlocutores tiveram breve conversa no Gabinete do Ministro Miguel Jorge e passaram à sala de reuniões, onde firmaram o Memorando de Entendimento em Matéria de Monitoramento de Comércio e Promoção de Investimentos. Em seguida à assinatura, o Ministro Miguel Jorge sugeriu que os membros técnicos do MDIC presentes ao ato identificassem suas contrapartes e com elas se reunissem para troca de impressões e consolidação dos contatos, o que posteriormente ocorreu. Ao término da audiência com o MDIC, o então VPM líbio veio ao Palácio Itamaraty, onde o recebi em audiência, seguida de assinatura de quatro outros atos e jantar na Sala Bahia.

11. Na sexta-feira, 20 de fevereiro, Ashamikh e sua comitiva partiram em vôo comercial para Salvador/BA, onde foram recebidos, no mesmo dia, em breve audiência de cortesia pelo Governador Jaques Wagner. À noite, participaram de programação privada, em meio aos festejos do Carnaval na cidade. Durante a estada em Salvador, a delegação líbia esteve sob os cuidados da Odebrecht e da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), não tendo sido acompanhada pelo diplomata de ligação que participou do restante da programação em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Brasília.

12. A delegação retornou a Brasília no sábado à tarde. À noite, o Embaixador Al-Zubeidi ofereceu jantar à comitiva no Hotel Brasília Alvorada, onde pernoitaram. A partida para São Paulo, de onde retornariam a

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 20/05/2009 22:32:54 N.º: 00153

Trípoli, ocorreu no domingo pela manhã, dia 22 de fevereiro.

EXTERIORES

TDG/MCA

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 28/05/2009 20:18:45 N.º: 00157

Da SERE para
Brasemb Trípoli
Em 28/05/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DAF II/DAF I/C/ABC/DSC/DNU
DESCR=PEXT-BRAS-UA
RTM=ETIBREM
REF/ADIT=TEL 234, TEL 211
CATEG=MG

//
Brasil-União Africana. XIII
Cúpula da UA (1 a 3 de julho
de 2009 - Sirte, Líbia).
Participação do Presidente da
República. Informações.
//

Nr. 00157

Retransmissão automática para Brasemb Adis Abeba

Em aditamento aos contatos informais com Vossa Excelência, aos expedientes de referência, às comunicações trocadas entre a SERE e Brasemb Adis Abeba, as quais vêm sendo retransmitidas automaticamente a esse Posto, e tendo em vista a recente confirmação de que a XIII Cúpula da União Africana (UA) será realizada em Sirte, nesse país, de 1 a 3 de julho próximo, informo Vossa Excelência de que o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em atenção a convite formal que lhe dirigiu o Presidente da Comissão da UA, da sessão de abertura do referido evento, na manhã do dia primeiro de julho, ocasião em que fará seu pronunciamento.

2. Oportunamente, serão transmitidos dados sobre a delegação que acompanhará o Senhor Presidente da República, sobre eventual interesse em programação paralela na Líbia, bem como sobre os aspectos logísticos cabíveis. A respeito, antecipo, para conhecimento exclusivo de Vossa Excelência, que o

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 28/05/2009 20:18:45 N.º: 00157

Senhor Presidente deverá partir de Sirte no próprio dia primeiro, estando sob exame preliminar a possibilidade de visita, na véspera 30 de junho, às obras da empresa brasileira Odebrecht nesse país, o que, caso confirmado, será objeto de desptel à parte, proximamente.

EXTERIORES

MCA/MCA

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 08/06/2009 12:49:05 N.º: 00266

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 08/06/2009 (MADA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DSC/DAF III/DAF II/DAF I
DESCR=BRAS-AFRI
RTM=ETIBREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 234
CATEG=MG

//
XIII Conferência de Cúpula da
União Africana. Visita do
Senhor Presidente da
República.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DAF III/C/AIG/ABC/DSC/DNU/DAI em 08/06/2009.

Nr. 00266

Retransmissão automática para Brasemb Adis Abeba

RESUMO=
As carências logísticas de Sirte agravadas pelo acúmulo de delegações de meia centena de países africanos e outras de terceiros países, aconselhariam o pernoite da comitiva presidencial em Trípoli. Nessa hipótese, empresas brasileiras que desenvolvem no país projetos de expressão se empenhariam num contato com o Senhor PR.

Confirmadas a realização em Sirte da XIII Cúpula da União Africana e a aceitação pelo Senhor Presidente da República do convite para que dela participe como convidado de honra, tenho as seguintes preocupações a compartilhar com

Vossa Excelência:

a) o Chefe do Protocolo local (Nuri Al-Mismári) e os poucos funcionários com algum nível de poder decisório ou de assessoramento nesse tema encontram-se envolvidos nos preparativos da primeira visita de Gadáfi à Itália em quase 40 anos, simbólica da reconciliação da Líbia com a antiga potencia colonial, consagrada no Tratado de Parceria e Amizade firmado em Bengázi em agosto do ano passado entre o Líder da Revolução e o Presidente do Conselho de Ministros peninsular, Sílvio Berlusconi. Em consequência, não foi ainda possível dar curso aos meus insistentes pedidos de entrevista com Mismári, que há dez dias vem efetuando uma espécie de "navette" entre Trípoli e Roma. A viagem de Gadáfi, conforme antecipado pelo tel 243, ocorrerá de 11 a 13 do corrente.

b) Sirte encontra-se a 450 km de Trípoli, por via terrestre, percurso realizado entre 5 e 6 horas. Normalmente, há 2 voos por semana ligando aquela cidade à capital, e ainda não foram definidos os voos suplementares a serem disponibilizados durante a Conferência. Não dispõe de hotéis de 5 ou 4 estrelas. Aparentemente, o Governo pretende alojar os Chefes de Estado num resort turístico à beira do mar, e distribuir as delegações da meia-centena de países-membros pelas diversas unidades do complexo hoteleiro gerido pelo Estado líbio e que estão ainda longe de prover as facilidades adequadas.

c) Um emissário desta Embaixada enviado a Sirte verificou a possibilidade de aluguel de apartamentos ou casas pertencentes a cidadãos locais, havendo constatado que as poucas disponíveis, de mobiliário discrepante dos hábitos e conceitos estéticos brasileiros, estão sendo oferecidas a LYD 5.000 por dia (cerca de US\$ 4.200,00). Algumas Embaixadas propuseram a seus Governos reservar aposentos num hotel de Misurata, cidade que se encontra no meio do percurso entre Trípoli e Sirte, alternativa que obrigaria o cumprimento diário de mais de 400km, em estrada mal sinalizada e tráfego indisciplinado, pelas delegações à Cúpula.

d) Diante do exposto, sugiro seja privilegiada a alternativa de pernoite da comitiva presidencial em Trípoli, e deslocamento no avião da FAB para Sirte (50 minutos) na manhã do próprio dia 1º., prevendo-se o retorno ao Brasil no fim da tarde (o aeroporto de Sirte comporta aeronaves de grande porte). Restaria resolver, com maiores probabilidades de êxito, o problema do alojamento naquela cidade do Embaixador Renato Xavier e eventuais membros de delegação brasileira ao encontro.

e) Tendo em vista a reduzidíssima lotação da Embaixada ? a terça parte da que encontrei em novembro de 2005, quando apenas se iniciava o processo de retomada e dinamização das relações bilaterais ? a instalação de escritório de apoio em Sirte seria, nas condições atuais, inviável. Em Trípoli, podemos, ademais e no que for sensato delegar, recorrer à cooperação das 4 grandes empresas brasileiras que, nos últimos dois anos, iniciaram atividades no país. Lembro, outrossim, que desde janeiro de 2006 não dispõe a Embaixada de agente de comunicações em Missão permanente e que a MT do Ofchan Fauller Jansiski conclui-se hoje, sem que hajam merecido acolhida minhas tempestivas ponderações quanto ao imperativo de o substituir (tel 254/01.06.2009).

2. Caso as disponibilidades de agenda o permitam, haverá certamente empenho da Petrobrás (que iniciou em final de maio último a perfuração do primeiro poço no bloco "off-shore" que lhe foi alocado em licitação internacional) em que o Primeiro Mandatário brasileiro conheça seu escritório; da Odebrecht, com carteira de obras no país no valor aproximado de 1,5 bilhão de dólares, para que visite os locais onde esses trabalhos se desenvolvem; da Queiroz Galvão, com obras de infraestrutura básica em 6 pequenas cidades da Cirenaica, num valor cumulativo em torno dos 600 milhões de dólares, para pequena apresentação dos compromissos assumidos pela empresa; da Andrade Gutierrez, que firmou neste ano 5 contratos de obras de infraestrutura básica nos arredores de Trípoli, em montante superior a 500 milhões de dólares, para expor os seus projetos. Naturalmente, os funcionários da Embaixada aspirariam lhes fosse dada a oportunidade de cumprimentar o Senhor Presidente da República e Vossa Excelência.

Luciano Ozorio Rosa, Embaixador

MADA

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 03/11/2008 19:58:49 N.º: 00187

Da SERE para
Brasemb Trípoli
Em 03/11/2008

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC /DREN /DSC /ABC /DPG /DAI
DESCR=GREU-BRAS-LBIA
REF/ADIT=TEL 439, TEL 449, DET 170
CATEG=MG

//
Brasil-Líbia. Visita do
Vice-Primeiro-Ministro Imbarek
Ashamikh. Solicitação de
adiamento.
//

Nr. 00187

Nos termos adiantados telefonicamente a Vossa
Excelência, o Embaixador da Líbia em Brasília, Salem
Al Zubaidi, entrou em contato com diplomata da DAF-III
nesta manhã, para solicitar o adiamento da vinda do
Vice-Primeiro-Ministro Imbarek Ashamikh, cuja chegada
ao Brasil era prevista para o próximo domingo. O
Diretor do DEAF telefonou posteriormente ao Embaixador
para obter maiores esclarecimentos.

2. Em conformidade com a agenda sugerida pelo tel 439,
havia sido feitos contatos e agendadas reuniões com
as empresas e Ministérios envolvidos na programação.
Até a presente data, haviam sido confirmados: recepção
no MRE pelo Sr. Secretário-Geral; encontros com os
Secretários Executivos do MAPA e do MDIC; reunião com
os diretores da APEX; programação sugerida na Bahia,
com apoio da Odebrecht - incluindo recepção pelo
presidente da construtora, Marcelo Odebrecht; visita à
Embraer e almoço na CCAB, em São Paulo. Restavam
pendentes de confirmação as visitas à Petrobras, à
Vale, Embrapa, BNDES e o encontro com o Governador da
Bahia, todos solicitados com suficiente antecipação.

Para: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Expedido em: 03/11/2008 19:58:49 N.º: 00187

3. Como justificativa para o adiamento, o Embaixador Al Zubaidi alegou preocupação com a ausência, em Brasília, durante o período da visita, do Senhor PR e dos titulares do MRE, MAPA e MDIC, além da impossibilidade de encontrar-se com o Presidente da Petrobras no Rio de Janeiro. Afirmou ser o Irmão Ashamikh assistente próximo do Primeiro-Ministro, chegando a qualificá-lo como "co-Primeiro-Ministro". Nesse sentido, solicitou que o Itamaraty procurasse reagendar a visita para algum período conveniente até o dia 15 de dezembro do corrente, de forma a permitir que Ashamikh possa encontrar-se com alguns dos interlocutores indicados acima.

4. Durante a conversa telefônica, o Embaixador Al Zubaidi comprometeu-se a enviar Nota à SERE formalizando o pedido de adiamento, não recebida até o presente momento.

EXTERIORES

TDG/TDG

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 19/01/2010 10:49:11 N.º: 00023

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 19/01/2010 (RFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DEAF/DAF III/DAC/DAEX
DESCR=LBIA-AFRI-PDEF
RTM/CLIC=
REF/ADIT=CIT 75243 2009
CATEG=MG

//

Segurança dos postos.
Organização de planos de
segurança dos postos no
exterior. Informações.

//

Nr. 00023

Ref Circtel 75243/1379 de 31/12/2009, parágrafo 3. Informo.

2. Existem cerca de 400 brasileiros na Líbia, 90% dos quais trabalham em empresas brasileiras: Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Petrobrás. Os funcionários da Queiroz Galvão, cerca de 100, residem na região de Bengazi, a 1.000 Km de Trípoli. Os demais residem na capital.

3. Não há notícias de ataques a estrangeiros. Europeus e latino-americanos são muito bem recebidos pela população. O aparato de segurança e inteligência do governo é eficiente e atua em diversos níveis, garantindo baixos níveis de violência.

4. Não há registro de ataques a autoridades estrangeiras. O governo líbio tenta preservar a boa imagem que construiu nos últimos anos e, por este motivo, esmera-se em garantir a

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 19/01/2010 10:49:11 N.º: 00023

segurança de autoridades estrangeiras.

5. Via de regra, as Embaixadas residentes não possuem efetivo militar próprio. Caso solicitado, o governo local pode destacar agentes para a segurança das missões. Em relação às Missões de país do CSNUM:

a) A Embaixada mais protegida é a dos Estados Unidos, com 10 militares líbios, na parte externa, e 15 agentes de seguranças (locais) na parte interna. Não possui adido militar.

b) A Embaixada da Rússia possui um adido militar e 3-5 seguranças locais.

c) A Embaixada do Reino Unido possui 5 seguranças locais. Não possui adido militar.

d) A Embaixada da França é guardada por um segurança francês, na parte interna, e dois militares líbios na parte externa. Possui adido militar (capitão-de-fragata).

e) Não consegui informações detalhadas sobre a Embaixada da China. Possui adido militar e não há agentes de segurança na parte externa.

Márcio Augusto dos Anjos
Encarregado de Negócios, a.i.

MADA

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/02/2009 12:37:19 N.º: 00057

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 03/02/2009 (WFM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DAF III/DOC/DSC/DNU
DESCR=GVIO-BRAS-LBIA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 26
CATEG=MG

//
Brasil-Líbia. Visita do Vice-
Primeiro-Ministro. 19 de
fevereiro.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DAF III/DOC/DSC/DNU/ABC/DPG/DAI em 10/02/2009.

Nr. 00057

RESUMO=

Relato reunião havida com o Diretor de Américas da Chancelaria local e ex-Embaixador em Brasília a respeito do programa da visita do Vice-Primeiro-Ministro líbio, Engenheiro Imbarek Ashamikh. Tem audiência agendada por Vossa Excelência para o próximo dia 19.

Aditel 26. Reuni-me na tarde de ontem, 2, com o Diretor de Américas da Chancelaria local, Embaixador Mohamed Matri, ex-Chefe da Missão diplomática líbia em Brasília, para tratar da projetada visita do Vice-Premier Imbarek Ashamikh ao Brasil. O Embaixador Matri reiterou o interesse do Engenheiro Ashamikh em dar à sua viagem caráter abrangente, refletido na visita a projetos de interesse, entrevistas em diversas áreas

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/02/2009 12:37:19 N.º: 00057

e na assinatura de acordos.

2. Aos acordos elencados até o momento (vide tel 449/2008) e sobre os quais já haveria consenso (Memorandum de Entendimentos Políticos, Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica na Área da Saúde, Cultural e de Educação Superior - os textos foram transmitidos por via eletrônica) poder-se-ia acrescentar dois outros: o de exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de diplomatas e assemelhados - acabo de receber a reação à proposta brasileira, que estarei transmitindo em separado - e outro sobre isenção de vistos de entrada para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço, para estadias de até 90 dias (a Grande Jamahiryia acaba de assinar acordo semelhante com o Reino da Espanha). A parte líbia vem insistindo (vide meu tel 50 e demais) na assinatura de um acordo aeronáutico, mas nunca se pronunciou sobre nossa contraproposta, oportunamente encaminhada (o acordo-padrão seguido pelo Brasil).

3. No que tange ao programa da visita - esclareço ser intenção do Engenheiro Ashamikh viajar em voo comercial, acompanhado por comitiva de cerca de 15 pessoas - seria seguido o seguinte roteiro:

- Dia 16, segunda-feira: chegada a São Paulo. Possível audiência com o Prefeito Municipal, seguida de jantar oferecido pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (antecipei consulta informal à entidade);
- Dia 17, terça-feira: visita à EMBRAER, pela manhã, e a projeto de bio-combustível da Construtora Norberto Odebrecht, no interior do Estado (segundo o Gerente da empresa em Trípoli, que está procedendo às pertinentes consultas, a empresa disponibilizaria aeronave para o percurso). Na noite do mesmo dia, embarque para Brasília;
- Dia 18, quarta-feira: reunião conjunta, ou entrevistas em separado, com os titulares dos seguintes Ministérios: Agricultura; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Minas e Energia; e Educação, assim como com representantes do Banco do Brasil e do BNDES;
- Dia 19, quinta-feira: audiência com Vossa Excelência, conforme já foi marcada e comunicada oportunamente à parte líbia, e, caso se chegue a consenso, com assinatura de atos. No final do dia, partida para Salvador;
- Dia 20, sexta-feira: audiência com o Governador do Estado e partida para Lisboa, em voo de carreira.

4. Muito agradeceria ser habilitado a confirmar a agenda acima a meu interlocutor, que, ademais, consultou-me sobre a possibilidade de o Engenheiro Ashamikh ser recebido, em audiência, pelo Senhor PR. A esse respeito, e, por analogia à sugestão do tel 335/2007, quiçá o Engenheiro Ashamikh pudesse ser recebido pelo Presidente de uma das

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 10/02/2009 12:37:19 N.º: 00057

Casas do Congresso Nacional.

Alexandre Affonso da Motta Barboza, Ministro-Conselheiro,
Encarregado de Negócios, a.i.

AAMB

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/02/2010 09:15:09 N.º: 00067

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 16/02/2010 (RFA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DAF III/DE I/DOC
DESCR=PEXT-LBIA-SUIC
RTM=BERBREM,CEEBRMS
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 263 2009, TEL 450 2009, TEL 638 2009
CATEG=MG

//
Líbia-Suíça. Contencioso.
Suspensão de vistos líbios de
turista e negócios para
cidadãos dos países da UE.
//

Nr. 00067

Retransmissão automática para Brasemb Berna e BRASEUROPA

Informo.

2. O Governo líbio acaba de suspender a concessão de vistos de turista e de negócios para os cidadãos dos países membros da União Européia e da Suíça. O próprio Mussa Kusswa, Ministro das Relações Exteriores, deu a notícia aos Embaixadores daqueles países, convocados especialmente ao ministério para tal fim. Os Embaixadores foram também notificados de que os executivos dos mesmos países que trabalham na Líbia, com vistos de negócios, não terão seus vistos renovados.

3. A medida - longamente ameaçada - começou a ter efeito imediato. Executivos austríacos e portugueses foram repatriados ontem mesmo, do aeroporto de Trípoli. A Primeira Feira Portugal-Líbia, em que exporiam representantes de

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 16/02/2010 09:15:09 N.º: 00067

dezessete firmas portuguesas exportadoras de bens e serviços, foi inaugurada ontem, como previsto, mas "extra-oficialmente", com a presença apenas de parceiros ou agentes líbios de seis das empresas. Todos os portugueses que viriam para o evento foram proibidos de entrar no país.

4. A medida tem tudo a ver com o julgamento dos cidadãos suíços acusados de imigração ilegal, em ação retaliatória do Governo líbio à detenção, na Suíça, de Hannibal Gadáfi, filho do "Rei dos Reis da África". Sua sentença foi lavrada quinta-feira última, dia 11. Um, condenado a 4 meses de detenção e multa; o outro absolvido, mas não pode deixar o país porque teve seu passaporte retido pelas autoridades locais.

5. Fui procurado pelo Gerente Geral da Queiroz Galvão na Líbia, preocupado com os reflexos que a medida terá para os trabalhos de sua empresa, que contratou vários executivos portugueses. Recordo que o mesmo ocorre com a Andrade Gutierrez e, em menor escala, com a Odebrecht. São mais de 60, entre executivos e seus familiares, os cidadãos portugueses com residência temporária em Trípoli contratados pelas três empresas brasileiras.

George Ney de Souza Fernandes
Embaixador

GNSF

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 23/01/2009 16:54:49 N.º: 00038

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 23/01/2009 (WFM)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DPG/DOC/DAF III
DESCR=XPRO-BRAS-LBIA
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//

Promoção comercial. Visita do
Sr. MDIC. Providências
adotadas. Programa.

//

Nr. 00038

RESUMO=

Consolido as providências adotadas pela Embaixada, em coordenação permanente com a Assessoria Internacional do MDIC, relativas ao programa que o Ministro Miguel Jorge deverá cumprir nesta capital. Como de praxe, ainda está pendente audiência com o Líder da Revolução, e, em consequência com alguns de seus possíveis interlocutores, que ficam na dependência da decisão da autoridade máxima.

Refcomunicações sobre o assunto. Foram tomadas todas as providências requeridas a esta Embaixada para a visita do Senhor MDIC.

HOTÉIS

2. Em cumprimento à circel 70740 foram bloqueados 60 quartos no Hotel Corinthia Bab Africa, que, como assinalei no tel 538/2008 e verificado pela missão precursora, o único da cidade com capacidade para acolher, com representatividade digna da magnitude do evento que ora se organiza, a missão

pioneira do Senhor MDIC e abrigar o seminário e as rodadas de negócios. Hotel sumamente requisitado, numa cidade com capacidade hoteleira muito reduzida (há pelo menos três grandes hotéis em construção) houve um esforço dessa Embaixada junto à Gerência do estabelecimento no sentido de deslocar compromissos já agendados com outras entidades, de modo a garantir os espaços necessários para os eventos do dia 25 de janeiro (seminário, almoço e rodadas de negócios). Igualmente, contrariando a prática local, o hotel isentou-nos do pagamento antecipado. A Missão precursora reduziu a quantidade de quartos, de 60 para 41. No Hotel Corinthia ficarão hospedados, por conta do Governo líbio, o Senhor MDIC (suíte) e cinco outros membros da Delegação, entre os quais o Senhor Diretor-Geral do DPR.

3. Também foram bloqueados quartos nos Hotéis "Al Khibir" (50), no qual será hospedada a tripulação da aeronave da FAB, "Thobacts" (30, já ocupados) e "Golden Beach" (21, igualmente já ocupados). Os três igualmente dispensaram a modalidade do pagamento antecipado. Os dados para contacto foram transmitidos pelo tel 24.

TRANSPORTE

4. Foram alugados quatro ônibus (de 35 lugares cada, os de maior lotação disponível), para a comitiva, dois micro-ônibus (de 16 lugares cada), um para a tripulação e o outro para a comitiva de apoio, e um caminhão-baú para a bagagem, que solicitei diretamente ao MDIC viesse identificada de acordo com o hotel de hospedagem. Os motoristas locais raramente falam outro idioma além do árabe (neste país, até muito recentemente e durante anos, estiveram proibidos o ensino e o uso de idiomas estrangeiros, acessíveis apenas para aqueles que puderam viajar ao exterior), razão pela qual em cada um dos ônibus e micro-ônibus alugados haverá um guia (cobrados em separado, conforme se depreende do tel 32). Todos têm celulares. O Governo líbio colocou à disposição do Ministro Miguel Jorge veículo sedan, com batedores, e cinco outros veículos, para uso da comitiva.

ESCRITÓRIO

5. O escritório de apoio está instalado no quarto 1050 do Hotel Corinthia desde a segunda-feira, dia 19, contando com duas linhas telefônicas independentes, habilitadas para chamadas internacionais, e todas as facilidades de informática, incluindo acesso à Internet, por banda larga. Ademais, tive de alugar aparelho de fac-símile, para substituir temporariamente o da Embaixada, que quebrou no meio da semana, assim como computador para uso exclusivo para as providências relativas à visita. Por telegrama em separado, solicitarei os recursos necessários.

CELULARES

6. Tendo em vista não haver roaming para os celulares do Brasil, foram alugados: pela conta do DPR, dois aparelhos (um para o Senhor Subchefe da DPG e outro para o OfChan Leandro Napolitano), e, pela conta MDIC, seis outros (um para uso do Senhor Cleiton Araujo, do ESCAV, e os demais para a chegada do Ministro Miguel Jorge - um dos quais para o Senhor DG do DPR).

DIVULGAÇÃO E PARCEIROS

7. Os eventos foram objeto de anúncio na imprensa (escrita, falada e televisada). EM dois jornais de circulação nacional, estão sendo publicados avisos de 1/4 de página, conforme sugerido pela missão precursora, desde a quarta-feira até o dia do evento, domingo 25. Convite e carta minha foram transmitidas a todos os homens de negócios e empresas constantes das listas da Embaixada, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, do Libyan Business Council, da Câmara de Comércio de Trípoli e da União das Câmaras de Comércio e Indústria da Líbia, assim como sugestões de empresários brasileiros e das empresas Petrobras, Norberto Odebrecht e Queiróz Galvão. Também cooperaram na divulgação e preparação da visita o Embaixador da Líbia em Brasília, ora em Trípoli, e seu antecessor, o atual Chefe do Departamento das Américas da Chancelaria.

INTÉRPRETES E TRADUÇÃO

8. Estão contratados intérpretes, tradutores (ambos inglês-árabe e árabe-inglês) e recepcionistas. Para interpretação português-árabe e árabe-português, a comitiva poderá contar com dois dos cinco contratados locais da Embaixada. Ademais, conto com a Gerente-Geral Adjunta da sucursal da Petrobras e com funcionário de nível da Construtora Queiróz Galvão, ambos fluentes em português, árabe e inglês e com vasta experiência em interpretação e tradução simultâneas. A sucursal local da Norberto Odebrecht se comprometeu junto ao titular da Embaixada - que planejava regressar no sábado, 17, infelizmente impedido por motivo de saúde de última hora (cirurgia na coluna vertebral à qual se submeterá) - a ceder o Senhor Khalifa Ganen, para officiar de tradutor e intérprete português-árabe-português, já que prestou esse serviço à Embaixada por ocasião da visita do Senhor PR, em 2003, e do Professor Marco Aurélio Garcia, em setembro de 2008, nas entrevistas que tiveram com o Líder da Revolução. A Norberto Odebrecht colocou uma de suas funcionárias à disposição desta Embaixada e do Escritório de Apoio e a Petrobrás está cedendo motoristas e dois funcionários - ambos com contatos no aeroporto de Trípoli, comissaria aérea e migração - para auxiliar na recepção da comitiva do Ministro Miguel Jorge.

PROGRAMA

9. Foram solicitadas entrevistas, inicialmente com as contrapartes diretas do Ministro Miguel Jorge (citadas no tel

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 23/01/2009 16:54:49 N.º: 00038

528/2008) e com o Vice-Primeiro-Ministro líbio, conforme solicitado pelo desptel 231. Posteriormente, com as autoridades mencionadas no desptel 011, e outras indicadas pela Assessoria Internacional do MDIC. Estarão ausentes do país os Ministros das Finanças, da Agricultura e da Defesa. 10. Estão confirmadas com o Ministro da Indústria e Mineração e com o Presidente da National Oil Company, para a manhã do dia 26, e com o Diretor do Comitê para Habitação e Infra-estrutura, o Senhor Abdelazis Dorda, que deverá acompanhar o Ministro em sua visita às duas obras da Odebrecht nesta Capital (Aeroporto Internacional e Terceiro Anel de Viário de Circunvalação), na tarde do domingo, dia 25. Está praticamente confirmado encontro com o Vice-Primeiro Ministro, quem, contudo, preferiu esperar o horário em que o Líder concederá a audiência solitada para o Ministro Miguel Jorge para definir o horário. (Por motivos de segurança interna, as entrevistas com o Coronel Gadafi somente se confirmam à última hora, com um mínimo de antecedência). Há a hipótese de o filho dileto do Líder, Seif-Al-Islam se encontrar com o Senhor MDIC na noite do domingo, 25 e amanhã, terei confirmação do Ministério da Defesa do nome do oficial da seção de compras das Forças Armadas que receberá os representantes do setor que integram a comitiva.

Alexandre Affonso da Motta Barboza, Ministro-Conselheiro,
Encarregado de Negócios, a.i.

AAMB

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 20/08/2009 13:02:40 N.º: 00435

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 18/08/2009 (FEF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DOC/DPG/DAF III
DESCR=XPRO-BRAS-LBIA
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 429, TEL 432
CATEG=MG

//
Líbia. Empresas Brasileiras.
Reunião. IBET.
//

Nota da DCA: Redistribuído para DPG/DOC/DAF III em 20/08/2009.

Nr. 00435

Informo. Mantive, em 17 de agosto, reunião com o Sr. Leonardo Dias, Diretor da IBET Consulting Services, empresa brasileira que iniciou recentemente atividades de apoio a empresários brasileiros interessados no mercado líbio (é a primeira empresa brasileira do gênero na Líbia. Possui escritório em Brasília que atua diretamente junto à Embaixada líbia). Transmito as impressões e observações do Sr. Dias sobre o mercado local:

2. Empresas interessadas em instalar-se em território líbio devem preparar-se para períodos relativamente longos de prospecção e contatos com lideranças locais. No caso da Odebrecht (localmente denominada LBCD, Libyan Brazilian Construction and Development), foram necessários dois anos de prospecção até a assinatura de contrato, em maio de 2008, que resultou em atual carteira de projetos da ordem de um bilhão

de dinares (US\$ 800 milhões). A Queiroz Galvão instalou-se em parceria com consórcio local. As demais empresas brasileiras atuantes no país - Petrobrás, Andrade Gutierrez e, mais recentemente, OAS e GDK - seguiram procedimentos semelhantes, despendendo esforço significativo na fase inicial de contato com as autoridades.

3. As grandes obras do país devem-se a demandas do Governo, que tem investido vultosas somas em infraestrutura e modernização. Empresas interessadas em exportar para o mercado local devem procurar inserir-se nos projetos do Governo, ainda que, em primeiro momento, com participação secundária.

4. Considera muito promissor o setor de eletricidade (geração e distribuição), que é controlado pela estatal GECOL (General Electricity Company of Libya). Prevêem-se investimentos da ordem de US\$ 16 bilhões, nos próximos 5 anos, para a construção de termelétricas, linhas de transmissão e subestações. Além das multinacionais já instaladas no país, empresas indianas e chinesas começaram a atender ao mercado elétrico local, com preços competitivos.

5. No momento, a IBET está prestando apoio a executivo da WEG Energy que, em sua primeira visita prospectiva à Líbia, demonstrou grande interesse na exportação de motores e transformadores para o mercado local (ver TEL 432).

6. Em relação ao "risco Líbia", considera que o risco percebido pelo investidor brasileiro não corresponde à realidade do país, que possui economia estável que se encontra em processo de modernização e abertura. O câmbio é estável e não se observa indicação de mudanças no regime político do país.

7. Um atrativo para a instalação de empresas na Líbia é o baixo valor do imposto sobre bens importados, com alíquota média de 10%. O Sr. Dias considera satisfatórias as operações financeiras, em que se utilizam cartas de crédito de banco de primeira linha.

8. Acredita que o elevadíssimo nível atual de obras e investimentos deverá se manter, mas que dentro de 3-4 anos haverá saturação do mercado, com restrição para a entrada de novas empresas. Pelo que, deve-se fomentar o mais rapidamente possível a vinda de empresários interessados em investir no país.

George Ney de Souza Fernandes

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 20/08/2009 13:02:40 N.º: 00435

Embaixador

MADA

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/09/2009 08:53:05 N.º: 00516

De Brasemb Trípoli para Exteriores em 27/09/2009 (GNSF)

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=DIM/DNU/DE I/DE II/DOC/DAF III
DESCR=CVIS-BRAS-MALT
RTM=SUEBREM
RTM/CLIC=
REF/ADIT=TEL 059, TEL 478
CATEG=MG

//
Malta (cumulatividade).
Vistos. Reciprocidade.
//

Nr. 00516

Retransmissão automática para Brasemb Estocolmo

Com referência, ainda, ao tel 477, de Brasemb Estocolmo, retransmitido automaticamente para este posto, informo.

2. Tal como previsto por meu antecessor (tel 059, dentre outros), o Ministério dos Assuntos Estrangeiros de Malta encaminhou Nota Verbal (número 1539/09) a esta Embaixada, comunicando que, por motivo de reciprocidade, passará a exigir visto em passaportes oficiais e diplomáticos brasileiros, a partir de 1º de janeiro de 2010 (tel 478).

3. Permito-me observar que, além dos obstáculos já assinalados em outras comunicações, a medida afetará também empresas brasileiras com grandes contratos na Líbia, como a Petrobrás, que tem em Malta importante centro de operações, e a Odebrecht (obras em Trípoli no valor de US\$ 2,6 bilhões de euros - tel 497), que tem sua base em Malta, de que depende a sucursal da Líbia.

De: BRASEMB TRÍPOLI
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/09/2009 08:53:05 N.º: 00516

George Ney de Souza Fernandes
Embaixador

GNSF

Para: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Reservado

Expedido em: 16/04/2008 21:07:33 N.º: 00506

Da SERE para
Brasemb Washington
Em 16/04/2008

CARAT=Reservado
PRIOR=Urgente
DISTR=G/DOC/DCAR/CGDECAS/DIR II
DESCR=XPRO-HAIT
RTM=HAIBREM,RDCBREM
REF/ADIT=TEL 521 2007, TEL 593 2007, TEL 2016 2007
CATEG=MG

//
Haiti. Audiência do Senhor ME
com o Presidente da Coteminas.
Investimento no Haiti. Relato.
//

Nr. 00506

Retransmissão automática para Brasemb Porto Príncipe e
Brasemb São Domingos

Informo e rogo providência. Na manhã de ontem, 15 de abril, recebi o Presidente da Coteminas, Josué Gomes da Silva, em meu Gabinete. O tema central da conversa foi o investimento que a Coteminas pretende fazer no Haiti.

2. É sabido que o Governo haitiano lamenta o fato de investidores costumarem preferir produzir têxteis na República Dominicana e confecção no Haiti. A diferença no volume de investimento é enorme, comentou o Presidente da Coteminas.

3. Atendendo a reiterados pedidos do Governo brasileiro no sentido de que empresários se interessem em investir seriamente no Haiti, e motivada pela aprovação da Lei Hope nos EUA, a Coteminas pretende participar da criação de um Parque Industrial especializado na produção têxtil no Haiti, à semelhança dos que já existem em Honduras, El Salvador e na República Dominicana.

Segundo Josué, o grupo haitiano Cours Multiplex possui extensa área a leste de Porto Príncipe, completamente baldia, que abriga poços de água profunda - elemento essencial para as atividades de produção têxtil. A idéia da Coteminas seria a de ocupar um dos prédios a serem construídos como parte do complexo, numa primeira fase. Mais tarde, eventualmente, a Coteminas poderia se instalar também em outros prédios ou criaria um arranjo para produção local. A intenção seria também atrair outras empresas, norte-americanas, na área têxtil - ou de insumos para têxtil, como fabricação de etiquetas - para aquela área.

O ineditismo desta iniciativa se deve à fabricação integrada da malharia e da confecção, explicou. A construção do parque industrial contemplará o emprego direto de mil cidadãos haitianos. Da forma como foi concebido, uma vez em pleno funcionamento, o projeto poderá gerar mais de 15 mil empregos diretos no Haiti, com infra-estrutura de qualidade para os trabalhadores (com facilidades como creche, área de lazer, etc). Josué comentou que a iniciativa movimentará US\$ 4 milhões de dólares por ano - o que significaria US\$ 4 mil por ano para mil famílias haitianas.

O Presidente da Coteminas avaliou que o investimento é relativamente barato. Seria possível investir US\$ 15 ou 20 milhões numa primeira fase, que envolveria a infraestrutura básica do parque industrial. O investimento da Coteminas seria da ordem de US\$ 23 milhões, mas não precisaria de financiamento.

Na opinião de Josué Gomes da Silva, a iniciativa dará retorno. A Coteminas seria "cliente garantido" e poderia fazer contrato de leasing no valor de aproximadamente US\$ 50 milhões. Dada a evidência de que o parque como um todo é econômico, competitivo e viável, a Coteminas se disporia a investir também no projeto maior do parque industrial.

Perguntei quem coordenaria todo o projeto. Josué Gomes da Silva comentou que pensa em alguma empresa privada ou no próprio governo haitiano. Sugeri procurarem uma agência no Haiti que tivesse prática na administração de empreendimentos grandes. Josué acha que o grupo que é dono do terreno hoje vazio poderia se interessar.

O Presidente da Coteminas comentou que o grupo dominicano "M", que tem experiência na área,

Para: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Reservado

Expedido em: 16/04/2008 21:07:33 N.º: 00506

demonstrou interesse em realizar algo na fronteira entre a República Dominicana e o Haiti. Mas por todas as razões, inclusive pela externalidade positiva do empreendimento em termos sócio-econômicos, interessa à Coteminas fazer algo no território exclusivamente haitiano.

Para tanto, a Coteminas gostaria de contar com a ajuda do Governo brasileiro em dois pontos:

- apoio junto ao Governo norte-americano no sentido de buscar garantir que o Projeto "Hope II" contemple extensão de prazos e extensão para tecidos planos;
- gestões para que a IFC, o BNDES e o BID ou o BIRD se interessem em financiar a infra-estrutura de saneamento, tratamento de afluentes, cercamento, fornecimento de eletricidade (estação geradora de energia a óleo ou diesel/biodiesel).

Garanti a Josué todo o apoio do Governo brasileiro ao projeto. Sugeri gestões junto ao Banco Mundial, onde membro de meu Gabinete é alterno do Representante brasileiro. Comentei que Robert Zoellick tem planejada uma viagem ao Brasil, que deve acontecer em breve, e prometi que o tópico seria levantado nesta ocasião.

Avaliei como muito positivos eventuais aportes do Banco Mundial e do BNDES à iniciativa. Restava saber quem tomaria a frente das negociações. Josué Gomes da Silva comprometeu-se a tentar conversar com o empresariado local ou com uma construtora brasileira (mencionou que contactaria Marcelo Odebrecht). Avaliamos que o impacto político de tal realização deve ser levado em consideração.

Josué afirmou que contrataria empresa de lobby (regulamentado nos EUA), para acompanhar a tramitação da Lei Hope II. Comprometi-me a informar Vossa Excelência, a quem pedi que Josué Gomes da Silva contactasse, para prepararem estratégia de ação ao longo do processo.

No IFC, Josué disse já dispor de canal aberto de diálogo. Comentou que o IFC sempre quis levar a Coteminas a investir em países mais carentes - e certamente veria com simpatia o projeto no Haiti.

Josué Gomes da Silva fez menção a sua visita a

Para: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Reservado

Expedido em: 16/04/2008 21:07:33 N.º: 00506

Ounaminthe, no Haiti, em 30 de março de 2007. Comentei que a situação no momento era preocupante, mas que achava que a viagem do Presidente Lula estava sendo confirmada para o dia 28 de maio. Sugeri que Josué integrasse a delegação presidencial.

Ao final, Josué prometeu encaminhar-me material descritivo do projeto (que poderia chamar-se "Hope", ou "Espoir"). Sugeri também que o Brasil oferecesse aos produtos têxteis haitianos o mesmo tratamento que o Governo norte-americano oferece. Elogiei sua disposição e pedi que levantasse o tema junto à ABIT.

EXTERIORES

BBSS/BBSS

Para: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Reservado

Expedido em: 10/11/2009 18:44:25 N.º: 00970

Da SERE para
Brasemb Washington
Em 10/11/2009

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=DDH/CGEUC/DTS/DPR
DESCR=SHUM-BRAS-EUA
RTM=SCABRAZ, ONUBRMS, OEABRMS, ATLBRCG, ARTBREM
REF/ADIT=DET 878, DET 883, TEL 2436
CATEG=MG

//
Brasil-EUA. Direitos Humanos.
Plano de Ação Conjunta. III
Reunião Plenária. Salvador, 22
e 23 de outubro. Relato.
//

Nr. 00970

Retransmissão automática para DELBRASGEN, DELBRASONU,
DELBRASUPA, Consbras Atlanta e Brasemb Buenos Aires

RESUMO=
Avalia os resultados do segmento governamental da III
Reunião Plenária do Plano de Ação Conjunta para a
Eliminação da Discriminação Racial.

Ao concluir a sua III Reunião Plenária, realizada em Salvador nos dias 22 e 23 de outubro passado, o Grupo Diretor do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade viu os esforços bilaterais de cooperação no combate ao racismo saírem ampliados e fortalecidos, mediante a criação de novas parcerias e canais de diálogo. A reunião contou com mais de 100 participantes, em representação de órgãos governamentais, ONGs e entidades do setor privado dos dois países. O grau de interesse despertado junto às organizações participantes pode ser aferido pelos novos pleitos de adesão que foram dirigidos ao Grupo Diretor: de um lado, no campo federativo, autoridades locais presentes à reunião (como a Secretária de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, Luiza Bairros) solicitaram

que os Governos estaduais interessados pudessem engajar-se nos trabalhos do Grupo Diretor; de outro lado, no âmbito da sociedade civil, as ONGs brasileiras ao final da Reunião fizeram leitura de carta aberta na qual requereram que os seus pontos focais (quatro representantes por eles eleitos) participassem também das reuniões governamentais nas quais se tomam as decisões sobre a condução do Plano de Ação. Ambas as delegações governamentais limitaram-se a tomar nota dos pleitos.

2. Alguns dos avanços foram alcançados na reunião governamental. Foram aprovadas as diretrizes para a apresentação de projetos de cooperação por parte de órgãos da sociedade civil. Além disso, acolheu-se a oferta norte-americana de disponibilizar US\$ 200 mil no corrente ano à organização Fundo Brasileiro para os Direitos Humanos, a qual, junto com os US\$ 100 mil que também receberá da Fundação Kellogg, poderá financiar projetos de cooperação de ONGs brasileiras, em parceria com norte-americanas, com um orçamento de até US\$ 25 mil cada. Decidiu-se igualmente realizar a próxima reunião técnica do Grupo Diretor em Washington no mês de fevereiro vindouro, bem como a próxima reunião plenária no seguinte mês de abril em lugar a ser determinado nos Estados Unidos; por sugestão brasileira, o Departamento de Estado está considerando a possibilidade de realizá-la na cidade de Atlanta. Em reunião paralela, avançou-se na negociação de projeto de cooperação na área de Justiça, por meio do qual o Governo norte-americano transmitirá os dados relevantes de sua experiência nacional com vistas a contribuir para a elaboração de um programa nacional de capacitação em direitos humanos a ser utilizado pelas academias de polícia e por cursos de pós-graduação para a formação contínua de policiais no Brasil.

3. Duas iniciativas, no entanto, destacaram-se por proporcionar o maior número de avanços na consolidação dos trabalhos do Plano de Ação. A primeira delas foi o estabelecimento de um novo formato de diálogo, mediante a realização de reuniões de discussão sobre políticas públicas de combate à discriminação racial em setores temáticos específicos, com a presença de técnicos especializados. Três reuniões desse tipo tiveram lugar, respectivamente sobre políticas de trabalho, educação e saúde. Esse exercício permitiu a identificação de desafios comuns em questões pontuais,

que poderão ser explorados em projetos futuros de cooperação. Na reunião sobre trabalho, por exemplo, verificou-se que os Governos dos dois países fixaram as mesmas questões como prioritárias para suas políticas públicas: a empregabilidade da população negra, a presença da população negra nos níveis decisórios das empresas e a igualdade de remuneração. O grau de convergência era tamanho que a Encarregada de Negócios da Embaixada dos EUA em Brasília, Lisa Kubiske, ao final do encontro, instou os representantes dos órgãos técnicos ali presentes a traduzir a proximidade de posições em iniciativas concretas de cooperação que pudessem ajudar a dinamizar o trabalho dos seus respectivos Ministérios. Na reunião sobre saúde, por sua vez, a apresentação feita por técnico do Departamento de Saúde dos EUA a respeito do trabalho do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) suscitou de imediato o interesse da representação do Ministério da Saúde brasileiro em organizar no curto prazo um programa conjunto de capacitação, que iniciaria por visita às instalações do CDC.

4.A iniciativa que parece ter tido o maior impacto, entretanto, em vista do caráter pioneiro das parcerias que permitira criar, foi a reunião de aproximação com o setor privado. As chefias de delegação nessa ocasião couberam, pelo Brasil, à Senhora SGAP I, Embaixadora Vera Machado, e ao Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR, Martvs Chagas, e, pelos EUA, ao Secretário de Estado Adjunto para Temas do Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon; pelo setor privado, fizeram-se representar à mesa oito organizações: Cummins, McDonald`s, Dow Química, Brookling International, Petrobras, Fundação Ulysses Guimarães, Fundação Odebrecht e Fundação Avina. Além disso, realizou-se posteriormente, como parte da programação regular de painéis abertos à sociedade civil (que será relatada em despacho telegráfico à parte), um painel sobre responsabilidade social corporativa, do qual também participaram representantes da FEBRABAN e do Banco Santander. Em ambos os eventos, esteve presente, na qualidade de observadora, representante do Escritório em Brasília do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

5.Nessa primeira reunião de aproximação, procedeu-se a uma apresentação sumária das atividades empreendidas pelas entidades do setor privado com foco na promoção

da igualdade racial, seja na forma de programas voltados aos empregados de suas empresas, seja de projetos que beneficiam as comunidades nas quais atuam essas companhias. O forte interesse demonstrado pelos representantes do setor privado em estabelecer sinergias com a atuação governamental nessa área levou os dois Governos a decidirem pela convocação de nova reunião, a ser realizada até o final do corrente ano, com vistas a aprofundar o conhecimento das iniciativas que essas empresas mantêm em curso nos dois países; acordaram igualmente a conveniência de montar um inventário de projetos, com base nas informações que forem prestadas pelas companhias, cujo conteúdo seria circulado previamente à nova reunião a fim de subsidiar o debate.

6.A despeito de um quadro geral de avanços no processo de consolidação do Plano de Ação Conjunta, verificou-se em Salvador um desafio que parece emergir do interesse despertado junto a outros países pelo próprio êxito alcançado por essa iniciativa. Funcionários do DoS comentaram de maneira informal que os EUA firmarão proximamente com a Colômbia um Plano de Ação Conjunta de natureza semelhante. Aparentemente em função disso, o Secretário de Estado Adjunto Thomas Shannon propôs, no café da manhã que manteve com o Ministro Edson Santos no dia 22, a ampliação da composição do Plano de Ação Conjunta, de forma a incorporar outros países latino-americanos ou caribenhos de população afro-descendente significativa, tornando o Plano uma rede regional de governos. Diplomata da Embaixada dos EUA em Brasília acrescentou que estaria sendo estudada a proposta de incluir cinco a seis países da região, os quais não chegou a nomear. A questão permaneceu pendente para análise na próxima reunião do Grupo Diretor.

EXTERIORES

APG/CECO

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/02/2010 09:19:47 N.º: 00415

DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 23/02/2010 (WSR)

CARAT=RESERVADO
PRIOR=URGENTÍSSIMO
DISTR=DPG/DIC/DFT/DOC/CGEUC
DESCR=XPRO-BRAS
RTM=NYKBRCG,MUSBRCG,LUSBRCG,SUSBRCG,CUSBRCG
REF/ADIT=CIT 75666, TEL 117, CIT 75147 2009
CATEG=MG

//
Promoção Comercial
Brasil - EUA. Planejamento
Estratégico. PEPCOM/2010.
//

Nr. 00415

RESUMO=
Informo. Transmite detalhamento do Planejamento
Estratégico de Promoção Comercial- PEPCOM/2010.

Retransmissão automática para Consbras Nova York,
Consbras Miami, Consbras Los Angeles, Consbras São
Francisco e Consbras Chicago.

ROGO RETRANSMISSÃO, IGUALMENTE, PARA OS CONSULADOS-GERAIS
EM ATLANTA E HOUSTON

MG. Faço referência ao tel 117. Detalho, a seguir, as
linhas gerais que nortearão a estratégia de promoção
comercial do Posto ao longo do ano.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a crise
financeira internacional atingiu de forma particularmente
aguda as importações norte-americanas, de todas as
origens, a partir do segundo semestre de 2008, o que teve
efeito também sobre a balança comercial bilateral com o
Brasil. Em 2009, o déficit brasileiro alcançou cerca de
US\$ 4 bilhões. Verificou-se, igualmente, queda da
participação de produtos manufaturados na pauta
exportadora brasileira, em relação a produtos primários
de menor valor agregado. Contra esse pano de fundo, serão
desenvolvidas as iniciativas de promoção comercial
brasileira nos EUA, em 2010.

3. Com o intuito de buscar auxiliar os exportadores

brasileiros na identificação de nichos de mercado ainda pouco explorados neste país, o SECOM está preparando o "Panorama das Relações Comerciais Bilaterais", estudo no qual se procurará fazer análise setorial do comércio Brasil-EUA, identificando, para cada setor, a evolução da balança comercial, informações relativas à estrutura tarifária do setor, incluindo o aproveitamento do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano e dados sobre os principais competidores do Brasil, bem como características gerais do setor nos EUA (distribuição geográfica de produtores e importadores, barreiras comerciais enfrentadas por exportadores brasileiros). O estudo visa a complementar o guia "Como Exportar", em aspectos não cobertos por aquela publicação.

4. O SECOM continuará também a prestar o devido apoio à organização das atividades do "Fórum de Altos Executivos de Empresas Brasil-EUA-("CEO Forum"), cuja próxima reunião terá lugar em Brasília, em princípio em março vindouro. O SECOM seguirá acompanhando as recomendações dos CEOs que poderiam se constituir em "deliverables" de curto e médio prazos, tais como a celebração de memorando de entendimento sobre comércio e investimentos (DET 76) e eventual aprovação, pelo Senado Federal, do acordo bilateral relativo a vistos (DET 113). O SECOM planeja, ainda, organizar eventos para aprofundar a discussão de temas de interesse dos CEOs, tal como, por exemplo, seminário sobre acordo bilateral para evitar a dupla tributação.

5. Para o êxito das iniciativas aqui propostas, será importante a coordenação do SECOM com as instituições parceiras do MRE, como a APEX-Brasil e a Embratur, em linha com as recomendações emanadas das reuniões de coordenação promovidas pelo DPR, no segundo semestre de 2009 (CIRCTEL 75151). Ademais, a estratégia de promoção comercial do Posto para este ano refletirá os entendimentos havidos por ocasião da reunião de Chefes de SECOM, realizada nesta cidade, em fevereiro de 2009 (CIRCTEL 71480 e CIRCTEL 75147). É minha intenção intensificar contatos com empresários em diversos estados dos EUA, por ocasião de minhas visitas a outras partes do país.

6. Em consonância com as diretrizes delineadas na Circular Telegráfica 75.147, o SECOM dará prioridade, na área de promoção das exportações de bens e serviços brasileiros, à organização de missões empresariais, participação em feiras setoriais e gerais,

obtenção de inteligência comercial, bem como à atualização e ampliação do cadastro de importadores locais, para inserção na "BrazilTradeNet". Para tanto, elaborará pesquisas e informações de mercado relativas a setores julgados prioritários, conforme indicado no parágrafo 16, a seguir. O SECOM pretende, ainda, dedicar-se à elaboração de análise sobre as possibilidades de aumento da participação de empresas brasileiras nas compras governamentais norte-americanas de bens e serviços. Outra frente de análise a ser observada será a das compras efetuadas por organismos internacionais situados nos EUA.

7. Detalho, a seguir, iniciativas pontuais propostas.

MISSÕES COMERCIAIS

8. No que se refere a missões comerciais, o SECOM pretende organizar entre três e seis missões no decorrer de 2010. As sugestões contidas no Formulário de Orçamento Eletrônico- FOE/2010 contemplam os setores de tecnologia da informação, moda, produtos e equipamentos médico-hospitalares, cosméticos, materiais de construção ("construbusiness"), alimentos e bebidas,. A exemplo do ocorrido em 2009, cada missão visitará Washington e duas outras cidades dos EUA. O SECOM da Embaixada, em coordenação com os demais SECOMs das jurisdições a serem visitadas, realizará contatos para a organização e acompanhamento das missões. Ademais, na consecução do programa de missões empresariais em 2010, será dada continuidade à bem-sucedida parceria mantida com a Câmara Americana de Comércio de São Paulo (AMCHAM-SP) no ano passado. A seleção dos setores leva em conta ações de promoção comercial, incluídas demandas identificadas no Brasil, bem como o potencial de mercado nos Estados Unidos.

9. O Posto, em contato com a AMCHAM, identificou potencial de negócios para missões a serem organizadas conforme abaixo:

-- Tecnologia da Informação: Washington, São Francisco/Vale do Silício e Seattle/Quincy, de 10 a 14 de maio.

-- Moda: Washington, Miami, Charleston, de 17 a 21 de julho;

-- Produtos e equipamentos médico-hospitalares: Houston, Cleveland e Washington, 9 a 13 de agosto;

-- Cosméticos: Washington, Nova York, Filadélfia, de 27

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/02/2010 09:19:47 N.º: 00415

de setembro a 01 de outubro;

-- Alimentos e bebidas: Chicago, Minneapolis, Washington, de 14 a 19 novembro;

-- Materiais de construção ("construbusiness"): Washington, Dallas, New Orleans, de 6 a 10 de dezembro.

10. As referidas missões inserem-se nos esforços de promoção das exportações brasileiras em nichos de mercado específicos. Essas missões setoriais serão compostas por cerca de 10 empresas, que cumprirão programa especialmente desenhado para o estabelecimento de novas parcerias comerciais.

11. Em princípio, os programas sugeridos se compõem de visita de um dia a Washington-DC, onde o grupo participará de "workshop" informativo organizado pela Embaixada, com a colaboração de entidades parceiras tais como o "US-Brazil Business Council", a "Brazil Industries Coalition" (antigo "Brazil Information Center"), empresas de consultoria e escritórios de advocacia. O objetivo de tais "workshops" será familiarizar os participantes das missões com o ambiente de negócios nos EUA e fornecer-lhes informações institucionais sobre os mecanismos de comércio neste país. Pretendo, ademais, receber os integrantes de cada missão. Em seguida, o grupo partirá para um ou dois destinos adicionais nos EUA, onde terá a oportunidade de participar de pelo menos um evento-âncora ("trade shows", feiras, seminários) e realizar visita a empresa-referência no setor, além de cumprir programa de encontros privados ("one-on-one") com potenciais clientes.

12. As estimativas dos custos envolvidos para montagem das missões empresariais referidas no FOE/2010 levam em conta itens tais como despesas com organização dos "workshops" (aluguel de sala), evento social com parceiros institucionais (café da manhã ou coquetel), eventual contratação de serviços de interpretação, credenciamento em feiras e congressos, transportes da delegação, entre outras.

13. Em linha com sugestões apresentadas pelos participantes das missões organizadas por este Posto em 2009, as missões deste ano contemplarão o aluguel de espaço em eventos-âncora. O objetivo é fazer com que os empresários brasileiros contem com ponto focal no evento, ou adjacências, para receber potenciais parceiros norte-americanos. Esse espaço ficará à disposição dos

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Reservado

Recebido em: 24/02/2010 09:19:47 N.º: 00415

empresários para a realização de encontros e reuniões de negócio e relações públicas.

14. O Posto está ainda avaliando a possibilidade de organizar, em 2010, missão empresarial para a promoção da cachaça brasileira nos EUA. Como se recorda, está em curso no "Alcohol and Tobacco Tax and Trade Bureau" (TTB), do Departamento do Tesouro, revisão da legislação norte-americana que, se aprovada, classificará a cachaça como produto tipicamente brasileiro e distinto do rum. Segundo o IBRAC, Instituto Brasileiro da Cachaça, que solicitou ao Governo brasileiro pleitear a mudança, o principal objetivo da iniciativa será a adoção de "marketing" mais objetivo do produto. Alto funcionário do TTB afirmou a colaborador meu, na mais recente reunião do Diálogo de Parceria Econômica- DPE (Washington, dezembro de 2009) que a proposta de alteração na legislação seria brevemente colocada sob consulta pública (vide tel 3043/2009). Caso o processo tenha desfecho favorável ao longo de 2010, estimo que será de todo conveniente a organização de missão empresarial de promoção do produto.

FEIRAS

15. Com relação a feiras, propõe-se a participação brasileira, com exposição de produtos, em cinco eventos a serem realizados na região de Washington, DC, nos setores de turismo, médico-hospitalar, cosméticos, materiais para construção ambientalmente sustentável ("green building") e compras de agências não-governamentais. Os eventos selecionados pelo SECOM contemplam nichos de mercado pouco explorados nas grandes feiras setoriais. São eles:

-- "Adventures in Travel Expo" - evento itinerante do setor de turismo realizado anualmente em Los Angeles, Washington, DC, Chicago e Nova York. Em Washington, a feira ocorrerá nos dias 6 e 7 de março de 2010. Nas demais localidades o evento contará com a participação da Embratur. Esta feira tem como público-alvo tanto as empresas do ramo de turismo (operadores e agentes), como o consumidor final;

-- "Aid and Trade Development Forum", a se realizar nos dias 22 e 23 de julho. O evento reúne fornecedores de produtos e serviços normalmente adquiridos por organizações não-governamentais e agências humanitárias. O evento constitui excelente oportunidade para fornecedores brasileiros conhecerem os gerentes de compra e logística das principais organizações não-governamentais e agências humanitárias da ONU;

-- "Advamed - The MedTech Conference and Expo", de 18 a

20 de outubro. A Advamed reunirá empresas de tecnologia médica, tais como fabricantes de aparelhos médicos, produtos de diagnóstico e sistemas de informação de saúde, bem como profissionais do setor. A participação na feira proporcionará oportunidades de realizar encontros pré-agendados com potenciais parceiros e participar de painéis educacionais sobre temas do setor de saúde;

-- "International Spa Association Conference and Expo", de 15 a 18 de novembro. Feira promovida pela Associação Internacional de Spas (ISPA), que reunirá profissionais do setor e fornecedores de produtos e serviços para o mercado de spas nos EUA;

-- "Ecobuild America", a se realizar nos dias 9 e 10 de dezembro. A participação na feira será relevante para as empresas brasileiras de produtos, serviços e tecnologias para a construção ambientalmente sustentável. O evento deverá reunir arquitetos, empreiteiros, engenheiros, construtores, "designers", governo e fabricantes de produtos de construção.

PESQUISAS DE MERCADO

16. Sem prejuízo de outros setores identificados pela SERE e pela APEX-Brasil e tendo em vista as orientações contidas na Circular Telegráfica 70.888, propõe-se a elaboração de novas pesquisas sobre os seguintes setores potencialmente promissores no mercado americano:

- Materiais de construção, com ênfase no segmento de construção ambientalmente sustentável ("green building");
- Alimentos, com ênfase em produtos de confeitaria;
- Produtos e equipamentos médico-hospitalares;

17. Adicionalmente, pretende-se elaborar estudos de prospecção de oportunidades para empresas brasileiras para os seguintes canais de distribuição:

- Produtos de Beleza: a "Professional Beauty Association" e a "International Spa Association" estimam que existam cerca de 75.000 salões de beleza e mais de 14.000 spas nos EUA. Trata-se de importante mercado potencial para os fornecedores brasileiros da vasta gama de produtos utilizados nesse setor;
- Compras governamentais: segundo o governo norte-americano, a burocracia federal consome, anualmente, cerca de US\$ 452 bilhões em produtos e serviços para uso civil. Desse total, US\$ 158 bilhões são destinados à aquisição de produtos manufaturados. Em que pese a legislação norte-americana sobre compras governamentais, que restringe a participação de fornecedores estrangeiros no âmbito do "Buy American Act", não são desprezíveis as

oportunidades oferecidas nesse segmento, diretamente ou por meio de parcerias com empresas locais ("joint-ventures"). Cite-se, como exemplo, o caso da brasileira Politec, que fornece soluções de tecnologia da informação para importantes órgãos do governo norte-americano, tais como CIA, Departamento de Estado e outros;

-- Compras diretas de organismos internacionais (Banco Mundial, BID, FMI, OPAS, entre outras). As compras diretas dessas organizações são estimadas, pelo Banco Mundial, em mais de US\$ 700 milhões anuais;

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

18. Na área de investimentos, o Posto dará prioridade à promoção de projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento, bem como a oportunidades de investimento em projetos de infra-estrutura relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Nesse contexto, constituirão veículo importante para a divulgação das demandas de investimento geradas no Brasil os seminários e missões comerciais a serem organizados no decorrer de 2010, pela SERE ou por iniciativa deste Posto, sempre em coordenação com os Consulados-Gerais brasileiros nos EUA e parceiros brasileiros e norte-americanos.

19. O Posto propõe a realização de seminários adicionais no decorrer do ano, em datas a serem definidas com a SERE e com entidades parceiras no Brasil, para atrair investimentos em setores específicos. O primeiro contemplaria o setor de biotecnologia e poderia ser utilizado como plataforma de divulgação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia junto a potenciais investidores norte-americanos, bem como de apresentação de oportunidades concretas de investimentos na bioindústria brasileira.

20. Propõe-se, igualmente, a organização de Laboratório de Inovação, encontro com enfoque em oportunidades de investimentos em tecnologias de ponta no Brasil. O evento teria como objetivo o debate sobre aspectos da política brasileira de inovação.

21. Outro seminário a ser considerado diz respeito à discussão de acordo para evitar a dupla tributação, tema que consta das recomendações do "CEO Forum".

PROMOÇÃO DO TURISMO

22 Com relação à divulgação do Brasil

como destino turístico, o SECOM continuará prestando apoio à EMBRATUR e a seus representantes nos EUA. Além disto, o Posto seguirá divulgando as potencialidades turísticas do País em eventos organizados pela Embaixada ou dos quais seja convidado a participar.

APOIO A INVESTIDORES BRASILEIROS

23. No que concerne ao apoio a investidores brasileiros no mercado norte-americano, o Posto seguirá prestando a assistência necessária. Empresas como Petrobras, Embraer, Cutrale, Gerdau, Votorantim, Vale e Odebrecht têm crescentes investimentos nos EUA e planos de expansão para os próximos anos. O Grupo JBS-Friboi, que anunciou a aquisição da Pilgrim's Pride Corp em setembro de 2009, tornou-se a maior empresa do mundo no setor de processamento de carnes e também o maior investidor privado brasileiro nos Estados Unidos. No decorrer das negociações de sua entrada no mercado dos EUA, a JBS-Friboi manteve frequente coordenação com esta Embaixada, que continua até hoje apoiando as operações da empresa no país.

24. A Embaixada procurará, também, atuar em coordenação com outras entidades, como a "Organization for International Investment" no sentido de mapear os investimentos brasileiros nos EUA.

FORMAÇÃO DE PESSOAL E TREINAMENTO

25. O FOE prevê quatro atividades para treinamento do pessoal do SECOM, a terem lugar entre fevereiro e julho de 2010.

MAURO VIEIRA, Embaixador

TM/ACS/CNN/EOL/PFDG

De: BRASEMB WINDHOEK

Recebido em: 17/02/2009 10:08:48 N.º: 00043

CARAT=Reservado

De Brasemb Windhoek para Exteriores em 17/02/2009 (JA)

CARAT=Reservado

PRIOR=Normal

DISTR=DAF II/DAF III/DPG

DESCR=GREM-BRAS-SADC

RTM/CLIC=GRPAFRAUS

REF/ADIT=CIT 71234

CATEG=MG

//

Brasil-SADC. Seminário sobre
Investimentos em
Infraestrutura nos países da
SADC. Nova data. Subsídios.

//

Nr. 00043

Rogo retransmissão via CLIC para as Embaixadas nos países do
GA-1

RESUMO=

Cumpri instrução. Encaminha subsídios para Seminário
sobre Investimentos em Infraestrutura nos países da
SADC, com ênfase na área de energia.

A sugestão de se realizar o Seminário sobre Investimentos em
Infraestrutura nos Países da SADC, com ênfase na área de
energia, no mês de maio é bem oportuna porque, tal como no
caso de Angola e Moçambique, a Namíbia também terá eleições
gerais em novembro de 2009, o que poderá, de alguma forma,
dificultar o deslocamento de autoridades no segundo semestre
deste ano.

2. A Namíbia como outros países da África Austral é um país
carente de fontes de energia e bastante dependente da empresa
ESKOM sul-africana, que fornece cerca de 50 por cento de suas
necessidades energéticas. Dois projetos energéticos estão em
andamento: a interconexão do Caprivi, que transmitirá energia
da Zâmbia a partir do segundo semestre de 2009, e a
modernização da hidrelétrica de Hwange, no Zimbábue, com
investimentos namibianos, que forneceria 150MW, a partir de

outubro de 2008, o que não pude ainda confirmar. Existe planos de instalação de uma quarta turbina em Ruacana, que poderia aumentar sua capacidade de 240MW para 310 MW, em princípio de 2010. O projeto hidrelétrico de Baynes no rio Cunene e as termelétricas movidas com o gás do campo de Kudu figuram também como alternativas para incrementar a potencialidade energética do país. As principais fontes de energia elétrica obtidas na África do Sul são transportadas por duas linhas de transmissão com capacidade de 500 MW e 200MW, respectivamente. Outras fontes são a hidrelétrica de Ruacana (240MW), a usina Von Eck (movida a carvão) de Windhoek (120MW) e as unidades geradoras de energia movidas a diesel de Walvis Bay (24MW) e de Katima Mulilo (3MW). O consumo energético atual é de cerca de 390MW, projetando-se um crescimento para cerca de 660 MW em 2015, uma vez que o incremento da demanda da energia comercial está em torno de 6 por cento ao ano.

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, consórcio brasileiro composto pela Eletrobrás, Furnas, Odebrecht e Engevix está elaborando estudo de viabilidade para o aproveitamento hidrelétrico do rio Cunene, em Baynes.

4. Notei pelo telegrama 44 de Brasemb Gaborone, cuja retransmissão agradeço, que a Namíbia não esteve representada na reunião de lançamento da Força Tarefa da SADC sobre Biocombustíveis, em 17/04/2008. Na recente visita do Presidente Pohamba ao Brasil, o tema dos biocombustíveis foi examinado e as autoridades namibianas se mostraram interessadas em implantar projetos neste país. Na reunião na Petrobrás, no Rio de Janeiro, seu Presidente José Gabrielli indicou que a empresa começará a prospecção de petróleo em um bloco na costa namibiana e indicou que poderia oferecer cooperação na área de biocombustíveis.

5. Em princípio, acredito que poderiam ser convidadas a participar do referido Seminário as seguintes autoridades: o Senhor Joseph S. Iita, Secretário Permanente do Ministério de Minas e Energia e Representante da Namíbia na Comissão Permanente Conjunta do Rio Cunene (CTPC); a engenheira Selma-Penna Utonih, Diretora de Energia do Ministério de Minas e Energia; o engenheiro Paulinus Shilamba, Diretor Gerente da NamPower; e o engenheiro Kahenge Simson Haulofu, Gerente Geral da Unidade de Negócios de Geração da NamPower.

MARCIO ARAUJO LAGE, Embaixador

De: BRASEMB WINDHOEK
CARAT=Reservado

Recebido em: 17/02/2009 10:08:48 N.º: 00043

ML

De Brasemb Windhoek para Exteriores em 27/02/2009 (JA)

CARAT=Reservado
PRIOR=Normal
DISTR=SG/SGEX/SGAP II/SGET
DESCR=AORG
RTM=BERBREM
RTM/CLIC=
CATEG=MG

//
Relatório de gestão.
Embaixador Marcio Araujo Lage.
//

Nr. 00056

RESUMO=
Informa sobre minha gestão à frente desta embaixada de janeiro de 2005 a fevereiro de 2009.

Com referência à Circular Postal n. 52, de 1994, e aos telegramas 271 e 272, de 19/07/04, que transmitem o relatório de meu antecessor. Quando fui indicado para a chefia da Embaixada em Windhoek, o que muito me honrou, sabia que estaria enfrentando um interessante desafio profissional. Minha expectativa confirmou-se plenamente.

2. Antes de iniciar o relatório, relativamente detalhado, quero deixar registrados meus agradecimentos pela confiança em mim depositada pelo Senhor Presidente da República e por Vossa Excelência ao designar-me para este encargo tão honroso, bem como aos Senhores Secretário Geral e SGAP-II que me deram apoio precioso em todos os momentos. Quero destacar também a Administração do Itamaraty, cuja compreensão permitiu - entre outras realizações - que se executassem obras essenciais de recuperação da Residência e da Chancelaria.

3. Com a audiência que o Presidente Hifikepunye Pohamba me concedeu na terça-feira, dia 24, (vide tel. 54) cumpri o

penúltimo compromisso oficial como Embaixador do Brasil junto ao Governo da Namíbia, já que visitei hoje o Ministro da Defesa para tratar da viagem do Ministro Nelson Jobim à Namíbia. Ao encerrar minha missão, deixo este país com o sentimento de haver cumprido com meu dever e a suposição de que contribuí positivamente para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Namíbia. Devo-o também ao esforço da equipe diplomática e administrativa que tive o prazer de dirigir. Agradeço, igualmente, a colaboração dos três adidos militares que compartilharam, nestes quatro anos, informações e auxiliaram-me no contato com o Comando da Marinha e com o Ministério da Defesa da Namíbia.

I - QUADRO INTERNO

4. Apresentei minhas credenciais em 26 de janeiro de 2005 ao ex-presidente Sam Nujoma, a menos de dois meses de terminar seu mandato. Nas visitas protocolares que fiz a diversos ministros de seu governo, pude verificar o apreço e admiração pelo Brasil e o desejo de continuar a cooperação bilateral. A mais interessante se deu ao presidente eleito, Hifikepunye Pohamba, que ressaltou sua grande estima pelo Brasil, país que visitara diversas vezes. Ele destacou, na ocasião, que esperava que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só a nível político, mas principalmente que houvesse um incremento nas relações econômico-comerciais. Pohamba manifestou ter ficado muito impressionado com a pujança industrial de São Paulo e expressou seu desejo de que a Namíbia viesse a receber investimentos brasileiros e que este país fosse utilizado como porta de entrada para a SADC.

5. Pohamba tomou posse em 21 de março de 2005, em cerimônia que contou com a presença do Senhor Vice Presidente da República, José Alencar, acompanhado de delegação parlamentar e de outras autoridades brasileiras. A posse do Presidente Pohamba não trouxe grandes mudanças no Gabinete de Ministros, nem na SWAPO, já que o ex-presidente Sam Nujoma seguiu no comando da máquina partidária. Pouco a pouco, no entanto, Pohamba foi impondo seu estilo gerencial de governar, com menos pompa e mais cobrança pública de maior eficiência e produtividade no serviço público. Temas como o combate à corrupção, à pobreza e ao desemprego são constantemente tratados em seus discursos oficiais, em que apela ao setor privado e aos trabalhadores para ajudar o governo a aliviá-los, embora não exista um programa claro de combate a estas aflições populares. Ao se manifestar e apelar por mais produtividade e eficiência no serviço público, Pohamba reforça a necessidade de maior treinamento como pré-requisito

para que a economia cresça e se possa obter o desenvolvimento previsto nos chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento II e III e no Visão 2030.

6. Embora nos dois primeiros anos de governo, tenha havido pouca presença da oposição no debate democrático sobre a atuação do Governo, indicando que o país se satisfazia com a ação da SWAPO, em novembro de 2007 foi anunciada a criação de novo partido político, o "Rally for Democracy and Progress" (RDP), organizado no primeiro momento pelo ex-Ministro da Indústria e Comércio, Jesaya Nyamu. Nyamu apoiou o então Ministro das Relações Exteriores, Hidipo Hamutenya, nas prévias para a eleição presidencial de 2004 e acabou sendo expulso da SWAPO em 2005, acusado de tramar contra o ex-presidente Sam Nujoma e querer criar uma divisão no partido oficial. Alguns dias após o anúncio da criação do RDP, Hidipo Hamutenya que esteve 46 anos ligado à SWAPO, renunciou a seu mandato na Assembléia Nacional e anunciou que se uniria a ele. A convenção do novo partido, em novembro de 2008, elegeu Hamutenya seu presidente e candidato presidencial às eleições de 2009. O sucesso dessa iniciativa só poderá ser realmente avaliado nas eleições gerais de novembro de 2009, já que outras dissidências da SWAPO, como a criação do CoD (Congress of Democrats) em final dos anos 90, não modificaram o cenário partidário do país. A SWAPO detém atualmente 77% das cadeiras da Assembléia Nacional. Os restantes 23% são divididos entre os seis partidos de oposição.

7. Também na última semana de novembro de 2007, realizou-se o IV Congresso Ordinário da SWAPO. As principais mudanças decorrentes da reunião partidária foram a saída do ex-presidente Sam Nujoma da cúpula da SWAPO e o anúncio de que o Presidente Hifikepunye Pohamba será o candidato único do partido às eleições presidenciais de 2009. Esta decisão partidária serviu para indicar que não se esperam surpresas como nas prévias eleitorais de 2004, que levaram à demissão de Hidipo Hamutenya. Em recente reunião do comitê central da SWAPO, aparentemente a decisão de que o Presidente Pohamba será o candidato único do partido teria sido rediscutida e o nome do ex-Primeiro Ministro Hage Geingob teria sido aventado para também concorrer na convenção do partido. Parece-me que não há, no momento, condição de qualquer mudança na determinação do Congresso da SWAPO, nem na de Pohamba de não vir a ser o candidato oficial do partido.

8. Nestes quase quatro anos de Governo Pohamba, a economia da Namíbia, baseada em mineração, pesca e pecuária, além de ser fortemente ligada à África do Sul, teve crescimento

sustentado do PIB. Embora esta taxa tenha diminuído desde 2004, quando o PIB atingiu o crescimento de 6,6%, em 2005 e em 2006 o crescimento foi de 4,2%, em 2007 de 3,8% e há uma estimativa de que o país tenha crescido em torno de 3% em 2008. Analistas econômicos especulam que o crescimento do PIB em 2009 será somente 2%. Houve um superavit fiscal em 2006/2007, o que ocorreu pela primeira vez em 15 anos. Para o Banco da Namíbia, a queda no crescimento da economia foi resultado da conjuntura internacional, que levou a Namíbia a testemunhar pressões inflacionárias resultantes do alto preço dos alimentos e do alto e volátil preço do petróleo. A inflação permaneceu num nível baixo, em torno de 5% até 2008, quando ultrapassou o patamar de 11%.

9. Alguns aspectos positivos da economia podem ser assinalados no período, como a introdução de uma taxa rural, que o governo planeja utilizar num fundo para o programa da reforma agrária; a consolidação da indústria pesqueira, que passou a ser o terceiro maior setor exportador, após fusões e reestruturações nas empresas processadoras; e, a classificação pela primeira vez, por empresa londrina de avaliação de risco de crédito, da Namíbia com o "rating" de investimento BBB menos, o que criou a expectativa de que o país possa atrair investimentos estrangeiros e aprofundar o mercado doméstico de capitais.

10. O Governo tem procurado a participação dos setores produtivos privados, através de foros nacionais de comércio exterior ou de negócios econômicos, para discutir idéias que possam contribuir para o crescimento econômico do país. No período, o governo organizou dois retiros do Gabinete de Ministros com enfoque no crescimento da economia e na criação de novos empregos, visando a reduzir a pobreza. Destes retiros, participaram além das mais altas autoridades governamentais, presidentes de estatais e grandes empresários. O Presidente Pohamba continua tendo muitos desafios a enfrentar para assegurar o crescimento econômico, diminuir a severa disparidade de renda, criar empregos, aumentar a capacidade do país para enfrentar a pandemia do HIV/AIDS e atrair investimentos estrangeiros, já que é patente o declínio da ajuda estrangeira como assistência ao desenvolvimento.

11. No campo externo, é na região da SADC que a Namíbia tem atuação mais significativa. As relações com a África do Sul são estreitas, apesar de haver certa tensão derivada da excessiva dependência econômica de Windhoek para com Pretória. A África do Sul é um vizinho chave e o principal parceiro comercial da Namíbia, com um volume de comércio da

ordem de USD 2.4 bilhões de dólares, que representam cerca de 65% do comércio exterior da Namíbia. Além disso, há um importante mecanismo para fortalecer esses laços econômicos, com reuniões quadrimestrais no mais alto nível. O constante diálogo político e o desenvolvimento de inúmeras parcerias econômicas, visando à integração e à cooperação bilaterais, assim como o alto número de visitas presidenciais e ministeriais mostram o vigor das relações entre a Namíbia e a África do Sul.

12. Angola foi e continua sendo um aliado estratégico e, em inúmeras ocasiões, o governo da Namíbia tem expressado sua disposição de vincular-se mais estreitamente a Angola, de forma a reduzir sua dependência econômica da África do Sul. A Namíbia tem uma infra-estrutura viária e portuária muito bem organizada e o governo namibiano tem encorajado o setor privado do país a se envolver na reconstrução e no processo de industrialização de Angola, particularmente nos campos da mineração, da pesca marítima, da agricultura e do desenvolvimento de infra-estrutura. Dada a proximidade geográfica, a Namíbia tem sido uma importante rota de suprimentos e de investimentos para o sul de Angola, onde grande parte da população se abastece nos grandes entrepostos na fronteira namibiana.

13. Há profundo interesse, por parte da Namíbia, no desenrolar dos acontecimentos no Zimbábue (especialmente pela preocupação interna com o tema da reforma agrária e de suas consequências). A SWAPO apoia incondicionalmente o Presidente Mugabe, embora se possa perceber na mídia, nos meios acadêmicos e nos partidos de oposição uma certa dose de desconforto com tal posição.

14. A China vem se firmando como parceiro privilegiado da Namíbia, e começa a ter ascendência no campo militar, inclusive naval, em concorrência direta com a presença brasileira. A China ofereceu navio para transporte de tropa e cursos de treinamento militar, que por enquanto não foram aceitos. Recentemente, doou US\$ 6.5 milhões para ampliação da escola de formação de oficiais da Força de Defesa da Namíbia. Esta intensificação do relacionamento resultou em duas visitas do Presidente Pohamba a Pequim e uma do Presidente Hu Jintao a Windhoek, em fevereiro de 2007, quando foram assinados cinco acordos em diferentes áreas e anunciados empréstimos variados da ordem de US\$ 240 milhões.

15. Os Estados Unidos e os países da União Européia continuam a ser os maiores fornecedores de ajuda ao desenvolvimento do país, embora esta ajuda tenha diminuído nos últimos anos.

Registre-se o fechamento de missões diplomáticas europeias (Holanda (2006), Itália (2007) e Suécia (2008)), passando a Delegação da Comissão Europeia em Windhoek a gerir os fundos da cooperação prestada por aqueles países.

II - RELACIONAMENTO BILATERAL

16. Desde a visita do Presidente Lula à Namíbia, em novembro de 2003, as relações com o Brasil se aprofundaram, inclusive na área comercial. Nos últimos quatro anos, a principal autoridade brasileira a visitar a Namíbia foi o Vice Presidente José Alencar, em março de 2005. Naquele ano, dois enviados especiais, os Embaixadores Leda Lúcia Camargo e Gilberto Saboya visitaram também Windhoek para continuar o diálogo sobre a reforma das Nações Unidas, com ênfase no Conselho de Segurança, quando foram recebidos pelo Presidente Pohamba. Nas duas longas audiências, foi reconhecida a excelência das relações bilaterais e o potencial para o seu incremento. Com relação à reforma das Nações Unidas, houve o agradecimento do apoio expressado pela Namíbia à pretensão brasileira de ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança e a reiteração da posição namibiana de seguir o consenso africano no que diz respeito à reforma das Nações Unidas e da ampliação do Conselho de Segurança.

17. No período 2005/2008, alguns ministros namibianos estiveram no Brasil, participando de encontros bilaterais e de eventos multilaterais. Em setembro de 2008, ocorreu a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, a Brasília, que tive o prazer de acompanhar. Ele cumpriu extensa programação, que incluiu reuniões com o Ministro de Minas e Energia, com o Secretário Executivo do MDIC, com o Comandante da Marinha, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e uma visita de campo à EMBRAPA. Após longo encontro com Vossa Excelência, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Brasil e a Namíbia.

18. À margem da Assembléia Geral das Nações Unidas, também em setembro de 2008, houve encontro dos presidentes Lula e Pohamba, ocasião em que o Senhor Presidente da República convidou seu homólogo namibiano a visitar o Brasil. A viagem oficial do Presidente Pohamba ao Brasil ocorreu entre os dias 10 e 12 de fevereiro corrente. Na visita, que tive, igualmente, o prazer de acompanhar, além do encontro com o Senhor Presidente da República, cujo relato pode ser lido no desptel 17, de 13/02/2009, o mandatário namibiano foi recepcionado com um almoço no Itamaraty, visitou os

Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, bem como do Supremo Tribunal Federal. No Senado, ouviu relato do Senador Eduardo Suplicy a respeito de seu projeto sobre renda mínima e analogia com programa que está sendo implementado em localidade namibiana, sob os auspícios do Bispo anglicano Zephania Kameeta. Estiveram presentes ao encontro, diversos senadores da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Na Câmara dos Deputados, o Presidente Michel Temer indicou que estaria sendo formado um grupo de amizade Brasil-Namíbia, para implementar a cooperação com o parlamento namibiano. O Ministro Gilmar Mendes o recebeu acompanhado de diversos ministros do STF e do Subprocurador Geral da República. No dia 12, o Presidente Pohamba fez visita à sede da Petrobrás no Rio de Janeiro, quando assistiu a um vídeo institucional sobre a empresa. Em sua reunião com o Presidente José Sergio Gabrielli e com o Diretor da Área Internacional, Jorge Luiz Zelada, foi-lhe indicado que a Petrobrás, através de seu escritório em Luanda, começará, em breve, trabalhos de prospeção em bloco "offshore", cujo resultado se for positivo poderá levar a iniciar perfurações em 2011. Gabrielli também ofereceu cooperação na área de biocombustíveis e indicou que a Petrobrás poderia assinar um memorando de cooperação com a empresa petroleira estatal namibiana, NAMCOR.

19. Após a visita à Petrobrás, o Presidente Pohamba esteve na Escola Naval, onde foi recebido pelo Comandante da Marinha, Almirante Julio Soares de Moura Neto, e teve a oportunidade de conversar com os militares namibianos que cursam em diversos estabelecimentos navais de ensino brasileiros. Em seguida, foi recebido pelo Governador Sergio Cabral, no Palácio das Laranjeiras, que entre outros temas falou-lhe sobre a pretensão da cidade do Rio de Janeiro de sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e pediu-lhe o apoio da Namíbia neste projeto. No encontro esteve presente o Presidente do COB, Carlos Artur Nuzmán.

20. Nos últimos quatro anos, o Brasil e a Namíbia buscaram ampliar a cooperação bilateral. A área mais relevante continuou sendo, sem dúvida, a cooperação naval. Todos os atuais postos de comando da Marinha da Namíbia receberam treinamento no Brasil. Uniformes, regulamentos e procedimentos adotados seguem de perto aqueles da Marinha brasileira. Foram doadas à Namíbia as cartas náuticas do porto de Walvis Bay, o mais importante na costa atlântica da África Austral, após levantamento hidrográfico feito pela Marinha do Brasil.

21. Em razão do Acordo Naval assinado em dezembro de 2001, o Brasil vem construindo barcos-patrolha, mantido o programa de

formação de quadros e de assistência técnica à Marinha namibiana. Empresas brasileiras, EMGEPRON e MAG, com apoio técnico da Marinha do Brasil, elaboraram projeto de levantamentos geológicos e geofísicos da plataforma continental da Namíbia bem como relatório a ser submetido à Comissão do Direito do Mar das Nações Unidas, até maio de 2009. Para um país com forte dependência dos recursos pesqueiros, mas também pelo potencial de exploração de petróleo e gás em águas territoriais, a cooperação brasileira no levantamento da plataforma continental teve importância fundamental. O Brasil mantém, em Windhoek, um Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico.

22. Em maio de 2008, o Comandante da Marinha da Namíbia, Contra-Almirante Peter Vilho, visitou o Rio de Janeiro para examinar as relações entre as duas marinhas, programas de intercâmbio e de treinamento, bem como a cooperação para a formação de um Corpo de Fuzileiros Navais. Em 16 de janeiro de 2009, na presença do Ministro da Defesa, do Chefe das Forças Militares e do Comandante da Marinha da Namíbia foi entregue o navio patrulha "Brendan Simbwaye" (classe Grajaú), que foi construído, em Fortaleza, pelo estaleiro INACE. Atualmente, cerca de 153 militares da Marinha da Namíbia estão estudando no Brasil (segundo dados do Adido de Defesa e do setor consular da embaixada).

23. Há outros domínios da cooperação bilateral também relevantes que, embora sem a expressão do setor naval, tendem a conferir maior densidade às relações com a Namíbia. Compreendem ações nas áreas de cooperação agrícola, reforma agrária, desenvolvimento urbano e cooperação no domínio da saúde, em especial na área de DST/AIDs. Dos memorandos de entendimentos assinados por ocasião da visita do Presidente Lula a Namíbia, em novembro de 2003, não prosperaram os compromissos do Ministério de Minas e Energia nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral; o protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de desenvolvimento agrário; o memorando de entendimento sobre cooperação na área de esportes; e o protocolo de intenções sobre cooperação educacional. São áreas de interesse do governo namibiano, cuja cooperação poderia ser implementada oportunamente.

24. No campo da cooperação agrícola, há um projeto de assistência entre a EMBRAPA e o Ministério da Agricultura, Águas e Florestas da Namíbia, para a produção de frutas subtropicais e leguminosas na Namíbia, que busca desenvolver a capacitação e a transferência de tecnologia direcionadas à fruticultura subtropical e à produção de legumes para consumo humano e animal. Em março de 2008, visitou o Brasil, o

Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Águas e Florestas da Namíbia, Andrew Ndishishi. Havia previsão de que técnicos especialistas brasileiros realizassem, ainda em 2008, missão de prospeção nas áreas de pesquisa, mecanização agrícola e tecnologia para pequenos produtores; elaboração curricular para treinamento agrícola formal e não-formal; processamento de alimentos; produção de frutas subtropicais; desenvolvimento de agronegócio e biossegurança, o que acabou não ocorrendo.

25. No que diz respeito à cooperação técnica na área de desenvolvimento urbano, foi implementado entre setembro 2006 a novembro 2007, com execução da Caixa Econômica Federal, projeto de cooperação nas áreas de metodologias não-convencionais de construção, gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento básico. Os objetivos do projeto foram formular políticas de construção para população de baixa renda; transferir metodologias de construção não-convencional e formular proposta de projeto na área de gestão de resíduos e saneamento básico nas cidades namibianas de Windhoek, Okahandja e Rehoboth. Em março 2008, missão brasileira visitou as cidades mencionadas para verificar o andamento dos projetos de cooperação.

26. O Ministério da Saúde do Brasil continua na melhor disposição de proporcionar cooperação em matéria de HIV/AIDS nas áreas consideradas viáveis tecnicamente. Em maio de 2006, missão técnica brasileira visitou a Namíbia para avaliar possibilidades de cooperação e definir setores em que esta cooperação pudesse ser eficaz e viável. Foram identificadas possíveis áreas de cooperação e estabelecidos pontos focais no Ministério da Saúde e Serviços Sociais da Namíbia e no Brasil. Estava prevista visita de delegação namibiana ao Brasil, que ainda não ocorreu.

27. Cabe o registro de duas iniciativas que deverão tornar mais densas as relações bilaterais. A primeira, foi a assinatura do contrato com o consórcio brasileiro, formado pela Eletrobrás, Furnas, Odebrecht e Engevix, para o estudo de viabilidade para a construção da hidrelétrica de Baynes, no rio Cunene, na fronteira angolano-namibiana. Ao término do estudo, o consórcio brasileiro pretende participar da concorrência internacional para a construção da hidrelétrica. A segunda, diz respeito a assinatura de contratos de prospeção e exploração de petróleo, em quatro blocos na plataforma marítima, por empresas brasileiras (HRT Petroleum e Labrea Petróleo). Caso estes empreendimentos sejam bem sucedidos, haverá um aumento significativo de pessoas e bens brasileiros na Namíbia. Outra iniciativa empresarial que

teria ajudado a aumentar o volume de negócios entre os dois países, foi o projeto de construção de uma fábrica de cimento, que infelizmente não prosperou, após um ano de presença da CP Cimentos neste país.

28. O comércio bilateral, embora bastante reduzido em termos absolutos, teve um incremento considerável. Ele passou de USD 11,5 milhões em 2004 para mais de USD 23 milhões em 2008. As exportações brasileiras cresceram cerca de 39,03% em 2008, principalmente pelo aumento das importações de móveis brasileiros, de cortes congelados de aves e de bombons e caramelos.

29. Apesar de não haver um SECOM na embaixada, em 2006 e 2007, o Brasil esteve presente com um pequeno estande para divulgar turismo e empresas brasileiras na "Windhoek Industrial and Agricultural Show", tendo inclusive recebido prêmio por sua participação.

30. A comunidade brasileira residente na Namíbia é bastante reduzida. Estão registrados no setor consular da embaixada apenas 31 brasileiros. Atualmente, a única instituição religiosa brasileira atuando na Namíbia é a Igreja Universal do Reino de Deus. Nos últimos quatro anos, alguns pastores da Assembléia de Deus exerceram trabalho missionário na Namíbia e não há registros da presença de padres ou freiras da Igreja Católica no país.

31. A Igreja Universal do Reino de Deus possui ampla sede na principal avenida de Windhoek e mantém presença em nove localidades namibianas. Moram nesta capital apenas um bispo e um pastor brasileiros e os demais missionários são da África do Sul ou de Angola. Uma vez que a Igreja Universal não faz parte do Conselho de Igrejas da Namíbia (que reúne luteranos, católicos, pentecostais, metodistas, anglicanos, batistas e mesmo ortodoxos, como observadores) sua relevância e penetração na sociedade local é mínima. Além disso, os dois pastores brasileiros pregam em um inglês precário, costumam manter sigilo sobre sua forma de atuar e um certo afastamento da Embaixada. Pode-se, no entanto, estimar que seus fiéis giram em torno de 3 mil em todo o país, em sua grande maioria imigrantes angolanos e namibianos da camada menos privilegiada da população. Recordo que, a pedido da Embaixada, o Senador Marcelo Crivela foi recebido pelo ex-presidente Nujoma, em janeiro de 2005, quando pôde discorrer sobre o trabalho realizado pela Igreja Universal neste país.

32. Na área cultural, a embaixada passou a participar da mostra cinematográfica "Wild Cinema Film Festival", principal

evento deste setor no país. Organizou, junto com a Associação de Arquitetos da Namíbia, a apresentação do documentário longa-metragem "A vida é um sopro", de Fabiano Maciel e Sacha, sobre a obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Montou no FNCC (centro cultural francês) duas semanas, em 2005 e 2007, do cinema brasileiro, em que foram apresentados oito filmes inéditos no país.

33. A embaixada esteve presente na apresentação do fotógrafo Sebastião Salgado, que passou cinquenta dias neste país, em 2006, trabalhando em seu projeto fotográfico e educacional "Genesis". Organizou no final de 2005, junto com a "National Gallery", exposição do fotógrafo Alfredo Camargo, uma visão brasileira da Namíbia. Promoveu encontro de especialista da CBF com jogadores e treinadores de futebol namibianos. Estruturou a apresentação do conjunto musical "Palha de Milho", por ocasião da semana da Pátria em 2008. Programou junto a rádio local a divulgação semanal do programa musical "Brazilian Hour", criado e desenvolvido pelo Consulado Geral em Los Angeles. Criou a página da embaixada na internet, feita de forma ainda bastante artesanal, mas que ajuda na divulgação da presença brasileira neste país.

34. Em 2006, delegação de formandos da Escola Superior de Guerra visitou, pela primeira vez, a Namíbia, em viagem de fim de curso. Além dos encontros com autoridades civis e militares, foi assinado um memorando de intenção de cooperação entre aquela instituição de ensino e a Universidade da Namíbia.

III - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

35. A Chancelaria e a Residência são próprios nacionais e estão localizados em área nobre da cidade. Em 2005, foi realizada pintura interna e externa (inclusive telhados) da Chancelaria, ação que não acontecera desde que fora comprada em 1990. Foi reformada a sala do Embaixador e construído um banheiro privativo. No prédio, relativamente pequeno, caberia a reforma da atual área da cozinha para ser novo setor consular (com uma pequena janela, o público teria acesso direto e não necessitaria entrar na embaixada) e construir uma pequena copa/cozinha na ala esquerda do imóvel, em área atualmente utilizada como depósito. Foi reformado o piso da entrada e dos fundos do imóvel, local normalmente utilizado para estacionamento dos veículos dos funcionários. Todo o perímetro da Chancelaria foi reforçado em sua segurança, com instalação de cerca elétrica. A Adidância de Defesa, que mantém suas instalações em edificação na parte de trás da Chancelaria, teve sua área reformada e aumentada, de forma a

criar uma ante-sala para o adido.

36. A Residência, igualmente, recebeu pintura interna e externa em 2004/2005. Foram instaladas cortinas e tapete na sala de visita, bem como trocadas as maçanetas de todas as portas (que anteriormente eram de plástico). Por razões de segurança, foram instaladas grades em todas as janelas, bem como cercas no perímetro do imóvel. Foi reformada e ampliada a área da cozinha, que passou a contar com uma área de serviço separada, novos armários e um espaço mais adequado especialmente para dias de almoços e jantares oficiais. Como foi ressaltado pelo meu antecessor, a Residência é bastante acanhada para as necessidades de uma representação brasileira: não há uma sala de jantar adequada, utiliza-se espaço contíguo ao "hall" da entrada, em que mal cabem oito pessoas, o que obriga a utilização do "hall" ou da sala de visita para colocação de mesas para jantares ou almoços maiores. Os três quartos no interior da Residência e um na área externa da entrada do imóvel são pequenos e mobiliados com móveis de má qualidade. Problemas elétricos e hidráulicos costumam ocorrer, em razão de inúmeras reformas porque passou o imóvel neste últimos 18 anos. Como sugerido por meu antecessor, seria conveniente fosse realizada uma inspeção pormenorizada dos serviços competentes da SERE, para que se levantassem necessidades de reformas do imóvel.

37. No final de 2008, foi anunciado que a embaixada em Berlim fora autorizada a encomendar veículo BMW 525i, modelo 2009, para substituir o veículo de representação (BMW 1999), com mais de 110 mil quilômetros, desta embaixada. O veículo de serviço (Toyota Condor) foi trocado em 2004 e encontra-se em bom estado de conservação.

38. A lotação do posto que foi até 2007 adequada, passou a ser deficitária com a remoção de vários funcionários naquele ano. Atualmente, o Posto tem apenas dois diplomatas, sendo que um em missão transitória, um oficial de chancelaria e um assistente de chancelaria, o que implica em problemas administrativos toda vez que um deles entra de férias ou saída periódica, ou mesmo fica doente. O posto tem uma única e excelente auxiliar local, que secretaria o embaixador e prepara todas as comunicações com a Chancelaria local, bem como um único motorista. Embora seja necessário, há dificuldade de contratação local de funcionários administrativos, não só por não falarem português, mas principalmente por falta de preparo para as funções.

MARCIO ARAUJO LAGE, Embaixador

De: BRASEMB WINDHOEK
CARAT=Reservado

Recebido em: 27/02/2009 06:09:51 N.º: 00056

ML

